

BOLETIM MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

CIÊNCIAS HUMANAS

v. 20 n. 1 janeiro/abril de 2025

Memória e patrimônio indígena

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi

Ciências Humanas



v. 20, n. 1

Publicação contínua

janeiro-abril 2025

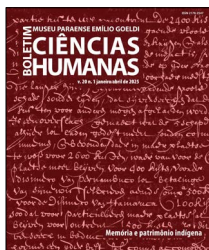


IMAGEM DA CAPA

Representação dos brasileiros.
Fonte: Ata Diária do Alto e Secreto
Conselho do Brasil (11 de abril
de 1645), Arquivo da Companhia
das Índias Ocidentais, Arquivo
Nacional, Haia, Países Baixos, fólio
35, imagem 1209.

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI CIÊNCIAS HUMANAS (ISSN 2178-2547)

O Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia foi criado por Emílio Goeldi e o primeiro fascículo surgiu em 1894. O atual Boletim é sucedâneo daquele.

The Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia was created by Emílio Goeldi, and the first number was issued in 1894. The present one is the successor to this publication.

EDITORA CIENTÍFICA

Jimena Felipe Beltrão

EDITORES ASSOCIADOS

Adam Singerman - Universidade de Chicago - Linguística

Ana Vilacy Galúcio - Museu Paraense Emílio Goeldi - Linguística

Bernat Bardagil - Universiteit Gent - Linguística

Brigitte Thierion - Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3 - Antropologia

Claudia López - Museu Paraense Emílio Goeldi - Antropologia

Cristiana Barreto - Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo - Arqueologia

Eliane Cantarino O'Dwyer - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Antropologia

Fernando Ozório de Almeida - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Arqueologia

Hein van der Voort - Museu Paraense Emílio Goeldi - Linguística

Jorge Eremites de Oliveira - Universidade Federal de Pelotas - Antropologia

Laure Empereire - Institut de recherche pour le développement - Etnobotânica

Lúcia Hussak van Velthem - Museu Paraense Emílio Goeldi - Antropologia

Márcio Couto Henrique - Universidade Federal do Pará - História

Marília Xavier Cury - Universidade de São Paulo - Museologia

Márlia Coelho Ferreira - Museu Paraense Emílio Goeldi - Etnobotânica

Martijn van den Bel - Universiteit Leiden - Arqueologia

Pedro Glécio Costa Lima - Museu Paraense Emílio Goeldi - Etnobotânica

Priscila Faulhaber Barbosa - Museu de Astronomia e Ciências Afins - Antropologia

Rosani Fernandes - Kamuri Kaingang - Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) - Antropologia

Walkiria Neiva Praça - Universidade de Brasília - Linguística

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Ângela Domingues - Instituto de Investigação Científica Tropical - Lisboa - Portugal

Bruna Franchetto - Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brasil

Eduardo Brondizio - Indiana University - Bloomington - USA

Eduardo Góes Neves - Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil

Gustavo Politis - Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires - Tandil - Argentina

Janet Marion Chernela - University of Maryland - Maryland - USA

Klaus Zimmermann - Universidade de Bremen - Bremen - Alemanha

Marcos Chor Maio - Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ - Rio de Janeiro - Brasil

Maria Filomena Spatti Sândalo - Universidade Estadual de Campinas - Campinas - Brasil

Michael J Heckenberger - University of Florida - Gainesville - USA

Michael Kraus - Universidade de Bonn - Bonn - Alemanha

Neil Safier - The John Carter Brown Library - Providence - USA

Rui Sérgio S. Murrieta - Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil

Tânia Andrade Lima - Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brasil

Walter Neves - Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil

William Balée - Tulane University - Louisiana - USA

NÚCLEO EDITORIAL

Normatização - Arlene Lopes, Fernanda Menezes, Luiz Ramiro Cardoso e Rafaela Lima

Revisão ortográfica - Adrienny Souza, Luiz Ramiro Cardoso e Rafaela Lima

Editoração, versão eletrônica e capa deste número - Talita do Vale

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
Museu Paraense Emílio Goeldi

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi

Ciências Humanas



ISSN 2178-2547

Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi	Cienc. Hum.	Belém	v. 20	n. 1	Publicação contínua janeiro-abril 2025
-------------------------------	-------------	-------	-------	------	--

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Museu Paraense Emílio Goeldi
Núcleo Editorial - Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi
Av Perimetral, 1901
Terra Firme – CEP 66077-830
Belém - PA - Brasil
Telefone: 55-3221-6486
E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

ACESSO EM:

<http://editora.museu-goeldi.br/humanas>
<http://www.scielo.br/bgoeldi>
http://issuu.com/bgoeldi_ch

SUBMISSÃO DE TRABALHOS:

<https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>

AQUISIÇÃO:

Permuta: mgdoc@museu-goeldi.br
Venda: livraria@museu-goeldi.br

INDEXADORES

AIO - Anthropological Index Online
Anthropological Literature
CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades
DOAJ - Directory of Open Access Journals
IBSS - International Bibliography of the Social Sciences
LATINDEX - Sistema Regional de Información en Línea para
Redalyc - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe,
España y Portugal
SciELO - Scientific Electronic Library Online
SCOPUS

Não é permitida a reprodução parcial ou total de artigos ou notas publicadas, sob nenhuma forma ou técnica, sem a prévia autorização do editor. Ficam isentas as cópias para uso pessoal e interno, desde que não destinadas a fins promocionais ou comerciais. As opiniões e considerações emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, e não refletem necessariamente a posição dos editores ou da instituição responsável pela publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação CIP

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2025. – Belém: MPEG, 2025. v. 20 n. 1, v. il.

Semestral: 1984-2002

Interrompida: 2003-2004

Quadrimestral a partir do v. 1, 2005.

Títulos Anteriores: Boletim Museu Paraense de História Natural e Ethnographia 1894-98; Boletim Museu Paraense de História Natural e Ethnographia (Museu Goeldi) 1902; Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de História Natural e Ethnographia 1906-1914; Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de História Natural e Etnografia 1933; Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia 1949-2002; Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Ciências Humanas, em 2005. A partir de 2006, Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas.

ISSN 2178-2547

1. Antropologia. 2. Arqueologia. 3. Linguística. 4. História. I. Museu Paraense Emílio Goeldi.

CDD-21ª.ed. 500

© Direitos de Cópia/Copyright 2025 por/by MCTI/Museu Goeldi



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



ARTIGOS

ARTICLES

Condições paleoambientais e as vivências durante o Holoceno Médio no território de Serra Negra, Alto Vale do Araçuaí, Minas Gerais, Brasil

Paleoenvironmental conditions and life experiences during the Middle Holocene in the territory of Serra Negra, High Araçuaí Valley, Minas Gerais State, Brazil

Marcelo Fagundes | Heloisa Coe | Karina Ferreira Chueng | Giselle Utida |

Alessandra Mendes de Carvalho Vasconcelos | Átila Perillo Filho | David Oldack Barcelos Ferreira Machado

Relações gramaticais e padrão de alinhamento em Mebêngôkre

Grammatical relations and alignment pattern in Mebêngôkre

Edson Freitas Gomes | Flávia de Castro Alves

Consoantes preglotalizadas em línguas Jê Setentrionais

Preglottalized consonants in Northern Jê

Andrey Nikulin

‘Agora é nós por nós’: quilombolas do Pará nas candidaturas coletivas e para além das eleições

‘Now it’s us for us’: quilombolas of Pará in collective candidacies and beyond the elections

José Carlos Guerreiro Galiza | Ana Léia Moraes | Benjamin Kantner | Rodrigo Peixoto

El fútbol wichí: misión y pasión en el Gran Chaco

The Wichí soccer: mission and passion in the Gran Chaco

Marco Flamini

Um cultivador das ciências: biografia e bibliografia de Frederico Leopoldo César Burlamaque (1803-1866)

A science cultivator: biography and bibliography of Frederico Leopoldo César Burlamaque (1803-1866)

David Francisco de Moura Penteadó

NOTA DE PESQUISA

SHORT COMMUNICATION

**Coleções e redes de intercâmbios na Amazônia do início do século XX:
considerações sobre o legado de Emília Snethlage**

Collections and exchange networks in early 20th century Amazonia: considerations
on the legacy of Emília Snethlage

Luiz Felipe Farias dos Santos | Lilian Bayma de Amorim

MEMÓRIA

MEMORY

A ‘Expedição do Guaporé 2022’: repatriação de um patrimônio indígena preterido
The ‘Guaporé Expedition 2022’: repatriation of a neglected indigenous heritage

Hein van der Voort | Gleice Mere

**A representação dos Potiguara na Assembleia de Tapesserica (1645): estudo e
tradução de um escrito indígena das Guerras do Açúcar**

The Remonstrance of the Potiguara in the Tapesserica Assembly (1645): study and
translation of an indigenous written document from the time of the Sugar Wars

Bruno Romero Ferreira Miranda

RESENHA

BOOK REVIEW

Um registro para a história: o indigenismo na barbárie
A historical account of indigenism amid barbarity

Marcos Pereira Rufino

ARTIGOS CIENTÍFICOS

Condições paleoambientais e as vivências durante o Holoceno Médio no território de Serra Negra, Alto Vale do Araçuaí, Minas Gerais, Brasil

Paleoenvironmental conditions and life experiences during the Middle Holocene in the territory of Serra Negra, High Araçuaí Valley, Minas Gerais State, Brazil

Marcelo Fagundes^I  | Heloisa Coe^{II}  | Karina Ferreira Chueng^{III}  | Giselle Utida^{IV}  |
Alessandra Mendes de Carvalho Vasconcelos^I  | Átilla Perillo Filho^V  | David Oldack Barcelos Ferreira Machado^{II} 

^IUniversidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina, Minas Gerais, Brasil

^{II}Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil

^{III}Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

^{IV}Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil

^VUniversidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Resumo: A área de Serra Negra, composta por 77 sítios arqueológicos, está localizada na face nordeste da Serra do Espinhaço Meridional, Brasil. O objetivo deste artigo é analisar os dados paleoambientais e arqueológicos dessa importante área no contexto da ocupação indígena na América do Sul, contribuindo para a discussão sobre o que tem sido chamado de Hiato do Arcaico. A discussão baseia-se no que está consolidado na literatura sobre ocupações do Planalto Central Brasileiro durante o Holoceno, destacando também especificidades regionais. Como conclusão, demonstramos que naquela região o Hiato durante o Holoceno Médio não ocorreu, pois a região permaneceu continuamente ocupada nesse período, com uso persistente e articulação de paisagens que estavam em contínua demanda, permitindo, assim, a ideia de um território estruturado ao longo dessas ocupações, bem como a permanência das tecnologias sociais utilizadas para a produção da cultura material. Portanto, a conjunção de contextos, cronologias e dados arqueológicos e paleoambientais corroboram a hipótese de um quadro de estabilidade regional (recursos e visão de mundo), com permanência de uso e articulação entre locais em uso contínuo, permitindo a ideia de um território estruturado ao longo dessas ocupações do Holoceno médio.

Palavras-chave: Planalto central brasileiro. Arqueologia. Dados paleoambientais. Holoceno Médio. Vale do Araçuaí. Serra do Espinhaço Meridional.

Abstract: The Serra Negra Area, comprising 77 archaeological sites, is located on the northeast slope of the Southern Espinhaço Mountain Range, Brazil. The purpose of this paper is to analyze the paleoenvironmental and archaeological data of this important area in the Indigenous occupation's context of South America, contributing to the discussion of what has been referred to as the Archaic Gap. The discussion is grounded in the established literature on occupations of the Brazilian Central Plateau during the Holocene, while also highlighting regional specificities. In conclusion, we demonstrate that in this region the so-called Archaic Gap during the Middle Holocene did not occur, as the region remained continuously occupied during this period, with persistent use and articulation of landscapes that were in continuous demand, thereby permitting the idea of a structured territory throughout these occupations, as well as the continuity of social technologies used in the production of material culture. Therefore, the combination of archaeological and paleoenvironmental contexts, chronologies, and archaeological and paleoenvironmental data corroborate the hypothesis of a framework of regional stability (resources and world view), with the continued use and articulation of sites, thereby allowing for the concept of a structured territory throughout the Middle Holocene occupations.

Keywords: Brazilian Central Plateau. Archaeology. Paleoenvironmental data. Mid-Holocene. Araçuaí Valley. Southern Espinhaço Mountain Range.

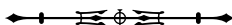
Fagundes, M., Coe, H., Chueng, K. F., Utilda, G., Vasconcelos, A. M. C., Perillo Filho, A., & Machado, D. O. B. F. (2025). Condições paleoambientais e as vivências durante o Holoceno Médio no território de Serra Negra, Alto Vale do Araçuaí, Minas Gerais, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 20(1), e20240036. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0036.

Autor para correspondência: Marcelo Fagundes. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Rodovia MGT 367, km 583, n. 5000, Alto da Jacuba. Diamantina, MG, Brasil. CEP 39100-000 (marcelo.fagundes@ufvjm.edu.br).

Recebido em 03/05/2024

Aprovado em 27/09/2024

Responsabilidade editorial: Fernando Ozório de Almeida



INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar os dados paleoambientais e o contexto arqueológico acerca do(s) comportamento(s) de sociedades de caçadores-coletores em relação às variações climáticas durante o Holoceno em uma área da América do Sul. Dessa forma, enseja-se contribuir para a discussão sobre o período denominado de Hiato do Arcaico (Araújo, 2014; Araújo et al., 2003, 2005, 2006; Borella, 2022; Bueno & Isnardis, 2018; Fagundes, 2022; Machado et al., 2021; Perillo Filho, 2024; Sousa et al., 2020, 2022; Rodet, 2006, 2009; Rodet et al., 2020). Para tanto, são apresentadas informações sobre a Serra do Espinhaço Meridional (SdEM¹), especialmente sua face nordeste, conhecida como território de Serra Negra (Fagundes, 2022).

O fenômeno denominado Hiato do Arcaico foi sugerido a partir de análises dos sítios arqueológicos em Lagoa Santa, em Minas Gerais, em que se observou a existência de dois picos de aumento populacional: (a) 10.000-8.000 anos AP; (b) 2.000-1.000 anos AP. Por outro lado, o período de 6.000 anos AP, que entremeia esses picos, não apresenta dados e indícios de enterramentos (Araújo et al., 2003, 2005, 2006).

Ao ampliar o enfoque geográfico das pesquisas desenvolvidas, observou-se que outras áreas do Planalto Central Brasileiro (PCB) também indicaram a presença desse hiato de ocupação (Araújo, 2014; Araújo et al., 2003, 2005, 2006; Koole, 2014). Uma das principais teorias propostas é a de que, com as mudanças climáticas acontecidas a partir do final do Holoceno Inicial, ocorreu um déficit hídrico, que resultou em um clima mais seco e uma baixa nos recursos de subsistência. Com isso, humanos que ocuparam a região migraram para áreas com ambientes mais ricos em recursos (Araújo et al., 2003, 2005, 2006).

As comparações realizadas pelos autores também indicam que, enquanto o PCB sofria com um estresse hídrico e os indícios de ocupação humana regionais desapareciam, no Sul do Brasil os dados eram contínuos e o clima manteve-se úmido, ou seja, as datações contínuas através do Holoceno não indicam que um hiato tenha ocorrido nessa região (Araújo et al., 2003, 2005, 2006).

No entanto, há hipóteses que defendem que as pessoas podem ter tomado diferentes decisões frente ao déficit hídrico durante o Holoceno Médio. Bueno e Isnardis (2018) propõem que uma mudança climática resultou, em verdade, em uma adaptação no sistema de mobilidade e nas práticas de ocupação do território, mas que não houve grandes abandonos de uma paisagem que, há muito tempo, era conhecida, sendo familiar aos seus ocupantes.

Nossa hipótese principal, comum à de outros autores (Rodet, 2006, 2009; Rodet et al., 2011; Sousa et al., 2020, 2022), está associada ao fato de que as oscilações climáticas não poderiam, sozinhas, ter sido as responsáveis pelas alterações na dinâmica social e na ocupação dos territórios, sobretudo em abrigos do PCB. De qualquer forma, temos ciência da gradual baixa na temperatura, favorecida, principalmente, pelas dificuldades de descolamentos das massas úmidas na parte central da América do Sul (Ledru, 1993).

Todavia, essas oscilações, que acarretaram a diminuição da pluviosidade, atingiram diretamente os territórios onde essas pessoas se estabeleciam, suas vivências e experiências? Um déficit hídrico influenciaria diretamente os territórios consolidados, com ontologias e ancestralidade estabelecidas? Como se deram essas mudanças? Foram lentas ou repentinas? Quão grande foi esse estresse hídrico e de temperaturas anuais em Serra Negra durante o Holoceno Médio?

Mediante esse emaranhado de questões, nossa discussão visa compreender como a união de dados

¹ A SdEM é um planalto que corta o interior do Brasil no sentido Norte-Sul, entre o sul do estado de Minas Gerais e o norte do estado da Bahia. É um grande mosaico fitofisionômico com fisiografias distintas, ou seja, há a presença marcante de espécies endêmicas e fauna diversificada (Gontijo, 2022). Além disso, é responsável pela formação e divisão de importantes bacias hidrográficas, como as dos rios São Francisco, Doce e Jequitinhonha (Saadi, 1995).

paleoambientais e arqueológicos pode permitir o entendimento (ou mesmo inferências) das vivências no tempo-espaço de populações do Alto Vale do Araçuá durante todo o Holoceno, em especial o Médio (ou seja, entre 8.326 e 4.200 anos AP – datas calibradas; Quadro 1). Essa inquietação se fundamenta, portanto, nos estudos interdisciplinares (Leis, 2005), com o objetivo de entender o paleoambiente desse território e suas implicações (ou efeitos) para a vida dos povos desse território (International Chronostratigraphic Chart, 2020)².

Para a região de Diamantina (onde está inserido o Alto Araçuá), os estudos estão subdivididos em duas

áreas distintas: (a) Planalto Diamantinense, pesquisado pelo Setor de Arqueologia do Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), produtor de conhecimento significativo sobre a região e responsável por identificar um vasto repertório cultural da passagem do Pleistoceno para o Holoceno e do Holoceno Superior (Isnardis, 2009); (b) Serra Negra, pesquisada pelo Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem (LAEP/UFVJM), com resultados significativos acerca das trajetórias dos povos, com ocupações ocorridas a partir do Holoceno Médio (Fagundes, 2022) (Figura 1).

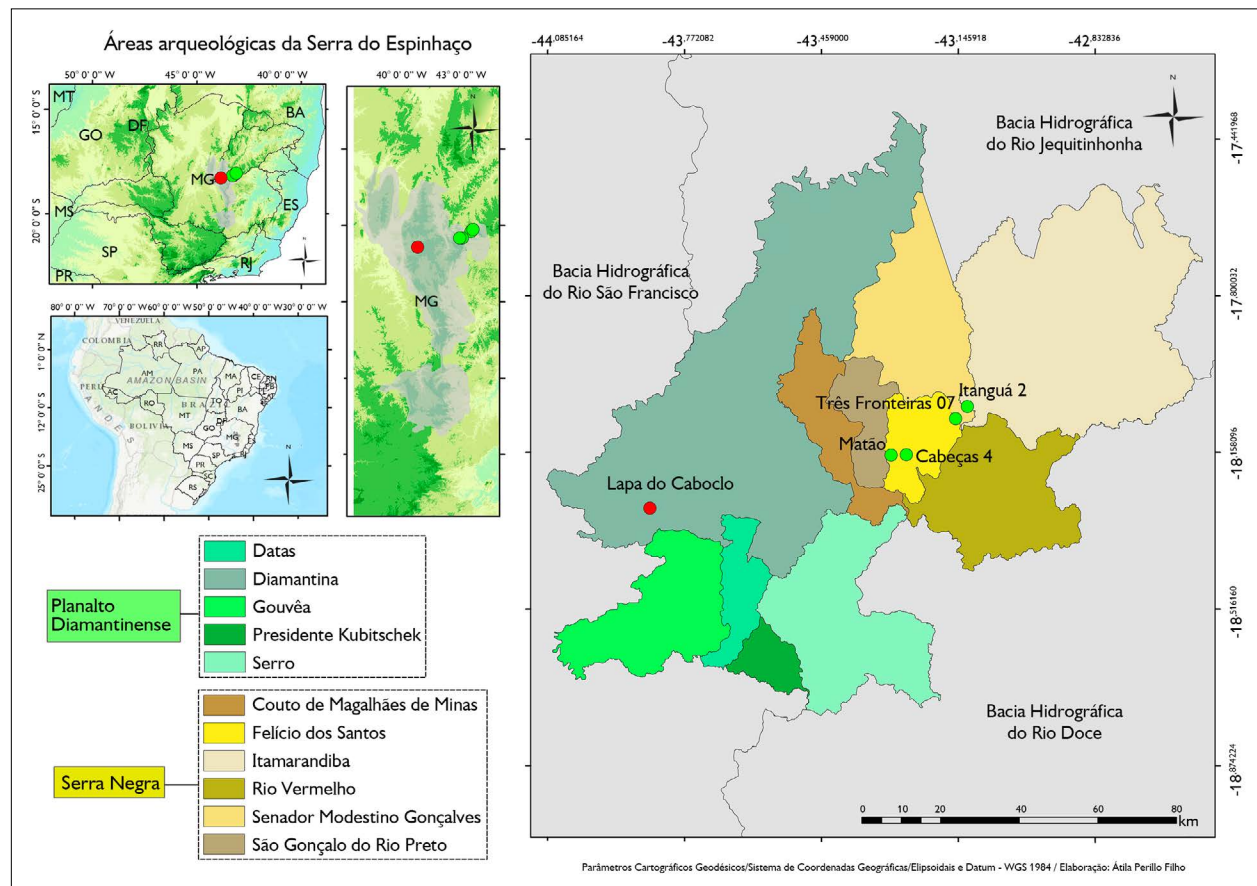


Figura 1. Localização de Serra Negra. Mapa: França (2023).

² Segundo a International Chronostratigraphic Chart (2020), o Holoceno está assim dividido: (a) Inferior, entre 11,6 e 8,3 mil anos AP; (b) Médio, entre 8,326 e 4,2 mil anos AP; (c) Superior, a partir de 4,2 mil anos AP até o presente.

Assim, o foco principal desta pesquisa centra-se no território de Serra Negra, composto por 77 sítios arqueológicos (conhecidos), todos implantados em abrigos rochosos de afloramentos quartzíticos proterozoicos pertencentes ao Supergrupo Espinhaço (Vasconcelos et al., 2018)³. Dos sítios arqueológicos já conhecidos, sete foram alvo de escavações sistemáticas, encontrando-se um registro arqueológico diversificado, datado do Holoceno Médio, sem lapsos

ocupacionais significativos. Assim, as cronologias estão distribuídas em dois períodos claros de ocupação: (a) Holoceno Médio (a partir de 7.169 anos AP, probabilidade média em Serra Negra) – ocupações de caçadores-coletores, ocorrendo em três épocas distintas; (b) Holoceno Superior (a partir de 4.200 anos AP) – ocupações realizadas pelos grupos que, além da coleta, pesca e caça, virão a praticar a horticultura, mesmo que incipiente (Quadro 1)⁴.

Quadro 1. Datações da região de Diamantina, Minas Gerais. Legendas: LAB = laboratório; PD = Planalto Diamantinense; AMS = espectrometria de massa com aceleradores; ¹⁴C/LSC = datação via *liquid scintillation counting* (contagem por cintilação líquida); SN = Serra Negra; LOE = datação por luminescência opticamente estimulada, utilizando 15 alíquotas de sílica do sedimento para análise. (Continua)

	Sítios	Área	Lab	Método	Cronologia (anos AP)	Idade calibrada (anos AP)	Probabilidade média (anos AP)	Probabilidade Y (2sigma)	Autor
Holoceno Inicial	Caboclo	PD	BETA 199502	AMS	10.560 ± 40	12.637 -12.469	12.549	0,958	Isnardis (2009)
	Caboclo	PD	BETA 233764	AMS	10.380 ± 60	12.472-11.935	12.182	1	Isnardis (2009)
	Peixe Gordo	PD	BETA 233762	AMS	10.210 ± 60	12.021-11.622	1.817	0,95	Isnardis (2009)
	Lapa da Chica	PD	BETA 254271	AMS	8.760 ± 60	9.910-9.541	9.703	0,893	Isnardis (2009)
	Lapa da Onça	PD	CEN 1180	¹⁴ C/LSC	8.530 ± 120	9.773-9.129	9.481	0,995	Fagundes (2013)
Holoceno Médio	Cabeças 4	SN	BETA 379290	LSC	6.290 ± 30	7.259-7154	7.169	0,599	Fagundes (2019)
	Cabeças 4	SN	BETA 379290	LSC	6.140 ± 40	7.086-6.854	6.978	0,805	Fagundes (2019)
	Três Fronteiras 7	SN	DAT 5480	LOE	6.525 ± 690	DAT 5.480	--	--	Fagundes (2022)
	Três Fronteiras 7	SN	DAT 5480	LOE/SARS 15	6.165 ± 515	DAT 5.480	--	--	Fagundes (2022)
	Cabeças 4	SN	BETA 370289	¹⁴ C/LSC	5.270 ± 40	6.035-5.912	5.996	0,637	Fagundes (2019)
	Sampaio	SN	BETA 471280	¹⁴ C/LSC	4.280 ± 30	4.870-4.797	4.823	0,581	Fagundes (2019)
	Três Fronteiras 7	SN	BETA 471281	¹⁴ C/LSC	4.100 ± 30	4.648-4.422	4.553	0,862	Fagundes (2019)
	Cabeças 4	SN	BETA 370291	¹⁴ C/LSC	4.010 ± 40	4.532-4.290	4.441	0,967	Fagundes (2019)
	Cabeças 4	SN	BETA 379289	AMS	3.980 ± 30	4.449-4.287	4.388	0,783	Fagundes (2019)
Holoceno Superior	Matão 1	SN	DAT 5479	LOE	3.375 ± 825	--	--	--	Fagundes (2022)
	Matão 1	SN	LOE 5140	LOE	3.300 ± 520	--	--	--	Fagundes (2022)
	Três Fronteiras 7	SN	CENA/USP	¹⁴ C/LSC	3.200 ± 70	3.315-3.571	--	--	Fagundes (2022)
	Três Fronteiras 7	SN	CENA/USP	¹⁴ C/LSC	2.940 ± 70	2.919-3.260	--	--	Fagundes (2022)
	Lapa da Chica	PD	BETA 254270	AMS	2.730 ± 40	2.740 -2.880	2.805	0,995	Isnardis (2009)
	Matão 1	SN	BETA 506714	AMS	2.460 ± 30	2.540-2.350	2.466	0,72	Fagundes (2019)

³ Com presença de rochas não aptas ao lascamento.

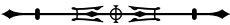
⁴ Tal realidade pode ser vista pela quantidade de sítios com fragmentos cerâmicos e lâminas de machado polidas, todas em batólito do Itangá (que aflora na região), sendo apenas uma em estratigrafia, datada de 501 anos AP (probabilidade média).

Quadro 1. (Conclusão)

	Sítios	Área	Lab	Método	Cronologia (anos AP)	Idade calibrada (anos AP)	Probabilidade média (anos AP)	Probabilidade Y (2sigma)	Autor
Holoceno Superior	Lapa do Taião	PD	CEN 1183	¹⁴ C/LSC	2.370 ± 80	2.542-2.136	2.353	0,87	Fagundes (2013)
	Matão 1	SN	DAT 5479	LOE	2.315 ± 305	--	--	--	Fagundes (2022)
	Cabeças 1	SN	BETA 379288	AMS	1.960 ± 30	1.930-1.812	1.864	0,875	Fagundes (2019)
	Matão 1	SN	DAT 5479	LOE	1.930 ± 385	--	--	--	Fagundes (2022)
	Matão 1	SN	DAT 5479	LOE	1.275 ± 310	--	--	--	Fagundes (2022)
	Matão 1	SN	BETA 506716	AMS	1.270 ± 30	1.179-1.065	1.132	0,82	Fagundes (2019)
	Matão 1	SN	BETA 506715	AMS	1.240 ± 30	1.178-1054	1.112	0,924	Fagundes (2019)
	Lapa do Caboclo	PD	BETA 199503	AMS	1.220 ± 40	1.177-975	1.087	0,98	Isnardis (2009)
	Matão 1	SN	DAT 5479	LOE	1.095 ± 310	--	--	--	Fagundes (2022)
	Matão 1	SN	BETA 506713	AMS	980 ± 30	923-790	853	0,971	Fagundes (2019)
	Cabeças 3	SN	BETA 400565	AMS	940 ± 30	817-724	776	0,817	Fagundes (2019)
	Lapa da Onça	PD	BETA 370293	¹⁴ C/LSC	790 ± 30	730-654	685	0,988	Fagundes (2019)
	Lapa do Caboclo	PD	BETA 199504	AMS	680 ± 50	668-547	605	1	Isnardis (2009)
	Itanguá 2	SN	CEN 1172	¹⁴ C/LSC	680 ± 110	773-490	613	0,993	Fagundes (2013)
	Itanguá 2	SN	CEN 1181	¹⁴ C/LSC	660 ± 85	683-502	603	0,977	Fagundes (2013)
	Itanguá 2	SN	CEN 1173	¹⁴ C/LSC	630 ± 30	647-589	605	0,685	Fagundes (2013)
	Matão 1	SN	LOE 5105	LOE	550 ± 50	--	--	--	Fagundes (2022)
	Cabeças 4	SN	BETA 379291	¹⁴ C/LSC	480 ± 30	531-451	501	0,976	Fagundes (2019)
	Matão 1	SN	LOE 5105	LOE	400 ± 50	--	--	--	Fagundes (2022)
	Itanguá 2	SN	BETA 310324	AMS	270 ± 20	316-277	289	0,685	Fagundes (2013)
	Mendes 2	PD	CEN 1182	¹⁴ C/LSC	330 ± 85	507-249	354	0,815	Fagundes (2013)
	Cabeças 1	SN	BETA 379288	AMS	270 ± 30	316-277	289	0,685	Fagundes (2013)
	Mendes 2	PD	UG 10586	AMS	220 ± 20	221-143	194	0,811	Fagundes (2013)
	Itanguá 2	SN	DAT3289	¹⁴ C/LSC	150 ± 30	146-0	101	0,761	Fagundes (2013)

Todos os abrigos possuem uma rica materialidade que inclui: (a) arte rupestre extremamente complexa, associada ao que foi definido por Tradição Rupestre do Planalto, descrita por Prous (2019) para o PCB, e vista como um advento do Holoceno Médio por Bueno e Isnardis (2018); (b) conjuntos líticos em diferentes estágios de produção, desde detritos até instrumentos acabados e mais bem elaborados (formais), principalmente em quartzo anédrico, tais como: instrumentos bifaciais, raspadores unifaciais e raspadores plano-convexo (Perillo Filho, 2024);

(c) fragmentos cerâmicos extremamente raros na região, todos finos, com queima reduzida – quatorze vestígios em estratigrafia no sítio Cabeças 4; (d) estruturas de combustão, sempre muito pequenas, não ultrapassando 50 cm de diâmetro, sem uma estruturação visível/definida; (e) raros vestígios faunísticos e botânicos, além dos sedimentos, onde foram coletados fitólitos e material para datação por OLS (Chuang et al., 2018, 2023; Fagundes, 2019, 2022; Fagundes et al., 2024; Perillo Filho, 2024; L. Silva, 2017).



No que diz respeito à arte rupestre em Serra Negra, as pesquisas de Greco (2019) têm contribuído para os nossos estudos. Fazendo uso de uma visão estruturalista, o autor buscou não condicionar função, razão e poder da arte rupestre, fato que, segundo suas análises, limitaria o potencial da humanidade de pensar, fazer ou querer diferente; de se (re)pensar, se (re)fazer e se querer sob outras lógicas: de mudar. Isso porque é inquestionável a habilidade imensurável da humanidade de se (re)interpretar e se relacionar, consigo e com seu meio, em processos múltiplos de usos da natureza, dinâmica social e contextos culturais (Greco, 2019).

Para tanto, Greco (2019) considera a arte rupestre como um sistema de códigos que só funciona e tem função em sua lógica própria, ou seja, só tem sentido dentro de seu contexto, lugar e paisagem, sendo uma ação de estruturação das organizações e elaborações humanas, isto é, a arte rupestre se dá de modo coletivo e enquanto pensamento inconsciente. Logo, as pesquisas de arte rupestre em Serra Negra não têm se preocupado com tipologias ou identificação das figuras. A compatibilidade entre elas se deu de maneiras diferentes,

... em que o posicionamento da figura em relação às demais do conjunto passa a ser o vetor de agência, em detrimento até da própria forma da figura. Ou seja, é possível inferir que a unidade mínima de significação dos processos de constituição dos painéis era maior que a forma das figuras, seja de antropomorfo ou zoomorfo, e se dava no jogo de posicionamento entre elas. Logo, os estratos de pinturas não foram entendidos como camadas que se encaixam, mas sim como membranas que se aglutinam, e também interação com todas as cores que estão na paisagem (Fagundes et al., 2021a, p. 88).

Mesmo não sendo o problema deste texto, cumpre destacar o valor atribuído à arte rupestre em Serra Negra, independentemente de seus significados. Trata-se de um conjunto de símbolos que continua, em cada geração, a renovar sua importância, seu valor e tem sua interpretação atualizada (Cosgrove, 1984; Fagundes et al., 2021a, 2021b, 2024).

Entendemos, assim, que a paisagem envolvente é uma construção simbólica no sentido de que é tanto um constructo como um vetor de ação humana, não se resumindo apenas à materialidade vista na própria arte. Isso se dá porque a paisagem (e a arte rupestre nela) é uma criação fenomenológica; desse modo, ela se insere pelas atividades humanas nos movimentos da vida social (Fagundes et al., 2021a).

Além disso, Appoloni et al. (2019) realizaram medidas *in situ* utilizando o equipamento portátil de fluorescência de raios-X por dispersão em energia nos sítios Cabeças (1 ao 5) e Três Fronteiras (1 ao 7). Os resultados mostraram grande diversidade nas tintas, sobretudo nas vermelhas. Os pigmentos vermelhos apresentaram maior concentração dos elementos Al, P, S, K, Ti e Fe em relação à rocha sem pintura. A alta concentração de Fe indica a presença da hematita. Já os pigmentos amarelos apresentaram maior concentração de Al, P, S, Ca, Ti, Mn, Fe e Ni em relação à rocha sem pintura. Além do elemento-chave Fe, o vermelho se caracteriza pela alta concentração de P, S e K, e o amarelo, pela alta concentração de Si, Ca e Ti. Essas análises preliminares mostram duas categorias de pigmentos vermelhos do tipo terra, ocre de óxido de Fe, sendo um deles mais escuro devido à clara presença de óxido de Mn.

Feita essa síntese sobre a arte rupestre a fim de complementar as análises que se seguirão, este texto foca nos dados paleoambientais que foram obtidos, sobretudo, por meio do exame de fitólitos e da palinologia, além das datações por Carbono 14 – feitas por acelerador de espectrometria de massa (AMS) e contagem de cintilação em meio líquido (LSC) – e Luminescência Opticamente Estimulada (OSL ou LOE), todos utilizados para buscar marcadores de impactos ambientais provocados por mudanças climáticas e, principalmente, para verificar como puderam (ou não) afetar as vivências, uso dos sítios arqueológicos, cosmologias e, sobretudo, todos os processos de formação do registro arqueológico.

Os dados também pretendem contribuir para entender como humanos do Holoceno Médio conseguiram, em longa duração, apropriar-se dessa fisiografia para o estabelecimento de seus conhecimentos e vivências: cosmologias, paisagem, territórios, captação de recursos, além dos aspectos dos comportamentos, ancestralidades, tecnologias sociais e cultura, os quais, aliás, perduram até hoje (Fagundes et al., 2024; Greco et al., 2021; F. Silva, 2024).

A literatura arqueológica, como indicado, tem apontado para a mobilidade populacional dos abrigos do PCB durante este período, provavelmente causada pelas oscilações climáticas (Araújo, 2014), enquanto outros autores sugerem diferentes usos das tecnologias sociais entre os Holocenos Inicial e Médio (Bueno & Dias, 2015; Bueno & Isnardis, 2018). Ainda para outros autores, apesar dessas variantes tecnológicas, sobretudo nos conjuntos líticos, o PCB nunca deixou de ser vivido em diferentes formas de ocupação, seja para o Vale do Peruaçu, Jequitaiá, Vale do São Francisco, Serranópolis ou Santana do Riacho, para citar alguns poucos (Borella, 2022; Fagundes, 2022; Perillo Filho, 2024; Sousa et al., 2020, 2022; Rodet, 2006, 2009; Rodet et al., 2011, 2020).

Apesar de alguns desses autores supracitados terem uma visão divergente, se assim podemos nos referir, sobretudo sobre a mobilidade do PCB, onde pessoas se moviam por questões além de mudanças climáticas, essa questão está muito mais próxima, ao que parece, da realidade em Serra Negra, Alto Araçuaí, Minas Gerais, claramente uma região de ecótono muito próxima do Vale do Rio Doce, mais inserida no Alto Araçuaí, portanto no PCB (Gontijo, 2022).

Assim, dados obtidos em escavações através de estudos de fitólitos e palinológicos de sedimentos arqueológicos, perfis de solo próximos aos assentamentos e turfeiras, indicam outras possibilidades para o entendimento das ocupações humanas em Serra Negra (Bispo et al., 2015; Costa, 2018; Costa et al., 2022; Chueng et al., 2018, 2023; Horák-Terra et al., 2011, 2020; Machado et al., 2021; M. Silva & A. Silva, 2017).

MATERIAIS E MÉTODOS

Neste artigo, procurou-se comparar os resultados dos estudos arqueológicos da região de Serra Negra com estudos paleoambientais realizados nas proximidades. Dentre esses estudos, destacamos os que trabalharam com materiais de sítios arqueológicos. Chueng et al. (2018) utilizaram fitólitos como *proxy* para as condições paleoambientais do sítio Cabeças 4 de um perfil de Organossolo próximo ao sítio arqueológico, em Felício dos Santos, Minas Gerais. Posteriormente, os autores também trabalharam em duas das cinco quadrículas escavadas (5 m²), localizadas em um abrigo rochoso formado pelo abatimento de rochas quartzíticas na Serra do Matão, Alto Araçuaí, borda leste da SdEM (Chueng et al., 2023). Foram calculados índices fitolíticos como a densidade de cobertura arbórea (D/P), o estresse hídrico (Bi%) e o índice climático (Ic%) (Chueng et al., 2018, 2023).

Todas as idades de radiocarbono são relatadas como anos AP (antes do presente - 1950) e normalizadas para resultados individuais de $\delta^{13}\text{C}$ (Stuiver & Polach, 1977). Todas as novas idades ^{14}C foram calibradas de acordo com a curva do modelo SHcal20 (Hogg et al., 2020), considerando incertezas 2 sigma no programa CALIB 8.20 (Stuiver et al., 2021) e idades ^{14}C obtidas da literatura, recalibradas pelo mesmo método para comparar resultados de idades semelhantes, sendo eles relatados como cal. AP. O modelo de idade foi desenvolvido no CLAM, usando a regressão linear simples entre cada ponto de empate de idade, com intervalo de confiança de 95% (Blaauw, 2010), também calibrado de acordo com a curva do modelo SHcal20 (Hogg et al., 2020).

Os resultados cronológicos do SdEM (Quadro 1) foram obtidos por pesquisas realizadas pela UFMG e LAEP/UFVJM, em um total de 44 datas ao longo do Holoceno, com base em treze sítios arqueológicos. Como já dito, os resultados da datação por radiocarbono foram realizados para esta pesquisa usando o acelerador de espectrometria de massa (AMS) pelo Laboratório *BETA Analytic* e no Centro de Energia Nuclear na Agricultura da Universidade

de São Paulo (CENA/USP) pelo método de contagem de cintilação em meio líquido (LSC).

Os dois diferentes métodos de datação de radiocarbono oferecem datações confiáveis; a principal diferença está na quantidade de material disponível para a análise, visto que é um método destrutivo. Além disso, a precisão do LSC é inferior, fornecendo eventualmente erros pouco maiores nas idades do que o método de ^{14}C . Apesar disso, o intervalo de idades apresentado por ambos os métodos se sobrepõe, não oferecendo inconsistência cronológica nas interpretações apresentadas, independentemente do sítio estudado.

CRONOLOGIAS DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO ALTO JEQUITINHONHA

As ocupações humanas regionais podem ser agrupadas em três períodos distintos do Holoceno, obtidas da escavação de quatorze sítios arqueológicos, nos municípios de Diamantina, Felício dos Santos, Itamarandiba e Senador Modestino Gonçalves (Figura 1), a saber: (a) Holoceno Inicial – com cronologias entre 12.500 e 8.000 cal. anos AP, em quatro sítios arqueológicos no lado sul de Diamantina, todos localizados na bacia do São Francisco; (b) Holoceno Médio – obtidos durante a escavação de três sítios arqueológicos em Serra Negra (Cabeças 4, Três Fronteiras 7 e Sampaio), com cronologias entre 7.169 até 4.388 cal. anos AP (data ^{14}C , probabilidade média); todos os assentamentos estão localizados na bacia do rio Jequitinhonha; (c) Holoceno Superior – com cronologias a partir de 4.200 anos AP até a invasão dos territórios indígenas pelos europeus, obtidas em dez sítios arqueológicos, localizados nos municípios mineiros de Diamantina, Itamarandiba, Senador Modestino Gonçalves e Felício dos Santos (Quadro 1).

Os sítios arqueológicos com datações mais antigas estão todos localizados no Planalto Diamantinense, incluindo datas entre 12.549 e 9.481 cal. anos AP (probabilidade média). As datas mais antigas estão na faixa de 12.000 cal. anos AP, e todos os locais foram estudados por Isnardis e sua equipe (Isnardis, 2009; Isnardis & Linke, 2021; Linke et al., 2020).

O mais conhecido é o sítio Lapa do Caboclo, sobretudo pelos sepultamentos encontrados nas suas camadas iniciais, embora exista também a datação obtida para o sítio arqueológico Lapa do Peixe Gordo (Isnardis, 2009). Ambos são abrigos sobre rocha quartzítica, localizados em áreas de campos rupestres, um dos quatro tipos de Cerrado *stricto sensu*. Esta fitofisionomia, estabelecida sobre um substrato rochoso, inclui exemplares herbáceos e arbustivos com menos de dois metros de altura, adaptados a altitudes elevadas, ventos fortes e variações extremas de temperatura (J. Ribeiro & Walter, 2008).

Segundo Isnardis (2009), o material lítico associado a essas cronologias mais antigas é majoritariamente em quartzito, com componentes muito homogêneos e cores diversas, características que permitiram a obtenção de lascas para a produção de ferramentas de rochas/minerais. Os principais vestígios são plaquetas retocadas com perfil distal curvo. As estruturas de combustão, das quais resultaram cronologias, são pequenas, com diâmetro não superior a 50 cm, sem blocos associados, pouca profundidade e carvões pouco abundantes, sendo que o mesmo ocorre com restos faunísticos. Essas características permitiram ao autor inferir tratar-se de acampamentos temporários.

Quanto às cronologias do Holoceno Médio, elas eram desconhecidas no Alto Araçuaí, Minas Gerais, sendo evidenciadas nas escavações dos sítios Cabeças 4, Três Fronteiras 7 e Sampaio, todos em Felício dos Santos, Minas Gerais, nas nascentes do rio Araçuaí. As cronologias e os dados obtidos nas escavações desses assentamentos são de extrema importância para a Arqueologia, em um ambiente igualmente estável, conforme foi observado pelos dados do paleoambiente (Figura 1; Quadro 1) (Bispo et al., 2015; Costa, 2018; Costa et al., 2022; Chueng et al., 2018, 2023; Horák-Terra et al., 2011, 2020; Machado et al., 2021; M. Silva & A. Silva, 2017). As cronologias mais recentes, do Holoceno Superior, foram alcançadas tanto nos sítios do Planalto Diamantinense quanto em Serra Negra. Segundo Isnardis (2009), apesar de haver apenas datações absolutas do sítio Lapa do Caboclo (datação de 1.087 cal. anos AP,

probabilidade média), outros sítios estudados pelo autor e sua equipe apresentam camadas sedimentares associadas a esse período, onde é forte a evidência de horticultura (milho ainda não modificado geneticamente), embora com pouquíssimos fragmentos cerâmicos (Isnardis, 2009). Em Serra Negra, todos os sítios escavados apresentaram estratigrafias e materialidades do Holoceno Superior, entretanto os materiais orgânicos são muitos raros, em função da acidez do solo, sendo evidenciados poucos ossos de pequenos mamíferos e sementes não identificadas (Fagundes, 2022).

PALEOAMBIENTES NO TERRITÓRIO DE SERRA NEGRA

As amostras coletadas em sequência no perfil situado dentro da escavação do sítio Cabeças 4 (todas as quadrículas escavadas) e no perfil de um Organossolo próximo ao sítio indicaram a predominância dos tipos de fitólitos relacionados à vegetação de gramíneas (Poaceae) e de palmeiras (Arecaceae) (Chuang et al., 2018). A comparação entre os perfis possibilitou encontrar os mesmos tipos de fitólitos, indicando uma vegetação semelhante à atual. Logo, os dados sugerem que, na faixa cronológica de ocupação do sítio arqueológico, sobretudo durante o Holoceno Médio, a região foi coberta predominantemente por campos rupestres, com estresse hídrico moderado (Chuang et al., 2018). Além disso, a boa

preservação dos fitólitos, distribuídos de forma homogênea em profundidade e com índices que não variaram ao longo do perfil, sugeriu condições estáveis (Figura 2).

Esses resultados corroboram as pesquisas arqueológicas já desenvolvidas na área, que destacam essa região como propícia para a ocupação de grupos de caçadores-coletores e horticultores que souberam utilizar muito bem os recursos que esse ecótono proporcionava (e proporciona) (Gontijo, 2022).

Resultados semelhantes foram encontrados por Chueng et al. (2023) no sítio Matão 1. A vegetação atual é considerada um ecótono entre a floresta estacional, o Cerrado e os campos rupestres (Gontijo, 2022). Em todas as amostras analisadas, foram observadas grandes quantidades de fitólitos muito bem conservados. Durante o período observado (de cerca de 3.400 a 900 anos AP), predominaram os fitólitos de Poaceae e os de Arecaceae, provavelmente advindos da palmeira *Syagrus ruschiana*, abundante na região.

Assim, é inegável que há uma quantidade significativa de seixos, visível na escavação (Figura 3). Muitos desses seixos apresentam sinais de afundamento central ou marcas laterais que nos levaram a crer que estavam associados, unicamente, ao lascamento bipolar (Prous et al., 2012). Contudo, as análises de fitólitos realizadas por Chueng et al. (2023) apontaram para outra possibilidade de uso da

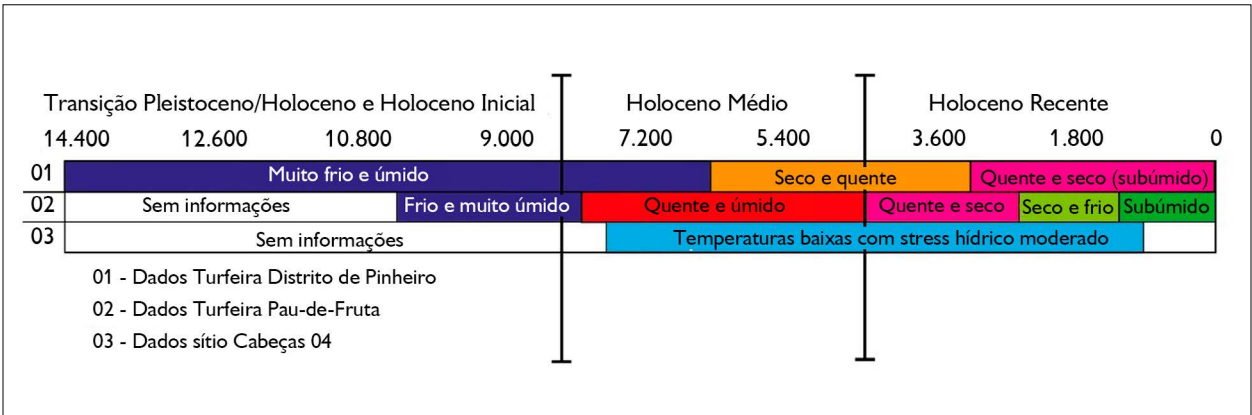


Figura 2. Dados paleoclimáticos das regiões do Planalto Diamantinense e de Serra Negra. Fonte: Chueng et al. (2018, 2023), Chueng (2020), Horák-Terra (2014), Horák-Terra et al. (2014, 2020).

materialidade escavada (quebra-coquinhos⁵), havendo uma quantidade imensa de fitólitos, em todas as camadas, de Poaceae (*blocky*, *bulliform flabellate* e *acute bulbosus*) e os de Arecaceae (*spheroid echinate*), como dito, provavelmente da palmeira *Syagrus ruschiana*, responsável por fornecer o chamado coco-de-pedra, apreciado pelas comunidades até hoje. Essas conclusões nos fizeram levantar o uso dos utensílios do sítio arqueológico, lembrando que a presença de fitólitos é marcante em todas as camadas de ocupação do assentamento (Chung et al., 2023).

Machado et al. (2021) contribuíram para a reconstrução paleoambiental das cabeceiras do rio Preto (afluente da margem esquerda do Araçuaí), próximas aos sítios arqueológicos, utilizando biomineralizações de sílica associadas a outros indicadores (análise *multiproxy*). Os autores inferiram que não houve alteração nas

fitofisionomias a partir de cerca de 23.330 cal. anos AP até o presente, embora tenha sido possível identificar quatro períodos com oscilações entre um ambiente mais frio e seco no Pleistoceno Superior, que gradualmente se tornou mais quente e úmido no Holoceno Superior (Figura 2). De todos os períodos analisados por Machado et al. (2021), o que trata do Holoceno é o que mais nos interessa. Nele não ocorreu alteração na cobertura vegetal, havendo uma tendência de aumento gradativo da temperatura.

Bispo et al. (2015), utilizando datações isotópicas ¹⁴C e ^δ¹³C, realizadas em duas turfeiras nas cabeceiras do rio Araçuaí, a quatro quilômetros da área amostrada, detectaram uma mudança de clima mais seco para mais úmido entre 7.664 e 4.226 anos AP, com maior contribuição de gramíneas até 7.664 anos AP, e mistura de plantas, com contribuição de plantas lenhosas, até 4.426 anos AP.

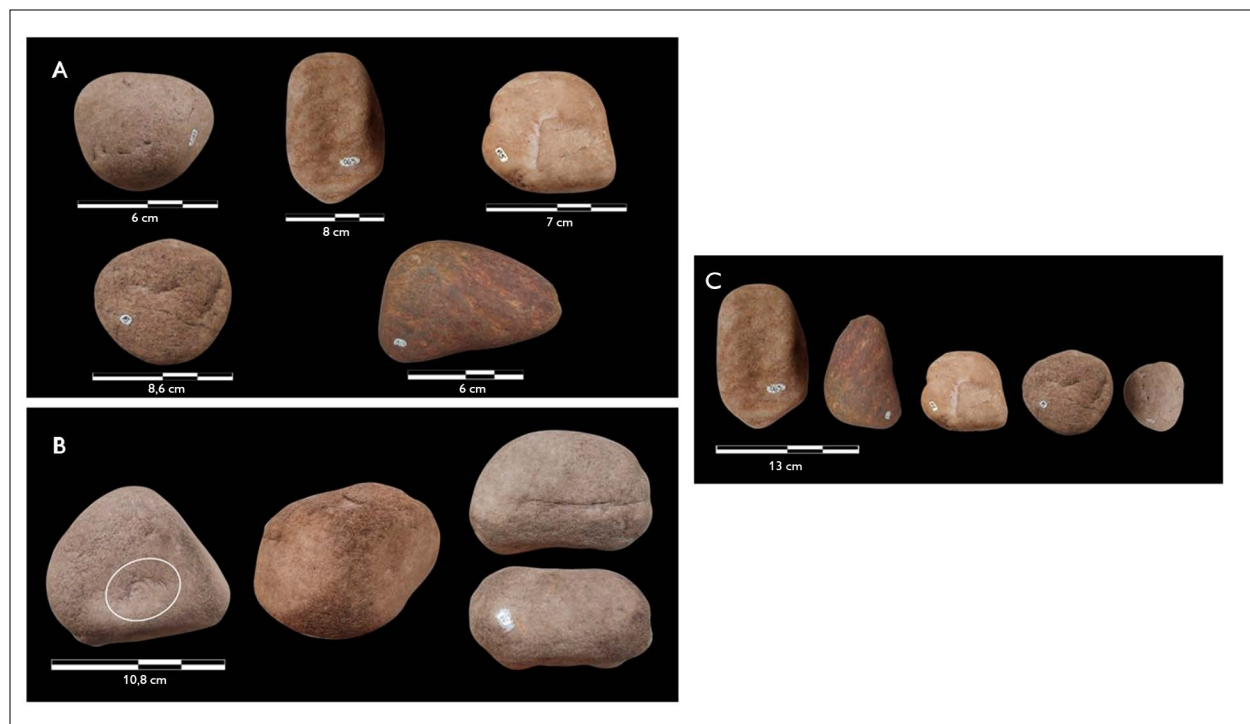


Figura 3. Seixos do sítio Matão 1, Serra Negra, Minas Gerais. Fonte: Autores, 2024.

⁵ Schlanger (1992) chama esse tipo de materiais (fixos ou não) como lugares persistentes (*persistent places*), ou seja, territórios que são usados frequentemente como áreas para o desenvolvimento de determinada atividade social.

Na turfeira de Rio Preto, os dados de Costa (2018) indicam uma tendência de aumento da umidade e da temperatura no Holoceno Superior. Outros estudos de paleovegetação no estado de Minas Gerais encontraram dados semelhantes no período. Por exemplo, Parizzi et al. (1998), com base em dados polínicos, registraram aumento gradativo da umidade em Lagoa Santa, Minas Gerais, a partir de 6.100 anos AP, enquanto, entre 5.300 e 4.600 anos AP, teria havido uma mistura de Cerrado com matas de galeria, e há aproximadamente 4.600 anos AP o clima teria sido semiúmido, semelhante ao atual.

As análises *multiproxy* de Costa et al. (2022) identificaram cinco fases para a turfeira Araçuaí na SdEM. Na fase 1 (8.900 a 6.600 anos AP), houve um período mais úmido com aumento de temperatura, exceto por um resfriamento pontual em 8.200 anos AP. A fase 2 (6.600 a 3.900 anos AP) apresentou tendência de decréscimo de temperatura. Na fase 3 (3.900 a 2.100 anos AP), houve redução da umidade e aumento de temperatura. Já na fase 4 (2.100 a 250 anos AP), ocorreu decréscimo na temperatura e aumento de umidade. Finalmente, na fase 5 (últimos 250 anos), as condições ambientais são semelhantes às atuais.

Horák-Terra et al. (2011), realizando estudos palinológicos em uma turfeira no município de Diamantina, Minas Gerais, a trinta quilômetros da área de estudo, obtiveram evidências de vegetação com plantas mais lenhosas, com expansão da floresta no Holoceno Superior/Médio (entre 8.090 e 4.100 anos AP), condição que levou os pesquisadores a concluir que havia um clima regional mais úmido (Figura 2). Os autores mencionam ainda que ocorreu um período mais seco desde 2.500 anos AP até 430 anos AP, quando a umidade aumentou para as condições atuais.

Os estudos palinológicos de Behling (1995, 2003), na região de Lagoa Nova e Lago do Pires, indicam dois períodos consecutivos de umidificação no Holoceno Superior. De acordo com as análises polínicas de Meyer et al. (2014), a Turfeira Pau-de-Ferro, no SdEM, apresenta diversas oscilações de umidade ao longo da segunda metade do Holoceno. Desde 5.700 anos AP, as turfeiras tenderam

a se transformar em um pequeno lago e as florestas se desenvolveram, indicando um clima muito úmido, com pico de 4.700 anos AP. Finalmente, Horák-Terra et al. (2020), desenvolvendo análises *multiproxy* na turfeira do Pinheiro, mostram que um clima mais úmido foi predominante na área do Cerrado desde o Holoceno Médio até os dias atuais.

Contudo, em outras regiões do PCB, estudos têm mostrado muitas semelhanças em relação aos realizados em Serra Negra. Sousa et al. (2020, 2022), por exemplo, discutem os sedimentos indicando o uso/a permanência constante dos abrigos, com presença de conjuntos líticos em todas as camadas. Esse fato ocorre em Serra Negra (Fagundes, 2022), mesmo porque nossa noção de abandono está mais próxima ao que foi discutido por Fagundes e Arcuri (2023).

Indiferente aos métodos que arqueólogos e outros pesquisadores estão utilizando, a discussão sobre o chamado Hiato do Arcaico deve ser levada muito a sério, uma vez que todos os autores citam ocupações ininterruptas durante o Holoceno Médio (Borella, 2022; Prous et al., 2011; Rodet, 2006, 2009; Rodet et al., 2011, 2020; Sousa et al., 2020, 2022).

OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO HOLOCENO MÉDIO

Conforme será discutido adiante, as escavações de três sítios em Serra Negra obtiveram resultados inesperados no que tange às suas cronologias. A literatura indica que, ao longo do Holoceno Médio, houve: (a) quase nenhuma ocupação humana em abrigos (Araújo, 2014) ou (b) uso diferenciado dos sítios arqueológicos em abrigos (Bueno & Isnardis, 2018).

No entanto, para a área de estudo, os dados indicam que os abrigos continuaram a ser utilizados como centro gravitacional, assim como alguns foram usados como temporários neste território. De qualquer maneira, o registro arqueológico não informa qualquer tipo de abandono material (Borella, 2022; Fagundes, 2022; Fagundes & Arcuri, 2023; Prous et al., 2011; Rodet et al., 2011; Sousa et al., 2020, 2022).

Como já citado, Sousa et al. (2020), por exemplo, realizaram um estudo em sustentabilidade magnética (SM) focado na queima permanente de fogueiras em abrigos, distinguindo fatores naturais de antropogênicos. Para tanto, realizaram coletas de sedimentos de sítios arqueológicos da bacia do rio São Francisco (sítios Bibocas II, Santana do Riacho, Lapa da Passagem, Lapa do Boquete, Lapa Pintada etc.), inclusive da região amazônica. Concluíram, então, que houve uso constante de fogueiras antrópicas nesses locais, cooperado com a presença do lascamento de rochas e/ou minerais. De qualquer forma, a pesquisa tratou de diferenciar os incêndios arqueológicos daqueles de origem natural, cooperando, assim, com a hipótese de uso constante dos abrigos durante o Holoceno Médio.

Borella (2022), ao estudar os sepultamentos do sítio Caixa d'Água, em Buritizeiro, no vale do São Francisco mineiro, destaca a importância do assentamento, com 43 sepultamentos bem preservados e com datas do Holoceno Médio. Mesmo sendo um assentamento a céu aberto, o sítio, como a Lapa do Gentio, no vale do Peruaçu, é um abrigo onde as práticas de sepultamento ocorrem durante o Holoceno Médio, ou mesmo no nordeste do país, como o de Pedra do Alexandre ou Lapa do Buíque (Borella, 2022). Portanto, a prática de sepultamento em abrigos com datas do Holoceno Médio continua sendo uma realidade no PCB. Na letra da autora:

Em Lagoa Santa, não somente o uso dos abrigos como a área de deposição dos mortos parece ter sido abandonado como também o uso de práticas fúnebres cuja manipulação do corpo (e.g. descarnamento, corte e decapitação) desaparecem da região. A prática de se utilizar blocos para demarcação ou cobertura da estrutura funerária, em contrapartida, parece se manter em todo Brasil Central. Em sítios como Lapa do Boquete e também Caixa d'Água, os blocos de pedra eram utilizados para cobrir o indivíduo, delimitá-lo e/ou para “forrar” a cova funerária (Borella, 2022, p. 307).

Assim, as ocupações durante o Holoceno Médio (sobretudo em abrigos) são comprovadas em outras regiões do PCB por estudos paleoambientais e arqueológicos, sendo que a hipótese do Hiato do Arcaico cai por terra

quando comparada aos estudos de Borella (2022), Fagundes (2022), Rodet (2006, 2009), Rodet et al. (2011) ou Sousa et al. (2020, 2022).

De qualquer maneira, as oscilações climáticas têm sido frequentemente apontadas como a principal causa de mudança na implantação dos sistemas de assentamento, sendo muito provável que as populações que habitaram essas regiões por milênios tenham migrado para áreas ambientalmente mais estáveis (Araújo, 2014). Alguns autores também destacam mudanças no modo de vida dos grupos de caçadores-coletores em relação à mobilidade e às tecnologias sociais, havendo uma maior regionalização nas estratégias de uso da terra (Bueno & Isnardis, 2018).

Quando o primeiro abrigo escavado em Serra Negra apresentou cinco datas do Holoceno Médio, distribuídas em diferentes camadas de ocupação (Cabeças 4), entendeu-se que seria possível contribuir para a discussão com pontos relativos a: (a) extensão das escavações para abrigos com sistema de implantação semelhante ao sítio Cabeças 4; (b) execução de novas técnicas que poderiam contribuir para a compreensão das condições do território Serra Negra; (c) ampliação do quadro cronológico regional; (d) própria memória das populações indígenas do antigo Distrito Diamantífero, onde, além de essas populações terem sido aniquiladas fisicamente, suas memórias também foram anuladas e esquecidas.

Assim, nenhuma das conjecturas que buscam explicar o Hiato do Arcaico no PCB foi descartada. Na verdade, com base nessas teorias, buscou-se desenvolver análises que pudessem contribuir para a compreensão dessa realidade nos abrigos do território. Ou seja, para melhor compreensão desses dados e da discussão posterior, é necessário apresentar as principais características de implantação desses abrigos e as materialidades evidenciadas em sua escavação, especialmente no que diz respeito aos conjuntos líticos e à arte rupestre (Fagundes, 2022; Fonseca, 2023; Greco, 2019; Perillo Filho, 2024).

O sítio Cabeças 4 está localizado em um grande abrigo sobre rocha quartzítica em área de Floresta Tropical Semidecidual, na Serra do Gavião. Esta é atualmente uma área bem irrigada, que pode ser considerada uma zona de transição (Fagundes, 2022; Gontijo, 2022). A escavação ocorreu em 2013, abrindo uma área de 3 m² até a profundidade de 70 cm, utilizando como técnica as decapagens por níveis naturais⁶ (Figuras 4A, 4C). A ocupação por grupos horticultores é representada por meio da identificação de fragmentos cerâmicos, material botânico e faunístico (raros devido à acidez

desse sedimento); vários tipos de material lítico em quartzo (instrumentos expeditos ou de ocasião, sem usos posteriores, como lascas retocadas) e uma lâmina de machado completa polida em batólito do Itanguá (uma rocha básica). A datação foi do século XIV, em 480 ± 30 anos AP (calibrada entre 531 e 541 cal. anos AP).

Durante o Holoceno Médio, ou seja, entre 7.259-7.154 e 4.449-4.287 cal. AP. (Quadro 1), o sítio está marcado pela presença de pelo menos três ocupações de caçadores-coletores entre o nível 11/12 ao final da escavação, com indícios de conjuntos líticos, destacando-se

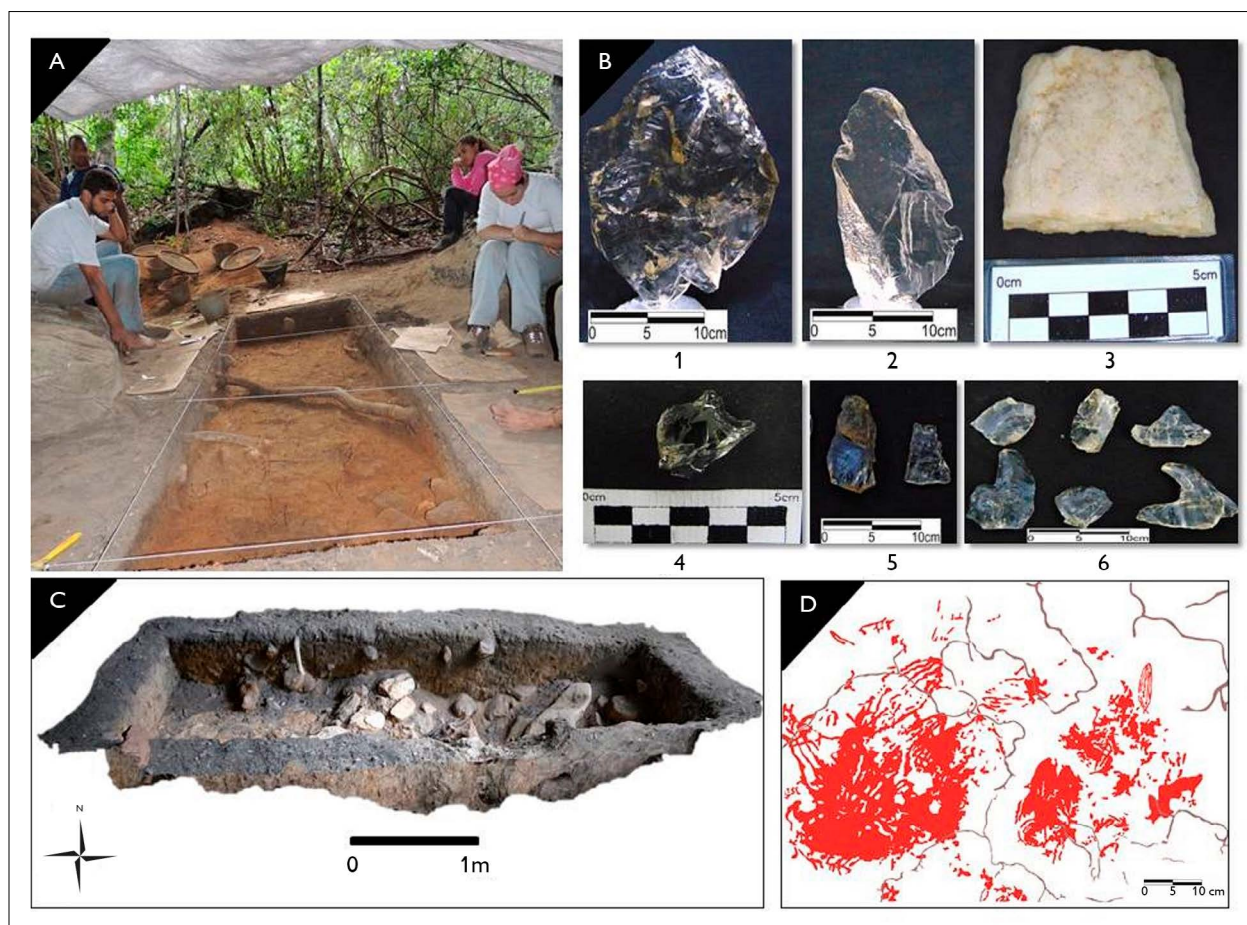


Figura 4. Sítio Cabeças 4, Felício dos Santos, Minas Gerais: A) escavação; B) material lítico associado aos grupos de caçadores-coletores; C) imagem do final da escavação; D) arte rupestre do teto do abrigo. Fonte: Autores, datas diversas.

⁶ Todos os demais sítios citados neste artigo são de abrigos sob rocha, escavados utilizando a técnica de decapagem por níveis naturais.

a presença do quartzo⁷ (87,42% do total, equivalente a 2.353 vestígios), além de quartzito e fragmentos de óxido de ferro (totalizando 2.788 vestígios). A técnica de lascamento unipolar com uso de percutor duro é predominante, apesar de 6% do material terem sido obtidos pela técnica bipolar (Perillo Filho, 2024). Entre os vestígios, a presença majoritária é de resíduos do processo de redução do núcleo, com quantidade significativa de lascas de debitage e façongem. Além desses refugos, também foram evidenciados vários instrumentos (plano-convexos, lascas retocadas, raspadores, furadores etc.), núcleos e percutores (Fagundes et al., 2022; Perillo Filho, 2024; L. Silva, 2017) (Figura 4B).

No horizonte mais antigo, associado aos grupos de caçadores-coletores, observou-se a existência de três ocupações distintas, as quais foram comprovadas por meio de datações por radiocarbono (Quadro 1). Apesar da aparente estabilidade técnica dos conjuntos líticos, há nuances importantes para a discussão a seguir:

(a) Primeira ocupação – ocorreu entre 6.290 ± 30 e 6.140 ± 40 anos AP, calibrada entre 7.259 e 6.854 cal. anos AP, onde pode ser observada a produção de artefatos bifaciais, principalmente em cristal de quartzo anédrico. Há ocorrência discreta de quartzito, uma quantidade significativa de pequenas lascas de façongem e retoque, e uma baixa densidade de artefatos acabados (formais). A evidência dessas grandes concentrações de lascas é decorrente de processos secundários de redução, ou seja, sem a presença de córtex, e pode indicar que a redução inicial ocorreu nas fontes de matéria-prima (menos de 50 metros do local), com produção de artefatos ocorrendo no abrigo⁸;

(b) Segunda ocupação (camada intermediária) – ocorreu entre 6.035 e 5.912 anos AP (datas calibradas).

A predominância de quartzo anédrico continua nos conjuntos líticos, com menor uso de quartzito, alguns dos quais de origem exógena⁹, como um fragmento mesial de um artefato unifacial sobre uma plaqueta de quartzito (Figura 4B-3). A quantidade de detritos provenientes de processos de redução secundária permanece elevada, embora a partir daqui se observe a presença de diversos instrumentos (lascas unipolares, raspadores, furadores etc.), obtidos por meio do lascamento unipolar com uso de percussão direta dura (Figuras 4B-1, 4B-2);

(c) Terceira ocupação – entre 4.010 ± 40 e 3.980 ± 30 anos AP (calibrada em 4.532 e 4.287 anos AP), apresenta em sua maioria detritos de processo de debitage mais avançada, diminuição das lascas secundárias (façongem e retoque), com presença mais nítida de detritos e lascas unipolares sem modificação das bordas.

Em síntese, pode-se dizer que os conjuntos líticos nesse sítio eram claramente baseados na exploração de blocos/veios de quartzo anédricos, com forte presença de lascas de retoque e façongem, especialmente em níveis mais antigos, sobretudo para a produção de instrumentos formais unipolares, na maioria, e bipolares¹⁰ (Figuras 4B-4, 4B-5, 4B-6). Há uma tendência à produção de instrumentos sobre lascas e, embora tenham sido detectadas lascas bipolares (12, equivalentes a 6% de toda a montante), a tecnologia unipolar com uso de percutor duro é majoritária, com 94% (2.620 vestígios) das lascas estudadas (Perillo Filho, 2024; L. Silva, 2017).

Essa característica está associada ao modo como a matéria-prima mineral ocorre na região, na forma de blocos/veios anédricos, existindo poucas lascas com córtex presentes no registro arqueológico estudado. Por outro lado, há grandes concentrações de pequenas lascas

⁷ Dependendo da maneira como esses veios/blocos são debitados, pode-se obter quartzo translúcido ou leitoso, embora haja cristais no registro arqueológico do Cabeças 4.

⁸ Os veios de quartzo, refugos de lascamento e até um instrumento quebrado foram evidenciados nesse local, visto como principal fonte de matéria-prima. Entretanto, nada foi realizado, sendo hoje usado como caminho de gado.

⁹ Tratamos como exógeno, uma vez que o quartzito local não é apto ao lascamento (homogêneo). Todavia, todos os conjuntos analisados em Serra Negra demonstram uma predileção pelos blocos/veios de quartzo anédrico. Em alguns sítios, como o Matão 1, foram evidenciados seixos de quartzo.

¹⁰ Detalhes podem ser vistos em L. Silva (2017) e Perillo Filho (2024).

oriundas do processo de lascamento secundário, uma vez que a maior parte dos vestígios, como já dito, está sem a superfície cortical, principalmente devido ao processo de pré-preparação dos núcleos, provavelmente no local de captação da matéria-prima, muito perto dos abrigos, como mencionado na nota de rodapé nº 10.

As análises de diversos autores indicam a presença de tecnologia social notoriamente de ocasião (ou expedita) para esse período (fase 4 de ocupação do PCB, segundo Bueno e Isnardis, 2018). No entanto, os resultados das análises dos conjuntos líticos do sítio Cabeças, especialmente para as camadas mais antigas entre 7.259 e 6.854 cal. anos AP, apresentam grande concentração de lascas de façomagem e retoque, indicando que esse conjunto contou com elaboração de instrumentos formais (ou de curadoria), apesar dos raros exemplos de todos os produtos da cadeia operatória (Fagundes et al., 2017, 2022; Fagundes & Perillo Filho, 2018; Perillo Filho, 2024; L. Silva, 2017; Soressi & Geneste, 2011).

Esse dado indica uma alta especialização no manejo da matéria-prima para lascamento, associada ainda à elaboração de instrumento formal (curado). No sítio, não foi identificada grande quantidade de instrumentos formais; no entanto, esse tipo de lasca pode estar associado diretamente a técnicas de redução ligadas a um maior controle do suporte de lascamento para elaboração de instrumentos. Ademais, podemos também associar a presença de lascas de pequeno porte com negativos centrípetos, perfis curvilíneos à intenção de realizar não apenas reduções volumétricas no suporte, mas também modificações morfológicas, transformando a lasca bruta no instrumento curado/formal intencionado.

Devemos nos lembrar que nossas análises economicistas (reducionistas) só pensam nos instrumentos líticos, exclusivamente, para questões cotidianas (para a caça, por exemplo). Percepção da paisagem, cosmologias, relações de poder, identidades (coletiva ou individuais), conflitos, agências, entre outros aspectos, estavam presentes na vida material e nas vivências dessas pessoas, mesmo que para isso usemos de hipóteses e inferências (ou mesmo de outros vestígios arqueológicos, como a arte rupestre), já

que sabemos o quão difícil é a observação de todas essas características via conjuntos líticos, exclusivamente, mesmo se tratando de *Homo sapiens sapiens* (Dietler & Herbich, 1998; Schlanger, 1992; F. Silva, 2024; Wiessner, 1983).

Dessa forma, aqueles elementos não podem ser esquecidos nas análises sobre a materialidade, mesmo que sejam atos subjetivos. Nesse caso, inferências se fazem indispensáveis, muitas vezes buscando na arqueologia etnográfica algumas proposições. Porém, tem-se consciência de que a analogia direta não deve ser realizada, sendo um grave perigo para as pesquisas arqueológicas (Dietler & Herbich, 1998; Fagundes & Arcuri, 2023; Fagundes et al., 2024; Hamilakis & Anagnostopoulos, 2009; Isnardis & Linke, 2021; González-Ruibal, 2006, 2017; Schlanger, 1992; F. Silva, 2013, 2024; Wiessner, 1983).

O sítio Sampaio está implantado num abrigo quartzítico situado em meia encosta, no município de Felício dos Santos, próximo à nascente do rio Arauaí, onde foi realizada uma escavação de 1 x 1 metro (1 m²). Apesar de ter espaço significativo nessa escavação, grande parte dela é composta por solo rochoso (Figuras 4B, 4C e 5A). Os resultados indicaram três camadas estratigráficas de ocupação, entre as quais apenas a última foi datada, em 4.280 ± 30 anos AP (4.870 a 4.797 anos cal. AP), em um total de 336 vestígios líticos evidenciados. O sítio foi estudado por Fagundes et al. (2017), estando composto majoritariamente de quartzo anédrico (276 peças, equivalentes a 84,96% do total), embora existam também materiais em quartzito (46 peças, equivalentes a 14,11%), óxidos de ferro (duas peças, equivalentes a 0,61%) e sílex (duas peças, equivalentes a 0,61%). Trata-se de uma indústria baseada no lascamento unipolar, sendo o único tipo utilizado neste conjunto. Quanto à morfologia, o conjunto lítico é composto majoritariamente por partes de lascas (91,70%, equivalentes a 299 vestígios), seguido de instrumentos, sobretudo lascas retocadas (2,44%, equivalentes a oito vestígios), lascas com marcas de utilização (4,29%, equivalentes a 14 vestígios) e plaquetas naturais (1,53%, equivalentes a cinco vestígios) (Fagundes et al., 2017).

A escavação do abrigo Três Fronteiras 7, na cidade de Senador Modestino Gonçalves, Minas Gerais, ocorreu em julho de 2017, por meio de decapagem natural (Figuras 5E, 5G, 5H). Ao final do processo de intervenção, pôde-se observar que o comportamento estratigráfico permaneceu o mesmo nas seis quadrículas escavadas (total de 6 m²), com três camadas estratigráficas distintas no mesmo espaço escavado, sem qualquer tipo de separação (Figura 5F), resultando na identificação de quatro estruturas de

combustão e um total de 4.157 itens de material lítico (Fagundes et al., 2020; Perillo Filho, 2024)¹¹. Quanto à matéria-prima, pelo fato de o sítio se encontrar muito próximo dos locais de afloramentos de blocos de quartzo (anédrico), esse mineral representa 95,88% do total (3.986 peças), seguido pelo sílex (3,22%, ou seja, 134). Juntos, arenito silicificado, hematita e quartzito representam 0,9% (37 vestígios) do material lítico encontrado na escavação. Portanto, o conjunto lítico do sítio Três Fronteiras 7 é



Figura 5. Escavações dos sítios Sampaio e Três Fronteiras 7: A-B) processo de escavação do sítio Sampaio; C) grafismos do sítio Sampaio, painel B; D) aspecto geral da fisiografia de Três Fronteiras; E-H) processo de escavação do sítio Três Fronteiras 7, com destaque para a estratigrafia com datações radiocarbônicas. Fonte: autores, datas diversas.

¹¹ A camada 3 obteve duas datações por LOE/SARS15, uma de 6.525 ± 690 e outra de 6.165 ± 515 , comprovando nossa hipótese de que essa camada, com pouquíssima materialidade, teria sido ocupada temporariamente durante o começo do Holoceno Médio (Quadro 1).

marcado pela predominância do quartzo para produção de instrumentos, utilizando no lascamento a percussão direta com uso de percutor duro, embora em alguns exemplares tenha havido o uso de retoque com percutores macios (com presença de lábios sobressalentes em alguns vestígios). Por outro lado, entre os vestígios recuperados na escavação, há uma quantidade significativa de pequenas lascas de façomagem, indício de que os artefatos podem ter sido produzidos localmente e levados para outras áreas. Contudo, os detritos do processo de debitage *in situ* cobrem 98% do conjunto artefactual em quartzo, em que lascas e instrumentos têm um número insignificante (Fagundes et al., 2020; Perillo Filho, 2024). Entre os principais instrumentos *in situ*, podemos citar as lascas com retoques e pequenos raspadores unifaciais.

OCUPAÇÕES HUMANAS DURANTE O HOLOCENO MÉDIO EM ABRIGOS DO PLANALTO CENTRAL BRASILEIRO

A diversidade de sítios e de registro arqueológico associada ao Holoceno Inferior (Araújo, 2014; Bueno & Dias, 2015; Bueno & Isnardis, 2018; Rodet, 2006, 2009) não ocorre com a mesma frequência, variedade e densidade durante o Holoceno Médio. De qualquer forma, essa escassez de cultura material em estratigrafia provocou debate sobre o que pode ter levado ao provável abandono de paisagens inteiras durante quase quatro milênios, com breves interrupções (Bueno & Isnardis, 2018, p. 107).

Sabemos que, embora muitas áreas brasileiras estivessem densamente ocupadas durante o Holoceno Inferior – por exemplo, Serra da Capivara, no estado do Piauí; região cárstica de Lagoa Santa, Vale do Rio Peruáçu, região de Montalvânia e Planalto Diamantinense, no estado de Minas Gerais; bacia hidrográfica do rio Tocantins; Santa Elina, no estado de Mato Grosso, entre outras (Bueno, 2007; Bueno & Dias, 2015; Bueno & Isnardis, 2018; Isnardis, 2009; Lourdeau, 2019; Prous et al., 1984; L. Ribeiro, 2006; Rodet, 2006; Vialou, 2005) –, no Holoceno Médio há uma baixa no número de datas, o que não significa que

tudo o PCB foi despovoado por questões de oscilações climáticas (Rodet, 2006) (Figura 6).

Ao longo dos anos, algumas hipóteses foram levantadas a esse respeito. Há autores que sugerem o despovoamento daquelas áreas como resultado de fortes instabilidades climáticas (sobretudo, no índice hídrico), o chamado Hiato do Arcaico. Nesse cenário, grandes contingentes de grupos de caçadores-coletores migraram para outras regiões (Araújo, 2014; Araújo et al., 2003, 2005, 2006), alterando o sistema de povoamento, a implantação de sítios arqueológicos e tecnologias sociais, bem como o seu território e, consequentemente, a sua paisagem, o que implicaria mudanças em suas concepções de mundo ou cosmologia (ordinário e extraordinário) ou agências, estratégias fundamentais para o seu modo de vida (F. Silva, 2024).

Para discutir o Hiato do Arcaico, vários pesquisadores têm baseado seus trabalhos na revisão de estudos paleoambientais regionais, especialmente para a região cárstica de Lagoa Santa, no estado de Minas Gerais, a cerca de duzentos quilômetros de Serra Negra, em linha reta (Araújo, 2014; Araújo et al., 2005, 2006). Nos estudos de Araújo (2014) são apresentados dois pacotes ocupacionais claros para os locais pesquisados: (a) um com cronologias entre 10.300 e 7.000 anos AP; (b) outro entre 1.960 e 900 anos AP. *A priori*, haveria um grande lapso de ocupações de quase cinco mil anos, o que, segundo o autor, se repete em outras regiões do PCB, tais como locais no vale do São Francisco, a exemplo de Diamantina, Montalvânia, Peruáçu, Montes Claros, Jequitaiá, sítio Caixa d'Água etc. (Borella, 2022; Bueno & Dias, 2015; Isnardis, 2009; Prous et al., 1984; L. Ribeiro, 2006; Rodet, 2006, 2009; Rodet et al., 2011, 2020; Sousa et al., 2020, 2022).

Com base em estudos paleoclimáticos, Araújo (2014) indica que, para a região cárstica de Lagoa Santa, o Holoceno Médio é marcado por inconstância climática, com sucessões de episódios de seca e de umidade extrema. Ou seja, "... o abandono da área poderia ser desencadeado não por uma seca generalizada, mas por um ambiente muito inconstante e, portanto, pouco fiável" (Araújo, 2014), afetando fortemente

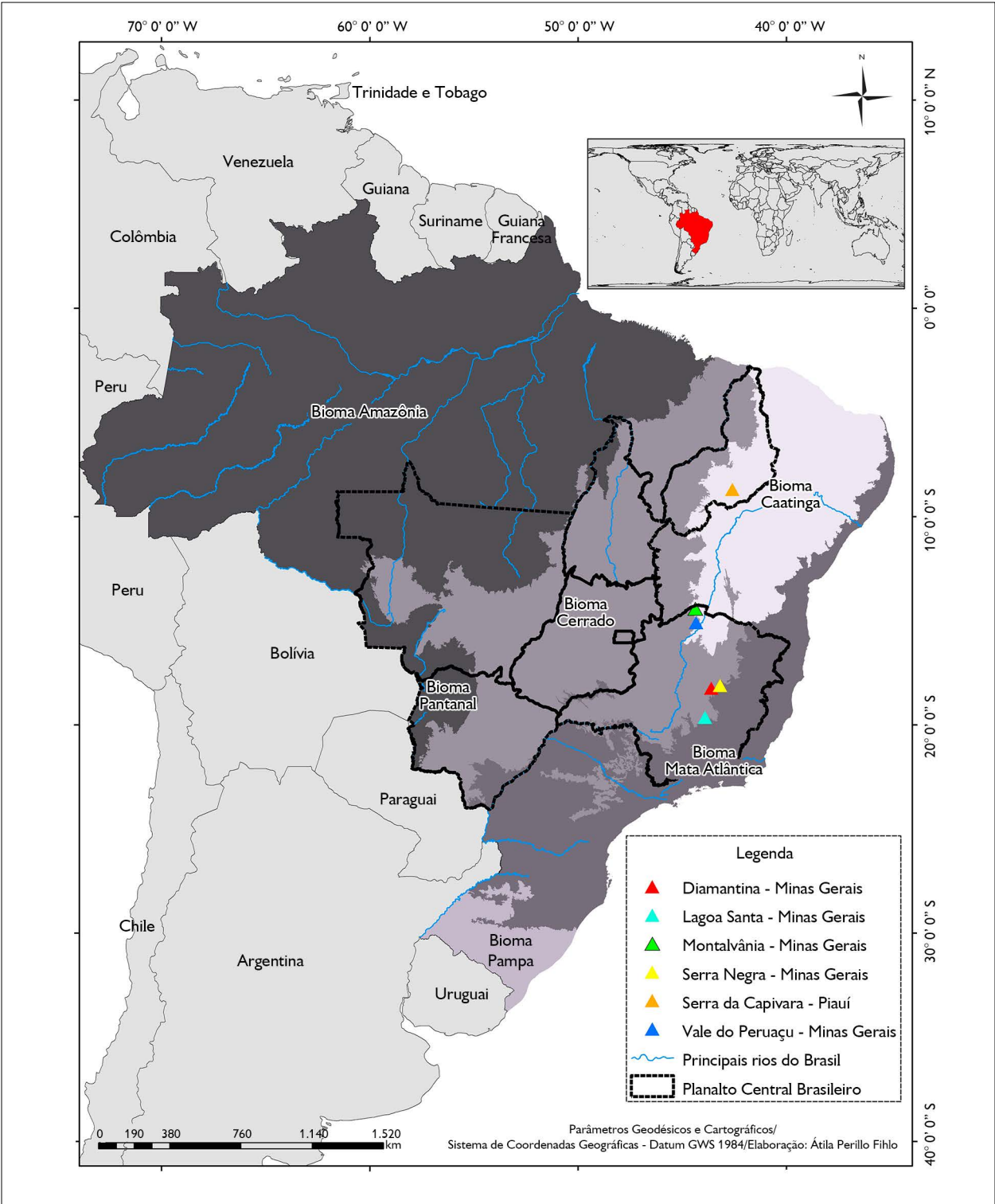


Figura 6. Áreas arqueológicas brasileiras com datações do Holoceno Inferior. Mapa: Perillo Filho, 2023.

o modo de vida das populações, cuja alimentação se baseava na coleta de produtos vegetais (dados encontrados por meio de análise dentária de esqueletos e registro botânico dos sítios) (Araújo, 2014).

Com novos resultados sobre cronologias para a região e dados revisados, Araújo (2014) indica que esse grande lapso temporal de cinco mil anos foi interrompido por ocupações mais discretas, entre 5.300 e 4.000 anos AP. Sua hipótese, portanto, é de que as oscilações climáticas foram responsáveis por uma reviravolta na forma de como esses caçadores-coletores se apropriaram de seus territórios, com abandono da paisagem original (pelo menos parcialmente), constituindo uma nova paisagem, mantendo a antiga como parte de um território expandido (ancestral).

Em contrapartida, em uma revisão da discussão, Bueno e Isnardis (2018) apresentam outra perspectiva baseada teoricamente nos conceitos de território, mobilidade e tecnologia. Eles indicam mudanças de acordo com períodos distintos entre os Holocenos Inferior e Médio (num total de quatro períodos), que teriam impactado, *sui generis*, o modo de vida dos grupos humanos, levando em consideração aspectos que vão além das questões geoclimáticas (ou fisiográficas), havendo uma conjunção de culturas socialmente definidas, bem como estratégias com impactos na demografia, no sistema de assentamento e na resposta à variabilidade ambiental. Como tal, há um aumento significativo na diversidade de ocupações e no uso do território durante todo o período do Holoceno Médio.

É precisamente essa variedade nas tecnologias sociais (F. Silva, 2024), no tipo e na mobilidade do local, bem como nos usos dos mais variados territórios que poderia fornecer a chave para compreender a ausência de vestígios culturais na estratigrafia de muitos abrigos, densamente povoados no período mais antigo (Fagundes & Arcuri, 2023).

Em suma, mudam-se as estratégias de apropriação de abrigos, alguns com pouca evidência estratigráfica,

outros com ausência total, mas com forte indicação de uso para a arte rupestre enquanto um lugar sagrado, de culto à ancestralidade (Bueno & Isnardis, 2018; Fagundes & Arcuri, 2023; Fagundes et al., 2024; Greco, 2019).

A fase 4, com ocupações posteriores a 7.000 anos AP, é a que mais interessa, principalmente pelo aumento e diversidade dos sítios de arte rupestre. Apesar de alguns locais partilharem elementos nas tecnologias sociais líticas, sobretudo em Minas Gerais, existe uma tendência para a especificação nas escolhas regionalmente: seja no tipo de matéria-prima, no lascamento ou no instrumento obtido. Com base na revisão dos dados disponíveis nos registros arqueológicos de diversas áreas, Bueno e Isnardis (2018, p. 104) indicam que alguns locais foram abandonados, enquanto outros foram provavelmente reorganizados no uso dessas paisagens.

Para discutir o território de Serra Negra nesse complexo emaranhado de ideias sobre o povoamento do PCB durante o Holoceno Médio, é fundamental conceituar abandono. Como dito, entendemos o abandono como um fenômeno complexo e não simplesmente como um acontecimento isolado. Jamais pode ser entendido, exclusivamente, como presença ou ausência de materialidade nos pacotes estratigráficos dos sítios arqueológicos (Darras, 2003; Fagundes & Arcuri, 2023).

O ato de abandonar deve ser compreendido a partir das escolhas e estratégias que definiram trajetórias históricas dos grupos humanos; consequentemente, essa ação, necessariamente, vai impactar a cosmologia, o território ancestral, a paisagem e suas formas tradicionais de uso, bem como a nossa compreensão do sistema de assentamento, que diz respeito à captação de recursos e tecnologias sociais associadas¹². É preciso estar consciente de que o abandono deve ser entendido a partir da compreensão de territórios culturalmente definidos (Cameron & Tomka, 1993; Colwell-Chanthaphonh & Ferguson, 2006; Darras, 2003; Fagundes & Arcuri, 2023; Fagundes et al., 2024; Politis, 1996).

¹² Não é demais recordar que se trata de pessoas que, além de comer e sobreviver, viviam seu mundo de maneira muito particular (Ingold, 2015). Temos que decolonizar ideias e análises.

Em segundo lugar, para definir o paleoambiente no território de Serra Negra durante o Holoceno Médio, referimo-nos, como foi discutido, a várias pesquisas dedicadas exclusivamente à área de estudo e à SdEM (Augustin et al., 2014; Barros et al., 2011; Bispo et al., 2015; Chueng et al., 2018, 2023; Costa, 2018; Costa et al., 2022; Horák-Terra, 2014; Horák-Terra et al., 2011, 2014, 2020; Machado et al., 2021; M. Silva & A. Silva, 2017). Por exemplo, os resultados fitolíticos e isotópicos de Chueng et al. (2018, 2023), em três áreas (incluindo Serra Negra), não indicaram grandes mudanças no tipo de vegetação durante todo o Holoceno Médio.

As reconstituições paleoclimáticas realizadas a partir de estalagmites feitas no norte de Minas Gerais¹³ indicam que não houve grandes modificações na quantidade de chuva ao longo dos Holocenos Médio e Tardio, sendo registrados eventos de seca com periodicidade de cerca de oitocentos anos (Stríkis et al., 2011), mas com pequenos impactos ambientais, de acordo com os registros *multiproxies* (Azevedo et al., 2021). Segundo nossa teoria, isso não teve impacto devastador no modo como essas pessoas viam, viviam e experienciavam seus mundos, suas cosmologias, suas ancestralidades e seus territórios. Em suma, não afetou a maneira como viviam, especialmente acerca da territorialidade, mobilidade e tecnologias sociais. Nossa conjectura é de que existem especificidades ambientais-climáticas e culturais que precisam ser mais bem compreendidas (Ingold, 2015).

Apesar de ser uma questão complexa, os dados até agora produzidos para o Planalto Diamantinense e para Serra Negra indicam que houve oscilações climáticas durante o Holoceno. Ocorreram variações entre frio e quente, úmido e seco, mas nada assolador. Especificamente

para o Holoceno Médio, na maioria dos casos, observa-se um período mais estável, com clima quente e úmido para esta face da SdEM, especialmente entre 7.000 e 4.000 anos AP (Bispo et al., 2015; Costa et al., 2022; Horák-Terra et al., 2011; Machado et al., 2021).

De acordo com os resultados paleoambientais regionais (Bispo et al., 2015; Chueng et al., 2018; Costa, 2018; Costa et al., 2022; Machado et al., 2021), além do que se sabe sobre antigas ocupações para o território de Serra Negra, trazendo à tona novas cronologias e resultados arqueológicos, esta região não pode ser entendida como uma exceção, isolada dos quadros ocupacionais do PCB. De fato, três abrigos conhecidos e escavados ao longo da bacia do rio Araçuaí tiveram ocupações significativas, com densidade de cultura material lítica em suas estratigrafias, além das cronologias que estão entre 7.169 cal. anos AP (probabilidade mediana) e a transição para o Holoceno Superior, mais ou menos continuamente.

Estes sítios apresentam um conjunto artefactual lítico muito semelhante, sendo a matéria-prima preferida o quartzo anédrico em bloco/veio e o lascamento unipolar com percutor duro (apesar do aumento de lascamento bipolar durante o Holoceno Superior), com utilização de matérias-primas locais (constituídas por blocos/veios de quartzo anédricos e, raramente, cristais hialinos), para a produção de líticos formais/curados nas ocupações mais antigas do sítio Cabeças 4. Há presença marcante de lascas de façonagem e retoque e de um material mais expedito entre cerca de 5.000 e 4.000 anos AP¹⁴, presente nos registros dos sítios Três Fronteiras 7 e Sampaio, além de Cabeças 4 (Fonseca, 2023; Perillo Filho, 2024; L. Silva, 2017).

No entanto, lascas de façonagem e retoque também ocorrem nos registros arqueológicos mais recentes, embora

¹³ Sítio Lapa Grande, município de Montes Claros, Minas Gerais (Stríkis et al., 2011).

¹⁴ Apesar de termos consciência de não haver um período transitório entre o Holoceno Médio para o Superior (em termos geológicos), nesse quase um milênio (ou seja, muitas gerações entre 5.000 e 4.000 anos AP), uma nova organização tecnológica vai aparecendo no registro de muitos sítios arqueológicos em Serra Negra, em que instrumentos mais sofisticados, típicos dos níveis mais antigos do Holoceno Médio, são 'substituídos' por aqueles menos elaborados (ou expeditos), já no Holoceno Superior (Fagundes, 2019; Fagundes et al., 2017, 2020; Galvão, 2020; Perillo Filho, 2017; L. Silva, 2017).

de forma mais discreta. A exploração é feita por meio da utilização de percussão direta com uso de percutor duro, em que a redução inicial provavelmente ocorreu em ângulos naturais. Perillo Filho (2024) atesta que, para o Matão 1 (sítio do Holoceno Superior), foi extremamente utilizado o percutor macio, dada a observação dos estigmas de lascamento (Rodet & Alonso, 2004). Nos demais sítios escavados (Itanguá 2, Cabeças 1 e Cabeças 3), não há estigmas de percussão macia nos vestígios analisados, mesmo sendo o quartzo a escolha dessas pessoas e o lascamento ser do tipo unipolar com uso de percutor duro. Os instrumentos são poucos nesses sítios do Holoceno Superior, sobretudo de ocasião (expeditos), com baixa modificação pós-debitagem ou retoques.

Assim, é fato que nas escavações foi encontrado um baixo número de lascas totalmente corticais. A hipótese levantada baseou-se na ideia de que a redução inicial dos núcleos ocorreu nos depósitos (veios naturais de quartzo), geralmente muito próximos aos sítios. Da mesma forma, existem poucos artefatos finalizados em contexto, sendo geralmente peças pequenas, com poucas ações transformativas pós-debitagem e bordos com pouco ou nenhum retoque (Fagundes, 2019, 2022; Fagundes et al., 2017, 2020, 2022, 2024; Fagundes & Perillo Filho, 2018; Perillo Filho, 2024; L. Silva, 2017).

Os diferentes tipos de implantação dos sítios arqueológicos na paisagem são também um indicador importante na presente análise, especialmente entre os abrigos em áreas de vale, perto de cursos de água e o que definimos como sítios arqueológicos de passagem, implantados nas encostas superiores, em áreas de contrafortes que dão acesso à Mata Atlântica (Floresta Estacional Semidecidual) (Gontijo, 2022). Acreditamos que sejam caminhos bem demarcados no território de contato entre os biomas Cerrado e Mata Atlântica e que façam parte da mobilidade logística desses grupos¹⁵.

Em síntese, o contexto arqueológico indica que, no território de Serra Negra, durante o Holoceno Médio, os abrigos foram parte dos centros gravitacionais das ocupações regionais, permanecendo assim por um longo período, havendo estabilidade nas ocupações, além de uma diversidade de atividades. A densidade dos sítios arqueológicos, a dispersão e aparente interrelação entre os abrigos, as semelhanças nas tecnologias sociais, incluindo a arte rupestre (Greco, 2019; Fagundes et al., 2021a, 2021b, 2024), a gestão das matérias-primas, entre outras, são características que indicam um território estruturado e consolidado, com um modo de vida regionalmente estabilizado e com resiliência das vivências durante os Holocenos Médio e Superior, interrompido pela invasão dos europeus.

Por conseguinte, o conjunto de dados ambientais e arqueológicos indica uma região de clima estável e baixa probabilidade de ocorrência de ocupações unicamente oportunistas nesses abrigos. Pelo contrário, o contexto arqueológico indica uso constante e contínuo do território, inclusive durante as ocupações de horticultores (Chuang et al., 2018, 2023; Fagundes, 2022; Fagundes et al., 2020, 2022, 2024; Fonseca, 2023; Machado et al., 2021; Perillo Filho, 2024; Vasconcelos et al., 2018).

Tal inferência está fundamentada nas seguintes características: (a) gestão de matérias-primas locais, com provável pré-debitagem nas áreas de captação e transporte de núcleos pré-moldados até os locais; (b) densidade e variedade de utensílios líticos, que podem ter sido usados em diferentes atividades cotidianas (ou das relações de poder, ritualisticamente ou no que concerne a identidades individual e coletiva, além de semelhanças em aspectos técnicos entre os conjuntos evidenciados em diferentes sítios arqueológicos¹⁶); (c) quantidade de estruturas de combustão encontradas no interior dos

¹⁵ As comunidades atuais usam os mesmos caminhos para suas atividades cotidianas (Greco et al., 2021).

¹⁶ Temos consciência de que a análise de qualquer conjunto lítico não nos dará informações para inferências nos aspectos citados. Entretanto, como já dissemos, trata-se de humanos e suas vivências.

abrigos¹⁷; (d) ocorrência de material faunístico, ainda que bastante deteriorado, dadas as condições de preservação desses ambientes quartzíticos; (e) hipótese de Bueno e Isnardis (2018) de que a inserção da arte rupestre como repertório cultural ocorreu a partir do Holoceno Médio, tendo os abrigos de Serra Negra semelhanças com áreas vizinhas, ainda que com especificidades, conforme indicado em diversos estudos (Fagundes et al., 2021a, 2021b, 2024; Greco, 2019).

Portanto, a conjugação do contexto arqueológico, das cronologias e dos dados paleoambientais corrobora a teoria de um quadro de estabilidade regional (recursos, paisagem e cosmologias dos habitantes desse território), com uso e articulação constante e contínua entre sítios, possibilitando, assim, a ideia de um território estruturado em longa duração em todo o Holoceno Médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi apresentar dados dos contextos arqueológico e paleoambiental que pudessem contribuir para a compreensão de como grupos humanos se comportaram diante das possíveis oscilações climáticas ao longo do Holoceno, sobretudo o Médio. Para tanto, outra preocupação foi discutir a materialidade da face nordeste da SdEM, território de Serra Negra, divisa com o vale do rio Doce, a partir do que se consolidou na literatura nacional sobre ocupações do PCB durante o Holoceno Médio, destacando, sobretudo, as especificidades regionais. Há dados que colaboram para essa discussão, embora também existam lacunas no registro arqueológico que, de certa forma, o fazem se distanciar dos resultados alcançados para outras áreas de ocupações humanas em territórios do centro-sul-americano.

Por exemplo, os conjuntos líticos de Serra Negra priorizam o uso do quartzo em relação a outras matérias-primas, diferentemente do Planalto Diamantinense, onde se destaca o quartzito (da formação Galho do Miguel).

Quanto ao uso do quartzo, esta realidade também foi encontrada no carste de Lagoa Santa e no Planalto Diamantinense.

Sabe-se que em Serra Negra os veios de cristal de quartzo anédrico são os mais explorados localmente para a produção de suportes, que parecem ter sua redução primária realizada direto nas fontes. O uso do cristal anédrico parece estar diretamente relacionado ao tipo de lascamento mais comum nos sítios regionais do Holoceno Médio: técnica unipolar com uso de percussão direta, para as duas sequências operacionais descritas a seguir. Cristais de quartzo bem formados (euédricos) são raros no registro arqueológico; entretanto, para confirmar semelhanças e diferenças no uso desses cristais (intra e intersítio), precisaríamos da parte cortical e de bordas/ângulos das lascas iniciais, que são extremamente raras nos abrigos do Holoceno Médio (Bassi, 2015).

Desse modo, duas sequências operacionais podem ser sintetizadas para o Holoceno Médio em Serra Negra: (a) sequência operacional 1 – baseada no registro arqueológico do sítio Cabeças 4, o pacote de ocupação mais antigo (6.290 ± 30 e 6.140 ± 40 , calibrado entre 7.259 e 7.154 anos AP), no qual a presença majoritária de lascas secundárias, bifaciais, é observada (a partir de façongem e retoque), indicando a produção de instrumentos mais formais ou curados em quartzo, como pontas de projétil, plano-convexos e lascas bifaciais retocadas. O quartzito também ocorre neste contexto; (b) sequência operacional 2 – entre 5.000 e 4.000 anos AP, baseada nos conjuntos líticos Cabeças 4, Três Fronteiras e Sampaio, onde se observa maior concentração de detritos de quartzo provenientes do processo de debitagem. Façongem e lascas de retoque permanecem, mas ocorrem de forma discreta, indicando maior preocupação com a produção de instrumentos expedientes (ou de ocasião), tais como lascas retocadas para uso imediato, sem reaproveitamento. Observa-se também a presença de outras matérias-primas, como sílex

¹⁷ Só no Cabeças 4, em uma escavação de 3 m², foram evidenciadas dez estruturas de combustão, infelizmente, nem todas datadas.

e arenitos silicificados, embora em número muito reduzido (menos de 2% das assembleias), geralmente associadas a lascas provenientes de façongem e/ou retoque.

A arte rupestre em Serra Negra corrobora as descrições para todo o PCB, com técnica e temática de pintura próximas às pinturas encontradas em outros sítios de Minas Gerais. Contudo, combinando a análise macro com uma abordagem micro, e multiplicando os vetores, pode-se considerar mais assertivo discutir esse segmento espacial como uma área de regionalização da Tradição do Planalto (Fagundes et al., 2021a).

No território de Serra Negra há evidências dos marcadores temáticos que são associados a essa tradição, com grafismos monocromáticos, com destaque para: uso de tintas vermelhas; presença marcante de zoomorfos, especialmente cervídeos e peixes, embora existam também outros zoomorfos (especialmente mamíferos e aves¹⁸), além de antropomorfos, formas abstratas e até seres fantásticos; sobreposições e justaposições intensas etc. (Greco, 2019). Porém, há aspectos estilísticos diferenciados em relação a outras áreas arqueológicas e até mesmo a outros locais de Serra Negra quando se comparam os painéis dos sítios implantados em áreas florestais e aqueles em campos rupestres com tantas outras formas de utilização dos suportes rochosos, sendo observados estilos gráficos (das pinturas), uso de tintas etc. (Fagundes et al., 2021a, 2021b, 2024; Greco, 2019).

Com os dados até aqui alcançados, pode-se afirmar que a Serra Negra é um território de regionalização da arte rupestre, em que os marcadores clássicos da tradição do PCB são redefinidos ou reorganizados nos painéis dos sítios mais afastados da margem direita do rio Araguaí. Entendemos esse contexto como decorrente de escolhas culturalmente definidas, baseadas nas ancestralidades, nos territórios e nos significados amplamente conhecidos.

Defende-se, portanto, que essa recombinação de atributos é, no mínimo, um vestígio da diversidade da macrotradição, fortalecida pelo contato, pela troca e pela persistência nas rotas de mobilidade, nas estratégias de comunicação, na manutenção do território e, principalmente, na resiliência dos povos que habitaram a Serra Negra. Tais povos foram aniquilados pela colonização, inclusive suas memórias.

De qualquer forma, essas pessoas deixaram marcas claras de suas existências. Os sítios arqueológicos abrigavam outras atividades, além da arte rupestre, que devem ser consideradas no estudo dos grafismos, visto que a arte não pode ser vista como uma atividade à parte das demais, uma vez que afetava todos os atributos e usos do sítio arqueológico. Aliás, a presença dessa arte rupestre impacta e traz afetos até hoje (Greco et al., 2021).

Nas análises sobre as diferentes materialidades, não foi intenção estabelecer um modelo de ocupação e mobilidade para o território de Serra Negra, mas apenas observar as ocupações no Holoceno Médio, bem como suas especificidades e semelhanças com o entorno sob investigação em longa duração. Não se trata de um território exclusivamente periférico ou áreas fronteiriças de outros segmentos espaciais discutidos arqueologicamente, muito menos de novos territórios após adventos climáticos descritos para o Brasil Central a partir de 7.000 anos AP.

Por fim, refletimos sobre como os sítios arqueológicos datados de Serra Negra se relacionam e diferem do que foi mostrado na literatura, especialmente sobre ocupações no Holoceno Inferior. Conforme discutido anteriormente, os dados paleoambientais, arqueológicos e cronológicos de Serra Negra corroboram o entendimento de que os abrigos continuaram como parte do centro gravitacional do território dos caçadores-coletores em uma área que pode ser considerada hoje um ecótono (Gontijo, 2022). Apesar das escassas evidências botânicas e faunísticas, o

¹⁸ Mais recentemente, nos sítios Água Quente (quatro abrigos em Felício dos Santos, em uma área de ecótono, divisa com o rio Doce), uma cena foi registrada no Água Quente I e fitomorfos em negro no Água Quente 3, cuja escavação está marcada para julho/agosto de 2024.

que se conhece sobre a arte rupestre e os conjuntos líticos (e dos poucos elementos cerâmicos) pode indicar uma apropriação deste território, com a realização de atividades sociais bem estruturadas.

Sem qualquer dúvida, as variações ambientais ocorreram durante o Holoceno Médio, mas de uma forma que teria pouco impacto no modo de vida estabelecido, provavelmente por gerações, além do fato de que essas oscilações entre clima frio e seco/quente e úmido ocorreram entre gerações, e não de forma abrupta, possibilitando, assim, processos de aclimação às novas condições.

Portanto, mesmo com um quadro de datações a ser ampliado, os dados até agora levantados, pioneiros para o PCB, mostram que a face nordeste da SdEM permaneceu ocupada durante o Holoceno Médio e era um território estável (populacional e ambientalmente). Na dinâmica, na resiliência e na persistência, além dos abrigos, toda a paisagem fez parte das atividades ordinárias e extraordinárias desses povos.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por financiar esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Appoloni, C. R., Ikeoka, R., & Fagundes, M. (2019). Análise *in situ* de pinturas rupestres do Alto Vale do Jequitinhonha. In *Anais do XX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Pelotas.
- Araújo, A. G. M., Neves, W. A., & Piló, L. B. (2003). Eventos de seca no Holoceno e suas implicações no povoamento pré-histórico do Brasil Central. In *IX Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário*, Recife.
- Araújo, A. G. M., Neves, W. A., Piló, L. B., & Atui, J. P. V. (2005). Holocene dryness and human occupation in Brazil during the "Archaic Gap". *Quaternary Research*, 64(3), 298-307. <https://doi.org/10.1016/j.yqres.2005.08.002>
- Araújo, A. G. M., Piló, L. B., Neves, W. A., & Atui, J. P. V. (2006). Human Occupation and Paleoenvironments in South America: expanding the notion of an "Archaic Gap". *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, (15-16), 3-35. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2006.89707>
- Araújo, A. G. M. (2014). Paleoenvironments and Paleoindians in Eastern South America. In D. J. Stanford & A. T. Stenger (Orgs.), *Pre-Clovis in the Americas: International Science Conference Proceedings* (1a ed., pp. 221-261). Smithsonian Institution.
- Augustin, C. H. R. R., Coe, H. H. G., Chueng, K. F., & Gomes, J. G. (2014). Analysis of geomorphic dynamics in ancient quartzite landscape using phytolith and carbon isotopes, Espinhaço Mountain Range, Minas Gerais, Brazil. *Géomorphologie – Relief, Processus, Environnement*, 20(4), 355-376. <https://doi.org/10.4000/geomorphologie.10794>
- Azevedo, V., Strikis, N. M., Novello, V. F., Roland, C. L., Cruz, F. W., . . . Edwards, R. L. (2021). Paleovegetation seesaw in Brazil since the Late Pleistocene: A multiproxy study of two biomes. *Earth and Planetary Science Letters*, 563, 116880. <https://doi.org/10.1016/j.epsl.2021.116880>
- Barros, L. F. P., Lavarini, C., Lima, L. S., & Magalhães Júnior, A. P. (2011). Síntese dos cenários paleobioclimáticos do Quaternário Tardio em Minas Gerais/Sudeste do Brasil. *Sociedade & Natureza*, 23(3), 371-386. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132011000300001>
- Bassi, L. F. A. (2015). Metodologia para análise tecnológica em cristais de quartzo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, (25), 105-117. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2015.114972>
- Behling, H. (1995). A high-resolution Holocene pollen record from Lago do Pires, SE Brazil: vegetation, climate and fire history. *Journal of Paleolimnology*, 14, 253-268. <https://link.springer.com/article/10.1007/BF00682427>
- Behling, H. (2003). Late glacial and Holocene vegetation, climate and fire history inferred from Lagoa Nova in the southeastern Brazilian lowland. *Vegetation History and Archaeobotany*, 12, 263-270. <https://doi.org/10.1007/s00334-003-0020-9>
- Bispo, D. F. A., Silva, A. C., Christófar, C., Silva, M. L. N., Barbosa, M. S., Silva, B. P. C., & Barral, U. M. (2015). Characterization of headwaters peats of the Rio Araçuaí, Minas Gerais State, Brazil. *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, 39(2), 475-489. <https://doi.org/10.1590/01000683rbcS20140337>
- Blaauw, M. (2010). Methods and code for 'classical' age-modelling of radiocarbon sequences. *Quaternary Geochronology*, 5(5), 512-518. <https://doi.org/10.1016/j.quageo.2010.01.002>
- Borella, A. C. A. (2022). *Da tafonomia funerária às práticas mortuárias: um estudo de caso do sítio arqueológico Caixa d'Água (Buntizeiro - MG)* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/D.71.2022.tde-27032023-133239>
- Bueno, L. M. R. (2007). Variabilidade tecnológica nos sítios líticos da região do Lajeado, Médio Rio Tocantins. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, (supl. 4), 1-215. <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5939.revmaesupl.2007.113483>

- Bueno, L., & Dias, A. S. (2015). Povoamento inicial da América do Sul: contribuições do contexto brasileiro. *Estudos Avançados*, 29(83), 119-147. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142015000100009>
- Bueno, L., & Isnardis, A. (2018). Peopling Central Brazilian Plateau at the onset of the Holocene: Building territorial histories. *Quaternary International*, 473, Part B, 144-160. <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2018.01.006>
- Cameron, C. M., & Tomka, S. A. (1993). *Abandonment of settlements and regions: Ethnoarchaeological and archaeological approaches*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511735240>
- Chuang, K. F., Coe, H. H. G., Fagundes, M., Vasconcelos, A. M. C., & Ricardo, S. D. F. (2018). Reconstituição paleoambiental da área arqueológica de Serra Negra, face leste do Espinhaço Meridional (Minas Gerais), através da análise de fitólitos. *Revista Brasileira de Geografia Física*, 11(7), 2260-2275. <https://doi.org/10.26848/rbgf.v11.07.p2260-2275>
- Chuang, K. F. (2020). *Reconstituição paleobiogeoclimática de áreas cársticas, arqueológicas e turfeiras na Serra do Espinhaço Meridional através de biomineralizações de sílica* [Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense]. <http://app.uff.br/riuff/handle/1/24753>
- Chuang, K. F., Coe, H. H. G., Machado, D. O. B. F., Valente, R. M. V., & Fagundes, M. (2023). Reconstituição paleoambiental do Sítio Arqueológico Matão (MG), através da análise de fitólitos. In *XXII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Florianópolis.
- Colwell-Chanthaphonh, C., & Ferguson, T. J. (2006). Rethinking abandonment in archaeological contexts. *The SAA Archaeological Record*, 6(1), 37-41. https://documents.saa.org/container/docs/default-source/doc-publications/publications/the-saa-archaeological-record/tsar-2006/jan06.pdf?sfvrsn=edfe816c_2#page=39
- Cosgrove, D. E. (1984). *Social formation and symbolic landscape*. Croom Helm.
- Costa, C. R. (2018). *Reconstituição paleoambiental utilizando uma abordagem multi-proxy em um registro de turfeira tropical de montanha, Minas Gerais, Brasil* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri]. <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/1786>
- Costa, C. R., Horák-Terra, I., Coe, H. H. G., Chuang, K. F., Machado, D. O. B. F., . . . Silva, A. C. (2022). Multi-proxy analysis of a Holocene records from a high-altitude tropical peatland in the Serra do Espinhaço Meridional, Brazil. *Journal of South American Earth Sciences*, 116, 103795. <https://doi.org/10.1016/j.jsames.2022.103795>
- Darras, V. (2003). La arqueología del abandono: algunos apuntes desde Mesoamérica. *Trace: Procesos Mexicanos y Centroamericanos*, (43), 11-24. <https://doi.org/10.22134/trace.43.2003.520>
- Dietler, M., & Herbich, I. (1998). Habitus, techniques, style: an integrated approach to the social understanding of material culture and boundaries. In M. Stark (Ed.), *The archaeology of social boundaries* (pp. 223-244). Smithsonian Institution Press.
- Fagundes, M. (2013). O Projeto Arqueológico Alto Jequitinhonha (PAA) e a Área Arqueológica de Serra Negra, Alto Araçuaí, Minas Gerais - Aspectos Gerais. *Revista Espinhaço*, 2(2), 68-95. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3967702>
- Fagundes, M., Baggio Filho, H., Silva, A. C., Greco, W. S., D'Ávila, M. A., & Galvão, L. G. (2017). O sítio arqueológico Sampaio, Alto Vale do Araçuaí, Felício dos Santos, Minas Gerais: paisagem, cronologia, e repertório cultural para compreensão das ocupações humanas antigas no Espinhaço Meridional. *Revista Espinhaço*, 6(2), 65-76. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3955135>
- Fagundes, M., & Perillo Filho, A. (2018). Conjunto artefactual lítico do Sítio Itanguá 2: Complexo Arqueológico Campo das Flores, Alto Vale do Araçuaí, Minas Gerais, Brasil – cadeia operatória e distribuição espacial. *Revista Tarairiú*, 1(14), 1-18. <http://revista.uepb.edu.br/index.php/TARAIRIU/article/view/3900>
- Fagundes, M. (2019). Arqueologia em Serra Negra: uma síntese interdisciplinar das ocupações humanas antes da conquista nas paisagens do Alto Vale do Araçuaí, Minas Gerais. In H. L. Bonadiman, F. V. C., Miguel, A. L. L. B. Mattos, D. F. Ramos, & M. C. A. O. Magnani (Orgs.), *Diálogos interdisciplinares no Vale do Jequitinhonha* (pp. 221-247). Editora CRV. <http://dx.doi.org/10.24824/978854443280.8>
- Fagundes, M., Kuchenbecker, M., Vasconcelos, A. M. C., & Gonzaga, A. P. D. (2020). Paisagens e lugares – caracterização geoambiental e cultural dos sítios arqueológicos do Complexo Três Fronteiras, Alto Vale do Rio Araçuaí, Minas Gerais. *RA'EGA – O Espaço Geográfico em Análise*, 47(1), 67-84. <https://10.24824/978652511357.9> 10.5380/raega.v47i1.59489
- Fagundes, M., Greco, W. S., Bandeira, A. M., & Arcuri, M. (2021a). Paisagem e suas interfaces em pesquisas sobre arte rupestre: um estudo de caso em Serra Negra, Alto Vale do Araçuaí, Minas Gerais, Brasil. *Revista de Arqueologia*, 34(2), 74-103. <https://doi.org/10.24885/sab.v34i2.904>
- Fagundes, M., Greco, W. S., Leite, V. A., & Galvão, L. G. (2021b). Arte rupestre en campos de la cuenca hidrográfica del Alto Araçuaí, Minas Gerais, Brasil: geografia, características de emplazamiento y estilos. *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano*, 30(2), 1-24. <https://doi.org/10.5281/zenodo.5745633>

- Fagundes, M. (Org.). (2022). *Paisagem e Arqueologias em Serra Negra, Espinhaço Meridional, Minas Gerais*. Editora CRV. <https://10.24824/978652511357.9>
- Fagundes, M., Perillo Filho, A., & Greco, W. (2022). Síntese das arqueologias em Serra Negra. In M. Fagundes (Org.), *Paisagem e arqueologias em Serra Negra, Espinhaço Meridional, Minas Gerais* (pp. 189-201). Editora CRV. <https://10.24824/978652511357.9>
- Fagundes, M., & Arcuri, M. (2023). Paisagem cíclica, lugares de retorno: um estudo de resiliência cultural em Cerro Ventarrón, Lambayeque, Peru. *Revista de Arqueologia*, 36(1), 225-244. <https://10.24824/978652511357.9> 10.24885/sab.v36i1.1014
- Fagundes, M., Greco, W. S., Izaguirre Poma, J. C., Campos, P. A., & Fonseca, T. F. (2024). Por uma arqueologia geográfica ou geografia arqueológica das terras altas mineiras: reflexões sobre o uso do conceito culturalista de Paisagem no Alto Vale do Araçuaí, Minas Gerais. *Revista Caminhos de Geografia*, 25(97), 231-252. <https://doi.org/10.14393/RCG>
- Fonseca, T. F. (2023). *Os assentamentos humanos na Serra do Jambreiro: uma análise do conjunto artefactual do sítio Matão 1, Felício dos Santos, Minas Gerais* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri].
- Galvão, L. G. (2020). *Marcos sociogeográficos, distribuição espaço-ambiental e paisagem dos sítios arqueológicos Três Fronteiras, Alto Araçuaí, Minas Gerais* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri]. <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/2496>
- Gontijo, B. M. (2022). A área arqueológica de Serra Negra no contexto da Serra do Espinhaço. In M. Fagundes (Org.), *Paisagem e arqueologias em Serra Negra, Espinhaço Meridional, Minas Gerais* (pp. 89-100). Editora CRV. <https://10.24824/978652511357.9>
- González-Ruibal, A. (2006). The past is tomorrow. Towards an Archaeology of the vanishing present. *Norwegian Archaeological Review*, 39(2), 110-125. <https://doi.org/10.1080/00293650601030073>
- González-Ruibal, A. (2017). Etnoarqueología, arqueología etnográfica y cultura material. *Complutum*, 28(2), 267-283. <http://dx.doi.org/10.5209/CMPL.58430>
- Greco, W. S. (2019). *Espelho de pedra: a estrutura emergente da arte rupestre nas matas do Alto Araçuaí (Felício dos Santos, MG)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri]. <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/2283>
- Greco, W. S., Fagundes, M., Macedo, T. D. A., & Bispo Júnior, H. A. (2021). Arqueologia, comunidades e histórias da paisagem de Felício dos Santos, Alto Araçuaí, Minas Gerais. *Revista Espinhaço*, 10(1), 82-102. <https://10.5281/zenodo.5127532>
- Hamilakis, Y., & Anagnostopoulos, A. (2009). What is Archaeological Ethnography? *Public Archaeology: Archaeological Ethnographies*, 8(2-3), 65-87. <https://doi.org/10.1179/175355309X457150>
- Hogg, A. G., Heaton, T. J., Hua, Q., Palmer, J. G., Turney, C. S. M., ... Wacker, L. (2020). SHCal20 Southern Hemisphere Calibration, 0–55,000 Years Cal BP. *Radiocarbon*, 62(4), 759-778. <https://doi.org/10.1017/RDC.2020.59>
- Horák-Terra, I., Vidal-Torrado, P., Silva, A. C., & Pessenda, L. C. R. (2011). Pedological and isotopic relations of a highland tropical peatland, Mountain Range of the Espinhaço Meridional (Brazil). *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, 35(1), 41-52. <https://doi.org/10.1590/S0100-06832011000100004>
- Horák-Terra, I. (2014). *Late Pleistocene-Holocene environmental change in Serra do Espinhaço Meridional (Minas Gerais State, Brazil) reconstructed using a multi-proxy characterization of peat cores from mountain tropical mires* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.11.2014.tde-14042014-163954>
- Horák-Terra, I., Martínez Cortizas, A., Camargo, P. B., Silva, A. C., & Vidal-Torrado, P. (2014). Characterization of properties and main processes related to the genesis and evolution of tropical mountain mires from Serra do Espinhaço Meridional, Minas Gerais, Brazil. *Geoderma*, 232-234, 183-187. <https://doi.org/10.1016/j.geoderma.2014.05.008>
- Horák-Terra, I., Martínez Cortizas, A., Luz, C. F. P., Silva, A. C., Mighall, T., ... Vidal-Torrado, P. (2020). Late Quaternary vegetation and climate dynamics in central-eastern Brazil: insights from a ~35k cal a BP peat record in the Cerrado biome. *Journal of Quaternary Science*, 35(5), 664-676. <https://doi.org/10.1002/jqs.3209>
- Ingold, T. (2015). *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Vozes.
- International Chronostratigraphic Chart. (2020). <https://stratigraphy.org/chart>
- Isnardis, A. (2009). *Entre as pedras: as ocupações pré-históricas recentes e os grafismos rupestres da região de Diamantina, Minas Gerais* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.71.2009.tde-24072009-111435>
- Isnardis, A., & Linke, V. (2021). De estruturas a corpos e seres: os vestígios perecíveis da Lapa do Caboclo em Diamantina, Minas Gerais. *Revista de Arqueologia*, 34(3), 122-145. <https://doi.org/10.24885/sab.v34i3.938>
- Koole, E. K. M. (2014). *Entre as tradições planálticas e meridionais: caracterização arqueológica dos grupos caçadores-coletores a partir da análise de sete elementos e suas implicações para a ocupação pré-cerâmica da Região Cársica do Alto São Francisco, Minas Gerais, Brasil: cronologia, tecnologia litica, subsistência (fauna), sepultamentos, mobilidade, uso do espaço em abrigos naturais e arte rupestre* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].

- Ledru, M.-P. (1993). Late Quaternary environmental and climate changes in central Brazil. *Quaternary Research*, 39(1), 90-98. <https://doi.org/10.1006/qres.1993.1011>
- Leis, H. R. (2005). Sobre o conceito de interdisciplinaridade. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, 6(73), 2-23. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa>
- Linke, V., Alcântara, H., Isnardis, A., Tobias Júnior, R., & Baldoni, R. (2020). Do fazer a arte rupestre: reflexões sobre os modos de composição de figuras e painéis gráficos rupestres de Minas Gerais, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15(1), e20190017. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-bgoeldi-2019-0017>
- Lourdeau, A. (2019). A Serra da Capivara e os primeiros povoamentos sul-americanos: uma revisão bibliográfica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 14(2), 367-398. <https://doi.org/10.1590/1981.81222019000200007>
- Machado, D. O. B. F., Chueng, K. F., Coe, H. H. G., Silva, A. C., & Costa, C. R. (2021). Paleoenvironmental reconstruction of the headwaters of the Preto River, Minas Gerais state, Brazil, through siliceous bioindicators. *Journal of South American Earth Sciences*, 108, 1-12. <https://doi.org/10.1016/j.jsames.2021.103349>
- Meyer, K. E. B., Cassino, R. F., Lorente, F. L., Raczka, M. F., & Parizzi, M. G. (2014). Paleoclima e paleoambiente do cerrado durante o Quaternário com base em análises palinológicas. In I. S. Carvalho, M. J. Garcia, C. C. Lana, & O. Strohschoen Júnior (Eds.), *Paleontologia: cenário de vida: paleoclimas* (Vol. 5, pp. 397-414). Editora Interciências.
- Parizzi, M. G., Salgado-Labouriau, M. L., & Kohler, C. (1998). Genesis and environmental history of Lagoa Santa, southeastern Brazil. *The Holocene*, 8(3), 311-321. <https://doi.org/10.1191/095968398670195708>
- Perillo Filho, A. (2017). *Análise lítica e dispersão espacial dos Materiais Arqueológicos Itaguá 2, Minas Gerais* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pelotas]. <https://repositorio.ufpel.edu.br/handle/prefix/3184?locale-a0>
- Perillo Filho, A. (2024). *Estudo da variabilidade tecnológica de cinco sítios arqueológicos localizados na área arqueológica de Serra Negra, Alto Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais: do Holoceno Médio ao Holoceno Recente* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/259822>
- Politis, G. G. (1996). Moving to produce: Nukak mobility and settlement patterns in Amazonia. *World Archaeology*, 27(3), 492-511. <https://doi.org/10.1080/00438243.1996.9980322>
- Prous, A., Junqueira, P. A., & Malta, I. M. (1984). Arqueologia do Alto Médio São Francisco Região de Januária e Montalvânia. *Revista de Arqueologia*, 2(1), 59-72. <https://doi.org/10.24885/sab.v2i1.36>
- Prous, A., Rodet, M. L., & Lima, A. P. (2011). Les vivants et leurs morts: évocation des rites funéraires dans la Préhistoire brésilienne (12.000-500 BP). In D. Vialou (Ed.), *Peuplements et Préhistoire en Amériques* (pp. 389-402). CTHS Edition.
- Prous, A., Sousa, G. N., & Lima, Â. P. (2012). A importância do lascamento sobre bigorna nas indústrias líticas do Brasil. *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico*, 21(2), 1-39. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mhnb/article/view/6304>
- Prous, A. (2019). *Arqueologia brasileira: a pré-história e os verdadeiros colonizadores*. Carlini & Carniato Editorial. <https://www.carliniecarniato.com.br/livro/arqueologiabrasileira>
- Ribeiro, J. F., & Walter, B. M. T. (2008). As principais fitofisionomias do bioma Cerrado. In S. M. Sano, S. P. Almeida, & J. F. Ribeiro (Eds.), *Cerrado: ecologia e flora* (pp. 151-212). Embrapa. <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/554094/fitofisionomias-do-bioma-cerrado>
- Ribeiro, L. (2006). *Os significados da similaridade e do contraste entre estilos de arte rupestre: um estudo regional das gravuras e pinturas do alto-médio São Francisco* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.71.2006.tde-11082006-111750>
- Rodet, M. J., & Alonso, M. (2004). Princípios de reconhecimento de duas técnicas de debitage: percussão direta dura e percussão direta macia (tendre). Experimentação com material do norte de Minas Gerais. *Revista de Arqueologia*, 17(1), 63-74. <https://doi.org/10.24885/sab.v17i1.192>
- Rodet, M. J. (2006). *Étude technologique des industries lithiques taillées du nord de Minas Gerais, Brésil, depuis le passage Pléistocène/Holocène jusqu'au contact - XVIIIe siècle* [Thèse de doctorat, Université de Paris Nanterre].
- Rodet, M. J. (2009). O estudo tecnológico das indústrias líticas da bacia do rio Peruaçu: cadeias operatórias, métodos de debitage, técnicas de lascamento. *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico*, 19, 413-438.
- Rodet, M. J., Duarte-Talim, D., & Barri, L. F. (2011). Reflexões sobre as primeiras populações do Brasil Central: "Tradição Itaparica". *Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, 9(1) 81-100. <https://doi.org/10.18224/hab.v9.1.2011.81-100>
- Rodet, M. J., Duarte-Talim, D., Pelegrin, J., & Schmitz, P. I. (2020). La producción de grandes soportes alargados en las ocupaciones antiguas de Serranópolis, Brasil Central. *Revista del Museo de Antropología*, 13(1), 255-264. <https://doi.org/10.31048/1852.4826.v13.n1.23944>
- Saadi, A. (1995). A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens. *Geonomos*, 3(1), 41-63. <https://doi.org/10.18285/geonomos.v3i1.215>



- Schlanger, S. H. (1992). Recognizing persistent places in Anasazi settlement systems. In J. Rossignol, & L. Wandsnider (Eds.), *Space, times, and archaeological landscapes* (pp. 91-112). Plenum Press. https://doi.org/10.1007/978-1-4899-2450-6_5
- Silva, F. A. (2013). Tecnologias em transformação: inovação e (re) produção dos objetos entre os Asurini do Xingu. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 8(3), 729-744. <https://doi.org/10.1590/S1981-8122201300030001>
- Silva, F. A. (2024). *Etnografando a Arqueologia: dado etnográfico, prática etnográfica e conhecimento arqueológico*. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/9788560984701>
- Silva, L. A. (2017). *O Holoceno Médio na Serra Negra: Alto Vale do Araçuaí, Minas Gerais* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pelotas]. <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/3711>
- Silva, M. L., & Silva, A. C. (2017). Gênese e evolução de turfeiras nas superfícies geomórficas da Serra do Espinhaço Meridional – MG. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, 18(1), 65-79. <https://doi.org/10.20502/rbg.v18i1.1058>
- Soressi, M., & Geneste, J.-M. (2011). The history and efficacy of the chaîne opératoire approach to lithic analysis: studying techniques to reveal past societies in an evolutionary perspective. *PaleoAnthropology*, 2011, 334-350. <https://doi.org/10.4207/PA.2011.ART63>
- Sousa, D. V., Guimarães, L. M., Félix, J. F., Ker, J. C., Schaefer, C. E. R. G., & Rodet, M. J. (2020). Dynamic of the structural alteration of biochar in ancient Anthrosol over a long timescale by Raman spectroscopy. *PLoS ONE*, 15(3), e0229447. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0229447>
- Sousa, D. V., Rodet, M. J., Duarte-Talim, D., Teixeira, W. G., Prous, A., Vasconcelos, B. N., & Pereira, E. (2022). Linking anthropogenic burning activities to magnetic susceptibility: Studies at Brazilian archaeological site. *Geoarchaeology*, 38(1), 89-107. <https://doi.org/10.1002/gea.21941>
- Stríkis, N. M., Cruz, F. W., Cheng, H., Karmann, I., Edwards, R. L., . . . Auler, A. S. (2011). Abrupt variations in South American monsoon rainfall during the Holocene based on a speleothem record from central-eastern Brazil. *Geology*, 39(11), 1075-1078. <https://doi.org/10.1130/G32098.1>
- Stuiver, M., & Polach, H. A. (1977). Discussion: reporting of ¹⁴C data. *Radiocarbon*, 19(3), 355-363. <https://doi.org/10.1017/S0033822200003672>
- Stuiver, M., Reimer, P. J., & Reimer, R. W. (2021). CALIB 8.2 [CALIB Radiocarbon Calibration]. <http://calib.org>
- Wiessner, P. (1983). Style and social information in Kalahari San projectile points. *American Antiquity*, 48(2), 253-276. <https://doi.org/10.2307/280450>
- Vasconcelos, A. M. C., Fagundes, Silva, A. C., Fagundes, M., Kuchenbecker, M., & Leite, V. A. (2018). Sítio Arqueológico Três Fronteiras 7: um abrigo do Holoceno Médio no Alto Araçuaí, Minas Gerais. *Clio Arqueológica*, 33(3), 14-59. <https://doi.org/10.20891/clio.V33N3p11-59>
- Vialou, A. V. (Org.). (2005). *Pré-História do Mato Grosso*. Edusp.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

M. Fagundes contribuiu com conceituação; H. Coe, Heloisa com conceituação, curadoria de dados e metodologia; K. F. Chueng com conceituação e curadoria de dados; G. Utilda com conceituação, curadoria de dados e metodologia; A. M. C. Vasconcelos com conceituação, análise formal e metodologia; Á. Perillo Filho com conceituação e curadoria de dados; e D. O. B. F. Machado com conceituação, curadoria de dados e metodologia.

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

O artigo não foi publicado em repositório de *preprint*.

AValiação POR PARES

Aviação duplo-cega, fechada.

Relações gramaticais e padrão de alinhamento em Mebêngôkre Grammatical relations and alignment pattern in Mebêngôkre

Edson Freitas Gomes^I  | Flávia de Castro Alves^{II} 

^IUniversidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. São Félix do Xingu, Pará, Brasil

^{II}Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil

Resumo: Na língua Mebêngôkre (família Jê), em construções com predicados verbais, com um ou dois argumentos, A/S são expressos por prefixos, pronomes nominativos ou nominais, possibilitando quatro padrões de alinhamento de S/A/P. Esses padrões foram identificados pelas seguintes propriedades gramaticais: de codificação (prefixo de pessoa no verbo, prefixo indexado na posposição ergativa e posição dos constituintes na oração) e comportamental (reflexivização, controle do apagamento em orações coordenadas e subordinadas, e na mudança de referência). A partir deste cenário, o objetivo do trabalho é descrever os padrões de alinhamento de S/A/P, os contextos que ocorrem e como são condicionados. Os procedimentos metodológicos incluíram pesquisa de campo, com coleta de dados de consultor indígena, obtidos por meio de gravação. Os dados mostraram que a presença de operadores pós-verbais é a motivação principal para a forma de A/S.

Palavras-chave: Argumentos S/A/P. Padrão de alinhamento. Propriedades gramaticais.

Abstract: In the Mebêngôkre language (Jê family), in constructions with verbal predicates, with one or two arguments, A/S are expressed by prefixes, nominative pronouns or nominal forms, allowing for four alignment patterns of S/A/P. These patterns were identified by the following grammatical properties: coding (person prefix in the verb, indexed prefix in ergative postposition and constituents position in the sentence), and behavioral (reflexivization, erasure control in coordinate and subordinate clauses, and switch-reference). In this scenario, the objective of this paper is to describe the alignment patterns of S/A/P, the contexts in which they occur, and how they are conditioned. The methodological procedures included field research, with data collection from an indigenous consultant, obtained through interview recording. The data showed that the presence of post-verbal operators is the main motivation for the form of A/S.

Keywords: S/A/P arguments. Alignment pattern. Grammatical properties.

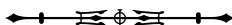
Gomes, E. F., & Alves, F. C. (2025). Relações gramaticais e padrão de alinhamento em Mebêngôkre. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 20(1), e20230065. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2023-0065.

Autor para correspondência: Edson Freitas Gomes. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Loteamento Cidade Nova, Lote n. 001, Quadra 015, Setor 015, Av. Norte Sul. São Félix do Xingu, PA, Brasil. CEP 68380-000 (edsongomes@unifesspa.edu.br).

Recebido em 07/11/2023

Aprovado em 19/07/2024

Responsabilidade editorial: Hein van der Voort



INTRODUÇÃO

As línguas da família Jê já receberam várias propostas de agrupamento (Rodrigues, 1986; Lapierre et al., 2016; Nikulin, 2020). De acordo com a proposta de Nikulin (2020), o ramo Trans-Araguaia é composto por Mebêngôkre, Kĩsêdjê e Kajkwakratxi, e estes mais o Apinajé compõem o ramo Trans-Tocantins. O resultado da junção do Trans-Tocantins com o complexo Timbira resulta no subagrupamento Jê Setentrional.

A língua Mebêngôkre é falada pelos Kayapó e Xikrin, em terras indígenas (TI) com um total de 13.500 falantes, aproximadamente, de acordo com Nikulin (2020). As TI dos Kayapó estão localizadas no sul do Pará e no norte do Mato Grosso e as dos Xikrin, no sul do Pará (Nikulin, 2020). Os dados utilizados neste artigo são provenientes de falantes das TI Gorotire, Kokraimôro e Mẽkrãhoti, no município de São Félix do Xingu, Pará.

Os rótulos S/A/P utilizados no trabalho representam: S, argumento único de verbos intransitivos; A, argumento mais agentivo de verbos transitivos; e P, argumento mais paciente de verbos transitivos, conforme Comrie (1978), Payne (1997) e Dryer (2007). Quando S é cindido, ele pode assumir características de agente (SA) ou de paciente (SP) (Comrie, 1989).

O trabalho está estruturado em três seções: a primeira, “Propriedades gramaticais”, apresenta a forma finita vs. não finita dos verbos em orações de um e de dois argumentos, as formas pronominais e prefixais, bem como o alinhamento dos argumentos S/A/P; a segunda, “Codificação do sujeito”, trata como os argumentos S/A/P se alinham em relação ao prefixo de pessoa no verbo, ao prefixo pessoal marcado por posposição e à posição dos constituintes na oração; a terceira, “Comportamento do sujeito”, trata sobre o modo como o sujeito controla o reflexivo, o apagamento em orações coordenadas, subordinadas e na mudança de referência. A conclusão retoma e sistematiza as informações contidas no texto.

PROPRIEDADES GRAMATICAIS

Para Reis Silva e Salanova (2000), as propriedades de finitude e não finitude¹ estão associadas à alternância da raiz e à forma como estas marcam os seus argumentos. Segundo os autores, as palavras verbais podem apresentar alternância na forma da raiz e nos padrões de marcação de pessoa ou apenas alternância nos padrões de marcação de pessoa. Este é o caso, por exemplo, das palavras **tɔ/tɔr** ‘dançar’ e **pumũ/pumũj** ‘ver’.

Ainda segundo estes autores, quando não ocorre alternância na forma da raiz e na marcação de pessoa, tem-se um nome. Este é o caso das palavras **prõt** ‘correr’ e **kekɛt** ‘sorrir’, que são nomes, uma vez que não apresentam alternância na forma da raiz e nem na marcação de pessoa.

O Quadro 1 lista alguns paradigmas verbais com seus respectivos significados.

Quadro 1. Palavras verbais em Mebêngôkre.

(Continua)

Finita	Não finita	Significado
tɔ	tɔ.r	dançar
tĩ	tĩ.m	cair
kabẽ	kabẽ.n	falar
abi	abi.n	subir
kato	kato.r	sair
ma	ma.r	saber

¹ Forma finita vs. não finita (Reis Silva, 2001, p. 33). Forma verbal vs. forma nominal (Salanova, 2007, p. 25). Predicados nominais vs. verbais (Costa, 2015, p. 163).

Quadro 1. (Conclusão)

Finita	Não finita	Significado
arẽ	arẽ.n	dizer
ŋõr	nõt	dormir
ɔjkõ	ɔjkõ.n	beber
kuruwa	kuruwa.j	bater
kĩj	kĩj.n	gostar
pumũ	pumũ.j	ver

Observa-se no Quadro 1 que a primeira coluna apresenta as formas finitas do verbo e a segunda apresenta as formas não finitas.

Nas formas finita e não finita da raiz verbal para dormir ‘õt’ em mebêngôkre, há, respectivamente, uma alternância entre as consoantes nasais velar ‘ŋ’ e palatal ‘j’, no ataque da sílaba, bem como entre as consoantes alveolares vibrante ‘r’ e oclusiva ‘t’, na coda da sílaba.

Os exemplos (1) a (5) apresentam as formas finita vs. não finita dos verbos.

		S	V			[S-V		OPV]
(1)	ba	nẽ	ba	tɔ	(2)	ba	nẽ	ba
	1NOM	NFUT	1NOM	dançar		1NOM	NFUT	1NOM
	'Eu dancei.'					1-dançar.NF		
								NEG
						'Eu não dancei.'		
		A	P-V			A	[P	V
(3)	ga	dʒa	ga	ku-krẽ	(4)	ga	a-jɛ	tɛp
	2NOM	FUT	2NOM	3-comer		2NOM	2-ERG	peixe
	'Você vai comer.'					comer.NF		
								NEG
						'Você não vai comer peixe.'		
		A	[	]P	V			
(5)	ajbiri	nẽ	ba	i-nõ	kukrẽ.n	ɔjnorɛ		
	recente	NFUT	1NOM	1-POS	comer.NF	terminar		
	'Acabei a minha comida.'							

Nesta língua, os argumentos são expressos por pronomes independentes ou por prefixos, estes últimos indexados no verbo, conforme o Quadro 2.

Quadro 2. Formas dos argumentos em Mebêngôkre. Legendas: 1s = primeira pessoa singular; 1p = primeira pessoa plural; 2 = segunda pessoa; 3 = terceira pessoa. Fonte: adaptado de Gomes (2021, p. 65).

Pessoa	Pronomes independentes	Prefixos pessoais
1s	ba	i-
1p	gwaj ba/gu mẽ	ba-
2	ga	a-
3	tam jã/ta wã	ø/ku-

No Quadro 2, os pronomes independentes codificam S e A. Já os prefixos são indexados no predicado e expressam S, P e A.

É recorrente a duplicação de A/S por um pronome independente, quando A/S é expresso por pronome independente (exemplos 6-7)², por prefixo (8), por prefixo indexado na posposição ergativa 'jε/te' (9) ou quando A/S é experienciador e é marcado pela posposição dativa 'mã' (10-11).

S					V					A					P-V					
(6)	ba	dʒa	ba	ŋõr						(7)	ga	dʒa	ga	i-bĩ						
	1NOM	FUT	1NOM	dormir							2NOM	FUT	2NOM	1-matar						
	'Eu vou dormir.'										'Você vai me matar.'									
					S-V										A					
(8)	ba	dʒa	ba	i-prõt						(9)	ba	ně	ba	i-je	a-pumũj	ket				
	1NOM	FUT	1NOM	1-correr							1NOM	NFUT	1NOM	1-ERG	2-ver.NF	NEG				
	'Eu vou correr.'										'Eu não vi você.'									
					EX										EX					
(10)	ba	ně	ba	i-mã	uma					(11)	ga	ně	ga	a-mã	i-kĩj					
	1NOM	NFUT	1NOM	1-DAT	ter.medo						2NOM	NFUT	2NOM	2-DAT	1-gostar					
	'Eu estou com medo.'										'Você gosta de mim.'									
																ST-PRED				

A Figura 1 apresenta os padrões de alinhamento dos argumentos S/A/P.

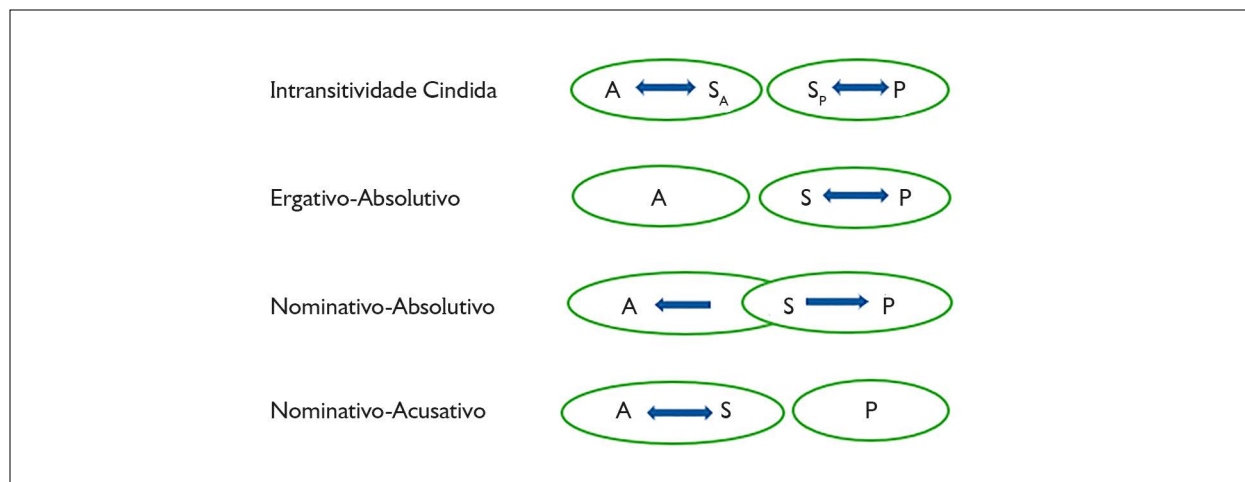


Figura 1. Padrão de alinhamento de S/A/P.

² Esse tema precisa ser melhor investigado. Oliveira (2005), em construções semelhantes a estas no Apinajé, trata S em (6) como o sujeito ocorrendo duas vezes e, em (8), o sujeito S ocorreria três vezes.

A língua Mebêngôkre apresenta os seguintes padrões de alinhamento dos argumentos S/A/P: intransitividade cindida, ergativo-absolutivo, nominativo-absolutivo e nominativo-acusativo. Vamos ver a seguir como ocorrem esses padrões de alinhamento e o que os condiciona.

As duas próximas seções irão tratar das propriedades de codificação e de comportamento do sujeito na língua Mebêngôkre, conforme atestado em Keenan (1976), tema tratado em Gomes (2021).

CODIFICAÇÃO DO SUJEITO

São três as propriedades de codificação do sujeito atestadas por Croft (2001) e Onishi (2001): concordância verbal, marcação de caso e ordem de constituintes. Essas propriedades são identificadas em Mebêngôkre, conforme será visto nas próximas subseções.

PREFIXO DE PESSOA NO VERBO

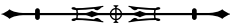
Quando se trata de prefixo de pessoa no verbo, o Mebêngôkre faz distinção do S da seguinte forma: como argumento externo ao SV, S é paralelo ao A, ou, como argumento interno ao SV, S é paralelo ao P. Neste caso, tem-se o alinhamento da intransitividade cindida.

Os verbos pertencentes à subclasse ativa de verbos intransitivos demandam um argumento fora do SV. Neste caso, S é expresso por pronome nominativo, assim como o A. Em (12-13), o verbo tem SA paralelo ao A em (14-15).

			SA	[v]sv				SA	[v]sv
(12)	ga	ɖʒa	ga	ŋõr	(13)	ga	ně	ga	wabi
	2NOM	FUT	2NOM	dormir		2NOM	NFUT	2NOM	subir
	'Você vai dormir.'					'Você está subindo.'			
			A	[P-v]sv				A	[P-v]sv
(14)	ga	ɖʒa	ga	i-kuruwa	(15)	ga	ně	ga	i-ʔôk
	2NOM	FUT	2NOM	1-bater		2NOM	NFUT	2NOM	1-pintar
	'Você vai me bater.'					'Você me pintou.'			

Por outro lado, a subclasse não ativa de verbos intransitivos tem argumento interno ao SV, expresso por um prefixo pessoal, igual ao P. Nos exemplos (16-17), o verbo tem SP paralelo ao P em (18-19).

				[SP-V]SV					[SP-V]SV
(16)	ba	ně	ba	i-prōt	(17)	ba	ɖʒa	ba	i-kabě
	1NOM	NFUT	1NOM	1-correr		1NOM	FUT	1NOM	1-falar
	'Eu corri/estou correndo.'					'Eu vou falar.'			
			A	[P-V]SV				A	[P-V]SV
(18)	ga	ně	ga	i-pumū	(19)	ba	ɖʒa	ba	a-ʔôk
	2NOM	NFUT	2NOM	1-ver		1NOM	FUT	1NOM	2-pintar
	'Você me viu/está me vendo.'					'Eu vou te pintar.'			



Com verbo de um único argumento, sendo S expresso por um nominal e correferenciado no verbo por um prefixo (20), S é interno ao SV, paralelo ao P, em (21). Ambos, S e P são prefixos. Por outro lado, quando o verbo é de argumento único e S é expresso por um nominal (22), mas não há correferência com o prefixo, S é externo ao SV, paralelo ao A (23).

	TOP			[S-V] _{SV}		A		[P-V] _{SV}
(20)	měmi	wă	dʒa	ǝ-prôt		kubenet	dʒa	a-bĩ
	homem	DEM	FUT	3-correr		velho	FUT	2-matar
	'O homem, ele vai correr.'					'O velho vai te matar.'		

	S			[V] _{SV}		A		[P-V] _{SV}
(22)	nĩɛ	wă	dʒa	ɲɛ		kubenet ³	dʒa	a-bĩ
	mulher	DEM	FUT	cantar		velho	FUT	2-matar
	'A mulher vai cantar.'					'O velho vai te matar.'		

No alinhamento ergativo, S e P são uma categoria unificada, quando operadores pós-verbais ocorrem no final da oração. Nesses contextos, S (24-25) e P (26-27) são prefixos na forma não finita do verbo. A (26-27) é um prefixo indexado na posposição ergativa 'jɛ/tɛ'.

				[S-V	OPV]SV					[S-V	OPV]SV	
(24)	ga	dʒa	ba	a-kabẽ	kumɛj		(25)	ga	dʒa	ga	a-prõt	kadi
	2NOM	FUT	2NOM	2-falar	ser.muito			2NOM	FUT	2NOM	2-correr	AFIRM
	'Você vai falar muito.'							'Você vai correr.'				

			A		[P-V	OPV]				A		[P-V	OPV]	]SV
(26)	ta.wă	ně	ku-tɛ	a-ʔôk	ket		(27)	a-jɛ	i-bĩn	kadi	raʔă			
	3.DEM	NFUT	3-ERG	2-pintar	NEG			2-ERG	1-matar.NF	AFIRM	ainda			
	'Ele não te pintou.'							'Você ainda vai me matar.'						

Também em decorrência de operadores pós-verbais, o padrão nominativo-absolutivo ocorre quando S é expresso duplamente – como nominativo em (28) e (30), alinhado com A em (29) e (31), e S ocorre como acusativo/absolutivo em (28) e (30), alinhado com P em (29) e (31). A e S são pronomes nominativos independentes, S e P são prefixos verbais.

		S		[S-V	OPV] _{SV}
(28)	ba	dʒa	ba	i-dʒabir	ket
	1NOM	FUT	1NOM	1-subir.NF	NEG
	'Eu não vou subir.'				

³ É importante observar que, embora estejam sendo usados somente os argumentos nominais e pronominais neste trabalho, os argumentos também podem ser oracionais.

- (29)

A

[P-V

OPV]SV

ga

ně

ga

i-ʔôk

mej̯kumrej

2NOM

NFUT

2NOM

1-pintar.NF

ser.bom

Você me pintou muito bem.
- (30)

S

[S-V

OPV]SV

ga

ně

ga

a-tɔɾ

ɔ=ɖʒa⁴

2NOM

NFUT

2NOM

2-dançar.NF

fazer=ficar.em.pé

Você está dançando.
- (31)

A

[P-V

OPV]SV

ba

ɖʒa

ba

ku-krēn

ɔ=ɲi

1NOM

FUT

1NOM

3-comer.NF

fazer=ficar.sentado

Eu vou comer.

O padrão de alinhamento nominativo-acusativo ocorre quando A/S são expressos somente pelo pronome nominativo e P é expresso por prefixo verbal acusativo, conforme exemplos (32) e (33).

- (32)

S

V

ga

ně

ga

tɔ

2NOM

NFUT

2NOM

dançar

Você dançou.
- (33)

A

P-V

ba

ně

ba

a-pumũ

1NOM

NFUT

1NOM

2ACC-ver

Eu te vi.

Nesta seção, concluiu-se que a intransitividade cindida ocorre com S expresso ou por pronome independente (nominativo) ou por prefixo pessoal (absolutivo).

No contexto de operadores pós-verbais, tanto A quanto S/P ocorrem nas suas respectivas formas prefixais: A vem afixado à posposição ergativa, enquanto S/P vêm afixado à forma não finita do verbo.

O padrão nominativo-absolutivo também se dá em função da ocorrência de operadores pós-verbais.

Quando A/S são pronomes independentes e P é um prefixo verbal, têm-se o alinhamento nominativo-acusativo (Quadro 3).

Quadro 3. Prefixo de pessoa no verbo em Mebêngôkre. (Continua)

Alinhamento	Tipo de argumento	Codificação
Intransitividade cindida	A/SA	Pronome nominativo
	P/SP	Prefixo verbal
Ergativo-absolutivo	A	Prefixo [prefixo + posposição]
	S/P	Prefixo verbal

⁴ Numa perspectiva diacrônica, na análise de Gildea e Castro Alves (2020), a partir da reconstrução da fonte dos predicados adverbiais, S era argumento do verbo intransitivo de posição 'ɔ=ɖʒa'/'ɔ=ɲi', tornando-se S/A na nova estrutura, enquanto o possuidor do verbo não finito tornou-se o S/P absolutivo do verbo principal.

Quadro 3. Prefixo de pessoa no verbo em Mebêngôkre. (Conclusão)

Alinhamento	Tipo de argumento	Codificação
Nominativo-absolutivo	SA	Pronome nominativo
	SP	Prefixo verbal
	P (acusativo)	Prefixo verbal
Nominativo-acusativo	A/S	Pronome nominativo
	P	Prefixo verbal

O fato de o A ergativo não apresentar ocorrência robusta na língua daria espaço para a expressão do A por um pronome nominativo, conforme será visto no próximo tópico.

PREFIXO INDEXADO NA POSPOSIÇÃO ERGATIVA

O alinhamento ergativo-absolutivo ocorre no contexto de operadores pós-verbais, onde o verbo da oração é expresso na forma não finita. Assim, em orações com dois argumentos, A e P, o primeiro vem marcado pela posposição ergativa 'te/jε' (36)/(37) e o segundo é codificado pelo prefixo pessoal na palavra verbal, tal como nas orações com um único argumento S (34). Em (37), P é expresso por um nominal da mesma forma que S em (35).

				[S-V	OPV]SV		S		[V	OPV]SV		
(34)	ga	ɖa	ga	a-kato	kadzɨ		(35)	nirɛ	wã	ně	ɲɛɛ	mɛjkmrɛj
	2NOM	FUT	2NOM	2-sair	AFIRM			mulher	DEM	NFUT	cantar	ser.bom
	'Você vai sair.'							'Aquele mulher cantou muito bem.'				
	A			[P-V	OPV]SV			A		[P	V	OPV]SV
(36)	ku-tɛ	a-pumũj	ket				(37)	a-jɛ	mɾi	kur	ket	
	3-ERG	2-ver.NF	NEG					2-ERG	carne	comer.NF	NEG	
	'Ele não vai te ver.'							'Você não está comendo carne.'				

Observa-se que há mais de uma possibilidade de expressão do argumento A, pois, em (38), A é prefixal e marcado pela posposição ergativa 'jε'. Já em (39), esse mesmo padrão permite a coocorrência de um pronome nominativo correferencial; enquanto, em (40), a posposição ergativa desaparece completamente, sendo A expresso apenas pelo pronome nominativo.

	A	[P-V	OPV]SV		A	[P-V	OPV]SV
(38)	i-je	a-ʔôk	ket		(39)	ga	a-je i-ʔôk ket
	1-ERG	2-pintar:NF	NEG			2NOM	2-ERG 1-pintar:NF NEG
	'Eu não te pintei.'					'Você não vai me pintar.'	
	A	[P-V	OPV]SV				
(40)	ba	a-ʔôk	ket				
	1NOM	2-pintar:NF	NEG				
	'Eu não te pintei.'						

Por outro lado, quando A é um nominal (41) ou um prefixal (ku-), em correferência com o nominal (42), observa-se a presença da posposição ergativa.

(41) A [P-V OPV]SV
mēmi tε a-abεjε kumεj nē
homem ERG 2-procurar.NF ser.muito nē
'O homem te procurou muito.'

(42) TOP A [P-V OPV]SV
mēmi ku-tε a-bin ket
homem 3-ERG 2-matar.NF NEG
'O homem, ele não vai te matar.'

A será marcado pela posposição ergativa sempre que o verbo estiver na forma não finita. Nesse contexto, A pode aparecer como prefixo pessoal anexado à posposição; ou como nominal associado à posposição.

Concluiu-se que, em construções em que A é associado à posposição ergativa, S e P são prefixos verbais. A correferência do A na forma de prefixo pessoal anexado à posposição ergativa mais nominativo é recorrente e, em alguns casos, não ocorre a posposição ergativa, mas somente o pronome nominativo.

A hipótese para a coocorrência de nominal com posposição flexionada para pessoa pode ser explicada em termos de tópico/foco dado ao argumento A. E, quando há ausência de marcador ergativo, uma possível explicação seria o contexto conversacional, hipóteses que podem ser verificadas em pesquisas futuras (Quadro 4).

Quadro 4. Prefixo pessoal marcado por posposição ergativa em Mebêngôkre.

Padrão de alinhamento	Tipo de argumento	Posposição	Condicionante
Ergativo-absolutivo	A 1ª e 2ª pronominal	jε	Verbo na forma não finita
-	A 3ª (pro)nominal	tε	
	S/P	∅	-

O próximo tópico vai tratar da posição de S/A/P em relação ao núcleo verbal.

POSIÇÃO DOS CONSTITUINTES NA ORAÇÃO

Em relação à posição dos constituintes na oração, no alinhamento da intransitividade cindida, em predicados de apenas um argumento, SA – (43) e (44) – e SP – (45) e (46) – precedem V.

(43) SA [V]SV
ba nē ba ti
1NOM NFUT 1NOM cair
'Eu cáí.'

(44) SA [V]SV
ga dʒa ga tē
2NOM FUT 2NOM ir
'Você vai.'

- (45) [SP-V]SV
ba d3a ba i-kabě
 1NOM FUT 1NOM 1-falar
 'Eu vou falar.'
- (46) [SP-V]SV
ba d3a ba i-keket
 1NOM FUT 1NOM 1-sorrir
 'Eu vou sorrir.'

Nos predicados de dois argumentos, A é expresso por prefixo indexado na posposição ergativa, em (48), ou por nominal, em (49). P é argumento interno ao SV – (48) e (49) –, assim como SP, em (47), ambos expressos por prefixo verbal. A precede P e ambos precedem V.

- | | | | | | | | | | | |
|------|------------------|-----|------|--------------------|------|-------------------------|-------|-------------|--------|-----|
| (47) | ba | dʒa | ba | [SP-V]sv
i-prõt | (48) | ba | i-jɛ | a-ʔôk | prãm | ket |
| | 1NOM | FUT | 1NOM | 1-correr | | 1NOM | 1-ERG | 2-pintar.NF | querer | NEG |
| | 'Eu vou correr.' | | | | | 'Eu não vou te pintar.' | | | | |

Concluiu-se que nas orações com verbos de argumento único, na intransitividade cindida, SA e SP, e, no alinhamento ergativo, S, antecedem o verbo. Quando a oração tem dois argumentos, A antecede P e ambos antecedem V (Quadro 5).

Quadro 5. Posição dos constituintes na oração em Mebêngôkre.

Tipo de alinhamento	Posição do argumento	Condicionante
Intransitividade cindida	SA [V] _{sv} ; [SP-V] _{sv}	-
Ergativo-absolutivo	A [P-V] _{sv}	Verbo na forma não finita

Os padrões de alinhamento dos argumentos S/A/P, ancorados na codificação, mostram que eles se apresentam morfologicamente diversos, condicionados pela presença ou não de operadores pós-verbais.

COMPORTAMENTO DO SUJEITO

Para Croft (2001), em relação às propriedades comportamentais, A controla o reflexivo e A/S controlam o apagamento do mesmo referente nas orações coordenadas e subordinadas, e na mudança de referência. Estas propriedades serão vistas a seguir.

REFLEXIVIZAÇÃO

As construções em (50) e (51) são reflexivas, uma vez que o A é quem controla o processo, em que a ação recai sobre si mesmo.

			A	[P	v]sv		A	[P	V	OPV]
(50)	ba	ně	ba _i	amĩ	krāta	(51)	i-jε _i	amĩ	ʔôk	ket
	1NOM	NFUT	1NOM	REF	cortar		1-ERG	REF	pintar.NF	NEG
	'Eu me cortei.'						'Eu não vou me pintar.'			

Em construções reflexivas, o sujeito e o objeto são correferentes, por isso que somente construções de dois argumentos é que podem apresentar reflexivização. Em construções de argumento único não ocorre reflexivização, pois, sendo S o argumento do verbo, só há lugar para ele mesmo na oração (Givón, 2001).

CONTROLE DO APAGAMENTO EM ORAÇÕES COORDENADAS E SUBORDINADAS

Em orações coordenadas, o apagamento de argumentos correferenciais é controlado pelo A da primeira oração na sequência, conforme (52) e (53).

			A	P	V	MS		A	V	
(52)	ga	ně	ga _i	ŋô	bĩ	někām	arim	ø _i	ojkõ	
	2NOM	NFUT	2NOM	água	pegar	CONJ	já	2NOM	beber	
	'Você pegou a água e a bebeu.'									
	A	P-V	MS	S-V		A	[R		]	T-V
(53)	ga _i	i-aê	někām	a _i -katõ	tu ⁵	ø _i	mě	kunĩ	mã	ø-jarě
	2NOM	1-assustar	CONJ	2-sair	PART	2NOM	PL	tudo	DAT	ACC-contar
	'Você me assustou, saiu e falou isso para todo mundo.'									

Quando se trata do controle do apagamento em orações subordinadas, o A da oração principal controla o apagamento do A da oração subordinada. A oração subordinada é o argumento interno (P) da principal, por serem correferentes, conforme atestado em (54).

			A		[A	P	v]P	V	
(54)	ba	ně	ba _i	arip	ø _i	kuběkλ	bĩ	ɔ=wabnɔ	
	1NOM	NFUT	1NOM	já	1NOM	roupa	comprar	fazer=esquecer	
	'Eu esqueci de comprar a roupa.'								

Nas construções (55) e (56), o argumento S/A da oração secundária não pode ser apagado, porque é correferente com o argumento P, e não com o argumento A, da oração principal.

			A	P-V	[s-v]
(55)	ba	ně	ba _i	a _i -pumũ	a _i -prõt
	1NOM	NFUT	1NOM	2-ver	2-correr
	'Eu te vi correndo.'				

⁵ Definição 1 para tu 'Part. só' (Salanova & Silva, s/d, p. 99). A interpretação mais provável parece ser 'foste tu, somente tu' quem fez isso.

		A	P-V	A	P-V	OPV
(56)	ga	ně	ga _i	i _i -pumũ	ba _i	ku-krěn
	2NOM	NFUT	2NOM	1-ver	1NOM	ACC-comer
	fazer=ficar:sentado					
	'Você me viu comendo.'					

MUDANÇA DE REFERÊNCIA

Como categoria flexional do verbo para indicar a semelhança entre os sujeitos, que podem ser expressos por um pronome ou por um afixo verbal, a função dos sistemas de *switch-reference* é evitar que haja ambiguidade na referência (Haiman & Munro, 1983).

Neste tipo de construção, é o A da oração principal que controla a mudança de referência do A na oração secundária, conforme atestado em (57).

	A		P	V	SD	A		V	
(57)	ta _i	wã	dʒa	ɲô	dʒari	ɲikãm	ta _i	wã	ojkõ
	3NOM	DEM	FUT	água	colocar	CONJ	3NOM	DEM	beber
	'Ele vai deixar a água e o outro vai beber.'								

Nas construções com mais de uma oração, 'nêkãm/ɲikãm' seriam os elementos gramaticais que fazem a conexão das orações, sendo 'nêkãm' utilizado em orações coordenadas e 'ɲikãm' utilizado em orações subordinadas.

O Quadro 6 esboça as propriedades de comportamento do sujeito em Mebêngôkre.

Quadro 6. Propriedades de comportamento do sujeito em Mebêngôkre.

	Controle do reflexivo	Controle do apagamento sob correferência		Controle na mudança de referência
		Orações coordenadas	Orações subordinadas	Pronome nominativo
Intransitividade cindida	A	A/SA	A	A/SA
Ergativo	A	A	A	A/S

Em relação às propriedades de comportamento, na intransitividade cindida, identificou-se que os argumentos S/A/P se apresentam distribuídos no controle da reflexivização, no controle do apagamento e da mudança de referência, com maior ocorrência do A nominativo; por outro lado, o A ergativo é perceptível apenas na reflexivização.

Em relação às propriedades de comportamento, entende-se que há a necessidade de um trabalho de campo mais bem elaborado, especialmente com foco em dados oriundos de fala espontânea, haja vista a dificuldade encontrada para a aplicação dos testes para a coleta desta modalidade de dados.

Cabe mencionar a presença na língua de marcação não canônica de sujeito para uma série de verbos, conforme foi tratado em Gomes (2021, 2023). Trata-se de construções com sintagma posposicional dativo⁶, na função de sujeito.

⁶ Nos trabalhos mencionados, tratou-se também do sujeito locativo, mas não vamos mencioná-lo aqui.

Os dois tipos de predicados, com sujeito dativo mostrados a seguir, apresentam a forma EX-DAT PRED, para orações de argumento único e, a forma EX-DAT ST-PRED⁷, para orações de dois argumentos, conforme exemplos (58) e (59), descritos em Gomes (2021, 2023), adaptados. Estas formas substituem as formas usadas para os argumentos canônicos (SV) e (APV), respectivamente.

			EX	PRED
(58)	ba	ně	ba	ku-mã uma
	1NOM	NFUT	1NOM	3-DAT ter.medo
	'Eu estou com medo.'			
			EX	ST-PRED
(59)	ba	ně	ba	i-mã a-kĩj
	1NOM	NFUT	1NOM	1-DAT 2-gostar
	'Eu gosto de você.'			

Nessas construções, o experienciador mais a posposição *mã* apresentam características de sujeito, tais como propriedades de codificação e de comportamento.

CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo avaliar como os argumentos centrais do verbo são expressos em orações de um e de dois argumentos em Mebêngôkre, considerando a codificação e o comportamento do sujeito.

Em relação à codificação, com base na concordância verbal, constatou-se que S é uma categoria cindida, ora S é expresso por um pronome nominativo independente, paralelo a A, ora S é expresso por prefixo de pessoa no verbo, paralelo a P.

Por outro lado, no alinhamento absolutivo, S e P são unificados, expressos como prefixos verbais, e o A é indexado na posposição ergativa 'jɛ/tɛ'.

Com operadores pós-verbais, tem-se o alinhamento nominativo-absolutivo, e S é expresso duplamente, como prefixo verbal, paralelo ao P e, como pronome nominativo, paralelo ao A.

Quando S e A são expressos por pronome nominativo, P é um prefixo verbal. Neste caso, tem-se o alinhamento acusativo.

Observa-se, de modo geral, que há várias possibilidades de expressão do A, como prefixo indexado na posposição ergativa 'jɛ/tɛ', ou a duplicação desta forma pelo pronome nominativo. Logo, a forma de expressão do A pode ocorrer, ora indexado na posposição ergativa, ora com a duplicação da forma ergativa ou com a ausência do ergativo, neste último caso, ocorre a substituição da forma ergativa pelo pronome nominativo.

Observou-se também a distribuição de S/A/P em relação às propriedades de comportamento e de controle, em orações reflexivas, coordenadas e subordinadas. Nestas construções, observa-se o controle que o A da oração principal exerce sobre o A das orações coordenadas e subordinadas, bem como sobre a mudança de referência.

Os dados mostraram que há diferentes possibilidades morfológicas de expressão dos argumentos A/S na língua, baseados na concordância verbal e na utilização de operadores pós-verbais nas orações.

⁷ As noções EX e ST, dos constituintes da oração com sujeito dativo, foram apresentadas em Castro Alves (2018).

ABREVIATURAS

1	primeira pessoa		
2	segunda pessoa		
3	terceira pessoa	PART	partícula
A	argumento mais ativo de verbos transitivos	PL	plural
ACC	acusativo	POS	possessivo
AFIRM	afirmativo	PRED	predicado
CONJ	conjunção	R	recipiente
DAT	dativo	REF	reflexivo
DEM	demonstrativo	S	sujeito intransitivo
ERG	ergativo	SA	sujeito mais ativo de verbos intransitivos
EX	experienciador	SD	sujeito diferente
FUT	futuro	SP	sujeito mais passivo de verbos intransitivos
MS	mesmo sujeito	ST	estímulo
NEG	negação	SV	sintagma verbal
NF	não finito	T	tema
NFUT	não futuro	TOP	tópico
NOM	nominativo	V	verbo
OPV	operador pós-verbal		
P	argumento mais passivo de verbos transitivos		

REFERÊNCIAS

- Castro Alves, F. (2018). Sujeito dativo em Canela. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 13(2), 377-403. <https://doi.org/10.1590/1981.81222018000200007>
- Comrie, B. (1978). Ergativity. In W. P. Lehmann (Org.), *Syntactic typology: studies in the phenomenology of language* (pp. 329-394). University of Texas Press.
- Comrie, B. (1989). *Language universals and linguistic typology*. The University of Chicago Press.
- Costa, L. S. (2015). *Uma descrição gramatical da língua Xikrín do Cateté (família Jê, tronco Macro-Jê)* [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. http://repositorio2.unb.br/jspui/bitstream/10482/20098/1/2015_LucivaldoSillvadaCosta.pdf
- Croft, W. (2001). *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198299554.001.0001>
- Dryer, M. S. (2007). Word order. In T. Shopen (Ed.), *Language typology and syntactic description* (2 ed., Vol. 1, pp. 224-275). Cambridge University Press.
- Gildea, S., & Castro Alves, F. (2020). Reconstructing the source of nominative-absolutive alignment in two Amazonian language families. In E. Luján, J. Barðdal, & S. Gildea (Orgs.), *Reconstructing syntax: cognates and directionality* (Brill's Studies in Historical Linguistics, pp. 47-107). Brill. https://doi.org/10.1163/9789004392007_003
- Givón, T. (2001). *Syntax: an introduction* (Vol. 1). John Benjamins Publishing Company.

- Gomes, E. F. (2021). *Aspectos morfossintáticos em Mebêngôkre: transitividade e marcação de argumentos* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará]. <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/14410>
- Gomes, E. F. (2023). Sujeito não-canônico em Mebêngôkre. *Revista Ameríndia*, 44, 41-70. <https://doi.org/10.56551/RVIR2884>
- Haiman, J., & Munro, P. (1983). *Switch-reference and universal grammar*. John Benjamins Publishing Company.
- Keenan, E. L. (1976). Towards a universal definition of 'Subject'. In C. N. Li (Org.), *Subject and topic* (pp. 303-333). Academic Press.
- Lapierre, M., Bardagil-Mas, B., & Salanova, A. P. (2016). *A reconstruction of Proto-Northern Jê Phonemics* (Amazônicas VI). Universidad Nacional de Colombia.
- Nikulín, A. (2020). *Proto Macro-Jê: um estudo reconstutivo* [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/38893>
- Oliveira, C. C. (2005). *The language of the Apinajé people of central Brazil* [Tese de doutorado, University of Oregon].
- Onishi, M. (2001). Non-canonically marked subjects and objects: parameters and properties. In A. Aikhenvald, R. M. W. Dixon, & M. Onishi (Orgs.), *Non-canonical marking of subjects and objects* (pp. 1-52). Cambridge University Press.
- Payne, T. E. (1997). *Describing morphosyntax: a guide for field linguists*. Cambridge University Press.
- Reis Silva, M. A., & Salanova, A. P. (2000). Verbo y ergatividad escindida en Mebêngôkre. In H. van der Voort & S. van der Kerke (Orgs.), *Indigenous languages of Lowland South America* (Indigenous Languages of Latin America, Vol. 1, pp. 225-242). Research School of Asian, African, and Amerindian Studies (CNWS).
- Reis Silva, M. A. (2001). *Pronomes, ordem e ergatividade em Mëbêngôkre (Kayapó)* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas].
- Rodrigues, A. D. (1986). *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. Edições Loyola.
- Salanova, A. P. (2007). *Nominalizations and aspect* [Tese de doutorado, Massachusetts Institute of Technology].
- Salanova, A., & Silva, A. (s/d). *Dicionário Mebengokre-Portugues* [Projeto de pesquisa lingüística em Mebengokre]. Unicamp/Fapesp.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

E. F. Gomes contribuiu com investigação e escrita (rascunho original); e de F. Castro Alves com supervisão.

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AValiação POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.

Consoantes preglotalizadas em línguas Jê Setentrionais

Preglottalized consonants in Northern Jê

Andrey Nikulin 

Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Goiás, Brasil

Resumo: O artigo aborda o estatuto fonológico das sequências do tipo 'oclusiva glotal + consoante' em três línguas pertencentes ao ramo Jê Setentrional (família Jê, tronco Macro-Jê), faladas no Maranhão e no Tocantins: Mẽhĩ, Mẽ hẽeh e Panhĩ. São analisadas as restrições distribucionais à ocorrência de tais sequências, as alternâncias entre a presença e a ausência da oclusiva glotal, bem como o comportamento idiossincrático de determinados morfemas em relação à ocorrência da oclusiva glotal. Propõe-se uma análise econômica para os fenômenos observados, que envolve a identificação de consoantes preglotalizadas como segmentos de contorno. A preglotalização é realizada na superfície unicamente após vogais curtas, bem como quando precedida por um prefixo de terceira pessoa absolutiva, ao passo que nos demais ambientes a preglotalização é apagada. Nas variedades do complexo Timbira, os segmentos preglotalizados compartilham seu comportamento com os segmentos pós-oralizados, evidenciando um paralelismo entre dois tipos de segmentos de contorno.

Palavras-chave: Línguas Jê Setentrionais. Segmentos de contorno. Preglotalização.

Abstract: This paper deals with the phonological status of sequences of the type 'glottal stop + consonant' in three languages classified as Northern Jê (Jê branch, Macro-Jê family), spoken in the states of Maranhão and Tocantins, Brazil: Mẽhĩ, Mẽ hẽeh, and Panhĩ. It analyzes the distributional restrictions on the occurrence of such sequences, followed by the alternations between the presence and the absence of a glottal stop, as well as the idiosyncratic behavior of certain morphemes regarding the occurrence of the glottal stop. A parsimonious analysis is proposed for these phenomena involving the identification of preglottalized consonants as complex segments. Preglottalization occurs on the surface exclusively after short vowels, as well as when preceded by a third-person absolutive prefix, whereas in other environments it is deleted. In the varieties of the Timbira complex, the preglottalized segments share behavioral properties with postoralized nasals, revealing similarities between two types of complex segments.

Keywords: Northern Jê languages. Complex segments. Preglottalization.

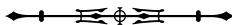
Nikulin, A. (2025). Consoantes preglotalizadas em línguas Jê Setentrionais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 20(1), e20230084. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2023-0084.

Autor para correspondência: Andrey Nikulin. Universidade Federal de Goiás. Rua do Bosque, *campus* Samambaia (*campus* II). Goiânia, GO, Brasil. CEP 74690-624 (nikulin@ufg.br).

Recebido em 04/10/2023

Aprovado em 22/08/2024

Responsabilidade editorial: Flávia de Castro Alves



INTRODUÇÃO

Este artigo explora o estatuto fonológico das sequências do tipo ‘oclusiva glotal + consoante’ nas variedades Jê Setentrionais (Jê < Macro-Jê) faladas pelos povos Panhĩ (Apinajé), Pyhcop cati ji (Gavião-Pykobjê), Crêhcateh cati ji (Krikati), Cree pym cati ji, Apànjêhkra (Canela de Porquinhos), Mêmörtümre (Canela) e Krahô¹. Em todas essas variedades, tais sequências podem ocorrer tanto no meio de morfemas (1a) como em fronteiras morfológicas (contraste-se 1b com 1c) e inclusive nas fronteiras entre palavras ortográficas, contexto em que [ʔ] não é representado na escrita (como em 1d). Os exemplos a seguir são da variedade da língua Mêhĩ falada pelo povo Mêmörtümre².

- (1) Mêhĩ (Mêmörtümre) (RC-230630)
- cuhtōj* [kuʔ.tōj] ‘chocalho’
 - ihkra* [iʔ.kʰra ~ iʔ.kʰa] ‘filho dele’
 - akra* [a:.kʰra ~ a:.kʰa] ‘teu filho’
 - mê hō krĩ* [mẽ.ħōʔ.kʰĩ ~ mẽ.ħōʔ.kʰĩ] ‘aldeia deles’

Em análises anteriores, a oclusiva glotal é considerada uma realização do fonema /ʔ/ (Albuquerque, 2011; Albuquerque & Krahô, 2016, p. 24) ou um alofone de /h/ (Popjes & Popjes, 1971; Sá, 2000, p. 63; Castro Alves, 1999, p. 61). Este trabalho oferece uma análise alternativa, de acordo com a qual as sequências do tipo ‘oclusiva glotal + consoante’ ([ʔC]) seriam realizações de consoantes preglotalizadas subjacentes, sendo, portanto, monossegmentais (/ʔC/ – notação que utilizo neste artigo para evitar qualquer confusão entre segmentos preglotalizados complexos e sequências do tipo /ʔ/ + /C/). Desta forma, propõe-se que, em Proto-Jê Setentrional e em algumas das línguas-filhas, consoantes simples (/C/) contrastam com suas contrapartes preglotalizadas (/ʔC/), com base em evidências distribucionais e comportamentais (alternâncias fonológicas e morfofonológicas). São defendidas, ainda, as seguintes hipóteses:

1. Em Proto-Jê Setentrional, bem como nas variedades do complexo Timbira faladas no Maranhão e Tocantins (mas não no Pará), /ʔC/ realiza-se como [ʔC] após vogais curtas e como [C] nos demais ambientes;
2. As sequências do tipo [ʔC] são segmentos de contorno, da mesma forma que as sequências do tipo [NT] ou [ND] são realizações pós-oralizadas de consoantes nasais subjacentes (/N/; ver Stanton, 2018; Wetzels & Nevins, 2018; Lapierre, 2023a sobre este último padrão);
3. Alguns prefixos gramaticais apresentam um comportamento especial em relação à preglotalização;
4. As alternâncias entre [ʔC] e [C] foram diacronicamente morfofonologizadas na língua Panhĩ (Apinajé), que perdeu a duração vocálica contrastiva e criou um fonema /ʔ/, ausente do inventário fonológico do Proto-Jê Setentrional.

¹ Este estudo foi inspirado pela tese de Ribeiro Silva (2020), a primeira autora que reconstruiu o contraste de duração vocálica e as instâncias de [ʔ] para o Proto-Timbira, bem como pelas gravações de narrativas Apànjêhkra feitas por Flávia de Castro Alves – o primeiro contato deste autor com os sons do fluxo de fala de uma variedade Timbira, ocorrido no âmbito das atividades de um projeto de pesquisa intitulado “Trabalho de campo colaborativo, documentação e descrição do Canela com foco nos direitos à língua materna” (coordenado por Flávia de Castro Alves). Neste estudo, contudo, as gravações de narrativas Apànjêhkra não são analisadas.

² As denominações de algumas das línguas mencionadas neste artigo divergem daquelas usualmente empregadas em publicações acadêmicas, preferência sendo dada à nomenclatura utilizada pelos próprios falantes. O rótulo *Mêhĩ* diz respeito ao conjunto das variedades faladas pelos povos Mêmörtümre (Canela da Terra Indígena/TI Kanela), Apànjêhkra (Canela da TI Porquinhos) e Krahô. O rótulo *Mê hêeh* refere-se ao conjunto das variedades faladas pelos povos Pyhcop cati ji (Gavião, Pykobjê), Crêhcateh cati ji (Krikati) e Cree pym cati ji. O endônimo *Panhĩ* é utilizado em vez do nome mais conhecido, Apinajé (Apinayé).

Os procedimentos metodológicos aplicados neste estudo envolveram as técnicas usuais da análise fonológica (ver Cagliari, 2002 para uma descrição em português), aplicadas às fontes listadas na respectiva subseção, bem como o método histórico-comparativo (ver Gabas Jr., 2001 para uma descrição em português). No que diz respeito à abordagem teórica, são aceitas as principais premissas dos modelos fonológicos não lineares, tais como a Fonologia Articulatória (Browman & Goldstein, 1989, 1992), a Teoria de Abertura (Steriade, 1993, 1994), a Teoria Autossegmental (Clements & Hume, 1995) e a Teoria Q (Shih & Inkelas, 2019), de acordo com as quais alguns segmentos – os segmentos de contorno – podem ser subdivididos no eixo temporal, apresentando, dessa forma, várias fases com especificações fonológicas diferentes. Contudo, formalismos específicos a essas teorias são evitados neste trabalho a fim de tornar a leitura acessível para especialistas em línguas Jê Setentrionais em geral.

O restante deste artigo estrutura-se da seguinte maneira. Após uma breve apresentação das línguas Jê Setentrionais e seus sistemas ortográficos, são trazidos os principais fatos distribucionais relativos à ocorrência ou não ocorrência de [ʔ] em línguas Jê Setentrionais específicas. Após uma discussão das análises encontradas na literatura, procede-se a uma nova proposta de análise. Em seguida, são apresentadas as evidências comparativas das demais línguas Jê Setentrionais, que permitem reconstruir o padrão em questão para o Proto-Jê Setentrional. Na conclusão, destaca-se a raridade tipológica dos segmentos preglotalizados não derivados nas línguas sul-americanas.

LÍNGUAS JÊ SETENTRIONAIS

O ramo Jê Setentrional integra a família linguística Jê, parte do tronco Macro-Jê, e inclui cerca de sete línguas vivas com seus respectivos dialetos (Nikulin, 2021, pp. 2–3). O subagrupamento do tronco Macro-Jê e do ramo Jê Setentrional é apresentado nas Figuras 1 e 2, respectivamente, ao passo que a distribuição geográfica das línguas Jê Setentrionais se encontra esquematizada na Figura 3. Os nomes das línguas Jê Setentrionais contemporâneas (definidas como conjuntos de variedades mutuamente inteligíveis) estão em negrito. Os nomes que correspondem a grupos étnicos autônomos adotados neste artigo estão sublinhados, com nomes alternativos encontrados na literatura dados entre parênteses.

SÍLABA NAS LÍNGUAS JÊ SETENTRIONAIS

As línguas Jê Setentrionais apresentam estruturas silábicas semelhantes entre si (Castro Alves, 1999; Sá, 2000; Salanova, 2001). Em todas as línguas menos Panhĩ e Mëbêngôkre, os ataques são obrigatórios, exceto na margem esquerda de palavra. O inventário dos ataques complexos em Proto-Jê Setentrional incluía */pr/, */pj/, */mr/, */mw/, */mj/, */tw/, */tj/, */nw/, */rw/, */cw/, */ñw/, */jw/, */kr/, */kw/, */krw/, */kj/, */ŋr/, */ŋw/, */ŋrw/, */ŋj/.³ Isto é, apenas oclusivas e nasais subjacentes podiam combinar-se com */r/ como segundo elemento do ataque, e existia uma restrição às combinações de ataques labiais com */w/ (exceto */mw/) e de ataques coronais com */j/ (exceto */tj/) ou */r/, que tem sido atribuída ao Princípio do Contorno Obrigatório (Damulakis, 2010, capítulo 5). Nas línguas contemporâneas, o inventário dos ataques da protolíngua sofreu algumas mudanças, mas os princípios gerais ainda são reconhecíveis. Já as codas nas línguas Jê Setentrionais são invariavelmente simples e não são obrigatórias. Duas línguas Jê Setentrionais

³ As formas reconstruídas estão no Alfabeto Macro-Jê (Nikulin, 2020, pp. 50–53) e não no Alfabeto Fonético Internacional. Os segmentos reconstruídos como */r/, */ñ/ e */j/ provavelmente eram realizados como [r] ou [ɾ], [ɲ] e [j], respectivamente. Informações mais detalhadas acerca da reconstrução fonológica do Proto-Jê Setentrional podem ser encontradas em Nikulin e Salanova (2019, apêndice A; 2022a), sendo que apenas o último desses trabalhos reconhece a relevância da reconstrução dos segmentos preglotalizados. Em relação à reconstrução lexical, as reconstruções neste artigo provêm da pesquisa em andamento de Nikulin e Salanova (2022b), que já incorpora as principais conclusões deste estudo.

(Mê hēeh e Mēhĩ) apresentam, de acordo com algumas análises, duração vocálica contrastiva (Popjes & Popjes, 1986, p. 190; Crocker, 1990, p. 357; Albuquerque & Krahô, 2016, p. 28; Ribeiro Silva, 2020, pp. 178–179), e todas as línguas apresentam pelo menos alguns ditongos decrescentes (a exemplo de /i^ə/)⁴. Sincronicamente, as vogais longas e os ditongos decrescentes não parecem ser compatíveis com codas em nenhuma língua Jê Setentrional⁵, indicando que a segunda mora das vogais longas e dos ditongos ocupa a mesma posição que as codas. Entretanto, em Proto-Jê Setentrional as vogais longas combinavam-se com a coda */r/, como em **pri:r-ti* ‘pacu’, fazendo com que seja necessário postular um modelo mais complexo para a sílaba do Proto-Jê Setentrional (Nikulin & Salanova, 2022b). Nesta descrição resumida da estrutura silábica das línguas Jê Setentrionais, não foram mencionadas as complicações relacionadas ao fone [ʔ], que serão apresentadas e discutidas em detalhe a seguir.

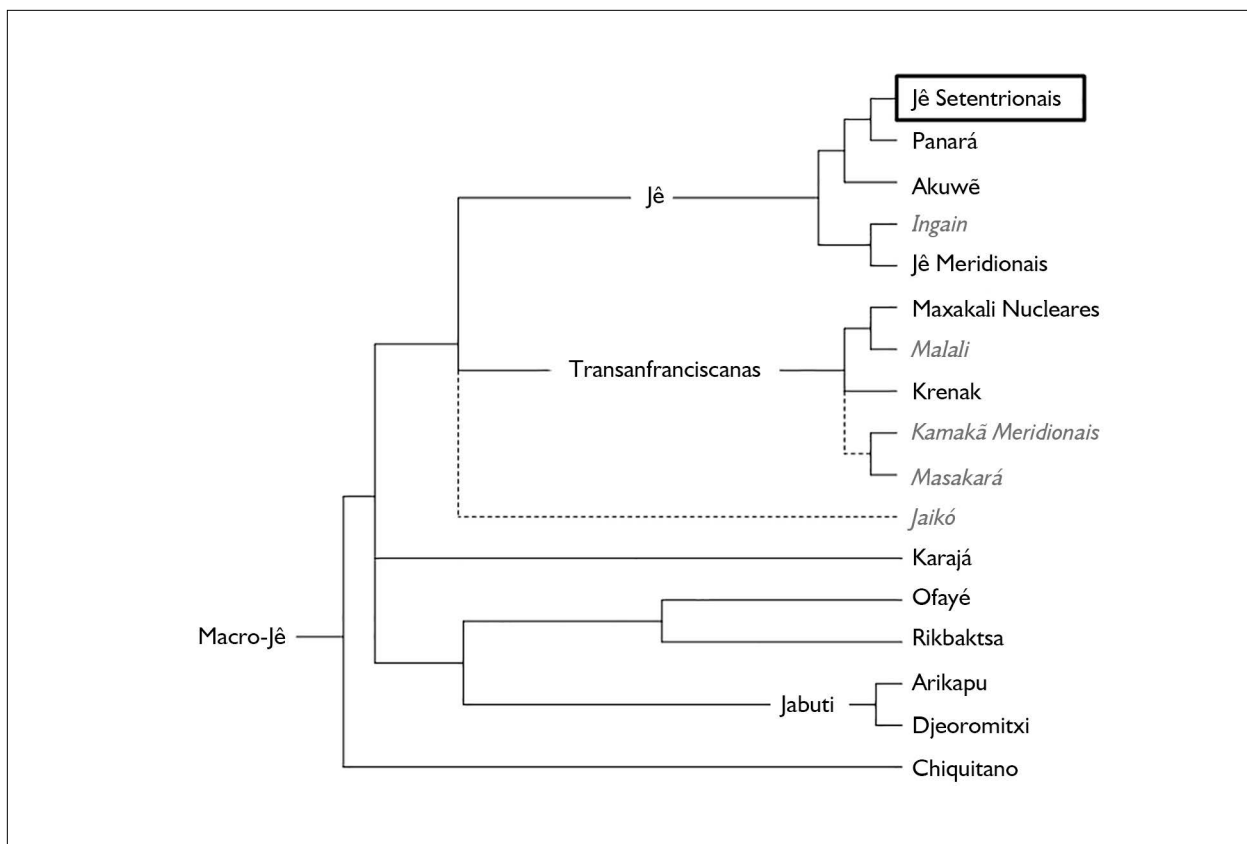


Figura 1. Cladograma do tronco Macro-Jê. Fonte: adaptado de Nikulin (2020, p. 178).

⁴ A língua Mēhĩ apresenta, ainda, sequências tautossilábicas do tipo [Va], como em *mēhcunea* [mēʔ.gu:ŋəa] ‘todos eles’, que não foram objeto de pesquisas aprofundadas até o presente. São mencionadas apenas *in passim* por Grupp (2015, p. vi). Tais sequências ocorrem em contextos enfáticos, e parecem ser obrigatórias na construção *X to X* ‘realmente X’, como em *i-mpeaj to i-mpej* ‘é muito bom’, *h-akrya to h-akry* ‘está muito contente’, *i-hcuht̪yaj to i-hcuht̪yj* ‘é muito forte’ (expressões comuns no dia a dia). Não foi detectada nenhuma interação entre este fenômeno e a estrutura silábica na língua Mēhĩ.

⁵ Um possível contraexemplo foi documentado na variedade Pyhcop cati ji da língua Mē hēeh, *caax* ‘pacará’, pronunciado [k^ha:s] (Pries, 2008, p. 13). Entretanto, Arlene Ribeiro Sansão (comunicação pessoal, 2024) informa que o termo em questão é grafado *cax* e pronunciado [k^has], sugerindo que poderia se tratar de um erro de digitação da parte de Pries (2008); neste caso, não haveria contraexemplos.

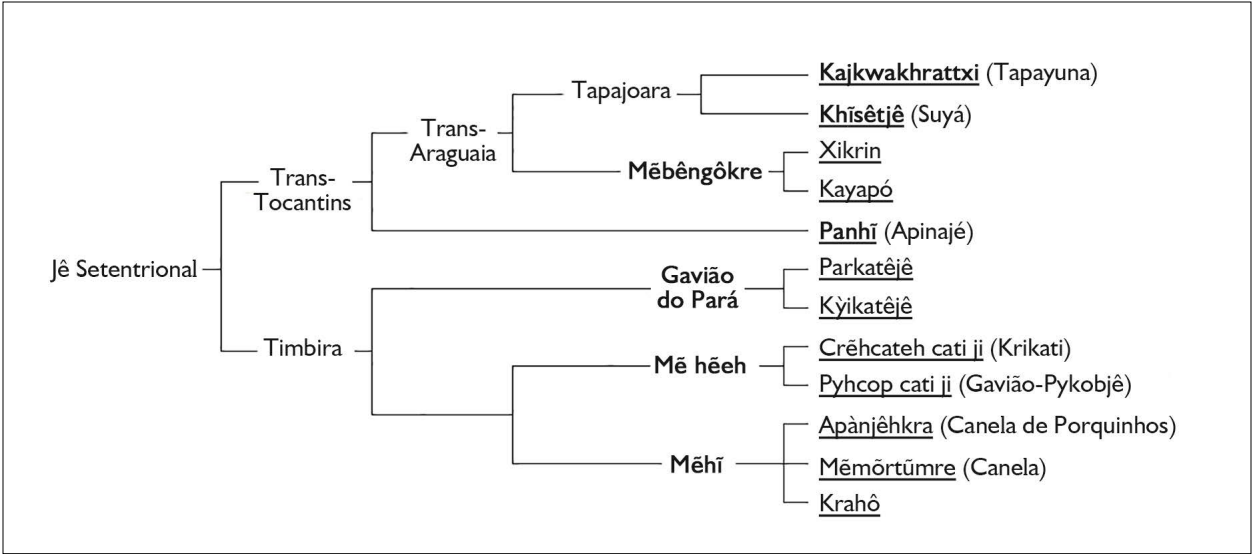


Figura 2. Cladograma do ramo Jê Setentrional. Fonte: adaptado de Nikulin (2020, p. 7).

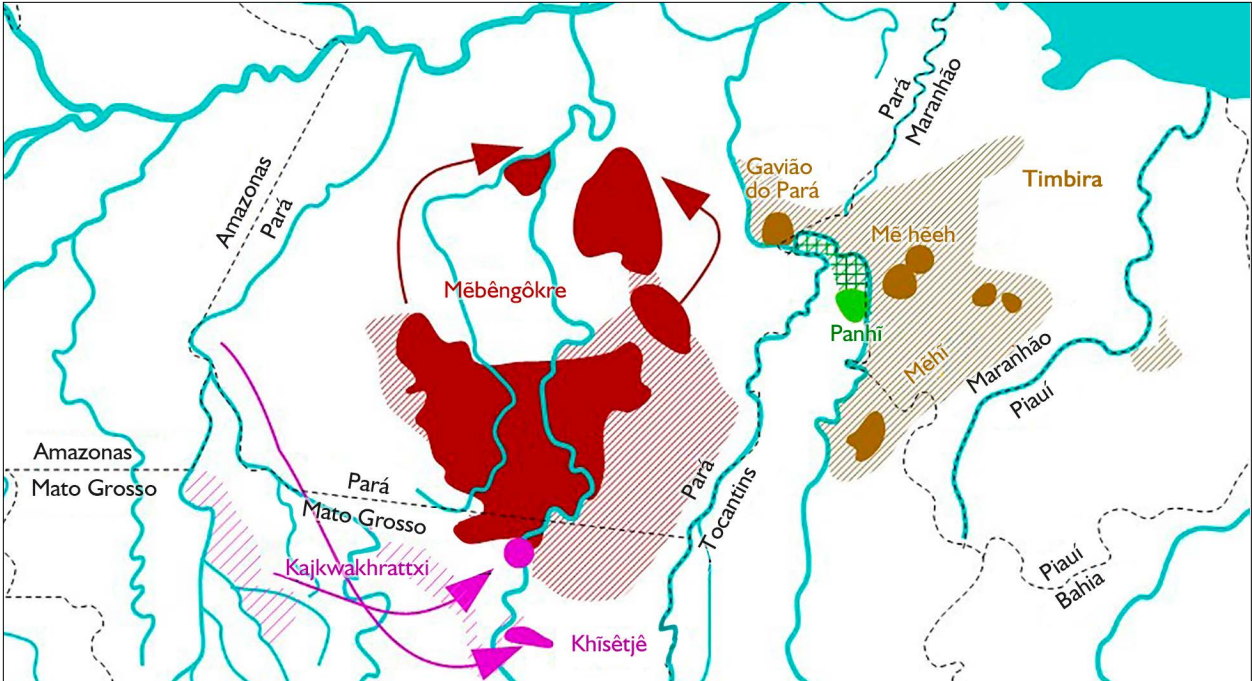


Figura 3. Localização dos povos que falam línguas Jê Setentrionais. Fonte: adaptado de Nikulin (2020, p. 4).

FONTES DOS DADOS

Os dados utilizados neste estudo provêm de obras descritivas, lexicográficas, etnográficas, bem como de textos acadêmicos e materiais didáticos escritos em línguas Jê Setentrionais. As principais fontes encontram-se resumidas no Quadro 1.

Quadro 1. Principais fontes consultadas.

Língua	Variedade	Descrições	Dicionários	Etnografia	Textos
Mêhĩ	Apànjêhkra	Castro Alves (1999)			
Mêhĩ	Mēmōrtũmre	Popjes e Popjes (1971)	Grupp (2015)	Crocker (1990)	Capêrkô Canela (2023)
Mêhĩ	Krahô	Albuquerque (2011), Albuquerque e Krahô (2016)			Albuquerque (2012b, 2014a, 2014b), Pöcuhtô Krahô (2020), Têrkwyj Krahô (2020), Xôhtyc Krahô (2020)
Mê hêeh	Pyhcop cati ji	Sá (2000)	Pries (2008)		Nazareno e Dias (2017), Oliveira (2013)
Mêhĩ e Mê hêeh	Várias				Ladeira (2006)
Panhĩ		Callow (1962)	Albuquerque (2012a)		Ribeiro Apinajé (2019)

Após ter formulado as principais hipóteses deste estudo, o autor teve a oportunidade de verificá-las no âmbito de suas atividades de ensino de conceitos linguísticos e discussões acerca da grafia, desenvolvidas junto a falantes nativos de línguas Jê Setentrionais – tanto aquelas que têm [ʔC] (Mēmōrtũmre, Apànjêhkra, Krahô) como aquelas que perderam as preglotalizadas (Khîsêtjê, Mêbêngôkre, Kajkwakhrattxi) – no âmbito de suas atividades de ensino no curso de Educação Intercultural no Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, da Universidade Federal de Goiás (NTFSI/UFG). Seu conhecimento das línguas Jê Setentrionais beneficiou-se, ainda, do convívio que teve com falantes nativos de línguas Jê Setentrionais, particularmente durante suas estadas nas aldeias Escalvado (município de Fernando Falcão, Maranhão), do povo Mēmōrtũmre, e Khîkatxi (município de Querência, Mato Grosso), do povo Khîsêtjê. Em particular, o autor agradece a Ricardo Capêrkô Canela, do povo Mēmōrtũmre, por esclarecer a pronúncia e o significado de algumas expressões em sua língua materna e participar de algumas sessões de gravação. Alguns exemplos representativos da fala dos Krahô provêm de uma narrativa de Elton Hiku Krahô sobre a machadinha *kàjre*, gravada no âmbito do tema contextual “Documentação de saberes tradicionais em línguas indígenas”, ministrada pelo autor em 2023 no NTFSI/UFG, e de uma entrevista de Francisquinho Tephót sobre a história da educação no povo Mēmōrtũmre, concedida a acadêmicos do curso de Educação Intercultural e ao autor em setembro de 2023, na aldeia Escalvado. As gravações realizadas com Ricardo Capêrkô, Elton Hiku e Francisquinho Tephót são referenciadas aqui por meio dos códigos RC, EH e FT, respectivamente, seguidos de um código referente à data da gravação (no formato AAMMDD). Todas as gravações foram realizadas com o microfone embutido de uma gravadora Zoom H4n, com a taxa de amostragem de 44,1 kHz.

GRAFIA

No que diz respeito à representação ortográfica de sons glotais e preglotalizados e das vogais longas nas línguas Panhĩ, Me hêeh e Mêhĩ, as respectivas convenções são como segue.

Na língua Panhĩ, as sequências do tipo [ʔC] são representadas como <hC> e a oclusiva glotal [ʔ] como <h>; a aproximante glotal [h] não ocorre na língua Panhĩ. As vogais foneticamente longas podem ocorrer quando uma coda

consonantal é apagada em uma sílaba tônica⁶, causando um alongamento compensatório (Salanova, 2001, p. 42); tais vogais longas são grafadas usando sequências de dois grafemas idênticos.

Os falantes da língua Mẽ hēeh utilizam uma grafia criada originalmente por missionários evangélicos da Missão Novas Tribos. Nessa grafia, as sequências do tipo [ʔC] são representadas como <'C>. No começo de palavras ortográficas (ou seja, após um espaço), a preglotalização normalmente não é representada; às vezes, é indicada por meio de um <'> no final da palavra anterior. O grafema <h> é utilizado para representar o fonema /h/, bem como a voz murmurada associada com as vogais /e/, /ə/, /o/, /ẽ/, /ẽ̃/, /õ/, /õ̃/ (<eh>, <yh>, <oh>, <ẽh>, <ỹh>, <õh>) e suas contrapartes longas (<eeh>, <yyh>, <ooh>, <ẽeh>, <ỹyh>, <õoh>). Outras vogais também possuem contrapartes longas, grafadas como sequências de dois grafemas idênticos (exceto pelos diacríticos, que ocorrem apenas na primeira vogal, como em /ə:/ <yy>).

A grafia utilizada pelos falantes da língua Mẽhĩ foi desenvolvida por um casal de missionários evangélicos, Prejaka e Tehtihkwỳj, que atuaram entre os Mẽmõrtũmre. Nela, as sequências do tipo [ʔC] são representadas como <hC> no meio de palavra ortográfica, mas como <C> após espaço. Grupp (2015, p. vii) – o sucessor de Prejaka e Tehtihkwỳj – afirma que “[s]e escreve duas palavras separadamente, não se escreve o glotal [sic! – autor], mas se fala”, esclarecendo, ainda, que “[n]a fala todos sabem que tem um glotal [sic! – autor]”. Em razão desta inconsistência entre a fonologia e a ortografia, os falantes às vezes têm dúvidas se devem escrever, por exemplo, <mẽ wej> ou <mẽhwej> [mẽʔβej] ‘velhos’, <to pøj> ou <tohpøj> [təʔpoj] ‘tirar (plural)’. Diante de vogais, <h> representa [h] (ou sons semelhantes, tais como [x]). A duração vocálica, cujo valor fonológico é sujeito à variação dialetal dentro da língua Mẽhĩ (Popjes & Popjes, 1971), geralmente não é representada na escrita pelos Mẽmõrtũmre e Apànjêhkra, à diferença dos Krahô, que utilizam grafemas duplicados. Por exemplo, a palavra /mĩ:ti/ ‘jacaré’ é grafada como <mĩti> pelos Mẽmõrtũmre e Apànjêhkra, mas como <mĩiti> pelos Krahô⁷.

Existe, ainda, uma proposta de grafia uniformizada (supradialetal) para os povos Timbira. Foi lançada em dezembro de 2003 por um grupo de trabalho composto por professores indígenas e linguistas não indígenas (Sá Amado, 2004a). Nessa proposta, as sequências do tipo [ʔC] são representadas como <'C> (como na grafia Mẽ hēeh), exceto após um espaço, ambiente em que a preglotalização não é representada. A duração vocálica não é representada na grafia uniformizada. De qualquer forma, apenas um livro foi publicado na grafia uniformizada (Ladeira, 2006), sendo que nos anos subsequentes a proposta caiu em desuso.

FATOS DISTRIBUCIONAIS

Nesta seção, exponho as principais propriedades distribucionais das sequências do tipo [ʔC] nas línguas Mẽhĩ, Mẽ hēeh e Panhĩ. Exemplifico as generalizações a seguir com dados da variedade Mẽmõrtũmre da língua Mẽhĩ, para a qual disponho de dados gravados em áudio, e da língua Panhĩ, utilizando as transcrições estreitas de Callow (1962)⁸.

⁶ As codas na língua Panhĩ são apagadas quando elas são homorgânicas com o ataque da sílaba subsequente, com algumas restrições; a coda /k/ é apagada diante de qualquer consoante não rótica (Callow, 1962, pp. 79, 81, 83).

⁷ Em seus trabalhos sobre o povo Mẽmõrtũmre, o antropólogo Pỳp utiliza um sistema de transcrição totalmente diferente daquele proposto por Prejaka e Tehtihkwỳj (Crocker, 1990, pp. 356–360). Esse autor representa as sequências do tipo [ʔC] por meio de <ʔC>. Além disso, ele representa, de forma sistemática, as vogais longas por meio de letras duplicadas. Apesar de ser fonologicamente superior à proposta missionária, a grafia de Pỳp é praticamente desconhecida na comunidade (com exceção de pessoas que foram próximas a Pỳp no passado, como é o caso de Francisquinho Tephot).

⁸ Embora Callow (1962, p. 11) descreva os alofones desvozeados das obstruintes da língua Panhĩ como levemente aspirados, as transcrições neste trabalho seguem Oliveira (2005, p. 44), que afirma que as obstruintes dessa língua não são aspiradas. As transcrições seguem, ainda, a observação de Oliveira (2005, pp. 57–58) referente à ocorrência do alofone [l] do rótico da língua Panhĩ, transcrito como [l] por Callow (1962).

Nas três línguas, as sequências do tipo [ʔC] ocorrem tanto no meio de morfemas (2–3) como em fronteiras morfológicas (4–5), e também nas fronteiras entre palavras (6–7). Neste último caso, devido a uma peculiaridade da convenção ortográfica das línguas Mẽhĩ e Mẽ hẽeh, os falantes dessas duas línguas deixam de representar [ʔ] na escrita no começo de palavras ou recorrem a estratégias alternativas: utilizam um grafema ‘mudo’ (<i> na língua Mẽhĩ), representam a oclusiva glotal como se fizesse parte da palavra ortográfica anterior (na língua Mẽ hẽeh) ou grafam as palavras sem espaço, possibilitando a representação de [ʔ] na escrita (em ambas as línguas). Na grafia da língua Panhĩ, a representação das sequências do tipo [ʔC] por meio de <hC> é permitida inclusive no começo de palavra ortográfica (7). Quanto à silabificação, na superfície as sequências do tipo [ʔC] são heterossilábicas: o elemento [ʔ] é silabificado como coda e o elemento [C] como ataque da sílaba subsequente.

- (2) Mẽhĩ (Mẽmörtũmre)
 - a. *cuhtõj* [kuʔ.tõj] ‘chocalho’ (RC-230630)
 - b. *jõhjõtɾe* [zoʔ.zo.ɛ ~ joʔ.jo.ɛ] ‘tipo de tucaninho’ (RC-230725)
 - c. *tõhtõtjɾe* [toʔ.tõj.ɾɛ] ‘coruja caburé’ (RC-230725)
 - d. *ahkrã* [aʔ.kʔã] ‘estrela cadente (feitiço)’ (RC-230725)
 - e. *cuhkõncahàc* [kuʔ.kʔõŋ.ga.hɜk] ‘jerimum’ (RC-230419)
- (3) Panhĩ (Callow, 1962, pp. 35, 42, 133)
 - a. *ohtô* [ɔʔ.'tô] ‘é muito’
 - b. *pêhkã* [peʔ.'kã] ‘alma-de-gato’
 - c. *apkahti* [ap.kaʔ.'ti] ‘amanhã, no dia seguinte’
- (4) Mẽhĩ (Mẽmörtũmre)
 - a. *ihwòm* [iʔ.tʃəm] ‘gordura dele’ (RC-230630)
 - b. *tehti* [tɛʔ.ɖi] ‘jatobá’ (RC-230630)
 - c. *pahkra* [paʔ.kʔa ~ paʔ.kʔa] ‘nosso filho (teu e meu)’ (RC-230630)
 - d. *ihroj xi* [iʔ.ɔj.tʃʰi:] ‘espertalhão’ (RC-230725)
- (5) Panhĩ (Callow, 1962, pp. 53, 241)
 - a. *ahpar mã* [aʔ.'pa.mɔ] ‘para baixo’
 - b. *mẽ pahpyràk* [mẽ.uaʔ.pw.'ɾɔ:] ‘parecido com a gente’
- (6) Mẽhĩ (Mẽmörtũmre)
 - a. *mẽ hõ krĩ* [mẽ.hõʔ.kʔĩ ~ mẽ.hõʔ.kʔĩ] ‘aldeia deles’ (RC-230630)
 - b. *jũ caxuw* [jũʔ.ga.tʃʰuw] ‘quando’ (RC-230630)
 - c. *to pój* [tɔʔ.poj] ‘tirar (plural)’ (RC-230630)
 - d. *pĩxó ihtatap* [pĩ.tʃʰoʔ.ɖat.tap] ‘fruta amarela’ (RC-230725)⁹
 - e. *ite ihcuhtô* [i:.ɖɛʔ.guʔ.tô] ‘eu cuspi’ (RC-230725)
 - f. *quê ha inta apu ihpahàm* [ke.haŋ.ta:.buʔ.ba.hɜm] ‘esse vai ficar com vergonha’ (RC-230630)

⁹ Este exemplo apresenta a geminação de uma oclusiva, que ocorre apenas após vogais curtas (Castro Alves, 1999, pp. 80, 95–96; Popjes & Popjes, 1971).

- (7) Panhĩ (Callow, 1962, pp. 59, 117, 223–4)
- hikjê htỳxre* [ʔi.,kseʔ.'tɤɖ.ɭɛ] 'lado durinho'
 - na hprôt* [nãʔ.'pɾõɖɔ] 'correu'
 - gôx kãm ho hkrĩ* [.,ŋgoɣi.kãm.ʔɔʔ.'kɾĩ] 'sentava com ele no rio'

RESTRIÇÃO DE [ʔC] À POSIÇÃO APÓS VOGAIS CURTAS EM MÊHĨ E MÊ HĒEH

Uma propriedade fundamental das sequências do tipo [ʔC] nas línguas Mẽ hēeh e Mẽhĩ é que elas ocorrem exclusivamente após vogais curtas. Esta restrição dá origem a alternâncias entre [ʔC] e [C]. Diversos morfemas, que normalmente apresentam [ʔC] em sua margem esquerda quando precedidos por vogais curtas, perdem o elemento glotal quando ocorrem em qualquer outro ambiente, isto é, após uma consoante (8), vogal longa (9) ou pausa (10).

- (8) Mẽhĩ (Mẽmõrtũmre) (RC-230630)
- hti / -ti* 'sufixo aumentativo':
tehti [tɛʔ.ɖi] 'jatobá'
hõ ntepti [hoŋ.tɛp.ti] 'fruta bem madura'
 - hkra / -kra* 'filho, filha, filhote':
pahkra [paʔ.kʰɾa ~ paʔ.kɾa] 'nosso filho (teu e meu)'
jũm kra [ziũm.kʰɾa ~ ziũm.kɾa] 'filho de quem'
- (9) Mẽhĩ (Mẽmõrtũmre) (RC-230630)
- hti / -ti* 'sufixo aumentativo':
pohti [pɔʔ.ɖi] 'taquara grande'
mĩti [mĩ:.ti ~ mĩ:.ɖi] 'jacaré'
 - hkra / -kra* 'filho, filha, filhote':
mĩti kra [mĩ:.ɖiʔ.kʰɾa ~ mĩ:.ɖiʔ.kɾa] 'filhote de jacaré'
ihkra [iʔ.kʰɾa ~ iʔ.kɾa] 'filho dele'
cra kra [kɾa:.kʰɾa ~ kɾa:.kɾa] 'filhote de paca'
akra [a:.kʰɾa ~ a:.kɾa] 'teu filho'
 - hhy / -hy* 'semente':
pĩhhy [pĩʔ.xi ~ pĩʔ.hi] 'semente de árvore'
põhy [põ:.xi ~ põ:.hi] 'milho'
 - hnõ / -nõ* 'um de':
mĩti nõ [mĩ:.ɖiʔ.ŋõ] 'um dos jacarés'
cra nõ [kɾa:.ŋõ] 'uma das pacas'
- (10) Mẽhĩ (Mẽmõrtũmre) (RC-230630)
- hkrẽ / -krẽ* 'comer (completamente)':
mĩti nõ krẽ [mĩ:.ɖiʔ.ŋõʔ.kʰɾẽ ~ mĩ:.ɖiʔ.ŋõʔ.kɾẽ] 'come um jacaré!'
ihkwỳ krẽ [iʔ.kʰβəʔ.kʰɾẽ ~ iʔ.kʰβəʔ.kɾẽ] 'come um pouco disso!'
krẽ [kʰɾẽ ~ kɾẽ] 'come isso!'

- (14) Mẽ hēeh (Pries, 2008, pp. 14, 19, 28, 30, 56, 57)
- ja'cree* /-jaʔkʰre:/ 'mostrar, procurar'
 - ca'hyh* /-ʔkaʔhə/ 'surrar'
 - 'coh'hi* /-ʔkəʔhi/ 'ficar em pé (plural)'
 - jacre* /-jakʰre/ 'ultrapassar, ser mais'
 - cahyh* /-kahə/ 'costurar'
 - cohhii* /-kəhi:/ 'espinha, nascida'
- (15) Mẽhĩ (Mẽmörtũmre)
- hpahàm* [-ʔ.ba.hɜm] 'vergonha' (RC-230630)
 - hpêrhy* [-ʔ.peɾ.xi ~ -ʔ.peɾ.hi] 'ferrão' (RC-230630)
 - to ... -hpôj* [-tɔ ... -ʔ.poj] 'tirar (plural)' (RC-230630)
 - htwým* [-ʔ.tβəm] 'gordura' (RC-230630)
 - hnô* [-ʔ.ŋô] 'um de' (RC-230630)
 - hcakôc* [-ʔ.ga:.kʰokʔ] 'falar' (RC-230630)
 - pijakrut* [-bi.jak.kʰutʔ ~ -bi.jak.kʰutʔ] 'ser dois (não finito)' (RC-230419)
 - pâr* [-pɜɾʔ] 'pé (de árvore tal)' (RC-230630)
 - pôj* [-poj] 'chegar (não finito)' (comum no dia a dia)
 - to* [-tɔ] 'posposição instrumental, marcador aplicativo/causativo' (RC-230419)
 - nôr* [-ŋôʔ] 'deitar, colocar no chão, tirar do fogo (plural)' (Grupp, 2015, p. 169; pronúncia inferida a partir da grafia)
 - cacô* [-gak.ko] 'líquido' (comum no dia a dia)

Na língua Panhĩ, que carece de um contraste entre vogais curtas e longas, as sequências do tipo [ʔC] também indiscutivelmente contrastam com [C], conforme evidenciado por múltiplos pares mínimos (16). Infelizmente, não há transcrições estreitas ou gravações disponíveis para os dados em 16.

- (16) Panhĩ (Albuquerque, 2012a, pp. 13–14, 17, 27, 74)
- ahpa* /a+ʔpa/ 'mudar (finito)'
 - apa* /a+pa/ 'teu braço'
 - ahkĩ* /a+ʔkĩ/ 'roubar (finito)'
 - akĩ* /a+kĩ/ 'teu cabelo'
 - akir* /a+kiʔ/ 'gritar (finito)'

O contraste também está presente na margem esquerda de temas (17). Callow (1962) não fornece uma descrição unificada para esse contraste, mas define as respectivas classes morfofonológicas para algumas classes de palavras: por exemplo, os nomes que apresentam [ʔC] em sua margem esquerda são classificados como pertencentes à chamada classe A, em oposição à classe B (Callow, 1962, p. 143), ao passo que os verbos intransitivos que apresentam [ʔC] em sua margem esquerda são classificados como pertencentes à chamada classe 1.1a, em oposição à classe 1.1b (Callow, 1962, p. 168). Infelizmente, não há transcrições estreitas ou gravações disponíveis para os dados em 17.

- (17) Panhĩ (Callow, 1962, pp. 143, 168, 282)
- hkaàr* /-ʔkaɾt/ 'lasca'

- b. *-hkaxkep* /-ʔkaʔʃkep/ 'gitar'
- c. *-hpar* /-ʔpaɾ/ 'pé'
- d. *-hprôt* /-ʔprɔʔt/ 'correr'
- e. *-hkrĩ* /-ʔkɾĩ/ 'sentar (plural)'
- f. *-kapẽr* /-kaʔẽɾ/ 'falar'
- g. *-kato* /-kaʔɔ/ 'nascer, sair'
- h. *-pa* /-pa/ 'andar (plural)'
- i. *-piro* /-pi+ɾɔ/ 'estar coberto'

PARTICULARIDADES DA LÍNGUA PANHĨ

Na língua Panhĩ, à diferença das línguas Mẽhĩ e Mẽ hẽeh, o segmento [ʔ] pode não apenas ocorrer diante de outra consoante, mas também ocupar a posição de ataque (18). Infelizmente, não há transcrições estreitas ou gravações disponíveis para os dados em 18.

- (18) Panhĩ (Callow, 1962, pp. 287–288, 294, 295–296)
- a. *mẽhõ* /mẽ+ʔʃ/ 'quem, alguém'
 - b. *pĩhõ* /pĩ+ʔo/ 'folha de árvore'
 - c. *rãhã* /ɾãʔã/ 'até'
 - d. *-puhã* /-pu+ʔã/ 'ao redor de'
 - e. *-hkwỳ hõ* /-ʔkux+ʔo/ 'sugar um pouco, comer um pouco de coisa doce (finito)'
 - f. *-hkwỳ hyr* /-ʔkux+ʔi+ɾ/ 'arrancar um pouco (não finito)'
 - g. *-pika'êk* /-pi+kaʔe+k/ 'quebrar-se (não finito)'

Além disso, Callow (1962, pp. 87–88) descreve a possibilidade de as sequências do tipo [ʔC] e [ʔ] ocorrerem após consoantes na língua Panhĩ. Neste caso, o núcleo e a coda da sílaba precedente são comumente laringalizados, e a coda não sofre o mesmo tipo de lenição que é observado diante de outros segmentos (por exemplo, /ɾ/ é realizado como [ɾ̥] e não como [l]). Os exemplos disponíveis (19) envolvem exclusivamente formas com um índice de terceira pessoa absoluta, segmentado aqui como Ø.¹⁰

- (19) Panhĩ (Callow, 1962, pp. 87–88)
- a. *kot Ø-hpĩr* [kɔʔʃ.pĩ] 'o mataram'
 - b. *Ø-ũm kãm Ø-hkagô* ['ũm.gãmʔ.ka.'ŋgo] 'mel misturado com saburá'
 - c. *na jar Ø-hkanhwỳ* [nã.'ʒãʔʃ.ka.'ŋdãʔʃ] 'ele o furou aqui'
 - d. *kêp Ø-hĩkjê htỳx* [kẽp.ʔi.,kseʔ.'tɕĩdʒi] 'um lado ficou duro'
 - e. *nhũm Ø-hõ ja* [nũm.'ʔʃ.ja] 'então um deles'

¹⁰ Em trabalhos mais recentes, o fenômeno descrito por Callow (1962, pp. 87–88) não é mencionado de forma explícita. Seria possível atribuir a ausência das sequências do tipo CʔC nas fontes modernas a uma mudança linguística recente: dos colaboradores de Callow (1962, p. 5), o mais jovem tinha pouco mais de 20 anos em 1958–1959. Porém é imaginável que os estudos mais recentes simplesmente não tenham dado a devida atenção às instâncias de laringalização descritas por Callow (1962), considerando-as subfônicas. Este tema poderá ser abordado em futuras pesquisas junto ao povo Panhĩ.

Nos dados de Callow (1962), as sequências do tipo [ʔC] ou [ʔ] não ocorrem após consoantes em outras formas, isto é, naquelas que não apresentam um índice de terceira pessoa absoluta. Diversos morfemas, que normalmente apresentam [ʔC] ou [ʔ] em sua margem esquerda quando precedidos por vogais curtas, perdem o elemento glotal quando ocorrem após uma consoante (20).

(20) Panhĩ (Callow, 1962, pp. 74, 82–84)

- a. *-hpa / -pa* 'terminar':
...*hpõnh pa* [...ʔ.'pojn.'pa] 'terminar de limpá-lo'
- b. *-hkujate / -kujate* 'empurrar':
gyw kujate ['ŋguwɔ.ku.jaɬ.'tɛ] 'empurrar a lama'
- c. *-hxêt / -xêt* 'queimado':
rõnh xêt ['rõŋ.'tɕeɖe] 'macaúba queimada'
- d. *-htwỳm / -twỳm* 'gordura':
pàtkàk twỳm [pɬɬ.'kɛ:.tɕuɣm] 'gordura da preguiça'
- e. *-hkêt / -kêt* 'não':
hĩnur kêt nẽ [ʔi.'nũdu:'ke:.ŋẽ] 'não o escavou'
- f. *-hkura / -kura* 'bater':
axpẽn kura [aɬtɬ.'pẽn.gu.'ra] 'bater um no outro'
- g. *-hy / -y* 'semente':
gôhkõn hy [ŋgoʔ.'kõ.'ŋu] 'semente de cabaca'
- h. *-ho / -o* 'posposição instrumental, marcador aplicativo/causativo':
anhỹr ho xa [a.'nũ.rɔ.'tɕa] 'ficar falando assim'

As sequências do tipo CʔC são atestadas ocasionalmente em fontes mais recentes: *aphtô* 'cuspir' (Ham et al., 1979, p. 54), *tephkahê* 'curral de peixe' (Oliveira, 2005, p. 51). A realização fonética de tais dados deve ser investigada em mais detalhe em futuras pesquisas.

CONSOANTES QUE OCORREM NAS SEQUÊNCIAS DO TIPO [ʔ]

Em todas as línguas Jê Setentrionais que apresentam as sequências do tipo [ʔC], as consoantes variam significativamente em função da frequência lexical de suas combinações com [ʔ].

Na variedade Mémörtũmre da língua Mẽhĩ, por exemplo, há inúmeros itens lexicais que apresentam as sequências [ʔp], [ʔt], [ʔkʰ], [ʔg], [ʔh] (e suas variações alofônicas)¹¹. As sequências [ʔβ] e [ʔŋ] são menos frequentes,

¹¹ Destas, [ʔg] e [ʔkʰ] ocorrem em distribuição complementar, pois [ʔkʰ] aparece apenas em sílabas com acento primário (como em *-hkà* [ʔ.'kʰɔ] 'pele, casca', *-hkre* [ʔ.'kʰɕɛ] 'plantar; buraco') ou secundário (como em *-hkujate* [ʔ.,kʰu.ja.'tɛ] 'empurrar', *-hkôpĩ* [ʔ.,kʰo.'pĩ] 'examinar', *-hkêrkêt* [ʔ.,kʰeɕ.'kʰet] 'torturar'), enquanto [ʔg] ocorre em sílabas átonas (como em *-hcajpẽ* [ʔ.gaj.'pẽ] 'pesar, experimentar', *-hcakók* [ʔ.ga:.'kʰok] 'falar', *-hcuhtỳj* [ʔ.guʔ.'tɕj] 'ser forte', *-hcuhhê* [ʔ.guʔ.'he(:)] 'ficar de pé (plural)', *ahcukij* [aʔ.gu:.'kʰijã] 'procurar', *hcuněa* [ʔ.gu:.'ŋẽã] 'todos'). Dessa forma, é possível analisar [ʔg] como um alofone enfraquecido de [ʔkʰ]. Um ponto fraco desta hipótese é a ausência de uma confirmação instrumental da realidade do acento primário e secundário na língua Mẽhĩ, tema que deverá ser abordado em futuras pesquisas. Neste trabalho o acento não é representado nas transcrições fonéticas, embora o autor acredite em sua relevância.

mas ocorrem em algumas palavras comuns no dia a dia: *ahwỳ* [aʔ.βə] ‘pedir’, *-hwej* [-ʔ.βej] ‘velho’, *-hnõ* [-ʔ.ɲõ] ‘um de’, *tahnã* [taʔ.ɲã] ‘assim’ (Grupp, 2015). As sequências [ʔm], [ʔɕ], [ʔj], [ʔt͡ʂʰ] são extremamente raras, mas ocorrem em palavras como *-hmat ri* [-ʔmãd̪.ɭi] ‘muito longe’, *-hràn* [-ʔ.ɕɲ] ‘animar’, *jôhjôt* [joʔ.joɕ] ‘tucaninho’, *hõxãhxãc* [hõ.ɕʰãʂʰ.ɕʰãk̚] ‘galinha’ (Grupp, 2015). A Tabela 1 traz as frequências dos respectivos dígrafos (*hp* [ʔp], *ht* [ʔt], *hk* [ʔkʰ], *hc* [ʔg], *hh* [ʔh], *hw* [ʔβ], *hn* [ʔɲ], *hm* [ʔm], *hr* [ʔɕ], *hj* [ʔj], *hx* [ʔt͡ʂʰ]) em um *corpus* de textos escritos por acadêmicos Krahô e Mëmörtümre (Pöcutô Krahô, 2020; Têrkwyj Krahô, 2020; Xôhtyc Krahô, 2020; Capêrkô Canela, 2023) e no dicionário de Grupp (2015; a contagem inclui não apenas as entradas, mas também os exemplos, os anexos e o índice). Como é de se esperar, as frequências dos segmentos que ocorrem predominantemente em lexemas raros são maiores em Grupp (2015), por tratar-se de uma obra lexicográfica. Além do número das ocorrências de cada segmento nos *corpora*, é indicada sua frequência relativa (número das ocorrências de cada segmento dividido pelo total das ocorrências das preglotalizadas num dado *corpus*).

Tabela 1. Frequências de segmentos preglotalizados na língua Mëhĩ.

	<i>hp</i>	<i>ht</i>	<i>hk</i>	<i>hc</i>	<i>hh</i>	<i>hw</i>	<i>hn</i>	<i>hm</i>	<i>hr</i>	<i>hj</i>	<i>hx</i>	Total
Textos	10,0% (243)	24,8% (603)	27,6% (670)	14,1% (343)	11,6% (283)	1,6% (38)	9,7% (237)	0,0% (1)	0,1% (3)	0,2% (4)	0,2% (6)	2.431
Grupp (2015)	11,1% (927)	14,0% (1.173)	26,9% (2.254)	22,9% (1.919)	10,4% (868)	1,3% (106)	10,7% (893)	0,8% (66)	0,5% (39)	0,4% (37)	1,2% (97)	8.379

Na língua Më hëeh, também há inúmeros exemplos de palavras com [ʔp], [ʔt], [ʔk], [ʔkʰ] (ausente na variedade falada pelos Crêhcateh cati ji) e [ʔh] (e suas variações alofônicas). As sequências [ʔw], [ʔɲ] e [ʔm] são menos frequentes no léxico, mas ocorrem em algumas palavras comuns no discurso, incluindo posposições (*-wyr* [-ʔ.wir] ‘em direção a’, *-ny* [-ʔ.nã] ‘sobre’) e partículas (*ry’mý* [riʔ.mã] ‘já’). As sequências [ʔɕ], [ʔj], [ʔt͡ʂʰ] são extremamente raras, mas ocorrem em palavras como *-rut* [-ʔ.rut] ‘ter frieira no pé’, *-ja’jee* [-jaʔ.je:] ‘estar com as pernas abertas’, *xu’xu* [t͡ʂuʔ.t͡ʂu] ‘camarão’ (Pries, 2008). A Tabela 2 traz as relativas frequências dos respectivos dígrafos (*p* [ʔp], *t* [ʔt], *c’qu* [ʔkʰ]), *h* [ʔh], *w* [ʔw], *n* [ʔɲ], *m* [ʔm], *r* [ʔɕ], *j* [ʔj], *x* [ʔt͡ʂʰ]) na coletânea organizada por Nazareno e Dias (2017). A elevada frequência de *r* possivelmente advém de erros de digitação, tais como *hyc’re* em vez de *hýcre* ‘ave pequena’ (Pries, 2008, p. 78).

Tabela 2. Frequências relativas de segmentos preglotalizados em Më hëeh.

	<i>p</i>	<i>t</i>	<i>c’qu</i>	<i>h</i>	<i>w</i>	<i>n</i>	<i>m</i>	<i>r</i>	<i>j</i>	<i>x</i>	Total
Textos	5,9% (99)	17,6% (296)	36,4% (612)	13,4% (225)	1,5% (26)	19,2% (322)	1,9% (32)	2,5% (42)	0,7% (12)	0,8% (14)	1.680

Na língua Panhĩ, as sequências comuns são [ʔp], [ʔt] e [ʔk]; a consoante [ʔ] em ataques também é relativamente comum. A sequência [ʔu] é menos comum, mas é encontrada em palavras como *-hã ahwỳ* /-ʔã a+ʔuə/ ‘pedir’ ou *hihwrý* /ʔi+ʔuə/ ‘costela dele’ (Callow, 1962, pp. 118, 302). Callow (1962, p. 64, nota 1) documenta, ainda, a palavra *rôhrôt* /roʔroɕ/ ‘nome de uma dança’ que, segundo o autor, excepcionalmente conteria a sequência [ʔɕ], mas parece tratar-se de um erro de transcrição: todos os demais autores documentam apenas a forma *rôrôt* /roɕroɕ/

(Ribeiro Apinajé, 2019, p. 103). A Tabela 3 traz as relativas frequências dos respectivos dígrafos (*hp* [ʔp], *ht* [ʔt], *hk* [ʔk], *hw* [ʔv]) na dissertação de Ribeiro Apinajé (2019) e no dicionário organizado por Albuquerque (2012a).

Tabela 3. Frequências relativas de segmentos preglotalizados em Panhĩ.

	<i>hp</i>	<i>ht</i>	<i>hk</i>	<i>hw</i>	Total
Ribeiro Apinajé (2019)	12,8% (25)	32,7% (64)	54,6% (107)	0,0% (0)	196
Albuquerque (2012a)	15,9% (83)	47,4% (248)	36,5% (191)	0,2% (1)	523

ANÁLISES ANTERIORES

Os fatos expostos na seção “Fatos distribucionais” foram tratados de três formas diferentes na literatura: alguns autores têm analisado [ʔ] como um alofone de /ʔ/, outros como um alofone de /h/, enquanto algumas propostas têm analisado pelo menos algumas das ocorrências de [ʔ] em termos suprasegmentais.

[ʔ] COMO REALIZAÇÃO DE /ʔ/

Alguns autores têm analisado as sequências do tipo [ʔC] como sequências compostas pelo fonema /ʔ/ e um segundo fonema consonantal. Tal análise é proposta por Albuquerque e Krahô (2016, p. 24) para a variedade Krahô da língua Mẽhĩ, bem como por Ham et al. (1979) e Albuquerque (2011, pp. 32, 43) para a língua Panhĩ. Dessa forma, por exemplo, Albuquerque e Krahô (2016, p. 18) analisam Mẽhĩ *pahhi* ‘chefe’ como /paʔhi/. Ribeiro Silva (2020, pp. 151–152) reconstrói *ʔ/ como um fonema do Proto-Timbira, como na forma */paʔhi/ ‘chefe’ (Ribeiro Silva, 2020, p. 208). Entretanto, nenhum dos trabalhos supracitados oferece argumentação que possa sustentar tal decisão ou fornece uma explicação para a distribuição limitada do suposto segmento /ʔ/, bem como sua ‘instabilidade’ (tendência às alternâncias com zero).

[ʔ] COMO ALOFONE DE /h/

Em outras análises aplicadas na literatura às línguas Mẽhĩ e Mẽ hẽeh, [ʔ] tem sido considerado um alofone de /h/ na posição de coda. Isto foi proposto por Popjes e Popjes (1971) para a variedade Mẽmõrtũmre da língua Mẽhĩ, por Sá (2000, p. 63) para a variedade Pyhcop cati ji da língua Mẽ hẽeh, bem como por Castro Alves (1999, p. 61) para a variedade Apànjhẽkra da língua Mẽhĩ. O uso ‘duplo’ do grafema <h> ([ʔ] em codas, [h] ou [x] em ataques) na grafia da língua Mẽhĩ reflete a decisão analítica de Popjes e Popjes (1971). Dessa forma, por exemplo, Sá Amado (2004b, p. 141) analisa Mẽ hẽeh *a’hu* [aʔhu] ‘folha (em geral)’ como /ahhu/.

De um ponto de vista distribucional, a análise que deriva [ʔ] de um /h/ subjacente é possível, pois os sons [h], [h̥], [x] não ocorrem em coda nas línguas Mẽhĩ e Mẽ hẽeh, havendo, dessa maneira, uma distribuição complementar entre [h̥] ([x], [h]) em ataques e [ʔ] em codas. Porém não se tem conhecimento de nenhuma alternância entre [ʔ] e [h̥] ([x], [h]) nas línguas Mẽhĩ e Mẽ hẽeh que demonstre com clareza a suposta relação entre esses fones. Além disso, [h̥] ([x], [h]) não é o único fone consonantal cuja ocorrência é restrita à posição de ataque nas línguas Mẽhĩ e Mẽ hẽeh: esta propriedade é compartilhada também pelos fonemas /kʰ/ (exceto na variedade Crẽhcateh cati ji da língua Mẽ hẽeh, onde /kʰ/ não existe), /t͡sʰ/ ~ /t͡ʃ/ (exceto na variedade Pyhcop cati ji da língua Mẽ hẽeh, onde /t͡ʃ/ apresenta o alofone [s] em coda), /ŋ/ (exceto na variedade Crẽhcateh cati ji da língua Mẽ hẽeh, onde /ŋ/ não existe), dentre outros. Alguns desses segmentos compartilham com [ʔ] o modo de articulação (como a oclusiva /kʰ/), assim

como [ʔ] compartilha com [h] ([h]) o ponto de articulação. À luz desses fatos, conclui-se que associar [ʔ] ao fonema /h/ (ou /h/) é uma decisão arbitrária, pois a mesma lógica distribucional poderia ser usada para afirmar que [ʔ] é um alofone do fonema /k^h/ (ou algum outro) na posição de coda.

Chama, ainda, a atenção o fato de as codas serem particularmente comuns no final de palavras nas línguas Mẽhĩ e Mẽ hẽeh, como em Mẽhĩ *tep* /tɛp/ 'peixe', *jât* /jɛt/ 'batata doce', *hàc* /hɛk/ 'gavião, ave', *mãm* /mãm/ 'antigamente', *twỳn* /tβɛn/ 'caramujo', *kuj* /k^huj/ 'disco de orelha', *kôr* /k^hor/ 'sede' (Grupp, 2015). Se [ʔ] fosse a realização de algum fonema em coda, seria, então, uma coda atípica, pois seria a única coda das línguas Mẽhĩ e Mẽ hẽeh que jamais ocorre na posição final de palavras.

Finalmente, uma parecerista anônima deste Boletim observa que padrões de alofonia em que [ʔ] seria, de forma inequívoca, um alofone de /h/ (com alterações entre [ʔ] e [h] no mesmo morfema) são difíceis de encontrar nas línguas do mundo e possivelmente não existem. Desta maneira, a análise que deriva [ʔ] de um /h/ subjacente está em desacordo com fatos tipológicos, tornando-a ainda menos atraente.

[ʔ] COMO FENÔMENO SUPRASEGMENTAL

Algumas instâncias de [ʔ], principalmente aquelas que ocorrem em fronteiras entre palavras morfológicas, têm sido atribuídas a processos de natureza prosódica, não sendo associadas a nenhum segmento.

Por exemplo, Castro Alves (1999, pp. 80–81, 89) propõe que [ʔ] “é inserido na última sílaba (quando aberta) de um item lexical quando este ocorrer em um constituinte prosódico maior” na variedade da língua Mẽhĩ falada pelos Apànjêhkra. Nos exemplos em 21, a análise fonológica e as transcrições são de Castro Alves (1999). À primeira vista, as ocorrências de [ʔ] realmente poderiam ser atribuídas a uma regra de epêntese¹².

- (21) Mẽhĩ (Apànjêhkra) (Castro Alves, 1999, pp. 35, 80–81, 83, 89)
- hũmre par* /h+um+rɛ+par/ [hũm.rɛʔ.'paɿ] 'pé do homem'
 - hũmre te* /h+um+rɛ+te/ [hũm.'rɛʔ.'tɛ] 'perna do homem'
 - putwryhti* /putrə+ti/ [pud'ɭəʔ'ti] 'a lua é grande'
 - caxêre cuněa* /kaɽje+rɛ+kunɛa/ [ka.ɽje:'rɛʔ.gu.'nɛ.a] 'todas as estrelas'
 - pĩhkà* /pĩ+k^hɛ/ [pĩʔ.'k^hɛ] 'casca de pau'
 - pryti kà cacô cacro* /pri+ti+k^hɛ+kako+kakɾɔ/ ['pri:..riʔ.k^hɛ.ga.'koʔ.ga.'kro] 'o leite ferveu'

Tal proposta, contudo, não explica por que a suposta inserção de [ʔ] ocorre diante de alguns morfemas (como *par* 'pé', *te* 'perna', *ti* 'grande', *cuněa* 'todos', *kà* 'casca') e não de outros (como *pàr* 'pé de árvore tal', *te* 'posposição ergativa', *to* 'posposição instrumental, marcador aplicativo/causativo', *cacô* 'líquido', *cahãj* 'mulher, fêmea'), contraste que pode ser visto em 21f: observe que o morfema /-kako/ não é precedido por [ʔ] na superfície, apesar de a sílaba [k^hɛ] ser aberta.

Para a língua Panhĩ, algo semelhante foi proposto por Oliveira (2005, p. 51), que afirma que algumas das “ocorrências de [ʔ] são fonéticas, observadas particularmente em fala cuidadosa e indicadoras de fronteiras silábicas

¹² As representações ortográficas em 21 seguem a grafia usada pelos Mêmörtũmre, pois o autor deste trabalho não tem conhecimento suficiente acerca da prática ortográfica dos Apànjêhkra em alguns casos; a segmentação morfológica também é do autor.

que envolvem obstruintes” (tradução do autor), como em *kěnkřāhti* [kʲen,ŋgr̥äʔʰti] ‘serra alta’, dado analisado pela autora como /ken=kr̥ä=ti/.

Neste sentido, uma análise consideravelmente mais detalhada é aquela de Callow (1962), que analisa as ocorrências e não ocorrências de [ʔ] em termos das chamadas ‘junturas prosódicas’ (aquele autor adota o aparato do modelo prosódico firthiano, em que o termo ‘prosódia’ se refere a quaisquer fenômenos que transcendem um segmento, contrastando com o uso moderno). Infelizmente, a complexidade da notação utilizada por Callow (1962), bem como o fato de sua abordagem teórica ter decaído em popularidade pouco após a elaboração de seu trabalho, fez com que seus achados fossem ignorados em pesquisas subsequentes sobre a fonologia das línguas Jê Setentrionais. Abaixo, as observações desse autor relativas a [ʔ] são resumidas em termos mais acessíveis.

Callow (1962) classifica as junturas prosódicas (termo mais ou menos equivalente ao conceito de sândi) em dois tipos: junturas do tipo /v (sândi entre vogal e outro segmento) e junturas do tipo /c (sândi entre consoante e outro segmento). Em sua terminologia, as junturas do tipo /v podem apresentar a chamada ‘prosódia ʔ’ (com a ocorrência de [ʔ]) ou a chamada ‘prosódia ʔ’ (sem a ocorrência de [ʔ]). A prosódia ʔ ocorre somente quando a consoante subsequente pertence ao chamado ‘subsistema Cp’ (rótulo dado ao conjunto dos fonemas /p/, /t̚/, /tɕ/, /k/ em sílabas tônicas), ao ‘subsistema cp’ (rótulo dado ao conjunto dos fonemas /p/, /t̚/, /tɕ/, /k/ em sílabas átonas) ou – apenas no meio de palavra – quando a sílaba subsequente, em termos de Callow (1962, p. 64), “começa com vogal e apresenta a prosódia inicial w” (referindo-se a sílabas com a estrutura /vV/). Nos termos deste artigo, isto significa que [ʔ] pode ocorrer diante das consoantes /p/, /t̚/, /k/ e (apenas no meio de palavra) /v/. A prosódia ʔ (isto é, a ausência de [ʔ]) é compatível com um número maior de consoantes. As junturas do tipo /c também apresentam, na terminologia de Callow (1962), diversas prosódias, tais como Z, X e H, mas estas não se correlacionam com os fenômenos associados a [ʔ] (e sim com fatores tais como acento e ponto de articulação dos segmentos).

Entretanto, Callow (1962) não faz uma tentativa de descrever, de forma geral, os contextos em que ocorrem as ‘prosódias ʔ e ʔ’. Dentre suas generalizações, constam as seguintes:

1. Na margem esquerda dos nomes, podem aparecer as duas prosódias, sendo que se trata de informação lexical: os nomes da chamada classe A apresentam a ‘prosódia ʔ’; os da chamada classe B apresentam a ‘prosódia ʔ’ (Callow, 1962, p. 143).
2. Na margem esquerda dos verbos intransitivos, podem aparecer as duas prosódias, sendo que se trata de informação lexical: os verbos da chamada classe 1.1a apresentam a ‘prosódia ʔ’; os da chamada classe 1.1b apresentam a ‘prosódia ʔ’ (Callow, 1962, p. 168).
3. Na margem direita dos nomes terminados em vogal e seguidos por um sufixo aumentativo, podem aparecer as duas prosódias, sendo que se trata de informação lexical: os nomes da chamada classe F apresentam a ‘prosódia ʔ’; os da chamada classe L apresentam a ‘prosódia ʔ’ (Callow, 1962, p. 154).
4. O prefixo de segunda pessoa *a-* sempre ocorre com a ‘prosódia ʔ’ (Callow, 1962, p. 117).

Estas observações, apesar de acertadas, são pouco econômicas e fracas no que diz respeito a sua força explicativa, além de não contemplarem toda a diversidade das alternâncias entre [ʔC] e [ʔ]. A próxima seção traz uma proposta de análise que captura os fatos supracitados.

PROPOSTA

Esta seção expõe uma nova proposta de análise relativa aos fatos discutidos nas seções anteriores.

Propõe-se que as sequências do tipo [ʔC] nas línguas Mẽhĩ, Mẽ hẽeh e Panhĩ, bem como em Proto-Jê Setentrional, devem ser analisadas como segmentos de contorno, realização de consoantes preglotalizadas subjacentes (/ʔC/). A reconstrução de tais segmentos para o Proto-Jê Setentrional já foi proposta por Nikulin e Salanova (2022a, pp. 133–140) com base nos reflexos na língua Mẽbêngôkre, bem como em algumas das ideias que deram origem a este artigo, mas sem uma devida discussão de seu comportamento fonológico e morfofonológico.

O inventário das consoantes preglotalizadas varia de língua para língua. O maior inventário, que inclui quatro segmentos frequentes (/ʔp/, /ʔt/, /ʔk(h)/, /ʔh ~ ʔh/) e seis infrequentes (/ʔtʰ ~ ʔtʰ/, /ʔm/, /ʔn/, /ʔβ ~ ʔw/, /ʔɕ ~ ʔɕ/, /ʔj/), foi encontrado nas línguas Mẽhĩ e Mẽ hẽeh¹³. Na língua Panhĩ, o inventário conta com três segmentos preglotalizados frequentes (/ʔp/, /ʔt/, /ʔk/) e um infrequente (/ʔu/); além disso, a língua Panhĩ tem a oclusiva glotal /ʔ/, que não possui estatuto fonológico nas línguas Mẽhĩ e Mẽ hẽeh. Para o Proto-Jê Setentrional, são reconstruídos cinco segmentos preglotalizados: *ʔp/, *ʔt/, *ʔc/, *ʔk/, *ʔŋ/.

Em Proto-Jê Setentrional, bem como nas línguas Mẽhĩ e Mẽ hẽeh, a realização dos segmentos preglotalizados é como segue. A preglotalização é manifestada na superfície apenas após uma vogal curta, sendo que a oclusiva [ʔ] é silabificada como coda da sílaba precedente (22a, 22d). Nos demais ambientes – isto é, após consoantes, vogais longas ou pausa –, ocorre a neutralização dessas consoantes com suas contrapartes simples por meio de um processo de desglotalização (22b–22c, 22e).

(22) Mẽhĩ (Mẽmörtũmre)

- a. *pĩ kà* /pĩ+ʔkʰɜ/ [pĩʔ.kʰɜ] 'casca de pau' (RC-230725)
- b. *cuhtõj kà* /kuʔtõj+ʔkʰɜ/ [kuʔ.tõj.kʰɜ] 'cuia' ('casca de chocalho')
- c. *ikà* /i:+ʔkʰɜ/ [i:.kʰɜ] 'minha pele'
- d. *mẽ hõ krĩ* /mẽ+ʔh+õ+ʔkʰĩ/ [mẽ.õõʔ.kʰĩ ~ mẽ.õõʔ.kĩ] 'aldeia deles' (RC-230630)
- e. *krĩ kãm* /ʔkʰĩ ʔkãm/ [kʰĩʔ.kʰãm] 'na aldeia' (RC-230725)

A possível motivação para a desglotalização após consoantes ou vogais longas é o fato de as sílabas admitirem, no máximo, duas moras, sendo que as vogais curtas contribuem uma mora, as longas duas moras, e as codas uma mora, fazendo com que a fase glotal [ʔ] dos segmentos preglotalizados /ʔC/ deixe de ser realizada em contextos em que esta não pode ser silabificada (22b–22c). Da mesma maneira, após pausa, a fase glotal [ʔ] dos segmentos preglotalizados /ʔC/ não pode ser silabificada e é, portanto, apagada (22e).

¹³ A oclusiva velar preglotalizada é representada como /ʔkʰ/ nas duas línguas, exceto na variedade da língua Mẽ hẽeh falada pelos Crẽhcatẽ cati ji, que tem /ʔk/. Não é postulado um contraste entre /ʔkʰ/ e /ʔk/, pois as instâncias de [ʔg] (ou [ʔk] em fala hiperarticulada) são alofones de /ʔkʰ/ em sílabas átonas, como foi discutido na nota 11. A fricativa glotal preglotalizada é representada como /ʔh/ nas variedades da língua Mẽhĩ faladas pelos Mẽmörtũmre e Krahõ, em que é tipicamente articulada como sonora ([ʔh]); nas demais variedades, utiliza-se a representação /ʔh/, pois as fontes consultadas tendem a transcrever o respectivo som como [ʔh]. O ponto de articulação da africada preglotalizada é descrito como pós-alveolar em Mẽ hẽeh (Sá, 2000), ao passo que em Mẽhĩ têm sido documentadas realizações pós-alveolares ([ʔtʃ]) e alveolares ([ʔts]). Nas gravações da fala dos Mẽmörtũmre, a realização predominante é alveolar, com contato apical e uma leve aspiração: [ʔtʃʰ], motivo pelo qual neste trabalho é adotada a representação /ʔtʃʰ/. De forma semelhante, as soantes preglotalizadas /ʔβ/ e /ʔɕ/ são postuladas com base nas realizações predominantes nas gravações da fala dos Mẽmörtũmre ([ʔβ], [ʔɕ], respectivamente), já as descrições das demais variedades descrevem os respectivos sons como labiovelar ([ʔw]) e alveolar ([ʔɾ]), respectivamente, sugerindo que poderia se tratar de variação dialetal.

Nesta subseção, foram apresentadas as realizações dos segmentos preglotalizados subjacentes (sem e com desglotalização) condicionadas fonologicamente. Contudo, em determinados contextos, são observadas alternâncias entre segmentos preglotalizados e suas contrapartes simples que não podem ser atribuídas a um condicionamento fonológico. Tais alternâncias serão discutidas abaixo.

SEGMENTOS DE CONTORNO NAS VARIEDADES TIMBIRA

O processo de desglotalização, descrito acima para as línguas Mēhĩ, Mē hēeh e Panhĩ e reconstruído para o Proto-Jê Setentrional, possui um paralelo nas línguas Mēhĩ, Mē hēeh e Gavião do Pará (isto é, em todas as variedades do complexo Timbira). Trata-se do processo de desnasalização, que apaga a fase nasal dos alofones pós-oralizados das consoantes nasais subjacentes. Em todas as variedades Timbira, de acordo com a proposta de Castro Alves (2004, pp. 33–34) referente à língua Mēhĩ, consoantes nasais subjacentes possuem alofones pós-oralizados quando seguidos por uma vogal oral e precedidos por uma vogal curta heteromorfêmica. Na variedade da língua Mēhĩ falada pelos Mēmōrtũmre, esses alofones pós-oralizados são: /m/ [mp], /n/ [nt], /ɲ/ [ɲt͡ʃʰ], /ŋ/ [ŋk] (23). São sempre ambissilábicos, com a fase nasal sendo silabificada como coda da sílaba anterior. A vogal /ũ/, que historicamente provém de uma vogal oral */u/ (Nikulin & Salanova, 2019, apêndice A), comporta-se como uma vogal oral para os fins deste processo (23d).

(23) Mēhĩ (Mēmōrtũmre)

- a. *ihhimpej* /°+ʰhi+mɛj/ [iʔ.him.pɛj] 'bom trabalho dele, governo dele' ('bom osso dele') (RC-230630)
- b. *hō intepti* /h+o+nɛp+ti/ [hɔŋ.tɛp.ti] 'fruta bem madura' (RC-230630)
- c. *cōntuwajê* /ko+nuʷ+je/ [koŋ.tu.wă.ɖɛ] 'os jovens do ritual Pepjê' ('água nova') (RC-230419)
- d. *hō inxũ* /h+õ+nũ:/ [hɔŋ.t͡ʃʰũ:] 'pai dele' (comum no dia a dia)
- e. *pancacaxà* /pa+ɲa:ka:+t͡ʃʰɜ/ [paŋ.ga:..ka:.t͡ʃʰɜ] 'nossa cultura' (RC-230419)
- f. *mê pancjêj* /mê+pa+ɲjêj/ [mê.paŋ.kjej] 'nos colocar' (RC-230419)
- g. *mê panquêtjê* /mê+pa+ɲêt+jê/ [mê.paŋ.kɛd.ɖɛ] 'nossos antepassados' (RC-230419)

Nas mesmas posições em que os segmentos preglotalizados sofrem o processo de desglotalização (/ʔC/ → [C]) — isto é, após vogais longas, consoantes, pausa e os prefixos de terceira pessoa acusativa (Proto-Jê Setentrional *ku- e seus reflexos) e reflexivo (*amñĩ- e seus reflexos)¹⁴ —, os alofones do tipo [NT] perdem sua fase nasal, oralizando-se totalmente (24). O símbolo *ad hoc* /•/ em 24d indica que o morfema induz o apagamento da fase inicial do segmento seguinte, fenômeno que será abordado em subseções posteriores.

(24) Mēhĩ (Mēmōrtũmre)

- a. *ihpore cwa* /°+ʰpɔ+ɛ+ɲɓa/ [iʔ.pɔ.ɛŋ.kɓa] 'pega o dinheiro!' (Dermivaldo Crôpej Canela, comunicação pessoal, julho de 2023)
- b. *amcwa* /am+ɲɓa/ [am.kɓa] 'cobra!', 'pega o que é teu!' (Grupp, 2015, pp. 14, 66; pronúncia inferida a partir da grafia)
- c. *ca ha acwa* /ka ha a:+ɲɓa/ [ka.ha:..kɓa] 'tu vais pegá-los!' (RC-230725)
- d. *wa ha cucwa* /ɓa ha ku•+ɲɓa/ [ɓa.ha.ku.kɓa] 'eu vou pegá-los' (Ricardo Capêrkô Canela, comunicação pessoal, julho de 2023)

¹⁴ O comportamento dos últimos dois morfemas em relação à desglotalização será discutido abaixo.

Assim como no caso dos segmentos preglotalizados, no caso das nasais os falantes da língua Mẽhĩ às vezes têm dúvidas se devem escrever, por exemplo, *ihpore incwa* ou *ihpore cwa*. A grafia *ihpore ncwa*, que seria mais fiel à pronúncia, não é aceita por razões pouco claras. Uma possibilidade é que se trata de uma consequência das preferências estéticas dos primeiros agentes alfabetizadores, que eram missionários evangélicos e não falantes nativos da língua. Outra possibilidade, sugerida por uma parecerista anônima deste Boletim, é que os falantes preferem, inconscientemente, que as fronteiras entre palavras ortográficas coincidam com as fronteiras silábicas.

Uma vez que [mp], [nt], [nts^h], [nk] são analisados como segmentos complexos, ou seja, alofones pós-oralizados das nasais subjacentes /m/, /n/, /ɲ/, /ŋ/, não é problemático estender a solução analítica em questão a [ʔp], [ʔt], [ʔk^h], [ʔŋ] e outros segmentos preglotalizados: um processo converteria segmentos subjacentes em sequências heterossilábicas de fones; outro processo elimina sua fase inicial em determinados contextos (após vogais longas, consoantes, pausa, morfemas /ku-/ e /amjĩ-/ na língua Mẽhĩ (e, *mutatis mutandis*, na língua Mẽ hẽeh).

Em resumo, nesta subseção foi demonstrado que há paralelismo entre o comportamento de duas classes de segmentos complexos: das nasais pós-oralizadas (cuja existência já é reconhecida na literatura) e das consoantes preglotalizadas, propostas neste artigo.

ALOMORFIA DESENCADEADA POR CONSOANTES PREGLOTALIZADAS LOCALIZADAS À DIREITA

A análise que postula consoantes preglotalizadas permite explicar determinados padrões de alomorfia observados nas línguas Jê Setentrionais. Dois prefixos possuem alomorfes diferenciados quando seguidos por um segmento preglotalizado: o prefixo antipassivo e o prefixo que indexa cumulativamente um agente de segunda pessoa e um paciente de terceira pessoa em uma classe de verbos transitivos. No caso do primeiro desses prefixos, a consoante final do prefixo é apagada a fim de possibilitar a realização da preglotalização do segmento inicial da raiz verbal na superfície, prevenindo a desglotalização (agradeço a uma parecerista anônima deste Boletim por sugerir esta interpretação). Contudo, o mesmo não pode ser dito sobre o segundo prefixo: seu alomorfe que ocorre diante de segmentos preglotalizados não termina com uma vogal curta, fazendo com que o processo de desglotalização seja aplicado normalmente. Exemplos serão apresentados a seguir.

PREFIXO ANTIPASSIVO

O prefixo em questão apresenta uma série de alomorfes nas línguas Jê Setentrionais, a depender do segmento inicial da raiz, bem como do valor de finitude da forma verbal. Seus reflexos têm sido analisados como marcadores antipassivos (Oliveira, 2005, p. 370; Miranda & Sansò, 2019) ou prefixos detransitivizadores/intransitivizadores (Salanova, 2001, p. 63; Castro Alves, 2004, p. 78). Neste artigo, é adotado o primeiro desses rótulos; contudo, convém ressaltar que a reconstrução das propriedades morfossintáticas das respectivas derivações ainda não foi objeto de estudos aprofundados. Nas línguas modernas, tais como Mẽhĩ, a relação semântica entre o verbo não derivado e aquele antipassivizado (pelo menos, etimologicamente) é, por vezes, idiossincrática (como em 26f, 26h, 28b, 30a), sugerindo que sincronicamente o respectivo prefixo nem sempre deve ser segmentado. De qualquer maneira, a discussão abaixo é centrada nas propriedades morfofonológicas desse morfema e independe de sua função exata. Além do Proto-Jê Setentrional, foi escolhida uma língua contemporânea – o Mẽhĩ – para ilustrar o padrão de alomorfia ora em discussão, porém os fatos são semelhantes em línguas como Mẽ hẽeh ou Panhĩ (ver Pries, 2008; Albuquerque, 2012a para os dados dessas línguas).

Diante de consoantes simples (não preglotalizadas), os alomorfes do prefixo antipassivo são reconstruídos como **ap-* (finito) e **ju-* (não finito) para o Proto-Jê Setentrional (25). Os reflexos na língua Mẽhĩ são *aw-* e *-jũ-*, respectivamente (26).

(25) Proto-Jê Setentrional (Nikulin & Salanova, 2022b)

- a. F **-mba*, NF **-mba-r* 'ouvir, escutar' → F **ap-mba*, NF **ju-mba-r* 'conseguir ouvir, ser obediente'
- b. F **-gabê*, NF **-gabê-r* 'atirar, lançar' → F **ap-gabê*, NF **ju-gabê-r* 'atirar, lançar objetos'
- c. F **-janã*, NF **-janã-r* 'evitar' → F **ap-janã*, NF **ju-janã-r* 'rodear'
- d. F **-ja:rê*, NF **-ja:rê-ñ* 'contar sobre' → F **ap-ja:rê*, NF **ju-ja:rê-ñ* 'narrar'
- e. F **-jacy*, NF **-jacy-r* 'cortar com facão' → F **ap-jacy*, NF **ju-jacy-r* 'cortar coisas com facão'
- f. F **-jakô*, NF **-jakô-r* 'assoprar, fumar' → F **ap-jakô*, NF **ju-jakô-r* 'fumar'

(26) Mẽhĩ (Mẽmörtümre) (Grupp, 2015)

- a. F *-capi /-kapi/*, NF *-capi /-kapi/* 'experimentalizar, escolher' → F *awcapi /aw+kapi/*, NF *-jũcapi /-jũ+kapi/* 'verificar, examinar'
- b. F *-jahê /-jahe/*, NF *-jahêr /-jahe+ɾ/* 'espantar, ultrapassar correndo' → F *awjahê /aw+jahe/*, NF *-jũjahêr /-jũ+jahe+ɾ/* 'caçar'
- c. F *-jahy /-jahi/*, NF *-jahyr /-jahi+ɾ/* 'bater, cortar' → F *awjahy /aw+jahi/*, NF *-jũjahyr /-jũ+jahi+ɾ/* 'cortar com machado ou terçado'
- d. F *-jakop /-jakʰɔp/*, NF *-jakop /-jakʰɔp/* 'rastrear' → F *awjakop /aw+jakʰɔp/*, NF *-jũjakop /-jũ+jakʰɔp/* 'seguir rastros de um animal'
- e. F *-jakô /-jakʰo/*, NF *-jakôr /-jakʰo+ɾ/* 'soprar, ventar' → F *awjakô /aw+jakʰo/*, NF *-jũjakôr /-jũ+jakʰo+ɾ/* 'fumar'
- f. F *-jarê /-ja:ɾe/*, NF *-jarên /-ja:ɾe+n/* 'arrancar, tirar a raiz' → F *awjarê /aw+ja:ɾe/*, NF *-jũjarên /-jũ+ja:ɾe+n/* 'apressar-se'
- g. F *-(kãm)-pa /-(kʰãm+)+ma/*, NF *-mpar /-ma+ɾ/* 'escutar, obedecer' → F *awpa /aw+pa/*, NF *-jũpar /-jũ+pa+ɾ/* 'escutar, obedecer'
- h. F *-pjê /-pje/*, NF *-pjêr /-pje+ɾ/* 'arrastar pelo chão' → F *awpjê /aw+pje/*, NF *-jũpjêr /-jũ+pje+ɾ/* 'avisar para alguém se esconder'

Quando uma raiz verbal começa com a sequência **-py...*, o prefixo antipassivo funde-se com ela como **a-m...* (finito), **-jə-m...* (não finito) em Proto-Jê Setentrional (27). Os reflexos na língua Mẽhĩ são *a-m...* e *-jà-m...*, respectivamente (28).

(27) Proto-Jê Setentrional (Nikulin & Salanova, 2022b)

- a. F **-pytə*, NF **-pytə-r* 'proteger, adotar' → F **a-mtə*, NF **-jə-mtə-r* 'proteger, adotar'
- b. F **-pynă*, NF **-pynă-r* 'seguir os passos de, ir atrás de' → F **a-mnă*, NF **-jə-mnă-r* 'pisar no chão com força'
- c. F **-pynjũə*, NF **-pynjwê-r* 'colocar em pé (plural)' → F **a-mnjũə*, NF **a-mnjwê-r* 'colocar, fincar alguma coisa no chão'

(28) Mẽhĩ (Mẽmörtümre) (Grupp, 2015)

- a. F *-pytə /-pitɜ/*, NF *-pytə /-pitɜ+ɾ/* 'proteger, defender, tomar para si' → F *amtə /a+mtɜ/*, NF *-jàmtə /-jɜ+mtɜ+ɾ/* 'proteger, defender, tirar proveito (às custas de outro)'
- b. F *-pyxwỳ /-pitɜʰβə/*, NF *-pyxwỳr /-pitɜʰβə+ɾ/* 'colocar em pé (plural)' → F *amxwỳ /a+mɪɜʰβə/*, NF *-jàmxwỳr /-jɜ+mɪɜʰβə+ɾ/* 'aterriçar, fincar-se no chão, andar levantando e baixando os pés muito devagar'

Finalmente, diante de consoantes preglotalizadas, os alomorfes do prefixo antipassivo são reconstruídos como **a-* (finito) e **-jə-* (não finito) para o Proto-Jê Setentrional (29), com a perda da consoante final do prefixo. Os reflexos na língua Mẽhĩ são *a-* e *-jà-*, respectivamente (30).

(29) Proto-Jê Setentrional (Nikulin & Salanova, 2022b)

- a. F **-ʔtwə*, NF **-ʔcu-k* 'socar, pisar no pilão' → F **a-ʔtwə*, NF **-jə-ʔcu-k* 'socar, pisar no pilão, bater numa superfície'
- b. F **-ʔtəp*, NF **-ʔtəp* 'aproximar-se de' → F **a-ʔtəp*, NF **-jə-ʔtəp* 'aproximar-se'
- c. F **-ʔcy*, NF **-ʔcy-r* 'tecer' → F **a-ʔcy*, NF **-jə-ʔcy-r* 'fazer artesanato'
- d. F **-ʔcuə* ~ **-ʔcwə*, NF **-ʔcwə-r* 'pedir' → F **a-ʔcuə* ~ **-ʔcwə*, NF **-jə-ʔcwə-r* 'andar pedindo, mendigar'

(30) Mẽhĩ (Mẽmörtümre) (Grupp, 2015)

- a. F *-hcahhõ* /-ʔkʰaʔhõ/, NF *-hcahhõn* /-ʔkʰaʔhõ+n/ 'lavar (roupas, cabelo)' → F *ahcahhõ* /a+ʔkʰaʔhõ/, NF *-jàhcahhõn* /-jə+ʔkʰaʔhõ+n/ 'reclamar'
- b. F *-hcucrà* /-ʔkʰukʰɹɹ/, NF *-hcucràn* /-ʔkʰukʰɹɹ+n/ 'pintar com urucum' → F *ahcucrà* /a+ʔkʰukʰɹɹ/, NF *-jàhcucràn* /-jə+ʔkʰukʰɹɹ+n/ 'estar pintado com urucum'
- c. F *-hcukê* /-ʔkʰu:kʰe/, NF *-hcukên* /-ʔkʰu:kʰe+n/ 'raspar, roçar, escamar' → F *ahcukê* /a+ʔkʰu:kʰe/, NF *-jàhcukên* /-jə+ʔkʰu:kʰe+n/ 'comer toda a comida de uma vez, enchendo a boca'
- d. F *-hcukij* /-ʔkʰu:kʰiə/, NF *-hcukij*¹⁵ /-ʔkʰu:kʰiə/ 'perguntar' → F *ahcukij* /a+ʔkʰu:kʰiə/, NF *-jàhcukjêr* /-jə+ʔkʰu:kʰiə+ɹ/ 'investigar'
- e. F *-htwý* /-ʔtβə/, NF *-hhuc* /-ʔʰu+k/ 'pisar no pilão' → F *ahtwý* /a+ʔtβə/, NF *-jàhhuc* /-jə+ʔʰu+k/ 'pernoitar, ficar'
- f. F *-hhy* /-ʔʰi/, NF *-hhyr* /-ʔʰi+ɹ/ 'fazer, tecer'¹⁶ → F *ahhy* /a+ʔʰi/, NF *-jàhhyr* /-jə+ʔʰi+ɹ/ 'tecer artefatos'
- g. F *-hkôpĩ* /-ʔkʰopĩɹ/, NF *-hkôpĩr* /-ʔkʰopĩɹ/ 'verificar, examinar, chegar a uma conclusão a respeito de' → F *ahkôpĩ* /a+ʔkʰopĩ/, NF *-jàhkôpĩr* /-jə+ʔkʰopĩ+ɹ/ 'verificar, analisar'
- h. F *-htàt* /-ʔtɹt/, NF *-htàt* /-ʔtɹt/ 'tocar levemente, provar lambendo os dedos' → F *ahtàt* /a+ʔtɹt/, NF *-jàhtàt* /-jə+ʔtɹt/ 'ser tímido, respeitoso, hesitar'
- i. F *-htép* /-ʔtəp/, NF *-htép* /-ʔtəp/ 'aproximar-se de' → F *ahtép* /a+ʔtəp/, NF *-jàhtép* /-jə+ʔtəp/ 'aproximar-se'
- j. F *-htôtôc* /-ʔtô:tôk/, NF *-htôtôc* /-ʔtô:tôk/ 'picar (plural)' → F *ahtôtôc* /a+ʔtô:tôk/, NF *-jàhtôtôc* /-jə+ʔtô:tôk/ 'fazer barulho'
- k. F *-hwý* /-ʔβə/, NF *-hwýr* /-ʔβə+ɹ/ 'pedir'¹⁷ → F *ahwý* /a+ʔβə/, NF *-jàhwýr* /-jə+ʔβə+ɹ/ 'mendigar, suplicar, carregar numa vara entre dois homens'

O padrão de alomorfia do prefixo discutido nesta subseção pode ser resumido como segue: em sua forma subjacente, seu segmento final é uma consoante labial (**p* em Proto-Jê Setentrional, *w* em Mẽhĩ), que é apagada diante de segmentos preglotalizados. Uma parecerista anônima deste Boletim sugere que o apagamento do segmento labial

¹⁵ Pelo menos na variedade falada pelos Mẽmörtümre, a forma não finita é *-hcukij* em vez da forma esperada **-hcukjêr* **/ʔkʰu:kʰiə+ɹ/*, como em *pyjê cukij prãm* [pĩ.zieʔ.gu:.kij.pɹãm] 'vontade de namorar com mulheres' (literalmente 'querer perguntar mulheres'), *ihcukij to ipa* [iʔ.gu:.kʰij.dɔj.pa] 'ficar perguntando' (RC-230419).

¹⁶ Este verbo não se encontra documentado em Grupp (2015), mas ocorre em RC-230725.

¹⁷ Este verbo não se encontra documentado em Grupp (2015), mas ocorre em RC-230725.

poderia ocorrer a fim de possibilitar a realização da preglotalização da superfície (se não fosse pelo apagamento da consoante labial, o segmento preglotalizado seria afetado pela desglotalização).

PREFIXO DE 2_A3_P

Nesta subseção é apresentada a alomorfia do prefixo de 2_A3_P, isto é, um índice que codifica, cumulativamente, um agente de segunda pessoa e um paciente de terceira pessoa, como **a-** em Mëbêngôkre **a-bĩ** 'tu o matas' (Reis Silva, 2001, p. 53). Este prefixo ocorre somente em formas finitas de verbos transitivos monossilábicos que apresentam uma distinção formal de finitude (os mesmos que se combinam com o índice de terceira pessoa acusativa), classe conhecida na literatura como 'verbos ***ku-**' (ver Nikulin & Salanova, 2019, pp. 538–539). O uso da flexão de 2_A3_P é obrigatório em línguas como Mëbêngôkre e Mëhĩ (na variedade falada pelos Mëmörtümre), mas opcional (em variação com o prefixo de terceira pessoa acusativa) na língua Mëhĩ falada pelos Apànjêhkra e possivelmente em outras variedades; em línguas como Khîsêtjê e Kajkwakhrattxi, a respectiva flexão foi perdida completamente. Uma vez que uma descrição detalhada do funcionamento e da alomorfia do referido prefixo – com um enfoque na língua Mëhĩ – constitui o objeto de outro estudo (Nikulin & Capêrkô Canela, 2024), aqui os principais fatos são apresentados de forma resumida.

Em Proto-Jê Setentrional, o prefixo em questão apresenta dois alomorfes. O alomorfe ***a:-** ocorre com a maioria dos verbos (31) e é formalmente idêntico a um dos alomorfes do prefixo de segunda pessoa acusativa/absolutiva, induzindo diversas pesquisadoras a atribuírem sua ocorrência a um fenômeno de hierarquia de pessoa, em que um agente de segunda pessoa seria indexado na posição reservada para o paciente de verbos transitivos (Reis Silva, 2001, pp. 53–56; Castro Alves, 2004, pp. 104–105; Oliveira, 2005, pp. 227, 257). O respectivo reflexo na língua Mëhĩ é **a- /a:-/** (32). As formas em questão ocorrem em contextos imperativos (sem morfologia adicional), bem como em todas as construções que exigem a ocorrência da forma finita do verbo (na língua Mëhĩ, elas incluem o progressivo, o futuro, o passado distante, dentre outras possibilidades; Castro Alves, 2004).

(31) Proto-Jê Setentrional (Nikulin & Capêrkô Canela, 2024)

- a. ***a:bjê** ***/a: +bjê/** 'tu o arrastas'
- b. ***a:jə** ***/a: +jə/** 'tu o inseres'
- c. ***a:ga** ***/a: +ga/** 'tu o assas'
- d. ***a:ŋõ** ***/a: +gõ/** 'tu o dás'
- e. ***a:mě** ***/a: +mě/** 'tu o jogas, tu o arremessas'
- f. ***a:njê** ***/a: +ñe/** 'tu o beliskas'
- g. ***a:ŋgrô** ***/a: +ŋrô/** 'tu o ameaças'
- h. ***a:re** ***/a: +re/** 'tu o abandonas'

(32) Mëhĩ (Mëmörtümre) (RC-230725)

- a. **apjê** **/a: +pje/** **[a: .pje]** 'tu o arrastas'
- b. **axà** **/a: +ṭṣʰɜ/** **[a: .ṭṣʰɜ]** 'tu o inseres'
- c. **aca** **/a: +ka/** **[a: .ka]** 'tu o assas'
- d. **agõ** **/a: +ŋõ/** **[a: .gõ]** 'tu o dás'
- e. **amě** **/a: +mě/** **[a: .mě]** 'tu o jogas, tu o arremessas'

- f. *axê* /a: +*ɲe*/ [a:..tʃʰe] 'tu o beliscas'
- g. *acrô* /a: +*ŋo*/ [a:..kɾo] 'tu o ameaças'
- h. *are* /a: +*ɛ*/ [a:..ɾɛ] 'tu o deixas para trás'

Em contraste, diante de consoantes preglotalizadas ocorre o alomorfe **Ø-* do prefixo de 2_A3_P (33). Uma vez que este não é alinhado com o índice de segunda pessoa, a análise que envolveria o fenômeno de hierarquia de pessoa não pode ser aceita: os prefixos de 2_A3_P e de segunda pessoa claramente são morfemas distintos. O respectivo reflexo na língua Mẽhĩ é *Ø-* (34). Nas representações subjacentes, utilizo a notação /*Ø-*/, pois não me parece possível derivar os alomorfes *a:-* e *Ø-* de uma única forma subjacente por meio de regras plausíveis.

(33) Proto-Jê Setentrional (Nikulin & Capêrkô Canela, 2024)

- a. **pe* */*Ø*+*ʔpe*/ 'tu o bebes até não sobrar mais'
- b. **ta* */*Ø*+*ʔta*/ 'tu o cortas fora'
- c. **cu*^a */*Ø*+*ʔcu*^a/ 'tu o pedes'
- d. **kê* */*Ø*+*ʔkê*/ 'tu o ralas'
- e. **krẽ* */*Ø*+*ʔkrẽ*/ 'tu o comes'
- f. **kwỹr* */*Ø*+*ʔkwỹr*/ 'tu o quebras'

(34) Mẽhĩ (Mẽmörtũmre) (RC-230725)

- a. *pe* /*Ø*+*ʔpe*/ [pɛ] 'tu o bebes até não sobrar mais'
- b. *ta* /*Ø*+*ʔta*/ [tɔ] 'tu o cortas fora'
- c. *wỳ* /*Ø*+*ʔβə*/ [βə] 'tu o pedes'
- d. *kê* /*Ø*+*ʔkʰe*/ [kʰe] 'tu o ralas'
- e. *krẽ* /*Ø*+*ʔkʰɾẽ*/ [kʰɾẽ] 'tu o comes'
- f. *kwĩ* /*Ø*+*ʔkʰβĩ*/ [kʰβĩ] 'tu o quebras'

É importante notar que, pelo menos na língua Mẽhĩ, a fase inicial dos segmentos preglotalizados subjacentes não aparece quando a forma verbal é precedida por um marcador de tempo/aspecto, como *ha* 'futuro' ou *apu* 'progressivo': *ca ha kê* /ka ɦa Ø+*ʔkʰe*/ [ka.ɦa.ɬ.kʰe] 'tu vais ralá-lo' (RC-230725), *ca apu wỳ* /ka apu Ø+*βə*/ [ka:..bu.βə] 'tu estás pedindo-o' (RC-230725). Isto sugere que as fronteiras entre marcadores preverbiais de tempo/aspecto e verbos não permitem a ressilabificação da fase preglotalizada, fenômeno observado também em verbos intransitivos ativos sem flexão: *quê ha tẽ* /ke ɦa ʔtẽ/ [ke.ɦa.ɬ.tẽ] 'vai ligeiro' (RC-230630). Neste estudo, os domínios que permitem (ou não) a ressilabificação de segmentos complexos não podem ser discutidos em detalhe devido à falta de dados relevantes, porém se trata de uma questão fundamental para o entendimento dos segmentos complexos nas línguas Jê Setentrionais, que deve ser abordada em futuras pesquisas.

À diferença do que foi observado em relação ao prefixo antipassivo, o padrão de alomorfia do prefixo de 2_A3_P carece de uma motivação fonológica óbvia: tanto o alomorfe **/a:-/* como o alomorfe **/Ø-/* desencadeiam o processo de desglotalização. Atualmente, a origem do alomorfe **/Ø-/* é desconhecida. Informações mais detalhadas sobre o referido prefixo e sua evolução em outras línguas Jê Setentrionais podem ser encontradas em Nikulin e Capêrkô Canela (2024).

MORFEMA QUE BLOQUEIA O PROCESSO DE DESGLOTTALIZAÇÃO À DIREITA

Todas as línguas Jê Setentrionais apresentam um prefixo de terceira pessoa absolutiva (ou terceira pessoa interna; doravante 3^{ABS}), que codifica o possuidor (nos nomes), o complemento (nas posposições), o paciente (nos verbos transitivos) ou o sujeito (nos verbos intransitivos inativos, bem como na forma não finita dos verbos intransitivos ativos; Castro Alves, 2010, pp. 443, 451, 454). Não é utilizado apenas na forma finita dos verbos transitivos monossilábicos que apresentam uma distinção formal de finitude, em que os pacientes de terceira pessoa são indexados por meio de um prefixo de terceira pessoa acusativa (Nikulin & Salanova, 2019, pp. 538–539).

O prefixo de 3^{ABS} apresenta um padrão de alomorfa peculiar. Nos temas da chamada classe II (Rodrigues, 2000, p. 221), que começam com uma consoante temática (Proto-Jê Setentrional */ʃ/, com as realizações *ʃ, *j ou *ñ, a depender do ambiente), o prefixo de 3^{ABS} é reconstruído como Proto-Jê Setentrional */c-/ (> Mẽhĩ, Mẽ hẽeh, Gavião do Pará *h-* diante de vogal, Ø- diante de *w*); ele substitui a consoante temática em vez de coocorrer com ela (Salanova, 2011) (35–36).

(35) Proto-Jê Setentrional (reconstrução baseada em Nikulin & Salanova, 2022b)

- a. **-ʃô* 'fruta' → **c-ô* 'fruta dele'
- b. **-jwa:* 'dente' → **c-wa:* 'dente dele'
- c. **-japôj* 'sair (plural)' → **c-apôj* 'eles saem'
- d. **-ñĩ:* 'carne' → **c-ĩ:* 'carne dele'

(36) Mẽhĩ (Mẽmörtũmre) (Grupp, 2015; pronúncia inferida com base na grafia)

- a. *-xô* [-t͡ʃʰo] 'fruta' → *h-ô* [ho] 'fruta dele'
- b. *-xwa* [-t͡ʃʰβa:] 'dente' → Ø-*wa* [βa:] 'dente dele'
- c. *-japôj* [-jap.poj] 'sair (plural)' → *h-apôj* [hap.poj] 'eles saem'
- d. *-jĩ* 'carne' [-ʒĩ:] → *h-ĩ* [hĩ:] 'carne dele'

Mas nos temas da chamada classe I, que começam com outras consoantes, a alomorfa do prefixo em questão é mais complexa, principalmente nas línguas Mẽhĩ, Mẽ hẽeh, Gavião do Pará e, em menor medida, Panhĩ. Popjes e Popjes (1986, pp. 175, 194–195) e Miranda (2014, pp. 77, 121), por exemplo, listam os alomorfes Ø-, *i-*, *in-/im-*, *ih-* para a língua Mẽhĩ, implícita ou explicitamente sugerindo que o uso de um ou outro alomorfe é uma especificação lexical de cada tema. Considere os exemplos em 37, com a segmentação do prefixo em questão seguindo a análise de Miranda (2014).

(37) Mẽhĩ (Krahô) (Miranda, 2014, pp. 80–82, 124; vogais longas ausentes na fonte e restituídas com base em outras fontes)

- a. *pjê xôm reerec* 'areia mole' / *i-reerec* 'é mole'
- b. *a-tyctyj* 'tua tia' / *ih-tyctyj* 'tia dele'
- c. *Pytô pjên* 'marido de Pytô' / *im-pjên* 'marido dela'
- d. *põôhy cràà* 'milho seco' / *in-cràà* 'está seco'

Castro Alves (2004, pp. 33–34) propôs que o suposto alomorfe *in-/im-* advém de um erro de segmentação, pois o elemento nasal nesses casos constitui a fase inicial dos alofones pós-oralizados de consoantes nasais subjacentes

(seção “Segmentos de contorno nas variedades Timbira”), que pertencem ao tema e não ao prefixo. Esta análise estende a ideia de Castro Alves (2004) para os demais alomorfes do prefixo em questão: os elementos [ʔ], [m] e [n] ([ŋ]) são analisados como fases iniciais de segmentos de contorno, pertencentes ao morfema à direita. Na superfície, os alomorfes remanescentes seriam Ø-, *i-* [i-] (*ěh-* [ĕ-] na língua Mẽ hēeh), *i-* [i:-] (*ěhj-* [ĕj-] na língua Mẽ hēeh) e *i-* [j-] (*j-* [j-] na língua Mẽ hēeh), distribuídos como explicado a seguir.

O prefixo de 3^{ABS} nos temas da classe I, simbolizado aqui como /°-/ nas representações subjacentes, é realizado da seguinte maneira nas variedades nas línguas do complexo Timbira. Diante das oclusivas simples (não preglotalizadas) /t/ e /k/, bem como diante dos alofones plenamente nasais de /m/ e /n/, utiliza-se o alomorfe Ø- (38–39). Na língua Mẽ hēeh, o referido alomorfe ocorre, ainda, diante do alofone plenamente nasal de /ŋ/ (na fala dos Pyhcop cati ji) ou da fricativa /h/ (na fala dos Crêhcateh cati ji), como no verbo *ngŷn* /°+ŋã+n/ (Pyhcop cati ji) ~ *hŷn* /°+hã+n/ (Crêhcateh cati ji) ‘desmanchá-lo’.

(38) Mẽhĩ (Mẽmörtũmre) (Grupp, 2015; pronúncia inferida com base na grafia)

- a. *to* /°+to/ [dɔ ~ tɔ] ‘com ele’
- b. *cator* /°+katɔ+ɾ/ [kaɬ.tɔɾ] ‘saiu’
- c. *mẽ cahãj* /mẽ+°+kaḥãj/ [mẽ.ga.ḥãj] ‘mulherada’ (‘elas fêmeas’)
- d. *mõr* /°+mõ+ɾ/ [mõɾ̥] ‘andou’
- e. *nõr* /°+nõ+ɾ/ [nõɾ̥] ‘deitou’

(39) Mẽ hēeh (Sá Amado, 2004b, p. 77; pronúncia inferida com base na grafia)

- a. *capruu* /°-kapru:/ [ka.pru:] ‘sangue dele’
- b. *cajēhn* /°-kajĕn/ [ka.jĕn] ‘tutano dele’
- c. *caquẽc* /°-kakẽk/ [ka.kẽk] ‘costas dele’
- d. *mõr* /°+mõ+ɾ/ [mõɾ] ‘andou’

Diante dos segmentos de contorno – as consoantes preglotalizadas /°p/, /°t/, /°kʰ/, /°ḥ/, /°n/ e outras, bem como diante dos alofones pós-oralizados de /m/, /n/, /ŋ/ e /h/ –, o prefixo de 3^{ABS} é realizado como bloqueio dos processos de desglotalização e desnasalização. Como foi visto nas subseções anteriores, normalmente os segmentos de contorno perdem sua fase inicial (glotal ou nasal) após vogais longas, consoantes e pausa; entretanto, nas formas flexionadas para a terceira pessoa absoluta, isto não ocorre, e ambas as fases são realizadas na superfície. Para evitar um encontro consonantal ilícito, é inserida a vogal [i] na língua Mẽhĩ e a vogal [ĕ] na língua Mẽ hēeh (40–41). A inserção não ocorre após vogais curtas, pois nesse ambiente é possível ressilabificar a fase inicial do segmento de contorno como coda (42–43). A inserção também não ocorre na língua Gavião do Pará, que carece de segmentos preglotalizados, mas possui alofones pós-oralizados das nasais subjacentes; nesta língua, [mp], [nt] e [nk] podem ocorrer após consoantes e pausa (44).

(40) Mẽhĩ (Mẽmörtũmre)

- a. *ihpahàm* /°+°paḥám/ [iʔ.pah.hám] ‘vergonha dele’ (RC-230630)
- b. *ihwtwým* /°+°tβə́m/ [iʔ.tβə́m] ‘gordura dele’ (RC-230630)
- c. *ihnõ* /°+°nõ/ [iʔ.nõ] ‘um deles’ (RC-230630)

- d. *ihcakôc* /°+ʔkʰa:kʰok/ [iʔ.ga:.kʰok] 'falou' (RC-230630)
- e. *ihhimpej* /°+ʔhi+mɛj/ [iʔ.him.pej] 'bom trabalho dele, governo dele' ('bom osso dele') (RC-230630)
- f. *impopoc* /°+mɔ:pɔk/ [im.pɔ:.pɔk] 'bater repetidamente, tirar casca com a mão' (RC-230725)
- g. *intij* /°+nij/ [in.tij] 'vagina dela' (RC-230725)
- h. *increr* /°+ŋɛ+ɾ/ [in.kɛɾ] 'cantou' (comum no dia a dia)
- (41) Mẽ hêeh (Sá Amado, 2004b, pp. 75, 78; transcrição inferida com base na grafia)
- a. *ẽh'pa* /°+ʔpa/ [ẽʔ.pa] 'braço dele'
- b. *ẽh'toh* /°+ʔtɔ/ [ẽʔ.tɔ] 'barriga dele'
- c. *ẽh'tõ* /°+ʔtõ/ [ẽʔ.tõ] 'irmão dele'
- d. *ẽh'te* /°+ʔte/ [ẽʔ.te] 'perna dele'
- e. *ẽh'caacuc* /°+ʔkʰa:kʰuk/ [ẽʔ.ka:kʰuk] 'ele falou'
- f. *ẽhmpa* /°+ma/ [ẽm.pa] 'fígado dele'
- g. *ẽhmpjin* /°+mjɪn/ [ẽm.pjin] 'marido dela'
- h. *ẽhmpoht* /°+mɔt/ [ẽm.pɔt] 'pescoço dele'
- i. *ẽhmpux* /°+putʃ/ [ẽm.pus] 'chegou'
- j. *ẽhnto* /°+nɔ/ [ẽn.to] 'olho dele'
- k. *ẽhnxar* /°+ɲa+ɾ/ [ẽn.ɲar] 'mordê-lo'
- (42) Mẽhĩ (Mẽmörtũmre)
- a. *mẽhpre* /mẽ+°+ʔpɾɛ/ [mẽʔ.pɾɛ] 'cinto deles' (RC-230419)
- b. *apu ihpahàm* /apu+°+ʔpaɦɜm/ [a.buʔ.ba.ɦɜm] 'está ficando com vergonha' (RC-230630)
- c. *ite ihcuhtô* /i:+tɛ+°+ʔkuʔto/ [i:.dɛʔ.guʔ.to] 'eu cuspi' (RC-230725)
- d. *ite ihkrêr* /i:+tɛ+°+ʔkʰɾɛ+ɾ/ [i:.dɛʔ.kʰɾɛ ~ i:.dɛʔ.kʰɾɛ] 'eu comi isso' (RC-230630)
- e. *mẽhcapôn catê* /mẽ+°+ʔkʰa:põ+n+ʔkate/ [mẽʔ.ga:.põn.gaɾ.te] 'chefe de grupo no ritual' ('varredor deles') (RC-230419)
- f. *mẽ to impej* /mẽ+°+tɔ+°+mɛj/ [mẽ.dɔm.pej] 'pacificá-los' (RC-230725)
- g. *mẽntij catêjê* /mẽ+°+nij+ʔkate+je/ [mẽn.tij.gaɾ.te.je] 'moças' (RC-230725)
- h. *mẽntuwajê* /mẽ+nu+°+je/ [mẽn.ɬu.wă.dʒɛ] 'jovens' (RC-230419)
- i. *mẽnquêtjê* /mẽ+ɲet+je/ [mẽn.ked.dʒɛ] 'antepassados deles' (RC-230419)
- (43) Mẽ hêeh (Pyhcop cati ji) (Pries, 2008, pp. 85–86; transcrição inferida com base na grafia)
- a. *me'pro* /mẽ+ʔpro/ [mẽʔ.pro] 'cinza deles'
- b. *me'crỹ' tyx* /mẽ+ʔkʰrã+ʔtiɬ/ [mẽʔ.kʰrãʔ.tis] 'cabeça dura deles'
- c. *mempji* /mẽ+mji/ [mẽm.pji] 'maridos delas'
- d. *mentohwaji* /mẽ+nɔ+°+ji/ [mẽn.tɔ.wa.ji] 'jovens'
- e. *menxohrxwy* /mẽ+nɔɾ+ʔwi/ [mẽn.ɬɔɾ.ɬwi] 'parentes maternos deles'
- f. *menquitji* /mẽ+ɲit+ji/ [mẽn.kit.ji] 'antepassados'
- (44) Gavião do Pará (Parkatêjê) (Ribeiro Silva et al., 2018, pp. 220, 222; transcrição inferida com base na grafia)
- a. *ite mprar* /i+tɛ+°+mra+ɾ/ [i.tɛm.pɾar] 'eu a acordei'
- b. *Nazaré ikãm nkryk* /N.+i+kãm+°+ɲɾik/ [na.za.ɾɛ.i.kãm.n.kɾik] 'a Nazaré está brava comigo'

Finalmente, diante da oclusiva simples (não preglotalizada) /p/ e do rótico /ɾ/ (ou /r/, dependendo da variedade) o prefixo de 3^{ABS} é realizado como *i-* [i:-] na língua Mẽhĩ, *ẽhj-* na língua Mẽ hẽeh e *i-* na língua Gavião do Pará (45–47). Na língua Mẽhĩ, o referido alomorfe é encontrado, ainda, diante da consoante /ŋ/ seguida por uma vogal nasal (pronunciada nesse ambiente como [g], [ŋg] ou [ŋ]). Pelo menos etimologicamente, e talvez sincronicamente, o alomorfe do prefixo de 3^{ABS} deve ser neste caso identificado como /j-/ , com a prótese de [i] ou [ẽ] diante de um encontro consonantal ilícito (como em Proto-Timbira *j-pær ‘pé dela (dessa árvore)’ > *ij-pær > Mẽ hẽeh *ẽhjpyr*; 46c)¹⁸. Porém a língua Mẽhĩ transformou a rima *ij em sílabas átonas em /i:/ (mudança sonora que ocorreu também no prefixo da primeira pessoa do singular), e o Gavião do Pará vocalizou *j em /i/. Somente a língua Mẽ hẽeh preserva a consoante *j* em *ẽhj-*. A forma do prefixo sem prótese é encontrada após vogais curtas (48–49).

- (45) Mẽhĩ (Mẽmörtũmre) (RC-230725)
- ipijapjêr nãre* /°+pi+japje+ɾ+nãɾe/ [i:.pi.zia.p°zieɾ.nã:ẽ] ‘não desce, não flui (a água de um lago)’
 - iràrà* /°+ɾɜ:ɾɜ/ [i:..ɾɜ:..ɾɜ] ‘de manhã’
 - irãrãc* /°+ɾš:..ɾšk/ [i:..ɾš:..ɾšk] ‘está trovejando’
- (46) Mẽ hẽeh (Pries, 2008, pp. 47–49; transcrição inferida com base na grafia)
- ẽhj pôh’ny* /°-põ-°nõ/ [ẽj.põ°.nõ] ‘ao redor dele’
 - ẽhj pux* /°-puɽ/ [ẽj.pus] ‘chegou’
 - ẽhjpyr* /°-pær/ [ẽj.pær] ‘pé dela (dessa árvore)’
 - ẽhjreerec* /°-re:rek/ [ẽj.re:..rek] ‘está mole, é brando’
 - ẽhjroo* /°-ro:/ [ẽj.ro:] ‘filhote dele’
- (47) Gavião do Pará (Parkatêjê) (Ribeiro Silva et al., 2018, pp. 217–218; transcrição inferida com base na grafia)
- aikre pĩn ipyp* /ajkre+pĩn+°+pɣp/ [aj.kre.pĩn.i.pəp] ‘ele caiu de cima da casa’
 - Cinthia te ipĩr* /C.+°+te+°+pĩ+ɾ/ [sĩ.ɽja.te.i.pĩɾ] ‘a Cinthia o flechou’
- (48) Mẽhĩ (Mẽmörtũmre) (RC-230419)
- ihcukij to ipa* /°+ʔkʰukʰij+tɔ+°+pa/ [iʔ.gu.kʰij.ɖɔj.pa] ‘ficar perguntando’
 - ãn to ipijakrut* /ẽn+tɔ+°+pi+jakʰɾut/ [ẽn.ɖɔj.bjak.kʰɾut] ‘dois anos’
- (49) Mẽ hẽeh (Pries, 2008, pp. 50, 86; transcrição inferida com base na grafia)
- mejpehcahohr* /mẽ+°+pɛ+kahɔ+ɾ/ [mẽj.pɛ.ka.hɔɾ] ‘pessoas fazendo algazarra, barulho’
 - mejpaaxý’ crat* /mẽ+°+pa: +ɽjə+°kʰrat/ [mẽj.pa: ɽjə.°kʰrat] ‘lugar de origem, terra natal deles’
 - taj rýrýrc* /ta+°+rã: rãk/ [taj.rã:..rãk] ‘está trovejando’ (‘a chuva está trovejando’)

Na língua Panhĩ, assim como nas variedades Timbira, o prefixo de 3^{ABS} geralmente é realizado como zero (50a), sendo que sua presença bloqueia a regra de desglotalização após pausa ou consoantes (o Panhĩ carece de uma regra de

¹⁸ Um padrão semelhante de epêntese de [i] foi descrito para a língua Panãra, estreitamente relacionada às línguas Jê Setentrionais (Lapierre, 2023b). Agradeço a uma avaliadora anônima deste Boletim por direcionar minha atenção a esse fato.

desnasalização), como em 50b–50c (ver exemplos em 19 acima para o bloqueio da desglotalização após consoantes). Os segmentos de contorno não precedidos por um segmento vocálico recebem, após pausa, uma vogal *i* protética a fim de possibilitar a silabificação da fase inicial de tais segmentos de contorno (50d–50e).

- (50) Panhĩ (Callow, 1962, pp. 117–118)
- na pa* /ṇã+°+pa/ [ṇãp.'pa] 'andou'
 - na hkagro ñẽ* /ṇã+°+ʔkaŋɾɔ+nẽ/ [ṇãʔ.ka.'ŋgɾɔ.nẽ] 'está quente'
 - na hprõt* /ṇã+°+ʔpɾɔʔ/ [ṇãʔ.'pɾɔ'ɖʂ] 'correu'
 - hkamrô* /°+ʔkamɾo/ [iʔ.ka.'mbɾo] 'sangue dele'
 - mut* /°+mut/ [im.'budu] 'pescoco dele'

Nesta subseção, foi mostrado que uma análise que reconhece a realidade fonológica de segmentos preglotalizados subjacentes permite simplificar a descrição do padrão de alomorfia do prefixo de terceira pessoa absoluta em algumas línguas Jê Setentrionais. Em particular, os segmentos preglotalizados se comportam como outro tipo de segmentos de contornos – as nasais pós-oralizadas – no que diz respeito à epêntese vocálica nas línguas Mẽhĩ, Mẽ hẽeh e Panhĩ.

MORFEMAS QUE CAUSAM DESGLOTALIZAÇÃO NO SEGMENTO À DIREITA

Pelo menos dois morfemas que terminam com uma vogal curta causam a desglotalização do segmento inicial do morfema seguinte. Trata-se dos prefixos de terceira pessoa acusativa (Mêhĩ *cu-* /ku•-/ , Mê hēeh *coh-* /kə•-/ , Panhĩ *ku-* /ku•-/ ; 51a–51b) e do prefixo reflexivo (Mêhĩ *amjĩ-* ~ *amji-* /amjĩ•-/ , Mê hēeh *amjōh-* /amjō•-/ , Panhĩ *amnhĩ-* /amnjĩ•-/ ; 51c–51d). O símbolo /•/ nas representações subjacentes, já introduzido na discussão de 24d, indica que o morfema causa apagamento da fase inicial dos segmentos complexos na margem esquerda do morfema seguinte.

- (51) Mēhī (Mēmōrtūmre)
- wa ha cu-krē* /βa+ħa+ku•+ʔkʰr̥ē/ [βa.ħa.ku.kʰr̥ē ~ βa.ħa.ku.kʰr̥ē] 'eu vou comer isso' (RC-230630)
 - wa ha cu-wý* /βa+ħa+ku•+ʔβw̥/ [βa.ħa.ku.βw̥] 'eu vou pedir isso' (RC-230630)
 - mě amji cuké* /mě+amjī•+ʔkʰu:kʰe/ [mǣm.jī.gu.:kʰe] 'se esfregam' (RC-230419)
 - amji-kĩn* /amjī•+ʔkĩn/ [am.zik.kʰĩn] 'festa'¹⁹ (RC-230630)

Há explicações diacrônicas para as peculiaridades destes dois prefixos. No Proto-Jê Setentrional, o prefixo de terceira pessoa acusativa (Mêhĩ *cu-*, Mẽ hēeh *coh-*, Panhĩ *ku-*) foi reconstruído como **ku-* (Nikulin & Salanova, 2019, pp. 538–539). Este prefixo codifica um paciente de terceira pessoa de verbos transitivos monossilábicos finitos (mas apenas daqueles verbos que apresentam uma distinção formal de finitude), bem como um complemento de terceira pessoa de algumas posposições monossilábicas. Em temas polissilábicos, bem como em nomes e em uma subclasse de posposições, o mesmo participante é codificado por meio do prefixo **c-*. É imaginável que o prefixo **ku-* possua a representação subjacente **/k-/*, sendo a vogal **u* oriunda de um processo de epêntese. A forma sem epêntese (isto é, **k-*)

¹⁹ Crocker (1990, pp. 94, 116–117, 181, 196, 269, 270, 366) registra este termo com [ʔkʰ]: <amyiʔkhin>. Provavelmente se trata de um erro de transcrição: os Mẽhĩ consultados pelo autor foram enfáticos em dizer que esta palavra, tão comum na língua, não apresenta a pregotalização. Para a geminação da consoante, veja nota 9.

possivelmente deve ser reconstruída para as formas flexionadas das posposições dativa (**k-mă* > Khîsêjtê *khwă* /k^hwă/, Panhĩ *kām* /kām/) e malefactiva (**k-bê* > Khîsêjtê *khwê* /k^hwe/, Panhĩ *kêp* /kep/)²⁰, embora algumas línguas apresentem formas das mesmas posposições com a epêntese (por exemplo, Mêhĩ *cumă*, *cupê*; Grupp, 2015), que talvez resultem de uma extensão analógica do alomorfe **ku*-²¹. Na língua A'uwê Uptabi (= Xavante; ramo A'uwê da família Jê), relacionada às línguas Jê Setentrionais, o possível cognato do prefixo **ku*- (ou **k*-) é *ti*-, prefixo descrito por Estevam (2011, pp. 182–184). Nikulin (2020, p. 273) observou semelhanças entre esses morfemas, mas não os considerou cognatos, pois as correspondências sonoras **k*, **u* (Proto-Jê Setentrional) e *t*, *i* (A'uwê Uptabi) seriam restritas a este item específico. Contudo, é imaginável que se trate de prefixos cognatos. As línguas Jê Setentrionais e A'uwê Uptabi poderiam ter empregado estratégias diferentes de evitar uma estrutura silábica atípica da protolíngua, por exemplo, **cC*.... O Proto-Jê Setentrional teria dorsalizado a oclusiva palatal e inserido a vogal **u* (exceto em algumas posposições), ao passo que o A'uwê Uptabi teria dentalizado a oclusiva palatal e inserido a vogal **i*. Dessa forma, é até mesmo possível que os prefixos **ku*- e **c*- do Proto-Jê Setentrional tenham se originado como alomorfes de um único prefixo em um estágio muito antigo. Caso a hipótese exposta esteja correta, pode-se atribuir a desglotalização de /^hC/ após o prefixo **ku*- à ocorrência na posição após uma consoante subjacente, como em **/k+^hta/* > **ku-ta* 'cortá-lo fora, arrancá-lo'.

Quanto ao prefixo reflexivo, sua forma em Proto-Jê Setentrional é reconstruída como **apñĩ*-. Castro Alves et al. (2021) propuseram que etimologicamente se trata de uma combinação dos morfemas **ap*- 'argumento genérico; absolutizador' e **-ñĩ*: 'carne', sendo que este último morfema deve ser reconstruído com uma vogal longa, preservada nas línguas Mêhĩ e Mẽ hêeh. Os reflexos de **apñĩ*- apresentam diversas irregularidades nas línguas-filhas, tais como a vogal /^hõ/ no reflexo Mẽ hêeh *amjõh*- e a perda de **ñ* no reflexo Mẽbêngôkre *ami*-; é possível, portanto, que a reconstrução deva ser ajustada para **apñĩ*-, com um desenvolvimento irregular (**ĩ*: > /ĩ/) também na língua Mêhĩ. Após vogais longas, a desglotalização seria regular.

Nesta subseção, foram examinados dois afixos que, apesar de terminarem sincronicamente com uma vogal curta, desencadeiam a desglotalização do segmento inicial do morfema seguinte. Foram, ainda, propostas explicações diacrônicas, ainda que especulativas, para tal fenômeno: é possível que no passado esses afixos excepcionais terminavam com outros segmentos (consoantes ou vogais longas).

MORFEMA QUE INTRODUZ PREGLOTALIZAÇÃO NO SEGMENTO À DIREITA

As línguas Mêhĩ e Mẽ hêeh apresentam uma complicação adicional nas formas flexionadas para a primeira pessoa inclusiva. Estas formas apresentam o prefixo *pa*- /pa-/ , que na variedade da língua Mêhĩ falada pelos Mêmörtümre normalmente se comporta como qualquer outro morfema que termina em uma vogal curta: possibilita a realização das

²⁰ Esta hipótese diacrônica é inspirada naquela de Oliveira (2005, p. 299), que, entretanto, acredita que as formas com **u* sejam mais arcaicas e sugere que o desenvolvimento histórico das respectivas formas na língua Panhĩ tenha envolvido uma harmonização vocálica: **ku-mă* > **kă-mă* > *kām*. Na presente proposta, a língua Panhĩ teria sofrido uma metátese nestes casos. Para a língua Khîsêjtê, Nonato (2014, p. 132) documenta as formas *khwă* e *khwê*, derivando-as de /k^hu+mă/, /k^hu+we/ por meio de processos de truncamento do prefixo e, no caso da posposição dativa, mutação consonantal.

²¹ Na língua Mẽ hêeh, o alomorfe /k-/ é encontrado em algumas posposições quando precedido por um clítico do plural, como em *mecte* /mẽ+k+te/ 'eles (ergativo)', *mecme* /mẽ+k+mẽ/ 'com eles' (Pries, 2008, p. 86). Pelo menos na fala rápida dos Mêmörtümre, o alomorfe /k/ ocorre também na língua Mêhĩ, desde que precedido por vogal: *pê cumă ihkīan* /pe+k(u)+mă+^hk^hin/ [peġ.măʔ.k^hĩã] 'ele gostou muito' (FT-230926).

duas fases dos segmentos de contorno preglotalizados (52) e pós-orais (53) e não afeta a realização de segmentos nasais (54) e outras soantes (55) de forma alguma²².

(52) Mēhĩ (Mēmōrtūmre)

- a. *mě pahcuhtỳj* /mě+pa+ʔkʰuʔtəj/ [mě.paʔ.guʔ.təj] 'somos fortes' (RC-230419)
- b. *pahpahàm* /pa+ʔpaɦəm/ [paʔ.pah.həm] 'nossa vergonha (tua e minha)' (RC-230419)
- c. *pahkra* /pa+ʔkʰra/ [paʔ.kʰra ~ paʔ.kʰa] 'nosso filho (teu e meu)' (RC-230630)
- d. *mě pahràn* /mě+pa+ʔrən/ [mě.paʔ.rən] 'nos anima' (Capêrkô Canela, 2023, p. 16; pronúncia inferida a partir da grafia)
- e. *pahna* /pa+ʔnə/ [paʔ.nə] 'sobre nós dois (tu e eu)' (Grupp, 2015, p. 15; pronúncia inferida a partir da grafia)

(53) Mēhĩ (Mēmōrtūmre)

- a. *panto* /pa+nɔ/ [paɪ.tɔ] 'nossos olhos (teus e meus)' (Grupp, 2015, anexo 2, p. 38; pronúncia inferida a partir da grafia)
- b. *panxyrxwỳ* /pa+niɾ+ʔɬβə/ [paɪ.ʔɬiɾ.ʔɬβə] 'nossos parentes maternos' (Capêrkô Canela, 2023, pp. 14, 16; pronúncia inferida a partir da grafia)
- c. *pancacaxà* /pa+ɲa:ka: +ʔɬɬɬ/ [paɪ.ga:ka:ʔɬɬɬ] 'nossa cultura' (RC-230419)
- d. *mě pancjêj* /mě+pa+ɲjêj/ [mě.paɪ.kjêj] 'nos colocar' (RC-230419)
- e. *mě panquêtjê* /mě+pa+ɲjê+ʔjê/ [mě.paɪ.kjê.ʔjê] 'nossos antepassados' (RC-230419)

(54) Mēhĩ (Mēmōrtūmre)

- a. *mě pamã* /mě+pa+mã/ [mě.pa.mã] 'para nós' (Capêrkô Canela, 2023, pp. 13–14, 16, 18, 19, 21, 23; pronúncia inferida a partir da grafia)

(55) Mēhĩ (Mēmōrtūmre)

- a. *mě pajõ wej* /mě+pa+jõ+ʔβej/ [mě.pa.jõʔ.βej] 'nossos velhos' (RC-230419)

No caso dos temas cujo segmento inicial é uma oclusiva simples (não preglotalizada) – /p/, /t/ ou /k/ –, a flexão de primeira pessoa inclusiva apresenta um comportamento inesperado. Mais especificamente, uma subclasse desses temas apresenta [ʔ] entre o prefixo e o segmento inicial da raiz (56). Alguns temas apresentam as formas sem [ʔ] (57), mas provavelmente apresentam um alongamento da vogal [a:], igualmente inesperado. Infelizmente, os dados relevantes estão disponíveis apenas em forma ortográfica, motivo pelo qual os exemplos em 56 e 57 não estão acompanhados de transcrições fonéticas, porém o uso dos dígrafos *hp*, *ht*, *hc* em 56 e sua ausência em 57 revelam o contraste ora em discussão.

²² Na variedade da língua Mēhĩ falada pelos Krahô, os fatos são semelhantes, porém a vogal do prefixo pode sofrer um alongamento diante das consoantes *x* /ʔɬʰ/ e *j* /j/, representado na grafia: *paajõ pur* /pa:jõ puɾ/ 'nossa roça', *paaxà* /pa:ʔɬɬɬ/ 'nossa doença', *paajĩ* /pa:jĩ/ 'nossa carne'. O autor pôde verificá-lo ao realizar atividades sobre flexão nominal e verbal com uma turma de acadêmicos Krahô, Mēmōrtūmre, Pyhcop cati ji, Crêhcateh cati ji, Mētyktire (Kayapó) e Khîsêtjê no curso de Educação Intercultural (NTFSI/UFG) em 2023. Todos os acadêmicos Krahô que participaram da atividade produziram formas com o alongamento pelo menos uma vez, mas houve também considerável variação. O autor agradece a Silas Wôcô Krahô, Juliana Pahĩc Krahô e Sandra Crakwỳj Krahô pelas discussões a respeito durante as aulas.

- (56) Mēhĩ (Mēmörtümre) (Grupp, 2015)
- pahte* /pa+te/ 'nós (ergativo)'
 - pahto* /pa+ɬ/ 'conosco (instrumental), nos (paciente de causação, objeto aplicado)'
 - Pahpām* /pa+pām/ 'Deus cristão' ('nosso pai')
 - pahcuxà* /pa+kuṣʰɜ/ 'igual a nós dois'
 - mẽ pahcurê xwỳn* /mẽ+pa+kuṣe+ṣʰβən/ 'diabo na mitologia cristã' ('aquele que nos odeia')
 - mẽ pahpytār catê* /mẽ+pa+pitɜ+ɾ+ʔkate/ 'salvador na mitologia cristã' ('aquele que nos salva')
- (57) Mēhĩ (Mēmörtümre)
- mẽ papa* /mẽ+pa+pa/ 'nós andamos' (Capêrkô Canela, 2023, p. 13)
 - mẽ papê* /mẽ+pa+pe/ 'de nós; nós somos' (Capêrkô Canela, 2023, pp. 13, 16–17, 23)
 - pacagãgã* /pa+kagã:gã:/ 'nossos suspiros' (Grupp, 2015, p. 169)
 - papĩ* /pa+pi/ 'matar nós dois com feitiço' (Capêrkô Canela, comunicação pessoal, setembro de 2023)
 - mẽ papijacri* /mẽ+pa+pi+jakɾi/ 'nosso resguardo' (Capêrkô Canela, 2023, pp. 13, 16)

Na língua Mẽ hēeh, os fatos são semelhantes: diante de quase todas as consoantes, o prefixo *pa-* se comporta como qualquer outro morfema que termina com uma vogal curta²³, mas diante das consoantes /p/, /t/ ou /k/ ocorre um alomorfe com [ʔ] (como na posposição instrumental, *pa'to* [paʔ.to], que funciona, ainda, como um marcador causativo/aplicativo, como 56b em Mēhĩ) ou com um alongamento (com uma frequência maior do que na língua Mēhĩ; por exemplo, a posposição ergativa recebe a forma *paate* [pa:.te] em Mẽ hēeh, à diferença de 56a em Mēhĩ). Exemplos textuais dessas formas na língua Mẽ hēeh podem ser encontrados, entre outros, em Belizário Gavião (2017, pp. 64, 78, 98).

As propriedades morfofonológicas do prefixo *pa-* de primeira pessoa inclusiva devem ser investigadas e testadas em um *corpus* mais abrangente. Provisoriamente, é possível propor um processo lexicalmente restrito que transforma as oclusivas simples em preglotalizadas (/C/ → /ʔC/) após o prefixo *pa-*. Diante dos demais temas que começam com uma oclusiva simples, que não são afetadas por este processo, a vogal do prefixo é alongada. Não foi encontrada uma explicação diacrônica ou sincrônica para tais processos.

MORFOFONOLOGIZAÇÃO EM PANHĨ

Como foi visto nas seções anteriores, nas línguas Mēhĩ e Mẽ hēeh, bem como no Proto-Jê Setentrional, os ambientes que condicionam a desglotalização das consoantes preglotalizadas subjacentes (isto é, a realização de /ʔC/ como [C]) são fonológicos, com a exceção de alguns poucos elementos gramaticais que apresentam um comportamento divergente. Mais especificamente, verifica-se que o apagamento da fase glotal ocorre após vogais longas, consoantes e pausa.

²³ Esta afirmação baseia-se no *corpus* textual analisado (Nazareno & Dias, 2017). Entretanto, Maurino Belizário Gavião, no âmbito da atividade mencionada na nota anterior, informou que na variedade dos Pyhcop cati ji as formas com e sem o alongamento coexistem, sendo que as variantes com o alongamento são mais usuais: *paatyx* /pa:+ʔtiɿ/ [pa:.tis] 'somos fortes', *paamor* /pa:+mõ+ɾ/ [pa:.mõɾ] 'fomos', *paarii* /pa:+ri:/ [pa:.ri:] 'nadamos', *paapêh* /pa:+pê/ 'matar-nos afogados'. Talvez se trate de uma diferença subdialetoal ou geracional, algo que deve ser investigado em futuros estudos.

A língua Panhĩ, contudo, sofreu uma mudança que fez com que as condições do processo de desglotalização tenham se tornado menos transparentes. Trata-se da perda da duração vocálica contrastiva, um processo diacrônico em que as vogais longas (*V:) se tornaram curtas (V) em todas as línguas Jê Setentrionais do ramo Trans-Tocantins (algo não descrito na literatura, mas evidenciado na base de dados de Nikulin & Salanova, 2022b), bem como na língua Gavião do Pará (Ribeiro Silva, 2020, p. 189)²⁴.

Em decorrência da referida mudança, sincronicamente na língua Panhĩ são identificados dois grupos de morfemas que terminam em vogal (Callow, 1962, pp. 152, 154). Os morfemas do primeiro grupo, chamado de 'classe F' por Callow (1962), permitem a realização da fase glotal de um segmento preglotalizado à sua direita (58a–58b). Os morfemas do segundo grupo, chamado de 'classe L' por Callow (1962), desencadeiam a desglotalização de um segmento preglotalizado à sua direita (58c–58d). Assim como no exemplo 51, o símbolo /•/ nas representações subjacentes indica que um determinado morfema desglotaliza o segmento seguinte. Infelizmente, não há transcrições estreitas ou gravações disponíveis para os dados em 58.

(58) Panhĩ

- a. *pĩhti* /pĩ-ʔt̥i/ 'árvore grande' (Albuquerque, 2012a, p. 63)
- b. *kr̥hti* /kr̥-ʔt̥i/ 'trepadeira, videira' (Callow, 1962, p. 154)
- c. *kr̥ti* /kr̥-•-ʔt̥i/ 'preá' (Callow, 1962, p. 154)
- d. *mĩti* /mĩ-•-ʔt̥i/ 'jacaré' (Albuquerque, 2012a, p. 51)

Os morfemas do primeiro grupo são justamente aqueles cujos étimos terminavam em uma vogal curta em Proto-Jê Setentrional, e os do segundo (que terminam com /N•/) são aqueles cujos étimos terminavam em uma vogal longa: compare Mẽ hēeh *pēh* /p̃e/ 'árvore (não frutífera)', *-cru* /-ʔkru/ 'trepadeira, videira', *cruu* /kru:/ 'porco, queixada', *meeh* /m̃e:/ 'jacaré' (Pries, 2008, pp. 23, 33, 86, 90). Dessa forma, ao perder o contraste de duração vocálica, a língua Panhĩ passou a apresentar uma complexidade morfofonológica mais elevada no que diz respeito às condições necessárias para o processo de desglotalização.

PANORAMA DIACRÔNICO

Os segmentos preglotalizados foram mais bem preservados nas línguas Mẽhĩ, Mẽ hēeh e Panhĩ, mas um resquício do contraste entre as consoantes simples e preglotalizadas pode ser encontrado, ainda, na língua Mẽbêngôkre (Nikulin & Salanova, 2022a). Nessa língua, as consoantes preglotalizadas *ʔŋ e *ʔc do Proto-Jê Setentrional são refletidas como *ʔ* /ʔ/ (59a–59c), porém a consoante simples *ŋ é refletida como *t* /t/ (59d; reflexo não mencionado por

²⁴ As vogais longas não são reconstruídas para o Proto-Jê Setentrional por Nikulin (2020), mas certamente trata-se de um erro. Ribeiro Silva (2020) reconstrói duração vocálica contrastiva para o Proto-Timbira. Em diversos conjuntos de cognatos, as vogais longas do Mẽhĩ e do Mẽ hēeh correspondem a vogais longas na língua A'uwẽ Uptabi (ramo Akuwẽ, família Jê), tal como estas foram documentadas por McLeod e Mitchell (1977); note que as vogais longas do A'uwẽ Uptabi se tornam curtas diante de pausa e não são representadas na escrita. Observem-se os seguintes conjuntos de cognatos: Mẽ hēeh *cohpa* 'cipó cupá', *aac̥ỹy* 'semente de tiriirica', *-jaca* 'branco', *-ncr̥ỹy* 'seco' e A'uwẽ Uptabi *upa*: 'mandioca', *a*: 'é' 'semente de tiriirica', *-a*: 'branco', *-ré*: 'seco'; Mẽhĩ *tē*: *-ti* 'carrapato', *-nã*: 'mãe', *pó*: 'veado' e A'uwẽ Uptabi *ti*: *-a* 'carrapato', *-na*: 'mãe', *pó*: em *pó:wawẽ* 'gado', *pó:-nẽ* 'é' 'veado-mateiro', *pó:-dzé* 'cervo'. Estes exemplos mostram que a duração vocálica contrastiva deve ser antiga nessas línguas, podendo ser reconstruída para a protolíngua dos ramos Jê Setentrional e Akuwẽ, o chamado Proto-Cerratense. Os dados das línguas Mẽ hēeh, Mẽhĩ e A'uwẽ Uptabi nesta nota provêm de Pries (2008), Crocker (1990) e McLeod e Mitchell (1977), respectivamente.

Nikulin & Salanova, 2022a) ao passo que a oclusiva simples *c é refletida como Ø (59e), com a possibilidade de o hiato ser resolvido por uma aproximante epentética (59f).

- (59) a. Proto-Jê Setentrional *-ʔḡḡ 'um de' > Mëbêngôkre -'ḡ [-'ʔḡ], Mëhĩ -*hnḡ* [-ʔ.ḡḡ]
 b. Proto-Jê Setentrional *-ʔkuʔcê 'ficar em pé (plural)' > Mëbêngôkre -*ku'ê* [-ku.'ʔe], Mëhĩ -*hcuhhê* [-ʔ.guʔ.ḡe]
 c. Proto-Jê Setentrional *-ʔcô 'folha' > Mëbêngôkre -'ô [-'ʔo], Mëhĩ -*hhô* [-ʔ.ḡo]
 d. Proto-Jê Setentrional *-guḡḡ 'contra' > Mëbêngôkre -*kuḡḡ* [-ku'tḡ], Mëhĩ -*cunḡ* [-gu.ḡḡ]
 e. Proto-Jê Setentrional *-c-ô 'fruta dele' > Mëbêngôkre Ø-ô ['ho], Mëhĩ *h-ô* [ḡo]
 f. Proto-Jê Setentrional *-gucê: 'furúnculo' > Mëbêngôkre -*kuwê* [-ku.'we], Mëhĩ -*cuhê* [-gu.ḡe(:)]

Porém, no geral, as evidências comparativas sugerem que o contraste entre os segmentos simples e preglotalizados era consideravelmente menos produtivo em Proto-Jê Setentrional do que nas línguas Mëhĩ, Më hêeh e Panhĩ. Isto ocorre porque diversos segmentos 'simples' – que contrastam, sincronicamente, com segmentos preglotalizados nas três línguas contemporâneas – são reflexos de uma série de obstruintes vozeadas do Proto-Jê Setentrional, preservada em Mëbêngôkre. Dessa forma, os contrastes encontrados na margem esquerda de morfemas na língua Mëhĩ, tais como aqueles entre /p/ e /ʔp/, /t/ e /ʔt/, /n/ e /ʔn/, /k/ e /ʔk/, continuam os antigos contrastes entre */b/ e */ʔp/, */d/ e */ʔt/, */n/ e */ʔḡ/, */g/ e */ʔk/. As obstruintes surdas da protolíngua – */p/, */t/, */c/, */k/ – jamaiz ocorriam na margem esquerda de morfemas (com a exceção de um grupo de morfemas que começavam com o formativo **py-* / **pu-*). As consoantes que podiam ocupar a posição inicial dentro de um morfema incluíam as seguintes: */ʔp/, */ʔt/, */ʔc/, */ʔk/, */ḡ/, */b/, */d/, */j/, */g/, */m/, */n/, */ḡ/, */r/, bem como */p/ (somente no formativo **py-* / **pu-*). O triplo contraste entre as obstruintes vozeadas, desvozeadas e preglotalizadas é observado dentro de morfemas (60).

- (60) Proto-Jê Setentrional (Nikulin & Salanova, 2022b)
- *-*jabjê* 'alto, comprido'
 - *-*japar* 'neto, sobrinho (referência indireta)'
 - *-*juʔpi* 'carregar no ombro'
 - *-ʔ*kāmdêr* 'filho (referência indireta)'
 - *-*gato* 'sair'
 - *-ḡ*ḡto* 'língua (órgão)'
 - *-*jaḡu* 'colocar deitado (plural)'
 - **kacu* 'pilão'
 - **aʔcu* 'ariramba-de-cauda-ruiva'
 - *-*jagot* 'redondo e pequeno'
 - *-*jakop* 'seguir, rastrear'
 - **koʔkot* 'cigarra'

Nas línguas Mëhĩ, Më hêeh e Panhĩ, as antigas obstruintes vozeadas deixaram de contrastar com as desvozeadas, levando a um aumento da carga funcional do contraste de preglotalização. Além disso, novos fonemas preglotalizados surgiram graças à mudança sonora */ʔcw/ > */ʔw/ (> Mëhĩ /ʔβ/, Panhĩ /ʔv/), ao influxo de empréstimos, tais como

Mêhĩ *-hwej* /-ʔβɛj/ 'velho' (do português), e à criação de palavras novas, provavelmente onomatopaicas, tais como Mêhĩ *-hmūt ri* /-ʔmūt ɾi/ 'longe', *-hràn* /-ʔɾɛn/ 'animar', *jôhjôt* /joʔjot/ 'tucaninho', *hõxãhxãc* /hõtʃhʃʃʃk/ 'galinha'.

Nas demais línguas – Khîsêtjê, Kajkwakhrattxi e Gavião do Pará –, o antigo contraste entre os segmentos simples e preglotalizados foi perdido. Os dados da língua Gavião do Pará em 61 são representativos da fala dos Parkatêjê e provêm de Araújo (2016); os da língua Khîsêtjê foram fornecidos por Jamthô Suyá (comunicação pessoal, 2022–2023).

(61) Proto-Jê Setentrional (Nikulin & Salanova, 2022b)

- a. **-ʔkaprê* 'não cheio' > Khîsêtjê *-kahrâ* [-ka.hʔɾ], Gavião do Pará *-kapr̥y* [-ka.'pr̥]
- b. **caʔpr̥e* 'brasa, cinza' > Khîsêtjê *sahrâ* [sa.hʔɾ], Gavião do Pará *haprâ ~ aprâ* [ha'pɾɾ ~ a'pɾɾ]
- c. **-ʔkujate* 'empurrar, afastar' > Khîsêtjê *-kujathe* [-ku.ja.ʔhɛ], Gavião do Pará *-kujate* [-'ku.ja.'tɛ] 'mandar embora'
- d. **-ʔkaʔte* 'quebrar em pedaços' > Khîsêtjê *-kathe* [-ka.ʔhɛ], Gavião do Pará *-kate* [-ka.'tɛ]
- e. **kacuʔ* 'pilão' > Khîsêtjê *khaswa* [kʔa.swa], Gavião do Pará *kahuwa* [ka.'hu.wa]
- f. **aʔcuʔ* 'ariramba-de-cauda-ruiva' > Khîsêtjê *aswa* [a.swa], Gavião do Pará *ahuwa-re* [a.'hu.wa.'ɾɛ] 'bico-de-agulha'
- g. **jakop* 'seguir, rastrear' > Khîsêtjê *-jakháwá* [-ja.kʔɾwɛ], Gavião do Pará *-jakop* [-ja.'kɔp]
- h. **-ñỹ-ʔkop* 'unha da mão' > Khîsêtjê *-nhỹ-kháwá* [-ñĩ.kʔɾwɛ], Gavião do Pará *-jõ-kop* [-ʒõ.'kɔp]

CONCLUSÃO

Neste artigo, propôs-se uma possibilidade de análise para as sequências do tipo [ʔC], encontradas em algumas línguas Jê Setentrionais. Mostrou-se que é vantajoso analisá-las como realizações de segmentos de contorno, que podem ser reconstruídos para o Proto-Jê Setentrional: **ʔp*, **ʔt*, **ʔc*, **ʔk*, **ʔŋ*. O inventário dos segmentos preglotalizados foi ampliado nas línguas modernas graças a mecanismos tais como mudança sonora, empréstimo e formações onomatopaicas.

Já na protolíngua a preglotalização era realizada apenas após vogais curtas, sendo apagada nos demais ambientes por meio de uma regra de desglotalização. O processo de desglotalização é bloqueado após o prefixo de terceira pessoa absoluta, mas é inesperadamente desencadeado por alguns morfemas que terminam, sincronicamente, com uma vogal curta: **ku-* (terceira pessoa acusativa) e **amñĩ-* (prefixo reflexivo). Os segmentos preglotalizados podem afetar a escolha dos alomorfes de alguns afixos. Na língua Panhĩ, os fenômenos relativos à preglotalização apresentam um nível maior de complexidade morfofonológica devido à perda do antigo contraste de duração vocálica.

O padrão identificado é chamativo de um ponto de vista tipológico e areal. Embora sequências do tipo [ʔC] ocorram em diversas línguas sul-americanas na posição de ataque, sendo comumente analisadas como segmentos de contorno, em muitos casos é possível derivá-las de sequências subjacentes de consoantes simples e /ʔ/, revelando sua provável origem diacrônica. Por exemplo, na língua Iyojwa'aja' (ramo Chorote, família Mataguiaia), falada no norte da Argentina, os segmentos preglotalizados podem ocorrer no meio de morfemas, mas em fronteiras morfêmicas eles são claramente derivados de sequências bissegmentais por meio de um processo de metátese, como em *'not* /n+ʔot/ [ʔnɔt] 'peito de gente' (Carol, 2014, p. 77). Da mesma forma, na língua Kawaiwete (= Kayabi, família Tupi-Guarani, tronco Tupi), a maior parte das ocorrências de segmentos preglotalizados deve-se a um processo que funde codas simples com /ʔ/, como em *aka'ja* /akaj+ʔa/ [akaʔ'ja] 'taperebá', *tuku'ri* /tukut+ʔi/ [tukuʔ'ri] 'gafanhotinho'²⁵.

²⁵ Este processo foi originalmente identificado por Jensen (1984, p. 61) em duas línguas Tupi-Guarani e reconstruído para a respectiva protolíngua.

Nas línguas Jê Setentrionais, no entanto, não foram identificadas evidências que permitissem postular uma origem bissegmental para os segmentos preglotalizados. Neste sentido, elas assemelham-se à língua Mako (família Sáliba, tronco Jodí-Sáliba), falada na Amazônia venezuelana, que apresenta os fonemas /^ʔb/, /^ʔd/, /^ʔḍ/ (Rosés Labrada, 2015, pp. 178–194), e à língua Wayuunaiki (ramo Marítimo, família Aruak), falada na península de La Guajira na Venezuela e Colômbia, que apresenta os fonemas /^ʔw/, /^ʔj/, /^ʔr/, /^ʔj/ (Sabogal & Nikulin, em preparação). Essas são as únicas línguas sul-americanas das quais tenho conhecimento (além, é claro, das línguas Jê Setentrionais) em que os segmentos preglotalizados jamais decorrem de uma fusão de um segmento simples e /^ʔ/. O fato de os segmentos preglotalizados serem soantes ou vozeados nas línguas Mako e Wayuunaiki distancia-as das línguas Jê Setentrionais: os segmentos preglotalizados eram exclusivamente desvozeados em Proto-Jê Setentrional, e seus reflexos nas línguas-filhas são predominantemente realizados como desvozeados em sílabas tônicas (exceto os reflexos de */^ʔŋ/ e */^ʔc/). Desta maneira, os segmentos preglotalizados das línguas Jê Setentrionais são tipologicamente peculiares, e sua origem deve ser investigada em maior detalhe em futuros estudos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha gratidão a todos os falantes de línguas Jê Setentrionais que têm conversado comigo em suas línguas maternas, corrigido meus erros e respondido minhas inúmeras perguntas com muita paciência. Em particular, sou grato ao meu *inxūtūm* Ricardo Capêrkô Canela e a toda minha família Mēmōrtūmre, bem como a acadêmicos do curso de Educação Intercultural: Arlene Ribeiro Sansão, Dermivaldo Crôpej Canela, Elton Hiku Krahô, Jamthô Suyá, Juliana Pahĩc Krahô, Maurino Belizário Gavião, Sandra Crakwỳj Krahô e Silas Wôôcô Krahô. Agradeço, ainda, a Flávia de Castro Alves – editora associada responsável por este manuscrito – e a duas/dois pareceristas anônimas/os por uma leitura atenciosa do manuscrito e por suas sugestões e críticas, sempre relevantes. Uma versão anterior deste estudo foi apresentada no simpósio de fonologia do Amazônicas IX, em 5 de junho de 2023, em Bogotá, Colômbia; sou grato ao público por seus comentários. Quaisquer equívocos são de minha inteira responsabilidade.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, F. E. (2011). *Gramática pedagógica da língua Apinajé*. Editora da PUC-Goiás.
- Albuquerque, F. E. (2012a). *Dicionário escolar Apinayé: Panhĩ kapēr–kupē kapēr, Apinayé–português*. Editora da Faculdade de Letras/UFMG.
- Albuquerque, F. E. (2012b). *Mê ipê Krahô catêjê te amjĩ ton xà: arte e cultura do povo Krahô*. Núcleo Transdisciplinar de Pesquisas Literaterras da Faculdade de Letras/UFMG.
- Albuquerque, F. E. (2014a). *Ciências Krahô*. Pontes Editores.
- Albuquerque, F. E. (2014b). *Geografia Krahô: pjê kām ampo itajê nã carô*. Pontes Editores.
- Albuquerque, F. E., & Krahô, R. Y. (2016). *Gramática pedagógica Krahô*. Pontes Editores.
- Araújo, L. (2016). *Dicionário Parkatêjê–português*. Edição da autora.
- Belizário Gavião, P. (2017). Pyhcop cati ji pehxreh jjaarên. In E. Nazareno, & L. O. Dias. (Orgs.), *Coleção “Documentação de Saberes Indígenas na UFG”: povo indígena Pyhcop cati ji/Gavião* (Vol. 10, pp. 63–119). Editora da Imprensa Universitária.
- Browman, C. P., & Goldstein, L. (1989). Articulatory gestures as phonological units. *Phonology*, 6(2), 201–251. <https://doi.org/10.1017/S0952675700001019>

- Browman, C. P., & Goldstein, L. (1992). Articulatory phonology: an overview. *Phonetica*, 49(3–4), 155–180. <https://doi.org/10.1159/000261913>
- Cagliari, L. C. (2002). *Análise fonológica: introdução à teoria e à prática, com especial destaque para o modelo fonêmico*. Mercado de Letras.
- Callow, J. C. (1962). *The Apinayé language: phonology and grammar* [Tese de doutorado, University of London]. <http://www.etnolingustica.org/tese:callow-1962>
- Capêrkô Canela, R. (2023). *Mêmörtümre Catêjê Cuhtjy pyr xà: formação do corpo bom do povo Mêmörtümre Canela* [Projeto Extraescolar, Universidade Federal de Goiás]. <https://intercultural.letas.ufg.br/p/ultimospeedefendidos>
- Carol, J. (2014). Esbozo fonológico del chorote (mataguayo). *LIAMES: Línguas Indígenas Americanas*, 14(1), 73–103. <https://doi.org/10.20396/liames.v0i14.1521>
- Castro Alves, F. (1999). *Aspectos fonológicos do Apâniekrá (Jê)* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/D.8.1999.tde-27012023-120057>
- Castro Alves, F. (2004). *O Timbira falado pelos Canela Apâniekrá: uma contribuição aos estudos da morfossintaxe de uma língua Jê* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2004.325573>
- Castro Alves, F. (2010). Evolution of alignment in Timbira. *International Journal of American Linguistics*, 76(4), 439–475. <https://doi.org/10.1086/658054>
- Castro Alves, F., Nikulin, A., Koga, D. I. E., & Santos, V. A. P. B. (2021, dezembro). As construções reflexivas do Canela: sintaxe, semântica e diacronia. In *Seminário do Núcleo de Tipologia e Línguas Indígenas*, Universidade de Brasília, Brasília. <https://www.youtube.com/watch?v=IsCQOTLRPEg>
- Clements, G. N., & Hume, E. V. (1995). The internal organization of speech sounds. In J. A. Goldsmith (Ed.), *The Handbook of Phonological Theory* (pp. 245–306). Blackwell.
- Crocker, W. H. (1990). *The Canela (Eastern Timbira), I: an ethnographic introduction* (Smithsonian Contributions to Anthropology, n. 33). Smithsonian Institution Press. <https://doi.org/10.5479/si.00810223.33.1>
- Damulakis, G. N. (2010). *Fonologias de línguas Macro-Jê: uma análise comparativa via Teoria da Otimidade* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. <http://www.etnolingustica.org/tese:damulakis-2010>
- Estevam, A. M. (2011). *Morphosyntaxe du xavante, langue jê du Mato Grosso (Brésil)* [Tese de doutorado, Université Paris-Diderot (Paris 7)]. <http://www.etnolingustica.org/tese:estevam-2011>
- Gabas Jr., N. (2001). Linguística histórica. In F. Mussalim, & A. C. Bentes (Orgs.), *Introdução à linguística: domínios e fronteiras* (Vol. 1, pp. 77–103). Cortez Editora.
- Grupp, B. (2015). *Dicionário Canela: Canela–Português–Inglês, Português–Canela, Inglês–Canela* (2 ed. rev.). Missão Cristã Evangélica do Brasil.
- Ham, P., Waller, H., & Koopman, L. (1979). *Aspectos da língua Apinayé*. Sociedade Internacional de Linguística. <https://www.sil.org/resources/archives/16974>
- Jensen, Ch. J. S. (1984). *O desenvolvimento histórico da língua Wayampi*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas]. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.1984.51508>
- Ladeira, M. E. (Org.). (2006). *Me pajô a'xu: nossos frutos*. Centro de Trabalho Indigenista.
- Lapierre, M. (2023a). Two types of [NT]s in Panãra: evidence for temporally ordered subsegmental units. *Glossa: A Journal of General Linguistics*, 8(1), 1–42. <https://doi.org/10.16995/glossa.5739>
- Lapierre, M. (2023b). The phonology of Panãra: a prosodic analysis. *International Journal of American Linguistics*, 89(3), 333–356. <https://doi.org/10.1086/724988>
- McLeod, R., & Mitchell, V. (1977). *Aspectos da língua Xavante*. Summer Institute of Linguistics. <https://www.sil.org/resources/archives/75678>

- Miranda, M. G. (2014). *Morfologia e morfossintaxe da língua Krahô (família Jê, tronco Macro-Jê)* [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/jspui/handle/10482/17796>
- Miranda, M., & Sansò, A. (2019, setembro). Antipassive constructions in Jê languages: typological convergences and divergences. In *13th Conference of the Association for Linguistic Typology*, Università degli Studi di Pavia, Pavia. https://www.academia.edu/40235371/Antipassive_constructions_in_J%C3%AA_languages_typological_convergences_and_divergences
- Nazareno, E., & Dias, L. O. (Orgs.). (2017). *Coleção "Documentação de Saberes Indígenas na UFG": povo indígena Pyhcop cati ji/Gavião* (Vol. 10.). Editora da Imprensa Universitária. https://www.researchgate.net/publication/330986156_DOCUMENTACAO_DE_SABERES_INDIGENAS_VOL_X_POVO_INDIGENA_PYHCOP_CATI_JIGAVIAO
- Nikulin, A., & Salanova, A. P. (2019). Northern Jê verb morphology and the reconstruction of finiteness alternations. *International Journal of American Linguistics*, 85(4), 533–567. <https://doi.org/10.1086/704565>
- Nikulin, A. (2020). *Proto-Macro-Jê: um estudo reconstrutivo* [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/38893>
- Nikulin, A. (2021). Diminutivos em -j nas línguas Jê Setentrionais. *LIAMES: Línguas Indígenas Americanas*, 21, e021012. <https://doi.org/10.20396/liames.v21i00.8667210>
- Nikulin, A., & Salanova, A. P. (2022a). O enfraquecimento diacrônico de consoantes em Mëbêngôkre. In E. S. Oliveira, E. A. Vasconcelos, & R. D. Sanches (Orgs.), *Estudos linguísticos na Amazônia* (Vol. 2, pp. 121–143). Pontes Editores.
- Nikulin, A., & Salanova, A. P. (2022b, agosto 10). A lexical reconstruction of Proto-Northern Jê [Academia.edu]. https://www.academia.edu/84404903/A_lexical_reconstruction_of_Proto_Northern_J%C3%AA_Nikulin_and_Salanova
- Nikulin, A., & Capêrkô Canela, R. (2024). Tu vai ... ele: uma observação sobre os verbos *cu-* na fala dos Mëmörtümre. *LIAMES—Línguas Indígenas Americanas*, 24, e024009. <https://doi.org/10.20396/liames.v24i00.8675080>
- Nonato, R. (2014). *Clause chaining, switch reference and coordination* [Tese de doutorado, Massachusetts Institute of Technology]. <https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/87499>
- Oliveira, C. C. (2005). *The language of the Apinajé people of Central Brazil* [Tese de doutorado, University of Oregon]. <http://www.etnolinguistica.org/tese:oliveira-2005>
- Oliveira, C. C. (Org.). (2013). *Pyhcop cati ji jô'amjôhquêhn*. CEGRAF.
- Pöcuhtô Krahô, T. (2020). *Tep mē têêre*. Pachamama. <https://alfabecantar.com.br/tep-me-teere/>
- Popjes, J., & Popjes, J. (1971). *Phonemic statement of Canela* (Arquivo Linguístico, n. 112). Summer Institute of Linguistics. <https://www.sil.org/resources/archives/41498>
- Popjes, J., & Popjes, J. (1986). Canela–Krahô. In D. C. Derbyshire, & G. K. Pullum (Eds.), *Handbook of Amazonian Languages* (Vol. 1, pp. 128–199). De Gruyter Mouton.
- Pries, S. (2008). *Dicionário Gavião–Krikati* [Manuscrito não publicado].
- Reis Silva, M. A. (2001). *Pronomes, ordem e ergatividade em Mebengokre (Kayapó)* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas]. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2001.290974>
- Ribeiro Apinajé, J. K. (2019). *Mê ixpaxà mê ixâhpumunh mê uxujahkrexà: Território, saberes e ancestralidade nos processos de educação escolar Panhĩ* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás]. <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11500>
- Ribeiro Silva, N., Galucio, A. V. M., & Ferreira, M. N. O. (2018). Expression of the third person in the Parkatêjê language. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, (42), 202–242. <https://doi.org/10.20396/il.v42i42.8661577>
- Ribeiro Silva, N. (2020). *Reconstrução fonológica do Proto-Timbira* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará].

- Rodrigues, A. D. (2000). Flexão relacional no tronco linguístico Macro-Jê. *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, 25, 219–231. <http://www.etnolingustica.org/biblio:rodrigues-2000-flexao>
- Rosés Labrada, J. E. (2015). *The Mako language: vitality, grammar and classification* [Tese de doutorado, University of Western Ontario, Université Lumière–Lyon 2]. <https://ir.lib.uwo.ca/etd/2851>
- Sá, R. M. (2000). *Análise fonológica preliminar do Pykobyê* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. <http://www.etnolingustica.org/tese:sa-1999>
- Sá Amado, R. (2004a). A grafia uniformizada: uma conquista dos povos Timbira. *Linha d'Água*, (17), 65–75. <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v0i17p65-75>
- Sá Amado, R. (2004b). *Aspectos morfofonológicos do Gavião-Pykobjê* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2004.tde-22122022-152709>
- Sabogal, A. & Nikulin, A. (Em preparação). *A phonological reconstruction of Proto-Lokono–Guajiro*. Manuscrito.
- Salanova, A. P. (2001). *A nasalidade em Mebengokre e Apinayé: o limite do vozeamento soante* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas]. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP2001.253075>
- Salanova, A. P. (2011). A flexão de terceira pessoa nas línguas Jê. *LIAMES–Línguas Indígenas Americanas*, 11(1), 75–114. <https://doi.org/10.20396/liames.v0i11.1497>
- Shih, S. S., & Inkelas, S. (2019). Subsegments and the emergence of segments. *Proceedings of the Linguistic Society of America*, 4(37), 1–8. <https://doi.org/10.3765/plsa.v4i1.4541>
- Stanton, J. (2018). Environmental shielding is contrast preservation. *Phonology*, 35(1), 39–78. <https://doi.org/10.1017/S0952675717000379>
- Steriadé, D. (1993). Closure, release and nasal contours. In M. K. Huffman, & R. A. Krakow (Orgs.), *Phonetics and phonology. Nasals, nasalization, and the velum* (Vol. 5, pp. 401–470). Academic Press. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-360380-7.50018-1>
- Steriadé, D. (1994). Complex onsets as single segments: the Mazateco pattern. In J. S. Cole, & C. Kisseberth (Eds.), *Perspectives in phonology* (pp. 203–291). CSLI Publications. https://www.researchgate.net/publication/243771246_Complex_onsets_as_single_segments_the_Mazateco_pattern
- Têrkwyj Krahô, J. (2020). *Pjêcre haahê kām ihcuhhê jō amji kīn mē panquêtjê jūjarēn xà*. Pachamama. <https://alfabecantar.com.br/pjcre-haahe-kam-ihcuhhe-jo-amji-kin-me-panquetje-jujaren-xa>
- Wetzels, W. L., & Nevins, A. (2018). Prenasalized and postoralized consonants: The diverse functions of enhancement. *Language*, 94(4), 834–866. <https://doi.org/10.1353/lan.2018.0055>
- Xôhtyc Krahô, E. (2020). *Pār kô kām pryre mē pryre jara*. Pachamama. <https://alfabecantar.com.br/par-ko-kam-pryre-m-pryre-jar/>

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AVALIAÇÃO POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.

'Agora é nós por nós': quilombolas do Pará nas candidaturas coletivas e para além das eleições

'Now it's us for us': quilombolas of Pará in collective candidacies and beyond the elections

José Carlos Guerreiro Galiza^I  | Ana Léia Moraes^I  | Benjamin Kantner^{II}  | Rodrigo Peixoto^I 

^IUniversidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil

^{II}University of California, Los Angeles. Los Angeles, California, Estados Unidos

Resumo: O movimento quilombola no Pará, organizado no Coletivo Ubuntu para as eleições de 2022, lançou candidaturas coletivas com o lema 'Agora é nós por nós', para os parlamentos federal e estadual. No Pará, existem 527 comunidades quilombolas, a maioria não titulada e vinculada a políticos clientelistas, muitas delas representadas pela Coordenação Estadual das Associações de Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará, a Malungu, de onde brotou o Coletivo Ubuntu. Para além da necessária formação política nas comunidades, o movimento considera importante conquistar legitimidade e votos nas cidades e em setores sociais ligados ao debate progressista que se refere à luta antirracista e à defesa da natureza. Segundo representantes do movimento, a conquista de voz própria na política demanda planejamento e obtenção de recursos. O artigo realiza uma etnografia da campanha eleitoral de 2022, veiculando opiniões de quilombolas envolvidos no processo, e também de quilombolas que não chegaram a se envolver em virtude de limites na estrutura da campanha, buscando endereçar problemas e contribuir com discussão corrente no seio do movimento. Os mapas elaborados conforme demanda do movimento para servir como ferramenta analítica para próximas eleições expressam essa intenção.

Palavras-chave: Candidaturas coletivas quilombolas. Movimento quilombola no Pará. Etnografia política. Clientelismo. Coletivo Ubuntu. Políticas afirmativas.

Abstract: The *quilombola* movement in Pará, organized under the Ubuntu Collective for the 2022 elections, launched collective candidacies with the motto 'Agora é nós por nós' ('Now it's us for us'), for both federal and state parliaments. In Pará there are 527 *quilombola* communities, most of which untitled and are linked to clientelistic politicians, many of them represented by the Malungu, the State Coordination of Associations of Quilombo Remnant Communities of Pará, from which the Ubuntu Collective emerged. Beyond the necessary political education within the communities, the *quilombola* movement considers it important to gain legitimacy and votes in cities and in the cities and among social sectors linked to the progressive debate on anti-racist struggle and environmental defense. According to movement representatives, gaining your own political voice requires planning and securing resources. This article conducts an ethnography of the 2022 electoral campaign, conveying the opinions of *quilombolas* involved in the process, and also of *quilombolas* who did not participate due to the limitations of the campaign structure, seeking to address problems and contribute to current discussion within the movement. The maps created at the movement's request, designed as analytical tools for future elections, reflect this elections.

Keywords: *Quilombola* collective candidacies. *Quilombola* movement in Pará. Political ethnography. Clientelism. Ubuntu Collective. Affirmative action policies.

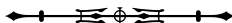
Galiza, J. C. G., Moraes, A. L., Kantner, B., & Peixoto, R. (2025). 'Agora é nós por nós': quilombolas do Pará nas candidaturas coletivas e para além das eleições. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 20(1), e20230101. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2023-0101.

Autor para correspondência: Rodrigo Peixoto. Universidade Federal do Pará. Rua Augusto Corrêa, 01. Belém, PA, Brasil. CEP 66075-110 (rodrigopeixoto1810@gmail.com).

Recebido em 04/12/2023

Aprovado em 04/09/2024

Responsabilidade editorial: Jimena Felipe Beltrão



INTRODUÇÃO

O movimento quilombola no Pará, organizado no Coletivo Ubuntu para as eleições de 2022, se lançou em candidaturas quilombolas coletivas com o lema 'Agora é nós por nós'. As candidaturas foram para os parlamentos federal e estadual. O evento de lançamento aconteceu na comunidade de Itacoã-Miri, situada no município do Acará, a meia hora de barco do porto da Palha, um lugar de presença negra em Belém (Kantner & Peixoto, 2023). Essa proximidade facilita interações com a cidade, algo que as comunidades quilombolas querem desenvolver. Historicamente, o porto da Palha é um lugar de venda de produtos e passagem de quilombolas que adentram o continente. Mais do que apenas um lugar de passagem, ocupar parte dos seus trapiches de maneira permanente faz sentido para a identidade da Belém ribeirinha e para uma melhor interação dos quilombolas com a cidade. A afirmação de territórios na cidade e o reconhecimento dos quilombolas pela população urbana faz sentido eleitoralmente e para além das eleições.

O modo de vida quilombola se vincula à defesa do meio ambiente. Esta realidade amplamente difundida e tornada imagem social reconhecida potencializa politicamente as candidaturas quilombolas, avalia o Coletivo Ubuntu, nome dado em alusão à filosofia africana cujo significado se relaciona à valorização da humanidade do Outro. Isso faz contraponto à destruição de natureza e comunidades que se verifica na Amazônia, processo contra o qual os quilombolas lutam. O Coletivo considera a necessidade estratégica de trabalhar a dimensão discursiva da realidade

(Foucault, 2002), representação cultural a ser construída pela comunicação social do movimento, instância a ser fortalecida para fazer valer o poder do discurso à afirmação da identidade social do grupo, com base na realidade factual, aliás.

As próximas campanhas eleitorais precisam ganhar mais planejamento, mais publicidade, mais visibilidade e mais estrutura, inclusive meios financeiros para os/as candidatos/as alcançarem todas as regiões do grande estado do Pará, conforme análise do Coletivo. Nas eleições de 2022, a campanha não conseguiu chegar em muitos municípios, cujos eleitores não conseguiram conhecer as propostas das chapas coletivas. Os mapas de votação apresentados mais adiante neste artigo mostram essa circunstância.

Atrair apoios à causa quilombola nos territórios e nas cidades significa um alargamento das políticas afirmativas universitárias que estão na raiz do 'Agora é nós por nós'. As lideranças quilombolas estão na universidade em cursos de graduação e pós-graduação. Os quilombolas estão nas comunidades, nas cidades e na universidade, transitando entre fronteiras e produzindo conhecimentos situados, mediante a pesquisa-ação (Selister-Gomes et al., 2019). Destes entre-lugares (Bhabha, 1998)¹ que ocupam, os quilombolas projetam 'ir pra dentro' da política e das instituições.

As candidaturas coletivas ainda não estão plenamente regulamentadas por lei, mas, desde 2016, vêm crescendo em todo o país, puxadas por coletivos negros, feministas, LGBTQI+, indígenas e quilombolas, ou seja, por grupos historicamente marginalizados social

¹ Em "O local da cultura", Bhabha (1998) fala de locais de cultura e de hibridismos, em categorias como entre-tempos, identidade intervalar, vidas duplas e entre-lugares. A enunciação da cultura destes entre-lugares forma sujeitos na diferença – dada por raça, gênero, classe e outros marcadores de opressão – e permite formular assimetrias, bem como estratégias de representação própria e conquista de poder. No 'entre-lugar', o sujeito se situa na possibilidade de nomear a violência, confrontar a sua história e propor o encontro e a solidariedade contra a sua marginalização em um lugar fixo pré-determinado. No 'entre-lugar' – no duplo entre comunidade e universidade, por exemplo – o sujeito tem a possibilidade de se encontrar em uma fértil identidade intervalar, de onde critica a realidade, negocia contradições e articula saberes e mudanças. Dessa posição, o sujeito encontra condições de narrar sua vida, biografar-se e, então, produzir novas epistemologias, afirmando sua humanidade e historicidade.

e politicamente². O antirracismo, o antissexismo e a luta por direitos são agendas destes coletivos. Em junho de 2022, a Coalizão Negra por Direitos realizou um grande evento, denominado “Quilombo nos Parlamentos”, que reuniu mais de uma centena de pré-candidatos de todo o país (C. Silva, 2022).

Os coletivos quilombolas no Pará utilizam o lema ‘com racismo ambiental não há justiça climática’ e integram esse amplo movimento em favor de outra ética, outra lógica, outra estética e outras agendas na política. Estando na Amazônia, estão focados na questão ambiental, na relação campo/cidade, no problema das mudanças climáticas e na necessidade de se internacionalizar. Resistir à destruição da natureza e das comunidades é agenda mundial. A reunião da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30) será realizada aqui em Belém, em 2025. As lideranças quilombolas consideram importante o movimento se preparar para esse grande evento e se projetar nacional e internacionalmente.

Fato novo na política eleitoral, as candidaturas coletivas têm produzido no Brasil, desde as primeiras experiências em 2016, uma “. . . espécie de ‘reencantamento’ e ‘reapaixonamento’ pela política. . .” (Campos & Matos, 2023, p. 23). É preocupação estratégica tornar os quilombolas do Pará e os valores que praticam socialmente reconhecidos para a transformação do convencional sistema de representação política. Os quilombolas mantêm uma relação amorosa com a natureza e lutam contra o

racismo ambiental. Como disseminar esses valores e encantar eleitores nos territórios, na cidade e na universidade? Esse reconhecimento social e o enfrentamento do clientelismo³ – mecanismo que atrela as comunidades a políticos com acesso a recursos públicos, usados como moeda de troca pelo voto –, mediante esforços de formação política nos territórios, são necessários para os quilombolas conquistarem nas próximas eleições o sucesso eleitoral que não obtiveram em 2022. Estes aprendizados apareceram nas avaliações feitas pelos coletivos.

A propósito do clientelismo que retira votos dos candidatos quilombolas nas próprias comunidades – fato que pode ser entendido, de acordo com a interpretação feita por Carvalho (2012) no prefácio à 7ª edição da obra de Leal (2012), como um ‘falseamento da representação’, e, portanto, da democracia –, uma necessidade considerada pelo movimento e especialmente pelo Coletivo Ubuntu está na melhoria da educação quilombola e no reforço da formação política nas comunidades. Para que quilombolas votem em candidatos quilombolas, a educação como instrumento de emancipação política e de efetiva democratização, como defendem Leal (2012) e Carvalho (2012), precisa vir acompanhada da conquista da cidadania, a qual, por sua vez, depende de políticas públicas que retirem as comunidades da situação de carência e dependência. Para as comunidades quilombolas escolherem representantes vinculados às suas necessidades e causas, escapando, assim, do falseamento da representação, é preciso que os candidatos quilombolas

² Matéria jornalística (Gabriel, 2023) mostra como o tema das candidaturas coletivas divide esquerda e direita no Congresso Nacional. O título enuncia: “Câmara aprova veto a candidaturas coletivas em revés da esquerda na reforma eleitoral”. E desenvolve a notícia: “Dispositivo foi colocado em projeto pelo PL; texto aprovado ainda vai ao Senado. A oposição conseguiu emplacar um dispositivo na chamada minirreforma eleitoral para vedar as candidaturas coletivas nas eleições, em uma vitória sobre a base do presidente Lula (PT) e os partidos de esquerda. O texto final da minirreforma foi aprovado pela Câmara nesta quinta-feira (14) e seguirá para o Senado. . . Inicialmente, o relatório do deputado Rubens Pereira Jr. (PT-MA) previa a regularização das candidaturas coletivas. . . A vedação foi defendida no plenário por deputados de direita e da oposição, e defendida pela esquerda, espectro político que se utiliza destas candidaturas”.

³ Kuschnir (2007, p. 164), discutindo abordagens antropológicas da política, considera que “A política é entendida, aqui, principalmente como um meio de acesso aos recursos públicos, no qual o político atua como mediador entre comunidades locais e diversos níveis de poder. Esse fluxo de trocas é regulado pelas obrigações de dar, receber e retribuir, o que o antropólogo Marcel Mauss (1974 [1924]) chamou de ‘lógica da dádiva’, e cujo princípio fundamental está no comprometimento social daqueles que trocam para além das coisas trocadas”.

realizem a ponte entre políticas públicas estatais e as necessidades das comunidades, levando eles mesmos benefícios aos territórios e subvertendo a lógica perversa do clientelismo, mediante uma reciprocidade interna e orgânica aos territórios e ao movimento. Para tanto, recursos para promover políticas públicas específicas para comunidades quilombolas precisam estar disponíveis nos orçamentos públicos, e especialmente nos planos plurianuais (PPA) do governo federal, objetivo pelo qual o movimento vem pelejando em escala nacional.

No texto que segue, estratégias, território, territorialidades e legislações serão considerados, inclusive o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal (CF) de 1988 (Brasil, 1988), instrumento que respalda juridicamente a formalização de territórios quilombolas. O artigo considera como as comunidades lutam para prosperar com seus bem viveres, que incluem o protagonismo da mulher quilombola. A abordagem trata das candidaturas coletivas como um alargamento das políticas de ação afirmativa e discute a estratégia de ocupação de espaços institucionais, que o Coletivo Ubuntu chama de 'ir pra dentro', aproveitando questões levantadas por avaliações realizadas por integrantes do Coletivo, em conversas, reuniões e também em uma sessão da disciplina "Quilombolas nos territórios, na universidade, na cidade e na política: dando significado à filosofia Ubuntu", que reuniu discentes quilombolas cursando graduação e pós-graduação na Universidade Federal do Pará (UFPA).

O movimento quilombola reflete e age para que a Amazônia – natureza e cultura, sem a separação dicotômica feita pela chamada razão ocidental – não continue a ser destruída em função do lucro a qualquer preço. O grande capital na Amazônia pratica a lógica colonial de extração

predatória de recursos naturais e extermínio dos povos da floresta. Essa lógica persistente e nefasta é o que se denomina 'colonialidade do poder' (Quijano, 2002). Uma questão que o artigo discute é: as candidaturas quilombolas coletivas vêm para descolonizar a política também do patriarcalismo? Essa questão foi colocada por mulheres quilombolas que participaram do processo eleitoral.

Garantir o modo de vida quilombola, que enfrenta presentemente processos de colonização, efetivar a regularização e demarcação dos territórios, para assegurar sua integralidade, esses são projetos para agora e para além das eleições. Os quilombolas enfrentam o racismo ambiental e a ação destruidora do Capitaloceno⁴. Conquistar reconhecimento social para esta realidade e efetivar eleitoralmente esse capital político é agenda do movimento. O sentido deste artigo é devolver ao movimento quilombola uma análise da experiência da campanha eleitoral de 2022, e para tanto o texto mapeia os votos dos candidatos quilombolas nos municípios do estado do Pará.

MAPEANDO OS VOTOS DOS/AS CANDIDATOS/AS QUILOMBOLAS NAS ELEIÇÕES DE 2022

Para mapear os votos dos/as candidatos/as quilombolas nas eleições de 2022, utilizou-se uma metodologia que combinou dados oficiais de acesso público do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para complementar as observações dos/as candidatos/as que participaram das campanhas, em graus variados. Com os dados eleitorais e populacionais, em nível municipal, apresentados por estas fontes, foi possível construir uma cartografia político-eleitoral dos resultados obtidos pelas candidaturas quilombolas no estado do Pará.

⁴ A palavra 'Capitaloceno' expressa uma interpretação crítica do Antropoceno, termo que designa a época geológica em que vivemos, caracterizada pelas mudanças climáticas, pela redução da biodiversidade e pela ação humana deletéria sobre os ecossistemas, a ponto de causar alterações na geomorfologia do planeta (Pulido, 2018). A tese do Capitaloceno defende que as causas dessas transformações não podem ser atribuídas à humanidade como um todo, dado que a responsabilidade por estes fenômenos é devida principalmente ao consumo dos mais abastados e à lógica destrutiva/criativa do capitalismo, enquanto os menos favorecidos sofrem de forma drástica os seus efeitos.

Este recurso da geografia política se destina a informar principalmente o movimento quilombola do Pará, que pode, assim, visualizar espacialmente os resultados, aprofundar análises, distinguir os porquês de êxitos e limites, e, enfim, traçar estratégias para experiências futuras.

Esta intenção de servir ao movimento, oferecendo uma base de informação cartográfica para análise e formulação de estratégias, segue Escobar (1992) e Smith (1999), entre outros/as autores/as, nos seus apelos para reorientar as metodologias de investigação e a própria Antropologia para os anseios e objetivos das comunidades e dos movimentos sociais, anteriormente vistos pela academia de forma distanciada, como meros objetos de investigação. Os mapas expressam, assim, a intenção de produzir um conhecimento engajado, alimentando a fértil aliança entre academia, movimento social e comunidade. Metodologicamente, é importante dizer que os mapas foram elaborados com a participação dos candidatos quilombolas nas chapas coletivas e com dados disponibilizados pelo TSE (2023), que forneceu estatísticas do eleitorado por município e zona eleitoral. Além das informações estatísticas, os/as autores/as, de maio a outubro de 2022, utilizaram informações qualitativas por via da observação participante, metodologia posta em prática em diversos eventos e reuniões do movimento quilombola, e particularmente do Coletivo Ubuntu, o que permitiu efetuar uma etnografia do processo.

Ainda com relação à metodologia, os autores registraram entrevistas com os candidatos, que depois foram transcritas e utilizadas no artigo, considerando temas relevantes para o próprio movimento e o Coletivo Ubuntu, tais como o protagonismo da mulher quilombola, a formação política nas comunidades e a tendência de voto nelas, considerando a questão

‘quilombola vota em quilombola?’, e, relacionado a ela, o problema do clientelismo, uma vez que muitas vezes isso não acontece. Assim, em virtude da etnografia realizada, o artigo se estruturou em tópicos que refletem as preocupações e os anseios do movimento e do coletivo, já que a preocupação dos autores foi a de devolver uma contribuição crítica construtiva. Vale acrescentar que entrevistas foram também realizadas nas comunidades com quilombolas que não participavam das chapas coletivas e até as desconheciam, o que sugere a pouca penetração do Coletivo Ubuntu nas comunidades e a necessidade de realizar formação política nelas. Como resultado, os mapas fornecem visualizações importantes acerca da localização dos quilombolas no estado e sobre onde as campanhas das chapas coletivas lograram ou não êxito. A base técnica que esta cartografia cria pode contribuir para o sucesso das próximas campanhas, este é o objetivo dos mapas eleitorais apresentados nas Figuras 1 a 3. O mapeamento enseja reflexões, ao mostrar lacunas geográficas da campanha e possibilitar para o futuro um planejamento político-eleitoral mais eficiente.

Os mapas objetivam proporcionar uma análise dos resultados das votações das chapas coletivas em 2022, sua distribuição heterogênea em regiões do estado e as razões para isso, em contraponto com o potencial eleitoral quilombola, mostrando esta população nos municípios do estado do Pará, considerando, inclusive, o conceito de “localidades quilombolas”, conforme o Censo 2022 (IBGE, 2023b)⁵. Aqui, o artigo ensaia essa análise, a ser aprofundada e refinada pelo Coletivo Ubuntu e o movimento quilombola.

No Pará, existem 527 comunidades (Comunidades Quilombolas no Pará, s.d.) e, conforme estimativa dos/as candidatos/as, cerca de 40.000 eleitores quilombolas, muitos ainda vinculados a políticos clientelistas.

⁵ De acordo com o IBGE (2023a), ‘localidade quilombola’ é assim definida: “Definiram-se como localidades quilombolas aquelas que compõem o conjunto dos Territórios Quilombolas oficialmente delimitados, dos agrupamentos quilombolas e das demais áreas de conhecida ou potencial ocupação quilombola”.

As associações comunitárias são representadas pela Coordenação Estadual das Associações de Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (Malungu), de onde veio o Coletivo Ubuntu. A Malungu, por sua vez, é no Pará o braço da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). O clientelismo – considerado aqui como uma troca assimétrica realizada entre políticos não vinculados às necessidades e aos anseios de comunidades e famílias carentes, que, ao receber favores, se sentem moralmente endividadas – é uma prática a ser enfrentada pelo movimento, dado que impede a realização do potencial político eleitoral do povo quilombola. A votação das chapas coletivas mostradas nos

mapas acima expressa o atrelamento das comunidades a essa lógica que as deixa dependentes de políticos alheios à causa quilombola.

Transformar essa realidade que caracteriza a política local, criando uma lógica alternativa de reciprocidade, orgânica aos anseios e lutas coletivos das comunidades quilombolas e amparada em direitos e políticas públicas, será uma empreitada complexa para o movimento, algo que equivaleria a uma pequena revolução. Palmeira (2004, p. 144) discute a questão do clientelismo numa perspectiva etnográfica sobre eleições municipais, argumentando que “A confiança do eleitor num político passa pela sua capacidade de prestar favores, de dar assistência, de

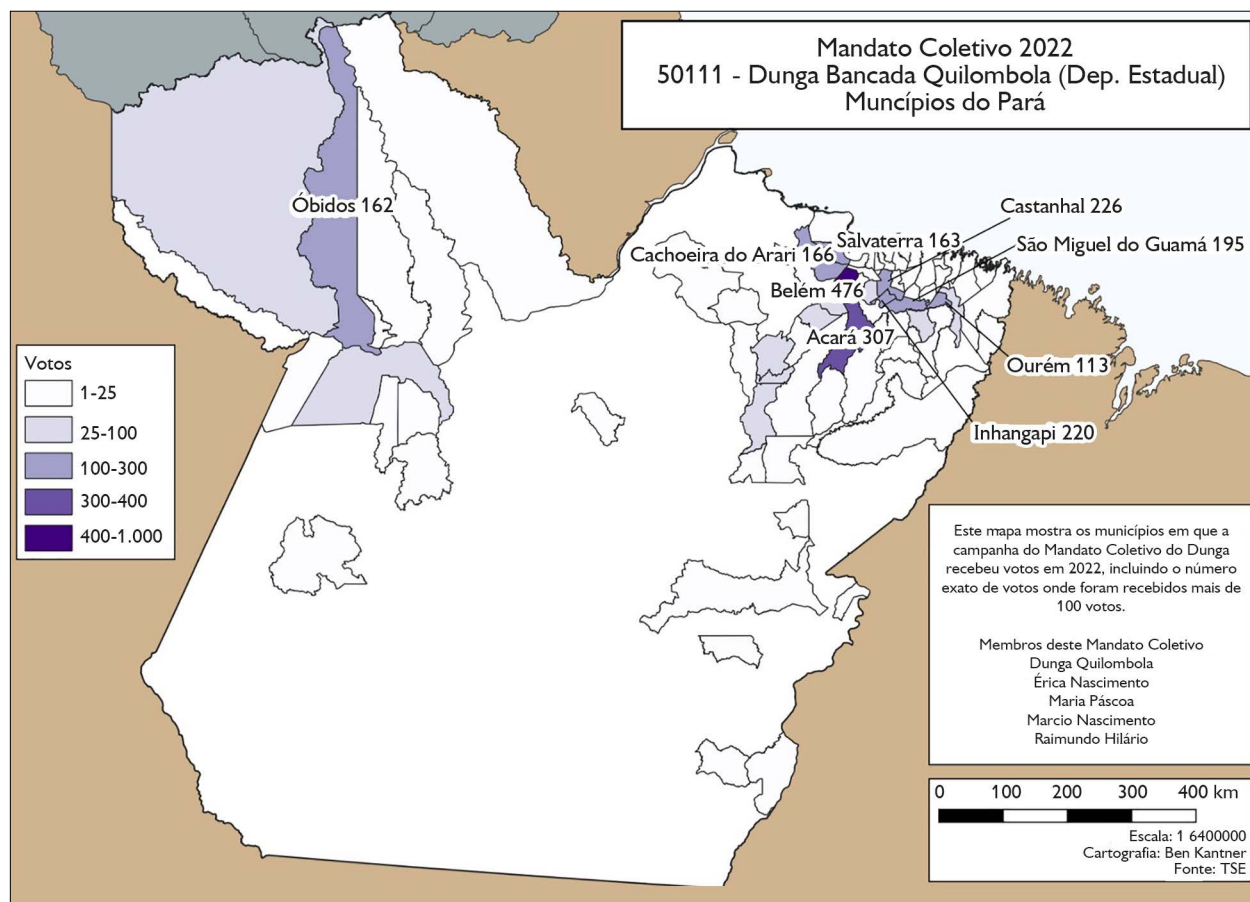


Figura 1. Votação da chapa quilombola coletiva para o parlamento estadual. O mapa mostra os municípios em que a campanha do Mandato Coletivo do Dunga recebeu votos em 2022, incluindo o número exato de votos onde foram recebidos mais de 100 votos. Membros deste mandato coletivo: Dunga Quilombola, Érica Nascimento, Maria Páscoa, Marcio Nascimento e Raimundo Hilário. Mapa: B. Kantner (2023).

beneficiar a comunidade". Sem o cumprimento deste requisito essencial, o esforço de criar consciência política e dar sentido 'ideológico' ao voto resultaria inócuo:

Um exemplo disso são os maus resultados das tentativas de políticos de esquerda ou organizações civis ou religiosas de, diante da "compra de votos", apelarem à consciência do eleitor, instando-o a não se deixar corromper ou, mais complicado ainda, sugerirem a este mesmo eleitor que, dada a carência material em que vive, aceite o dinheiro ou a cesta de alimentos e, na cabine eleitoral, vote de acordo com suas convicções. Se o apelo primeiro não costuma ser muito ouvido, a sugestão última acaba garantindo o voto no candidato que "compra votos": que convicção maior do que o imperativo moral internalizado de dar seu voto, e votando ser fiel e retribuir, a quem lhe ajuda? (Palmeira, 2004, p. 143).

Além do clientelismo, existem outras razões para explicar essa votação desproporcional ao potencial político eleitoral quilombola. A cartografia pode contribuir para entender a distribuição dos votos quilombolas no estado e dotar o planejamento das próximas campanhas de uma base analítica mais técnica. Esse é o objetivo desta seção. Assim, para iniciar uma análise que poderá ser posteriormente aprofundada com outros dados e informações, é importante considerar o mapa que mostra os votos da chapa quilombola coletiva ao Congresso Nacional (Figura 2). Nele, é possível ver que a votação no oeste do Pará foi relativamente significativa, com um quantitativo de votos relevante em Santarém e outros municípios da região. A que se deve essa

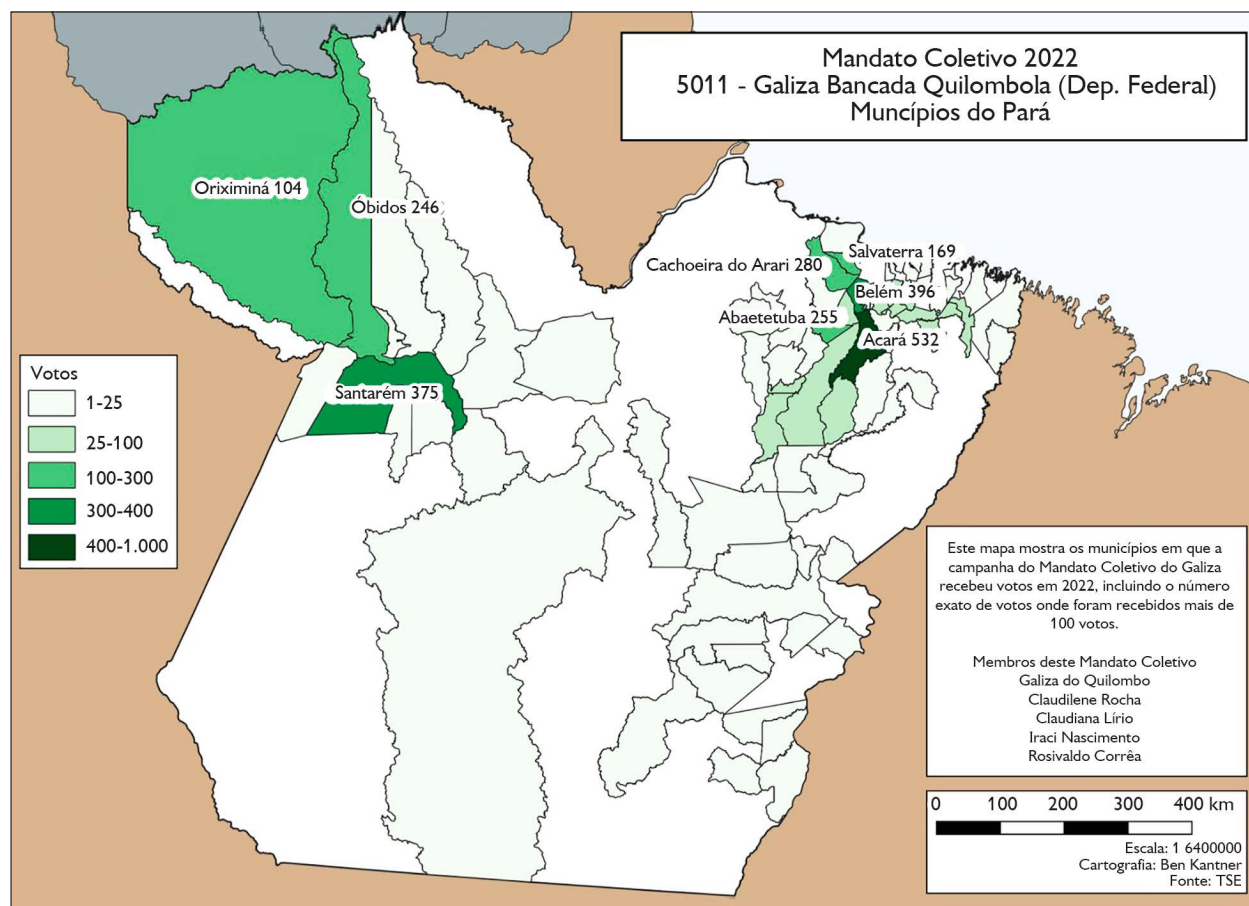


Figura 2. Votação da chapa quilombola coletiva para o parlamento federal. O mapa mostra os municípios em que a campanha do Mandato Coletivo do Galiza recebeu votos em 2022, incluindo o número exato de votos onde foram recebidos mais de 100 votos. Membros deste mandato coletivo: Galiza do Quilombo, Claudilene Rocha, Claudiana Lírio, Iraci Nascimento e Rosivaldo Corrêa. Mapa: B. Kantner (2023).

votação no oeste do Pará? De forma mais ampla, pode-se indagar: quais as razões para votações mais ou menos significativas nas várias regiões e nos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios do vasto estado do Pará, conforme o mapa (Figura 3) que mostra a população de cada município?

Respostas para essas questões envolvem desde problemas estruturais até o perfil dos/as candidatos/as e o apelo eleitoral que eles/as exercem junto aos eleitores. Mas a primeira grande dificuldade a enfrentar é, sem dúvida, a falta de meios para estruturar e viabilizar campanhas quilombolas vitoriosas nesse grande território. Como afirma uma liderança (comunicação pessoal, 2023):

Estrutura é uma questão fundamental em um estado tão grande como o Pará. Você precisa fazer uma pré-campanha, mas se já na campanha não tem recursos, muito menos na pré-campanha, para fazer ela volumosa, para conversar em cada comunidade. É muito complicado se deslocar, às vezes você precisa de um carro traçado, de um barco e até de um avião para chegar na localidade.

Ou seja, para realizar uma campanha 'volumosa', é necessário um investimento financeiro com o qual as candidaturas quilombolas por ora não contam. Uma estratégia de levantamento de fundos específicos para mobilizar campanhas políticas poderia contribuir para enfrentar essa limitação, conclui a liderança.

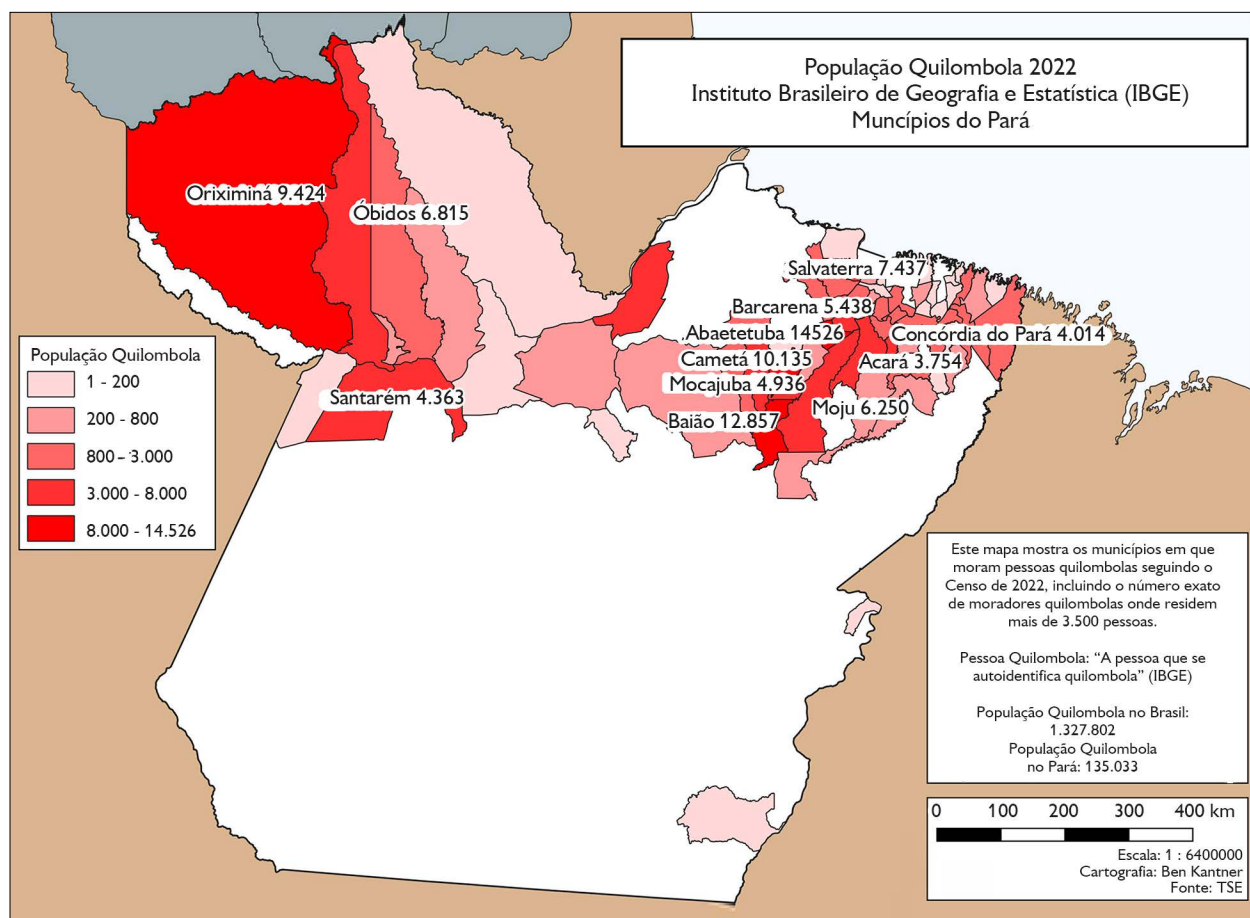


Figura 3. População quilombola nos municípios do estado do Pará. O mapa mostra os municípios onde moram pessoas quilombolas, conforme o Censo de 2022, incluindo o número exato de moradores quilombolas onde residem mais de 3.500 quilombolas, de acordo com o critério: "A pessoa que se autoidentifica quilombola". Ainda segundo o IBGE, a população quilombola no Brasil soma 1.327.802 pessoas, e a população quilombola no Pará, 135.033 pessoas. Mapa: IBGE (2023b).

Em relação à falta de meios para estruturar a campanha quilombola, cabe considerar que, na pré-campanha, os candidatos na chapa coletiva precisaram usar recursos próprios, aliás bastante limitados, e já na campanha, quando a chapa estava vinculada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), as candidaturas quilombolas tiveram proporcionalmente menos recursos do que outras candidaturas do mesmo partido, conforme informações do banco de dados do TSE (TSE, 2025). O montante de dinheiro recebido pelos cabeças de chapa (o TSE considera formalmente apenas o cabeça de chapa nas candidaturas coletivas) para deputado federal e estadual representou, respectivamente, R\$ 159.491,59 (6ª posição, entre 13 candidatos, com 3,56% do montante para deputados federais) e R\$ 23.020,56 (12ª posição, entre 22 candidatos, com 1,59% do montante para deputados estaduais), de onde se pode talvez inferir que, por razões de estratégia política e de apoio a candidatos supostamente com mais condições de 'puxar votos', as candidaturas quilombolas não foram realmente priorizadas pelo PSOL, conforme reclamação dos próprios candidatos (Anexo 1).

Ainda relacionada à falta de estrutura, a mobilização para as eleições de 2022 começou sem a antecedência necessária, conforme considera o candidato 'cabeça de chapa' ao parlamento federal (comunicação pessoal, 2023): "a gente começou muito tarde, em cima da hora. Noventa dias de campanha oficial é muito pouco". Para dar

consistência à campanha, é preciso que os/as candidatos/as escolhidos/as, além de serem representativos da causa quilombola nas regiões em que atuam, tenham tempo para trabalhar eleitoralmente. A votação relativamente expressiva na região oeste do Pará para deputado federal deveu-se ao fato de o cabeça de chapa ter ido pessoalmente a Santarém e Óbidos para conversar com cada uma das lideranças locais e em cada uma das comunidades desses municípios. "Isso fez uma diferença e ajudou que a gente tivesse uma votação maior", afirma ele (comunicação pessoal, 2023). Além disso, em Óbidos, o cabeça de chapa pediu ajuda à Comissão Pro-Índio (CPI-SP)⁶, que tem uma representação e trabalhos muito relevantes no município.

O estabelecimento de alianças e principalmente a efetivação prática delas poderia contribuir muito para dar consistência e volume às campanhas eleitorais quilombolas. O Coletivo Ubuntu lançou o grito 'Agora é nós por nós' em aliança com os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (POTMA). Contudo, a chapa quilombola coletiva a deputado federal obteve, em 2022, 80 votos em Ananindeua, município da Região Metropolitana de Belém (RMB), com cerca de 525.000 habitantes. Ao cabeça de chapa foi possível visitar apenas dois terreiros de religião de matriz afro-brasileira. Faltaram meios financeiros e uma rede mais extensa de apoio e envolvimento para mobilizar os mais de mil terreiros existentes na RMB⁷, muitos dos quais são localizados neste município. Também em Ananindeua

⁶ "A Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP) atua junto com índios e quilombolas para garantir seus direitos territoriais, culturais e políticos, procurando contribuir com o fortalecimento da democracia e o reconhecimento dos direitos das minorias étnicas. Foi fundada em 1978 por antropólogos, advogados, médicos, jornalistas e estudantes para defender os direitos dos povos indígenas em um contexto de ditadura militar. A partir de 1989, passou a atuar também em parceria com as comunidades quilombolas apoiando a promoção de seus direitos recém-reconhecidos na Constituição de 1988. Em 40 anos de existência, diferentes gerações de associadas e associados se empenharam para assegurar a missão institucional de nossa organização. Para alcançar seus objetivos, a CPI-SP promove capacitações; assessora organizações dos grupos beneficiários; produz material didático; desenvolve pesquisas; divulga informações sobre e para os beneficiários; monitora as ações do Poder Público; promove ações de incidência; e implementa projetos de inclusão econômica" (CPI-SP, s. d.).

⁷ "O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Fundação Cultural Palmares (FCP), realizaram o Mapeamento das Comunidades Tradicionais de Terreiro nas capitais e regiões metropolitanas dos estados de Minas Gerais, Pará, Pernambuco, e Rio Grande do Sul. . . Sua realização é resultado de um longo processo de mobilização e de luta dos povos de terreiro por reconhecimento e respeito às suas tradições e ancestralidade, e plena efetividade dos seus direitos territoriais, sociais, culturais e econômicos. . . O número total de casas pesquisadas, no período de maio a agosto de 2010, foi de 4.045, sendo 1.089 na Região Metropolitana de Belém" (Mapeando o Axé, s. d.).

se situa o quilombo Abacatal, com cerca de 150 famílias e um número de eleitores certamente maior do que os 80 votos recebidos pela candidatura quilombola no município. Faltou, portanto, à chapa quilombola fôlego para realizar seu potencial de votos mediante uma campanha eleitoral mais estruturada. Essa consideração é consenso no Coletivo.

Voltando ao oeste do Pará, ao contrário da chapa para o legislativo federal, que foi relativamente bem votada, a chapa para deputado estadual não teve muitos votos, conforme mostra a Figura 1, porque o cabeça de chapa era pouco conhecido ali. Já na região de Castanhal, o mesmo candidato, que é natural de um quilombo localizado no vizinho município de Pitimandeuá, foi relativamente bem votado, porque inclusive já havia se lançado candidato a vereador. Esses resultados remetem a algumas considerações: embora as chapas sejam coletivas, o apelo eleitoral mais forte acaba sendo exercido pelo cabeça de chapa, cujo nome precisa ser trabalhado para se tornar reconhecido. É, portanto, estratégico investir na projeção de lideranças com potencial eleitoral nas diversas regiões do estado, permitindo a eles e a elas aparecerem publicamente quando da entrega de benefícios e políticas públicas. Ou seja, dentro da novidade das candidaturas coletivas, persiste a tradição de os eleitores votarem em nomes bem estabelecidos no cenário político, em regime de reciprocidade e em bases pessoais.

Nesse sentido, uma estratégia com potencial de sucesso que pode favorecer, entre outros/as candidatos/as, o cabeça de chapa para o legislativo federal, que se candidatou pela primeira vez em 2022, é o projeto 'Conexão Povos da Floresta', cujo objetivo é conectar, até 2025, cerca de um milhão de indígenas, quilombolas e extrativistas da região amazônica. O projeto reúne uma rede de organizações, entre as quais a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), e conta com recursos de organizações não governamentais (ONG) internacionais e empresas que

atuam na Amazônia. Uma vez que um dos coordenadores deste projeto é o quilombola que liderou a chapa a deputado federal em 2022, que pretende conectar na internet mais de 5.000 comunidades indígenas e quilombolas, o projeto pode render resultados políticos importantes a ele. Além do prestígio pessoal que essa política pode trazer a esta liderança, a internet permitirá a realização de reuniões *online* para debater questões importantes e formação política.

O projeto 'Conexão Povos da Floresta' é um exemplo de política pública na área da comunicação social. Mas existem várias outras diferenciadas possibilidades de políticas públicas igualmente importantes nas áreas, por exemplo, de saúde e educação, mas também de moradia e etnodesenvolvimento. "As comunidades precisam associar a melhoria das suas condições de vida às lideranças quilombolas que levam esses benefícios a elas, daí o sentido de 'ir pra dentro' das instituições", considera o quilombola candidato a deputado federal (comunicação pessoal, 2023). Apropriar-se de políticas públicas, colocá-las em campo, disputar o orçamento do Estado e levar benefícios às comunidades fundamentam estratégias políticas do lema 'Agora é nós por nós'.

Mas há também a questão de gênero, a alternativa política de reconhecer, dentro do próprio movimento, o protagonismo da mulher quilombola. Isto pode contribuir para encantar parte significativa do eleitorado, consideram algumas lideranças. Em abordagem sobre etnografias da política, que busca "compreender como diferentes inserções sociais são convertidas em trunfos eleitorais" (Comerford & Bezerra, 2013, p. 471), essa estratégia se relaciona à "construção de candidaturas femininas e sua simbologia" (Comerford & Bezerra, 2013, p. 471), e à mobilização dos sentimentos para gerar efeitos político-eleitorais. Na etnografia realizada para a elaboração do artigo, este aspecto foi captado quando mulheres quilombolas engajadas politicamente foram entrevistadas e demonstraram certo descontentamento com o fato de não serem designadas como 'cabeça de chapa', inclusive

mencionando que estrategicamente essa condição de protagonismo feminino poderia se converter em votos.

A MULHER QUILOMBOLA: “NOSSO PROTAGONISMO DENTRO DAS CÂMARAS E ASSEMBLEIAS É QUESTÃO DE ORGANIZAÇÃO E TEMPO”

Uma liderança feminina do território de Laranjituba fala da luta coletiva com base na sua experiência. Na luta coletiva, ela ressalta o protagonismo da mulher. A ancestralidade e as boas relações com a natureza e com os outros, que caracterizam o modo de vida quilombola, ela teoriza esses aspectos e os coloca no quadro do bem-viver comunitário. Transitando entre território, universidade, cidade e militância no movimento, essa liderança fala da práxis. Na luta coletiva por direitos e políticas públicas, a mulher quilombola está na linha de frente. Junto com os cuidados cotidianos com a família, ela peleja pela saúde e educação, pela titulação dos territórios, pela liberdade e pela garantia da identidade. Seu protagonismo foi fundamental para garantir a saúde nas comunidades durante a pandemia. De acordo com ela, antes e depois da pandemia, o protagonismo da mulher dá significado ao modo de ser quilombola hoje.

A luta é coletiva, mas tem o protagonismo da mulher quilombola. A resistência das mulheres quilombolas em defesa dos seus territórios efetiva o bem-viver. Pois essa teorização significa a relação da comunidade com a natureza, com o Outro, com a ancestralidade. Queremos políticas públicas visando direitos básicos, como saúde, educação e moradia, tendo como primícias a titulação dos territórios e a garantia da identidade, inerentes às comunidades quilombolas (liderança feminina do território de Laranjituba, comunicação pessoal, 2023).

A fala dessa liderança feminina toca em símbolos do movimento negro e quilombola, Dandara e Tereza de Benguela, e também na realidade das opressões interseccionais, ecoando Léia Gonzalez e bell hooks, entre outras autoras e militantes negras. Muito do modo de ser e da visão de mundo quilombola hoje tem a ver com essa

perspectiva simbólica, mas também teórico-prática que o estar entre a comunidade, o movimento e a universidade ensinam. A perspectiva dos entre-lugares é fértil porque produz um conhecimento politicamente engajado:

Temos exemplos como Dandara e Tereza de Benguela, entre outras mulheres que sem o conhecimento do que seja feminismo ou feminismo negro lutaram pela liberdade e contra o apagamento da mulher. A luta da mulher quilombola agrega pautas específicas das mulheres negras, que sendo maioria da população brasileira são também as que mais sofrem com o racismo e o machismo estrutural enraizados em nossa sociedade (liderança feminina do território de Laranjituba, comunicação pessoal, 2023).

Transitando entre esses espaços, a mulher quilombola vai conquistando protagonismo e desvelando desigualdades de gênero. Contudo, a experiência das candidaturas quilombolas coletivas mostrou que o espaço da política pode também ser racista e machista. Mesmo em movimentos sociais e em partidos de esquerda, a misoginia vigora: “é complicado para as mulheres, negras, indígenas e quilombolas” (liderança feminina do território de Laranjituba, comunicação pessoal, 2023). Esta é uma questão para as eleições e para muito além delas. Mas, ‘forjadas nas lutas’, elas vão conquistar o protagonismo que já têm nas comunidades também na política: “é questão de organização e tempo”:

Dito isso, o que observamos é a atuação das mulheres como articuladoras das lutas e enfrentamentos das forças contrárias à permanência e ao bem-viver dentro dos seus territórios. Também notamos um movimento político feminino nessas buscas por direitos, mesmo que não partidário. Hoje, depois de muitos espaços ocupados e reconstruídos por essas mulheres quilombolas, o cenário político partidário se faz necessário. Mas, como em todos os espaços, na política também existe o racismo e o sexismo. A misoginia e os machismos estão presentes e muitas vezes são determinantes para a entrada, a permanência e o êxito das mulheres na política. Isso é ainda mais complicado para as mulheres negras, indígenas e quilombolas. Mas, como somos forjadas nas lutas e nos movimentos, nosso protagonismo dentro das câmaras e assembleias é questão de organização e tempo (liderança feminina do território de Laranjituba, comunicação pessoal, 2023).



Tereza de Benguela e Dandara são referências para a educação quilombola porque elas dão exemplos históricos de engajamento político de mulheres negras. As mulheres quilombolas na universidade pensam reflexivamente na sua condição de mulheres guerreiras. E retornam esse valor para suas comunidades. No território de Moju-Miri, as mulheres estão organizadas no coletivo 'Marias do Quilombo', e cada vez mais assumem papéis de liderança na vida comunitária. Em Jambuaçu, elas participam da resistência às agressões da empresa mineradora transnacional que atravessa o território com minerodutos e concede compensações tacanhas apenas para algumas comunidades, com o fito de dividir o território. Neste território, o 'Coletivo Perpetuar', formado principalmente por mulheres, luta para que a Convenção 169 (OIT, 1989) seja seguida.

Em muitas comunidades, as mulheres assumem papel central como guardiãs das tradições negras e quilombolas. Algumas são contadoras de histórias e transmitem para as novas gerações, pela oralidade, o conhecimento quilombola ancestral, reproduzindo aqui o papel das *griottes* africanas, inclusive como educadoras nas escolas quilombolas. A liderança feminina do território de Laranjituba (comunicação pessoal, 2023) fala de protagonismo a partir da sua experiência:

Na pandemia de Covid-19, o protagonismo da mulher foi determinante nos territórios quilombolas. Enfrentando o vírus e um governo federal omissivo e adverso, as mulheres participaram ativamente da luta quilombola por vacinas, enfrentando o racismo institucional e batendo nas portas da Justiça para garantir meios para a prevenção⁸.

A luta das mulheres durante a pandemia é uma história a ser contada nas escolas e nas comunidades, porque ela se

relaciona ao orgulho de ser quilombola. Na universidade, elas formam maioria entre estudantes quilombolas. No trânsito entre comunidade e universidade, elas teorizam sua condição com o conceito de interseccionalidade. Articulam raça, gênero e classe, e lutam por ações afirmativas em todos os lugares. A luta acontece também dentro do movimento.

'QUILOMBOLA VOTA EM QUILOMBOLA' DESDE QUE O CANDIDATO ESTABELEÇA PESSOALMENTE LAÇOS DE RECIPROCIDADE

Em 2022, a experiência das candidaturas quilombolas coletivas para os parlamentos federal e estadual gerou lições úteis para traçar estratégias políticas para as eleições municipais de 2024. Entre estas está a necessidade de o movimento quilombola 'ir pra dentro' dos próprios territórios, aproveitando as festas e as celebrações nas comunidades, promovendo e apoiando atividades culturais, assim como projetos de desenvolvimento territorial e formação política. A presença do movimento e dos políticos quilombolas na vida das comunidades é considerada uma questão estratégica para os processos eleitorais.

'Quilombola vota em quilombola' é considerado um lema estratégico para mobilizar o sentimento de pertença e identificação subjetiva com o grupo, na formação política que o movimento julga como algo necessário nas comunidades. Contudo, para esse lema ser efetivamente adotado, é preciso convencer as pessoas nos territórios a se envolverem na causa quilombola e isso, como afirma uma liderança (comunicação pessoal, 2023), requer "um mega projeto de formação política" para superar o problema do

⁸ Em 9/9/2020, Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 742/2020) foi protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF) pela CONAQ e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), PSOL, Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), solicitando a inclusão da população quilombola entre os grupos considerados prioritários pelo Ministério da Saúde para a vacinação. No Norte do Brasil, segundo a CONAQ, a taxa de mortalidade da população quilombola por Covid-19 foi superior à média nacional em cerca de 11,5%. Finalmente, em 23/2/2021, o STF determinou que o governo federal elaborasse um plano nacional de enfrentamento da pandemia da Covid-19 voltado à população quilombola, devendo essa elaboração contar com a participação de representantes da CONAQ (STF, 2020).

clientelismo. Segundo a mesma liderança (comunicação pessoal, 2023):

Acontece de eleitores quilombolas venderem o seu voto para políticos que não comungam da causa, mas têm meios financeiros e influência política para atrair esses votos. O povo quilombola leva muito a sério a palavra dita ao político que compra o voto. O político em geral promete e não cumpre, o povo quilombola não, ele promete o voto, em troca de uma cesta básica, de uma consulta, de 200 reais, e cumpre. Votam porque a palavra foi empenhada. Esse é um grande gargalo dentro do processo político de mudança.

Ainda segundo essa liderança, para superar o vínculo criado por favores que geram o sentimento de dívida moral, na formação política é importante afirmar o entendimento de que esses comprometimentos podem resolver coisas pontuais, mas não resolvem as necessidades de forma consistente:

Os políticos vão apenas na véspera das eleições e depois as comunidades ficam abandonadas nos restantes quatro anos. Se o prefeito constrói uma escola no quilombo, a comunidade vê isso como um favor, quando na verdade é obrigação do governo municipal (comunicação pessoal, 2023).

Para a liderança, é criando consciência política que o lema 'quilombola vota em quilombola' pode ser efetivado. Mas a adesão dos quilombolas ao lema demanda também a mobilização de forças políticas dentro dos territórios e dentro do movimento para trazer benefícios concretos às comunidades.

A lógica da reciprocidade, ou a associação entre benefícios, obras públicas – como é o caso da escola mencionada na citação acima – e política, é discutida antropológicamente por autores que trazem a ideia de 'tempo da política', que é quando os eleitores fazem política justamente com o sentido de, onde há carência, aproveitar as oportunidades desse tempo em que os políticos, 'que fazem política todo o tempo', estão disponíveis para trocar benefícios por votos. Esse olhar antropológico busca "Explorar as representações

sociais através das quais a política é pensada e vivida – e, em particular, o(s) modo(s) como a própria política é concebida" (Palmeira & Barreira, 2004, p. 12). Nessa ótica antropológica, o clientelismo é visto como prática inerente ao modo pelo qual a política é concebida nas comunidades, como uma concepção 'nativa' de política que estabelece laços entre políticos e eleitores. Esses laços são pessoais porque o personalismo participa na lógica da reciprocidade, uma vez que o voto é dado ao político que em pessoa levou o benefício à comunidade.

Interessante notar que essas observações têm correspondência com a realidade empírica, como demonstram os mapas de votação, apresentados nas Figuras 1 a 3. Os municípios visitados pelo carismático candidato na condição de cabeça da chapa a deputado federal (Figura 2) foram os que proporcionaram melhor votação aos quilombolas. Assim, o lema 'quilombola vota em quilombola' pode se efetivar como uma reciprocidade interna, praticada entre quilombolas, e não entre estes e agentes políticos externos, desde que se observe as 'lógicas nativas' do dar, receber e retribuir (Mauss, 1974 [1924]) e das necessárias relações pessoais do candidato com as famílias nas comunidades.

A perspectiva da etnografia política, aludida acima, pode ainda ser acrescida com uma questão importante, que distingue e confere especificidade às comunidades quilombolas no que tange às reciprocidades. Segundo Kuschner (2000), há o voto ideológico, que reconhece o candidato como representante de valores morais, dá significado ao grupo social que o apoia e estabelece, assim, uma troca específica. Esse voto engajado une eleitor e candidato a uma causa e estabelece uma forma de reciprocidade que escapa do clientelismo, caracterizado pela captura do eleitor que faz política apenas para aproveitar a oportunidade de obter algum benefício no tempo das eleições. A presença física do político orgânico ao movimento, levando benefícios à comunidade, é parte, assim, do processo de formação política que o movimento julga necessário promover.

FORMAÇÃO POLÍTICA NAS COMUNIDADES E CONQUISTA DE ADEÇÃO SOCIAL À CAUSA

O objetivo da formação política nas comunidades é criar consciência de grupo no contexto de conflitos que afetam o território e o modo de vida quilombola. Mas as lideranças do movimento consideram que, além de trabalhar politicamente nas comunidades, é necessário também conquistar, fora delas, a adesão social à causa quilombola. Na Amazônia, os quilombolas formam, com indígenas, extrativistas, pescadores, ribeirinhos e seringueiros, os chamados povos tradicionais, reconhecidos socialmente pela interação orgânica com a natureza. Criar coesão entre os povos tradicionais na Amazônia é estratégico para todos eles, que lutam por causas comuns. Território, modo de vida e luta antirracista são causas comuns. Esta coesão é inerente ao projeto Conexão Povos da Floresta, acima referido. Tanto nas comunidades como nos espaços sociais externos, a consciência de significar uma alternativa à destruição do meio ambiente é algo que dá conteúdo à formação política.

Nas comunidades, consciência política é algo que os processos de 'consulta prévia, livre e informada'⁹ podem contribuir para criar. Instrumento de defesa dos direitos territoriais dos quilombolas e de outros povos, o protocolo de consulta estabelece processos políticos muito formativos. Nos territórios de Moju-Miri e África-Laranjituba, por exemplo, a necessidade de defesa dessas áreas e do modo de vida agregou as comunidades e as mobilizou em discussões que se referiram à história dos remanescentes de quilombos e suas lutas. Essa história reacendeu ancestralidades que vinham sendo esquecidas e apagadas. O tambor, o batuque e a capoeira, o uso do turbante e de outros adereços, o conhecimento das plantas

medicinais, o reconhecimento da benzeção e da puxação, entre outros saberes de cura, vieram à tona. A contação de histórias pelos mais velhos, que remete aos griots africanos, tão importante para a transmissão de conhecimentos entre gerações, também recuperou espaço.

O reavivamento das ancestralidades, inclusive nas escolas quilombolas, com todo o significado político que isso tem, pode contribuir para um diálogo intercultural com o pentecostalismo que vigora em muitas comunidades, produzindo, talvez, uma influência cultural mútua e respeitosa das diferentes orientações religiosas nos territórios. Na educação escolar quilombola, a diversidade cultural é um valor a ser enfatizado, de acordo com uma liderança quilombola que atua como coordenadora pedagógica em escolas quilombolas do município de Moju. Segundo ela:

O reavivamento das ancestralidades pode trazer com ela a consciência e a atitude de que 'quilombola vota em quilombola', em vez de votar em candidatos conservadores, seguindo recomendação de pastores que usam sua posição para influenciar o voto das comunidades (comunicação pessoal, 2023).

Ainda segundo essa liderança, falando sobre formação política, "nos territórios, é necessário discutir as ressignificações do ser quilombola na atualidade, mas fazendo isso em conexão com a tradição de luta e resistência que vem desde a África e a origem do movimento quilombola" (comunicação pessoal, 2023). De fato, questões de gênero e orientações religiosas e sexuais diversas vieram à tona em cartografia social realizada no território de Moju-Miri, em junho de 2023. As identidades plurais que caracterizam a juventude quilombola coexistem no território, que é o bem comum amalgamador das diferenças, por isso a regularização fundiária dos territórios

⁹ Previstos pela primeira vez, em âmbito internacional, em 1989, quando a Organização Internacional do Trabalho (OIT) adotou a Convenção de número 169, a "Convenção sobre os povos indígenas e tribais", que foi ratificada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20/6/2002, e entrou em vigor em 2003. A norma jurídica revê a antiga Convenção 107, de 1957, de orientação assimilacionista. A Convenção 169 reconhece e defende a diferença, bem como a autoidentificação e a manutenção em comunidades de condições sociais e culturais diversas do restante da sociedade nacional. Seu propósito é o de permitir a autodeterminação das comunidades em virtude da identidade étnica, cultura e relação com os territórios que ocupam. Embora faça referência às populações indígenas e tribais, a Convenção 169 da OIT alcança as comunidades tradicionais, inclusive as comunidades remanescentes de quilombos no Brasil.

quilombolas é uma prioridade do movimento, pois é ela que irá garantir a segurança jurídica das terras e a continuidade das comunidades.

Tão importante quanto o objetivo de ter quilombolas eleitos e ocupando espaços de poder na estrutura estatal, é demarcar para as eleições, e para além delas, uma luta política baseada em valores. Em 2022, no que tange aos desenvolvimentos territoriais, isso se relacionou aos programas propostos pelas chapas coletivas, entre os quais os de saúde diferenciada, educação diferenciada e projetos políticos pedagógicos para a valorização da escola quilombola. Direito ao território e a um modo de vida integrado com a natureza são valores importantes para os comunitários e para a sociedade, porque é preciso conquistar votos também fora das comunidades, comunicando as causas quilombolas nas cidades. Para além da necessária formação política nas comunidades, o Coletivo Ubuntu discutiu a necessidade de se conquistar legitimidade e votos nas cidades e em setores sociais ligados ao debate progressista. Quilombolas praticam relações amorosas com a natureza no seu modo de vida biointerativo (Santos, 2015), contrapondo-se, assim, a empreendimentos capitalistas predatórios na Amazônia. Esse argumento poderia informar o *marketing* político dos/as candidatos/as, como considera o Coletivo.

A título de comparação, os povos indígenas, que também reconhecem a importância de ter representantes em espaços políticos e institucionais, têm conquistado a adesão da sociedade para suas causas. E os quilombolas podem também trilhar esse caminho, até porque indígenas e quilombolas têm causas em comum, entre as quais a defesa dos territórios e a manutenção da floresta em pé. Segundo uma liderança, isso implica fazer uma campanha 'mais aberta', que priorize os anseios

quilombolas, mas professe também discursos e apelos sociais capazes de agregar apoios.

Nesse sentido, os/as candidatos/as quilombolas a mandatos coletivos no Pará fizeram referência ao Ubuntu, esta filosofia africana representativa do Sul Global. Em escala global, o Ubuntu se encaixa em uma constelação mais ampla do pensamento pós-desenvolvimento e enfatiza alternativas ao desenvolvimento (Escobar, 2008). Em suas práticas contextualizadas, o Ubuntu articula solidariedades baseadas no cotidiano comunitário, integrando preocupações socioeconômicas com ecologia, e isso estabelece um forte contraste com a história dos megaprojetos de desenvolvimento no Pará, que incluem Carajás, Tucuruí, a monocultura do dendê, a fábrica de soja da Cargill em Santarém, a hidrelétrica de Belo Monte e a projetada ferrovia da soja ao longo do rio Tapajós, para citar alguns exemplos. Os megaprojetos degradam a natureza no mundo todo e minam o bem viver de bilhões de pessoas. Os quilombolas se somam a outros coletivos mobilizados para a defesa da Terra. Essa realidade pode ser expressa discursivamente para angariar apoios e meios.

UM MOVIMENTO ESTRATÉGICO: 'IR PRA DENTRO' DA POLÍTICA SEM PERDER A AUTONOMIA

Os territórios carecem de políticas públicas para melhorar as condições de vida dos seus moradores. Esse é um anseio que move as candidaturas quilombolas. 'Ir pra dentro' da política e das instituições do Estado é, pois, uma necessidade. Mas, nas eleições de 2022, as urnas eletrônicas confirmaram o quanto é difícil quebrar o padrão clientelista que estrutura as eleições e as chapas quilombolas coletivas não foram eleitas. As candidaturas coletivas foram uma estratégia contra a instrumentalização dos quilombolas por interesses alheios¹⁰.

¹⁰ Os políticos eleitos com o voto quilombola não cumprem as promessas feitas e, na tradição clientelista, se retornam algo é apenas no sentido de manter a dependência e o sentimento de dívida moral nessas populações carentes. "Mesmo os políticos de esquerda, vão às comunidades na véspera das eleições para pedir voto e depois de eleitos não voltam mais", afirma um candidato (comunicação pessoal, 2023). Assim, 'ir pra dentro' significa conquistar autonomia para buscar por conta própria os meios que as comunidades precisam para melhorar suas condições de vida.

Os quilombolas, além de regularizar seus territórios e defender seus modos de vida, querem autonomia e políticas públicas para garantir infraestruturas, desenvolvimento agroecológico e outros direitos de cidadania, entre os quais saúde e educação diferenciadas. Antes disso, para reivindicar direitos, o movimento costumava fechar rodovias e ocupar prédios públicos¹¹, inclusive o do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que, na política quilombola, é um dos órgãos responsáveis pelo acesso à terra¹². No Pará, o Instituto de Terras do Estado do Pará (ITERPA) é o principal responsável pela regularização das áreas rurais tradicionalmente ocupadas por comunidades remanescentes de quilombo.

Um candidato da chapa coletiva para o parlamento federal avalia que, para o potencial político-eleitoral dos quilombolas ser convertido em votos, é necessário que suas lideranças sejam vistas como responsáveis por políticas públicas, entre as quais a regularização fundiária. Das 527 comunidades remanescentes de quilombo que a Malungu estima haver no estado, apenas um terço tem título de propriedade da terra e cerca da metade está certificada pela Fundação Cultural Palmares. Território é um valor central e garantir formalmente esse direito é uma importante plataforma política. A regularização fundiária de territórios quilombolas envolve e beneficia milhares de eleitores¹³. Esse processo pode ser conduzido de modo a dar visibilidade a lideranças quilombolas, podendo ser ao mesmo tempo um momento de formação política. As comunidades, conscientes da força do movimento e das suas lideranças,

podem eleger candidatos quilombolas associados à luta pelo território, nas esferas municipal, estadual e federal.

Importante frisar que essa lógica de ir para dentro começou com a entrada de quilombolas na universidade. As políticas de ação afirmativa e a política de cotas na universidade têm formado quilombolas nas áreas do direito, da educação, da saúde, das ciências sociais e em todas as áreas do conhecimento. E agora esses profissionais formados, ocupando espaços institucionais, direcionam um olhar e um tratamento diferenciado ao próprio povo quilombola. O conhecimento gerado retorna para as comunidades e para a causa, e retorna também para a universidade, que ganha epistemologicamente com a perspectiva destes corpos negros produzindo conhecimento engajado.

Uma questão considerada na estratégia de ocupar espaços institucionais é a de não ser cooptado por interesses políticos que não dizem respeito à causa quilombola. Essa questão é sensível porque, quando um governo concede uma 'mesa' ou um espaço dentro da sua estrutura, isso pode gerar uma expectativa de retorno ao próprio grupo que lidera o governo. Constrangimentos decorrem dessa situação e pode não ser fácil lidar com pressões nesse sentido. A consciência de que 'ir pra dentro' dos governos envolve tentativas de cooptação das pessoas e instrumentalização do movimento faz parte do conhecimento político que os quilombolas têm para escapar dessa armadilha. As pessoas que ocupam cargos no governo os assumem em nome da causa, essa é uma ética do movimento de 'ir pra dentro' dos governos e das instituições.

¹¹ Segundo uma liderança (comunicação pessoal, 2023), "o movimento insistia também na busca por audiências com autoridades, a fim de discutir políticas públicas para atender as necessidades das comunidades. Contudo, essas formas de fazer política têm limites estreitos e não retornam resultados efetivos às comunidades, porque o racismo institucional é muito sofrido e o tratamento que os quilombolas recebem é pouco respeitoso e de fato cruel. Não obstante a insistência em ser atendido nas instâncias de poder, o tempo de espera é longo e as palavras que finalmente os quilombolas ouvem são vãs, quase sempre".

¹² O INCRA não é o único responsável pela titulação dos territórios quilombolas, pois "cabe ao INCRA titular os territórios quilombolas localizados em terras públicas federais ou que incidem em áreas de particulares" (Decreto nº 4.887, de 20 nov. 2003). A CF/88, no artigo 68 do ADCT, estabelece ao Estado brasileiro a tarefa de expedir os títulos aos remanescentes das comunidades quilombolas, podendo essa missão ser desempenhada pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), em áreas sob sua jurisdição, e também por estados e municípios, no caso de as comunidades se situarem em terras de domínios estadual ou municipal (INCRA, 2017).

¹³ O Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023c), ainda inacabado, estima 42.000 quilombolas no Pará, e a Malungu considera haver 49.000.

Portanto, a estratégia de ocupação de espaços institucionais é ampla. Além dos governos, na esfera do executivo, onde cabe resistir à cooptação política, é preciso 'ir pra dentro' da Assembleia Legislativa e do Congresso Nacional¹⁴, para que as comunidades tenham voz própria nesses ambientes de formulação legislativa, assim como é importante 'ir pra dentro' das câmaras municipais. O movimento precisa eleger mais vereadores para os quilombolas serem incluídos no orçamento dos municípios porque, como diz uma liderança, "se a gente não estiver lá, não vai sobrar nada pra gente" (comunicação pessoal, 2023).

Essa mesma liderança diz que "a força política no governo Lula, que é um governo de coalizão, depende de presença no Congresso" (comunicação pessoal, 2023), e analisa o que o movimento quilombola conquistou até agora no atual governo:

No atual governo federal, que os quilombolas contribuíram para conquistar, que espaços foram conquistados? Que força política os quilombolas tinham para conquistar espaços relevantes na estrutura de governo, além de cargos no segundo ou terceiro escalão? Em comparação com os indígenas, que têm inclusive um ministério, os quilombolas conseguiram uma representação no Ministério da Igualdade Racial, com a secretaria dos povos tradicionais. Os quilombolas, embora tenham pleiteado, não conseguiram emplacar o próprio ministro da igualdade racial, por falta de força política. Não tinha deputados para defender esse pleito. Os quilombolas conseguiram também um representante no MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar], numa diretoria em secretaria que trabalha com agricultura familiar de povos tradicionais, que ajudaram a construir. Conseguiram garantir a coordenação nacional do INCRA para a questão quilombola, que os quilombolas estão lutando para transformar numa diretoria, a fim de abrir mais espaço no governo (comunicação pessoal, 2023).

A estratégia de 'ir pra dentro' implica um projeto de mobilização político-institucional e de formação política, para reforçar a identidade e valorizar as lideranças quilombolas, já que é necessário também que lideranças locais venham para dentro do projeto quilombola, dado que muitos presidentes de associação e outras lideranças têm vínculos e comprometimentos com gestores locais e deputados. "Existe então uma lacuna de trabalho político que se relaciona ao engajamento dessas lideranças no movimento", afirma uma candidata (comunicação pessoal, 2023).

A necessidade de ocupar espaços está também nos próprios territórios. Os quilombolas querem ir para dentro das escolas, porque os "professores de fora chegam já querendo ir embora", afirma uma comunitária (comunicação pessoal, 2023), criticando a falta de sentimento de pertença destes. É importante que a escola quilombola seja assumida por professoras e professores quilombolas, mas, para tanto, é fundamental que o movimento invista na formação continuada desses/as professores/as. A não apropriação da educação e da escola no território pelos próprios quilombolas enfraquece a cultura da comunidade, que, se não é cultivada, vai perdendo influência para culturas externas. As expressões culturais quilombolas precisam ser valorizadas porque dão força à identidade, enfatizando o que é ser quilombola para as novas gerações, alimentando, assim, o movimento.

Discutindo a ideia de 'ir pra dentro' das comunidades e das escolas, uma professora quilombola afirma que tanto a escola como o movimento podem cumprir o papel de avivar as ancestralidades:

¹⁴ Nos últimos tempos, os quilombolas têm visto o enfraquecimento das leis e das políticas ambientais e a destruição da natureza, cuja defesa requer ações dentro e fora do parlamento. De janeiro de 2019 a dezembro de 2022, durante o chamado 'governo das trevas', os ruralistas e outros interesses reacionários tentaram, e felizmente não conseguiram, tirar o Brasil da Convenção 169. Um dos direitos que este dispositivo legal confere é a consulta livre, prévia e informada. Ou seja, os povos que a Convenção 169 alcança têm o direito de ser consultados antes de se efetivarem decisões que os afetem. Esse instrumento é importante para a defesa e a integridade dos territórios, assim como tem grande significado na questão das mudanças climáticas. Por isso, o movimento quilombola vem lutando para que a consulta prévia seja de fato praticada na forma prescrita pela Convenção 169, e isso passa pelas esferas de poder político.

Em algumas comunidades, a dança e o batuque. Em todas as comunidades, há sempre os conhecimentos medicinais, a ancestralidade e a oralidade. Contadores de histórias, na tradição dos griots africanos, na tradição do Ubuntu, preservam e transmitem tradições e valores. Falam da história do quilombo¹⁵, sobre quem foram os fundadores, como tudo começou, os processos de luta e conquista, as ameaças e os desafios. Esses guardiões da cultura e a contação de histórias precisam estar no movimento, na educação e na escola quilombola, porque são presenças que afirmam a identidade (comunicação pessoal, 2023).

As candidaturas quilombolas coletivas envolveram a disposição de 'ir pra dentro' das instituições, da política e também dos territórios, inclusive para defender a cultura quilombola que sofre processos de encobrimento. Território, territorialidades e o orgulho de ser quilombola são valores que dão significado ao lema 'Agora é nós por nós' e vão além do 'tempo da política'. Esse é o tema da próxima seção.

TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E O ORGULHO DE SER QUILOMBOLA

O artigo 68 do ADCT, da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), e o poder criador da palavra 'remanescentes' são temas desta seção. A CF/1988, com o artigo 68 do ADCT, impulsionou o surgimento de associações quilombolas a partir de comunidades negras, que vieram à tona nesse contexto histórico. As associações comunitárias hoje fazem valer a prerrogativa da autodeterminação, dada pela Convenção 169, da qual o Brasil é signatário. As comunidades se definem quilombolas e reivindicam o território de remanescentes, ressignificando o conceito de quilombo. 'Comunidade remanescente de quilombo' expressa uma categoria

jurídica de grande efeito prático porque sustenta a luta atual por reconhecimento de direitos territoriais e territorialidades. Diz o artigo 68: "Aos remanescentes das Comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos" (Brasil, 1988).

Portanto, o reconhecimento do direito ao território se deu por meio do artigo 68 do ADCT, "que possibilita a transformação de posses em domínios" (Marques & Malcher, 2009, p. 27). Essa conquista se deu em razão de "reivindicações dos movimentos sociais que encontraram eco no parlamento", afirma Treccani (2006, p. 82). Continua o autor: "A inclusão deste direito, portanto, foi fruto de uma ampla mobilização social, que conseguiu sensibilizar os constituintes" (Treccani, 2006, p. 83). O artigo 68 da Constituição Federal de 1988 foi, pois, uma conquista do movimento negro, que logrou uma reparação histórica à população negra do país. Uma conquista encaminhada à Assembleia Nacional Constituinte "através de uma emenda de origem popular" (Treccani, 2006, p. 82), a qual transformou comunidades negras invisibilizadas em comunidades quilombolas, desfrutando estas da condição política de sujeitos coletivos de direitos. Hoje, a efetivação desses direitos, inclusive o de ter os territórios titulados, move as candidaturas quilombolas.

O artigo 68 do ADCT (Brasil, 1988) possibilitou a passagem de lugar – comunidades negras – à condição de território – comunidades quilombolas. Enquanto lugar significa familiaridade, sociabilidade e pertencimento, território é tudo isso acrescido da garantia de permanência e do poder formal de controle de acesso e uso¹⁶. Arruti (1997) aponta o poder

¹⁵ Desde as comunidades negras rurais ou as terras de preto, as atuais comunidades quilombolas não têm uma só origem. Há as que se originaram sim de quilombos formados por escravos refugiados, mas há muitas outras cuja origem se deve a heranças e doações, ou ainda à retribuição por serviços prestados, à "... compra por negros libertos; da posse pacífica por ex-escravizados; de terras abandonadas pelos proprietários em épocas de crise econômica; da ocupação e administração das terras doadas aos santos padroeiros ou de terras entregues ou adquiridas por antigos escravizados organizados em quilombos", durante e depois do sistema escravocrata (Observatório Quilombola e Territórios Negros, s. d.).

¹⁶ A passagem de lugar a território é também pertinente às cartografias sociais que estão sendo desenvolvidas em comunidades quilombolas. O automapeamento, além de revelar conhecimentos geográficos, populacionais, culturais e sobre situações jurídicas, pode contribuir para afirmar os próprios lugares – "lugar, enquanto o espaço vivido, espaço simbólico, espaço cotidiano" (Queiroz, 2014, p. 155) – como territórios, no sentido de enfatizar neles as dimensões simbólica e política – "O território engloba as relações de poder, assim como as relações econômicas e simbólicas" (Queiroz, 2014, p. 157).

de gerar significado e efeito que pode ter uma nomeação como o é a de 'remanescentes'. O autor desenvolve um paralelo entre indígenas e quilombolas em torno da 'emergência dos 'remanescentes', argumentando que

. . . o uso da noção, em ambos os casos, implica, para a população que o assume (indígena ou negra), a possibilidade de ocupar um novo lugar na relação com seus vizinhos, na política local, diante dos órgãos e políticas governamentais, no imaginário nacional e, finalmente, no seu próprio imaginário (Arruti, 1997, p. 22).

Ainda sobre a noção de 'remanescentes' e sua força transformadora, Arruti (1997) considera que os vínculos entre passado e presente, a recuperação de memórias relevantes para esse efeito, a valorização de elementos culturais, como "‘sinais externos’ reconhecidos pelos mediadores e o órgão que tem a autoridade de nomeação" (Arruti, 1997, p. 23), as diferenças antes sentidas como estigmas, que passaram a ser valorizadas, a palavra preto com a qual orgulhosamente se referem, a busca por visibilidade política, toda essa mudança foi gerada pelos efeitos práticos e simbólicos da palavra e da luta que a gerou e que ela agora impulsiona:

A história dos nomes é também a história dos seres e instituições que eles nomeiam, do seu surgimento, desaparecimento e mutação . . . Ao serem identificadas como "remanescentes", aquelas comunidades em lugar de representarem os que estão presos às relações arcaicas de produção e reprodução social, aos misticismos e aos atavismos próprios do mundo rural, ou ainda os que, na sua ignorância, são incapazes de uma militância efetiva pela causa negra, elas passam a ser reconhecidas como símbolo de uma identidade, de uma cultura e, sobretudo, de um modelo de luta e militância negra (Arruti, 1997, pp. 22-23).

O protagonismo político quilombola atual é um lampejo histórico, um lampejo de esperança de se construir a história a contrapelo, a partir das vítimas (Benjamin, 1993), que contradiz e enfrenta a percepção racista dominante que ainda prevalece. No prefácio do livro "O negro no Pará sob o regime da escravidão" (Salles, 2005), lê-se que "A presença do negro na Amazônia constituiu, durante muito tempo, assunto

desprezado, em termos da importância insignificante que teria essa mesma presença" (Reis, 2005, p. XI). Bem ao contrário disso, com a palavra 'remanescentes' e a noção de 'comunidades remanescentes', estas se mostraram não apenas numerosas, muito mais do que supunham elites e legisladores durante a Constituinte, mas também cada vez mais politicamente afirmadas e combativas.

De fato, da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) para cá, o movimento quilombola cresceu, somando no Pará centenas de comunidades politicamente organizadas pela Malungu e outros movimentos, como a Coordenação das Associações Quilombolas do Território de Jambuaçu (Bambaê). E, com a possibilidade de conquistar território e desenvolver territorialidades, o quilombola tem crescido em autorrespeito, essa qualidade de honrar a si e aos seus ancestrais, refutando o olhar negativo e intimidador da sociedade racista.

O direito quilombola à terra se relaciona "ao direito à preservação de sua cultura e organização social específica", afirma Treccani (2006, p. 90). Corroborando essa afirmação que associa terra à identidade, uma interessante definição de território negro contribui para definir uma maneira de ser quilombola livre dos constrangimentos sociais impostos pelo racismo:

. . . os territórios negros são importantes por serem lugares em que se pode ser e ser construído como homem negro ou mulher negra. Nesses espaços, não há a imposição da etiqueta das relações raciais brasileiras de se identificar como moreno. Nesses espaços, são todos negros(as), se não negros(as) de todo na cor, negros(as) no ideal (Conrado et al., 2015, p. 218).

Esta definição traz muito da afirmação da identidade que o lema 'Agora é nós por nós' também carrega, e que traz implícitos os valores da autonomia e de modo de vida que dão sentido à territorialidade. "Territorializar-se significa ter poder e autonomia para estabelecer determinado modo de vida em um espaço, para estabelecer as condições de continuidade da reprodução material e simbólica deste modo de vida"

(S. Silva, 2012, p. 3). Assim, território é mais do que simplesmente terra, posto que sobre o chão da terra as pessoas se constroem como homens e mulheres pretos, orgulhosos do seu modo de vida. É verdade que essa afirmação identitária coesa nos territórios depende da valorização das ancestralidades que, por sua vez, se relaciona à escola e à educação quilombola, em algumas comunidades ainda em processo de construção, “. . . as comunidades quilombolas ao se organizarem pelo direito aos territórios ancestrais, elas não estão apenas lutando por demarcação de terras, as quais elas têm absoluto direito, mas, sobretudo elas estão fazendo valer seus direitos a um modo de vida” (S. Silva, 2012, p. 8)¹⁷.

Finalmente, é importante dizer algumas palavras sobre a inflexão histórica que o território pode produzir no sentimento da pessoa negra. Para tanto, vale a pena voltar ao artigo de Conrado et al. (2015), que faz reflexões sobre como o racismo leva à ideologia da 'morenidade', que, por sua vez, se relaciona à baixa estima do negro quanto à sua condição racial:

Em uma sociedade em que a negação do ser negro(a) é marca do processo histórico e cultural, constatando-se um alto grau de baixa estima, a busca de uma identidade alternativa abriu-se como uma possibilidade quase que naturalizada. A ideia do moreno(a) ameniza os confrontos, atenua o sentimento de exclusão e faz com que as pessoas se sintam integradas ao dizerem com ênfase: “Eu sou morena” (Conrado et al., 2015, pp. 220-221).

Em observação semelhante, Moura (2019) assinala que, no recenseamento de 1980, quando perguntados pela sua cor, os brasileiros não brancos responderam com os termos morena, canelada, cor de cuia, café-com-leite, identificando

. . . uma diferenciação cromática de seus habitantes, somando um total de cento e trinta e seis cores, o que demonstra como o brasileiro foge de sua realidade étnica, da sua identidade, procurando através de simbolismos de fuga, situar-se o mais próximo possível do mundo tido como superior (Moura, 2019, p. 91).

Em contraposição a essa fuga da condição racial, essa “consciência infeliz” (Oliveira, 2005, p. 25)¹⁸, esse desejo inalcançável de uma branquitude tida como superior que desumaniza negros numa sociedade racista, vê-se hoje o orgulho de ser preto/a refletido no Censo de 2022. A porcentagem das pessoas que se declaram pretas na população subiu de 7,4%, em 2012, para 10,6%, em 2022 (IBGE, 2023d), registrando o maior aumento entre os grupos raciais no Brasil. Uma vez que as pessoas que se declaram pardas somam 45,3% (IBGE, 2023d), tem-se que a maioria da população brasileira é negra. Por trás destes números, está em curso uma mudança substancial na mentalidade coletiva de um país que pouco a pouco perde a vergonha da sua condição racial. Da vergonha e do desejo de branqueamento, ao orgulho de ser negro/a, esta é uma guinada muito importante que se relaciona à luta contra o racismo e a discriminação.

O Censo de 2022 trouxe pela primeira vez dados da população quilombola, mostrando, na publicação “Brasil quilombola: quantos somos, onde estamos?”, que o país tem 1,32 milhão de quilombolas (um terço dos quais na Amazônia), residentes em 1.696 municípios (IBGE, 2023a). Matéria com o título “IBGE: dados sobre quilombolas no Censo 2022 são reparação histórica”, seguida do subtítulo “ONU fala em referência para investigação sobre a diáspora africana”, afirma que “São essas populações que mais precisam das estatísticas, desses números.

¹⁷ Segundo J. Silva e Zitzke (2022, p. 319), “foi apenas em 2003, através do Decreto Federal Nº 4.878 que o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos foi regulamentado, sendo o Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o órgão competente na esfera federal, havendo competência comum aos respectivos órgãos de terras estaduais e municipais. A identificação dos limites das terras das comunidades é feita a partir da avaliação conjunta das indicações da própria comunidade e de estudos técnicos e científicos, inclusive relatórios antropológicos, constituindo a caracterização espacial, econômica, ambiental e sociocultural da terra ocupada pela comunidade”.

¹⁸ “Essa identidade alienada, que cheguei a caracterizar como ‘consciência infeliz’, seria ela congruente com esses novos tempos que abriga a consciência indígena e a luta política pela cidadania em que ela está investida? Claro que não” (Oliveira, 2005, p. 25).

A gente precisa saber quantas escolas, quantos postos de saúde, coisas relacionadas à educação e tudo o que essa população quilombola precisa, como a titulação [de terras]" (Almeida, 2023)¹⁹.

A ênfase no território e nas políticas públicas é ponto fundamental na plataforma política quilombola. Os quilombolas pertencem a um território e o habitam, mas não o possuem. Não é uma questão de ter, mas de ser (Haesbaert, 2007). O que é ser quilombola? Entre várias possíveis respostas a esta questão, formulada com frequência nos Processos Seletivos Especiais (PSE) da política universitária de cotas, uma traduz muito o sentido da identidade: ser quilombola é pertencer a um território.

CONCLUSÃO

'O que é ser quilombola hoje?'. Esta pergunta é geradora porque tem potencial para aflorar muitas outras questões, envolvendo relações de gênero, orientações sexuais, pontos de vista geracionais, espiritualidades, opções religiosas diversas e as próprias candidaturas coletivas. Assim, o novo, dado pelas mudanças culturais, e o tradicional, dado pelos valores históricos que permanecem ao longo do tempo, entrarão em um diálogo fecundo. O 1ª Fórum Quilombola de Meio Ambiente e Envolvimento Territorial, realizado em novembro de 2023, na comunidade de Jacundaí, em Jambuaçu, foi puxado pelo movimento 'Perpetuar', liderado por mulheres. O fórum reuniu muitos jovens, mas também contou com a presença numerosa de pessoas mais idosas. Refletiu sobre a condição quilombola, articulando ênfases nas ancestralidades, na resistência e nos conflitos causados por agressões de uma mineradora transnacional. O evento juntou tradição e mudanças culturais, trazendo inclusive a presença e a fala do superintendente do INCRA no Pará, que é um quilombola, um exemplo prático do 'ir pra dentro' das

instituições, que moveu também as candidaturas coletivas quilombolas em 2022.

Cabe nessa conclusão realçar a importância de encantar as bases e a sociedade com o modo de ser quilombola. O protagonismo da mulher quilombola é estratégico para isso. Nas eleições de 2022, o processo interno impôs restrições a mulheres como cabeça das chapas coletivas. O patriarcado, que, conforme Gonzalez (2020), persiste oprimindo material e simbolicamente as mulheres, vigora também no movimento, mas como afirmou do alto da sua sabedoria uma guerreira quilombola: "nosso protagonismo dentro das câmaras e assembleias é questão de organização e tempo" (comunicação pessoal, 2023).

É interessante notar que, em vez de usar a palavra desenvolvimento, o referido fórum empregou a palavra envolvimento, significando esta opção tanto a presença do movimento político e cultural no território como a repulsa ao desenvolvimento capitalista. No evento, falas fortes e bem articuladas projetaram lideranças quilombolas para as eleições municipais de 2024. É estratégico para o sucesso das candidaturas quilombolas 'ir pra dentro' das próprias comunidades para conquistar a adesão do povo quilombola. Para além dos processos eleitorais, discutiu-se a necessidade de realizar gestões em instâncias municipais e estaduais para a implantação de projetos políticos pedagógicos e matrizes curriculares nas escolas dos territórios, para formar culturalmente as futuras gerações de acordo com valores quilombolas. Essa causa comum recebeu muita ênfase no fórum.

Cada comunidade tem o seu próprio contexto e também uma associação vinculada à Malungu e/ou à Bambaê. Com a coordenação política destas entidades, e com referência no contexto específico de cada comunidade, eventos desse tipo significam uma oportunidade para valorizar e projetar politicamente lideranças locais.

¹⁹ Nesta direção, "o Programa Aquilomba Brasil, lançado por meio do Decreto nº 11.447/2023, garante os direitos da população quilombola no país. O programa terá quatro eixos: acesso à terra e território; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e etnodesenvolvimento local; e direitos e cidadania" (Brasil, 2023).

Nas comunidades, a manutenção de valores ancestrais e a absorção de novos valores culturais andam juntas. E os eventos, promovidos pelas associações e coordenações quilombolas, acontecem com grande frequência. O movimento entende que é eleitoralmente estratégico reforçar o prestígio e a visibilidade das lideranças locais.

As entidades quilombolas discutem estratégias para as próximas eleições a partir da experiência e das lições proporcionadas pelas eleições de 2022. Estabelecer reciprocidades orgânicas entre os/as candidatos/as e as comunidades é questão estratégica. As candidaturas coletivas marcaram uma inflexão política, representando um grande passo para libertar as comunidades quilombolas do controle de políticos clientelistas. No entanto, elas precisam ser realmente bem sucedidas. Para tanto, o movimento quilombola precisa 'ir pra dentro' dos próprios territórios para realizar um trabalho de base.

A conquista da autonomia política demanda empenho por parte do movimento. Muitas coisas boas podem brotar de encontros de quilombolas refletindo sobre si mesmos/as, e certamente reuniões de quilombolas em torno de questões e causas comuns gerarão autoconhecimento e poder. Assim, o 'Agora é nós por nós', o lema das candidaturas quilombolas coletivas, ganhará força para as eleições de 2024 e para além delas. O objetivo do artigo foi justamente devolver considerações para essa reflexão dos quilombolas e seus coletivos sobre si mesmos, especialmente no que tange à necessidade de conquistar espaços institucionais. Os mapas que o artigo apresenta foram produzidos para atender uma demanda de ferramentas analíticas do movimento e, de fato, assim como outras lições da campanha de 2022 aqui reportadas, vêm sendo utilizados para esse fim.

Contudo, face à grande extensão territorial do estado do Pará e dos altos custos de deslocamento dos vários candidatos de uma chapa coletiva, discute-se inclusive se vale a pena continuar com a proposta de candidaturas coletivas, a despeito do apelo que elas exercem em setores sociais progressistas. Concentrar meios escassos em um nome forte pode ser eleitoralmente mais efetivo?

Esta é uma questão que o artigo ecoa a partir de opiniões e análises de quilombolas que discutem a experiência. A escolha do partido político ao qual os candidatos quilombolas vão se vincular nas próximas eleições tem sido também motivo de discussões.

Conquistar a simpatia e o apoio da sociedade em geral é estratégia do movimento. O modo de ser quilombola envolve a defesa da natureza e também o ir e vir entre cidade e território. Os mais de mil e quinhentos quilombolas que estudam na universidade moram na cidade. Alguns fazem o vai e vem diariamente, e o porto da Palha, referido ainda na introdução deste artigo, é um dos lugares por onde eles entram e saem. Produtos quilombolas são comercializados nesses trapiches, e, agora em que há um projeto de ampliação e remodelação desse porto público, o movimento pode reivindicar uma presença quilombola permanente nele. Este é um anseio de algumas lideranças quilombolas. Conquistar um espaço nesse trapiche para, entre outras coisas, fazer funcionar uma cozinha quilombola, um lugar de encontro para disseminar valores e encantar eleitores nos territórios, na cidade e na universidade, isso faz sentido para a identidade da Belém ribeirinha. E faz sentido para o movimento quilombola.

REFERÊNCIAS

- Almeida, D. (2023, jul. 27). IBGE: dados sobre quilombolas no Censo 2022 são reparação histórica. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-07/ibge-dados-sobre-quilombolas-no-censo-2022-sao-reparacao-historica>
- Arruti, J. M. A. (1997). A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana*, 3(2), 7-38. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131997000200001>
- Benjamin, W. (1993). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (Obras Escolhidas, Vol. 1, 5. ed.). Editora Brasiliense.
- Bhabha, H. K. (1998). *O local da cultura*. Editora UFMG.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado Federal. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

- Brasil. (2023, abr. 9). Secretaria de Comunicação Social. *Programa Aquilomba Brasil garante direitos da população quilombola*. <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/obrasilvoltou/desenvolvimento/programa-aquilomba-brasil-garante-direitos-da-populacao-quilombola>
- Campos, B. L., & Matos, M. (2023). Juntas em um único número na urna? As experiências de mandato coletivo e o desafio à política partidária tradicional e personalista no Brasil (2016-2020). *Revista Brasileira de Ciência Política*, (40), e263122. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2023.40.263122>
- Carvalho, J. M. (2012). Prefácio. In V. N. Leal (Ed.), *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil* (7. ed., pp. 4-9). Companhia das Letras.
- Comerford, J. C., & Bezerra, M. O. (2013). Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política. *Análise Social*, 48(207), 465-489. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2013207.09>
- Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP). (s. d.). *Quem somos*. <https://cpisp.org.br/quem-somos/>
- Comunidades Quilombolas no Pará. (s.d.). *Malungu*. <https://malungupara.wordpress.com/quemsomos-2/>
- Conrado, M., Campelo, M., & Ribeiro, A. (2015). Metáforas da cor: morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na Amazônia paraense. *Afro-Ásia*, (52), 213-246. <https://doi.org/10.9771/aa.v0i52.21886>
- Decreto Legislativo nº 143. (2002, jun. 20). Aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes. *Diário Oficial da União*. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-norma-pl.html>
- Decreto nº 4.887. (2003, nov. 20). Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm
- Decreto nº 11.447. (2023, mar. 21). Institui o Programa Aquilomba Brasil e o seu Comitê Gestor. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11447.htm
- Escobar, A. (1992). Culture, practice and politics: Anthropology and the study of social movements. *Critique of Anthropology*, 12(4), 395-432. <https://doi.org/10.1177/0308275X9201200402>
- Escobar, A. (2008). *Territories of difference: place, movements, life, redes*. Duke University Press. <https://doi.org/10.1215/9780822389439>
- Foucault, M. (2002). *A ordem do discurso*. Edições Loyola.
- Gabriel, J. (2023, set. 14). Câmara aprova veto a candidaturas coletivas em revés da esquerda na reforma eleitoral. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/09/camara-aprova-veto-a-candidaturas-coletivas-em-reves-da-esquerda-na-reforma-eleitoral.shtml>
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Zahar.
- Haesbaert, R. (2007). *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Bertrand Brasil.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023a). *Brasil quilombola: quantos somos, onde estamos?* https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/2e215f8a8b5904299cca0a9f02b734de.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023b). *Censo demográfico 2022: quilombolas: primeiros resultados do universo: segunda apuração*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73104>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023c). *Censo Demográfico 2022: quilombolas: primeiros resultados do universo*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102016>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023d). *PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). (2017). *Regularização de território quilombola: perguntas & respostas*. https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas_respostas.pdf
- Kantner, B., & Peixoto, R. (2023). Thinking with *Bem Viver* across rural and urban Amazonia: Indigenous and Black spaces of resistance. *Journal of Political Ecology*, 30(1), 471-496. <https://doi.org/10.2458/jpe.5462>
- Kuschnir, K. (2000). *Eleições e representação no Rio de Janeiro*. Relume-Dumará.
- Kuschnir, K. (2007). Antropologia e política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22(64), 163-167. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000200014>
- Leal, V. N. (2012). *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil* (7. ed.). Companhia das Letras.
- Mapeando o Axé. (s. d.). Pesquisa socioeconômica e cultural das comunidades tradicionais de terreiro. *Apresentação*. <https://www.mapeandoaxe.org.br/cd/paginas/oprojeto.htm>

- Marques, J. A., & Malcher, M. A. (Orgs.). (2009). *Territórios quilombolas* (Vol. 3). Cadernos ITERPA.
- Mauss, M. (1974 [1924]). Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In Autor, *Sociologia e antropologia* (Vol. 2, pp. 37-184). EPU.
- Moura, C. (2019). *Sociologia do negro brasileiro* (1. ed.). Perspectiva.
- Observatório Quilombola e Territórios Negros.(s. d.). *O que é quilombo*. <https://kn.org.br/oq/o-que-e-quilombo/#>
- Oliveira, R. C. (2005). Identidade étnica, reconhecimento e o mundo moral. *Revista Antropológicas*, 16(2). 9-40. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaanthropologicas/article/view/23631>
- Organização Internacional do Trabalho (OIT). (1989, 26 jun.). *Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes* [Convenção 169]. http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf
- Palmeira, M. (2004). Eleição municipal, política e cidadania. In M. Palmeira, & C. Barreira (Orgs.), *Política no Brasil: visões de antropólogos* (pp. 137 – 150). Relume Dumará.
- Palmeira, M., & Barreira, C. (Orgs.). (2004). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Relume Dumará.
- Pulido, L. (2018). Racism and the Anthropocene. In G. Mitman, M. Armiero, & R. S. Emmett (Eds.), *Future remains: a cabinet of curiosities for the Anthropocene* (pp. 116-128). University of Chicago Press.
- Queiroz, T. A. N. (2014). Espaço geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. *Para Onde!?*, 8(2), 154-161. <https://doi.org/10.22456/1982-0003.61589>
- Quijano, A. (2002). Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, (37), 4-28.
- Reis, A. C. F. (2005). Prefácio. In V. Salles, *O negro no Pará sob o regime da escravidão* (Programa Raízes, 3. ed.). IAP.
- Salles, V. (2005). *O negro no Pará sob o regime da escravidão* (Programa Raízes, 3. ed.). IAP.
- Santos, A. B. (2015). *Colonização, quilombos: modos e significações*. INCTI/UnB.
- Selister-Gomes, M., Quatrin-Casarin, E., & Duarte, G. (2019). O conhecimento situado e a pesquisa-ação como metodologias feministas e decoloniais: um estudo bibliométrico. *CS*, (29), 47-72. <https://doi.org/10.18046/recs.i29.3186>
- Silva, C. (2022, jun. 7). 'Quilombo nos Parlamentos' apresenta candidaturas comprometidas com a agenda antirracista. *Carta Capital*. <https://www.cartacapital.com.br/politica/quilombo-nos-parlamentos-apresenta-candidaturas-comprometidas-com-a-agenda-antirracista/>
- Silva, J. J. S., & Zitzke, V. A. (2022). Territórios negros no Tocantins: caracterização das comunidades quilombolas no Território Eclesiástico da Diocese de Porto Nacional, Tocantins. *Kwanissa*, 5(12), 310-336. <https://doi.org/10.18764/2595-1033v5n12.2022.15>
- Silva, S. R. (2012, maio). Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. In *XII Colóquio Internacional de Geocrítica*. Universidad Nacional de Colombia, Bogotá.
- Smith, L. T. (1999). *Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples*. Zed Books.
- Supremo Tribunal Federal (STF). (2020, set. 11). *Quilombolas e partidos pedem providências para o combate à Covid-19 nas comunidades*. <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=451577&ori=1>
- Treccani, G. D. (2006). *Terras de quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação*. Programa Raízes.
- Tribunal Superior Eleitoral (TSE). (2023). *Estatísticas do eleitorado – Consulta por município/zona eleitoral*. <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado/consulta-por-municipio-zona>
- Tribunal Superior Eleitoral (TSE). (2025). *Eleições Brasileiras Dados de eleições brasileiras desde 1945 fornecidos pelo TSE. Inclui dados de eleitorado, candidaturas, resultados e prestação de contas* [Base de Dados]. <https://basedosdados.org/dataset/eef764df-bde8-4905-b115-6fc23b6ba9d6?table=98811854-da11-4c82-a1c0-9d88a81d4142>

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

J. C. G. Galiza contribuiu com conceituação, análise formal, investigação, metodologia, supervisão e validação; A. L. Moraes com conceituação, análise formal, investigação, metodologia e escrita (rascunho original, revisão e edição); B. Kantner com conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, administração de projeto e escrita (rascunho original, revisão e edição); e R. Peixoto com conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, supervisão, validação e escrita (rascunho original, revisão e edição).

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AVALIAÇÃO POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.

Anexo 1. Financiamento do PSOL no Pará a candidatos nas eleições de 2022. Fonte: TSE (2025).

Candidatos a deputado federal			
Número eleitoral	Nome	Valor (R\$)	%
5000	Viviane da Costa Reis	1.207.467,34	26,98
5050	Marinor Jorge Brito	1.152.211,42	
5033	Maria de Nazaré Alves de Lima	660.321,50	
50	Adolfo da Costa Oliveira Neto	508.178,57	
5013	Gizelle Soares de Freitas	198.106,00	
5011	José Carlos Guerreiro Galiza	159.491,59	3,56
5015	Maria Gracionice Barbosa Gonçalves	143.903,80	
5080	Edivania Santos Alves	113.915,75	
5012	Jackson de Sousa Dias	106.944,30	
5055	José Nery Azevedo	104.467,08	
5023	Jociléia Pinto Miranda	40.648,19	
5022	Ericelia Barbosa Silva	40.534,20	
5005	Carlos Renilton Freitas Cruz	39.390,00	
Total de financiamento do PSOL a candidatos ao cargo de deputado federal		4.475.579,74	100,00
Candidatos a deputado estadual			
22 candidatos com financiamento total de		1.444.656,76	100,00
Valberto de Almeida Maia (Dunga Quilombola) 12ª posição		23.020,56	1,59

El fútbol wichí: misión y pasión en el Gran Chaco

The Wichí soccer: mission and passion in the Gran Chaco

Marco Flamini 

IDACOR - CONICET. Córdoba, Argentina

Resumen: Esta contribución busca resaltar la importancia del estudio del fútbol entre los pueblos indígenas de las 'tierras bajas' sudamericanas, un campo poco estudiado por la antropología. A través de trabajo etnográfico, análisis de material inédito de entrevistas y relatos recogidos en el terreno, así como revisión de fuentes históricas, se investigan las conexiones del fútbol con la vida social de los wichís, desde su introducción por parte de las misiones anglicanas hasta la actualidad. El fútbol no solo reemplazó al antiguo hockey chaqueño, sino que se convirtió en un medio de integración y transformación social, generación de ingresos económicos, e incluso en un instrumento político y religioso. El estudio de este fenómeno mundial en un contexto indígena local, resulta crucial para comprender algunas complejidades de las relaciones sociales wichís, y da cuenta de cómo un aparentemente simple pero pasional deporte actúa simultáneamente como un reflejo y un agente de cambio hacia el interior de las comunidades.

Palabras-clave: Gran Chaco. Fútbol. Pueblos indígenas. Iglesia anglicana. Wichí.

Abstract: This contribution aims to highlight the significance of studying soccer among indigenous peoples of the 'lowlands' of South America, a field that remains relatively unexplored within anthropology. Through ethnographic work, the analysis of unpublished material from interviews and stories collected *in situ*, as well as the review of historical sources, this research delves into the connections between soccer and Wichí social life, from its introduction by Anglican missions to the present day. Soccer not only supplanted the traditional Chacoan hockey but also emerged as a vehicle for social integration and transformation, economic livelihoods, and was even employed as a political and religious tool. Examining this global phenomenon in a local indigenous context is crucial for understanding the complexities of Wichí social relations, revealing an apparently simple and passionate sport simultaneously acts as a reflection and an agent of change within the communities.

Keywords: The Gran Chaco. Soccer Indigenous people. Anglican Church. Wichi.

Flamini, M. (2025). El fútbol wichí: misión y pasión en el Gran Chaco. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 20(1), e20240039. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0039.

Autor correspondiente: Marco Flamini. Museo de Antropología. Av. Hipólito 174. Córdoba, Argentina. CEP 5000 (mflamini@mi.unc.edu.ar).

Recibido en 10/05/2024

Aprobado en 01/10/2024

Responsabilidad editorial: Jorge Eremites de Oliveira



INTRODUCCIÓN

Los pueblos indígenas del Gran Chaco sudamericano practicaban un juego de gran espectacularidad muy similar al hockey moderno. Métraux (1940) consideraba que era el “juego nacional” de los pueblos chaqueños y el espectáculo humano que más le impresionaba, incluso más que el fútbol que por entonces ya era el mayor evento deportivo occidental. Al respecto, el suizo decía: “Es un juego prohibido en las misiones religiosas del Chaco. Hace siete años se le practicaba allá bastante más que el año pasado, cuando yo recorría aquel territorio. Y no creo que esté muy lejano el día en que se dispute el último partido” (Métraux, 1940, Sección 3). Finalmente, esa predicción se cumplió: el hockey se dejó de practicar y desde hace más de 70 años el fútbol es el deporte preferido de los indígenas del Chaco.

El fútbol es hoy el deporte favorito no solo de esos indígenas, sino que despierta enormes pasiones entre todos los indígenas sudamericanos. Durante el desarrollo del mundial de fútbol masculino de Qatar 2022, algunos wichís con los que trabajé me compartieron gran cantidad de videos, fotografías y comentarios sobre los partidos de la selección argentina, en los que se veían a varones y mujeres wichís, niños y adultos, en torno a un televisor con camisetas argentinas vitoreando por el equipo nacional, festejando goles, cantando las canciones de los estadios traducidas a la lengua wichí, festejando en motocicleta por la plaza del pueblo, y muchas cosas por el estilo. Con todo esto, simplemente quiero destacar la importancia y la pasión evidentes que despierta este deporte entre el pueblo indígena wichí, que es objeto de este trabajo.

Resulta llamativo que a pesar de que el fútbol sea entre los pueblos indígenas de Sudamérica una práctica y un espectáculo cotidianos desde hace décadas, sean tan pocos y tan recientes los estudios que abordaron la temática¹: se

destacan, por ejemplo, los estudios de Acuña Delgado (2010) entre los yanomami del Alto Orinoco, de Bonifacio (2011) entre los maskoy del Alto Paraguay, de Dziubinska (2013) y Pires Rosse (2013) entre indígenas de Brasil, de Schweitzer de Palacios (2008) con los shuar colombianos, de Walker (2013) entre los urarina peruanos y, más recientemente, los de Diz (2022) con guaraníes argentinos, de Villena Fiengo (2016) con indígenas bolivianos y de Voirol (2018) con los otavalos de Ecuador. En el caso particular de los wichís, existen menciones menores sobre el fútbol, principalmente en relación a sus vínculos con el ‘hockey chaqueño’ (p. ej. Alvarsson, 2012b, p. 166; Montani, 2017, p. 160; Montani & Suárez, 2016, p. 140), pero nadie lo ha tomado todavía como objeto de estudio *per se*.

El objetivo de este trabajo es estudiar las conexiones que guarda el fútbol con la vida social de los wichís. Para cumplirlo, me propongo, en primer lugar, analizar el surgimiento y posterior desarrollo de la práctica entre los wichís; en segundo lugar, describir sus particularidades en el seno de esa sociedad indígena chaqueña; y finalmente, reflexionar acerca de la adopción y adaptación de elementos propios de la modernidad occidental en un contexto indígena. Con esta contribución pretendo resaltar el valor del estudio del fútbol entre los pueblos indígenas de las ‘tierras bajas’ sudamericanas, un campo relativamente poco explorado por la antropología.

Esta investigación se sustenta fundamentalmente en observaciones etnográficas propias y en la revisión de la revista de la Sociedad Misionera Sudamericana que fue la que evangelizó a los wichís². En el marco de mis estudios sobre la etnobotánica de los wichís carneños, entre los años 2016 y 2022 realicé campañas de campo a aldeas rurales y barrios urbanos ubicados a la vera de la ruta provincial 39 entre las localidades de Ingeniero Juárez y El Quebracho (Figura 1). Los resultados que presento provienen de entrevistas

¹ Fuera del ámbito indígena la situación es diferente. La investigación latinoamericana sobre el fútbol tiene ya una trayectoria que se remonta a los estudios pioneros de Da Matta (1982) y Archetti (1985). Luego siguieron otros, como los trabajos de Alabarces (2002), Alabarces y Rodríguez (1996), Mason (1995), Miller (2007), Villena Fiengo (2003), entre otros.

² Agradezco a Rodrigo Montani y Lorena Córdoba por facilitarme copias digitalizadas de esta revista.

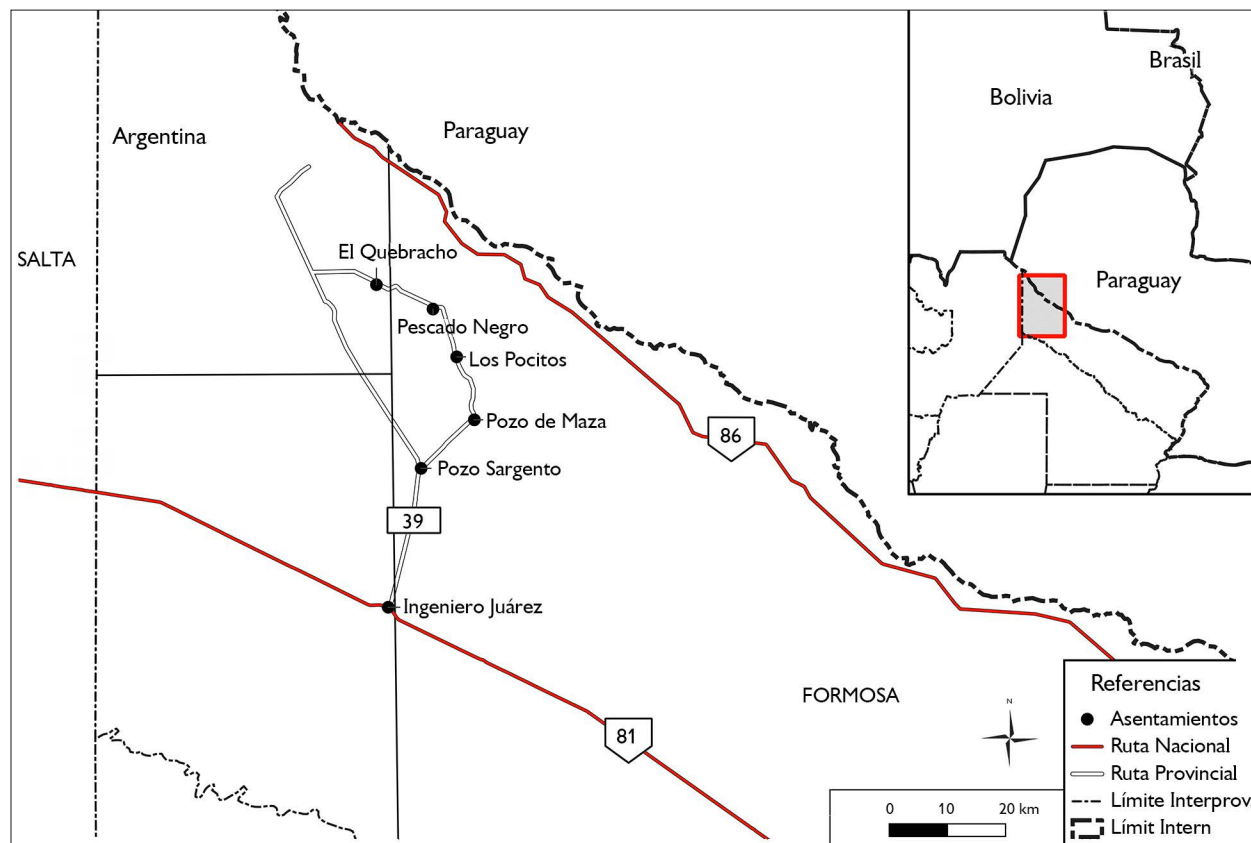


Figura 1. Área de estudio. Mapa: Marco Flamini (2022).

y encuentros individuales y grupales, de mi participación como jugador y árbitro de partidos y campeonatos de fútbol varonil, como espectador de partidos femeninos y como jugador de partidos mixtos.

Los wichís (o weenhayek, como se los conoce en Bolivia) habitan en el Chaco Semiárido de la Argentina en las provincias de Salta, Formosa y Chaco, y en la provincia boliviana de Gran Chaco. Además del castellano, la mayoría habla su propia lengua, que presenta numerosas variedades dialectales. El grupo étnico ronda las 60.000 personas (Wallis, 2016). Hasta los inicios del siglo XX los wichís se organizaban en pequeños grupos nómadas que recorrían extensas áreas, en donde practicaban la caza, la pesca, la recolección y, en menor medida, la horticultura. Con la llegada de los misioneros anglicanos, los colonizadores y el proceso de expansión capitalista en la zona, se impuso

un modelo extractivista que generó la usurpación de gran parte de su territorio, una fuerte degradación ambiental y la sedentarización obligada de todos los grupos nómadas. Todo esto desencadenó una serie de procesos concatenados (migraciones estacionales, formación de misiones, urbanización, peonazgo, deforestación) que modificaron profundamente a la sociedad wichí (Alvarsson, 2012a, pp. 441-444; Arenas, 2003, pp. 85-86; Montani, 2017, pp. 21-23; Palmer, 2005, pp. 2-4). Actualmente, están organizados en grupos locales, bastante igualitarios pero muy disímiles unos de otros, asentados en áreas rurales o suburbanas, cuya economía depende de la complementación de las antiguas prácticas (aunque técnicamente modernizadas) con trabajos temporarios remunerados, asistencia social estatal y donaciones de privados (cf. Alvarsson, 2012a, p. 89; Flamini, 2022, pp. 44-45; Montani, 2017, pp. 85-86).

EL FÚTBOL INDÍGENA EN SUDAMÉRICA

El tratamiento bibliográfico sobre la introducción del fútbol entre los aborígenes sudamericanos da cuenta de múltiples impulsores, desde instituciones estatales y eclesiásticas hasta medios de comunicación. Podemos encontrar, por ejemplo, que “misioneros”, “criollos” y los medios de comunicación introdujeron este deporte entre los piaroas, ye'kuanas y yanomamis de Venezuela (Acuña Delgado, 2010); que los weenhayek de Villa Montes empezaron a jugarlo en 1970 en las escuelas (Alvarsson, 2012b, p. 166); que fueron los “blanco-mestizos”, “redes transnacionales” y los medios de comunicación quienes lo difundieron entre indígenas de Ecuador hacia la década de 1940 (Voirol, 2018); y por último, también hacia 1940 que fue introducido por misioneros católicos entre los lenguas paraguayos (Bonifacio, 2011). Entre los wichís argentinos, está claro que fueron los misioneros anglicanos quienes lo introdujeron (Montani & Suárez, 2016; Torres Fernández, 2007), pero no se indagó sobre los motivos que tuvo la Misión Anglicana para su introducción y difusión, de modo que, en primer lugar, me propongo analizar los vínculos entre la Iglesia anglicana y el fútbol, y el rol que desempeñaron las misiones y los misioneros en la promoción de este deporte. En este sentido, daré argumentos para sostener que la difusión del fútbol fue una política misional implementada a escala regional y que se sustentaba en la aplicación de la doctrina *muscular Christianity* por parte de la Iglesia anglicana.

El fútbol es una importante institución social y actúa como un microcosmos de la sociedad, por lo que está relacionado con las esferas políticas, económicas, sociales, ideológicas, morales, etc. (Frey & Eitzen, 1991; Walker, 2013). Entonces, en segundo lugar, analizaré el lugar que ocupa el fenómeno futbolístico en ciertos ámbitos de la sociedad wichí: en las economías familiares, en las relaciones interétnicas, en la socialización y en la política.

Así, podré demostrar que este deporte no sólo sirve para el esparcimiento y la vinculación con otras personas, sirve también como un medio económico, como un medio para hacer política, y que si bien reproduce las desigualdades étnicas y de género, también es un espacio de resistencia y transformación social (cf. Besnier & Brownell, 2012; Carrington, 2013).

Algunos investigadores sostienen que la difusión y el desarrollo del fútbol alrededor del mundo se encuentra asociado con el avance colonial de Occidente y del consumo capitalista que llevan a la destrucción del hábitat y las culturas locales (Besnier & Brownell, 2012; Maguire, 2015). Pero estas posturas conllevan al menos dos problemas, por un lado, le quitan agentividad a quienes adoptan el juego y, por otro lado, plantean que la colonización y la globalización son fenómenos monolíticos y homogéneos independientemente del lugar y momento específico que se analice. Entonces, en tercer lugar, la propuesta de este artículo es analizar lo que sucede con este fenómeno global en una escala local, pero entendiendo, como propone Sahlins (1993), que el modo en el que las sociedades cambian tiene su propia autenticidad, y el fútbol, precisamente, se presenta como un campo fértil para este tipo de abordajes, ya que allí se desarrollan simultáneamente las fuerzas integradoras de un deporte moderno y globalizado y las fuerzas diferenciadoras locales de quienes lo adoptan y adaptan.

EL PRIMER JUEGO DE EQUIPOS WICHÍ: EL HOCKEY CHAQUEÑO

Un juego tradicional de pelota parecido al hockey era practicado por la mayoría de los pueblos indígenas del Gran Chaco³. En el caso wichí, se llevaba a cabo en el gran descampado central de la aldea y ocupaba un importante rol en la vida social. De acuerdo a las narrativas “Thokwjwaj y el origen del hockey” (Alvarsson, 2012c, pp. 83-84)

³ Para consultar más sobre este juego se recomiendan las lecturas de Alvarsson (2012b, pp. 292-297), Fock (1982, p. 23), Métraux (1940), Montani (2017, pp. 157-160) y Nordenskiöld (2002, pp. 65-67).

y “El origen del juego del hockey” (Fock, 1982, pp. 123-125), los wichís aprendieron a jugarlo de la mano de *Thokfwaj*, ‘Tío travieso’, el *trickster* de la mitología del grupo. *Thokfwaj* les enseñó que el juego se debía practicar en un campo abierto, que se requería de una pelota de madera, palos para cada jugador, ramas en cada extremo del campo donde se marcaban las anotaciones, y podía haber recompensas para el equipo ganador (textiles, ganado menor, collares, tabaco, etc.).

El hockey se dejó de practicar durante el siglo pasado debido a diversos factores, el principal fue la prohibición del juego por parte de los misioneros anglicanos porque consideraban que era un juego violento y que promovía el vicio por las apuestas que habitualmente se hacían durante los partidos. También contribuyeron la discriminación de parte de los vecinos criollos que lo consideraban un juego “primitivo”, y como me comentó en alguna ocasión Juan, un colaborador wichí, ‘el fútbol es lindo y duele menos [que el hockey]’, es decir, su reemplazo por un juego menos agresivo. El último partido de hockey que jugaron los wichís carmeños fue hace poco más de cuarenta años (aunque el hockey ya casi no se practicaba desde la década de 1950), en ese entonces los misioneros ya no visitaban con asiduidad los asentamientos, por lo que la condena la aplicaron los pastores y diáconos wichís.

Algunos autores propusieron, acertadamente, que entre el antiguo hockey y el fútbol moderno existe una relación de homología, y que el fútbol es el ‘heredero’ del hockey (Alvarsson, 2012a, p. 375; Montani, 2017, p. 160; Montani & Suárez, 2016, p. 140). Las características que los igualan son: el campo de juego comenzó siendo el mismo (el gran descampado); son juegos de pelota, de equipos y de varones; tienen valor recreativo pero también escenifican enfrentamientos entre grupos rivales, y por ello tienen la potencialidad de ampliar lazos sociales y atenuar conflictos previos; y por último, en ambos se utilizan prendas especiales. De algún modo, este hecho posiblemente facilitó la incorporación del deporte occidental en el seno de la sociedad wichí, que ya disponía

de una suerte de sustrato o molde previo, de tal manera que su adopción no implicó grandes modificaciones culturales, materiales o espaciales, al menos en sus inicios.

LOS ORÍGENES DEL FÚTBOL INDÍGENA SUDAMERICANO: MUSCULAR CHRISTIANITY Y MISIÓN ANGLICANA

El fútbol fue creado y estandarizado por los ingleses a mediados del siglo XIX en el ámbito de las *public schools*, y su consolidación estuvo fuertemente influida por la doctrina *muscular Christianity* y la Iglesia anglicana (Arranz Albó, 2015; MacAloon, 2006). Directivos y profesores de las escuelas públicas inglesas aplicaron esta doctrina por medio de ciertos deportes como las carreras, el fútbol o el rugby, ya que consideraban al cultivo del cuerpo como un medio para lograr la fe cristiana, la rectitud moral, la masculinidad (el afeminamiento era considerado negativo para la sociedad) y la pureza racial (Besnier & Brownell, 2012; Watson et al., 2005). Además, de este modo se podía controlar el tiempo de ocio, fomentar la disciplina y el respeto por la autoridad, y reemplazar otros juegos populares localistas (Arranz Albó, 2015; Bourdieu, 1999). Entonces, desde la segunda mitad del siglo XIX, la Iglesia anglicana vio en el fútbol un modo de acercarse a Dios y alejarse de los vicios y comenzó a difundirlo, primero, entre las clases trabajadoras desfavorecidas de Inglaterra, y luego, entre los habitantes de las colonias británicas y sus áreas de influencia (Arranz Albó, 2015; Darby, 2000; MacAloon, 2006).

El fútbol llegó a la Argentina avanzada la segunda mitad del siglo XIX con los inmigrantes británicos (Archetti, 1995; Mason, 1995, p. 2; Miller, 2007). El primer club argentino fue el Buenos Aires Football Club fundado en 1867, pero como tan solo se jugaron algunos partidos, Archetti (1995) propuso que el origen del fútbol argentino se podría situar hacia 1880, cuando se crearon muchos clubes casi en simultáneo. Se podría decir, entonces, que en la Argentina el fútbol comenzó siendo un deporte de elite que se difundió desde el puerto, siguiendo las vías del

tren (donde se empleaban muchos inmigrantes británicos), hacia las ciudades más importantes y así acabó por llegar a todo el país y popularizarse.

También fueron los ingleses, pero esta vez los misioneros anglicanos, los que introdujeron el fútbol en las sociedades indígenas del Chaco argentino (Métraux, 1933; Montani, 2017, p. 119; Torres Fernández, 2007)⁴. Esto lo confirman mis colaboradores más ancianos, que recuerdan que en la escuela de la misión El Carmen (fundada en 1939) los pastores les enseñaban a los niños a jugar con una pelota de trapo, y también a los varones adultos, pero por fuera del ámbito escolar. Al principio jugaban una vez por semana y ciertos días festivos, con el tiempo se añadieron más días. Así lo expresó Selin, un anciano colaborador wichí (comunicación personal, sep. 2019):

Primerito, la gente no conocía *pelutaj* [el juego del fútbol], entonces misioneros enseñando los chicos a pelotear en escuela de misión. Después, los otros [los adultos] jugaban en cancha de misión los sábados a la tarde; también jugaban para navidad, para día de virgen... Después a la gente le gusta *pelutaj* y ya empieza a jugar lunes, martes, y así. La pelota hicieron mismos misioneros con trapo.

Ahora bien, cabe preguntarse si acaso la difusión por parte de la Iglesia anglicana fue una política misional que se aplicó sistemáticamente en todas las misiones indígenas o sólo ocurrió excepcionalmente en algunas misiones o por algunos misioneros. Para intentar responder esta pregunta, la fuente obligada es la revista de la sociedad misionera anglicana: Magazine of the South American Missionary Society. En los números que revisé (la mayoría de las publicaciones desde 1898 a 1946), no hay muchas menciones de los deportes de origen europeo, pero queda claro que en el contexto misional el ámbito específico para la difusión del fútbol era la escuela, y que era muy habitual que durante los festejos navideños se jugaran partidos. La primera mención del fútbol aparece en una publicación

de 1911, donde se alude que jóvenes y adultos mapuches de la misión Quepe en la araucanía chilena jugaron al fútbol durante los festejos navideños (Wetherel, 1911, p. 206). Otros registros citan partidos de fútbol durante las celebraciones navideñas en las misiones de los lengua en Paraguay (Bevis, 1914, p. 42), de los izoceños en Bolivia (Arnot, 1927, p. 54), y en la misión Makthlawaiya del chaco paraguayo (South American Missionary Society, 1927, p. 134), mientras que en la misión El Algarrobal del chaco argentino, donde se congregaban mayoritariamente wichís, hacia 1928 ya se jugaba al fútbol al menos una vez a la semana (Tompkins, 1928, p. 106). Así, resulta evidente que la práctica deportiva no era una cuestión aislada sino que ocurría sistemáticamente ya desde 1911 en diversas misiones anglicanas sudamericanas que involucraban al menos a mapuches, lenguas, izoceños y wichís.

La doctrina *muscular Christianity* fue promovida por la Iglesia anglicana en las zonas de influencia británica, pero casi nada se ha dicho sobre su rol entre los indígenas de Sudamérica. El tema requiere una investigación más profunda, pero se pueden obtener algunas notas de la revista anglicana que permiten pensar que la *muscular Christianity* era la ideología que estaba por detrás de una serie de acciones concretas dentro de las misiones sudamericanas. En primer lugar, que los mismos misioneros promovían la práctica deportiva entre jóvenes y niños en las escuelas por considerarla necesaria y beneficiosa para la salud, tal como sostiene la doctrina cristiana. Así, por ejemplo, Bevis (1914, p. 42) recomendaba en una misión lengua que se debía practicar deportes más de una vez al año. Hunt (1920, p. 46) destacaba el excepcional estilo de vida de los niños en la misión El Algarrobal (hoy, Misión Chaqueña) frente al de los que viven en tierras de colonos blancos, ya que en estos lugares los empleadores no organizaban ni fomentaban ningún deporte. En una visita clerical a

⁴ No todas las iglesias misioneras estuvieron de acuerdo con promover el fútbol. En Embarcación, por ejemplo, el evangelista pentecostal Berger Johnsen prohibió todo juego de pelota, incluido el fútbol, por considerarlos una pérdida de tiempo (Alvarsson, 2012b, p. 166). Quizá esta diferencia pueda explicarse en diferentes morales de cada iglesia, pero el problema supera los objetivos de este artículo.

El Algarrobal llevaron pelotas de fútbol para los jóvenes (Hunt, 1923, p. 63). Hunt (1928, p. 142) subrayaba que el fútbol se había convertido en un juego muy popular entre los jóvenes varones de la misión El Algarrobal; Tompkins (1928, p. 107) contaba que los niños en la escuela tienen entrenamiento físico; y por último, Coryton (1930, p. 34) resaltaba la labor del director de una escuela simplemente por enseñarles a jugar fútbol a los jóvenes.

En segundo lugar, que en las misiones se intentaba propagar la religión por medio de la palabra, pero también inculcándoles una rutina diaria en la que el deporte ocupaba un papel fundamental y donde los misioneros pregonaban con el ejemplo enseñando a jugar al fútbol practicándolo ellos mismos. El Algarrobal, por ejemplo, contaba con un club de fútbol propio conformado por indígenas y misioneros (Tompkins, 1928, p. 106). Esta idea queda también evidenciada en un discurso del obispo para el Chaco argentino donde resalta los avances de la misión: "... es un gran error suponer que la fe se propaga únicamente por medio de las palabras. La religión se adquiere a través de la vida y el ejemplo, más de lo que se la enseña" (South American Missionary Society, 1928, p. 112, traducción propia). Si bien el obispo no menciona directamente a la práctica deportiva, al tomar en cuenta la gran promoción del deporte, y en particular del fútbol, no es desatinado considerar que incorporarlo como una actividad más durante las celebraciones religiosas así como en la vida cotidiana de las misiones responde a esta prédica con el ejemplo y a relacionarlo con los buenos hábitos dentro de la misión, de hecho hasta el día de hoy los wichís relacionan el fútbol con las celebraciones religiosas puesto que esta actividad nunca puede faltar.

En tercer y último lugar, sostengo que la *muscular Christianity* era la ideología que estaba por detrás de una serie de acciones, puesto que algunos misioneros resaltaban la posibilidad de incorporar ciertos valores y principios por medio de la práctica deportiva. Así, por ejemplo, Bevis (1914, p. 42, traducción propia) recomendaba promover más aún la práctica deportiva entre los lengua porque

los varones, a diferencia de otras prácticas foráneas que suelen rechazar, muestran buena predisposición a ello y esto puede enseñarles el "... verdadero espíritu de una competición". Asimismo, en un reporte general del Chaco argentino, se destaca que en la escuela se introdujeron juegos organizados para inculcar el "... *esprit de corps* que tan tristemente falta entre nuestros chicos y chicas" (South American Missionary Society, 1924, p. 40, traducción propia). El misionero White (1933, p. 138) contaba que en la escuela, inicialmente, los niños, aficionados a jugar por jugar, apenas pateaban el balón, pero con esfuerzo y dedicación habían aprendido las reglas y lentamente mejorado sus habilidades deportivas, destacando así el valor del reglamento y el desarrollo de una práctica competitiva. El hecho de querer fomentar por medio del deporte el espíritu competitivo, el *esprit de corps*, el respeto y la comprensión del reglamento y además tener la intención de perfeccionar las cualidades deportivas y físicas, son cuatro valores que están directamente relacionados con la doctrina *muscular Christianity* (cf. Arranz Albó, 2015; Watson et al., 2005) y que claramente se intentaban promover en las misiones por medio del fútbol.

CARACTERÍSTICAS DEL FÚTBOL WICHÍ POSTMISIONAL

Hacia la década de 1970, tras sucesivas inundaciones del río Pilcomayo, misión El Carmen fue abandonada luego de casi cuarenta años de trabajo misional. Los grupos wichís que vivían en El Carmen se dispersaron y formaron diversas aldeas por la zona. En los nuevos asentamientos se construyeron iglesias con el apoyo de los anglicanos, aunque esta vez la construcción de escuelas y centros de salud quedó a cargo del estado provincial formoseño. En 1982 comenzó la Guerra de las Malvinas, y esto obligó a emigrar del país a muchos de los misioneros ingleses radicados en el Chaco argentino, lo que disminuyó considerablemente su labor en la región. Pero el fútbol no se fue con los misioneros, los wichís ya lo habían adoptado y hecho propio.

En la década de 1980 los wichís carmeños ya compraban sus propias pelotas de fútbol y jugaban asiduamente. Para esa misma época, en las aldeas recién formadas, los partidos se hacían por diversión durante los días festivos religiosos, siguiendo la costumbre adquirida en las misiones. Pero también se comenzaron a jugar partidos contra equipos de otros poblados wichís, en cuyo caso se realizaban apuestas tal como se hacía en los tiempos del hockey chaqueño, hecho que en parte fue posible porque ya no estaban presentes los misioneros para controlar, y también porque para los wichís esto no infringía valores morales ni acarrearía conflictos de ningún tipo. Las apuestas se hicieron habituales, al principio se apostaban objetos de valor (p. ej., ropa, pilas, radios, cámaras y cubiertas de bicicleta, machetes, etc.) y luego se empezaron a realizar apuestas por dinero, que son las que continúan hasta la actualidad⁵.

En los comienzos, los partidos se jugaban en el ‘gran descampado’ central de la aldea, tal como se hacía con el hockey, mientras que hoy en día se juega también en otras canchas más pequeñas⁶. Las medidas de las canchas dependen de la disponibilidad de espacio en el lugar elegido pero predominan las de cinco o siete jugadores. El terreno de juego requiere de arcos de fútbol, que suelen ser troncos enterrados y travesaños de palo santo (*hok*, *Gonopterodendron sarmientoi*), algarrobo blanco (*fwa’ayukw*, *Neltuma alba*), palo bobo (*tontek*, *Tessaria integrifolia*) o incluso de caños metálicos. Asimismo, las áreas de la cancha suelen demarcarse para los campeonatos por medio de surcos en el suelo. Algunos jugadores se preparan especialmente, pueden utilizar canilleras, vendajes, y prendas específicas como pantalones cortos (fuera del ámbito del fútbol los varones nunca los usan, aún con más de 40 °C), camisetas de fútbol, medias y botines (Figura 2).



Figura 2. Torneo de fútbol masculino. Dos equipos wichís juegan un partido mientras otros esperan su turno. Foto: M. Flamini (2022).

Ahora son los maestros de las escuelas estatales, y no los misioneros, los que primero enseñan a jugar al fútbol. Niños y niñas aprenden por separado, jugando y practicando algunos movimientos tendientes a mejorar la técnica. A medida que los varoncitos crecen, empiezan a participar poco a poco en los partidos de jóvenes y adultos, hasta que algunos son aceptados en los encuentros diarios que juegan por dinero y, finalmente, en los campeonatos. El nivel de intensidad y competitividad de los juegos alcanza su clímax durante los torneos que se juegan por dinero contra equipos de wichís de otras aldeas, de tobas o de criollos.

Los partidos usualmente se juegan por la tarde, dando prioridad a las actividades económicas y domésticas diarias que ocurren por la mañana, y duran hasta que la oscuridad hace imposible continuar. En los partidos sin apuestas, es decir, los que se juegan por mero entretenimiento y diversión, no se cuentan los goles y no hay mucho desgaste físico ni golpes fuertes y, por lo general, no hay público y, si lo hay, no es interétnico (es decir, hay algún público criollo cuando el partido tiene lugar en un asentamiento criollo, y algún público wichí cuando el partido se realiza en un asentamiento wichí). En los partidos por dinero ocurre todo lo contrario, ya

⁵ Según Montani (comunicación personal, 2024) los hechos y la cronología que describo para el caso de los wichís carmeños ocurrió “... más o menos de igual manera en Los Baldes y en los asentamientos de Morillo [provincia de Salta], y muy probablemente en todo el Chaco wichí”. Es decir, con algunos matices, posiblemente el relato se puede extrapolar a todo el grupo.

⁶ Que se haya utilizado y aún se utilice el espacio central de la aldea para jugar destaca su centralidad como actividad social. Esto es cierto para los wichís (Braunstein, 1974) pero también para otros indígenas sudamericanos (p. ej. Bonifacio, 2011).

sean partidos aislados u organizados en campeonatos. Allí, se juega por dinero durante un tiempo estipulado de antemano, hay público, se hacen reproches y hay rigor en el juego, un árbitro controla la cantidad de jugadores y las faltas, a veces hay incluso jueces de línea, y siempre hay una persona que se encarga de organizar el evento, designar un árbitro, manejar las apuestas, organizar el traslado, etc. Aunque los jugadores wichís protesten ante los jueces por alguna infracción del reglamento, en general nunca simulan una falta, a diferencia de los criollos que muchas veces intentan cobrar a su favor infracciones inexistentes.

Una peculiaridad de los partidos en el barrio Palo Santo de Ingeniero Juárez es que es usual que en ellos haya equipos étnicamente mixtos; concretamente, conformados por wichís y criollos. Esto es una diferencia importante respecto de lo que sucede en la mayoría de las aldeas forestales wichís, con equipos formados en función de dos variables enlazadas: la residencia y el parentesco; lo que a veces termina en algo semejante a lo que sucedía en los partidos de 'hockey' de antaño, donde se enfrentaban grupos wichís rivales. Esta particularidad de Palo Santo, sin duda da cuenta de una mayor integración con los criollos en el barrio suburbano que en las aldeas, pero también se explica por la búsqueda de formar equipos más competitivos que puedan ganar más dinero mediante apuestas en un circuito de campeonatos más 'urbano' (en rigor, se trata de pequeñas ciudades o pueblos grandes) y, por tanto, más monetizados. Es decir, en el fútbol de los wichís periurbanos prevalece una lógica económica por sobre la dimensión política intraétnica tradicional, que aún perdura en los asentamientos forestales.

En la cancha de fútbol es prácticamente el único lugar donde los wichís pueden abrirse al intercambio interétnico con los criollos por fuera de los intercambios usuales, siempre conflictivos y jerarquizados – como la lucha por la tierra o las relaciones de peonazgo wichí-patronazgo criollo (cf. Montani, 2017, p. 157). En el fútbol los jugadores compiten de igual a igual, y en buena medida las diferencias políticas, económicas y sociales parecen

momentáneamente desdibujarse. Digo que 'parecen' desdibujarse porque la jerarquía interétnica de ningún modo desaparece. Un ejemplo ilustra el asunto: en ocasión de un campeonato en Los Pocitos, que se competía por una vaca vieja, participaron cuatro equipos wichís y dos criollos. Los partidos eran arbitrados por wichís que no competían y fui invitado a ser juez de línea y árbitro en algunos partidos. En general, era evidente que ante cada protesta vehemente de algún jugador criollo, los árbitros wichís cambiaban los fallos a favor del que reclamaba, sin considerar los reclamos de los jugadores wichís, que siguiendo la pauta de conducta étnica habitual eran mucho menos efusivos. Cuando me tocó arbitrar quedó en evidencia cierto favoritismo por los equipos wichís con algunos cobros polémicos, pero sin embargo no recibieron el rechazo rotundo que los criollos le proferían a los jueces wichís, posiblemente, por el lugar alto que ocupó en cuanto 'gringo de ciudad' en la jerarquía interétnica del Chaco.

Si se tiene en cuenta el primer club creado en Buenos Aires (en 1867), el fútbol llegó con un rezago de casi ochenta años a los varones carmeños y se demoró otros casi ochenta años en llegar a las mujeres wichís. Si bien desde hace tiempo las wichís participaban en partidos mixtos durante distintas festividades religiosas, hace poco más de diez años comenzaron a jugar partidos puramente femeninos en la aldea Los Pocitos (Figura 3). Posiblemente contagiadas por la pasión futbolera de sus parientes y vecinas, hacia el 2020 las mujeres de Pescado Negro comenzaron a jugar partidos femeninos. Vale aclarar que en ningún otro poblado wichí de la zona presencié o me comentaron de partidos de fútbol femenino, algo que tampoco registró Suárez (2014, p. 150) entre las wichís de los alrededores de Morillo (provincia de Salta), aunque Montani (comunicación personal, 2024) sostiene que en años recientes ha presenciado partidos de fútbol femenino en comunidades wichís de la zona del Pilcomayo y Morillo, de modo que poco a poco pareciera que el deporte va ganando terreno entre las mujeres wichís. Similar es el caso de los waorani, donde las mujeres juegan tanto como los



Figura 3. Fútbol femenino. A la izquierda, jugadoras entrando al campo de juego junto a perros y niños; a la derecha, el juego en pleno desarrollo. Foto: M. Flamini (2021).

varones (Bravo Díaz, 2021), lo que contrasta con lo que ocurre en otros pueblos indígenas sudamericanos, como por ejemplo, en las etnias yanomami, arahuacos, yeral, ye'kuana, lengua y guaraní donde las mujeres casi nunca juegan al fútbol (Acuña Delgado, 2010; Bonifacio, 2011; Diz, 2022). Sería interesante analizar en mayor profundidad estas diferencias, que posiblemente estén relacionadas con el rol que ocupan las mujeres en la organización social de estos pueblos indígenas.

En Los Pocitos y Pescado Negro, los partidos femeninos ocurren por la tarde, en simultáneo a los masculinos, cuando el calor es menor y las actividades domésticas ya han sido realizadas. En general participan jóvenes y adultas, pero en ocasiones también niños y niñas. Se juega siempre por entretenimiento, aunque parece que, eventualmente, en partidos sin niñas ni niños, se hacen apuestas de ropa, bolsos enlazados y otros objetos de valor. Las canchas que actualmente utilizan las mujeres son solo para ellas (los varones no las utilizan), no tienen delimitaciones claras y los arcos suelen improvisarse con pilas de ropa o ladrillos, o aprovechando un poste de luz, aunque en 2022 en Pescado Negro habían improvisado arcos enterrando

varas rectas de duraznillo (*tsinukw*, *Salta triflora*). En los partidos femeninos las reglas son más laxas, por ejemplo, no es raro que una jugadora agarre la pelota con la mano, prácticamente no se cobran saques laterales, las arqueras pueden salir del área y tomar la pelota lejos del arco, no se lleva una cuenta precisa de los goles, etc. Por otro lado, a diferencia de los varones, las jugadoras no utilizan prendas especiales, juegan con sus polleras (o las que suelen llevar pantalones, con ellos), aunque algunas se ponen zapatillas. Otras diferencias muy generales del fútbol femenino con respecto al masculino son que aquel es más “vertiginoso” – en términos de Caillois (1986) – que el de los varones, en donde predomina el elemento competitivo; por ende, para las jugadoras importa más divertirse y hacer goles que aplicar una estrategia de juego para ganar el partido, predominan las risas y las bromas a las arengas, los partidos son siempre intracomunitarios (no se juegan contra equipos de mujeres de otros asentamientos) y no se organizan torneos femeninos. Al igual que los partidos amistosos varoniles, duran muchas horas y se juega aún cuando está oscuro y la pelota ya casi no se ve; esto ocurre, posiblemente, porque las reglas y las formas clásicas del juego tienen menos importancia para ellas.

EL FÚTBOL EN LA ECONOMÍA-POLÍTICA WICHÍ

Para los wichís, el fútbol es una actividad que genera movimientos económicos casi todos los días. Al menos tres veces por semana equipos de varones juegan al fútbol por dinero o hacen apuestas⁷. Para estas ocasiones, los equipos se forman por parentesco y amistad, usualmente los varones de una aldea compiten contra los de otra, y en Ingeniero Juárez los de un barrio compiten contra los de otros barrios (wichís o criollos). Las apuestas varían según lo que se pueda juntar, por ejemplo, durante el año 2018 se hicieron apuestas de hasta \$1.000 por partido ganado a repartir entre siete u ocho jugadores; en otros casos se juega por eliminación de modo que los ganadores se reparten entre \$4.000 y \$6.000. Para repartir el dinero se tiene en cuenta lo que cada jugador apostó: si un jugador apostó \$50 y ganó su partido entonces recibirá \$100, etc. El dinero obtenido suele gastarse en comida para compartir con la familia, aunque algunos jóvenes solteros lo gastan en alcohol o cigarrillos. Así, por ejemplo, durante el año 2018, luego de tres partidos ganados de forma consecutiva, los jugadores de Pescado Negro habían ganado alrededor de \$400 cada uno; si comparamos esta cifra con lo que un trabajador temporario wichí podía ganar por entonces, alrededor de \$300 diarios, es evidente que el fútbol ocupa en la economía doméstica un lugar destacable.

Algunos campeonatos son organizados por criollos, requieren una inscripción y reparten importantes sumas de dinero. Por ejemplo, durante el 2019 los varones de Pescado Negro y Los Pocitos decidieron armar en conjunto un único equipo de 18 jugadores para competir en un torneo organizado por la Comisión de Fomento de Pozo de Maza, la inscripción era de \$5.000 por equipo y el ganador se llevaba \$100.000. Otros campeonatos son organizados por wichís para obtener recursos para algún

fin específico (festejar un cumpleaños, pagar pasajes de colectivo por una emergencia, etc.). En estos casos, la inscripción es mucho menor que en los campeonatos de los criollos y los premios suelen ser animales (una vaca, un cerdo, un chivito y gaseosas, etc.). Al igual que en los partidos con apuestas, los torneos que ofrecen premios en metálico resultan una buena posibilidad de generar dinero por fuera del mercado laboral habitual, que para el caso de los wichís resulta tanto acotado como mal remunerado.

Pero los wichís no solo juegan al fútbol, también les gusta mucho ver partidos de las ligas nacionales, de la selección nacional y hasta de torneos internacionales. Es habitual que los fines de semana grupos de amigos y parientes, varones y mujeres, se reúnan para ver partidos en vivo y en directo por la televisión, para lo cual muchas veces es necesario organizarse y juntar dinero previamente para pagar por la transmisión. Algunos recuerdan que durante el mundial de 1986 que la Argentina ganó, muchos viajaban unos 40 km hasta el poblado de Pozo de Maza porque allí había una persona que tenía una radio para seguir los partidos de la selección nacional. El fanatismo también encuentra su expresión en la compra de prendas deportivas (camisetas, pantalones, camperas, gorras, medias, etc.) e incluso en la confección de yicas, carteras o bolsos tejidos por las propias mujeres con motivos futbolísticos, mayormente de clubes argentinos como Boca Juniors o River Plate. Es decir, el fútbol en su dimensión de fenómeno mundial de consumo también llegó a los wichís, y no recientemente.

Los políticos conocen bien la pasión de los wichís por el fútbol desde hace mucho tiempo y la utilizan a su favor, transformando la cancha en un espacio de negociación y poder. Son muy comunes los ‘regalos’ en tiempos de campañas electorales: pelotas, juegos de camisetas y pantalones para el equipo de una aldea, arcos de caños

⁷ La cantidad de partidos semanales depende de la racha y el ánimo de los jugadores, además de la disponibilidad de dinero. Una buena racha ganadora es un estímulo para jugar más partidos por dinero, y a la inversa. Como jugador, sin dinero es difícil participar de un partido, pues los otros compañeros están obligados a invertir sumas mayores. A veces esto se soluciona con préstamos, que cuando hay derrota no siempre son devueltos. En caso de victoria, la devolución es inmediata.

de metal, limpieza de terrenos y demarcación de canchas para eventos especiales, guantes de arquero, botines, etc. Estas dádivas son formas para congraciarse con algún grupo, también sirven para preparar el terreno para luego llegar con más promesas electorales; es decir, utilizan los 'regalos' futboleros con fines políticos. La mayoría de las promesas cumplidas de las que tuve conocimiento ocurrieron en Los Pocitos, donde el flamante intendente de Pozo de Maza despejó un terreno, lo alambró, colocó arcos de metal, delimitó la cancha y puso postes de iluminación. El cumplimiento de la promesa implicó una importante inversión y trajo alegría a los jóvenes wichís, pero desafortunadamente no trajo las cañerías con agua que también se habían prometido y el acceso al agua es aún hoy un problema sin resolver para esta comunidad.

La dirigencia política criolla también organiza campeonatos de fútbol y los utiliza para diferentes fines. Uno de los torneos más reputados es el Campeonato del Petroleo, que cada año reparte importantes premios en efectivo y convoca a una gran cantidad de participantes e incluso de espectadores. En este torneo de fútbol varonil interprovincial participan representativos de Chaco, Salta y Formosa, con equipos conformados por tobas, wichís y criollos; hasta donde pude averiguar, no hay equipos con jugadores indígenas y criollos ni que reúnan a wichís y tobas. El equipo de wichís del barrio Obrero de Ingeniero Juárez ganó el torneo en 2020 enfrentando en la final a un equipo de criollos de la localidad de Chiriguano. El intendente de Ingeniero Juárez de aquel entonces, Rafael Nacif, aprovechaba los encuentros, mayormente los de instancias decisivas, para hacer campaña proselitista frente al público que se reunía en el evento que para la zona eran, y aún lo son, los de mayor convocatoria. Asimismo, aprovechaba también la presencia de diversos medios provinciales para dar entrevistas y destacar su gestión, por ejemplo, en una entrevista otorgada al periódico 'Siempre Formosa' destacaba el 'éxito' del campeonato en cuanto a lo conseguido en términos de 'integración y pacificación' de los wichís del barrio obrero ya que el torneo había transcurrido

sin conflictos, sobre todo considerando que hacía un par de años los wichís de ese barrio habían sufrido una intensa represión policial, con varios detenidos y posteriores cortes de ruta y movilizaciones. Ahora bien, durante el partido final, Nacif aclaró que había más de 100 policías para controlar a un público de alrededor de 400 personas, de los cuales unos 50 eran wichís ("Nacif...", 2020).

CONCLUSIONES

El fútbol es una práctica ya muy arraigada e importante en la vida cotidiana de los wichís y los demás indígenas chaqueños. Fueron los misioneros anglicanos los que lo introdujeron entre los wichís como parte de una política misional regional que comenzó al menos en 1911 y que, en pocas décadas, acabó por difundirse a buena parte de los indígenas del Chaco Seco argentino en general. Hay buenos indicios para pensar que la difusión de este deporte por los anglicanos estuvo sustentada en la aplicación de la doctrina *muscular Christianity* en la que el fútbol representaba un instrumento para acercar la religión a los indígenas al mismo tiempo que se les inculcaba una civilidad moderna.

Los wichís adoptaron el fútbol y lo hicieron propio, es decir, lo adaptaron un poco a sus posibilidades y necesidades. El fútbol es hoy tan wichí como lo fue el hockey chaqueño, juego que en muchos sentidos proporcionó el sustrato cultural sobre el que arraigó el nuevo deporte occidental. Si bien se incorporó y reemplazó al hockey, tal como los misioneros pretendían, adaptaron la práctica acorde a su propia idiosincrasia, y de la influencia de la doctrina *muscular Christianity* poco quedó. Basta con repasar algunos hechos: con el gran impasse que tuvo el accionar directo de los misioneros a comienzos de la década de 1980, los wichís volvieron a hacer apuestas durante los partidos, que eran consideradas un vicio por los religiosos pero no por los wichís; hoy en día lo juegan las mujeres, superando así la idea de la masculinidad del deporte que sostenía la doctrina cristiana y que también se aplicaba en el hockey chaqueño, lo que representa una transformación cultural destacada; el apego por las reglas,

la competición y el perfeccionamiento del cuerpo no son precisamente premisas importantes para los wichís, mucho menos en el caso del fútbol femenino pero un poco más en el caso de los torneos varoniles; el fútbol no sirve para acercar la religión ni inculcar valores morales puesto que los más fervientes creyentes no son los más asiduos jugadores, y de hecho los más asiduos jugadores son los que menos practican la religión, los jóvenes. En definitiva, el fútbol se convierte en un vehículo de continuidad y cambio, permitiendo a los wichís no solo preservar ciertas formas y funciones del hockey, sino también reconfigurar la dinámica del deporte occidental introduciendo elementos propios en un juego que refleja sus valores y su autonomía cultural.

El fútbol también abarca las esferas económicas, políticas y sociales en las comunidades wichís. Las apuestas, los torneos y la implicación de los políticos locales revelan la influencia de este deporte en la economía doméstica y su utilización como herramienta política. Asimismo, emerge como un espacio de encuentro interétnico en contextos de relativa igualdad. A pesar de persistir ciertas jerarquías étnicas y políticas, el campo de juego se erige como un lugar donde las barreras culturales y sociales parecen difuminarse. La integración entre wichís y criollos en algunos encuentros deportivos, especialmente en el barrio suburbano Palo Santo, resalta la posibilidad de superar conflictos históricos y establecer lazos más allá de las diferencias étnicas. Sin embargo, esta integración no está exenta de complejidades, revelando la persistencia de dinámicas de poder y jerarquías, hasta en el terreno aparentemente nivelado del juego, e incluso esto no sucede en absoluto en el caso del fútbol femenino donde el juego transcurre únicamente entre personas de la misma aldea. El análisis del fútbol entre los wichís no solo ofrece una perspectiva única sobre la evolución del deporte en un contexto indígena, sino que también refleja las complejas interacciones económicas, políticas, sociales y de género que subyacen a estas dinámicas deportivas.

Este deporte de origen occidental ha desempeñado un papel crucial en la vida del pueblo wichí, no solo

como una actividad física y recreativa, sino también como un medio de integración y transformación social, una fuente de ingresos, un instrumento político, y hasta un instrumento religioso. Este fenómeno es crucial para comprender algunas complejidades de las relaciones sociales y políticas en estas comunidades, destacando cómo un aparentemente simple pero pasional deporte actúa simultáneamente como un reflejo y un agente de cambio de la sociedad wichí.

AGRADECIMIENTOS

Quisiera agradecer a Rodrigo Montani por las observaciones y sugerencias realizadas al texto y a Lorena Córdoba por facilitarme los archivos de la SAMS. También a la Agencia Nacional de Promoción de la Investigación, el Desarrollo Tecnológico y la Innovación > Fondo para la Investigación Científica y Tecnológica PICT-2018-2469 y al Concejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas.

REFERENCIAS

- Acuña Delgado, A. (2010). Estructura y función del fútbol entre los yanomami del Alto Orinoco. *Revista Española de Antropología Americana*, 40(1), 111-138. <https://revistas.ucm.es/index.php/REAA/article/view/REAA1010120111A>
- Alabarces, P., & Rodríguez, M. G. (1996). *Cuestión de pelotas. Fútbol, deporte, sociedad, cultura*. Atuel.
- Alabarces, P. (2002). *Fútbol y patria: el fútbol y las narrativas de la nación en la Argentina*. Prometeo Libros Editorial.
- Alvarsson, J.-A. (2012a). *Campear y pescar. La organización socio-económica y política* (Etnografía 'weenhayek, Vol. 1). Universidad de Uppsala/FI'WEN.
- Alvarsson, J.-A. (2012b). *Belleza y utilidad. La cultura material* (Etnografía 'weenhayek, Vol. 3). Universidad de Uppsala/FI'WEN.
- Alvarsson, J. A. (2012c). *Màànhyejas el narrador. Las historias de Thokwijwaj y 'Ahuutsetajwaj* (Etnografía 'weenhayek, Vol. 8). Universidad de Uppsala/FI'WEN.
- Archetti, E. P. (1985). *Fútbol y ethos* (Serie Investigaciones). FLACSO.
- Archetti, E. P. (1995). Nationalisme, football et polo: tradition et créolisation dans la construction de l'Argentine modern. *Terrain*, (25), 73-90. <https://doi.org/10.4000/terrain.2851>

- Arenas, P. (2003). *Etnografía y alimentación entre los toba-ñachilamoleek y wichi-lhuku'tas del Chaco Central (Argentina)*. El autor.
- Arnot, J. (1927). *Annual Report 1927*. South American Missionary Society.
- Arranz Albó, J. (2015). La reforma pedagógica de Thomas Arnold y el papel de la Iglesia anglicana en la creación de los primeros clubs de fútbol en Inglaterra (1863-1890). *Materiales para la Historia del Deporte*, (13), 1-22. https://polired.upm.es/index.php/materiales_historia_deporte/article/view/4111
- Besnier, N., & Brownell, S. (2012). Sport, modernity, and the body. *Annual Review of Anthropology*, 41, 443-459. <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-092611-145934>
- Bevis, R. A. (1914). *Annual Report 1914*. South American Missionary Society.
- Bonifacio, V. (2011). La pasión para la civilización. Fútbol y volleybol como prácticas miméticas entre los Maskoy del Alto Paraguay. *Suplemento Antropológico*, 46(2), 427-476. <https://iris.unive.it/handle/10278/3694258>
- Bourdieu, P. (1999). How can one be a sports fan? In S. During (Ed.), *The cultural studies reader* (2 ed., pp. 427-440). Routledge.
- Braunstein, J. A. (1974). Organización social de los maticos. *Cuadernos Franciscanos*, (35), 67-71.
- Bravo Díaz, A. (2021). Nangui tereka, hablando duro en la vida política de las mujeres Waorani. *Cadernos de Campo*, 30(2), e193463. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v30i2pe193463>
- Cailliois, R. (1986). *Los juegos y los hombres: la máscara y el vértigo*. Fondo de Cultura Económica.
- Carrington, B. (2013). The critical sociology of race and sport: The first fifty years. *Annual Review of Sociology*, 39, 379-398. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-071811-145528>
- Coryton, H. H. (1930). *Annual Report 1930*. South American Missionary Society.
- Da Matta, R. (1982). Notes sur le futebol brésilien. *Le Débat*, (19), 68-76. <https://shs.cairn.info/revue-le-debat-1982-2-page-68?lang=fr&tab=feuilleter>
- Darby, P. (2000). Football, colonial doctrine and indigenous resistance: mapping the political persona of FIFA's African constituency. *Culture, Sport, Society*, 3(1), 61-87. <https://doi.org/10.1080/14610980008721863>
- Diz, A. (2022). Against the run of play: masculine fantasies and the game of football in the Gran Chaco. *Social Analysis*, 66(1), 1-20. <https://doi.org/10.3167/sa.2022.660101>
- Dziubinska, M. H. (2013). Upiti kwaiti. Un idéal du football kakataibo (Amazonie péruvienne). *Journal de la Société des Américanistes*, 99(1), 183-194. <https://doi.org/10.4000/jsa.12674>
- Flamini, M. (2022). *Asentamientos rurales y urbanos como factores de cambio en el acceso a los recursos naturales en diferentes localidades de los wichís lhokotas del oeste de Formosa* [Tesis de doctorado, Universidad Nacional de Córdoba].
- Fock, N. (1982). Introduction: history of the Matico folk literature and research. In J. Wilbert, & K. Simoneau (Eds.), *Folk literature of the Matico Indians* (pp. 1-33). University of California.
- Frey, J. H., & Eitzen, D. S. (1991). Sport and society. *Annual Review of Sociology*, 17(1), 503-522. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.17.080191.002443>
- Hunt, R. J. (1920). *Annual Report 1920*. South American Missionary Society.
- Hunt, R. J. (1923). *Annual Report 1923*. South American Missionary Society.
- Hunt, R. J. (1928). *Annual Report 1928*. South American Missionary Society.
- MacAloon, J. J. (2006). Introduction: muscular Christianity after 150 years. *The International Journal of the History of Sport*, 23(5), 687-700. <https://doi.org/10.1080/095233606000766692>
- Mason, T. (1995). *Passion of the people? Football in South America*. Verso.
- Maguire, J. (2015). Assessing the sociology of sport: On globalization and the diffusion of sport. *International Review for the Sociology of Sport*, 50(4-5), 519-523. <https://doi.org/10.1177/1012690214547374>
- Métraux, A. (1933). La obra de las Misiones inglesas en el Chaco. *Journal de la Société des Américanistes*, 25(1), 205-209. https://www.persee.fr/doc/jsa_0037-9174_1933_num_25_1_1877_t1_0205_0000_2
- Métraux, A. (1940, jul. 14). El hockey, deporte de los indios chaqueños y de los araucanos. *La Prensa*, Sección 3.
- Miller, R. (2007). Introduction: Studying Football in the Americas. In R. Miller, & L. Crolley (Orgs.), *Football in the Americas: fútbol, futebol, soccer* (pp. 1-39). Institute for the Study of the Americas.
- Montani, R. (2017). *El mundo de las cosas entre los wichís del Gran Chaco. Un estudio etnolingüístico*. Itinerarios Editorial y Centro de Investigaciones Históricas y Antropológicas.
- Montani, R., & Suárez, M. E. (2016). Los juguetes de los wichís del Gran Chaco. *Anthropos*, 111(1), 127-148. <http://dx.doi.org/10.5771/0257-9774-2016-1-127>

- "Nací: 'el Campeonato del Petróleo mostró la integración y la pacificación que se vive en Juárez'". (2020, feb.). *Siempre Formosa*. <https://www.siempreformosa.com/2020/02/nacifel-campeonato-del-petroleo-mostro.html>
- Nordenskiöld, E. (2002). *La vida de los indios: el Gran Chaco (Sudamérica)*. APCOB.
- Palmer, J. H. (2005). *La buena voluntad wichí: Una espiritualidad indígena*. Grupo de trabajo Ruta 81.
- Pires Rosse, E. (2013). Du foot en terres amérindiennes. Notes sur les cas a'uw' et tikmũ'ün du Brésil. *Journal de la Société des Américanistes*, 99(1), 173-182. <https://doi.org/10.4000/jsa.12671>
- Sahlins, M. (1993). Goodbye to Tristes Tropes: Ethnography in the context of modern world History. *Journal of Modern History*, 65(1), 1-25. <https://www.jstor.org/stable/2124813>
- South American Missionary Society. (1924). *Annual Report 1924*. South American Missionary Society.
- South American Missionary Society. (1927). *Annual Report 1927*. South American Missionary Society.
- South American Missionary Society. (1928). *Annual Report 1928*. South American Missionary Society.
- Schweitzer de Palacios, D. (2008). Shamanes, bellezas y Copa Mundial. De la selva al campo de fútbol. *Anthropos*, 103(1), 127-138. <https://www.jstor.org/stable/40466869>
- Suárez, M. E. (2014). *Etnobotánica wichí del bosque xerófito en el Chaco Semiárido salteño*. Editorial Autores de Argentina.
- Tompkins, B. A. (1928). *Annual Report 1928*. South American Missionary Society.
- Torres Fernández, P. (2007). Políticas Misionales Anglicanas en el Chaco centro-occidental a principios de siglo XX: entre comunidades e identidades diversas. *Población & Sociedad*, (14-15), 139-176. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386939741005>
- Villena Fiengo, S. (2003). Gol-balización, identidades nacionales y fútbol. In P. Alabarces (Comp.), *Futbologías: fútbol, identidad y violencia en América Latina* (pp. 257-269). Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Villena Fiengo, S. (2016). ¿DES-gol-ONIZACIÓN? Fútbol y política en los movimientos indígenas de Bolivia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (111), 3-32. <https://doi.org/10.4000/rccs.6439>
- Voirol, J. (2018). El fútbol como desafío étnico-racial y nacional: tensiones alrededor de su práctica en Otavalo (Andes ecuatorianos). *Revista de Antropología Social*, 27(1), 73-94. <https://doi.org/10.5209/RASO.59433>
- Walker, H. (2013). State of play: the political ontology of sport in Amazonian Peru. *American Ethnologist*, 40(2), 382-398. <https://doi.org/10.1111/amet.12028>
- Wallis, C. (2016). Iguales pero diferentes. Uniendo lo propio con lo ajeno: el pueblo wichí en la actualidad. In S. Hirsch, & A. Lazzari (Dirs.), *Pueblos indígenas en la Argentina: historias, culturas, lenguas y educación* (Vol. 4, pp. 7-50). Ministerio de Educación y Deportes de la Nación.
- Watson, N. J., Weir, S., & Friend, S. (2005). The development of muscular Christianity in Victorian Britain and beyond. *Journal of Religion and Society*, 7, 1-21.
- Wetherel, A. (1911). *Annual Report 1911*. South American Missionary Society.
- White, W. H. (1933). *Annual Report 1933*. South American Missionary Society.

DATOS DE INVESTIGACIÓN

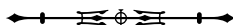
Los datos no fueron depositados en un repositorio.

PREPRINT

No fue publicado en un repositorio.

REVISIÓN POR PARES

Evaluación cerrada, doble ciego.



Um cultivador das ciências: biografia e bibliografia de Frederico Leopoldo César Burlamaque (1803-1866)

A science cultivator: biography and bibliography of Frederico Leopoldo César Burlamaque (1803-1866)

David Francisco de Moura Penteadó 

Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil

Resumo: A história da ciência no Brasil Império apresenta diversas personalidades ilustres, mas frequentemente subestudadas. O presente artigo analisa um desses personagens por meio da vida e da obra de Frederico Leopoldo César Burlamaque (1803-1866), brigadeiro, engenheiro, naturalista, professor da Escola Militar e diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Na metade do século XIX, o seu nome foi frequentemente mencionado nas associações e instituições científicas da Corte enquanto um dos mais proeminentes homens da ciência do período. A partir da análise da documentação primária e da historiografia, busca-se construir um trabalho fundacional sobre Burlamaque com o objetivo de desenvolver uma caracterização de sua produção escrita, trajetória profissional e vínculos societários. Argumenta-se que Burlamaque foi um ator central na ciência brasileira oitocentista, autor de projetos para a modernização agrícola que se tornaram políticas públicas, livros-manuais agrícolas de relevância internacional e com pesquisas pioneiras em geologia e paleontologia.

Palavras-chave: Burlamaque. Brasil Império. Ciência imperial. Museu Nacional. Modernização agrícola.

Abstract: The history of science in Imperial Brazil features numerous illustrious yet often understudied figures. This article analyzes one such figure, Frederico Leopoldo César Burlamaque (1803-1866), who served as a brigadier, engineer, naturalist, professor at the Military School, and director of the National Museum of Rio de Janeiro. In the mid-19th century, his name was frequently mentioned within the scientific associations and institutions of the Court, marking him as one of the era's most prominent men of science. Drawing on primary documentation and historiography, this study aims to establish a foundational work on Burlamaque detailing his written production, professional trajectory, and involvement in learned societies. The analysis argues that Burlamaque was a central figure in nineteenth-century Brazilian science—authoring projects for agricultural modernization that informed public policies, producing agricultural manuals of international significance, and conducting pioneering research in geology and paleontology.

Keywords: Burlamaque. Empire of Brazil. Imperial science. National Museum. Agricultural modernization.

Penteadó, D. F. M. (2025). Um cultivador de ciências: biografia e bibliografia de Frederico Leopoldo César Burlamaque (1803-1866).

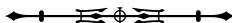
Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 20(1), e20240071. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0071.

Autor para correspondência: David Francisco de Moura Penteadó. Universidade de São Paulo. R. do Lago, 717 – Butantã. São Paulo, SP, Brasil. CEP 05508-080 (davidmoura95@hotmail.com).

Recebido em 10/09/2024

Aprovado em 22/01/2025

Responsabilidade editorial: Jimena Felipe Beltrão



INTRODUÇÃO

“Quem . . . não conhece e para logo não preza o nome do Dr. Burlamaque?” (Netto, 1870, p. 95)¹, escreveu o sucessor de Frederico Leopoldo César Burlamaque² (1803-1866) no cargo de diretor do Museu Nacional, Ladislau de Souza Mello Netto (1838-1894). O excerto, extraído de uma obra de Netto sobre a história do museu, foi publicado quatro anos após o falecimento de Burlamaque, e evidencia, de forma precisa, o prestígio, a inserção e a notoriedade deste no cenário intelectual do oitocentos. Em vida, Burlamaque foi uma personalidade renomada dentro da nascente ciência imperial³ e nas crescentes discussões sobre a modernização da agricultura nacional ao longo do século XIX, sendo autor de diversos projetos concretizados pelo governo imperial. Dentro da historiografia do último século, porém, Burlamaque foi um personagem obscuro: a sua biografia e a sua trajetória intelectual foram estudadas apenas de forma secundária em relação a outros temas e personagens. Burlamaque também não é um personagem presente na memória popular brasileira, assim como não há logradouros em sua homenagem.

Essa trajetória historiográfica só foi alterada recentemente, a partir de uma mudança metodológica da própria história da ciência brasileira. As novas perspectivas exploradas desde a década de noventa do último século, com ênfase em relações transnacionais e autonomia local, consolidaram a relevância de estudos sobre naturalistas, acadêmicos e cientistas brasileiros oitocentistas – dentre os quais está a figura de Frederico Burlamaque (Dantes, 2001, pp. 225-246; M. Silva & Cueto, 2021). No mesmo sentido das crescentes pesquisas sobre a ciência imperial,

nas últimas duas décadas foram publicados importantes trabalhos dedicados às associações e instituições científicas imperiais, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Penteado, 2022; Barreto, 2009), a Sociedade Velosiana (Paiva, 2005; G. Vieira, 2023), a Sociedade Palestra Científica (Paiva, 2008) e o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (Bediaga, 2011), todas associações às quais Burlamaque foi filiado. Igualmente, historiadores da ciência sobre o Brasil Imperial investigaram e construíram biografias de vários dos companheiros de Burlamaque nas mesmas instituições e associações da Corte, incluindo Emílio Joaquim da Silva Maia (1808-1859) (Kury, 1998; Garcia, 2007), Francisco Freire Alemão de Cisneiro (1797-1874) (Morais, 2005), Custódio Alves Serrão (1799-1873) (Fernandes & Henriques, 2013), Alexandre Antonio Vandelli (1784-1862) (Marques & Filgueiras, 2009), Guilherme Schüch de Capanema (1824-1908) (Figueirôa, 2005), Ladislau Netto (1838-1894) (A. D. Santos & Lima, 2021), Nicolau Joaquim Moreira (1824-1894) (Lima, 2005, 2021) e Pedro de Alcântara Lisboa (1821-1885) (Filgueiras, 2022).

Apesar da ausência de uma pesquisa biográfica dedicada à história de Frederico Burlamaque, houve uma série de pesquisas recentes que abordaram seus trabalhos tangencialmente. Estudos sobre o desenvolvimento nacional da paleontologia (Lopes, 1997; Fernandes et al., 2007, 2010), química (Marques & Filgueiras, 2010; Bediaga, 2012), mineralogia e geologia (Lopes, 2013, 2023; Figueirôa, 2018), agricultura (Domingues, 1995; Capilé, 2010; Bediaga, 2011, 2016; Cribelli, 2013), discursos ambientalistas (Pádua, 2002), periódicos científicos (C. Silva & Penteado, 2017)

¹ Trecho completo: “Quem de quantos nos achamos actualmente, caminho em fóra, no tirocinio das sciencias; de quantos temos lido os poucos jornaes e, os pouquissimos livros scientificos, publicados no Brasil, por estes vinte annos ultimos, não conhece e para logo não preza o nome do Dr. Burlamaque?” (Netto, 1870, p. 95).

² O nome do meio e o sobrenome de Burlamaque tiveram grafias diferentes em diferentes fontes, inclusive em documentos de sua autoria. Às vezes, César era soletrado como Cezar e Burlamaque como Burlamaqui. Embora Burlamaqui pareça ser a grafia mais correta, considerando a origem italiana de seu sobrenome, Burlamacchi (A. P. Santos, 2020, p. 86, ver nota 2), optei por seguir a grafia utilizada nos documentos oficiais do governo imperial e no seu inventário.

³ A definição utilizada de ciência imperial refere-se à atividade científica realizada durante o período monárquico.

e os debates sobre a escravidão da metade do século (Kodama, 2008, pp. 412-416) abordaram o papel significativo que Burlamaque teve nessas áreas. Contudo, nenhuma pesquisa ainda se dedicou a estudar individualmente Frederico Burlamaque.

Ao longo de sua longa carreira, a atuação de Burlamaque se expandiu para as esferas política, científica e jornalística, ocupando posições como militar, engenheiro, naturalista, burocrata e professor. Em vista do aspecto multifacetado, disperso e, por vezes, impreciso, com que a sua vida e obra se apresentam na atual historiografia, este artigo almeja revisar essa historiografia e construir um trabalho fundacional sobre Burlamaque a partir da análise e da compilação da documentação primária. Consequentemente, dado esse aspecto quantitativo da pesquisa, não existirá espaço suficiente para uma análise detida de cada uma de suas obras, ainda que se faça uma caracterização de sua produção escrita. O argumento central do artigo, e o tema ao qual será dada maior ênfase, está na sua contribuição e protagonismo no movimento para modernizar a agricultura nacional através da educação e divulgação técnico-científica.

Não obstante a descrição inicial, o trabalho não se trata de uma tentativa de rememorar uma personalidade pioneira preterida, ou de restaurar um legado esquecido, mas de analisar o contexto cultural da ciência produzida e divulgada por Burlamaque, esclarecendo como ele viveu suas ambições científicas e se envolveu com distintos ambientes intelectuais, sociais e políticos. Paralelamente, ao desvelar a dedicação que Burlamaque pareceu demonstrar em prol da modernização da agricultura nacional, esta pesquisa também objetiva analisar o esforço nesses empreendimentos a partir de uma perspectiva

individual. Busca-se contribuir para a história das redes de sociabilidade na *intelligentsia* imperial e de seus homens da ciência⁴, a história da agricultura e a cultura científica local. Embora a trajetória individual de Burlamaque seja incapaz de elucidar com precisão a maioria dos componentes de uma dinâmica maior, ambiciona-se utilizar sua história como uma ferramenta para auxiliar na descrição do ambiente cultural dos homens de letras e ciências fluminenses e da cultura científica que compunham (Terrall, 2006; Nye, 2006; Figueirôa, 2007).

O texto está dividido em três seções: contexto histórico, trajetória biográfica e análise bibliográfica. A primeira seção oferece uma breve síntese das condições políticas e econômicas do Brasil na primeira metade do século XIX. A segunda apresenta uma narrativa tradicional de sua biografia, localizando-o nas redes de sociabilidade do município da Corte por meio das instituições e associações pelas quais passou. A terceira seção aborda a produção bibliográfica conhecida de Burlamaque, analisando seu papel na criação de políticas públicas de modernização agrícola e buscando inseri-la nas redes globais de circulação de conhecimento técnico-científico. Auxiliarmente, acompanham o texto documentos complementares com a bibliografia de Burlamaque organizada a partir desta pesquisa (Penteado, 2025). Esse material busca fornecer aos pesquisadores uma base de informações para identificar e localizar essas publicações, com o objetivo de fomentar novas pesquisas sobre sua extensa produção bibliográfica, trajetória, os diversos projetos de modernização da agricultura e, em última instância, a ciência brasileira durante o período e sua interseção com redes transnacionais.

⁴ Redes de sociabilidade referem-se às conexões e interações estabelecidas entre indivíduos e instituições que compartilhavam interesses científicos, culturais e políticos. Para uma definição do conceito da sociabilidade na história latino-americana, ver Quirós (2008). Enquanto isso, *intelligentsia* no contexto local refere-se ao grupo de intelectuais, acadêmicos, cientistas e pensadores que desempenharam um papel crucial na formação e disseminação do conhecimento científico, cultural e político durante o período. Este grupo era responsável não apenas pela produção de saberes técnicos e científicos, mas também pela articulação de ideias que ajudaram a moldar a identidade nacional em um momento de transição política e social, como a independência e os esforços para modernizar o país. Sobre a origem do conceito, ver C. Vieira (2008).

VOCAÇÃO AGRÍCOLA E MODERNIZAÇÃO

Ao longo da primeira metade do oitocentos, a economia do Império do Brasil se fundou nos lucros obtidos a partir do seu setor primário, com a exportação de açúcar, café, algodão e fumo, respectivamente. Esses quatro itens correspondiam a dois terços das exportações totais na década de vinte (Abreu & Lago, 2014, pp. 1-8; Abreu et al., 2022, pp. 169-177). No diagnóstico de diversos acadêmicos, jornalistas e políticos brasileiros e estrangeiros, porém, a agricultura nacional estava condenada à baixa produtividade. Somente pelas vastas extensões de terras virgens, paralelamente ao sistema de derrubadas e queimadas das matas para estrumação por cinzas, e pela abundância de mão de obra escrava, a agricultura brasileira foi capaz de, até aquele momento, obter algum sucesso. As condições que a haviam favorecido, argumentavam, não mais existiam ou haviam sido superadas pela criação de métodos e técnicas mais eficazes. Apesar de comentadores contemporâneos frequentemente exaltarem a vocação agrícola do Império, também atribuíam a difícil situação econômica a um suposto arcaísmo dos métodos de produção adotados por indivíduos envolvidos com atividades agrícolas, bem como a falta de instrução desses últimos (Lourenço, 2001, cap. 3).

A atual historiografia para o período largamente corrobora esse diagnóstico, com a economia imperial frequentemente descrita como estagnada e pouco produtiva (Abreu et al., 2022, p. 21). À época da independência, o Brasil possuía um produto interno bruto *per capita* menor do que o da Argentina, da Venezuela, do Chile e do México (Bolt & van Zanden, 2025). As causas para esse problema fundamental eram múltiplas. Para a maioria dos autores contemporâneos, porém, dois problemas se destacavam: a falta de instrução dos agricultores e a escravidão. Questionaram como seria possível prosperar a lavoura sem que os lavradores tivessem os conhecimentos do seu ofício. A dificuldade de agricultores em adotar ferramentas, técnicas, instrumentos e maquinários modernos, como o arado, a charrua,

as grades e o estrume como fertilizante, fossem pelo desconhecimento, por restrições financeiras, ou pela mera preferência pela tradição em detrimento de inovações tecnológicas, era vista como uma das principais causas para o fracasso do Império em acompanhar o progresso material de outras nações (Cribelli, 2016, cap. 2). A segunda causa para a estagnação econômica do Império estava na dependência da economia brasileira do trabalho escravo, cujas consequências se relacionavam com a natureza dessa mão de obra. O Império era visto como dependente de instituições extrativistas baseadas na escravidão (Fragoso, 1986; Andrade, 2002; Henriques, 2011). Enquanto a enxada era o símbolo do atraso da agricultura, a simbologia se estendia ao seu operador, o braço do escravo (Burlamaque, 1847; Machado, 1860, p. 75).

Em vista desse diagnóstico, acadêmicos, jornalistas e políticos brasileiros frequentemente se engajaram em empreendimentos que buscavam modernizar a agricultura nacional por meio da introdução de técnicas desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos (Domingues, 1995; Lourenço, 2001), em discursos que traziam um ideal utilitário em relação às ciências (Barreto, 2009). Frederico Burlamaque foi um dos expoentes desse movimento, e um dos raros casos de alguém cujas propostas foram implementadas, seja pelas associações em que participou, seja pelo governo imperial. Esses esforços buscavam instruir os agricultores e fazendeiros sobre novas máquinas e implementos agrícolas, bem como fornecia-lhes os princípios científicos de botânica e química agrícola necessários para aplicar técnicas de adubagem e fertilização, drenagem, rotação de culturas, aclimação de novas culturas, mostrando-lhes a importância da diversificação de espécies da mesma cultura, entre outros aspectos. Nas palavras do seu eulogista e amigo, Nicolau Joaquim Moreira, Frederico Burlamaque foi um dos cultivadores da ciência no Império do Brasil (Moreira, 1866a, p. 7). A analogia entre ciência e agricultura não era fortuita, uma vez que a maior parte da carreira de Burlamaque foi dedicada à tentativa de unir essas duas práticas.

TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA: EXÉRCITO, ENGENHARIA E ASSOCIAÇÕES

Frederico Leopoldo César Burlamaque nasceu em Lisboa, Portugal, em 16 de novembro de 1803⁵, segundo filho de Carlos César Francisco Burlamaque (1775-1844) e Doroteia da Silveira Pedegache da Silveira (c.1771-c.1807)⁶. Em 1806, Carlos Burlamaque, então capitão do Exército português, foi nomeado capitão-mor da capitania de São José do Piauí, levando consigo a família. Alguns anos mais tarde, em data a respeito da qual a informação mais precisa encontrada foi que Burlamaque “havia deixado a meninice” (Moreira, 1866b, p. 11), ele foi levado para a cidade do Rio de Janeiro para concluir os seus estudos. Seguindo os passos do seu pai, Burlamaque ingressou no exército e foi enviado para combater a Revolução Pernambucana, em 15 de abril de 1817, integrando o 1º Batalhão de Fuzileiros com a patente de cadete. De volta à capital, um ano mais tarde, foi promovido ao posto de alferes em 12 de outubro de 1818 (“Relação dos despachos...”, 1818, 7 f.). Burlamaque continuou no serviço militar e ascendeu na hierarquia nas décadas seguintes. Dois anos depois, em 1820, ele foi promovido ao posto de tenente do Corpo de Artilharia de

Cavalaria. No mesmo ano, foi nomeado adido do Estado-Maior do Exército e enviado para Sergipe como auxiliar de seu pai, Carlos César Burlamaque, então presidente da província (Moreira, 1866b, p. 12).

No ano da independência do Brasil, em 1822, então com cerca de 19 anos de idade, Burlamaque voltou ao Rio de Janeiro e matriculou-se na Academia Militar da Corte⁷. A instituição oferecia cursos em ciências exatas e engenharia civil, incluindo um currículo completo em ciências matemáticas, observacionais e militares (Telles, 1997, 2003). Durante os anos em que estudou na instituição, Burlamaque destacou-se como um aluno prodígio. Segundo Moreira (1866b, p. 12), autor da maior parte das informações existentes sobre a biografia de Burlamaque, durante quatro anos consecutivos foi-lhe atribuído o prêmio reservado aos alunos mais distintos. Nesse mesmo período, enquanto ainda estudante, Burlamaque foi nomeado diretor das obras militares e fortalezas do porto do Rio de Janeiro, por decreto do governo de 4 de dezembro de 1824. Após ser promovido à patente de capitão em 1828, tornou-se doutor em ciências matemáticas e naturais no ano seguinte (Blake, 1898, v. 3, pp. 160-163; I. Silva, 1870, v. 9, pp. 403-405).

⁵ O local e a data de nascimento de Burlamaque são motivos de controvérsia na historiografia. Os autores de dois dos mais importantes dicionários biográficos publicados em português no século XIX, Inocêncio Francisco da Silva e Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, afirmam que Burlamaque nasceu no Brasil, em Oeiras, Piauí, em 16 de dezembro de 1803 (Blake, 1898, v. 3, pp. 160-163; I. Silva, 1870, v. 9, pp. 403-404). No entanto, Nicolau Joaquim Moreira, que trabalhou diretamente com Burlamaque por vários anos, afirmou que ele nasceu em Portugal, em 16 de novembro de 1803 (Moreira, 1866a, pp. 210-211, 1866b, p. 11). Em vista dessa disputa, faz-se necessário expor as razões para se afirmar que Burlamaque era português de nascença. De princípio, os mesmos biógrafos (Blake, 1898, v. 2, pp. 58-59) concordam que o pai de Burlamaque, Carlos Burlamaque, somente foi nomeado para o posto na capitania brasileira em 28 de janeiro de 1805 (Burlamaqui, 2022, pp. 17-18, ver nota 17) e só tomou posse em 21 de janeiro de 1806 (Gama, 1805; Burlamaqui, 1806a), o que é corroborado pela documentação primária. A distância entre as duas datas, do nascimento de Burlamaque e a nomeação do seu pai, bem como o posterior pedido de Carlos Burlamaque para que lhe fosse fornecido um auxílio pecuniário para viajar de Lisboa até a capitania (Burlamaqui, 1805) e levar consigo sua família (Burlamaqui, 1806b), sugerem que nem ele nem sua família estavam na região do Piauí durante o ano consenso para o nascimento de Burlamaque, isto é, 1803. No entanto, esse ainda é um argumento circunstancial, mas tal lacuna não permanece sem solução. Recentemente, uma biografia sobre Carlos Burlamaque esclareceu o seu paradeiro no último decênio do século XVIII, também fornecendo forte evidência sobre o local de nascimento de Burlamaque. De acordo com Wanderlei Menezes, embora Carlos Burlamaque tenha estado em Belém até 1796, no ano seguinte ele retornou para Portugal. Em Lisboa, ele contraiu matrimônio, onde nasceram seus primeiros três filhos, dentre os quais Burlamaque. Eles permaneceram em Portugal até a partida para o Piauí (Burlamaqui, 2022, pp. 17-18). Finalmente, a certidão de óbito de Burlamaque registrou seu local de nascimento em Lisboa, Portugal (“Inventário...”, 1866, p. 7).

⁶ Carlos César Burlamaque teve dois filhos e uma filha de seu primeiro casamento, sendo os outros dois Trajano César Burlamaque e Mariana Henriqueta Burlamaque (Ferreira, 2011, v. 5, pp. 349-350).

⁷ A instituição teve vários nomes ao longo do século. Fundada em 1810 como Academia Real Militar, sucedeu a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho (1792). Durante a trajetória de Burlamaque na instituição, ela se tornou Academia Imperial Militar (1822), Academia Militar e de Marinha (1832), Academia Militar da Corte (1833), Escola Militar (1840) e, por fim, Escola Central (1858) (Telles, 2003).

Durante a década de trinta, em data imprecisa, casou-se com Carolina Carlota da Silva Coelho (s/d), com quem, de acordo com Moreira (1866b, p. 21), teve quatorze filhos⁸.

Em 27 de maio de 1831, foi nomeado professor substituto das cadeiras de ciências matemáticas e militares na Academia Militar (“Noticias Nacionais”, 1831). Burlamaque continuou como professor da instituição durante as décadas seguintes, período em que construiu a sua carreira acadêmica. Em 1835, deixou o cargo que ocupava no porto do Rio de Janeiro em razão de sua contratação como professor substituto de arquitetura militar e geodésica na Academia Militar (Brasil, 1839, p. 28). Ele também ocupou a cadeira de história durante a década de quarenta (“Ministério da Guerra”, 1841). Anos mais tarde, em 1846, Burlamaque foi promovido ao cargo de lente catedrático de mineralogia e geologia da mesma instituição, então denominada Escola Militar. Apesar de não se conhecer em profundidade a sua atuação enquanto professor, encontrou-se, nas páginas do Diário do Rio de Janeiro, uma dura crítica de alunos aos seus métodos didáticos (“Escola Militar”, 1854). Por outro lado, no que se refere às suas contribuições como docente, Figueirôa (2018) analisou o papel que Burlamaque teve na introdução das obras do naturalista francês Nérée Boubée (1806-1862) no Brasil. Notadamente, e ao contrário de diversos engenheiros brasileiros do período, Burlamaque destacou-se por sua formação em instituições nacionais (Figueirôa, 2014, pp. 417-37)⁹.

Além de sua carreira acadêmica e profissional, Burlamaque teve uma ampla atividade societária. Ele foi filiado a pelo menos 13 associações, como a Sociedade Filomática, a Sociedade Ginásio Brasileiro, a Academia Nacional de Belas Artes, a Sociedade Estatística do Brasil, a Sociedade Propagadora das Belas-Artes, a Sociedade Contra o Tráfico de Africanos e a Sociedade Promotora da Colonização e Civilização dos Índios, entre outras (Quadro 1)¹⁰. Na década de trinta, Burlamaque se afiliou à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional¹¹. Embora não se tenha registro de sua participação nas sessões até o final da década de quarenta, a partir desse decênio ele passou a participar assiduamente das reuniões bimensais do seu conselho administrativo. Na associação, Burlamaque desempenhou uma atividade destacada: foi secretário perpétuo entre 7 de julho de 1849 (“Sessão da Assembléa...”, 1849, pp. 71-72) e 1 de fevereiro de 1854 (“Sessão do Conselho...”, 1854, p. 275); membro da Seção de Análise e Ensaio Químicos (1847-1849, 1854-1857), da Seção de Melhoramento das Raças Animais (1857-1860) e da Seção de Agricultura (1860-1866)¹²; e editor do periódico O Auxiliador da Indústria Nacional, de agosto de 1857 até seu falecimento (C. Silva & Penteado, 2017). De fato, a maior parte dos seus livros e projetos surgiu a partir do ambiente institucional da Sociedade Auxiliadora, como será visto na seção seguinte.

A partir do final da década de quarenta, Burlamaque passou a acumular a função de professor da Escola Militar

⁸ Conhece-se alguns nomes da descendência de Burlamaque a partir do seu inventário, embora apenas doze dos quatorze filhos tenham sido identificados: Leopoldina A. César Burlamaque, Carlos Leopoldo César Burlamaque, Emilia Burlamaque de Campos Nunes, Frederico Carlos César Burlamaque, Augusto Tibério César Burlamaque, Carolina Burlamaque de Barros Lima, Trajano B. César Burlamaque, Filomena Presciliana César Burlamaque, Pedro de Alcantara César Burlamaque, Adolfo Alberto César Burlamaque, Adelaide Fanny César Burlamaque, Alfredo Pompeo César Burlamaque (“Inventário...”, 1866, p. 6).

⁹ Figueirôa (2018, 2014) afirmou que Burlamaque realizou parte dos seus estudos na França. Infelizmente, não encontrei evidências diretas para corroborar essa afirmação.

¹⁰ Apesar de afirmado em contrário por outros autores (I. Silva, 1870, v. 9, p. 403; Kodama, 2008, p. 416), não encontrei qualquer indício de que Burlamaque fosse filiado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

¹¹ Nicolau Joaquim Moreira, ainda a respeito da filiação de Burlamaque, escreveu que ele pertencia a um segundo grupo dos “primeiros companheiros” do seu fundador, evidenciando ser ele um sócio de longa data (“Palavras de Ignacio...”, 1892, p. 270). Burlamaque foi pela primeira vez mencionado enquanto sócio em uma sessão da Sociedade Auxiliadora em 4 de novembro de 1837 (“Sessão n.º 173...”, 1837, pp. 1-2).

¹² Essas comissões eram responsáveis por emitir pareceres técnicos sobre tópicos técnico-científicos de entidades públicas e privadas e, a partir de 1850, sobre pedidos de privilégio (*i.e.*, patente) (Penteado, 2022, pp. 74-77).

Quadro 1. Associações às quais Frederico Leopoldo César Burlamaque se filiou. Fonte: Penteado (2025).

Nome	Filiação	Cargo
Sociedade Filomática	1832	-
Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional no Rio de Janeiro	c.1835	Conselheiro
Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional	c.1837	Secretário perpétuo, Editor
Sociedade Ginásio Brasileiro	c.1850	Presidente honorário
Sociedade contra o Tráfico de Africanos, e Promotora da Colonização e Civilização dos Índios	c.1851	Primeiro secretário
Sociedade Velosiana	1850	Seção de mineralogia
Arcadia Fluminense	c.1854	Sócio honorário
Academia Nacional de Belas Artes	1856	Membro honorário
Palestra Científica do Rio de Janeiro	1856	-
Sociedade Estatística do Brasil	c.1856	Presidente de seção
Sociedade Propagadora das Belas Artes	1857	Membro honorário
Associação Filantrópica dos Paroquianos de Sant'Anna	c.1857	Presidente
Imperial Instituto Fluminense de Agricultura	1860	Secretário

com a de diretor do Museu Nacional, para o qual foi nomeado em 15 de junho de 1847 (Figura 1). Burlamaque, então com 44 anos de idade, sucedeu a Custódio Alves Serrão (1799-1873), que tinha se demitido em 25 de janeiro de 1847 e de quem Burlamaque tinha sido aluno na Escola Militar (Fernandes & Henriques, 2013; Lacerda, 1905, pp. 23-26). De acordo com Marques e Filgueiras (2009, p. 2497), Burlamaque foi escolhido para o cargo em detrimento de Alexandre Vandelli e Emílio Germon, apesar de não ter integrado a instituição anteriormente. Burlamaque acumulou a função de diretor da seção de mineralogia, geologia e ciências físicas do museu (Lacerda, 1905, p. 175). Na historiografia, ele é rememorado como o primeiro paleontólogo da instituição e do país, empreendendo esforços para o aumento do acervo fossilífero por meio da interlocução com presidentes provinciais (Fernandes et al., 2010). Igualmente, durante sua gestão foi feita a primeira referência de um acervo etnográfico na instituição (Faria, 1949). Além desses pioneirismos, sua administração foi caracterizada pela maior autonomia administrativa em relação à Secretaria de Estado dos Negócios do Império, pela expansão



Figura 1. Retrato de Frederico Leopoldo César Burlamaque enquanto diretor do Museu Nacional. Fonte: Lacerda (1905, pp. 24-25).

da coleção de madeiras¹³, melhorias no calendário de exposições e pela criação da biblioteca do museu na década de sessenta (Netto, 1870, pp. 95-104, 108-115, 124-130; Lacerda, 1905, p. 26). A autonomia administrativa foi particularmente importante para o estabelecimento de correspondência e intercâmbio com instituições estrangeiras (Lopes, 2013, pp. 185-187). Nas clássicas obras sobre a história do Museu Nacional, publicadas por seus sucessores no cargo de diretor da instituição, como nas “Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro” (Netto, 1870, pp. 94-95), de Ladislau Netto, e “Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro” (Lacerda, 1905, pp. 25-30), de João Batista de Lacerda (1846-1915), a administração e o caráter de Burlamaque são fartamente elogiados.

Em 13 de setembro de 1855, aos 51 anos de idade, Burlamaque foi reformado do Exército com a patente de brigadeiro – a quarta maior patente do Exército imperial (“Ministério da Guerra”, 1855, p. A1). Dois anos mais tarde, em 1857, ele se aposentou como professor da Escola Militar. Nesse mesmo ano, enviuvado, casou-se em segundas núpcias com Maria Genoveva de Mello (s/d) (Moreira, 1866b, p. 21). Não há registro de que tenham ocorrido descendentes do seu segundo casamento.

Na metade daquele século, a participação de Burlamaque nas associações científicas da Corte tornou-se assídua. Na década de cinquenta, ele se filiou à Sociedade Velosiana e passou a se engajar em debates científicos com seus pares. O mais notório dentre esses debates foi entre Burlamaque, Freire Alemão e Vandelli, sobre a natureza dos nevoeiros secos que acometiam a cidade, e que ilustra a natureza dos debates sobre química no país no período (Marques & Filgueiras, 2010; Sociedade Vellosiana, 1850). Com o esvaziamento dessa agremiação, decorrente de disputas internas, Burlamaque e outros fundaram a Sociedade Palestra Científica, em junho de 1856 (Paiva, 2008). O repositório dos trabalhos da agremiação era o

periódico *Revista Brasileira*, onde Burlamaque publicou estudos sobre geologia, mineralogia e zoologia (Penteado, 2025). O primeiro, resultado de uma extensa pesquisa sobre minerais, rochas e fósseis remetidos para o Museu Nacional ao longo dos anos, foi analisado por Lopes (2013).

Uma vez dispensado da função de professor catedrático e das obrigações de um militar, da ativa, sua participação nas agremiações científicas se intensificou significativamente. Em 1860, foi criado o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, uma instituição dedicada ao desenvolvimento da agricultura naquela província (Decreto nº 2.681, de 24 de novembro de 1860). Tratava-se de uma instituição privada, mas financiada pelo erário e pelo imperador. Burlamaque, embora não tenha figurado como membro fundador, afiliou-se ao instituto após sua instalação e ocupou a posição de secretário entre 1860 e 1863. Foi também diretor do Jardim Botânico entre junho de 1861 e agosto de 1862, que, à época, era vinculado ao instituto (Bediaga, 2011, pp. 40-41, 50-53, 225). Dentro e fora da entidade, Burlamaque foi assertivo em propor a criação de estabelecimentos dedicados ao ensino agrícola. Quase uma década antes, enquanto secretário perpétuo da Sociedade Auxiliadora, ele havia proposto a criação de uma escola prática de agricultura (“Sessão do Conselho...”, 1853, pp. 355-356). No entanto, os fundos limitados e a aparente falta de auxílio governamental impossibilitaram sua realização (Penteado, 2023b, pp. 7-8). Nos anos seguintes, Burlamaque persistiu nesse projeto, argumentando que, apesar do atraso tecnológico, “. . . a indústria agrícola é a base única de nossa prosperidade!” (“Sessão do Conselho...”, 1861b, p. 4). Dentro do instituto, apesar de ter enfrentado dificuldades similares, a proposta foi bem-sucedida, e o Asilo Agrícola foi estabelecido com o subsídio do governo em 1869 (Bediaga, 2016).

No escopo das atividades da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, Burlamaque foi um dos principais propositores da

¹³ Sobre o interesse de Burlamaque em madeiras nacionais e sua exploração comercial, ver Cribelli (2013).

Exposição Industrial de 1861, a primeira exposição industrial nacional, compondo a comissão diretora da exposição e como membro do júri, no grupo de indústria metalúrgica, artes e produtos químicos (A. Cunha, 1862, p. v). Em sessão da Sociedade Auxiliadora que aprovou a proposta de Burlamaque para a realização da exposição, bem como o pedido de patrocínio para o governo, ele argumentou que esses eventos não eram "... meros espetáculos de curiosidade, mas sim um grande ensino para a agricultura, a indústria, o comércio e as artes ... um inquerito ... palpável, um inventário da riqueza pública, um grande passo na via do aperfeiçoamento e do progresso" ("Sessão do Conselho...", 1861a, pp. 42-43). No contexto das exposições, Burlamaque também atuou como secretário da comissão brasileira para a *Great London Exposition*, de 1862 (Moreira, 1863), a primeira participação oficial do Brasil em exposições universais. Na exposição londrina, Burlamaque enviou para ser exposta uma extensa coleção de minerais e uma amostra de tecido de fibra de pita, tendo recebido uma medalha pela primeira (Foster & Iselin, 1863, pp. 8, 29, 38).

Frederico Burlamaque faleceu aos 62 anos de idade, em 13 de janeiro de 1866. Seu corpo foi sepultado no Cemitério de São João Batista ("Inventário...", 1866, p. 7). De acordo com o obituário publicado nas páginas do Correio Mercantil, ele foi vítima de cirrose hepática ("Obituário", 1866, p. 2). Ao seu falecimento, seguiu-se uma profusão de homenagens e elogios de seus pares e figuras ilustres da Corte. Em 25 de abril de 1866, a Sociedade Auxiliadora realizou uma sessão especial em sua homenagem, na qual estavam presentes algumas das principais personalidades da política imperial, como José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco (1819-1880), e Cândido José de Araújo Viana, Marquês de Sapucaí (1793-1875),

representantes das associações Ateneu Médico, Sociedade Farmacêutica Brasileira, Imperial Associação Tipográfica Fluminense, Sociedade Brasileira Ensaio Literários e Retiro Literário Português, bem como o próprio Dom Pedro II (1825-1891) ("Sessão do Conselho...", 1866b, pp. 205-208). Somam-se às homenagens a colocação de um busto seu no saguão de entrada da associação, sediada no prédio do Museu Nacional. Em sua homenagem, foi publicado um texto de 24 páginas intitulado "Elogio Histórico", assinado por Nicolau Joaquim Moreira, a partir do qual a maior parte de sua biografia é conhecida (Moreira, 1866a, 1866b).

A presença do imperador não era estranha naquele espaço ou ocasião. Ao longo dos anos nos quais trabalhou como secretário do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, o monarca esteve frequentemente envolvido com a administração do instituto (Bediaga, 2011, pp. 33, 76) e possuía Burlamaque como interlocutor. Burlamaque é referenciado 14 vezes no diário do monarca (Bediaga, 1999, pp. 189, 193, 195-196, 223, 265-270, 281). O reconhecimento de Burlamaque em vida por parte de atores políticos também se refletiu nas ordens honoríficas que recebeu, com biógrafos oitocentistas reportando que ele foi recipiente da Ordem Imperial da Rosa, do Hábito Militar de São Bento de Avis e do título de conselheiro (Blake, 1898, v. 3, pp. 160-163; I. Silva, 1870, v. 9, pp. 403-404; Moreira, 1866b, p. 20; Lacerda, 1905, p. 30)¹⁴.

BIBLIOGRAFIA: CIÊNCIA, AGRICULTURA E A QUESTÃO SERVIL

A produção bibliográfica de Frederico Burlamaque é indubitavelmente vultosa. Ao longo de sua trajetória intelectual, Burlamaque publicou 17 livros em diferentes áreas do conhecimento, abrangendo história militar,

¹⁴ O prestígio de Burlamaque também é evidenciado pela concessão de uma pensão a sua viúva e filhas pelo governo central. Em março, dois meses após a morte de Burlamaque, sua viúva enviou um pedido de pensão ao governo imperial. Na carta, a viúva e dois filhos e filhas de Burlamaque pediam uma pensão ao governo, explicando que se encontravam em uma situação financeira precária e que o serviço de Burlamaque à nação justificava o pedido ("Sessão do Conselho", 1866a, pp. 124-125). Cinco anos depois, em 18 de outubro de 1871, o governo deferiu o pedido e concedeu uma pensão à viúva e a uma das filhas, Leopoldina Amélia César Burlamaque, a ser dividida entre elas (Brasil, 1873, pp. 145-146).

engenharia, paleontologia, mineralogia, antiescravidão e agricultura, como apontado na introdução deste texto. A abrangência dos seus textos pode ser explicada tanto pelo seu polimatismo quanto pela sobreposição desses temas, como é o caso da agricultura com a escravidão.

Nos crescentes debates sobre a escravidão e os problemas que resultavam do seu emprego, bem como sobre quais seriam as consequências de sua abolição, Burlamaque esteve envolvido na campanha pela proibição e supressão do comércio transatlântico de escravos africanos. Na década de trinta, no bojo das discussões da Lei Feijó de 1831, que declarou livre todos os indivíduos escravizados introduzidos no país a partir daquela data, ele publicou o livro “*Memoria analytica a' cerca do commercio d'escravos, a' cerca dos malles da escravidão domestica*”, em 1837 (Burlamaque, 1837). No livro de 156 páginas, originalmente composto para um malsucedido concurso de memórias da efêmera Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional no Rio de Janeiro, está delineado o pensamento de Burlamaque enquanto um abolicionista gradualista (Burlamaque, 1837, pp. iii-xi)¹⁵. No livro, ele criticou a negligência das autoridades com o tráfico de escravos, reconheceu sofrimento dos cativos e descreveu as nefastas consequências sociais e econômicas do sistema escravista. Embora ele argumente que a escravidão fosse um mal nos sentidos religioso, econômico, social e moral, esses aspectos estavam em conflito com a dependência da mão de obra escrava. A solução proposta requeria que a abolição ocorresse de maneira gradual e com contribuição da imigração europeia (Burlamaque, 1837, p. xx).¹⁶ A substituição dessa mão de obra também perpassava a modernização tecnológica dos métodos de produção utilizados na agricultura. Os instrumentos, maquinários e

técnicas agrícolas modernas que incorporassem os avanços das ciências naturais seriam capazes de diminuir a demanda por trabalho humano. Uma vez abolida a escravidão, os libertos deveriam ser enviados para a África (Burlamaque, 1837, pp. 95-96). Nota-se, contudo, que os comuns argumentos em defesa dos direitos dos proprietários de escravos não eram aceitos por Burlamaque, para o qual sua réplica era a de que “Se as leis protegem a propriedade, muito mais devem proteger a liberdade individual; liberdade anterior a todo o contracto, e que contracto algum pode allienar, ou fazer perder” (Burlamaque, 1837, p. 16).

A participação de Burlamaque em propostas similares continuou na segunda metade da década de quarenta, durante as discussões envolvendo o *Aberdeen Act* (1845) e a Lei Eusébio de Queirós (1850). Nesse período, Burlamaque voltou a publicar textos sobre a escravidão, particularmente relacionados à supressão do tráfico de africanos escravizados para o Brasil e ao problema da dependência brasileira de mão de obra escrava. Após a promulgação da lei de 1850, foi publicada a obra “*Systhema de medidas adoptaveis para a progressiva e total extinção do trafico, e da escravatura no Brasil*”, em 1852, uma publicação institucional da então recém-fundada Sociedade Contra o Tráfico de Africanos, e Promotora da Colonização e Civilização dos Índios (Burlamaque, 1852a). À época, Burlamaque era secretário da associação e contemporâneos lhe atribuem a autoria da obra (Blake, 1898, v. 2, p. 162; I. Silva, 1870, v. 9, p. 405). Dividido em duas partes, o texto, com 28 páginas, apresenta na segunda parte uma proposta de projeto de lei para a supressão do tráfico e a gradual extinção da escravidão, enquanto a primeira traz a sua justificativa. A proposta apregoava o patrocínio governamental para a imigração de trabalhadores

¹⁵ Não se sabe muito sobre as visões políticas de Burlamaque, mas esta sociedade pode apresentar alguns indícios. Criada em 9 de março de 1831, a associação se tornou representante dos interesses dos liberais moderados do Primeiro Reinado, seguindo postulados clássicos liberais. Sobre a associação, ver Basile (2006).

¹⁶ A imigração, ou processo de imigração e assentamento de estrangeiros no Brasil, era um elemento constante nos textos de Burlamaque sobre a escravidão. Embora a colonização não estivesse necessariamente condicionada à imigração estrangeira, a escassez de mão de obra local era frequentemente usada para justificar a ideia de que sua eficácia dependia da introdução de novas populações (Burlamaque, 1847).

não africanos e sugeriu medidas paulatinas para a abolição da escravidão, como o ventre livre, impostos sobre os donos de escravos, restrições a castigos corporais e, dez anos após a instituição dessas medidas, a proibição da escravidão urbana e desapropriações (Burlamaque, 1852a, pp. 19-28). No periódico da associação, *O Philanthropo* (1850, p. 1), as edições geralmente se iniciavam com a seguinte epígrafe de Burlamaque: “Aqueles que sustentam a escravidão, Deus permita que sejam escravizados!”¹⁷

Nas décadas de trinta e quarenta, enquanto professor da Academia Militar, Burlamaque publicou cinco livros diretamente relacionados à sua profissão docente, sobre história e temáticas militares. A partir da segunda metade da década de cinquenta, após a nomeação para o cargo de diretor do Museu Nacional, foi notada sua crescente participação nas associações científicas do município da Corte. No mesmo período, ele também foi um contribuidor assíduo nos periódicos dessas associações e se tornou um prolífico autor de livros-manuais sobre temáticas agrícolas, publicando mais de uma dezena de livros (Penteado, 2025). Burlamaque possuía grande interesse pela agricultura e acompanhava atentamente os desenvolvimentos em áreas afins, como a química e a botânica, como atestam suas obras. Em retrospecto, sua bibliografia é majoritariamente composta por livros agrícolas: dos dezessete livros publicados por ele, onze foram sobre agricultura. Segundo Bediaga (2012), Burlamaque foi um dos primeiros brasileiros a discutir as teorias de Justus von Liebig (1803-1873) sobre nutrição mineral das plantas e a lei do mínimo.

À época, Burlamaque integrou uma geração de acadêmicos e intelectuais que buscou tornar a agricultura nacional mais eficiente e produtiva. Ao longo

do século XIX, autores brasileiros envolvidos com a divulgação da ciência repetidamente descreveram os indivíduos envolvidos na agricultura como reféns da rotina e do hábito, cujas técnicas arcaicas retardavam o desenvolvimento do país. Para superar esses desafios, o conhecimento técnico-científico deveria substituir métodos tradicionais alegadamente ineficazes por métodos de produção modernos e mais eficientes (Fragoso, 1986; Lourenço, 2001; Cribelli, 2016, cap. 4). Essa perspectiva está intimamente relacionada à popularização da ciência naquele século, caracterizada por mecanismos de demarcação e discriminação entre ciência e conhecimento tradicional (Bensaude-Vincent, 2009), dentro do qual Burlamaque estava inserido. Localmente, no Brasil e no restante da América Latina, o discurso da racionalização dos métodos de produção foi frequentemente endossado por jornalistas e intelectuais, tornando-se lugar-comum na imprensa (Pallares-Burke, 1998). Em uma continuidade dessa tradição, Burlamaque, em um comunicado aos agricultores fluminenses, criticava o agricultor brasileiro, dizendo que este não conhece o

... arado, nem a charrua, desconhece o uso de uma multidão de instrumentos agrários que em toda a parte facilitam os trabalhos, poupam braços, e fazem colher abundantes cearas; não sabe aproveitar nem fabricar os estrumes que dão força às terras exaustas; finalmente ele ignora, e o que é pior, despreza todos os conhecimentos que não sejam os de pura rotina (F. Burlamaque, 1852b, p. 280)¹⁸.

Para ele, portanto, a solução proposta requeria a conjunção do trabalho livre e do ensino agrícola, sendo este último materializado por mecanismos de difusão e disseminação de conhecimento técnico-científico – como os seus livros-manuais.

¹⁷ Como a realidade é mais complicada do que a palavra escrita, Fernandes et al. (2010, p. 243) encontraram no inventário de Burlamaque dois escravos em seu nome (“Inventário”, 1866). Similarmente, O. Cunha (2022, pp. 40-48) identificou o emprego de escravos no Museu Nacional durante o seu período na diretoria da instituição, uma prática que só foi encerrada em 1881, na gestão de Ladislau Netto (Agostinho, 2022, p. 3).

¹⁸ Sobre o malsucedido movimento de intelectuais e acadêmicos para disseminar a utilização do arado no Brasil, ver Fragoso (1986) e Cribelli (2016, cap. 4). De acordo com esses autores, o arado, entre outras propostas modernizantes, era inapropriado para a agricultura tropical brasileira.

A primeira dessas obras sobre agricultura, embora não pertença à categoria dos manuais agrícolas da associação, foi o controverso “Ensaio sobre a regeneração das raças cavallares do Imperio do Brasil” (Burlamaque, 1856), publicado em duas edições em 1856 – com a segunda edição impressa pelo governo imperial (Brasil, 1857, p. 118; I. Silva, 1870, v. 9, p. 404; Blake, 1898, v. 3, p. 162). Influenciado pela teoria da degeneração animal de Georges-Louis Leclerc, o Conde de Buffon (1707-1788), ele argumentou que o mau estado dos animais domésticos brasileiros¹⁹ era consequência da degeneração produzida pelo clima nacional, agravada pela falta de cruzamento com raças de climas opostos aos locais e pelo tratamento deficiente dado por seus cuidadores (Burlamaque, 1856, pp. 1-14, 99-101). Em vista da importância econômica e militar dos cavalos, a prioridade deveria estar na ‘regeneração’ dessa espécie. Assim, a solução proposta por ele foi a importação recorrente de cavalos de climas opostos. Embora o plano tenha sido criticado por um suposto determinismo climático²⁰, o governo implementou o projeto e importou cavalos em 1858 e 1859. O programa, entretanto, teve curta duração (Penteado, 2023a).

Esse não foi o primeiro plano arquitetado por Burlamaque a ser implementado pelo governo imperial. Em agosto de 1857, em resposta às queixas de agricultores de cana-de-açúcar, o conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora enviou um requerimento para a Secretaria de Estado dos Negócios do Império a respeito da queda da produção dessa cultura, solicitando para que o governo se incumbisse da distribuição de uma nova espécie do gênero (“Sessão do Conselho...”, 1857a, pp. 402-405). Em coordenação com o gabinete ministerial, e por proposta de F. Burlamaque e Jeronymo Pereira Pinto (sem data), a Sociedade Auxiliadora e o governo organizaram uma expedição para as ilhas Maurício e Bourbon, no

oceano Índico. No ano seguinte, foram recebidos cerca de 20 mil pés de cana-de-açúcar e um número indeterminado de mudas de café (“A expedição...”, 1858, pp. 147-150). Apesar de algumas dessas parcerias entre a *intelligentsia* da Corte e o governo imperial em prol da modernização da agricultura terem sido abordadas por Domingues (1995), Bediaga (2011) e Penteado (2022), entre outros autores, esse é um objeto insuficientemente explorado e que frequentemente interceptou a trajetória de Burlamaque²¹.

Um segundo aspecto dessa relação entre Burlamaque, associações científicas fluminenses e o governo imperial esteve na impressão de livros-manuais às custas do último. Um vínculo que evidencia o papel imperial como financiador de projetos de vulgarização científica e o prestígio de Burlamaque em ter suas obras impressas às custas do erário. Em 1857, o governo pagou pela impressão de 1.500 cópias (“Sessão do Conselho...”, 1857b) da sua obra “Aclimação do dromadario nos sertões do norte do Brazil...” (Burlamaque, 1857). Embora Burlamaque não estivesse envolvido no planejamento ou na administração da proposta de aclimação dos dromedários no Ceará, ele organizou essa obra para auxiliar os fazendeiros responsáveis que se tornariam responsáveis por esses animais na província do Ceará (Penteado, 2024). Esses dois primeiros livros foram o prelúdio de uma série de livros-manuais sobre temáticas agrícolas que Burlamaque e a Sociedade Auxiliadora publicaram nas duas décadas seguintes. Os manuais agrícolas, como eram chamados pela associação, propunham-se a criar um curso completo de agricultura (Burlamaque, 1858, p. iv). Ao todo, a associação publicou dez manuais agrícolas entre 1858 e 1887, oito dos quais de autoria de Burlamaque.

No terceiro livro sobre tópicos agrícolas publicado por ele, e também o primeiro manual agrícola da

¹⁹ Para informações sobre a condição precária dos cavalos no Brasil oitocentista, ver Goulart (1964, pp. 137-154).

²⁰ Sobre as críticas ao plano de Burlamaque de importação de garanhões, ver Penteado (2023a).

²¹ Também por proposta de Burlamaque, a associação e o governo financiaram a importação de sementes de café a partir do Líbano em 1865 (Penteado, 2022, ver nota 21).

associação, o “Manual dos agentes fertilizadores – adubos e estrumes” (Burlamaque, 1858), publicado em 1858 e republicado na edição de 1858-1859 de O Auxiliador da Indústria Nacional, Burlamaque (1858, p. iii) sintetizou o propósito dos manuais:

... livro que devem trazer sempre em mão, aqueles que exercem a indústria de que trata esse livro. Um tal livro deve, portanto, para produzir toda a utilidade desejável, ser um verdadeiro e completo tratado sobre o assunto, escrito em estilo claro e conciso.

Os livros-manuais também buscavam incorporar demandas de curto prazo. Por exemplo, em “Monographia do Algodoeiro”, Burlamaque (1863) elaborou um manual para auxiliar os agricultores brasileiros com a cultura do algodão. Em seu prefácio, ele justificou a publicação da obra pela diminuição das exportações dos Estados Unidos, como resultado da Guerra da Secessão (1861-1865), afirmando que essa oportunidade poderia abrir espaço no mercado internacional para as exportações brasileiras (Burlamaque, 1863, pp. iii-vii).

Frequentemente, esses manuais eram custeados e impressos pelo governo imperial e distribuídos entre as províncias, como parte de medidas que objetivavam modernizar a agricultura e pecuária. O manual de 1858 foi um desses que foram custeados pelo erário (“Sessão do Conselho...”, 1860, p. 88). No prefácio, Burlamaque assinalou sua predileção pelo ensino agrícola e a justificava para aquela obra: “... pois que neste ramo, sem dúvida o mais importante de todos, nada ou quase nada existe escrito em português que dê ideia do estado atual da mesma agricultura quer como ciência, quer como arte” (Burlamaque, 1858, p. iv). Portanto, embora Burlamaque incorporasse informações obtidas a partir de sua experiência e de outros estudiosos nacionais da agricultura, o cerne dessas publicações estava na compilação e tradução de manuais estrangeiros, em sua maioria franceses.

Assim, porquanto Buffon tenha orientado o plano de regeneração cavalar, o mesmo ensaio faz referência às obras dos mestres de equitação franceses François Robichon de La Guérinière (1688-1751) e François-Alexandre de Garsault (1693-1778), bem como ao botânico alemão Albrecht Thaer (1752-1828). As diversas referências dos seus textos, bem como o trabalho de tradução que realizava para O Auxiliador da Indústria Nacional, sugerem que Burlamaque possuía conhecimento da língua inglesa, francesa e alemã. No manual sobre fertilizantes, por exemplo, as referências para Burlamaque são os agrônomos Arthur Young (1741-1820), Jöns Jacob Berzelius (1779-1848) e Antoine François de Fourcroy (1755-1809). Entretanto, esse esforço não deve ser interpretado como uma ingenuidade ao considerar a agricultura como uma ciência universal²². Conquanto Burlamaque argumentasse pela necessidade de modernizar os métodos produtivos brasileiros à luz da ciência – em sua maioria produzida alhures –, havia um esforço claro em adaptar princípios universais sobre química e botânica às circunstâncias locais. Similarmente, Burlamaque era um crítico da dependência brasileira na monocultura do café, advogando pela maior diversificação dos gêneros plantados por agricultores inseridos no mercado internacional (A. Cunha, 1862, p. 32). A sua oposição à monocultura de café não entrava em conflito com seu interesse em vê-la aprimorada, o que resultou na publicação do livro-manual “Monografia do cafeeiro e do café”, em 1860 (Burlamaque, 1860). Anos mais tarde, também por proposta de Burlamaque, a associação e o governo financiaram a importação de sementes de café a partir do Líbano, em 1865 (Penteado, 2022, ver nota 21). No mesmo sentido, o discurso de Burlamaque de modernização agrícola foi apontado por Pádua (2002) como parte de um incipiente movimento protoambientalista, que identificava na destruição das zonas de florestas uma das consequências de métodos agrícolas ultrapassados. O quão bem-sucedido

²² “... de que a agricultura não é uma ciência universal, apenas modificável conforme os climas, no que ela tem de arte” (Domingues, 1995, p. 216).

Burlamaque foi em aclimatar todos esses princípios, porém, é uma questão controversa.

Desde a década de setenta do século passado, diversos estudos contestaram a praticidade e até mesmo a validade de algumas das propostas modernizadoras para a agricultura brasileira apresentadas durante o século XIX, como a adubagem e o uso de arados. Em vez de serem reféns da rotina, esses autores argumentam que aquelas práticas agrícolas possuíam racionalidade própria e respondiam às circunstâncias e dinâmicas locais. Por exemplo, a substituição da agricultura de corte e queima, a maior utilização de arados, fertilizantes e a naturalização de espécies animais exóticas enfrentaram resistência dos agricultores e muitos desafios práticos. Essa questão é particularmente importante para a discussão sobre a viabilidade dos diversos projetos de modernização agrícola patrocinados pelo governo brasileiro e que buscavam importar técnicas desenvolvidas nos tradicionais centros de produção de conhecimento, dentre os quais estavam diversos projetos de Burlamaque, como a importação de ganhos e a disseminação do uso de arados. Devido à falta de infraestrutura, pessoal especializado e diferenças significativas nas condições físicas locais, argumenta-se que inovações bem-sucedidas foram mais frequentemente originadas de processos endógenos (Cardoso, 1979; Linhares & F. Silva, 1981; Fragoso, 1986; Cribelli, 2016, cap. 4).

Ao longo de sua trajetória, foram identificados 17 livros escritos por Burlamaque. Em média, mais de um livro foi publicado por ano entre 1856 e 1865 (Quadro 2). Quando faleceu, em 1866, dois manuscritos não publicados foram organizados por Nicolau Joaquim Moreira e lançados nos anos seguintes: “Elementos de agricultura”

(Burlamaque & Moreira, 1870) e “Elementos de tecnologia” (Burlamaque & Moreira, 1883-1887), o primeiro em formato de livro em 1870 e o segundo publicado nas páginas do periódico da Sociedade Auxiliadora ao longo da década de 1880²³. Idealizadas na década de 1860, essas obras haviam sido propostas para serem usadas como livros didáticos em escolas urbanas e rurais, respectivamente, mas a proposta não chegou a ser implementada (“Sessão do Conselho...”, 1861b, pp. 3-7). A produção escrita de Burlamaque é complementada por centenas de artigos publicados em vários periódicos fluminenses. Nesta pesquisa, foram identificados artigos seus em O Auxiliador da Indústria Nacional, O Philanthropo, Revista Brasileira, O Guanabara e Revista Agrícola (Penteado, 2025).

Postumamente, as publicações de Burlamaque ultrapassaram as fronteiras do Brasil. Nas décadas seguintes, citações e referências à sua produção bibliográfica foram encontradas entre relatórios governamentais e publicações científicas nacionais e estrangeiras, indicando a penetração da sua obra além das fronteiras do Império e a participação brasileira nas redes transnacionais de circulação e troca de conhecimento técnico-científico. Durante as décadas de oitenta e noventa, citações foram encontradas nas páginas de relatórios governamentais americanos sobre temáticas agrícolas, manuais agrícolas e revistas de geologia em língua inglesa. Dentre esses, esteve o “Report of the United States Entomological Commission”, publicado em 1885, no qual os estudos de Burlamaque foram referenciados no estudo do Departamento de Agricultura sobre uma lagarta (*Helicoverpa armigera*) conhecida por atacar as plantações de algodão (Branner, 1885, p. 50). Em outra ocasião, o livro de Burlamaque sobre o café foi citado em um livro sobre

²³ Ao contrário do que foi afirmado por outros autores (Barreto, 2009, 139 f.; Domingues, 1995, pp. 285-286), o livro “Cathecismo de agricultura” (Burlamaque & Moreira, 1870) não é uma reedição de uma obra de título homônimo publicada em O Auxiliador da Indústria Nacional, em 1838. O “Cathecismo” de 1838 (Macarenhas Neto, 1838) foi originalmente publicado no periódico português Annaes das Sciencias das Artes e das Letras, em 1819, e apenas republicado no periódico brasileiro duas décadas mais tarde. No original, sua autoria é assinada pela inscrição J. D. M. N., possivelmente de José Diogo Mascarenhas Neto (1752-1826), cofundador daquele periódico (Queirós, 1983, p. 18). O “Cathecismo” (Burlamaque & Moreira, 1870) de Burlamaque foi inicialmente composto na década de sessenta e intitulado “Elementos de agricultura”. Postumamente, Moreira editou a obra e alterou o seu título para a edição lançada em 1870 (Rego, 1869, p. 435). Apesar do título homônimo, as duas obras não possuem o mesmo conteúdo.

Quadro 2. Livros publicados por Frederico Leopoldo César Burlamaque. Legendas: * = publicação institucional, mas cuja autoria é creditada a Frederico Burlamaque; ** = obra publicada postumamente por Nicolau Joaquim Moreira. Fonte: Penteadó (2025).

Ano	Título	Tema
1830	"Resumo estatístico histórico dos Estados Unidos da América septentrional" (Burlamaque, 1830)	História
1837	"Memória analítica acerca do comércio dos escravos e dos males da escravidão doméstica" (Burlamaque, 1837)	Antiescravidão
1842	"Resumo do curso da história e da arte militar de J. B. Rocquancourt" (Burlamaque, 1842a)	Militar
1842	"Curso elementar de história e de arte militar: compêndio de ensino para a academia militar" (Burlamaque, 1842b)	Militar
1848	"Compêndios de montanística e metalurgia para uso dos alunos do quarto ano da escola militar" (Burlamaque, 1848)	Mineralogia
1852	"Sistema de medidas adotáveis para a progressiva e total extinção do tráfico, e da escravatura no Brasil*" (Burlamaque, 1852a)	Antiescravidão
1856	"Ensaio sobre a regeneração das raças cavaleares do Império do Brasil" (Burlamaque, 1856)	Agricultura
1857	"Aclimação do dromedário nos sertões do norte do Brasil e da cultura da tamareira, com tradução do relatório de Mr. Dareste" (Burlamaque, 1857)	Agricultura
1858	"Manual dos agentes fertilizadores – adubos e estrumes" (Burlamaque, 1858)	Agricultura
1859	"Manual das máquinas, instrumentos e motores agrícolas" (Burlamaque, 1859)	Agricultura
1860	"Monografia do cafeeiro e do café" (Burlamaque, 1860)	Agricultura
1862	"Monografia da cana-de-açúcar" (Burlamaque, 1862)	Agricultura
1863	"Monografia do algodoeiro" (Burlamaque, 1863)	Agricultura
1864	"Manual da cultura do arroz" (Burlamaque, 1864a)	Agricultura
1864	"Manual de apicultura, ou tratado da cultura e tratamento das abelhas" (Burlamaque, 1864b)	Agricultura
1865	"Manual da cultura, colheita e preparação do tabaco" (Burlamaque, 1865)	Agricultura
1870	"Catecismo de agricultura", com Nicolau Joaquim Moreira (Burlamaque & Moreira, 1870)**	Agricultura

aquela cultura (Graham, 1912, p. 131). Manuais ingleses sobre cana-de-açúcar e algodão se valeram das obras do autor brasileiro para dissertar sobre essas culturas. Em um último exemplo, e fora da temática agrícola, foram os seus estudos paleontológicos que obtiveram repercussão em periódicos científicos de geologia americanos, como no American Journal of Science e no Bulletin of the Geological Society of America (Penteadó, 2025).

CONCLUSÃO

As contribuições de Frederico Burlamaque para a história intelectual e da ciência brasileira foram significativas. Ao longo de mais de três décadas de uma produção intelectual polimática, ele contribuiu para o estudo da história militar, o movimento antiescravista, pesquisas em mineralogia,

geologia, paleontologia, química, mas, sobretudo, para a compilação e disseminação de conhecimento agrícola. Imbuído de um ideal utilitário em relação às ciências, ele buscou instrumentalizá-la em benefício do progresso material do Império. Algumas de suas publicações resultaram na criação de programas para a modernização da agricultura financiados pelo governo imperial, destacando seu importante papel na formulação de políticas públicas. Posteriormente, a relevância do seu trabalho sobre a cultura do algodão e criação do bicho-da-seda ultrapassou fronteiras do Império. Portanto, a trajetória de Burlamaque também pode ser interpretada como a realização de uma ciência brasileira com relevância internacional.

Em sua trajetória profissional, Burlamaque desempenhou diversos papéis: militar, professor, naturalista,

cientista, engenheiro, avaliador de pedidos patentários e diretor de museu. Uma trajetória que, apesar de singular, compartilhou características com outros professores de ensino superior da Corte e com o otimismo em relação à ciência e à tecnologia (Figueirôa, 2005, pp. 439-442). Enquanto engenheiro por formação, Burlamaque pareceu compor a tradição de engenheiros que crescentemente passaram a ocupar posições de administração e gerência (Picon, 2004); embora, no caso brasileiro, mais frequentemente dentro de entidades públicas (Coelho, 1999, pp. 54-58). Não obstante essa multiplicidade de cargos e funções, foi na divulgação científica e modernização agrícola que Burlamaque se tornou proeminente entre seus contemporâneos. À vista de Nicolau Joaquim Moreira, a biografia de Burlamaque não era definida por um “. . . dom da iniciativa que revoluciona a sciencia”, ou eloquência e oratória que “eletrizão o auditorio”, mas no “. . . conhecimento íntimo da sciencia que professava. . .” (Moreira, 1866a, p. 14).

Em vista da ausência de trabalhos dedicados à vida e à obra de Burlamaque, sua biografia continha diversas lacunas e imprecisões, muitas das quais foram esclarecidas neste trabalho, como seu local e sua data de nascimento. Conquanto esses esclarecimentos sejam relevantes, este trabalho almejou estudar essa trajetória principalmente nas formas como ela se cruzou com os projetos de modernização agrícola e divulgação científica encabeçados por ele. Paralelamente, pretendeu-se que a construção de sua biografia e a compilação e caracterização da sua produção bibliográfica possam prover ferramentas para que futuras pesquisas sobre sua carreira e projetos possam ser realizadas. Apesar de um extenso currículo profissional, o legado mais duradouro de Burlamaque foi sua obra escrita. Como se pôde notar ao longo deste trabalho, sua produção bibliográfica relacionada às ciências e à agricultura foi vultosa. Em suas obras, Burlamaque pareceu incorporar os princípios iluministas típicos dos homens de letras de seu período, por vezes asseverando que em seu “. . . século, tão justamente denominado século das Luzes, reina a ciência”

(“Acta da sessão...”, 1863, p. 284). A partir deste trabalho, argumenta-se que Burlamaque incorporou esse princípio em sua própria trajetória: enquanto a ciência reinava, ela seria a guia do progresso material da agricultura brasileira.

AGRADECIMENTOS

Este artigo contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por meio dos processos 2022/06235-9 e 2023/02944-8. O autor agradece aos pesquisadores Anderson Pereira dos Santos, Antonio Carlos Serqueira Fernandes e Cecilia de Oliveira Ewbank, que auxiliaram na identificação e na coleta da documentação primária sobre Burlamaque e sua família. Também agradeço ao meu orientador do doutorado, Gildo Magalhães dos Santos Filho, pelos comentários sobre a trajetória de Burlamaque.

REFERÊNCIAS

- A expedição a's Ilhas Maurícia e Bourbon. (1858). *O Auxiliador da Indústria Nacional* [terceira série], 6(6), 147-150.
- Abreu, M. P., & Lago, L. A. C. (2014). A economia brasileira no Império, 1822-1889. In M. P. Abreu (Org.), *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil* (pp. 1-28). GEN Atlas.
- Abreu, M. P., Lago, L. A. C., & Villela, A. A. (2022). *A passos lentos: uma história econômica do Brasil Império*. Edições 70.
- Acta da sessão da assembléa geral da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, reunida para a inauguração do busto do Exm. Sr. Marquez d'Abrantes, Presidente da mesma Sociedade. (1863). *O Auxiliador da Industria Nacional*, 11(7), 284.
- Agostinho, M. B. (2022). O Museu Nacional do Rio de Janeiro entre a escravidão e a liberdade. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 30, d1e31. <https://doi.org/10.1590/1982-02672022v30d1e31>
- Andrade, A. L. A. (2002). *Variações sobre um tema: a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional e o debate sobre o fim do tráfico de escravos (1845-1850)* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas]. <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/281496>
- Barreto, P. R. C. (2009). *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: o templo carioca de Palas Atena* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. http://bibcegos.nce.ufrj.br/hcte/docs/teses/2009/patricia_regina_correa_barreto.pdf

- Basile, M. (2006). Sociabilidade e ação políticas na Corte regencial: a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. *Dimensões*, (18), 349-383. <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2451>
- Bediaga, B. E. H. (Org.). (1999). *Diário do Imperador D. Pedro II: 1840-1891*. Museu Imperial.
- Bediaga, B. E. H. (2011). *Marcado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas (1860 a 1891)* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas].
- Bediaga, B. E. H. (2012). A moléstia da cana-de-açúcar na década de 1860: a lavoura em busca das ciências. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 19(4), 1255-1273. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702012005000003>
- Bediaga, B. E. H. (2016). Educação para o trabalho rural: o 'asilo agrícola' do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, 1869-1889. *Revista Brasileira de História da Educação*, 16(3), 123-143.
- Bensaude-Vincent, B. (2009). A historical perspective on science and its 'others'. *Isis*, 100(2), 359-368. <http://dx.doi.org/10.1086/599547>
- Blake, A. V. A. S. (1898). *Diccionario bibliographico brasileiro*. Imprensa Nacional.
- Bolt, J., & van Zanden, J. L. (2024). Maddison-style estimates of the evolution of the world economy: A new 2023 update. *Journal of Economic Surveys*, 39(2), 631-671. <https://doi.org/10.1111/joes.12618>
- Branner, J. C. (1885). Cotton Caterpillars in Brazil. In C. V. Riley (Ed.), *Fourth Report of the United States Entomological Commission, being a revised edition of Bulletin no. 3, and the final report on the cotton worm, together with a chapter on the boll worm* (Appendix V, pp. 780-792). Government Printing Office.
- Brasil. (1839). *Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1839* (Vol. II). Typographia Nacional.
- Brasil. Ministério do Império. (1857). *Relatorio (do anno de 1856) apresentado à Assembléa Geral Legislativa...pelo ministro e secretario d'Estado dos Negocios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz*. Typographia Universal de Laemmert.
- Brasil. (1873). *Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1873* (Tomo 32, Parte 1). Typographia Nacional. <https://bd.camara.leg.br/bd/items/46bfe295-7429-47dd-8381-e50215b9db7f>
- Burlamaque, F. L. C. (1830). *Rezumo statistico-historico dos Estados-Unidos da America septentrional*. Typographia de Lessa & Pereira.
- Burlamaque, F. L. C. (1837). *Memoria analytica a' cerca do commercio d'escravos, a' cerca dos malles da escravidão domestica*. Typographia Commercial Fluminense. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/174459>
- Burlamaque, F. L. C. (1842a). *Resumo do curso história e da arte militar de J. B. Rocquancourt*. Typographia Nacional.
- Burlamaque, F. L. C. (1842b). *Curso elementar de história e de arte militar: compendio de ensino para a academia militar*. Typographia Nacional.
- Burlamaque, F. L. C. (1847). Reflexões sobre a escravatura, e colonisação no Brasil. *O Auxiliador da Industria Nacional* [segunda série], 2(6-10), 146-157, 268-288, 314-327, 355-370, 394-415.
- Burlamaque, F. L. C. (1848). *Compendio de montanistica e metallurgia para uso dos alumnos do quarto anno da escola militar*. Typographia Nacional.
- Burlamaque, F. L. C. (1852a). *Systhema de medidas adoptaveis para a progressiva e total extincção do trafico, e da escravatura no Brasil*. Typographia do Philantropo. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/174455>
- Burlamaque, F. L. C. (1852b). Algumas considerações acerca da Circular de 15 de outubro de 1850. – Opiniões emitidas nas respostas que deram alguns convidados a fazerem parte da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional: – Observações acerca destas opiniões. *O Auxiliador da Indústria Nacional* [segunda série], 6(8), 279-286.
- Burlamaque, F. L. C. (1856). *Ensaio sobre a regeneração das raças cavallares do Imperio do Brasil* (1 ed.). Dous de Dezembro.
- Burlamaque, F. L. C. (1857). *Aclimação do dromadario nos sertões do norte do Brazil, e da cultura da tamareira, com a traducção do relatorio de Mr. Dareste, apresentada á Sociedade Zoologica de Aclimação de Paris, sobre o mesmo assumpto*. Typographia Nacional.
- Burlamaque, F. L. C. (1858). *Manual dos agentes fertilizadores – adubos e estrumes*. Typographia de Nicolau Lobo Vianna & Filhos.
- Burlamaque, F. L. C. (1859). *Manual das máquinas, instrumentos e motores agrícolas*. Typographia de N. Lobo Vianna & Filhos.
- Burlamaque, F. L. C. (1860). *Monographia do cafeeiro e do café*. Typographia de N. Lobo Vianna & Filhos.
- Burlamaque, F. L. C. (1862). *Monographia da canna d'assucar*. Typographia de N. Lobo Vianna & Filhos.
- Burlamaque, F. L. C. (1863). *Monographia do Algodoeiro*. Typographia de Nicolau Lobo Vianna & Filhos.
- Burlamaque, F. L. C. (1864a). *Manual da cultura do arroz*. Typographia do Imperial Instituto Artistico.
- Burlamaque, F. L. C. (1864b). *Manual de apicultura, ou tratado da cultura e tratamento das abelhas*. Typographia do Imperial Instituto Artistico.

- Burlamaque, F. L. C. (1865). *Manual da cultura, colheita e preparação do tabaco*. Typ. Industria Nacional de Cotrim & Campos.
- Burlamaque, F. L. C., & Moreira, N. J. (1870). *Cathecismo de agricultura*. Typografia Dezesseis de Julho.
- Burlamaque, F. L. C., & Moreira, N. J. (1883-1887). Elementos de tecnologia. Metaes e suas aplicações. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, (51-55).
- Burlamaqui, C. C. F. (1805, fev. 20). *Requerimento do [governador nomeado da capitania do Piauí], Carlos César Burlamaqui, ao príncipe regente [D. João], solicitando ajuda de custo para a viagem para a dita capitania* [Código AHU_CU_PIAUÍ, Cx. 28, D. 1434]. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.
- Burlamaqui, C. C. F. (1806a, jan. 22). *Carta do governador Piauí, Carlos César Burlamaqui, ao príncipe regente [D. João], sobre sua posse no dito cargo, formalizada pela Câmara da cidade de Oeiras do Piauí* [Código AHU_CU_PIAUÍ, Cx. 29, D. 1474]. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.
- Burlamaqui, C. C. F. (1806b, jan. 21). *Requerimento do governador nomeado para o Piauí, Carlos César Burlamaqui, ao príncipe regente [D. João], solicitando dispensa do pagamento dos novos direitos, devido aos poucos recursos que tem, para se transportar com sua família à capitania do Piauí* [Código AHU_CU_PIAUÍ, Cx. 29, D. 1473]. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.
- Burlamaqui, C. C. F. (2022). *Memória histórica e documentada dos sucessos acontecidos em Sergipe d'El Rei: 1821* (Edição, notas e comentários por W. de O. Menezes). SEDUC.
- Capilé, B. (2010). *A mais santa das causas: a Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Cardoso, C. F. S. (1979). *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Vozes.
- Coelho, E. C. (1999). *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Editora Record.
- Cribelli, T. (2013). 'These industrial forests': economic nationalism and the search for agro-industrial commodities in Nineteenth-Century Brazil. *Journal of Latin American Studies*, 45(3), 545-579. <https://doi.org/10.1017/S0022216X13000771>
- Cribelli, T. (2016). *Industrial forests and mechanical marvels: modernization in Nineteenth-Century Brazil*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781316179055>
- Cunha, A. L. F. (Org.). (1862). *Relatorio geral da Exposição Nacional de 1861 e relatorios dos jursy especiaes*. Typografia do Diario do Rio de Janeiro. <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/22502>
- Cunha, O. G. (2022). Navegar no arquivo da ciência. *Revista BBM*, (4), 22-52. <https://www.bbm.usp.br/pt-br/publica%C3%A7%C3%B5es-bbm/revista-bbm-n%C2%BA-4/>
- Dantes, M. A. M. (2001). As instituições imperiais na historiografia das ciências no Brasil. In A. Heizer, & A. A. P. Videira (Orgs.), *Ciência, civilização e império nos trópicos* (pp. 225-246). Access.
- Decreto nº 2.681. (1860, novembro 24). Aprova os Estatutos do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2681-3-novembro-1860-556792-publicacaooriginal-76922-pe.html>
- Domingues, H. M. B. (1995). *Ciência: um caso de política: as relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].
- Escola Militar (1854, nov. 12). 4.º Anno. *Diario do Rio de Janeiro*, 33(309), 2.
- Faria, L. C. (1949). *As exposições de antropologia e arqueologia do Museu Nacional*. Departamento de Imprensa Nacional. https://www.museuparanaense.pr.gov.br/sites/mupa/arquivos_restritos/files/documento/2020-09/exposicoesantropologiaarqueologiamuseunacional.pdf
- Fernandes, A. C. S., Fonseca, V. M. M., & Henriques, D. D. R. (2007). História da Paleontologia no Museu Nacional. *Anuário do Instituto de Geociências*, 30(1), 194-196. https://doi.org/10.11137/2007_1_194-196
- Fernandes, A. C. S., Ewbank, C. O., Silva, M. J., & Henriques, D. D. R. (2010). Uma lembrança de infância: os 'fósseis colossais' e o papel de Frederico Leopoldo César Burlamaque como primeiro paleontólogo brasileiro. *Filosofia e História da Biologia*, 5(2), 239-259. <https://www.abfhib.org/FHB/FHB-05-2/FHB-5-2-13-Antonio-Carlos-C-Fernandes-et-al-color.pdf>
- Fernandes, A. C. S., & Henriques, D. D. R. (2013). José da Costa Azevedo e Custódio Alves Serrão: da formação na Universidade de Coimbra à estruturação do Museu Nacional no Brasil. In C. Fiolhais, C. Simões, & D. Martins (Eds.), *História da ciência luso-brasileira: Coimbra entre Portugal e o Brasil* (pp. 197-206). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ferreira, E. P. (2011). *A mística do parentesco: uma genealogia inacabada: Os Castello Branco* (Vol. 5). ABC Editorial. https://www.parentesco.com.br/pdf/volume5_img.pdf
- Figueirôa, S. F. M. (2005). Ciência e tecnologia no Brasil Imperial Guilherme Schüch, Barão de Capanema (1824-1908). *Varia Historia*, 21(34), 437-455. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752005000200010>
- Figueirôa, S. F. M. (2007). A propósito dos estudos biográficos na história das ciências e das tecnologias. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, 4(3), 1-14. <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/673>
- Figueirôa, S. F. M. (2014). Em defesa do novo Império: a formação de engenheiros brasileiros nas grandes écoles francesas nas décadas de 1820-1830. In H. M. Gesteira, L. M. Carolino, & P. Marinho (Orgs.), *Formas do Império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX* (pp. 417-437). Paz & Terra.

- Figueirôa, S. F. M. (2018). A French author in a Brazilian library: Nerée Boubée (1806-1862) and his textbooks on geological sciences. *Centaurus*, 60(1-2), 52-68. <https://doi.org/10.1111/1600-0498.12173>
- Filgueiras, C. A. L. (2022). Pedro de Alcântara Lisboa, químico brasileiro do século XIX. *Química Nova*, 45(7), 891-900. <https://doi.org/10.21577/0100-4042.20170907>
- Foster, P. N., & Iselin, J. F. (Orgs.). (1863). *Reports by the juries on the subjects in the thirty-six classes into which the exhibition was divided*. Society of Arts.
- Fragoso, J. L. R. (1986). A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul. *Revista Brasileira de História*, 6(12), 125-150.
- Gama, A. S. (1805, nov. 7). *Carta do [governador e capitania do Maranhão], Antônio Saldanha de Gama, ao príncipe regente [D. João] sobre a licença dada para o ex-governador da capitania do Piauí, Pedro José César de Menezes retornar à Corte, após a chegada do novo governador, [Carlos César Burlamaqui]* [Código AHU_CU_PIAUÍ, Cx. 28, D. 1469]. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.
- Garcia, L. (2007). Emílio Joaquim da Silva Maia: um intelectual no Império do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 168(437), 67-153.
- Goulart, J. A. (1964). *O cavalo na formação do Brasil*. Editôra Letras e Artes.
- Graham, H. C. (1912). *Coffee: production, trade, and consumption by countries*. Government Printing Office.
- Henriques, A. B. (2011). A moderna agricultura no final do século XIX em São Paulo: algumas propostas. *História (São Paulo)*, 30(2), 359-380. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742011000200017>
- Inventário Frederico Leopoldo César Burlamaque. (1866). [Juízo de órfãos e ausentes – ZN, 1866, n. 127, caixa 3765]. Acervo Judiciário. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
- Kodama, K. (2008). Os debates pelo fim do tráfico no periódico O Philantropo (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão. *Revista Brasileira de História*, 28(56), 407-430. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882008000200007>
- Kury, L. (1998). Ciência e nação: romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 5(2), 267-291. <https://doi.org/10.1590/S0104-59701998000200001>
- Lacerda, J. B. (1905). *Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro: recordações históricas e científicas fundadas em documentos autênticos e informações verídicas*. Imprensa Nacional. <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/25>
- Lima, S. C. S. (2005). *Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Moreira (1870-1890)* [Dissertação de mestrado, Fundação Oswaldo Cruz]. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6126>
- Lima, S. C. S. (2021). O embrutecido, o imoral e o civilizado: racismo científico, mestiçagem e imigração na obra de Nicolau Joaquim Moreira. *Revista Maracanan*, (27), 145-172. <https://doi.org/10.12957/revmar.2021.57217>
- Linhares, M. Y. L., & Silva, F. C. T. (1981). *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. Brasiliense.
- Lopes, M. M. (1997). *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. HUCITEC.
- Lopes, M. M. (2013). Minerales y fósiles para escudriñar el país, abarrotar las vitrinas y educar a la gente. In M. Achim, & I. Podgorny (Eds.), *Museos al detalle: colecciones, antigüedades e historia natural, 1790-1870* (pp. 179-200). Prohistoria Ediciones.
- Lopes, M. M. (2023). Episódios sobre o carvão no Brasil. *Comunicações Geológicas*, 110(1), 79-85. <https://www.lneg.pt/wp-content/uploads/2024/04/Lopes-FINAL.pdf>
- Lourenço, F. A. (2001). *Agricultura Ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Editora da UNICAMP.
- Machado, M. V. (1860). Relatório dos trabalhos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, durante o anno de 1859. *O Auxiliador da Indústria Nacional* [terceira série], 8(2), 75.
- Marques, A. J., & Filgueiras, C. A. L. (2009). O químico e naturalista luso-brasileiro Alexandre Antonio Vandelli. *Química Nova*, 32(9), 2492-2500. <https://doi.org/10.1590/S0100-40422009000900046>
- Marques, A. J., & Filgueiras, C. A. L. (2010). A química atmosférica no Brasil de 1790 a 1853. *Química Nova*, 33(7), 1612-1619. <https://doi.org/10.1590/S0100-40422010000700034>
- Macarenhas Neto, J. D. (1838). Cathecismo d'Agricultura. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 6(2), 73-80.
- Ministério da Guerra. (1841, maio 22). Expediente do dia 12 de maio de 1841. *Correio Oficial*, 1(108).
- Ministério da Guerra. (1855, set. 21). Expediente do dia 17 de setembro de 1855. *Jornal do Commercio*, 30(260), A1.
- Morais, R. C. J. (2005). *Nos verdes campos da ciência: a trajetória acadêmica do médico e botânico brasileiro Francisco Freire-Allemão (1797-1874)* [Dissertação de mestrado, Fundação Oswaldo Cruz]. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6092>
- Moreira, F. I. C. (Org.). (1863). *Relatório sobre a exposição internacional de 1862 apresentada a S. M. o Imperador*. Thomas Brettell, Rupert Street, Haymarket.

- Moreira, N. J. (1866a). Elogio Historico do Conselheiro Doutor Frederico Leopoldo Cesar Burlamaqui. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 15(6), 208-220.
- Moreira, N. J. (1866b). *Elogio historico pronunciado perante S. M. o Imperador em sessão da Assembléa Geral da Sociedade auxiliadora da Industria Nacional por ocasião do acto solemne de inauguração do busto do Conselheiro Frederico Leopoldo Cezar Burlamaqui*. Typographia da Indústria Nacional de Cotrim & Campos. <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/267593>
- Netto, L. S. M. (1870). *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro: acompanhadas de uma breve noticia de suas colleções e publicadas por ordem do Ministerio da Agricultura*. Instituto Philomatico. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221729>
- Noticias Nacionaes. (1831, jun. 8). *O Constitucional: Diario Mercantil, Politico, e Litterario*, 1(26), 1.
- Nye, M. J. (2006). Scientific biography: history of science by another means? *Isis*, 97(2), 322-329. <https://doi.org/10.1086/504738>
- O Philanthropo*. (1850, out. 18). 2(81), 1.
- Obituário. (1866, janeiro 17). *Correio Mercantil*, 23(17), 2.
- Pádua, J. A. (2002). *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)* (2a ed.). Zahar.
- Paiva, M. P. (2005). *Associativismo científico no Brasil Imperial: a Sociedade Vellosiana do Rio de Janeiro*. Thesaurus Editora.
- Paiva, M. P. (2008). Associativismo científico no Brasil Imperial: a Sociedade Palestra Científica. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 169(439), 275-312.
- Palavras de Ignacio Alvares Pinto de Almeida na propaganda para a fundação da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. (1892). *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 60(12), 270.
- Pallares-Burke, M. L. G. (1998). A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, (104), 144-161. <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/723>
- Penteado, D. F. M. (2022). Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: a ambiguidade de uma associação civil a serviço do Estado brasileiro (1825-1904). *Revista Brasileira de História da Ciência*, 15(1), 61-86. <https://doi.org/10.53727/rbhc.v15i1.728>
- Penteado, D. F. M. (2023a). A tale of enduring myths: Buffon's theory of animal degeneration and the regeneration of domesticated animals in mid-19th century Brazil. *Journal of History of Biology*, 56(4), 715-742. <https://doi.org/10.1007/s10739-023-09742-8>
- Penteado, D. F. M. (2023b). Os projetos educacionais da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: as trajetórias da Escola Noturna de Instrução Primária de Adultos e a Escola Industrial (1871-1902). *Almanack*, (33), ea00322. <https://doi.org/10.1590/2236-463333ea00322>
- Penteado, D. F. M. (2024). Brazilian dromedaries: a history of acclimatization, agricultural modernization, and camelids (1857–1867). *Isis*, 115(2), 241-266. <https://doi.org/10.1086/730460>
- Penteado, D. F. M. (2025). *Arquivo complementar: Um cultivador das ciências: biografia e bibliografia de Frederico Leopoldo César Burlamaque (1803-1866)*. [SciELO Data]. <https://doi.org/10.48331/scielodata.XQWPK8>
- Picon, A. (2004). Engineers and engineering history: problems and perspectives. *History and Technology*, 20(4), 421-436. <https://doi.org/10.1080/0734151042000304367>
- Queirós, F. A. F. (1983). *Annaes das sciencias das artes e das letras (Paris, 1818-1822)*. Centro de História da Universidade do Porto.
- Quirós, P. G. B. (2008, fev. 17). La “sociabilidade” y la historia política. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.24082>
- Rego, J. P. (1869) Relatório dos trabalhos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional desde 1º de maio de 1868 até 1º de abril de 1869. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 18(10), 430-441.
- Relação dos despachos publicados na Corte pela Secretaria de Estado de Negocios do Reino no faustissimo dia 12 de outubro de 1818, anniversario natalicio de Sua Alteza o Serenissimo Senhor Principe Real. (1818, outubro 15). *Gazeta Extraordinaria do Rio de Janeiro*, 10(82), 7 f.
- Santos, A. D., & Lima, M. L. (2021). A Gestão de Ladislau Netto no Museu Nacional: uma janela para o contemporâneo. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 14, 1-18. <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/581>
- Santos, A. P. (2020). “Memorável dia 8”: os significados da prisão de um Governador, da fuga do malvado Vigário e da trama de um Coronel corrompido (Sergipe, 1820-23). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, 1(50), 84-101. <https://periodicos.ufs.br/rhgsse/article/view/14559>
- Sessão n.º 173 do dia 4 de novembro de 1837. (1837). *O Auxiliador da Industria Nacional*, 6(1), 1-2.
- Sessão da Assembléa Geral Extraordinaria em 7 de julho de 1849. (1849) *O Auxiliador da Industria Nacional* [segunda série], 4(2), 71-72.
- Sessão do Conselho em 15 de março de 1853. (1853). *O Auxiliador da Indústria Nacional* [terceira série], 1(10), 355-356.

- Sessão do Conselho em 1º de fevereiro de 1854. (1854). *O Auxiliador da Indústria Nacional* [terceira série], 2(8), 275.
- Sessão do Conselho em 1.º de agosto de 1857. (1857a). *O Auxiliador da Indústria Nacional* [terceira série], 5(15), 402-405.
- Sessão do Conselho em 15 de julho de 1857. (1857b). *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 5(8), 378.
- Sessão do Conselho em 1.º de fevereiro de 1860. (1860). *O Auxiliador da Indústria Nacional* [terceira série], 8(3), 88.
- Sessão do Conselho em 15 de janeiro de 1861. (1861a). *O Auxiliador da Indústria Nacional* [terceira série], 9(2), 42-43.
- Sessão do Conselho em 1º de dezembro de 1860. (1861b). *O Auxiliador da Indústria Nacional* [terceira série], 9(1), 3-7.
- Sessão do Conselho Administrativo em 1º de março de 1866. (1866a). *O Auxiliador da Indústria Nacional* [terceira série], 14(4), 121-125.
- Sessão do Conselho Administrativo em 25 de abril de 1866. (1866b). *O Auxiliador da Indústria Nacional* [terceira série], 21(6), 205-208.
- Silva, C. A. F., & Penteado, D. F. M. (2017). O perfil dos redatores do periódico “O Auxiliador da Indústria Nacional” (1833-1896). *Revista Diálogos Mediterrânicos*, (12), 132-153. <https://dialogosmediterraneos.com.br/RevistaDM/article/view/260>
- Silva, I. F. (1870). *Diccionario Bibliographico Portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e Brazil* (Vol. 9). Imprensa Nacional.
- Silva, M. A. D., & Cueto, M. (2021). From the social to the global turn in Latin American history of science. In A. Barahona (Ed.), *Handbook of the historiography of Latin American studies on the life sciences and medicine* (Historiographies of Science, pp. 1-20). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-48616-7_17-1
- Sociedade Vellosiana. (1850). *Estatutos da Sociedade Vellosiana, 6 de setembro de 1850*. [Pasta 3, doc. 157]. Seção de Memória e Arquivo. Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Telles, P. C. S. (1997). Evolução histórica da engenharia no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 158(397), 1107-1116.
- Telles, P. C. S. (2003). O início do ensino da engenharia: a Academia Real Militar; a Escola Central. *Boletim da Sociedade Brasileira de Cartografia*, (50), 3-21. <https://www.cartografia.org.br/boletim/Boletim50.pdf>
- Terrall, M. (2006). Biography as cultural history of science. *Isis*, 97(2), 306-313. <https://doi.org/10.1086/504736>
- Vieira, C. E. (2008). Intelligentsia e intelectuais sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. *Revista Brasileira de História da Educação*, 8(16), 63-85.
- Vieira, G. O. (2023). *Publicar ciência no Brasil Oitocentista: a Sociedade Vellosiana de Ciências Naturais e seus trabalhos (1850-1855)* [Dissertação de mestrado, Fundação Oswaldo Cruz]. https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/61648?locale-attribute=pt_BR

DADOS DA PESQUISA

Os dados foram depositados no repositório SciELO Data e podem ser acessados em Penteado (2025).

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AValiação POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.

NOTA DE PESQUISA

Coleções e redes de intercâmbios na Amazônia do início do século XX: considerações sobre o legado de Emília Snethlage

Collections and exchange networks in early 20th century Amazonia: considerations on the legacy of Emília Snethlage

Luiz Felipe Farias dos Santos^I  | Lilian Bayma de Amorim^{II} 

^IUniversidade do Estado do Pará. Belém, Pará, Brasil

^{II}Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, Pará, Brasil

Resumo: A presente nota de pesquisa tem por objetivo investigar a participação do Museu Paraense no 'movimento de museus' que ocorreu na transição do século XIX para o XX, tendo como recorte a análise de uma coleção de mamíferos coletada por Emília Snethlage no interior da Amazônia e, posteriormente, enviada ao Museu Britânico para a identificação de espécies. A pesquisa está situada no campo da História das Ciências e dentre as fontes de informação utilizadas estão trabalhos publicados por Snethlage, uma mensagem do governador do estado do Pará à Assembleia Legislativa, um periódico da instituição inglesa e cartas. A análise da documentação permite visualizar os diferentes aspectos que perpassam a construção do conhecimento científico. No que se refere à identificação de novas espécies, pode-se elencar a heterogeneidade e a assimetria dos atores envolvidos nas etapas de coleta, transporte e determinação dos animais. Na conclusão, observa-se como as atividades científicas não podem ser dissociadas de contextos sociais e políticos.

Palavras-chave: Emília Snethlage. Amazônia. Coleções. História Natural. Museu Paraense Emílio Goeldi.

Abstract: The aim of this research note is to investigate the participation of the Museum of Pará in the 'museum movement' that took place in the transition from the 19th to the 20th century, analysing a collection of mammals collected by Emília Snethlage in the interior of the Amazon and later sent to the British Museum for species identification. The research is situated in the field of the History of Science and among the sources of information used are works published by Snethlage, a message from the Governor of the State of Pará to the Legislative Assembly, a periodical from the British institution and correspondence. Analysing the documentation allows us to visualise the different aspects that permeate the construction of scientific knowledge. With regard to the identification of new species, the heterogeneity and asymmetry of the actors involved in the stages of collecting, transporting and determining the animals can be listed. In conclusion, it can be seen how scientific activities cannot be dissociated from social and political contexts.

Keywords: Emília Snethlage. Amazon. Collections. Natural History. Museu Paraense Emílio Goeldi.

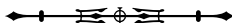
Santos, L. F. F., & Amorim, L. B. (2025). Coleções e redes de intercâmbios na Amazônia do início do século XX: considerações sobre o legado de Emília Snethlage. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 20(1), e20240031. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0031.

Autor para correspondência: Luiz Felipe Farias dos Santos. Universidade do Estado do Pará. Tv. Djalma Dutra, 156 – Telégrafo. Belém, PA, Brasil. CEP 66113-200 (luiz.fsantoshistoria@gmail.com).

Recebido em 20/12/2023

Aprovado em 14/11/2024

Responsabilidade editorial: Lucia Hussak van Velthem



INTRODUÇÃO

No final do século XIX, a concepção de intelectualidade no Brasil começa a sofrer transformações. Ocorre a transição de uma 'ciência geral' para uma 'ciência especializada', ou seja, se anteriormente o intelectual era aquele que detinha o conhecimento em várias áreas do saber, a partir desse momento, os pesquisadores passam a se dedicar a questões cada vez mais delimitadas, culminando na profissionalização da ciência (Sá, 2006). Nesse cenário, a ciência passa a ser alvo de constantes disputas e com uma linguagem de compreensão cada vez mais difícil entre o público leigo.

Uma das formas de compreender o processo de especialização da ciência no país é por meio do entendimento da institucionalização das ciências naturais. Figueirôa (1998) argumenta que esse processo deve ser analisado por um duplo viés: por um lado, deve-se observar a mundialização das ciências e, por outro, as respostas dos grupos locais, que rompiam com a historiografia anterior, a qual tendia a considerar como passiva a recepção das ideias científicas no país.

Lopes (2009), ao tratar dos museus de história natural no Brasil, tendo como estudo o Museu Nacional do Rio Janeiro, afirma que o desenvolvimento da entidade carioca foi resultado de medidas modernizadoras adotadas pelas elites do estado, as quais viam na ciência uma utilidade prática para a prosperidade do país. No entendimento da autora, esse fenômeno pode ser visto também de uma outra forma, no plano das mudanças operadas no campo das ciências naturais, com a diversificação de disciplinas e instituições que as abrigavam.

Entre 1870 e meados de 1930, os museus eram os principais locais para a pesquisa científica. Durante esse período, os cientistas realizavam viagens de campo para coletar materiais, e coleções, ideias e cientistas circulavam entre os museus, formando redes de intercâmbio. Tal período ficou conhecido como "movimento dos museus brasileiros" (Lopes, 2009).

A ampliação do papel do Museu Paraense nesse movimento de museus pode ser atribuída às iniciativas

do cientista suíço Emílio Goeldi (1859-1917). Durante a gestão dele (1894-1907), delinear-se pela primeira vez um projeto científico para a Amazônia, com o objetivo de sistematizar os conhecimentos sobre a fauna da região. Goeldi aspirava realizar uma obra intitulada "Fauna do Brasil", que, de acordo com Sanjad (2010, p. 238), deveria ser uma referência sobre o assunto, uma espécie de enciclopédia sem precedentes na literatura zoológica do país. Sanjad (2010) afirma que esse foi o projeto que Goeldi desejava assegurar para si e para o Museu Paraense.

Para implementar o mencionado projeto, Goeldi contou com a colaboração de vários cientistas, selecionados através de seu extenso círculo de contatos acadêmicos em institutos de pesquisa europeus. Dentre os especialistas que vieram a Belém do Pará, destacam-se o botânico suíço Jacques Huber (1867-1914), o botânico e entomólogo austríaco Adolpho Ducke (1876-1959) e a zoóloga alemã Emília Snethlage (1868-1929).

Snethlage desempenhou um papel crucial no avanço do projeto liderado por Goeldi, no qual ela identificou, descreveu e compilou informações sobre a avifauna amazônica disponíveis até aquele momento. O resultado final desse esforço foi publicado no Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, sob o título "Catálogo das aves amazônicas, contendo todas as espécies descritas e mencionadas até 1913" (Snethlage, 1914).

O inventário de Emília Snethlage teve grande repercussão, tanto que, apenas um ano após sua publicação, o ornitólogo americano Witmer Stone (1866-1939), editor da revista *The Auk*, afirmou que este catálogo de aves representou um avanço significativo no estudo das aves neotropicais, sendo de extrema necessidade, pois organizava os conhecimentos dispersos de vários autores e listava uma amostragem significativa das espécies de aves da região (Stone, 1915).

A presente pesquisa está situada no campo da História das Ciências. As fontes utilizadas são os relatos de viagem de autoria de Emília Snethlage e periódicos do Museu Britânico, consultados na Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna

e na Biodiversity Heritage Library, que permitiram visualizar tanto as experiências de coleta em campo, como o exercício de identificação e descrição desses animais. Por outro lado, no Arquivo Guilherme de La Penha, do Museu Goeldi, foi examinada a documentação relativa à gestão de Emília Snethlage à frente do museu, o que possibilitou entender o contexto de intercâmbio das coleções zoológicas.

Este estudo discute inicialmente as influências teóricas do trabalho de campo realizado por Emília Snethlage, destacando como seus relatos de viagem se inserem no debate sobre a distribuição geográfica das espécies. Além de se concentrar nas aves, a pesquisadora também coletou mamíferos, parte dos quais foi enviada ao Museu Britânico, o que rendeu reconhecimento, tanto a ela quanto ao Museu Paraense, no meio científico internacional.

O próximo item aborda a contribuição de Snethlage na formação de redes de conhecimento, partindo da premissa de que o trabalho de campo e de gabinete são complementares. Nesse contexto, destaca-se a natureza coletiva na construção do conhecimento nas ciências naturais, envolvendo a ação conjunta de indígenas, políticos e cientistas.

AS INFLUÊNCIAS TEÓRICAS NO TRABALHO DE CAMPO DE EMÍLIA SNETHLAGE

Ao assumir em Agosto de 1905 as funções de auxiliar de zoologia do Museu Paraense fui encarregada pelo Prof. Dr. E. A. Goeldi, director do Museu e meu chefe de secção n'aquelle tempo, de principiar logo os trabalhos preparatorios para a edição de um catalogo da avifauna amazonica, tendo por base principal as collecções de pelles de passaros conservadas no proprio Museu, enumerando-se tambem todas as especies mencionadas em outros trabalhos como provenientes da nossa região (Snethlage, 1914, p. 1).

O trecho acima, escrito por Snethlage (1914), sublinha a continuidade de um projeto científico para o Museu Paraense, reforçando que, mesmo com a mudança de direção na instituição, houve a permanência de um mesmo ideal a ser buscado. Sanjad (2010) considera este trabalho o exemplo mais bem sucedido do projeto

inicialmente formulado por Goeldi, pois seguiu fielmente os propósitos determinados pelo cientista suíço, com foco na fauna e na biologia regional.

O trabalho de Snethlage teve um impacto significativo na zoologia e na biogeografia da região amazônica, pois, até então, as informações disponíveis sobre esse local eram escassas. O naturalista Alfred Wallace (1823-1913), durante sua passagem por esse território, no século XIX, comentou sobre a distribuição geográfica de primatas, alertando que na literatura zoológica da época as informações sobre esses animais eram vagas e dispersas, carecendo, assim, de maiores estudos para preencher essa lacuna.

Os resultados da viagem de Wallace destacaram o impacto da dimensão dos rios amazônicos na distribuição de espécies. Ele observou que os rios de grande porte funcionavam como barreiras geográficas, resultando na ocorrência de espécies distintas em um mesmo nicho ecológico. Esse fenômeno foi evidenciado nos rios Amazonas, Negro e Madeira, por exemplo, pelo viajante inglês.

A preocupação da cientista alemã com a biogeografia assemelha-se à de Wallace, ao demonstrar como questões climáticas e geomorfológicas influenciam na distribuição da fauna da região, conforme indicado em:

De modo geral, confirmei tanto nos macacos quanto nos outros mamíferos a regra por mim há tempos notada nas aves amazônicas de que os vertebrados locais tendem a se dividir em subespécies bem definidas (as chamadas subespécies geográficas) quanto mais estejam adaptados à vida no interior da mata virgem de terra firme. Por outro lado, as espécies que habitam exclusiva ou preferencialmente a várzea apresentam de modo geral uma ampla distribuição que se estende por toda a Amazônia ou pela maior parte dela (Snethlage, 1925, pp. 339-340).

A Figura 1 retrata a preocupação de Emília em registrar, por meio de uma fotografia, a presença dos rios como barreiras geográficas.

A Figura 1 retrata um trecho do rio Curuá, afluente do Xingu. Emília esteve nesse local em 1909, quando explorou a diversidade da fauna, da flora e dos povos indígenas amazônicos.

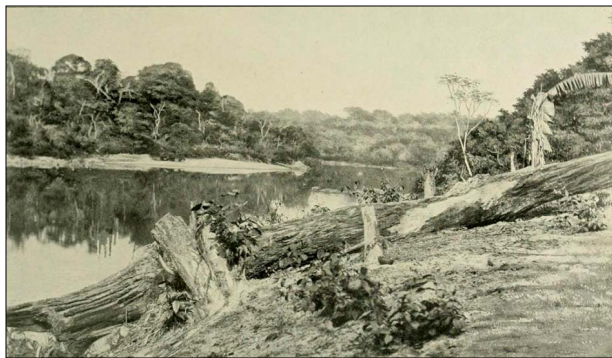


Figura 1. Vista do rio Curuá. Fonte: Snethlage (1912).

Ao incluir essa imagem no relato de viagem publicado em 1912 e intitulado “A travessia entre o Xingú e o Tapajoz” (Snethlage, 1912), objetivava evidenciar aos leitores como as aves daquela região se diferenciavam de uma margem para a outra do rio, alterando, por exemplo, as características morfológicas.

Assim, o trabalho de campo de Emília Snethlage segue as observações feitas por Wallace, ambos diretamente influenciados pelos estudos darwinistas. Ambos buscavam explicar a variação das espécies através da relação entre os seres vivos e o ambiente que os rodeia. As atividades de coleta de Emília se inserem em um panorama de mudanças, no qual campo e gabinete passam a se interrelacionar. Para a historiadora Junghans (2009, p. 55): “o trabalho de campo feito por Emília Snethlage inscreve-se nesse novo momento dos estudos das ciências da natureza, para o qual contribuiu o trabalho de Wallace, como coletor e analista”.

Apesar das mudanças, nem sempre era o coletor quem realizava a descrição da espécie coletada. Dois fatores ajudam a entender esse cenário. Primeiramente, em algumas ocasiões, o Museu Paraense não possuía os instrumentos necessários para o processo de determinação do animal. Além disso, outro fator estava relacionado ao envio desses animais para o exterior, visando fortalecer os laços do museu do Pará com importantes instituições estrangeiras (Sanjad, 2010). Então, é possível perceber que a colaboração com especialistas estrangeiros

desempenhava um papel crucial na determinação e na descrição das espécies coletadas.

Um dos museus que mais recebeu coleções provenientes do Museu Paraense foi o Museu Britânico durante os anos suíço-germânicos. Destaca-se especialmente o grupo dos mamíferos, cuja identificação era realizada por Oldfield Thomas (1868-1930). Sua ligação com o Museu Paraense remonta à gestão de Emílio Goeldi.

Entre os textos que o cientista inglês publicou a partir de coleções advindas de espécies coletadas por funcionários do Museu Paraense, estão “On a collection of bats from Para” (Thomas, 1901), “On mammals collected in Ceará, N.E. Brazil, by Fräulein Dr. Snethlage” (Thomas, 1910), “On some rare Amazonian mammals from the collection of the Para Museum” (Thomas, 1913) e “On mammals from the lower amazons in the Goeldi Museum, Para” (Thomas, 1920).

Um detalhe a ser ressaltado é que os três últimos trabalhos só foram possíveis a partir das coleções formadas por Snethlage. Conforme será visto mais adiante, apesar de ser especialista em ornitologia, os mamíferos chamavam a atenção dela na floresta. Em razão disso, além de reunir significativos acervos de aves, também trazia animais dessa classe.

A partir da data de publicação dos textos mencionados, evidencia-se a continuidade da relação entre o museu brasileiro e o museu inglês, mesmo diante das mudanças de diretores. Isso revela a consolidação do projeto científico de Goeldi, de integrar o Museu Paraense ao circuito global de produção científica.

Portanto, vislumbra-se um fluxo de intercâmbios formado entre o Museu Paraense e o Museu Britânico no início do século XX, principalmente mediante a circulação de mamíferos. Ao enfatizar essa rede de conhecimento entre as instituições, busca-se evidenciar a atuação de uma mulher cientista nesse cenário, Emília Snethlage. Para isso, dois aspectos serão sublinhados: o contexto de envio das coleções do Pará para Londres e a participação de Snethlage na mobilização de colaboradores que possibilitaram o sucesso das coletas em campo.

DO PARÁ A LONDRES: CONTEXTUALIZANDO A SAÍDA DAS COLEÇÕES DE MAMÍFEROS

Alberti (2005) ressalta que o estudo de coleções não deve ser concentrado apenas no objeto em si, pois é somente através do contato com os seres humanos que ele adquire significado. Partindo desse pressuposto, pretende-se analisar o deslocamento da coleção de mamíferos do Museu Paraense em direção ao Museu Britânico. O contexto social da capital paraense desempenha um papel significativo na movimentação desses animais.

A obra ora mencionada foi publicada em 1920, com autoria de Thomas, no periódico *Annals and Magazine of Natural History*, de responsabilidade do Museu Britânico. No trecho inicial do texto, o zoólogo afirma que:

The majority of the specimens have been collected by Fraulein Dr. E. Snethlage, and it is to her energy and ability in collecting, and to the enlightened generosity of the Trustees of the Goeldi Museum in the distribution of the specimens, that the greater part of our increased knowledge of Amazonian mammals is due (Thomas, 1920, p. 266).

O reconhecimento ao trabalho de Emília Snethlage para o desenvolvimento dos estudos no campo da Mastozoologia era recorrente. Ao fazer isso, ela angariava prestígio tanto para si como para o Museu Paraense, que cada vez mais se alinhava a redes científicas transnacionais, aumentando, assim, a visibilidade da entidade amazônica.

Cabe pontuar que a contribuição da alemã não se restringia aos animais do norte do país, havendo registros de espécimes coletados no interior do estado do Ceará, em Ipu, e São Paulo, locais em que, segundo Thomas (1913), o campo de estudo dos mamíferos possuía informações mínimas. Além disso, em outro periódico, Thomas (1912, p. 89) parabenizava a cientista do Museu Paraense pela redescoberta de uma espécie considerada rara, a *Isothrix pagurus* Wagner. Nas palavras do zoólogo inglês: “A Senhora Snethlage está de parabéns pela redescoberta desse animal raro e interessante [tradução nossa]”.

Após essas breves considerações acerca da relação entre Thomas e Snethlage na circulação de espécimes zoológicos, cumpre retornar à análise do contexto das coleções. Com o intuito de compreender o deslocamento dessas coleções – resultantes de coletas realizadas por Snethlage e preparadores do Museu Paraense entre 1914 e 1920 – do estado do Pará em direção a Londres, deve-se visualizar a situação pela qual a região passou a partir de 1910.

Segundo Sarges (2002), nesse momento ocorre a acentuação da crise da economia gomífera. Conforme a autora, dois motivos levaram a isso: a queda no valor comercial da borracha da Amazônia, resultado da substituição deste produto pela borracha oriental, e a falta de união de uma elite local que lutasse por seus direitos e benefícios. A crise comprometeu fortemente as contas públicas, resultando em reduções nos orçamentos dos órgãos ligados ao governo estadual, como o Museu Paraense.

À medida que o tempo avançava, a crise econômica apenas se agravava. Em diversos ofícios enviados ao secretário geral do estado do Pará, nota-se os impactos da receita reduzida nas atividades do Museu Paraense, seja na manutenção do jardim zoológico, seja na dificuldade de manter em dia a folha de pagamento dos funcionários.

Esse cenário pode ser observado em um ofício enviado por Emília Snethlage, em 25 de maio de 1920. Nele, ela informava que as coleções acumuladas pelo Museu Paraense nos últimos seis anos pela seção zoológica não podiam ser completamente estudadas e classificadas internamente devido à falta de material para comparação. Essas coleções continham muitas raridades ainda não representadas no Museu, além de um número considerável de espécies novas, exigindo comparação com os tipos de espécies relacionadas em coleções de diversos museus europeus, especialmente Viena, Munique, Berlim, Londres e Tring. Por fim, ela chamava a atenção para a urgência do assunto, pois havia colecionadores de museus americanos na região, e seria lamentável perder a prioridade das descobertas científicas e a posse dos tipos das novas espécies. Snethlage (1920) enfatizava os esforços

para manter esse acervo, apesar das adversidades. Logo, segundo o que foi assinalado, a situação na seção zoológica era crítica, pois o Museu Paraense não dispunha dos instrumentos necessários para quem fossem identificadas ou descritas novas espécies.

Nessa perspectiva, ao considerar o contexto social de crise vigente, as fontes permitem afirmar que o intercâmbio de coleções entre o Museu Paraense e o Museu Britânico estava intimamente relacionado com a decadência da indústria da borracha e as dificuldades impostas ao museu do Pará, sobretudo no que se refere ao acesso a materiais científicos. No próximo tópico, será abordado como o trabalho de campo e o trabalho de gabinete efetuados por Emília Snethlage estavam conectados, a partir da publicação oriunda da coleção enviada por ela.

CIENTISTAS E INDÍGENAS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO: O CASO DA ESPÉCIE *PITHECIA ALBINASA*

No artigo “On mammals from the lower amazons in the Goeldi Museum, Para”, Thomas (1920) identifica 58 espécimes de mamíferos coletados por funcionários do Museu Paraense entre 1914 e 1920. Preliminarmente, chama a atenção a prática de nomear as novas espécies com epítetos que faziam referência a Emílio Goeldi ou a Emília Snethlage. Sobre isso, Lopes (2000, p. 231) comenta que, no início do século XX, “além de coleções e publicações, correspondências, interesses e amabilidades científicas – foi prática usual entre esses diretores nomearem espécies novas com o nome dos colegas, – os próprios diretores de museus circularam”.

No texto de Thomas (1920), constata-se isso nos nomes *Hapale emiliae*; *Sciurus cestuans paraensis*, Goeldi; *Ecomys tapajinus*, Thos; *Proechimys goeldii*, Thos; *Lonchothrix emiliae*, Thos; *Monodelphis emiliae*, Thos. O nome dos animais fazia alusão à Emília ou a locais na Amazônia, nesse caso, ao estado do Pará e ao rio Tapajós.

Esse fato pode ser interpretado como uma estratégia de legitimação da atuação de uma mulher cientista.

Junghans (2008, 2009), ao analisar as ferramentas que Snethlage utilizava para angariar prestígio perante seus pares, ressalta o caráter ‘heróico’ presente nas narrativas de viagem da alemã, destacando sua bravura e coragem no trabalho de campo pelo vale amazônico.

Entretanto, para além desse aspecto, observa-se que os nomes *Hapale emiliae*, *Lonchothrix emiliae* e *Monodelphis emiliae* são homenagens à Emília Snethlage. Isso pode ser considerado uma forma de a cientista alemã obter ‘capital simbólico’ (Bourdieu, 2004), ou seja, reconhecimento no campo científico, o qual era fundamental naquele contexto, pois o meio acadêmico era predominantemente masculino.

Ademais, outro fator que se destaca na obra de Thomas (1920) é a menção às localidades. A lista a seguir contém a relação completa dos lugares onde houve a coleta dos animais descritos por ele: 1) Utinga (Pará), bosque perto do sistema hidráulico; 2) ilha de Marajó, fazenda Ilha de Roça e fazenda Pacovall dos Mellos; 3) rio Flor do Prado, rio a leste do Pará, em Quatipuru; 4) rio Tocantins, fazenda Vaicajó, Cametá; 5) rio Iriri, afluente do Xingu, em Santa Julia e Liberdade; 6) Monte Alegre, margem norte do Amazonas, fazenda São Pedro; 7) fazenda Taperinha, margem direita da Amazônia, abaixo de Santarém; 8) rio Tapajós, vila Braga; 9) rio Jamauchim, afluente do rio Tapajós, Santa Helena; 10) rio Negro, Acajutuba; 11) rio Solimões; e 12) Ceará, Ladeira Grande.

Entre os doze locais mencionados, há alguns próximos ao Museu Paraense, como a região do bosque do Utinga, mas também há áreas distantes e vastas, como os rios Tapajós, Negro e Solimões. Essa diversidade de espaços percorridos por Snethlage e os funcionários do museu entre 1914 e 1920 evidencia a amplitude de suas atividades de coleta. Para realizar essas tarefas de maneira satisfatória, era fundamental contar com um aparato humano que os auxiliasse.

O trabalho de campo é caracterizado pela imprevisibilidade, pois requer do cientista um grau de improvisação para lidar com as incertezas e os entraves da

região explorada (Lopes, 2001). Particularmente, quando o ambiente a ser percorrido é a Amazônia, não se pode pensar na viabilidade da coleta de espécimes e objetos sem o auxílio de grupos locais, fornecendo informações para que o cientista se locomova e ajuda para que execute seu trabalho (Coelho, 2021).

Na discussão em torno das viagens de Snethlage pelas intendências amazônicas, Corrêa (2001) mostra as redes de apoio que viabilizavam o desenvolvimento das atividades da cientista. Segundo a autora:

É só nesse texto que ficamos sabendo o quanto o trabalho de pesquisa da época se devia à iniciativa privada e quão importante era uma rede de apoio ao pesquisador que saía de uma instituição para a pesquisa de campo – campo minado, já que todo ele distribuído entre proprietários que poderiam impedir o acesso dos cientistas (Corrêa, 2001, p. 169).

No entanto, como fica evidente nos próprios relatos da cientista alemã, nas idas aos rios Xingu, Iriri e Curuá, ela sempre contava com a colaboração de vários sujeitos. A rede de atores ia desde o governador do estado do Pará, que autorizava os recursos para a realização das viagens, até grupos de indígenas, que conviviam com Snethlage em meio às adversidades da mata amazônica. No relato de viagem da travessia entre o Xingu e o Tapajós, de 1909, ela aponta a participação de indígenas e donos de seringais para que fosse possível a coleta de animais:

Se foi o senador Porfirio Miranda que me abriu as portas do sucesso, posso dizer que o coronel Ernesto Accioly me conduziu até quase ao termo. Ele não somente me ofereceu hospitalidade nas suas canoas durante mais de 6 semanas, mas também deu-me as preciosas informações sobre os rios Iriri e Curuá, que ele explorou o primeiro e dos quais é o melhor conhecedor. De importância ainda maior para a sorte da minha viagem foi o facto de que, usando de sua influencia com os índios Curuahés e Chipayas ele me procurou os guias necessários para atravessar a região inexplorada entre o Curuá e o alto Jamauchim (Snethlage, 1912, p. 53).

Alberto (2022) sugere que Snethlage era capaz de tecer relações que extrapolavam o âmbito científico.

Isso pode ser visto quando a naturalista faz referência a Accioly, Porfirio Miranda e os indígenas.

Na mesma publicação, ela registra esses atores por meio de uma fotografia, na qual mostra a presença de um dono de terras, centralizado na imagem e vestindo branco (Ernesto Accioly); ao lado dele, também com uma roupa na cor branca, um indígena Xipaya, de nome Manoelsinho, que intermediava a relação dos brancos com seus parentes; e no fundo, um grupo de indígenas Xipaya e Kuruaya (Figura 2). A utilização de fotografias como instrumentos de pesquisa em História evidencia que o registro visual possui uma intencionalidade no momento em que é produzido. Nessa lógica, apesar da sensibilidade etnográfica de Emília com os povos que encontrava, deve-se ter em mente que ela carrega uma mentalidade eurocêntrica, por vezes emitindo, mesmo que sutilmente, uma perspectiva colonizadora (Alberto, 2022).

A Figura 2 ilustra isso. Uma reflexão sobre a posição ocupada por cada sujeito, seja na margem ou no centro do retrato, evidencia claramente a hierarquia existente nesse cenário. A presença e a tonalidade das vestimentas são outros indicativos que distinguem os sujeitos.

Os indígenas não devem ser vistos como meros ajudantes dos naturalistas, desprovidos de uma lógica de ação. Ao contrário, no contato com povos alheios à sua cultura, eles negociaram demandas para promover o auxílio. Na literatura de viagem publicada em 1912, Emília relata que, anualmente, grupos Xipaya e Kuruaya



Figura 2. Ernesto Accioly, Manoelsinho Xipaya e indígenas Kuruaya. Fonte: Snethlage (1912).

se dirigiam até o rio Curuá, na maloca do indígena Manoelsinho, onde haveria uma troca dos ubás, espécie de canoa, produzidos por estes, recebendo de Ernesto Accioly ferramentas como machados e facas. Acerca do primeiro encontro que Emília presenciou entre os indígenas e o Coronel Ernesto, ela escreve:

Pertenciam elles às tribos dos Chipayas e Curuahés e tinham descido o Curuá para ir ao encontro do Coronel Ernesto, que costumava visitar anualmente a primeira maloca do Curuá, a do chipaya Manoelsinho, para trocas perolas (missanga), machados, facas, etc., contra as ubás que estes índios sabem fazer á perfeição e que servem como meios de comunicação em todo o Iriri e Curuá (Snethlage, 1912, p. 58).

A prática do 'homem branco' de oferecer objetos aos indígenas, visando obter alguma vantagem junto a eles, como a simpatia do grupo, foi recorrente durante a passagem de viajantes no século XIX pela Amazônia. Henrique (2017), ao pesquisar a perspectiva indígena na troca de presentes em aldeamentos, considera que esses artefatos devem ser vistos através do simbolismo a eles atribuído, e não apenas comercialmente. De acordo com o autor, longe de serem observados como itens secundários remetidos aos povos tradicionais, os brindes, ao adentrarem nessas sociedades, são reinterpretados.

Snethlage (1912) comenta também que recebeu informações dos indígenas, particularmente, detalhes sobre o curso do alto rio Curuá. Eles relataram que essa área do rio ainda era navegável por um trecho considerável, localizado acima das malocas, e era ocupada pelos Xipaya. Essas observações destacam não apenas a geografia da região, mas também a presença e a dinâmica das comunidades indígenas locais. Tal exemplo possibilita pensar sobre a presença dos saberes tradicionais na ciência, tendo em vista que esses povos, por conhecerem plenamente a floresta amazônica, eram fundamentais para o deslocamento e a sobrevivência dos viajantes.

A viagem de 1909 repercutiu fortemente no meio científico mundial da época. Segundo Cunha (1989, p. 88), “nas mais importantes revistas científicas da Europa e

dos Estados Unidos, escreveram-se artigos informando e enaltecendo o feito da modesta cientista do Museu do Pará”. Além da contribuição geográfica da excursão, ela também trouxe informações relevantes sobre os campos da etnografia, botânica e zoologia. No texto, há um enfoque maior na área da zoologia, uma vez que possuía maior habilidade nele, como atestado em:

Para mim é mais fácil tratar de aspectos zoológicos do que botânicos, pelo menos que diz respeito às formas mais importantes e marcantes com que se possa deparar em tal jornada e, por isso, quero aqui iniciar meu panorama, obviamente breve, com os representantes mais relevantes e, por vários ângulos, particularmente interessantes – os macacos (Snethlage, 1925, p. 338).

O grupo dos primatas foi o que mais despertou a atenção de Emília Snethlage, já que estava ciente de que, no território entre os rios Xingu e Tapajós, havia várias espécies raras, das quais a ciência dispunha de pouca ou quase nenhuma informação (Snethlage, 1912, 1925). Exemplos representativos desse caso são o cuxiú-de-nariz-branco (*Pithecia albinasa*) e o coatá-de-frente-branca (*Ateles marginatus*), mencionados em suas publicações.

A viagem de Snethlage aos rios Iriri, Curuá e Xingu trouxe para o museu significativas coleções, como apontou o então governador do estado do Pará, Éneas Martins (1872-1919), ao dizer que contribuiu “consideravelmente para o aumento das coleções científicas do estabelecimento, sendo que a primeira foi também de apreciável resultado geográfico, por haverem sido percorridos vastos trechos de terras desconhecidas, das quais se levantou planta” (Martins, 1915, p. 25). Parte do material coletado foi estudado e publicado por Oldfield Thomas.

Na obra, o zoólogo inglês faz referência à espécie *Pithecia albinasa*, a mesma que Snethlage apontava como pouco conhecida pelo universo científico. Isso é evidenciado quando Thomas (1920) menciona que esse exemplar foi colhido entre os rios Iriri e Xingu, mostrando que ele reconhecia a relevância do material enviado por Snethlage. Nas palavras dele:

A redescoberta desta espécie bem definida é de grande interesse, pois parece nunca ter sido obtido desde a sua descrição original em 1848, e o espécime do tipo em Paris até agora permaneceu único. Esse tipo foi obtido vivo dos índios em Santarém (Thomas, 1920, p. 268).

Tratava-se, assim, de uma espécie considerada rara, além de ser o único exemplar conhecido que foi coletado no início do século XIX e descrito em 1848. Neste trecho, Thomas (1920) também explicita o protagonismo indígena nas redes de conhecimento envolvendo a circulação de coleções. Baseado na documentação, constata-se que o animal foi obtido a partir de negociações com os indígenas no baixo Amazonas. Em razão da limitação das fontes, não se tem mais detalhes sobre como ocorreu essa troca.

O conceito de 'espaços de circulação', conforme empregado por Raj (2017, p. 52), é definido por uma perspectiva de "análise dos processos de encontro, negociação e reconfiguração do conhecimento que ocorrem na interação intercultural [tradução nossa]". Essa forma de compreensão reconhece que a circulação do saber acontece em territórios geográfica e socialmente delimitados, através do movimento de pessoas e do compartilhamento de saberes.

Desse modo, cabe retornar à espécie *Pithecia albinasa*, pois é válido problematizar o fato de que Oldfield Thomas, ao redescrivê-la, registra que o exemplar-tipo foi obtido por indígenas em Santarém.

Levando em conta o conceito de redes de conhecimento proposto por Raj (2017), delineia-se um quadro de atores heterogêneos, formado pelos indígenas que capturaram o macaco no século XIX; pelos coletores portugueses desse exemplar vivo; por Geoffroy de Saint-Hilaire e por Deville, que descreveram a espécie na França, em 1848; por Snethlage, que 'redescobriu' o animal no início do século XX; e por Thomas, que o redescreveu em 1920, com explícito crédito à participação dos indígenas no início do processo.

Como se observa nos trabalhos de Thomas, citados anteriormente, a relação entre o Museu Paraense e o Museu Britânico, especialmente com o departamento

de mamíferos da instituição inglesa, foi duradoura. Isso é evidente desde a gestão de Emílio Goeldi, passando pelo seu sucessor, Jacques Huber, até Emília Snethlage. O envio de coleções para serem determinadas era uma constante.

Além disso, as publicações de Thomas permitem visualizar preliminarmente as formas de legitimação do trabalho de uma mulher cientista em um ambiente predominantemente formado por homens, vide as homenagens feitas a Snethlage no nome das novas espécies descritas a partir das coletas feitas pelos funcionários do Museu Paraense. Isso concatena as atividades de campo e o trabalho de gabinete feitos em ambientes distintos e distantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos no campo da História das Ciências ressaltam a necessidade de pensar as atividades científicas de forma contextualizada, ou seja, vinculada a questões de ordem social (Figueirôa, 1998). Particularmente no início do século XX, era uma prática recorrente entre os museus de história natural a realização de troca de coleções. Tal ação contribuiu para o processo de institucionalização das ciências naturais, pois, assim, novas espécies foram descobertas e contribuíram para o saber existente sobre a fauna e a flora de diversas regiões.

No caso da região amazônica, no final do século XIX, o Museu Paraense iniciou uma agenda científica que buscava sistematizar os conhecimentos sobre a fauna. A formação de redes científicas que conectavam essa instituição aos museus estrangeiros foi fundamental para a ampliação dos saberes sobre os animais da floresta amazônica, pois, por vezes, o museu do Pará não possuía os meios necessários para a identificação ou a comparação de espécies.

Emília Snethlage atuou no Museu Paraense entre 1905 e 1921. A historiografia que analisa o legado dela, em geral, tende a ressaltar os estudos ornitológicos e etnológicos por ela produzidos, em razão da maior disponibilidade de documentos relativos a isso. Todavia, nos rastros dos

relatos de viagem dela, em cartas e periódicos, evidenciam a contribuição de Snethlage para a mastozoologia, uma questão pouco abordada pela literatura.

Nesse sentido, objetivou-se analisar a inserção do Museu Paraense em redes de intercâmbio de espécimes zoológicos, particularmente os mamíferos. A pesquisa analisou a atuação de Snethlage no envio de animais para o Museu Britânico, como fruto das coletas que ela realizava em campo na Amazônia.

Desse modo, o processo que culmina com a descoberta de novas espécies inicia-se com a coleta do animal em um dado território no interior da Amazônia, seguido pelo transporte dele para o Museu Paraense e, posteriormente, do Museu Paraense ao Museu Britânico.

Ao estudar o deslocamento de uma coleção de mamíferos do Pará em direção a Londres, é possível observar o aspecto contextual inerente ao trabalho científico. As fontes analisadas permitem perceber como o contexto de crise econômica da borracha influenciou o andamento das atividades de pesquisa no Museu Paraense, comprometendo a segurança das coleções dessa instituição.

Ademais, aborda-se nesta pesquisa a importância do trabalho de uma mulher cientista, Emília Snethlage, tanto em campo como na diretoria da instituição. Os documentos consultados atestam o reconhecimento ao trabalho efetuado por ela, o que lhe rendeu homenagens.

Por fim, cabe salientar a presença de uma variedade de atores que integram a circulação do conhecimento na coleção analisada. Para além do mero destaque concedido à figura dos cientistas, Emília Snethlage e Oldfield Thomas, é relevante pontuar também a contribuição de grupos indígenas para que a coleta fosse eficaz, haja vista as dificuldades que permeavam o trajeto pela mata amazônica.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por financiar esta pesquisa. Os autores agradecem também ao Prof. Nelson Rodrigues Sanjad pelas indicações bibliográficas.

REFERÊNCIAS

- Alberti, S. (2005). Objects and the museum. *Isis*, 96(4), 559-571. <https://doi.org/10.1086/498593>
- Alberto, D. (2022). *Emília Snethlage e Heloísa Alberto Torres: gênero, ciência e turismo na Amazônia do século XX* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará]. <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/15593>
- Bourdieu, P. (2004). *Para uma sociologia da ciência*. Edições 70.
- Coelho, M. (2021). *Objetos entre contextos e significados: as coleções etnográficas do Museu Paraense Emílio Goeldi entre 1894 e 1905* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará]. https://pphist.proesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2021/COELHO_Matheus_Dissertacao.pdf
- Corrêa, M. (2001). A doutora Emília e o detalhe etnográfico. In P. Faulhaber & P. M. Toledo (Orgs.), *Conhecimento e fronteira: história da ciência na Amazônia* (pp. 161-179). Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Cunha, O. (1989). *Talento e atitude: estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi, I* (Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira). Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Figueirôa, F. (1998). Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XX). *Asclepio*, 50(2), 107-123. <https://doi.org/10.3989/asclepio.1998.v50.i2.338>
- Henrique, M. C. (2017). Presente de branco: a perspectiva indígena dos brinde da civilização (Amazônia, século XIX). *Revista Brasileira de História*, 37(75), 195-216. <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-08>
- Junghans, M. (2008). Emília Snethlage (1868-1929): uma naturalista alemã na Amazônia. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 15(supl.), 243-255. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000500013>
- Junghans, M. (2009). *Avis rara: a trajetória científica da naturalista alemã Emília Snethlage (1868-1929) no Brasil* [Dissertação de mestrado, Fundação Oswaldo Cruz]. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/4003>
- Lopes, M. M. (2000). Cooperação científica na América Latina no final do século XIX: os intercâmbios dos museus de ciências naturais. *Interciencia*, 25(5), 228-233. https://www.museunacional.ufrj.br/semear/docs/Listagem_de_artigos_e_periodicos/artigo_LOPES-MARIA1.pdf
- Lopes, M. M. (2001). Viajando pelo campo e pelas coleções: aspectos de uma controvérsia paleontológica. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 8(supl.), 881-897. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702001000500005>

- Lopes, M. M. (2009). *O Brasil descobre a pesquisa científica* (2. ed.). Editora UnB.
- Martins, E. (1915). *Mensagem dirigida em 1 de agosto de 1915 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Enéas Martins, Governador do Estado*. Imprensa Oficial do Estado do Pará.
- Raj, K. (2017). Networks of knowledge, or spaces of circulation? The birth of British cartography in colonial south Asia in the late eighteenth century. *Global Intellectual History*, 2(1), 49-66. <https://doi.org/10.1080/23801883.2017.1332883>
- Sá, D. M. (2006). *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Editora FIOCRUZ. <https://doi.org/10.7476/9788575413081>
- Sanjad, N. (2010). *A coruja de minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)*. Instituto Brasileiro de Museus/Museu Paraense Emílio Goeldi/Fundação Oswaldo Cruz.
- Santos, L., & Amorim, L. B. (2025). Conjunto de dados de “Coleções e redes de intercâmbios na Amazônia do início do século XX: considerações sobre o legado de Emília Snethlage”. [SciELO Data]. <https://doi.org/10.48331/scielodata.RQG6UD>
- Sarges, M. (2002). *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Paka-Tatu.
- Snethlage, E. (1912). A travessia entre o Xingú e o Tapajoz, pela Dra. Emília Snethlage. *Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de Historia Natural e Ethnographia*, 7, 49-92.
- Snethlage, E. (1914). Catálogo das aves amazônicas, contendo todas as espécies descritas e mencionadas até 1913. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*, 8, 1-530.
- Snethlage, E. (1920, maio 25). *Ofício de Emília Snethlage ao Sr. Dr. Secretário Geral do Pará*. Arquivo Guilherme de La Penha [Fundo MPEG. Gestão: Emília Snethlage. Série: Correspondência. Dossiê: Secretaria Geral do Estado (Pará)]. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém.
- Snethlage, E. (1925). *Die Flüsse Iriti und Curuá im Gebiete des Xingu*. Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin.
- Stone, W. (1915). Snethlage's Catalogue of the birds of Amazonia. *The Auk*, 32(2), 45. <https://digitalcommons.usf.edu/auk/vol32/iss2/45>
- Thomas, O. (1901). On a collection of bats from Para. *Annals and Magazine of Natural History*, 8(45), 189-193. <https://doi.org/10.1080/03745480109442910>
- Thomas, O. (1910). On mammals collected in Ceará, N.E. Brazil, by Fräulein Dr. Snethlage. *Annals and Magazine of Natural History*, 6(35), 500-503. <https://doi.org/10.1080/00222931008692881>
- Thomas, O. (1912). On small mammals from the Lower Amazon. *Annals and Magazine of Natural History*, 9(49), 84-90. <https://doi.org/10.1080/00222931208693108>
- Thomas, O. (1913). On some rare Amazonian mammals from the collection of the Para Museum. *Annals and Magazine of Natural History*, 11(61), 130-136. <https://doi.org/10.1080/00222931308693297>
- Thomas, O. (1920). On mammals from the lower amazons in the Goeldi Museum, Para. *Annals and Magazine of Natural History*, 6(33), 266-283. <https://doi.org/10.1080/00222932008632443>

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

L. F. F. Santos contribuiu com conceituação, análise formal, investigação, metodologia e escrita (rascunho original, revisão e edição); e L. B. Amorim com conceituação, curadoria de dados, análise formal, metodologia e escrita (rascunho original, revisão e edição).

DADOS DA PESQUISA

Os dados foram depositados no repositório SciELO Data e podem ser acessados em Santos e Amorim (2025).

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AValiação POR PARES

Aviação duplo-cega, fechada.

partie kus ter wil was ontrent de 2400 kist
gebbede Dacude, die si inde voorgaende vloot
nide engebbede konde afgeledderijnen. Alsoo
die tot den hoger prijs als nu de inget is, si
ingetoest, wil voorsceende op der moe
drij a 48 sceleinen. (waer door eader medt)
die langer hier geoudeuwerdeende groote
seade sonder eyden, dat si velsoregde dat die
kus ten voor andere medt afgeleiden wordde
46 een overslaes. gemaect was de 5 sceep
alhier toe eaden gedoft under sonder colun
inundus, Gebouwen daer in made plaats
te wos voor 2600 kus den, waer van voor de Co
plaatsa moer Beijerich voor 400 kiste, Voonder
Disimero Vas pernambuco toe betalinge
Vas diimwio selboudes adus om 5000
voor de Disimero Vas Hamarica 100 kiste
soo dat voor particuliere made plaats sal
Beijerich voor ontrent 1500 kuster. So die
vdsotte in bedene der genoud, om te sig
geoud een yde bist sal come accomoderd

MEMÓRIA

A 'Expedição do Guaporé 2022': repatriação de um patrimônio indígena preterido

The 'Guaporé Expedition 2022': repatriation of a neglected indigenous heritage

Hein van der Voort^I  | Gleice Mere^{II} 

^IMuseu Paraense Emílio Goeldi. Belém, Pará, Brasil

^{II}Pesquisadora independente. Brasília, Distrito Federal, Brasil

Resumo: Entre os anos 1933-1935, o etnólogo alemão Emil Heinrich Snethlage (1897-1939) viajou pelo vale do rio Guaporé, onde encontrou 13 povos indígenas e documentou aspectos das suas culturas e línguas. O seu diário científico de mais de 1.000 páginas foi publicado somente em 2016. O valor histórico e emocional desse material único para os povos indígenas da região é inestimável. A tradução desse documento para a língua portuguesa, complementada por fotografias históricas, um filme sonorizado, gravações sonoras, acompanhada de trechos de manuscritos e de artigos do autor, inéditos no Brasil, foi finalmente publicada em 2021 pelo Museu Paraense Emílio Goeldi. Em 2022, uma expedição multidisciplinar apresentou a obra aos povos visitados pelo próprio Snethlage. Este artigo pretende celebrar e compartilhar a experiência da disponibilização pública, em português, do acervo de Emil Heinrich Snethlage para as comunidades indígenas envolvidas. A primeira parte do texto descreve o contexto histórico-cultural e a segunda metade é um relato da jornada de encontros com os povos originários do vale do Guaporé. O artigo, em si, não tem pretensões científicas; apesar disso, termina com um posfácio que cita as principais fontes científicas disponíveis para os interessados no estudo da história e da diversidade cultural e linguística do sul de Rondônia.

Palavras-chave: Snethlage. Etno-história. Povos indígenas. Vale do Guaporé. Expedição científica.

Abstract: Between 1933 and 1935, the German ethnologist Emil Heinrich Snethlage (1897-1939) travelled in the Guaporé river valley, visited 13 indigenous peoples and documented aspects of their cultures and languages. His scientific diary of more than 1,000 pages was published in 2016. The historical and emotional value of this material for the region's indigenous peoples is immeasurable. The translation of this document into Portuguese, complemented by numerous historical photos, an originally silent film set to sound, audio recordings, excerpts from manuscripts, as well as several of Snethlage's articles that were previously only available in German, was finally published in 2021 by the *Museu Paraense Emílio Goeldi*. In 2022, a multidisciplinary expedition presented the work to the peoples visited by Snethlage himself. This article aims to register and share the experience of making Emil Heinrich Snethlage's collection publicly available in Portuguese for the indigenous communities involved. The first part of the text describes the historical and cultural context, while the second part recounts our journey of meetings with the indigenous peoples of the Guaporé Valley. The article itself does not have scientific pretensions; nonetheless, it concludes with an afterword that cites the main scientific sources available for those interested in studying the history, cultural diversity, and linguistic diversity of southern Rondônia.

Keywords: Snethlage. Ethnohistory. Indigenous peoples. Guaporé Valley. Scientific expedition.

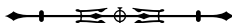
Voort, H. van der, & Mere, G. (2025). A 'Expedição do Guaporé 2022': repatriação de um patrimônio indígena preterido. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 20(1), e20230022, doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2023-0022.

Autor para correspondência: Hein van der Voort. Museu Paraense Emílio Goeldi. CCH-Linguística. Av. Perimetral, 1901, Terra Firme. Belém, PA, Brasil. CEP 66077-830 (hvoort@museu-goeldi.br).

Recebido em 19/04/2023

Aprovado em 18/06/2024

Responsabilidade editorial: Jimena Felipe Beltrão



Ao Cacique Geraldinho (*in memoriam*),
liderança nata do povo Sakurabiat.

INTRODUÇÃO

Cursos de rios despidos de suas matas ciliares, terras recém-desmatadas em zonas de alagamento natural. Um sol escaldante a castigar as pastagens secas em locais que até poucos anos abrigavam a floresta com sua beleza e biodiversidade. Um cenário devastador que víamos a partir das janelas da van que nos levava de uma terra indígena (TI) a outra. Era junho e julho de 2022 e atravessávamos uma das regiões de grande ocupação ilegal de terras, uma das mais assoladas da Amazônia, especialmente nas últimas décadas. Éramos um grupo de cerca de 11 pessoas que formaram a 'Expedição do Guaporé 2022' (Figura 1), cruzando territórios indígenas que há mais de 85 anos foram visitados a pé e através dos rios pelo pesquisador alemão Emil Heinrich Snethlage, onde hoje é o estado de Rondônia.

A trajetória que resultou nessa expedição começou em 2006, quando a jornalista e fotógrafa brasileira Gleice Mere fez o primeiro contato com Rotger Snethlage, filho de Emil Heinrich, em Aachen, Alemanha. Após 16 anos desse encontro, jubileu dos 125 anos do nascimento do pesquisador, não se podia imaginar que um grupo internacional



Figura 1. Integrantes da 'Expedição do Guaporé 2022', acompanhados da equipe da Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé. Foto: arquivo pessoal de Gleice Mere (2022).

multidisciplinar cruzaria por terra e pelos rios a mesma região, o vale do rio Guaporé. Lá o pesquisador, aos 36 anos, iniciou uma viagem científica na qual teve contato com 13 povos indígenas, muitos deles, à época, de recente contato com o mundo ocidental. O percurso da transformação dos cadernos de campo desse brilhante jovem pesquisador, que fez seus registros com mãos jardineiras – mas faleceu aos 42 anos –, foi longo e encontrou muitas barreiras. Entre elas, os obstáculos impostos pela guerra na Europa, o esquecimento decorrente de seu falecimento precoce e a tradução de seus escritos para o português. A publicação de seus registros científicos no Brasil tornou possível a apresentação de seu acervo ao público acadêmico que desenvolve pesquisas a respeito da temática abordada, assim como aos descendentes dos povos por ele visitados na região de fronteira Brasil-Bolívia.

Nossa expedição percorreu 2.839 km de trajeto terrestre, em uma van, e atravessou muitos quilômetros fluviais. Ela foi organizada por Gleice Mere e um dos seus integrantes foi o linguista holandês, Hein van der Voort, apoiador incondicional no processo de publicação, no Brasil, do livro impresso "A expedição do Guaporé – 1933-1935", publicado em 2021 pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) (E. Snethlage, 2021a, 2021b)¹. O livro é acompanhado por uma mídia digital que contém um filme histórico e gravações sonoras, registrados em 1934 por Emil Heinrich Snethlage. Ao longo desse percurso, Hein fez diversos registros e retrata, a partir de uma perspectiva linguística, alguns aspectos dos encontros ocorridos durante a nossa expedição, que posteriormente foram complementados com diversos enfoques históricos. Foi possível visitar praticamente todos os povos indígenas do sul de Rondônia em um período relativamente curto. Essa travessia memorável e a trajetória de publicação do acervo no Brasil são descritas a seguir.

Este artigo foi escrito a duas mãos, por Gleice Mere e Hein van der Voort. A sua função primordial é compartilhar a experiência da disponibilização pública, em português, do

¹ Em outubro 2022, a obra obteve menção honrosa nas categorias projeto gráfico e tradução do 8º Prêmio Abeu, promovido pela Associação Brasileira das Editoras Universitárias.

acervo de Emil Heinrich Snethlage e a jornada de encontros com os povos visitados por ele há quase 90 anos. Para além disso, gostaríamos de, a partir do nosso relato, encorajar pesquisadores a persistirem na carreira acadêmica, apesar dos empecilhos que possam vir a surgir nesse processo. O texto se inicia com uma descrição do contexto histórico-cultural e prossegue com a narrativa dessa vivência.

DIVERSIDADE ETNOLINGÜÍSTICA DE RONDÔNIA E EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS

O estado de Rondônia possui uma diversidade excepcional de línguas indígenas, principalmente se comparado a outras regiões. A Europa, por exemplo, tem – grosso modo – duas grandes famílias linguísticas: a família indo-europeia, que é uma família de mais de 400 línguas originárias faladas da Índia até a Islândia, e as línguas urálicas, que formam a família de cerca de 40 línguas, faladas da Noruega, via Hungria até o extremo norte da Sibéria. Há ainda o Basco, que é uma língua isolada, quer dizer, até onde sabemos, ela não pertence a nenhuma família conhecida.

Rondônia não é maior do que a Inglaterra e, apesar de ser um campo de pesquisa recente, até o momento, já se pode dizer que tem cinco famílias linguísticas – Pano, Nambikwara, Txapakura, Macro-Jê e Tupi – e ainda três línguas isoladas – Aikanã, Kanoé e Kwazá. Em 2022, metade das línguas de Rondônia tinha menos de 50 falantes; elas, portanto, correm sério risco de extinção. É muito preocupante e realmente trágico o fato de essas línguas terem sido ainda pouco documentadas e descritas.

Também sabemos muito pouco sobre as culturas e a história dos falantes. Desde o início do século XX, antes que pesquisas científicas sérias pudessem ocorrer, a maioria dos povos de Rondônia passou por grandes

mudanças culturais, quando não indígenas adentraram a região e trouxeram doenças infecciosas, a escravidão e o cristianismo. Ocorreram epidemias de gripe e, por volta dos anos 1950, houve também a ocorrência do sarampo, que contribuiu para que mais da metade desses povos fosse dizimada. As mudanças culturais provocadas pela extração da borracha, da madeira, do ouro e, claro, os inevitáveis missionários fizeram o resto. Felizmente, há alguns casos de pesquisadores que visitaram a região e tiveram um interesse genuíno nas vidas e nas culturas dos indígenas, especialmente o relato do etnólogo sueco Erland Nordenskiöld (1915). Em 1914, ele e sua esposa, Olga, permaneceram uma semana com um povo indígena que não havia sido descrito anteriormente. Essas pessoas, provavelmente, nunca tinham visto um não indígena antes. Nordenskiöld os chamou de *Huari*, e pela lista de palavras registrada por ele sabemos que eram os Aikanã². Apenas 20 anos depois, os Aikanã haviam sido escravizados por meio do 'sistema de barracão'³, amplamente empregado no Ciclo da Borracha na Amazônia.

Embora nessa região o 'sistema de barracão' fosse largamente difundido, na década de 1930 pouco se sabia a respeito dos povos indígenas que viviam ali, razão pela qual a expedição do etnólogo, botânico e ornitólogo alemão Dr. Emil Heinrich Snethlage é muito especial e possui um valor histórico relevante. Ele esteve em Rondônia do final de 1933 até o início de 1935. Snethlage documentou 13 povos nas duas margens do rio Guaporé, região de fronteira entre Brasil e Bolívia. Os povos documentados foram: Moré, Wanyam e Kumaná (que falam línguas da família Txapakura); Guarasu (ou Pauserna), Puruborá, Aruá, Tuparí, Wayurú, Makuráp e Mekens (atualmente akurabiat) (todas da família linguística Tupi); Chiquitano, Arikapú e

² A palavra *Huari* vem da língua do povo Guarasugwé, da Bolívia, onde *wári* significa 'índio' (Ramirez et al., 2017, p. 5). No trabalho de Snethlage, os Aikanã também são conhecidos pelo nome pessoal Massaka.

³ O sistema de barracão, também conhecido como 'aviamento' (Mezacasa, 2021; Meira, 2018), era uma modalidade de pagamento empregada na Amazônia, principalmente em comunidades pequenas e isoladas. Em geral, eram pequenos produtores autônomos, trabalhadores independentes ou indígenas que recebiam o pagamento em mercadorias, cuja contabilidade era feita em cadernetas administradas em um único 'barracão' pertencente a um seringueiro. Durante o Ciclo da Borracha, o sistema foi muito utilizado. Era a forma empregada para se manter seringueiros endividados e indígenas escravizados.

cerca de 2.500 objetos (cacos e artefatos de cerâmica, arcos, flechas, adornos corporais, máscaras, objetos trançados etc.). É a descrição de um mundo que não existe mais e do qual resta muito pouco, algo que alguns indígenas de hoje só conhecem pelas histórias de seus antepassados.

TRAJETÓRIA INTERROMPIDA

Após seu retorno a Berlim, Emil Heinrich deu início à análise e à publicação dos resultados de suas pesquisas em artigos, entre os quais um estudo pioneiro sobre os instrumentos e as tradições musicais indígenas do vale do Guaporé, assim como o seu livro popular-científico “Atiko Y” (E. Snethlage, 1937; Figura 3), obra baseada na documentação dos seus cadernos de campo. Em 1939, Snethlage foi acometido por uma embolia pulmonar, consequência de uma trombose causada por um acidente que afetou sua perna em um exercício de guerra. A doença foi negligenciada pelos médicos e causou o seu falecimento aos 42 anos.

Durante duas semanas, Emil Heinrich Snethlage lutou contra os efeitos da trombose. Em seu leito de morte, fez com que sua esposa, a Dra. Anneliese, promettesse publicar os seus cadernos de campo. Em 1943, apesar da guerra e dos nazistas (a família não era nacional-socialista), ela conseguiu uma autorização para viver na Áustria, a fim de transcrever o manuscrito do marido. No entanto, em 1947, ao retornar para a Alemanha destruída, com a tarefa de criar o filho do casal, Rotger, foi impossível publicar os registros de Emil Heinrich. Ela morreu em 1981 sem ter conseguido cumprir sua promessa.

À época de seu falecimento, o pesquisador ainda analisava as informações que coletou em seu trabalho de campo. Ele havia escrito diversos artigos científicos, alguns foram publicados, outros ficaram inacabados. Devido à sua morte repentina, e talvez também por causa da interrupção da produção científica causada pela guerra, os seus artigos publicados e também os que permaneceram inacabados caíram no esquecimento.

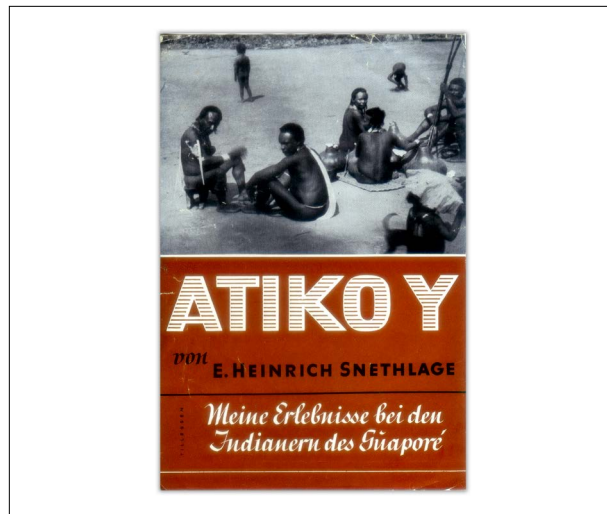


Figura 3. Capa do livro “Atiko Y”. Fonte: E. Snethlage (1937).



Figura 4. O pesquisador Emil H. Snethlage em trabalho de campo com homens Moré e mulheres Baure, acampamento Komarek, Bolívia. Fonte: arquivo da família Snethlage (1934).

RESGATE CULTURAL E PUBLICAÇÃO DO ACERVO DE EMIL HEINRICH SNETHLAGE

Em 2001, o linguista Hein van der Voort obteve um financiamento para o projeto de descrição da língua Arikapú, uma língua Macro-Jê que, à época, tinha apenas dois falantes (atualmente há apenas um). Em suas pesquisas a respeito da documentação sobre o idioma, consultava os estudos de Snethlage, que também mencionam os Arikapú em “Atiko Y” (E. Snethlage, 1937). No ano anterior, em um congresso

de Linguística em Varsóvia, ele conheceu Rotger, filho de Emil Heinrich Snethlage⁴. Nessa ocasião, soube da existência de seus cadernos de campo, ainda em forma de manuscrito, e das fotografias guardadas na casa da família em Aachen. O filho do pesquisador, um advogado aposentado, estava à procura de apoio para publicar aquele material inédito, desconhecido, pois, apesar dos pedidos do pai, em seu leito de morte, e dos inmensuráveis esforços realizados pela viúva, Dra. Anneliese Snethlage, ao longo de décadas, não foi possível publicar os registros. No entanto, foi necessário que o linguista priorizasse o trabalho de campo junto aos últimos falantes da língua Arikapú. Felizmente, em 2006, a jornalista brasileira Gleice Mere, que à época concluía seus estudos em fotografia na *Academy of Fine Arts Leipzig*, ficou fascinada e comovida pela história de Snethlage, uma trajetória pessoal de profunda dedicação à ciência, mas que foi abruptamente interrompida.

Em 2005, após sua primeira visita aos povos indígenas do Guaporé⁵, Gleice passou a ter contato com Rotger Snethlage que, prontamente, a recebeu em sua casa e disponibilizou a documentação de seu pai para que os descendentes dos indígenas visitados por ele pudessem conhecer as informações coletadas. Em sua documentação, Emil Heinrich Snethlage descreveu a vida dos avós, bisavós e tataravós dos indígenas de hoje, assim como as relações mútuas do cotidiano.

Essa conjuntura fez com que a jornalista fosse tomada por uma grande vontade de auxiliar a família na publicação dos cadernos de campo, no intuito de fazer uma ponte entre o Brasil e a Alemanha. De um lado, havia a necessidade sentida por Rotger em cumprir o desejo do pai, de outro, existia a vontade dos povos do Guaporé de obter mais informações sobre seus antepassados, tendo em vista a rápida destruição cultural à qual foram

submetidos. Assim, tornou-se evidente para Gleice a tarefa imprescindível de publicar o manuscrito e de repatriar essas informações etnológicas e históricas para o Brasil.

Em 2013, Gleice descreveu, pela primeira vez, a odisseia do acervo de Emil Heinrich Snethlage, publicada como artigo no Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas (Mere, 2013). Nesse texto, ela relata, entre outras, as histórias vividas por Rotger e sua mãe para salvar o acervo da destruição. Em 1939, ano do falecimento do pesquisador, Rotger tinha apenas três anos (Figura 5). Por essa razão, não tem recordações concretas do pai; o que sabe dele lhe foi contado por sua mãe. Entretanto,



Figura 5. Rotger ao lado de seu pai, Emil H. Snethlage, na Alemanha, pouco antes do falecimento do pesquisador. Fonte: arquivo da família Snethlage (aproximadamente 1939).

⁴ Rotger Snethlage e sua esposa Anne-Elisabeth participaram do "50º Congresso Internacional de Americanistas", em Varsóvia, de 10-14 de julho de 2000, a convite da Hélène B. Brijnen e Willem Adelaar, linguistas das universidades de Groningen e Leiden (R. Snethlage, 2002).

⁵ Nessa visita, Gleice Mere apresentou aos povos da TI Rio Branco o livro popular-científico de Franz Caspar, "Tupari (Entre os índios nas florestas brasileiras)" (Caspar, 1958). Alguns indígenas Tupari se reconheceram nas fotografias da obra. Ao retornar à Alemanha, ela procurou a família do pesquisador suíço, que relatou sobre o acervo não publicado de Emil Heinrich Snethlage. Então, a viúva de Franz Caspar a colocou em contato com a linguista holandesa Hélène B. Brijnen, que à época trabalhava na digitalização do arquivo de informações linguísticas coletadas por Caspar. A linguista lhe passou o contato de Rotger Snethlage.

quando viviam na Áustria, recorda-se de adormecer ao som da máquina de escrever da Dra. Anneliese, que transcrevia o manuscrito com a intenção de publicá-lo. Apesar de todas as dificuldades, a viúva e o filho sempre guardaram o material do pesquisador, um acervo vasto, composto por manuscritos, fotografias, filmes, separatas de artigos científicos e correspondências – entre as quais, há cartas trocadas com Curt Nimuendajú, considerado o maior dos etnógrafos da região amazônica.

O manuscrito também foi de grande importância emocional para Rotger, que não conheceu seu pai e tinha o intuito de manter a promessa de sua mãe, o que o levou a insistir na faina de publicar o manuscrito em alemão. Essa empreitada levou dez anos, pois foi preciso digitalizar os textos, os desenhos e as fotografias, assim como cotejar tudo com os originais. A documentação resultou num livro de 1.210 páginas, publicado na Alemanha em 2016 (Figura 6). Com isso, Rotger cumpriu a promessa de sua mãe, auxiliado por seu filho Alhard (Figura 7) e por Gleice Mere. Somente quando essa tarefa imensa foi concluída, tornou-se possível iniciar a tradução para o português.

Durante a visita à TI Rio Branco, onde vivem vários povos visitados por Snethlage, Gleice conheceu Tanúzio de Oliveira, então funcionário da Fundação Nacional do Índio (Funai)⁶ e chefe de posto na TI. Eles se casaram mais tarde, fato que favoreceu, ao longo dos anos, o contato dos indígenas com as informações do acervo – mesmo antes de sua publicação –, assim como a edição do livro em português.

Em 2009, por meio de um projeto de intercâmbio organizado pelo antropólogo alemão Andreas Schlothauer e por Gleice Mere junto a museus europeus, sete membros de povos indígenas do Guaporé visitaram, entre outros, o Museu Etnológico de Berlim. Na ocasião, conheceram Rotger e sua família, a coleção de objetos da cultura material coletados por Snethlage e tiveram acesso

às gravações sonoras de seus antepassados. As canções foram ouvidas durante a visita ao Arquivo Fonográfico de Berlim, um acontecimento memorável, pois os indígenas cantaram novamente algumas das canções registradas

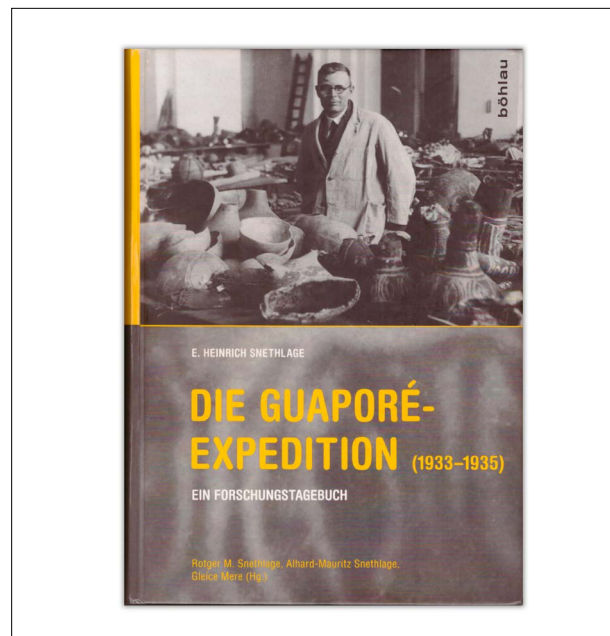


Figura 6. Capa da edição original de “Die Guaporé Expedition”, impresso no então Böhlau Verlag. Fonte: E. Snethlage (2016).



Figura 7. Rotger e seu filho Alhard Snethlage revisando os textos dos cadernos de campo para publicação, 2007. Foto: Gleice Mere (2007).

⁶ A partir de 1 de janeiro de 2023, a então Fundação Nacional do Índio (Funai) passou a se chamar Fundação Nacional dos Povos Indígenas, mas o uso da mesma sigla permanece.

pelo pesquisador. As gravações dos cilindros fonográficos pertencentes ao acervo do Arquivo Fonográfico de Berlim são reconhecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como patrimônio histórico da humanidade e estão integradas à documentação do Programa Registro da Memória do Mundo. Devido aos indígenas terem reconhecido suas canções culturais, no ano seguinte, 2010, Gleice Mere realizou um trabalho de campo com os povos do Guaporé e incorporou os dados dessa pesquisa à edição brasileira do livro.

A jornada brasileira da publicação do livro foi árdua. Foram inúmeras as tentativas, sem sucesso, para a obtenção dos recursos financeiros necessários junto à Funai e ao Museu do Índio, entre outros. Por intermédio de Tanúzio Oliveira, então vereador no município de Alta Floresta d'Oeste, Rondônia, obteve-se uma emenda parlamentar do então deputado federal Nilton Capixaba. O recurso foi administrado pela prefeitura do município onde está localizada a TI Rio Branco, Alta Floresta d'Oeste. Esse processo de gestão foi algo inacreditável, e nos resta a dúvida se os empecilhos que o corpo administrativo da prefeitura apresentou para não aplicar o recurso da publicação, ao longo de nove anos, foi algo proposital ou se foi mesmo incompetência. Pode-se especular que a inércia para a aplicação do recurso se deve ao fato de temerem que os indígenas possam apresentar reivindicações territoriais com base na documentação de Snethlage. Apesar de tudo, o livro foi impresso em 2022, composto por dois volumes que totalizam 1.632 páginas, acompanhados por uma mídia digital que contém o filme mudo registrado por Snethlage em sua Kinamo. O material audiovisual foi sonorizado, *pro bono*, pela videoartista e jornalista Marta Nascimento. A publicação também disponibiliza as gravações sonoras dos cilindros de cera e algumas regravações de músicas indígenas realizadas durante o trabalho de campo de 2010.

O linguista Hein van der Voort colaborou com a publicação nos dois idiomas, pelo fato de conhecer bem a região percorrida por Snethlage, o que lhe possibilitou

auxiliar Rotger e Gleice na interpretação de vários aspectos do conteúdo do manuscrito. O fato de ser funcionário do MPEG ajudou a superar as barreiras impostas pela prefeitura de Alta Floresta d'Oeste, levando-se em consideração a existência de um vínculo especial entre a família Snethlage e o MPEG. Emil Heinrich tornou-se ornitólogo e etnólogo, inspirado nas histórias e vivências de sua tia e madrinha Emilie Snethlage, a 'tia Mila', que descreveremos mais adiante.

A edição brasileira (Figura 8) é uma obra complexa e completa, pois reúne a maior parte da produção científica do pesquisador no que diz respeito à sua viagem de pesquisa na região do vale do Guaporé. Ela também é composta por cinco artigos originalmente publicados em alemão nos anos 1930, correspondências diversas e muitas informações do acervo pessoal da família do pesquisador que eram inéditas tanto no Brasil, quanto na Alemanha.

A tradução dos cadernos de campo e das publicações de Snethlage foi um trabalho monumental, devido à extensão, à complexidade dos assuntos abordados e à dificuldade do emprego dos termos técnicos adequados em português. O MPEG financiou uma tiragem de 400 exemplares; a metade dos livros impressos foi doada para as escolas indígenas e bibliotecas públicas de Rondônia (ainda em processo de distribuição) e paralelamente houve



Figura 8. Capas da edição em português de "A expedição do Guaporé" (dois volumes), impresso pelo MPEG (E. Snethlage, 2021a, 2021b). Fonte: Museu Paraense Emílio Goeldi (2021).

uma compra coletiva de 100 exemplares organizada por Gleice para que mais pessoas tivessem acesso à publicação, especialmente os pesquisadores.

O PAPEL DA DRA. EMILIE SNETHLAGE

A ornitóloga, Dra. Emilie Snethlage, tia e madrinha de Emil Heinrich, foi uma mulher à frente do seu tempo. Pelo fato de ter sido pesquisadora do MPEG, Pará, e do Museu Nacional, Rio de Janeiro, e ter tido a oportunidade de realizar muitas publicações ao longo de sua carreira, ela tornou-se bem mais conhecida que o sobrinho. Emil Heinrich, em virtude de sua morte precoce, teve seu trabalho pouco conhecido e reconhecido por cerca de 80 anos.

Emilie foi uma das primeiras mulheres na Alemanha a obter doutorado. Em 1905, viajou para o Brasil a fim de trabalhar como assistente de pesquisa em Zoologia e Geologia no MPEG, em Belém. Entre 1914 e 1922, foi diretora dessa instituição. Ela foi a primeira mulher na América Latina a liderar uma entidade de pesquisa e realizou trabalhos de campo científicos nas selvas amazônicas, como mostra a Figura 9, numa época em que isso era muito incomum para as mulheres. Entre as diversas histórias do trabalho de Emilie, que relatadas à sua família, deixavam seus sobrinhos/as impressionados/as, está o episódio no qual, em 1914, ela teve seu dedo mutilado por uma piranha. Isso a obrigou, alguns dias depois, ela mesma, a amputar mais um pedaço do próprio membro, a fim de evitar uma septicemia. A pesquisadora se encontrava em uma expedição em plena floresta, isolada, e nenhum de seus acompanhantes de viagem teve coragem de fazê-lo.

Em 1923, ela viajou com o jovem Emil Heinrich pelo Nordeste do Brasil, onde ensinou-lhe a Ornitologia e apresentou-lhe ao trabalho de campo. Ela faleceu em 25 de novembro de 1929, vítima de uma parada cardíaca, em Porto Velho. Exatamente dez anos depois, em 25 de novembro de 1939, Emil faleceu em Potsdam, Alemanha. Emilie foi enterrada no Cemitério dos Inocentes, em Porto Velho, mas o seu túmulo não pode mais ser localizado.



Figura 9. Emilie Snethlage e seus acompanhantes em uma de suas expedições no interior do Brasil. Fonte: arquivo da família Snethlage (aproximadamente 1910).

REPATRIAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL

Após cerca de 15 anos do trabalho que culminou na publicação brasileira do livro de Emil Heinrich Snethlage, Gleice Mere sentiu a necessidade compartilhar com os indígenas do Guaporé a grandeza dos registros de sua cultura, especialmente em um período no qual o Brasil atravessava um ciclo de destruição contínua da Amazônia. Para além desse propósito, havia a necessidade de melhorar a autoestima dos indígenas, cuja cultura, historicamente, é menosprezada pela sociedade brasileira. Ela também levou em consideração que publicar o livro sem apresentá-lo pessoalmente aos povos do Guaporé seria uma tarefa incompleta. Os indígenas precisavam

de um contato pessoal e presencial para poderem ser empoderados do conteúdo dos registros e, assim, sentirem orgulho do acervo e pertencimento a ele.

UMA VIAGEM PELAS TRILHAS DE EMIL HEINRICH SNETHLAGE

Ao organizar a expedição para apresentar o livro aos povos visitados por Snethlage, Gleice decidiu formar uma equipe multidisciplinar. Alguns participantes da expedição viajaram durante todo o trajeto, outros participaram por apenas alguns dias: Alhard Snethlage (coorganizador da edição alemã do livro e neto de Emil Heinrich); Altair Algayer (coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé, Funai) e equipe; Daniel Luís Dalberto (procurador da República); Dirk Snethlage (primo de Alhard); Elisabeth Teixeira (ilustradora de livros infantis); Gleice Mere (jornalista, coorganizadora e tradutora das edições do livro na Alemanha e no Brasil); Hein van der Voort (linguista do MPEG, especialista nas línguas Aikanã, Arikapú e Kwazá); Lukas Vengels (então primeiro secretário de Direitos Humanos da Embaixada da Alemanha); Marta Nascimento (jornalista e videoartista; sonorizou o filme mudo de Snethlage e fez o registro fílmico da expedição); Renan Oliveira (8 anos, filho de Gleice e de Tanúzio); Tanúzio de Oliveira (ex-chefe de posto da Funai e ex-vereador do município de Alta Floresta d'Oeste, Rondônia); Vilacy Galucio (linguista do MPEG, especialista nas línguas Puruborá e Sakurabiat); Joselito Rocha (motorista da van); e Juliana Valdis (cozinheira).

A expedição foi realizada de 27 de junho a 16 de julho de 2022, sendo visitados os seguintes locais: Terra Indígena Rio Branco (aldeias São Luís, Serrinha, Colorado e Cajuí; povos Tuparí, Makuráp, Aruá, Djeoromitxí, Arikapú, Kampé e Kanoé); Terra Indígena Massaco (Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé; essa base protege os povos indígenas isolados Massaco, citados por Snethlage como Papamién); Distrito de Porto Rolim de Moura do Guaporé (povos Wayurú e Guarasu); Terra Indígena Rio Mequéns (aldeias Sukupari, Baixa Verde e Koopi; povo

Sakurabiat); Distrito de Porto Murtinho (povo Migueleno); Terra Indígena Rio Guaporé (aldeias Baía da Coca, Ricardo Franco e Baía das Onças; povos Tuparí, Makuráp, Wayurú, Aruá, Salamain, Djeoromitxí, Arikapú, Kanoé, Kuyubi e Oro Wari'); Distrito de Monte Azul, Bolívia (povo Moré, citados por Snethlage como Moré e Itoreauhip); e localidade Aperoí, BR-429 (povo Puruborá).

Em 24 de junho Hein, Gleice e sua família chegaram a Porto Velho, ponto de partida da expedição, onde, durante dois dias, compraram mantimentos e todos os apetrechos necessários para a viagem.

No dia 27, após a chegada dos primeiros membros da expedição, o grupo seguiu viagem para Ji-Paraná, onde visitou a Coordenação Regional da Funai e aonde chegaram os demais integrantes.

TERRA INDÍGENA RIO BRANCO

No dia seguinte, a expedição seguiu para a TI Rio Branco. Esse território foi demarcado em 1986, no final da época da ditadura militar no Brasil. Multiétnica, a TI tem um território retangular (40 km x 60 km) com muitas aldeias, quase todas situadas ao longo do Rio Branco, que atravessa a TI longitudinalmente (Figura 10). Os povos que vivem ali falam línguas muito distintas, mas compartilham praticamente a mesma cultura.



Figura 10. Imagem de satélite da TI Rio Branco. Fonte: reprodução do Google Earth (2023).

Originalmente, essas sociedades indígenas estavam inseridas no que Denise Maldini (1991) descreveu como o “Complexo Cultural do Maricó”. Devido aos séculos de contato mútuo, as línguas possuem diversas palavras que foram sendo adotadas umas das outras. No período da exploração da borracha (1910-1970), a língua Makuráp predominava como língua comercial. Atualmente, apenas os mais velhos falam várias línguas indígenas e os jovens falam somente o português como segunda ou primeira língua. O Rio Branco é uma das terras indígenas mais bonitas e protegidas. Está quase sem estradas e o rio é a principal via de acesso.

Lá apresentamos o livro de Snethlage em quatro aldeias principais, seguindo sempre a mesma rotina. Tínhamos um *datashow*, um lençol branco, uma grande caixa de som com microfone e um exemplar do livro. Gleice era sempre a primeira a falar, contava a história de como foi feita a recuperação do acervo de Snethlage, a tradução e as dificuldades em publicar a obra no Brasil. Depois, ela apresentava os demais integrantes da nossa expedição. Todos nós estávamos envolvidos no projeto de uma forma ou de outra e contamos nossa história pessoal. No caso de Tanúzio e de Hein, a maioria dos indígenas os conhecia devido aos trabalhos desenvolvidos anteriormente. Tanúzio, quando era funcionário da Funai, conseguiu extinguir o comércio ilegal da madeira por meio da implantação de alternativas sustentáveis, como a coleta da castanha e a introdução do cultivo do café orgânico, que hoje é comercializado como um café especial (os Aruá já ganharam diversos prêmios nacionais pela qualidade do grão, o qual possui aromas diferenciados devido à polinização das flores que sofre influência de plantas da floresta amazônica). Nesse reencontro, os indígenas sempre expressavam a Tanúzio sua profunda gratidão pelo legado que deixou ao introduzir diversas alternativas de subsistência econômica sustentável. Também gostaram de conhecer o seu filho, Renan, e tratavam sua família como se fosse parte do seu próprio povo.

Após a nossa apresentação, Gleice, Alhard e Hein assinavam o livro e o doavam oficialmente para a escola da aldeia: Gleice como tradutora e organizadora, Alhard como coorganizador e Hein como representante do MPEG, a instituição doadora. Quando terminava a apresentação da expedição, os líderes indígenas falavam e sempre recebíamos diversos elogios. Frequentemente, a comunidade celebrava a nossa visita com apresentações culturais (Figura 11). O filme era exibido à noite (Figura 12). As pessoas ficavam muito impressionadas com a apresentação do livro e do filme. Eles também acharam fascinante conhecer Alhard, o neto de Emil Heinrich Snethlage.



Figura 11. Apresentação de danças tradicionais pelas mulheres da aldeia Serrinha. Foto: Gleice Mere (2022).



Figura 12. Apresentação do filme original de Emil H. Snethlage para a comunidade indígena da aldeia São Luís. Foto: Daniel Dalberto (2022).

Daniel Dalberto, procurador da República que já atuou em Rondônia, empenhou-se para ter uma participação oficial na expedição. Em virtude disso, obteve autorização para representar a 6ª Câmara do Ministério Público Federal (MPF), denominada de “Populações indígenas e comunidades tradicionais”. Então, ao final da reunião, o procurador conscientizava os indígenas a respeito de seus direitos e explicava como poderiam apresentar suas queixas via plataforma digital do MPF, a fim de acionar as autoridades (Figura 13). Ele mesmo também pôde denunciar diversas irregularidades e violações dos direitos indígenas, de modo que, alguns meses depois, foi possível obter resultados positivos e concretos por meio da atuação da justiça e dos órgãos públicos que negligenciavam suas atribuições. Daniel é muito estimado por todos devido ao seu respeito à cultura indígena e à sua dedicação pessoal no empoderamento dos povos originários e das populações tradicionais. Os indígenas apreciaram especialmente o seu cuidado em visitá-los pessoalmente, nas suas aldeias.

Além das apresentações da nossa equipe; da mostra do filme à noite, realizada com o auxílio técnico de som e de imagem de Dirk Snethlage (que não fala português, mas contribuiu com seus conhecimentos tecnológicos); da capacitação jurídica realizada pelo procurador Daniel;



Figura 13. Procurador da República Daniel Dalberto, capacitando os indígenas da Aldeia Serrinha no uso da plataforma do MPF para poder fazer demandas aos órgãos públicos. Foto: Elisabeth Teixeira (2022).

da doação do livro de Snethlage – uma rotina mantida em todas as aldeias visitadas por nós –, havia sempre as atividades lúdicas desenvolvidas com as crianças nas escolas locais, que foram organizadas por Elisabeth Teixeira (Figura 14). Como ilustradora de livros infantis, ela interagiu com as crianças, a fim de que essas também se sentissem acolhidas pelas atividades desenvolvidas pelos visitantes.

A videoartista Marta Nascimento registrou toda a viagem. Fotografava e entrevistava diversas pessoas, do amanhecer até a noite⁷. Para sonorizar o filme de Snethlage, Marta leu todos os cadernos de campo. Baseada nessas informações – que a contextualizaram sobre a história recente dos povos do Guaporé –, ela registrou histórias de vida das pessoas e as atividades da expedição. A partir desses registros, pretende fazer um documentário que mostre essa história ‘oculta’ e desconhecida dos indígenas do vale do Guaporé, contada a partir da perspectiva deles mesmos. O indigenista Altair Algayer, auxiliado por sua equipe, nos deu um suporte logístico valioso e imprescindível no trajeto da TI Rio Branco. Além disso, a sua presença agradável, as amizades estabelecidas por ele com os indígenas – no decorrer de sua trajetória profissional – e sua experiência na região enriqueceram a nossa viagem.



Figura 14. Elisabeth Teixeira, ilustradora de livros infantis, após atividades lúdicas com crianças indígenas da aldeia Cajui. Foto: Elisabeth Teixeira (2022).

⁷ Atualmente, Marta trabalha na edição de um documentário sobre os povos do Guaporé e a expedição.

TERRA INDÍGENA MASSACO

Após cinco dias, fomos com Altair até a TI Massaco, que se sobrepõe, em grande parte, à Reserva Biológica do Guaporé. No trajeto, passamos por Alta Floresta d'Oeste, onde encontramos a linguista Vilacy. Na primeira semana da expedição, ela permaneceu em Ji-Paraná porque testou positivo para a covid-19 e, somente após esse período, se curou. Ao longo da viagem, Alhard e Dirk foram responsáveis pelos autotestes da covid-19. Todos éramos testados periodicamente com o objetivo de impedir que a expedição levasse o vírus para outras localidades.

Pernoitamos na TI Massaco, uma grande área remota, coberta pela selva e por terrenos alagados ao longo do rio Guaporé, onde vive um povo isolado. Na Amazônia, há mais de 100 grupos de indígenas isolados que evitam o contato com os não indígenas. No final dos anos 1980, o governo brasileiro implantou a política de não contatar grupos de indígenas isolados que não estejam em situação de risco. Os indígenas isolados do Massaco são caçadores-coletores seminômades e não praticam a agricultura. Entre as características averiguadas por meio de vestígios estão os seus arcos excepcionalmente longos – que lembram os Sirionó da Bolívia – e seu modo de afastar invasores. Eles escondem milhares de estrepes envenenados nos caminhos para perfurar os pés dos forasteiros, feitos com uma madeira muito dura (Figura 15) e camuflados sob as folhas. As pontas, duras e afiadas, atravessam as solas de sapato mais grossas e até mesmo pneus de trator⁸.

A base da TI Massaco foi construída nos anos 1990, perto da divisa com uma fazenda. Ela tem uma boa infraestrutura e acesso à internet, mas não possui energia elétrica permanente e as suas estradas de terra são de difícil acesso. Os funcionários são indigenistas treinados e indígenas da região. O trabalho fundamental é monitorar as divisas, para que não haja invasões. Quando isso ocorre, a Polícia Federal é convocada para

auxiliar na retirada dos invasores, como aconteceu em diversas ocasiões.

O monitoramento do bem-estar dos grupos isolados é feito por meio de expedições terrestres, a pé, seguindo-se os caminhos dos indígenas para se verificar os vestígios nos acampamentos abandonados, tendo em vista que esses grupos são nômades. A periculosidade das expedições da Frente Etnoambiental não está apenas no risco de pisar nos estrepes (o que ocorre algumas vezes), mas, principalmente, em sofrer algum ataque dos indígenas. Felizmente, nunca ocorreu nenhum tipo de agressão, mas o risco é real. Em setembro de 2020, o indigenista Rieli Franciscato, de uma outra Frente, foi atingido letalmente pela flecha de um grupo isolado na TI Uru-Eu-Wau-Wau. Estima-se que o grupo isolado do Massaco seja formado por cerca de 250 pessoas, mas não se sabe qual língua falam. Snethlage os chama de



Figura 15. Estrepes de madeira feitos pelos indígenas isolados da TI Massaco. Foto: Hein van der Voort (2022).

⁸ Sobre os isolados do Massaco, ver o trabalho da antropóloga Amanda Villa (2022).

Papamién, nome que registrou a partir de informações dos povos vizinhos. À época, eles já eram conhecidos pela prática de colocar estrepes.

Durante nossa visita à base, Altair, coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé, fez uma apresentação (Figura 16) com imagens a respeito do trabalho nas terras indígenas Rio Omerê, Massaco e no território do 'Homem do Buraco' ou 'Isolado do Tanaru'. Esse último provavelmente faleceu durante a nossa expedição. Em 23 de agosto, ele foi encontrado morto em sua palhoça, mas, segundo o MPF, a morte aconteceu cerca de 30 ou 40 dias antes dessa data. 'Tanaru' estava deitado em sua rede, paramentado com ornamentos que não eram do seu cotidiano. O falecimento se deu após o isolamento voluntário de 25 anos, motivado pelo trauma do genocídio do seu povo. O sepultamento dos seus ossos só ocorreu em 4 de novembro, após ficar 74 dias sob a guarda da Polícia Federal e da Funai. Por iniciativa do procurador Daniel, o MPF entrou com uma ação civil pública para solicitar que a Funai fosse obrigada a liberar o enterro, realizado na mesma palhoça onde 'Tanaru' faleceu. A argumentação jurídica explicitou o desrespeito à memória e à dignidade do indígena devido à demora para o sepultamento. Um desrespeito não apenas ao indivíduo em si, mas a seu povo, demais povos indígenas de Rondônia, e do Brasil, assim como aos servidores da Funai que evitaram o seu extermínio e, durante décadas, realizaram o trabalho



Figura 16. Altair Algayer apresentando ao grupo o trabalho da Frente de Proteção Etnoambiental. Foto: Daniel Dalberto (2022).

de proteção. Note-se que a finalidade da perícia era determinar se houve morte violenta, apesar de os indícios apontarem para um rito funerário dele mesmo. Entretanto, o Estado levou um corpo em decomposição e, após examinar, 'esquartejar', testar, devolveu apenas os ossos para serem enterrados. Foi-lhe negado até mesmo o direito de seu último desejo no processo de sua morte. Os utensílios de seu cotidiano, assim como os adornos com os quais faleceu (colar, penas, um pedaço de tecido colocado dentro da rede) e a rede onde se deitou para morrer foram enviados para o Museu do Índio, no Rio de Janeiro. Por se tratar de uma etnia sem descendentes, não existe um protocolo ou legislação específica de como se deve proceder com relação aos restos mortais e aos ritos funerários.

PORTO ROLIM DO GUAPORÉ

Após nos despedirmos de Altair e de sua equipe seguimos para o distrito de Porto Rolim do Guaporé, onde a população pobre é composta por ribeirinhos, quilombolas, alguns indígenas Guarasu e um grupo de indígenas Wayurú. A tragédia desses grupos étnicos é que eles não têm território reconhecido, sua cultura mudou radicalmente e a língua desapareceu. Parte da área original dos Wayurú tornou-se pastagem em propriedades privadas.

Uma jovem liderança comunitária, Eva Wayurú, descendente de indígenas Wayurú e de quilombolas, organizou uma recepção comunitária memorável com suas comidas tradicionais. Na ceia, havia mandioca cozida, peixe, tartaruga, veado, tatu, javali e anta. Após o jantar, projetamos o filme sobre um lençol pendurado no lado externo de uma casa de madeira, sob a luz das estrelas (Figura 17). O calor humano era tanto e a importância dada pela comunidade foi tal que se tinha a sensação de estar no mais nobre dos palácios. No dia seguinte, fizemos nossa apresentação e a doação do livro para a comunidade (Figura 18), que também foi realizada na escola local, para os não indígenas. No almoço, fomos, novamente, presenteados com um banquete de comidas tradicionais.



Figura 17. Apresentação do filme na comunidade Wayuru, Porto Rolim do Guaporé. Foto: Elisabeth Teixeira (2022).



Figura 18. Entrega oficial do livro à comunidade Wayurú, Porto Rolim do Guaporé. Foto: Vilacy Galucio (2022).

TERRA INDÍGENA RIO MEQUÊNS

A próxima estação foi a TI Rio Mequéns, com o povo a quem chamavam com o mesmo nome, mas que hoje se autodenomina Sakurabiat⁹. Trata-se de outra nação devastada, que teve seu território desmatado, cuja terra foi homologada apenas em 1996. A língua possui apenas

cerca de 15 falantes. Há décadas, os Sakurabiat estão envolvidos no comércio ilegal de madeira e são notórios os diversos problemas causados pelo álcool, pelas drogas e pela violência que fazem parte dessas atividades ilícitas. Há alguns anos, o líder desse povo, Damião, foi morto a tiros em plena luz do dia na rodoviária da cidade de Pimenta Bueno, um claro aviso dos madeireiros que viam a TI como um local estratégico para seus negócios. Ele foi a liderança que conseguiu unir todos os Sakurabiat para que eles mesmos controlassem o comércio da madeira em suas terras. Desde a morte de Damião, os Sakurabiat estão fragmentados, o que os torna vulneráveis a todo tipo de aliciamento. A disputa insólita sobre a madeira é reflexo da falta do fomento a alternativas econômicas para os indígenas, que, após a época da borracha, foram praticamente abandonados à própria sorte, com suas estruturas sociais destruídas. Os assassinatos e as mortes de lideranças indígenas mais velhas têm fragilizado muito a comunidade.

⁹ Citado por Snethlage sob os nomes de clã: Amniapé/Mampiapé e Guaratégaya.

A linguista Vilacy trabalha com a língua Sakurabiat desde 1993 e, devido à sua dedicação e resiliência, é muito respeitada e querida pelo povo. É impressionante o modo como conseguiu fazer o trabalho de campo entre os Sakurabiat em condições tão adversas ao longo dos anos, sem nunca ter desistido.

A apresentação do filme foi feita à noite, na aldeia Baixa Verde. Os Sakurabiat são amplamente descritos por Snethlage, e metade do filme é sobre eles. O material é fascinante, inclui rituais xamânicos, o cabeçabol (uma espécie de jogo similar ao futebol, mas no qual se usa exclusivamente a cabeça, às vezes atingindo-se quase o nível do chão) e a preparação da chicha. Todos assistiram a tudo com muita atenção e, como é de costume nas comunidades indígenas, não se demonstra os sentimentos de modo que os não indígenas compreendam à primeira vista.

Na manhã seguinte, apresentamos o livro. Terminada a nossa apresentação, o cacique Geraldino tomou a palavra. Ele tinha absorvido todas as informações do dia anterior e da manhã, mostrando-se impassível, mas, quando começou a falar, lhe faltaram as palavras e ele começou a chorar. Deitou a cabeça na mesa à sua frente, ficou assim por uns cinco minutos até conseguir se recompor.

Nesse ínterim, Gleice tomou uma lista com os nomes dos antepassados dos Sakurabiat, os que foram

registrados por Snethlage, e passou a falar os seus nomes (Figura 19). Após cada nome falado, todos respondiam: 'presente!'. O que se seguiu foi uma espécie de terapia coletiva, na qual alguns indígenas choraram as suas perdas, desabafaram sobre seus medos e inseguranças. Esse episódio marcante demonstra a importância da obra esquecida de Snethlage para os indígenas que, especialmente ao longo das últimas décadas, foram perseguidos e pisoteados. As informações sobre seus antepassados têm um valor cultural e pessoal inestimável.

PORTO MURTINHO

Após essa visita, seguimos para Porto Murtinho, no rio São Miguel, onde Snethlage conheceu os Wanyam, agora chamados de Miguelenos. Os Miguelenos, como os Wayurú, Puruborá e Kuyubi, não têm TI demarcada, sua cultura original desapareceu e ninguém mais fala a língua (que pertence à família Txapakura).

A partir desse trecho da viagem, o então primeiro secretário de Direitos Humanos da Embaixada da Alemanha no Brasil, Lukas Vengels, passou a integrar a expedição. Quando apresentamos o livro na escola local, várias pessoas ficaram entusiasmadas (Figura 20). Há um processo de estudos para a demarcação de suas terras, o qual, entretanto, está paralisado há anos.



Figura 19. Caciue Geraldino chorando, Gleice Mere lendo os nomes de descendentes registrados nos cadernos de campo e, à esquerda, Alhard Snethlage. Foto: Hein van der Voort (2022).



Figura 20. Recebimento do livro pela comunidade escolar e por descendentes dos povos tradicionais em Porto Murtinho, de localidades visitadas por Emil H. Snethlage. Foto: Gleice Mere (2022).

A documentação de Snethlage certamente ainda será de grande utilidade para eles.

Antes da nossa partida, alguns membros do público nos levaram para um breve passeio às margens do rio São Miguel, localizado em frente ao povoado. Infelizmente, não houve mais tempo para nada em nosso cronograma apertado.

O REAL FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA

Seguimos para Costa Marques onde, no dia seguinte, visitamos o Real Forte Príncipe da Beira (Figura 21). Essa fortaleza foi construída no século XVIII, com trabalho escravo como baluarte, como uma medida contra os espanhóis vindos do outro lado do rio Guaporé, na Bolívia.



Figura 21. Imagem de satélite do Real Forte Príncipe da Beira. Fonte: reprodução do Google Earth (2023).

A bela fortaleza, em forma de estrela, erguida no meio da selva, é um dos maiores fortes antigos do Brasil. O interior foi demolido pela ação do tempo e está em ruínas, mas as paredes grossas externas e o fosso ainda estão intactos (Figura 22). Assim, seguimos as pegadas de Emil Heinrich em 1934 (Figuras 23 e 24), e de lá, seguimos de barco até a TI Rio Guaporé.

TERRA INDÍGENA RIO GUAPORÉ – BAÍA DA COCA E RICARDO FRANCO

Para visitarmos a TI Rio Guaporé, foi preciso alugamos dois barcos, por alguns dias, pois o acesso só é possível por via fluvial (Figura 25). Essa TI tem origem na década de 1930, quando o Serviço de Proteção aos Índios



Figura 22. Estruturas do Real Forte Príncipe da Beira. Fotos: Gleice Mere (2022).



Figura 23. Emil Snethlage, 1934, com militares e o capitão Aluísio Ferreira na entrada do Forte. Foto: arquivo da família Snethlage (1934).



Figura 24. Os expedicionários do livro em 2022. Foto: Marta Nascimento (2022).

(SPI) criou um posto para aldear indígenas dos rios Branco, Mequéns, Corumbiara e Pimenta Bueno. O pretexto era tirar os indígenas de suas terras porque estariam em zonas de conflito com os seringueiros. As deportações ocorridas entre 1935 e 1970 fizeram com que diversos povos já contatados mais a leste sofressem uma diáspora. Relatos de indígenas que foram levados para essa região do Guaporé narram os primeiros anos de fome, tendo em vista que não puderam levar suas plantas e sementes e foram deixados na localidade relegados à própria sorte, sem o fornecimento de nenhum tipo de alimentação, nem mesmo para os primeiros meses de estadia. Em última análise, esse afastamento trouxe algumas poucas vantagens. A área é bastante grande e fértil, e algumas línguas, como Aruá, Wayurú, Djeoromixí e Makuráp, foram preservadas até certo ponto, ao passo que praticamente desapareceram em sua região de origem.

Nessa TI, a expedição visitou três aldeias diferentes e, em todos os lugares, foi calorosamente recebida. A aldeia principal é Ricardo Franco, onde muitas pessoas vivem próximas umas das outras e há muitos problemas sociais. Portanto, alguns grupos étnicos se instalaram em outras partes da TI.



Figura 25. Imagem de satélite de parte da TI Rio Guaporé. Fonte: reprodução do Google Earth (2023).

Os Aruá criaram suas aldeias na paradisíaca Baía da Coca (Figura 26). A língua, que é da família Tupi, tem apenas cinco falantes, mas o cacique Odete lembra da época que vivia no Rio Branco; ele preservou diversos traços culturais, como as músicas cantadas e as flautas tradicionais, e tenta estimular os jovens a preservar e a transmitir esse patrimônio cultural. Após nossa exposição do livro (Figura 27), fizeram uma apresentação musical maravilhosa e ofereceram a costumeira chicha (Figura 28). Em uma conversa com o cacique¹⁰, Hein Ihe fez uma pergunta relativa à tradição de multilinguismo na região de origem: “Além do Português e do Aruá, o senhor fala alguma outra língua?”. Ele respondeu:

Por quê? Eu não tenho língua, não, tá? Eu não tenho idioma, não. Minha mãe é Makuráp, eu falo idioma da minha mãe. Eu falo a língua do meu pai, que é Aruá. Eu entendo a língua da minha mulher, que é Djeoromixí. Eu entendo um pouco de Tuparí. Falo um pouco de Castelhana, um pouco de Português, e assim vou indo. Eu não tenho idioma nenhum (Odete Aruá, comunicação pessoal, 12 de julho de 2022).

Voltamos para a aldeia Ricardo Franco onde, no dia seguinte, fomos recebidos com cantos e danças tradicionais (Figura 29), e onde fizemos nossa apresentação do livro e de nós mesmos.



Figura 26. Visita à aldeia Baía da Coca, com parte da comunidade Aruá Foto: Marta Nascimento (2022).

¹⁰ Gravada por Vilacy.



Figura 27. Gleice Mere lendo trechos dos cadernos de campo para os indígenas durante a apresentação do projeto. Foto: Marta Nascimento (2022).



Figura 28. Mulher indígena ao preparar chicha para servir aos visitantes. Foto: Gleice Mere (2022).



Figura 29. Entrega do livro na escola da aldeia Ricardo Franco para a comunidade local. Fonte: arquivo de Gleice Mere (2022).

MONTE AZUL, BOLÍVIA

Após o término desse evento, alguns membros da expedição decidiram tentar visitar os indígenas Moré, descendentes dos 'Itoreauhip', na Bolívia (cujas língua originária faz parte da família Txapakura). Queríamos que eles também tomassem conhecimento do livro e do filme, pois trazem uma extensa documentação a respeito da época do contato pacífico com os não indígenas, que foi estabelecido por Snethlage, em 1934. Hoje, grande parte dos Moré vive em Monte Azul, a cerca de 40 km da margem do rio Guaporé. Os contatos fascinantes feitos por Snethlage não foram benéficos para os indígenas. Quando ele retornou aos Moré, menos de um ano depois, já no final de sua jornada, encontrou esse povo severamente esgotado pelas epidemias e pela exploração dos não indígenas. Em seu livro "Atiko Y", fez a seguinte reflexão:

... A paz com os civilizados não trouxe nenhuma bênção para os Moré e os Itoreauhip. A gripe e, após essa, a pneumonia e a tuberculose ceifaram mais vidas do que as próprias lutas. Na minha estimativa, os grupos mais próximos das margens perderam num só ano cerca de 30% de sua população. Tenho um sentimento amargo de ter sido o mediador. A questão que se coloca é se os resultados científicos obtidos e a segurança do caminho para os ribeirinhos compensam esse opróbrio trazido pela civilização. Um pequeno consolo é a certeza de que mais cedo ou mais tarde tais acontecimentos teriam ocorrido, pois em ambos os lados existia a vontade de se chegar a um entendimento. . . (E. Snethlage, 1937, p. 69).

Quando aportamos na margem boliviana do Guaporé, conseguimos uma carona em uma caminhonete que nos levou até Monte Azul. É uma aldeia agrícola onde as pessoas sobrevivem em meio à escassez. No entanto, elas ficaram muito satisfeitas com a nossa visita e com as informações que levamos (Figura 30).

Infelizmente, só pudemos ficar por algumas horas. A viagem de volta foi menos confortável que a ida. Foram dez pessoas transportadas em um carro de passeio, com três delas alojadas dentro do bagageiro. Chegamos em Ricardo Franco à noite. No trajeto fluvial, vimos a lua cheia nascer vermelha.



Figura 30. Visita à aldeia Monte Azul, próxima ao rio Guaporé, lado boliviano. Foto: Tanúzio de Oliveira (2022).

TERRA INDÍGENA RIO GUAPORÉ – BAÍA DAS ONÇAS E A DOCUMENTAÇÃO LINGUÍSTICA

No último dia na TI, navegamos até Baía das Onças, onde vive grande parte dos Djeoromitxí e Makuráp. Essa é a região mais remota da TI, localizada no final de uma longa baía, entre as zonas alagadas perenes e as florestas das terras baixas do Guaporé. Há abundância de pássaros, capivaras, jacarés etc., conferindo a aparência de uma natureza intocada pelo ser humano.

Entre 2001 e 2004, Hein esteve diversas vezes na Baía das Onças e morou lá por um período total de quase um ano, a fim de documentar e estudar a língua Arikapú. No Rio Branco, o único falante era o Sr. Mamoá, um pajé idoso quase surdo com quem era muito difícil estabelecer comunicação. Ele faleceu em 2008. A outra falante é dona Nazaré, a animada matriarca da Baía das Onças. Embora ela não pudesse mais contar histórias gramaticalmente coerentes em Arikapú, o linguista conseguiu documentar muito sobre a estrutura das sentenças, sobre a flexão e a derivação, a respeito da fonologia e do léxico. O material não foi suficiente para formular uma gramática descritiva abrangente, mas resultou na documentação de um extenso vocabulário com exemplos de uso.

A pergunta que sempre se ouve dos leigos é: “Para que serve um estudo de uma língua não documentada à beira da extinção?”. A resposta linguística é: a partir de uma

documentação, ainda que seja de uma língua morta, é possível fazer-se comparações com outros idiomas. Nesse caso, foi possível comparar o Arikapú com a língua irmã Djeoromitxí, e corroborar a hipótese formulada por Curt Nimuendajú em 1935. O seu palpite era de que as duas línguas teriam parentesco com as línguas da remota família Jê. Essa hipótese foi formulada a partir dos dados da pesquisa de campo realizada por Snethlage, mas nunca foi levada muito a sério pelos pesquisadores da área. Em 2010, os linguistas Eduardo Ribeiro e Hein van der Voort comprovaram que essas duas línguas têm parentesco e formam um ramo – a subfamília Jabutí – da grande família linguística Macro-Jê, falada no centro e no leste do Brasil. Na Figura 31, vemos o mapa revisado da família linguística Macro-Jê; o número 11 é o ramo Jabutí. Com base nessa comparação, também foi possível estimar que as línguas Jabutí têm sido faladas na região do Guaporé há cerca de 1.500 anos. Esse tipo de descoberta é importante para a reconstrução da pré-história do continente. Tais pesquisas também podem ser de importância social e pessoal para a etnia, como veremos mais adiante com os Puruborá.



Figura 31. Mapa criado por Willem Doelman. Fonte: Ribeiro e van der Voort (2010).

Retornar à Baía das Onças foi uma jornada sentimental para Hein. Havia se passado 18 anos desde que ele esteve lá pela última vez, quer dizer, muito tempo sem ver a sua professora Nazaré (Figura 32). Quando se encontraram, ela segurou a sua mão por um longo tempo. As casas de madeira onde o linguista havia ficado hospedado ainda estavam lá e as pessoas se lembravam dele, exceto os jovens. Alguns indígenas mais idosos faleceram de velhice, outros, infelizmente, também morreram devido a acidentes e a doenças não tratadas.

É lamentável que a visita tenha sido tão breve, porque, após a nossa apresentação do livro (Figura 33), tivemos de retornar a Costa Marques antes de escurecer. Na época da seca, o nível baixo das águas do rio Guaporé forma corredeiras perigosas na travessia de barcos no trecho próximo ao porto do Forte Príncipe da Beira, nosso destino.

A COMUNIDADE PURUBORÁ

No último dia da nossa expedição, paramos no meio da extensa rodovia estadual RO-429, que liga Costa Marques a Ji-Paraná. Uma pequena comunidade de indígenas Puruborá vive na margem dessa estrada. Esse grupo não tem TI própria, a sua cultura original quase desapareceu e o português é a sua língua materna. Os Puruborá foram mencionados pela primeira vez em 1921, numa carta escrita pelo próprio, então, General Rondon, que já havia delimitado uma área para o grupo em 1919¹¹. Existe pouca documentação sobre os Puruborá após esse período e não houve mais nenhuma medida protetiva a esse povo. Em seus cadernos de campo, Snethlage anotou uma lista de palavras de uma mulher Puruborá que ele descreveu como aculturada. Considerados extintos, mais tarde, os Puruborá foram esquecidos até 2001, quando o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) noticiou que esse povo havia reaparecido e que estava à procura de um linguista. Então, Vilacy Galucio, especialista em línguas Tupi,



Figura 32. O linguista Hein ao lado da sua professora Arikapú, Dona Nazaré. Foto: Elisabeth Teixeira (2022).



Figura 33. Exibição do filme histórico de Emil H. Snethlage na aldeia Baía das Onças. Foto: Elisabeth Teixeira (2022).

¹¹ Ver o artigo de Galucio (2005).

os procurou e descobriu que ainda havia dois falantes (Galucio et al., 2013). Com base na documentação das memórias desses falantes, a linguista conseguiu, ao longo dos anos, desenvolver uma ortografia padronizada, criar um dicionário e iniciar um processo de revitalização da língua (Figura 34). Agora, há um jovem professor indígena Puruborá que trata da língua com paixão, aprendeu a falar, a escrever e ensina as crianças (Figura 35). A revitalização de uma língua dormente, baseada apenas em sua documentação, é algo muito raro.



Figura 34. A linguista Vilacy Galucio apresenta seu trabalho de pesquisa desenvolvido junto à comunidade indígena dos Puruborá. Foto: Daniel Dalberto (2022).



Figura 35. O professor Mário Puruborá e sua filha recebem um exemplar do livro para compor o acervo da escola da comunidade. Foto: Alhard Snethlage (2022).

A RELEVÂNCIA DA DOCUMENTAÇÃO DE SNETHLAGE E O FINAL DA EXPEDIÇÃO

O que se vê com frequência no Brasil é que os povos indígenas eram conhecidos pelo governo, principalmente pelo SPI, em alguns casos, há mais de 100 anos. Grupos como os Puruborá, Wayurú, Kwazá, Kanoé, e muitos outros, são mencionados em mapas conhecidos, relatórios, arquivos e publicações. Mas, após o final do Segundo Ciclo da Borracha, as partes mais férteis de seus territórios foram loteadas e vendidas, sob a suposição de que esses povos haviam sido extintos. A luta para reverter esse processo, após tantos anos, é hercúlea. A Funai costuma ser alvo de acusações, sem fundamento, de políticos, latifundiários e pessoas locais, as quais acusam o órgão de 'inventar índios' para fomentar reivindicações pela terra. As diferentes instituições governamentais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Funai trabalham frequentemente uns contra os outros, e não há uma consulta sistemática das fontes históricas, nem mesmo por parte da Funai, especialmente quando essas são escritas em alemão ou em inglês. A tradução, para o português, de uma obra monumental como a de Snethlage, que permaneceu no esquecimento por cerca de oito décadas, é, portanto, de enorme relevância, não apenas para a ciência e a história não contada de Rondônia, mas sobretudo para as comunidades indígenas do vale do rio Guaporé.

Os dois últimos dias da expedição foram marcados pela visita aos Puruborá, por uma avaliação do nosso grupo a respeito do que vivenciamos nessa jornada emocionante e pelo bate-papo *on-line* (Departamento de História da Universidade de Rondônia Unir PVH, 2022).

Nós nos dispersamos aos poucos. Vilacy ficou com os Puruborá, a fim de dar seguimento ao trabalho linguístico desse grupo. Hein seguiu para o sul do estado, para visitar os Aikanã e Kwazá das terras indígenas São Pedro e Tubarão-Latundê, onde, desde 1995, desenvolve um trabalho de estudo e de documentação das línguas desses povos. Durante essa visita, o linguista lhes apresentou o livro, e os mesmos observaram tudo com muito interesse. A cultura dos Sakurabiat é bastante parecida com a dos Aikanã, e isso fica claro na segunda metade

do filme de Snethlage. São exatamente o mesmo tipo de arquitetura de suas casas, adornos corporais, penteados, rituais de saudação, rituais de cura, cabeçabol, entre outros. São traços culturais milenares que desapareceram em apenas 50 anos de contato com os não indígenas.

Em Porto Velho, alguns tentaram encontrar o local onde foi enterrada Emilie Snethlage, tendo em vista que a sepultura original foi removida. Ela foi enterrada no Cemitério dos Inocentes, em uma ala que, à época, era reservada exclusivamente às mulheres. O Museu da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (Figura 36), como de praxe, estava fechado, devido a reformas, que, pelo menos até 2022, sempre têm resultado em um período de abertura, seguido por depredações. Alguns vagões e locomotivas permanecem ao relento, com a vegetação nativa da Amazônia crescendo ao redor e dentro das máquinas (Figura 37). Uma retomada lenta, mas contínua da floresta a um espaço que é seu.

O ano de 2022 foi marcado por recordes de desmatamento, mais um período nefasto de devastação desenfreada da Amazônia. Um patrimônio natural que, aos olhos de grande parte da sociedade brasileira, representa um 'impedimento' ao chamado 'progresso'. Um pensamento semelhante desvaloriza os saberes milenares indígenas, que é resultado de séculos de observação empírica, mas não é

enxergado como um conhecimento profundo e de grande relevância. Ao longo das três semanas de "A expedição do Guaporé", observamos os cursos de rios nus, bens de consumo, como automóveis, elevados a ícones de cobiça no processo da devastação. Apesar de tudo isso, o nosso grupo multidisciplinar que atravessou o vale do Guaporé, sob a égide dos registros de Snethlage, teve a oportunidade de proporcionar a repatriação de uma fonte documental ímpar a respeito de culturas indígenas desprezadas e oprimidas sem piedade e com violência. A sensação de poder devolver algo a gente historicamente tão maltratada é incomensurável, principalmente em tempos que o movimento contrário a esse tipo de atitude é endossado pela estrutura social na qual vivemos. Um consolo adicional foi saber que poucos meses após o final da expedição, como citado anteriormente, diversas reivindicações solicitadas pelos indígenas, via plataforma digital do MPF, passaram a ser atendidas, inclusive a manutenção de estradas, a apreensão de serrarias ilegais, entre outras.

A valorização da cultura indígena brasileira não é algo demagógico ou supérfluo. Ao contrário, a redução da diversidade cultural, atualmente em curso, propicia um ambiente no qual a gente torna-se cega para outros modos possíveis de vivenciar e de entender o mundo. A cada cultura e língua minoritárias perdidas, avançamos



Figura 36. Estação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, Porto Velho, Rondônia. Foto: Gleice Mere (2022).



Figura 37. Locomotivas da ferrovia abandonada nos arredores da cidade. Foto: Hein van der Voort (2022).

na direção da ditadura da nossa autoimagem, e da nossa inconsciência a esse respeito.

POSFÁCIO

O relato de viagem acima é pessoal e não tem pretensões científicas. Apesar disso, avaliamos que o texto e as imagens incluídas têm valor histórico e científico pelo fato de representarem um aspecto dos empreendimentos de documentação etnolinguística, os quais, frequentemente, permanecem invisíveis e pouco acessíveis. Geralmente são documentados apenas como notas pessoais, ou não se realiza nenhum tipo de registro a respeito dessas vivências, especialmente nos dias de hoje.

Aos que procuram trabalhos científicos acerca da história e da diversidade cultural e linguística da região do sul de Rondônia vale a pena consultar as fontes listadas nas referências deste artigo, especialmente Algayer et al. (2022), van der Voort (2023) e os textos referenciados nesses artigos, como Becker-Donner (1955), Caspar (1953) e Maldi (1991).

Para esboços gerais sobre os povos específicos, pode-se consultar, por exemplo, os verbetes da “Enciclopédia dos povos indígenas no Brasil”, de livre acesso na página *web* do Instituto Socioambiental (ISA) (Ricardo, s. d.). A cosmologia de vários povos da região é tratada em alguns trabalhos importantes, como os de Mindlin (1993), Mindlin e narradores indígenas (1998 [1997], 1999), Soares-Pinto (2014, 2022, 2023), e Galucio (2006). No *site* da Biblioteca Digital Curt Nimuendajú (Ribeiro & Nicolai, s. d.), encontram-se inúmeros trabalhos mais antigos das áreas de etnografia e linguística indígena da América do Sul, inclusive “Atiko Y” (E. Snethlage, 1937), além de muitas teses e dissertações inéditas, de livre acesso e em formato PDF. Durante as últimas décadas, têm surgido diversos estudos sobre assuntos de relevância geral, como a questão de línguas ameaçadas de extinção e a documentação etnolinguística, entre os quais os de Evans (2022), Nettle e Romaine (2000), Gippert et al. (2006) e Pérez Báez et al. (2016).

A relevância dos trabalhos de Emil Heinrich Snethlage para disciplinas como etnografia, linguística e história da região do Guaporé é inestimável. Seus trabalhos documentam e analisam as culturas indígenas em uma época que elas estavam sob crescente pressão cultural e econômica ocidental, durante um período no qual a região foi raramente frequentada por pesquisadores. Sem esses registros teríamos muito menos conhecimento a respeito das raízes culturais e históricas de diversos povos indígenas. O trabalho de campo de Snethlage, que visitou 13 povos durante cerca um ano, difere fundamentalmente do de outro grande etnógrafo à época, Franz Caspar, que 15 anos mais tarde permaneceu por dois períodos prolongados na região, os quais resultaram em aproximadamente um ano de estadia com somente um desses povos, os Tuparí. Em sua obra principal, bastante conhecida, uma etnografia clássica do povo Tuparí, Caspar (1975) cita extensamente publicações de Snethlage, assim como seus cadernos de campo, aos quais teve acesso e dedicou a publicação a ele como uma forma de homenageá-lo.

O presente texto fala de ‘repatriação’ não no significado de devolver objetos da cultura material, anteriormente obtidos dos povos indígenas, mas na acepção de disponibilização de uma documentação etnolinguística previamente inacessível devido ao idioma (alemão), da grande distância geográfica (Alemanha), da distância temporal (1934) e da forma (manuscrito). Para a repatriação, nesse sentido, foi necessário primeiro descobrir a existência e a localização desse patrimônio, transcrevê-lo, traduzi-lo para o português, sistematizar as informações de diferentes fontes (manuscritos, artigos publicados, gravações sonoras, filme), publicar o conjunto da obra e realizar a doação do resultado final para os povos indígenas descritos pelo pesquisador. A disponibilização de documentos históricos é uma das responsabilidades éticas e morais dos acadêmicos, assim como de outros profissionais que têm acesso a esse tipo de patrimônio e que se engajam em prol dos povos indígenas. Para quem participou desse processo, foi um privilégio ter essa oportunidade ímpar.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos povos indígenas do vale do Guaporé, por terem nos recebido com tanta hospitalidade e entusiasmo. Também agradecemos aos integrantes da expedição, por terem cumprido cada um o seu papel, em grande harmonia. Especialmente, à videoartista Marta Nascimento, pelo seu trabalho incansável de documentação fílmica, que dará voz aos indígenas visitados por nossa expedição, para que tenhamos a oportunidade de conhecer os seus relatos, suas impressões e a visão de mundo da história do vale do Guaporé. Agradecemos à Funai, à pela autorização que nos permitiu ingressar em todas as terras indígenas visitadas e especialmente à Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé, pelo apoio e acolhimento. Finalmente, agradecemos aos dois pareceristas anônimos, pelos comentários valiosos, e à equipe editorial do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.

REFERÊNCIAS

- Algayer, A., Aragon, C., & Mezacasa, R. (2022). Território, materialidade e atitude linguística: ferramentas da Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé nos contextos das Terras Indígenas Massaco, Rio Omerê e Tanaru – Rondônia, Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 14(1), 197–240. <https://doi.org/10.26512/rbla.v14i1.43924>
- Becker-Donner, E. (1955). Notizen über einige Stämme an den rechten Zuflüssen des Rio Guaporé. *Archiv für Völkerkunde*, 10, 275–343.
- Caspar, F. (1953). *Ein Kulturareal im Hinterland der Flüsse Guaporé und Machado (Westbrasilien), dargestellt nach unveröffentlichten und anderen wenig bekannten Quellen, mit besonderer Berücksichtigung der Nahrungs- und Genussmittel* [Tese de doutorado, Universität Hamburg].
- Caspar, F. (1958). *Tupari (Entre os índios, nas florestas brasileiras)* (Tradução de M. N. de Sousa Queiroz). Edições Melhoramentos.
- Caspar, F. (1975). *Die Tupari: ein Indianerstamm in Westbrasilien* (Monographien zur Völkerkunde VII). Walter de Gruyter.
- Departamento de História da Universidade de Rondônia UNIR PVH. (2022, 16 de julho). *A Expedição do Guaporé (1933-1935) de Emil Heinrich Snethlage* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=TdPymefTGPE>
- Evans, N. (2022). *Words of wonder: endangered languages and what they tell us*. Wiley-Blackwell.
- Galucio, A. V. (2005). Puruborá: notas etnográficas e lingüísticas recentes. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas*, 1(2), 159–191.
- Galucio, A. V. (2006). *Narrativas tradicionais Sakurabiat - Sakurabiat Mayãp Ebô*. Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Galucio, A. V., Puruborá, J. E., & Aporete Filho, P. (2013). *Vocabulário ilustrado: animais na língua Puruborá*. Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Gippert, J., Himmelmann, N. P., & Mosel, U. (Orgs.). (2006). *Essentials of language documentation*. Mouton de Gruyter.
- Maldi, D. (1991). O Complexo Cultural do Marico: sociedades indígenas dos rios Branco, Colorado e Mequéns, afluentes do Médio Guaporé. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia*, 7(2), 209–269.
- Meira, M. (2018). *A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no noroeste amazônico*. EdUFSCar. <https://doi.org/10.7476/9786586768435>
- Mere, G. (2013). Emil-Heinrich Snethlage (1897–1939): nota biográfica, expedições e legado de uma carreira interrompida. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 8(3), 773–804. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222013000300017>
- Mezacasa, R. (2021). *Por histórias indígenas: o povo Makurap e o ocupar seringalista na Amazônia* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/226949>
- Mindlin, B. (1993). *Tuparís e Tarupás: narrativas dos índios Tuparís de Rondônia*. Editora Brasiliense.
- Mindlin, B., & narradores indígenas. (1998 [1997]). *Moqueca de maridos: mitos eróticos*. Editora Rosa dos Tempos.
- Mindlin, B., & narradores indígenas. (1999). *Terra grávida*. Editora Rosa dos Tempos.
- Nettle, D., & Romaine, S. (2000). *Vanishing voices: the extinction of the world's languages*. Oxford University Press.
- Nordenskiöld, E. (1915). *Forskningar och Äventyr i Sydamerika*. Albert Bonniers Förlag (Tradução espanhola de 2001: *Exploraciones y aventuras en Sudamérica*. APCOB).
- Pérez Báez, G., Rogers, C., & Rosés Labrada, J. E. (Orgs.). (2016). *Language documentation and revitalization in Latin American contexts*. Gruyter Mouton.
- Ramirez, H., Vegini, V., & França, M. C. V. (2017). O warázu do Guaporé (tupi-guarani): primeira descrição linguística. *LIAMES: Línguas Indígenas Americanas*, 17(2), 411–506. <https://doi.org/10.20396/liames.v17i0.8647468>

- Ribeiro, E. R., & Nicolai, R. (Orgs.). (s. d.). *Biblioteca Digital Curt Nimuendajú: Línguas e culturas indígenas sul-americanas*. <http://www.etnolinguistica.org/>
- Ribeiro, E. R., & van der Voort, H. (2010). Nimuendajú was right: the inclusion of the Jabuti language family in the Macro-Jê stock. *International Journal of American Linguistics*, 76(4), 517-583. <https://doi.org/10.1086/658056>
- Ricardo, F. P. (Org.). (s. d.). *Enciclopédia dos povos indígenas no Brasil*. Instituto Socioambiental. <https://pib.socioambiental.org>
- Snethlage, E. H. (1937). *Atiko Y. Meine Erlebnisse bei den Indianern des Guaporé*. Klinkhardt & Biermann. <http://www.etnolinguistica.org/biblio:snethlage-1937>
- Snethlage, E. H. (2016). *Die Guaporé Expedition (1933-1935): ein Forschungstagebuch* (R. Snethlage, A.-M. Snethlage, & G. Mere, orgs.). Böhlau Verlag.
- Snethlage, E. H. (2021a). *A expedição do Guaporé (1933-1935)* (Vol. 1: Cadernos de campo, G. Mere, R. Snethlage, A.-M. Snethlage, orgs.). Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Snethlage, E. H. (2021b). *A expedição do Guaporé (1933-1935)* (Vol. 2: Publicações e acervo, G. Mere, R. Snethlage, A.-M. Snethlage, orgs.). Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Snethlage, R. M. (2002). Leben, Expeditionen, Sammlungen und unveröffentlichte wissenschaftliche Tagebücher von Dr. Emil Heinrich Snethlage. / Life, expeditions, collections and unpublished field notes of Dr. Emil Heinrich Snethlage. In M. Crevels, S. van de Kerke, S. Meira, & H. van der Voort (Orgs.), *Current studies on South American languages* (pp. 75-102). Research School of Asian, African, and Amerindian Studies (CNWS). <http://www.etnolinguistica.org/illa:vol3n20>
- Soares-Pinto, N. (2014). *Entre as teias do marico: parentes e pajés djeoromitxi* [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório UnB. <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/18030>
- Soares-Pinto, N. (2022). Mulheres-onça: mitologia, gênero e antropofagia no Complexo do Marico. *Revista de Antropologia*, 65(1), e192785. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.192785>
- Soares-Pinto, N. (2023). A catástrofe da sobrenatureza: a relação entre morte e terra no Complexo do Marico. *Mana*, 29(1), e2023007. <https://doi.org/10.1590/1678-49442023v29n1e2023007.pt>
- van der Voort, H. (2023). Two multilingual regions in Southwestern Amazonia. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, 19(2), 243-271. <https://doi.org/10.70845/2572-3626.1358>
- Villa, A. (2022). Fazer-se notar, fazer-nos afastar: um percurso etno-histórico sobre os indígenas em isolamento na Terra Indígena Massaco. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 14(1), 153-195. <https://doi.org/10.26512/rbla.v14i1.44513>

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Os autores declararam participação ativa durante todas as etapas de elaboração do manuscrito.

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AValiação POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.

A representação dos Potiguara na Assembleia de Tapesserica (1645): estudo e tradução de um escrito indígena das Guerras do Açúcar

The Remonstrance of the Potiguara in the Tapesserica Assembly (1645): study and translation of an indigenous written document from the time of the Sugar Wars

Bruno Romero Ferreira Miranda 

Universidade Federal Rural de Pernambuco. Pernambuco, Recife, Brasil

Resumo: No final do mês de março de 1645, um grande grupo de indígenas Potiguara, ou brasileiros – como os neerlandeses se referiam aos indígenas aldeados da costa do Brasil e falantes do tupi –, se reuniu em assembleia no aldeamento de Tapesserica, Itamaracá. O objetivo dessa assembleia era múltiplo, incluindo o estabelecimento de câmaras indígenas e o debate sobre a lei de liberdade dos índios. A assembleia deliberativa resultou em um documento, uma representação, que foi entregue pessoalmente pelos Potiguara ao governo neerlandês, no Recife. O presente artigo tem por objetivo apresentar uma nova tradução da representação dos Potiguara, bem como analisar a reunião que resultou em um dos primeiros registros de assembleia indígena realizada no Brasil. Adicionalmente, serão exploradas as razões para sua organização e contextualizadas as relações indígenas-neerlandesas nas chamadas Guerras do Açúcar (1624-1654).

Palavras-chave: Assembleia indígena. Potiguara. Agência indígena. Escrita indígena. Brasil-holandês. Guerras do Açúcar.

Abstract: In late March 1645, an impressive number of Potiguara, or Brazilians – as the Dutch called the Tupi-speaking natives of coastal Brazil –, gathered in the mission village of Tapesserica on Itamaracá. The assembly served multiple purposes, including the establishment of indigenous chambers (câmaras) and discussions regarding the law of native freedom. The deliberations culminated in a document known as the remonstrance, which the Potiguara personally delivered to the Dutch government in Recife. This article presents a new translation of the Brazilians' remonstrance and offers an analysis of the Potiguara Assembly, recognized as one of the earliest recorded indigenous assemblies in Brazil. It explores the motivations behind its convening and examines its role in shaping indigenous-Dutch relations during the Sugar Wars (1624-1654).

Keywords: Indigenous assembly. Potiguara. Native agency. Indigenous writing. Dutch-Brazil. Sugar Wars.

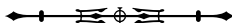
Miranda, B. R. F. (2025). A representação dos Potiguara na Assembleia de Tapesserica (1645): estudo e tradução de um escrito indígena das Guerras do Açúcar. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 20(1), e20240024. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0024.

Autor para correspondência: Bruno Romero Ferreira Miranda. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n. Recife, PE, Brasil. CEP 52171-900 (bruno.rfmiranda@ufrpe.br).

Recebido em 12/04/2024

Aprovado em 07/11/2024

Responsabilidade editorial: Hein van der Voort



INTRODUÇÃO

Em fins de março de 1645, em torno de 140 indígenas Potiguara provenientes de aldeias e aldeamentos de Rio Grande, Paraíba, Itamaracá e Pernambuco reuniram-se em uma grande assembleia na aldeia Tapesserica. Localizada na Capitania de Itamaracá, alguns quilômetros costa adentro, Tapesserica ficava próxima de um afluente do rio Tracunhaém, denominado Guacai, hoje designado de Acaú. O motivo de tal encontro dava-se pela necessidade de escolher representantes Potiguara para lidar com a administração da Companhia das Índias Ocidentais. Forjada no princípio da década de 1630, a aliança entre esses indígenas e os neerlandeses estava ameaçada por problemas que precisavam ser resolvidos de maneira a se evitar a dissolução dos acordos entre as partes e refrear a debandada e rebelião dos aliados nativos, que, insatisfeitos com a Companhia e atentos às movimentações dos portugueses – os quais preparavam uma insurreição –, partiam para os sertões e se levantavam contra os neerlandeses, como será visto adiante.

A assembleia e os debates nela ocorridos resultaram em um texto coletivo transcrito por um escrivão indígena de nome Clemente da Silva¹. Essa representação continha resoluções formuladas e tomadas pelos indígenas presentes em Tapesserica e entregue aos membros do governo da Companhia no Recife, que posteriormente examinaram e deliberaram sobre as decisões dos Potiguara (Figura 1). O documento original com a representação não foi encontrado e não se sabe em qual idioma foi redigido. Restou, todavia, uma transcrição neerlandesa dessa representação que foi reproduzida em uma ata do governo neerlandês do Brasil. O escrito contém uma extensa lista de participantes do grande encontro, suas representações, na margem direita

do manuscrito, e as respostas da Companhia das Índias Ocidentais, na margem esquerda, para os pedidos feitos pelos indígenas que tomaram parte na assembleia².

Além de apresentar uma nova tradução da representação dos Potiguara, este artigo tem por objetivo analisar e contextualizar a assembleia que resultou nesse conjunto de representações, que, além de constituir um raro registro escrito dos indígenas da costa do Brasil, trouxe deliberações tomadas pelas lideranças de várias aldeias e

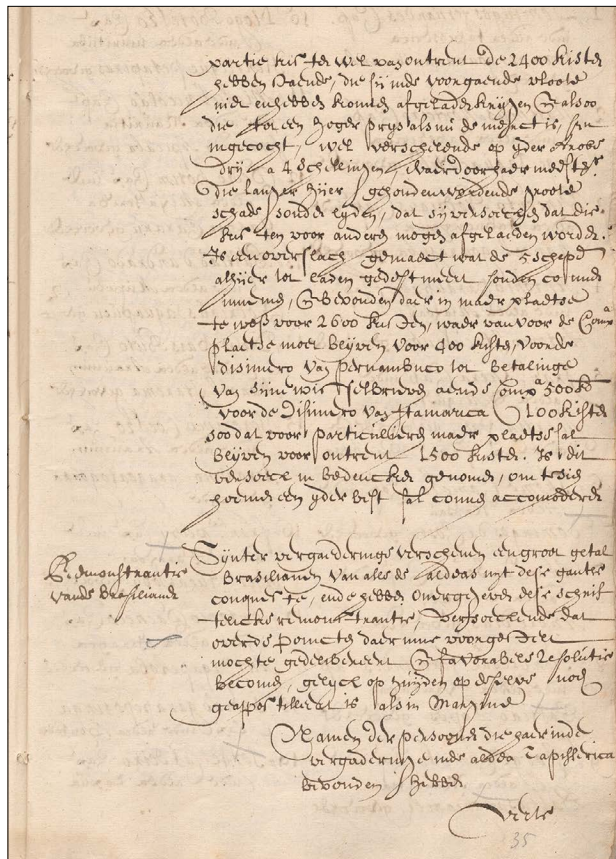


Figura 1. A representação dos brasileiros. Fonte: Ata Diária do Alto e Secreto Conselho do Brasil (11 abr. 1645a, folio 35, imagem 1209).

¹ No original, Clement da Sijlva. Vários nomes registrados nesse documento são nomes portugueses ou híbridos de português e tupi. Podem ser encontrados ainda alguns poucos primeiros nomes híbridos de neerlandês e tupi. Esses são indicativos da passagem desses nativos por aldeamentos administrados por religiosos católicos e calvinistas, seu batismo e do próprio processo de metamorfose pelo qual passavam esses indígenas que viviam entre os mundos cristão e indígena.

² O manuscrito contendo os registros da Assembleia de Tapesserica pode ser encontrado em uma Ata Diária do Alto e Secreto Conselho do Brasil, depositada no Arquivo da Velha Companhia das Índias Ocidentais: Ata Diária do Alto e Secreto Conselho do Brasil (11 abr. 1645a).

aldeamentos vinculados ao governo neerlandês no Brasil. O texto é uma peça importante para o entendimento das Guerras do Açúcar (1624-1654). Constitui um dos capítulos mais instigantes das relações entre indígenas, portugueses, espanhóis e neerlandeses no século XVII, bem como a busca dos primeiros por autonomia e sobrevivência em tempos de conflito. Não é um documento de todo desconhecido. Foi referenciado várias vezes por quem se dedicou a estudar o período e as relações de indígenas com os neerlandeses (Elias, 2002, pp. 243-251, 2005, pp. 99-100; J. Mello, 2001, p. 220; Meuwese, 2003, pp. 180-182, 2012, pp. 170-171; L. Navarro, 2019, pp. 183-187; Schalkwijk, 2004, pp. 248-249; van den Tol, 2020, pp. 168-170)³. Contudo, nenhuma análise mais detida foi feita sobre o manuscrito, que sequer foi visto como um escrito efetivamente produzido pelos indígenas, numa negação explícita de sua agência⁴.

OS NEERLANDESES NO BRASIL (1624-1654)

Entre os anos de 1624 e 1654, os neerlandeses, por intermédio da Companhia das Índias Ocidentais, ocuparam largas porções territoriais no nordeste do Brasil. Essa companhia de comércio foi criada em 1621, durante as lutas de independência dos neerlandeses contra os espanhóis no que ficou conhecido por Guerra dos Oitenta Anos ou Revolta Neerlandesa (1568-1648). Como efeito colateral desse conflito, os neerlandeses estenderam essa contenda para fora da Europa e direcionaram esforços para enfraquecer a economia ultramarina que sustentava o império espanhol. Com esse propósito, neerlandeses buscaram abrir os portos coloniais espanhóis e portugueses para seu comércio, o que não podia ser feito de maneira

pacífica. A princípio, eles estavam interessados em mercadorias como açúcar, pau-brasil e tabaco. Eram produtos que eles acessaram em período anterior ao levante contra os espanhóis por intermédio de redes de comércio que conectavam o Brasil aos Países Baixos, via Portugal (Boxer, 1965, pp. 21-25; Ebert, 2008, pp. 23-38; E. Mello, 2010, pp. 11-14; Miranda, 2020, pp. 192-193; Santos Pérez, 2016, pp. 149-154).

Integrado ao império espanhol em decorrência da crise de sucessão dinástica portuguesa (1580-1583), o Brasil tornou-se o alvo prioritário da ofensiva militar neerlandesa. Os embargos espanhóis ao comércio entre Brasil, Portugal e Países Baixos justificariam, para os neerlandeses, as operações de guerra organizadas a partir da criação da Companhia das Índias Ocidentais, seu principal instrumento de avanço em territórios luso-espanhóis na América e costa ocidental africana. O primeiro ataque dessa Companhia foi direcionado para a capital colonial do Brasil, Salvador, em 1624. Todavia, foi uma experiência efêmera. Expulsos em 1625, os neerlandeses passaram a se dedicar a atividades corsárias no Atlântico e no Caribe (Boxer, 1965, p. 21, 2004, pp. 32-38; Israel, 2002, pp. 58-60; Santos Pérez, 2016, pp. 149-154).

Ainda em 1625 e antes da rendição da Companhia em Salvador, uma frota sob o comando de Boudewijn Hendrikszoon deixou os Países Baixos com a intenção de levar reforços para o Brasil. Chegaram tarde demais para executar seu desígnio prioritário, o que os levou a dividir a frota e encaminhar objetivos atlânticos distintos. Uma parte foi para a costa ocidental africana, enquanto outra singrou para o Caribe com a intenção de capturar Porto Rico e criar uma posição permanente de ataque às

³ A primeira tradução dos registros da Assembleia de Tapessericca foi feita por Souto Maior (1910, pp. 61-77). Três anos depois, ele a republicou na obra intitulada "Fastos pernambucanos" (Souto Maior, 1913, pp. 160-172). Uma tradução parcial desse documento está disponível em Pereira da Costa (1952, pp. 195-200).

⁴ Ainda que não tenham detidamente analisado o manuscrito, alguns poucos pesquisadores reconheceram a participação direta dos indígenas na elaboração da representação – e não necessariamente a autoria do texto (Cf. Meuwese, 2003, pp. 180-182, 2012, pp. 170-171; L. Navarro, 2019, pp. 183-187; van den Tol, 2020, pp. 168-170). O uso do termo 'agente' ou 'agência', conforme sintetizou Monteiro (1995, pp. 226-227), é referência direta a uma "... ação consciente – *agency*, em inglês – dos povos nativos enquanto sujeitos da história, desenvolvendo estratégias políticas e moldando o próprio futuro diante dos desafios e das condições do contato e da dominação".

frotas da prata que deixavam regularmente os territórios coloniais espanhóis. Antes de chegar ao Caribe, contudo, as embarcações neerlandesas precisaram aportar para cuidar de seus feridos e fazer aguada. Tinham feito uma longa e infrutífera jornada para Salvador. A parada foi feita ao norte da Capitania da Paraíba. Foi na Paraíba que a trajetória dos neerlandeses se cruzou com os Potiguara (Boxer, 2004, pp. 37-44; Hulsman, 2005, p. 53; E. Mello, 2010, pp. 39-41).

ANTES DA CHEGADA DOS NEERLANDESES

Cabe fazer uma pequena digressão sobre a história dos povos indígenas dessa porção costeira do Brasil nas décadas anteriores às investidas neerlandesas. É de comum acordo na historiografia que os Potiguara receberam bem os primeiros portugueses que chegaram na região, estabeleceram boas relações com eles e logo forjaram alianças que ruíram posteriormente em decorrência da exploração e da escravização de indígenas, direcionados intensivamente para as lavouras de cana-de-açúcar e extração de pau-brasil. A reação às investidas de portugueses resultou em guerras na costa do Brasil que estorvaram a fixação europeia e estenderam-se até o princípio do século XVII, quando foram feitas robustas ações militares para submeter indígenas das áreas setentrionais à Capitania de Pernambuco. Na segunda metade do século XVI, os conflitos alastraram-se de Itamaracá a Paraíba, tamanha era a amplitude e dificuldade luso-espanhola para dobrar a resistência de indígenas desses territórios e expulsar também os últimos bolsões de franceses que continuamente mantinham relações com os nativos dessas áreas. Uma vez resolvida a querela, ou ao menos enfraquecida a posição desses indígenas e dos franceses, os Potiguara acabaram firmando acordos com os portugueses (Brito, 2020, pp. 54-112, 173-239; Gonçalves, 2004; Hemming, 2007, pp. 245-272; Meuwese, 2011, pp. 197-198, 2012, pp. 95-96).

O aldeamento colonial virou o destino de muitos dos Potiguara que aceitaram a rendição nas guerras de conquista. Beneditinos, franciscanos e jesuítas estabeleceram aldeamentos com o intuito de educar,

converter e preparar as populações indígenas da costa para o trabalho nas lavouras (Brito, 2020, pp. 226-237; Ferreira, 2022, pp. 86-94; Meuwese, 2012, p. 97). Nos aldeamentos, esses povos aprenderam sobre o funcionamento de instituições de europeus e suas vias de comunicação. A despeito da mediação dos religiosos nos aldeamentos coloniais, indígenas, principalmente as lideranças, encontraram formas de interagir com os poderes coloniais. Usaram sobremaneira uma importante ferramenta aprendida nos aldeamentos: a escrita. Escrever tornou-se parte da rotina de certos grupos e muitos dos principais tornaram-se mediadores de seus povos entre os não indígenas (Almeida, 2013, pp. 158-159; Almeida & Seijas, 2020, pp. 365-367; Barcelos & Neumann, 2022, pp. 49-62; Meuwese, 2003, p. 84, 2012, p. 135; Neumann, 2015, pp. 67-70). Esse é um importante aspecto que deverá ser retomado mais adiante, quando do debate sobre a Assembleia dos Potiguara em Tapesserica.

Contudo, nem todos os Potiguara restauraram ou mantiveram sua aliança com os portugueses. Muitos grupos encontraram refúgio no interior de terras da Paraíba e do Ceará (Brandão, 2010, p. 69; Brito, 2020, pp. 199-208; Ibáñez Bonillo, 2016, p. 157; Meuwese, 2012, p. 132). Outros povos indígenas firmaram aliança com franceses no Maranhão, no princípio do século XVII. De Pernambuco e do Rio Grande partiram forças para atacar a posição francesa ao norte do Brasil. Dessa tropa, deve-se destacar a participação de um grande contingente de Potiguara aliados dos portugueses, o que mostra como eles ficaram divididos entre si e forjaram alianças com portugueses e franceses. As guerras coloniais e as disputas de europeus misturavam-se com os conflitos internos dos povos indígenas da região que preexistiam à colonização (Cardoso, 2012, pp. 127-170; Brito, 2020, pp. 54-112; Ibáñez Bonillo, 2016, pp. 182-187; Hemming, 2007, pp. 245-272; Moreno, 2011).

Esse vai e vem nas alianças foi documentado pelos europeus e preexistiu em relação à chegada deles. Grupos da costa, como os Potiguara, fragmentavam-se com certa constância e faziam guerra entre si. Organizados em

torno de aldeias autônomas, os Potiguara podiam manter relações pacíficas ou belicosas com outros Potiguara (Fausto, 1992, pp. 383-385; Hemming, 2007, pp. 245-272, 731; Monteiro, 2008, p. 978; Moonen, 2008, p. 3; Prous, 1991, p. 415)⁵. Residentes de aldeias distintas poderiam forjar alianças contra inimigos comuns para a defesa de um território ou simplesmente romper relações quando discordassem. Às vezes, esses rompimentos resultavam em confrontos e sectarismos. As aldeias da costa do Brasil não constituíam centro político para povos de um mesmo grupo. O poder era fragmentado e uma mesma aldeia poderia ter mais de uma liderança, que também podia levar a divisões em caso de desavença. Esse era um padrão sociopolítico de vários povos da costa falantes do Tupi. Eles podiam, contudo, colocar suas diferenças de lado para atuar em conjunto quando partilhavam de objetivos comuns (Fausto, 1992, pp. 383-384, 2010, pp. 75-78; F. Fernandes, 1963, pp. 320-327; Melatti, 2014, p. 155; Monteiro, 2008, pp. 982-986; Prous, 1991, pp. 415-416).

Uma liderança ou os líderes de uma aldeia podiam ter mais prestígio do que outros, mas nenhum deles detinha poder irrestrito. Decisões continuavam a ser tomadas pelo coletivo. As lideranças nas aldeias eram tipicamente concentradas nos mais velhos, experientes guerreiros e oradores habilidosos. Em tempos de guerra, as lideranças das aldeias podiam organizar conselhos de guerra na aldeia que incluíam membros de aldeias aliadas, de maneira a coordenar estratégias e ações futuras. Algumas lideranças poderiam se sobressair em tempos de guerra, assumindo posições de poder que não eram usuais em tempos de paz. Era um poder transitório e que se fosse mantido poderia resultar em divisões e no surgimento de novas aldeias. Lideranças tupi – e por extensão, potiguara

– costumavam levar aldeias a novas divisões quando havia discordância (Clastres, 2013, pp. 212-231; Fausto, 1992, pp. 389-390; F. Fernandes, 1963, pp. 320-327; Monteiro, 2008, pp. 982-986; Perrone-Moisés, 2011, pp. 857-883; Perrone-Moisés & Sztutman, 2010, pp. 406-409)⁶.

Povos como os Caeté e Tabajara, conhecidos por suas interações com os Potiguara, e que viviam na costa de Pernambuco a Sergipe, também poderiam forjar alianças amplas e organizar assembleias e conselhos de guerra. Sabe-se muito pouco sobre esses eventos pela falta de fontes. Por outro lado, muito do que se sabe é uma informação com certa tendência a enfatizar guerra e fragmentação entre os povos indígenas, sem levar em consideração que a chegada dos europeus foi um importante fator de interferência nas relações entre indígenas⁷.

Alguns pesquisadores propõem que essas guerras e alianças constituíam elementos centrais da reprodução dessas sociedades. Contudo, as relações entre povos indígenas antes da chegada dos europeus não devem ser reduzidas somente ao prisma do conflito. No decorrer dos séculos XVI e XVII, e posteriormente, as relações poderiam manter-se tensas sobretudo quando exacerbadas pela colonização. É necessário sempre analisar cada contexto e a capacidade de cada povo em negociar, bem como averiguar o equilíbrio de poder existente e como isso iria interferir em cada região e grupos nela residentes (Fausto, 1992, pp. 383-384, 2010, pp. 75-78; F. Fernandes, 1963, pp. 320-327; Melatti, 2014, p. 155; Monteiro, 2008, pp. 982-986; Prous, 1991, pp. 415-416)⁸.

A presença europeia teve impacto suficiente para alterar as organizações políticas das populações indígenas e, depois de algumas décadas de interação, algumas lideranças passaram a adquirir ou tentaram obter mais poder do que

⁵ Para fontes europeias sobre os Potiguara, que basearam as análises de parte dos pesquisadores, cf. Brandão (2010, pp. 69, 75), Knivet (1906, pp. 246-248), Anônimo (2010), Salvador (2010) e Sousa (2000, pp. 16-19).

⁶ Para uma visão crítica dos Tupi enquanto sociedades fraturadas, cf. Agnolin (2022) e Fujimoto (2016).

⁷ A interpretação sobre as causas e funções da guerra entre os povos Tupi (Tupinambá) mais conhecida foi feita por F. Fernandes (2006), que se baseou sobremaneira em relatos europeus do século XVI. Para uma nova perspectiva da guerra entre os povos Tupi, cf. Fujimoto (2016) e Monteiro (2008, pp. 986-989).

⁸ Para o conceito de equilíbrio de poder entre indígenas e não indígenas e sobre como isso afetava as relações entre eles, cf. Zandt (2008).

o usual mediante acordos que os beneficiavam diretamente (Almeida, 2013, pp. 181-191; Monteiro, 2008, pp. 973-1023)⁹. Todavia, a manutenção das fraturas e divisões comuns a períodos antecedentes à chegada de colonos europeus mostra o peso da cultura política desses povos.

A ALIANÇA INDÍGENA-NEERLANDESA

Os Potiguara viram a chegada dos neerlandeses na costa da Paraíba em 1625 como uma oportunidade de desafiar a hegemonia luso-espanhola na costa, com quem travavam longa guerra desde o século anterior. Eles auxiliaram os neerlandeses que desembarcaram e os conduziram a ataques e pilhagem de colonos da região. Mas, ao contrário das expectativas dos Potiguara de algo mais duradouro, a gente da Companhia das Índias Ocidentais não estava ali para ficar e tinha ordens para cumprir outros objetivos. Os neerlandeses levantaram âncoras e singraram para o Caribe. Um planejamento de alianças futuras ou o receio de represálias fez com que alguns Potiguara se juntassem a eles. Um grupo de aproximadamente quinze indígenas embarcou na frota neerlandesa rumo ao Caribe, possivelmente atuando nas operações militares da Companhia em Porto Rico e de lá seguiu para os Países Baixos. Alguns deles foram referidos em fontes neerlandesas: André Francisco, Antônio Francisco, Antônio Paraupaba, Gaspar Paraupaba, Luís Gaspar e Pieter Poty (Gerritsz, 1628, p. 68; Hulsman, 2005, pp. 53-54; Laet, 1912, pp. 95-97; J. Mello, 2001, pp. 207-209; Meuwese, 2003, pp. 83-84, 2012, pp. 133-136; Teensma, 2009, p. 68).

Parte desses Potiguara retornou ao Brasil em 1631, um ano depois dos neerlandeses terem conquistado a capital da Capitania de Pernambuco, Olinda, e seu porto, o Recife, na segunda, e mais duradoura, tentativa da Companhia das Índias Ocidentais de ocupar espaços luso-espanhóis. Esses indígenas atuaram como guias, intérpretes e mediadores, negociando e atraindo indígenas

para alianças com a Companhia (Boogaart, 1979, p. 523; J. Mello, 2001, p. 209; Meuwese, 2012, pp. 142-143).

Para expandir sua incipiente colônia e ganhar acesso ao interior, os neerlandeses tentaram dominar posições ao norte da Capitania de Pernambuco. Construíram inicialmente uma fortificação em Itamaracá para servir de ponta de lança para investidas na zona açucareira de Goiana e para o apoio de operações direcionadas para as capitanias da Paraíba e do Rio Grande. Contaram, já em 1631, com a ação de figuras como Antônio Paraupaba, que mediou negociações da Companhia com outros povos indígenas dessas capitanias do norte, a exemplo dos Tarairiú.

Inicialmente, houve relutância dos grupos indígenas não alinhados – ou frouxamente coligados – aos portugueses em forjar uma aliança com os neerlandeses. Estavam muito frescas na memória dos Potiguara a dura repressão dos portugueses pelo auxílio prestado à frota de Boudewijn Hendrikszoon e os ataques aos colonos da Paraíba, em 1625 (Meuwese, 2003, pp. 83-84, 2012, pp. 140-141). É dedutível que outros grupos souberam dos acontecimentos e mantiveram certa distância. Também era necessário averiguar a capacidade dos neerlandeses em se expandir e, principalmente, se manter no território. Esses indígenas faziam, portanto, uma leitura política da luta entre europeus para poder fazer alianças. A hesitação também se devia à atuação de lideranças indígenas aliadas aos portugueses, bem como à ação missionária. O avanço neerlandês, sem contar com essas forças locais, era lento.

A despeito da insegurança inicial dos indígenas em se aliar com os neerlandeses, foi com a ajuda dos aliados Potiguara e dos Tarairiú que a Companhia conseguiu, depois de algum tempo, mover-se com mais segurança pelo território das Capitanias do Norte. Povos da Paraíba, Itamaracá e Pernambuco fizeram acordos com os neerlandeses e atuaram junto com as tropas da Companhia, exercendo importante papel militar contra as forças

⁹ Para a transformação sociopolítica dos Potiguara e dos Tabajara ao longo dos séculos XVII e XVIII, cf. Raminelli (2011, pp. 47-67) e Vieira (2011, pp. 69-90).

luso-espanholas e seus aliados indígenas. A importância de Antônio Paraupaba cresceu junto com o avanço neerlandês na colônia. De intérprete e mediador, ele ascendeu a uma posição de maior proeminência e se tornou um dos principais agentes indígenas da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, junto com outro Potiguara, Pieter Poty (Bel & Françoze, 2023, pp. 10-12; J. Mello, 2001, pp. 212-214; Meuwese, 2003, pp. 13, 69, 2012, pp. 141-156).

O envolvimento dos indígenas nos projetos de portugueses, espanhóis e neerlandeses mostrou-se essencial para o sucesso da empresa colonial. Os indígenas buscavam fazer acordos que enxergavam como mais vantajosos para seus povos. Quando possível, eles escolhiam e negociavam de acordo com suas agendas. Isso levou a muitos confrontos entre indígenas e as autoridades coloniais. No caso específico das alianças forjadas entre os Potiguara e os neerlandeses, Paraupaba, Poty e outras lideranças indicaram, através de suas ações, que tinham planos distintos que não se alinhavam com os anseios dos neerlandeses. Conflitos emergiram e os acordos entre indígenas e neerlandeses precisaram ser reforçados e reiterados (Bel & Françoze, 2023, p. 14; Guzmán & Hulsman, 2016, p. 14; Krommen, 1997, pp. 61-65; J. Mello, 2001, pp. 216-220; Meuwese, 2012, pp. 163-172; Pompa, 2003, pp. 209-210; Raminelli, 2015, pp. 145-149).

A ASSEMBLEIA DE TAPESSERICA

A assembleia organizada pelos Potiguara em Tapesserica no ano de 1645 teve por origem as demandas por autonomia governativa, por melhoria de suas condições e pelo desejo dos neerlandeses em pacificar seus aliados nativos. A aliança entre os Potiguara e os neerlandeses não ficou livre de problemas e teve vários momentos de tensão e conflito ao longo dos anos. Uma vez solidificados os primeiros acordos com as populações indígenas, os neerlandeses não tardaram em promover a catequese, reunindo parte dos Potiguara e outros povos em aldeamentos controlados por predicantes calvinistas e comandantes europeus. Contaram, é claro, com a participação ativa de lideranças

indígenas, sem os quais nada seria possível. Entre os aliados indígenas da Companhia, alguns gozavam de ampla autonomia e não tinham em suas aldeias predicantes e comandantes, a exemplo dos Tarairiú. Parte dos Potiguara manteve alguma autonomia e pôde contar com lideranças para mediar com a Companhia. Esses líderes, ou principais, precisavam, como de costume entre os povos da costa, conciliar desejos e fazer negociações internas para manter sua aliança com os neerlandeses. Indígenas de aldeias e aldeamentos foram continuamente mobilizados para as guerras da Companhia contra portugueses e espanhóis, com algumas exceções (J. Mello, 2001, pp. 216-236; Meuwese, 2003, pp. 227-231; Schalkwijk, 2004, pp. 207-227; Vainfas, 2009, pp. 150-161).

Muitos casos de maus-tratos surgiram no decorrer da relação entre comandantes europeus designados pela Companhia e os indígenas que viviam em aldeamentos. Transformados em mão de obra disponível para a gente da Companhia, muitos foram explorados e abusados. Escravização também entra na lista de queixas de indígenas contra os europeus, incidindo particularmente em áreas remotas do Brasil sob jurisdição da Companhia, mas longe dos olhos da administração colonial. As guerras contínuas no Brasil, e mesmo na África Ocidental, e a participação dos indígenas nelas se tornaram um grande fardo para os indígenas. Alguns começaram a fugir para os sertões. Mortes decorrentes de epidemias contribuíram igualmente para o estremecimento das relações entre indígenas e neerlandeses, causando queda populacional em aldeias e aldeamentos. Alguns povos tomaram ações de ruptura, revoltando-se e matando soldados das guarnições da Companhia no Ceará e no Maranhão (Guzmán & Hulsman, 2016, p. 14; Krommen, 1997, pp. 61-65; J. Mello, 2001, pp. 216-220; Meuwese, 2012, pp. 163-166).

Ciente da escalada de tensões com o governo neerlandês local, lideranças indígenas, a exemplo de Paraupaba, passaram a planejar uma intermediação e negociação direta com a Companhia das Índias Ocidentais nos Países Baixos. Os neerlandeses no Brasil, por sua

vez, autorizaram que esses indígenas viajassem para os Países Baixos. Em novembro de 1644, eles reuniram-se com os diretores da Companhia – os Senhores XIX – e receberam garantias de seu direito à liberdade e autogoverno, ainda que sob tutela neerlandesa. Não era a primeira vez, todavia, que as lideranças indígenas de vários grupos discutiam suas alianças com os neerlandeses. Há pelo menos dois registros prévios de ações semelhantes. O reforço das alianças e dos compromissos eram usualmente o principal desígnio de tais encontros. Havia também uma nítida movimentação política dos Potiguara, sobretudo de lideranças como Antônio Paraupaba, Pieter Poty e Domingos Fernandes Carapeba, para angariar mais autonomia política em relação ao governo neerlandês. Esse foi o contexto precedente da assembleia organizada em Tapesserica (J. Mello, 2001, pp. 218-220; Meuwese, 2003, pp. 171-183, 199, 203, 214-216, 2012, pp. 166-172).

Depois da realização da assembleia, os Potiguara entregaram aos membros do governo neerlandês no Recife, no dia 11 de abril de 1645, uma representação escrita com as demandas debatidas em Tapesserica. Em termos gerais, parte substancial das declarações girou em torno da necessidade de os neerlandeses respeitarem a lei de liberdade dos indígenas, emancipando, portanto, indígenas mantidos como escravos. Note-se que posteriormente Antônio Paraupaba pediu uma intervenção do governo neerlandês não apenas para os Potiguara, mas também em benefício de outros povos da costa – brasileiros, diga-se falantes do tupi e aldeados – e do sertão – povos Tapuia (J. Mello, 2001, pp. 211, 216-217; Meuwese, 2003, pp. 193; Ata Diária do Alto e Secreto Conselho do Brasil, 3 jul. 1645). Tal pedido indicia a existência de uma articulação entre os indígenas do Brasil na elaboração de políticas para o bem comum. Os Potiguara também pediram autorização para realizar a fusão de aldeias e aldeamentos de Rio Grande, Paraíba, Itamaracá e Pernambuco. Demandaram mais predicantes e mestres-escolas para os aldeamentos. A princípio, buscavam impulsionar a causa protestante entre os indígenas. Por fim, eles votaram e estabeleceram um

sistema de autogoverno composto por três câmaras nativas em Itamaracá/Goiana, tendo a aldeia Tapesserica como sede, na Paraíba, com a aldeia Mauritia enquanto sede, e no Rio Grande, designando a aldeia Orange como sede. Cada sede teria jurisdição sobre outras aldeias e aldeamentos de suas respectivas capitânicas (Figura 2; Ata Diária do Alto e Secreto Conselho do Brasil, 11 abr. 1645b).

Adicionalmente, os indígenas solicitaram a aprovação e o endosso dos principais – ou regedores – escolhidos por eles durante a assembleia. Foram apontados os nomes de Domingos Fernandes Carapeba, como regedor da câmara de Goiana, Pieter Poty, enquanto regedor da câmara da Paraíba, e Antônio Paraupaba, como regedor da câmara do Rio Grande (Figura 3). Os indígenas também selecionaram escabinos – vereadores – para atuarem nessas câmaras. Assim como no

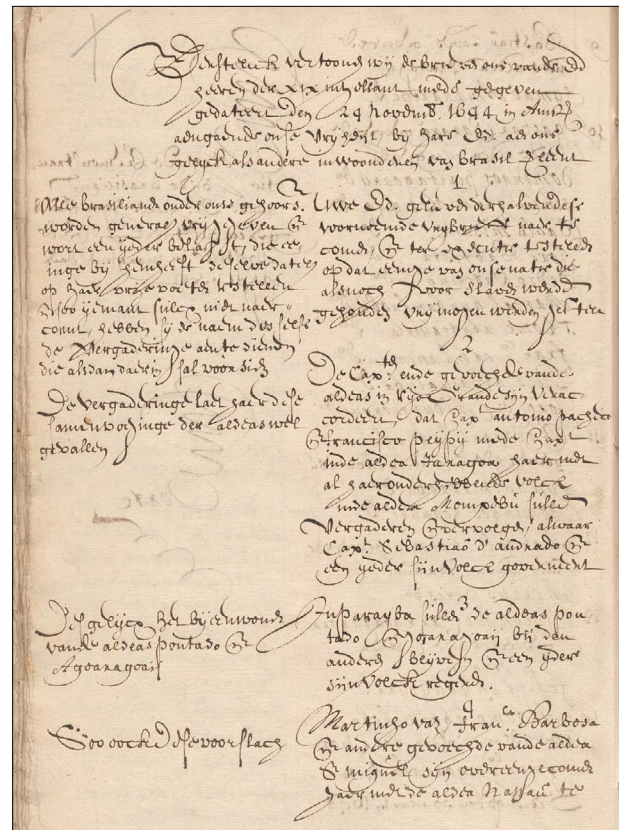


Figura 2. A representação dos brasileiros: representações 1, 2, 3 e 4. Fonte: Ata Diária do Alto e Secreto Conselho do Brasil (11 abr. 1645b, fólio 40, imagem 1214).

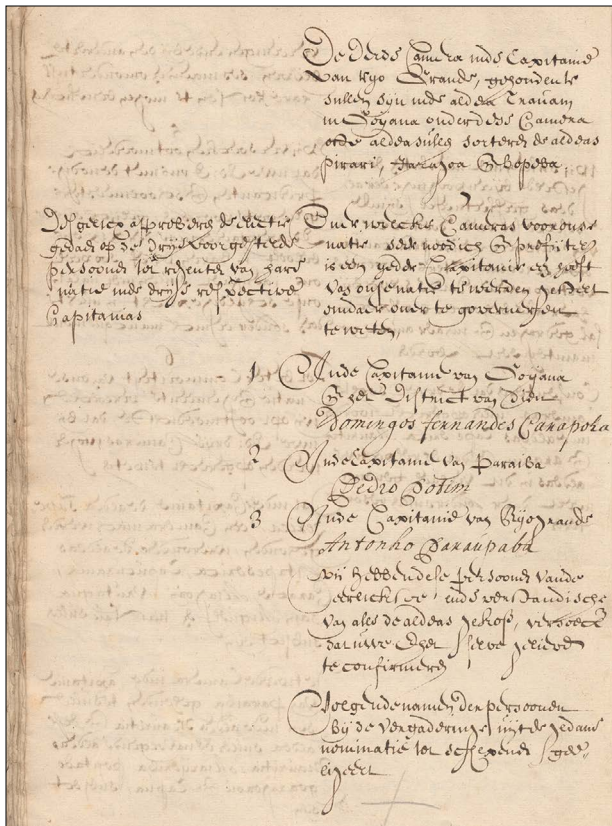


Figura 3. A representação dos brasileiros: regedores escolhidos.
Fonte: Ata Diária do Alto e Secreto Conselho do Brasil (11 abr. 1645b, fólio 42, imagem 1216).

caso dos regedores, especificaram o nome de cada escabino selecionado para as câmaras indígenas e pediram ao governo neerlandês a confirmação de sua decisão (Ata Diária do Alto e Secreto Conselho do Brasil, 11 abr. 1645c).

Faz-se necessário tecer algumas ponderações adicionais sobre essas representações. Sobre a necessidade de respeitar a liberdade dos índios, cabe dizer que os neerlandeses regulamentaram uma lei para a liberdade dos indígenas em 1624 (“Concept van Regieringe...”, 1624; Meuwese, 2012, p. 130)¹⁰. Contudo, como os Potiguaras destacaram em seu texto de 1645, os colonos a desrespeitavam, o que trouxe descontentamento e rebelião entre os indígenas. Podem ser encontradas

nos registros do governo neerlandês no Brasil diversas referências a escravização de indígenas, bem como queixas contra administradores europeus dos aldeamentos coloniais pela exploração do trabalho e tratamento brutal dispensado aos aldeados. Em áreas distantes da sede da administração colonial, como o Ceará e o Maranhão, a escravização dos indígenas foi praticada amplamente, sendo inclusive liberada momentaneamente, haja vista a dificuldade de acessar escravizados de África. A própria Companhia comercializou indígenas entre os anos de 1641 e 1643, até que os desgastes com os aliados indígenas e as rebeliões de escravizados levaram a uma proibição formal do cativo e da comercialização de indígenas em abril de 1643 (“Concept van Regieringe...”, 1624; J. Mello, 2001, pp. 216-220; Meuwese, 2003, pp. 192-194). A despeito da formalização da proibição, a prática foi mantida, haja vista a representação produzida pelos Potiguara em Tapesserica e as queixas feitas por Antônio Paraupaba pouco tempo depois da assembleia, em julho de 1645. Já a fusão de aldeias e aldeamentos possivelmente estava atrelada ao severo despovoamento em decorrência de guerras e doenças que assolaram os indígenas na década de 1640.

Quanto às demandas por pastores e mestres-escola nas aldeias e aldeamentos, pode ter sido um pedido para facilitar o atendimento das outras demandas, cedendo mais espaço para os neerlandeses e lhes dando a percepção de que estavam controlando os indígenas. Pode ainda ser interpretado como um caminho encontrado pelas lideranças para conseguir mais comprometimento dos neerlandeses. Embora especulativa, essa interpretação tem por esteio a contínua movimentação política dos principais indígenas documentada ao longo dos anos em que se relacionaram com os neerlandeses.

Sobre o sistema de governança estabelecido pelos Potiguara, não parecia diferir daqueles dos Países Baixos e do Reino de Portugal, onde existiam sistemas de representação provincial e de câmaras com conselhos

¹⁰ Uma tradução desse regulamento pode ser encontrada em “Regimento do governo das praças...” (1886).

e magistrados. A própria Companhia implantaria nos territórios conquistados uma estrutura com câmaras de escabinos/vereadores que acomodava portugueses e neerlandeses (Luciani, 2012; Neme, 1971). Os Potiguara demandavam, portanto, um sistema de governo similar, com magistrados e juizes indígenas. Queriam eleger também regedores entre suas principais lideranças¹¹. Ao contrário do sistema usado pela Companhia nas capitânias que ocupavam, apenas indígenas tinham assento nessas câmaras, o que demonstra o poder de negociação que os Potiguara possuíam. Uma razão para isso pode estar atrelada à dependência cada vez maior da Companhia às tropas indígenas, que atuavam sobretudo na defesa do interior do território e como parte central do exército flutuante, auxiliar da infantaria branca. Logo após a saída do antigo governador Johan Maurits van Nassau-Siegen, em meados de 1644, foram reduzidas as guarnições da Companhia no Brasil, decisão motivada por sérios problemas financeiros. Por outro lado, não devem ser postos de lado as referidas dificuldades que a administração neerlandesa no Brasil enfrentava com seus aliados indígenas (J. Mello, 2001, p. 220; Meuweise, 2012, pp. 170-172; Miranda, 2014, pp. 29, 50; Ata Diária do Alto e Secreto Conselho do Brasil, 11 abr. 1645c). Nesse sentido, no dia da entrega da representação, 11 de abril de 1645, os membros do governo do Brasil confirmaram todos os pedidos e resoluções dos Potiguara, e o fizeram aparentemente sem nenhum questionamento amplo.

No dia seguinte à entrega da representação dos Potiguara, 12 de abril de 1645, Carapeba, Paraupaba e Poty foram confirmados como regedores das câmaras indígenas e fizeram juramento de fidelidade à Companhia. Carapeba recebeu ainda do Alto e Secreto Conselho uma carta de privilégio, tornando-se portador do compromisso dos

diretores da Companhia para com os indígenas do Brasil. Os regedores foram aprovisionados para a viagem de volta para suas aldeias. Foram presenteados também com linho. Cada um dos capitães indígenas que acompanhava os regedores em viagem ao Recife, num total de 20 homens, recebeu “duas peças de oito” pelo custeio da jornada. O secretário da Companhia que fez o registro do episódio anotou ainda que todos partiram satisfeitos¹².

Algumas reflexões adicionais sobre a representação e a assembleia de Tapesserica devem ser feitas. Embora o manuscrito contendo as representações dos Potiguara seja muito detalhado em relação às demandas dos indígenas e contenha também listas com os nomes dos participantes da assembleia, suas patentes, aldeias e aldeamentos de origem, não há qualquer informação sobre a coordenação do encontro. Não se sabe quem conduziu a assembleia e quem teve voz nos dias de duração do evento. Possivelmente, como visto em registros de não indígenas do século XVI, os principais indígenas, líderes, guerreiros e anciões respeitados devem ter conduzido as atividades em Tapesserica, conforme o costume dos Tupi (Brandão, 2010, pp. 286-287; Monteiro, 1994, p. 24). Adicionalmente, Johannes Listry, diretor dos brasileiros, pode ter tido um papel importante na assembleia, uma vez que, no manuscrito de 1645, ele aparece como o único neerlandês presente. O capitão de Tapesserica, Domingos Fernandes Carapeba, pode ter sido responsável pelo início das atividades e pela recepção daqueles que viajaram longas distâncias até Itamaracá. É seguro ainda afirmar que Antônio Paraupaba e Pieter Poty, que eram os principais mediadores entre os Potiguara e neerlandeses, também tiveram papéis centrais na assembleia, junto com Carapeba e Listry. A língua tupi deve ter sido dominante na assembleia de Tapesserica, mas não seria estranho que

¹¹ Na representação, os Potiguara usam o termo ‘principal/cabeça’ (*hooft*), enquanto o escrivão da Companhia escreve ‘regedor/regente’ (*regent*) no apostilamento que fica na margem. De acordo com Hulsman (2006, p. 51), regedor correspondia a “... uma posição municipal na administração colonial Portuguesa, instituída pelo governo Espanhol. Os regedores originalmente representaram a população local, como os ‘escabinos’, vereadores neerlandeses. . .”. O autor diz ainda que em fins do século XVI o cargo tornou-se vitalício.

¹² Cf. Ata Diária do Alto e Secreto Conselho do Brasil (12 abr. 1645). Cf. também Hulsman (2005, p. 54).

o neerlandês, o português e o espanhol também possam ter sido usados para a comunicação, assumindo que outros não indígenas estivessem ali presentes.

Além dos indígenas presentes que foram listados no texto da representação, os habitantes de Tapesserica, bem como de aldeias e aldeamentos vizinhos, podem ter participado da assembleia. Mulheres indígenas também podem ter atuado no evento, uma vez que era impossível receber tanta gente sem preparativos e organização das provisões, atividade feminina entre os povos da costa do Brasil. Deve ter levado semanas ou meses para organizar Tapesserica para a assembleia e seus habitantes certamente iriam querer receber bem os convidados, outra característica dos nativos do litoral (Farias, 2014, pp. 47-49, 57-63; F. Fernandes, 1963, pp. 78-80, 95-96; J. Fernandes, 2003, pp. 64-66, 2004, pp. 75-77; Melatti, 2014, pp. 107-109, 163-164).

Outro ponto importante de debate sobre a transcrição da representação é a autoria do texto produzido e entregue ao governo neerlandês no Recife. Infelizmente, o manuscrito original com a representação dos Potiguara levado aos conselheiros não foi localizado no arquivo da Companhia das Índias Ocidentais. Parte do texto reproduzido traz uma breve descrição do evento em terceira pessoa. Por outro lado, ao reportar as resoluções tomadas pelos Potiguara em sua assembleia, o secretário do Alto e Secreto Conselho, baseado no escrito que lhe foi entregue pelos indígenas, usou várias vezes a expressão “nossa nação” (*onse natie*), no lugar de “a nação deles” (Ata Diária do Alto e Secreto Conselho no Brasil, 11 abr. 1645e).

Podem ser encontrados no manuscrito diversos outros exemplos de que o material entregue era uma cópia do texto produzido pelos indígenas, vide “nós pedimos” (*wij versoecken*), “conforme nos foi prometido” (*gelijck ons ... beloft*), “nós escolhemos essas pessoas” (*wij hebben dese personen ... gekos*) e “assim feito e resolvido em nossa assembleia” (*Aldus gedaen ende beslooten in onse vergaederinge*) (Ata Diária do Alto e Secreto Conselho no Brasil, 11 abr. 1645f). Além dos pronomes pessoais e

possessivos usados, o texto entregue contém as assinaturas de alguns capitães indígenas das aldeias, um endosso das decisões tomadas em Tapesserica. Como referido no começo desse artigo, um escrivão indígena, Clemente da Silva, também teve seu nome transcrito entre as assinaturas da representação (Figura 4). Silva deve ter sido o responsável por escrever as decisões e discussões da assembleia (Ata Diária do Alto e Secreto Conselho no Brasil, 11 abr. 1645d). Essas são informações que permitem afirmar que a representação transcrita na ata do governo neerlandês no Brasil compõe um raro escrito indígena.

O idioma utilizado na peça original também pode ser tema de debate. É plausível que o texto da representação tenha sido produzido em neerlandês, já

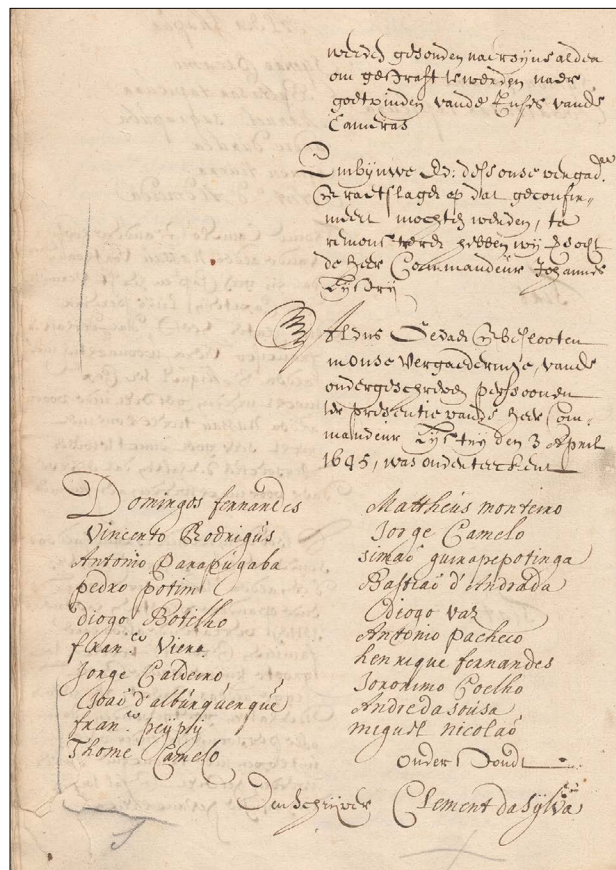


Figura 4. A representação dos brasileiros: assinaturas de capitães de aldeia e do escrivão. Fonte: Ata Diária do Alto e Secreto Conselho no Brasil (11 abr. 1645d, fólio 48, imagem 1222).

que seria o governo do Recife a receber o documento. Ademais, Paraupaba e Poty, presentes na assembleia, eram conhecidos por sua capacidade de ler e escrever neerlandês. Inclusive, pode-se especular que ambos foram autores da peça, mas não os únicos. O texto deve ser tomado como um escrito coletivo, discutido por todos os indígenas presentes na assembleia. Não por acaso, várias lideranças assinaram o manuscrito. Vale lembrar também que decisões políticas entre os Potiguara eram tomadas pelos grupos e suas lideranças.

Convém ainda enfatizar que a história das relações entre os Potiguara e os neerlandeses é rica em exemplos de escritos produzidos pelos indígenas. Alguns textos podem ser pensados como escritos indiretos, fruto de depoimentos colhidos de indígenas, a partir do filtro de quem perguntava e coletava informações específicas para a elaboração de mapas, planos e relatórios. A toponímia empregada e os detalhes da região e da vida dos povos encontrados nesses documentos são indicativos de um saber compartilhado pelos indígenas e materializado na escrita. Os europeus, assim, acabavam por registrar aquilo que os indígenas queriam fornecer, mesmo quando eles eram os que questionavam¹³. Outros textos são escritos pelos próprios indígenas, a exemplo de uma carta feita por Pieter Poty, em 1631. Nela, Poty informava ao governo neerlandês no Recife que recebera informações sobre as movimentações dos Tapuia no Rio Grande e seu desejo de lutar contra os portugueses. Um indígena de nome Maraca Patira teria viajado do Rio Grande a Pernambuco e feito a declaração para Poty, que então atuava como tradutor a serviço dos neerlandeses. Fazendo uma leitura política

dos eventos no Rio Grande, Poty instou a Companhia a aproveitar o momento e a apoiar aquele povo de maneira a expulsar os portugueses daquela região¹⁴.

Os escritos indígenas das Guerras do Açúcar mais famosos são, sem dúvida, as cartas escritas em tupi trocadas entre os Potiguara Antônio Felipe Camarão, Diego da Costa, Diogo Pinheiro Camarão, Pieter Poty e Simão da Costa. São textos importantíssimos para o entendimento das relações entre os indígenas, seus conflitos internos, as transformações no decurso de quase um século e meio de interações com não indígenas, o seu envolvimento nas guerras luso-hispano-neerlandesas e a apropriação da escrita, uma ferramenta importante para se posicionar politicamente¹⁵.

Os últimos exemplos conhecidos de escritos indígenas vinculados às lutas entre portugueses e neerlandeses foram produzidos por Antônio Paraupaba. No começo de 1654, após a capitulação da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, Paraupaba deixou o Rio Grande rumo aos Países Baixos acompanhado de sua esposa, Paulina Paraupaba, e filhos. Domingos Fernandes Carapeba, igualmente ladeado por sua família, se juntou aos Paraupaba. Na Europa, as duas lideranças Potiguara tentaram empreender uma articulação política com a intenção de conseguir apoio para eles e seu povo no Brasil. Paraupaba escreveu duas representações aos Estados Gerais das Províncias Unidas nos anos de 1654 e 1656. Elas foram publicadas em formato impresso por Henricus Hondius em 1657, quando Paraupaba já tinha falecido (van den Tol, 2020, pp. 168-170; Hulsman, 2005, pp. 56-72; Souto Maior, 1913, pp. 174-178)¹⁶. Em outubro de 1654,

¹³ Nesse sentido, confira as declarações de Gaspar Paraupaba e outros Potiguara que viajaram para as Províncias Unidas em 1625 (Bel & Françoze, 2023, pp. 20-53).

¹⁴ Ver Poty (ca. 1631). Uma tradução dessa carta para o inglês pode ser encontrada em Bel e Françoze (2023, pp. 71-73).

¹⁵ Ver os documentos: D. Camarão (21 out. 1645a, 1645b); A. Camarão (19 ago. 1645; 4 out. 1645a, 1645b); Costa (17 out. 1646). Pieter Poty respondeu a Antônio Felipe Camarão e a Diego da Costa (Poty, 31 out. 1645). O conteúdo de sua resposta é conhecido de uma tradução do tupi para o neerlandês. A original em tupi não foi encontrada. Para as traduções dessas cartas em tupi e em neerlandês, cf. E. Navarro (2022), Cerno e Obermeier (2013), Montserrat et al. (2020) e Souto Maior (1913, pp. 149-156).

¹⁶ A informação sobre a partida de Paraupaba do Rio Grande rumo aos Países Baixos é proveniente do diário de um soldado dinamarquês que estava no Rio Grande, em 1654 (Teensma et al., 2016, p. 104).

Antônio Paraupaba escreveu uma carta para o Grande Pensionário da Holanda, Johan de Witt. Na missiva, redigida em neerlandês, Paraupaba demonstrava preocupação com sua família, que então residia numa ilha das Caraíbas sob controle neerlandês. Pedia, por fim, autorização para trazê-los aos Países Baixos. Trata-se do único manuscrito conhecido que foi assinado por Antônio Paraupaba¹⁷.

Antes de morrer, Paraupaba atuou militarmente numa unidade de cavalaria de uma guarnição da cidade de 's-Hertogenbosch. Assim como Antônio, Carapeba também esteve a serviço dos neerlandeses na Europa. Ambos foram apontados para posições de oficiais, o que demonstra que mantiveram seu prestígio político e que suas habilidades militares ainda eram apreciadas. Com o tempo, as informações sobre ambos vão escasseando nas fontes. Paulina, viúva de Antônio Paraupaba, peticionou aos Estados Gerais pedindo ajuda para ela e os filhos após a morte de Antônio. Pode ser encontrada ainda, em uma lista de julho de 1668, uma informação da passagem de certo Mouris Peropaua (Maurício Paraupaba) por Nova Walcheren, colônia neerlandesa no Tobago. Além do

nome, estropiado pelo escrivão, consta na lista o informe de que Mouris estava acompanhado da esposa, uma filha, sua mãe e uma irmã, com uma criança. Todos foram registrados como brasileiros. Possivelmente, trata-se de Paulina Paraupaba, do filho de Paraupaba e do restante da família tentando retornar para o Brasil ou simplesmente se reajustando a uma nova vida, muitos anos depois de deixarem o Rio Grande. Carapeba também seguiu para o Caribe. Em fins de 1656, Carapeba esteve por Guadalupe, colônia francesa. No começo de 1657, Carapeba peticionaria aos Estados Gerais para ir para Tobago, o que foi concedido (Meuwese, 2003, pp. 205-214; “Lista das pessoas que se encontravam na Nova Walcheren”, 5 jul. 1668).

A aliança entre os Potiguara e os neerlandeses há muito já havia sido desfeita. Nenhuma ajuda fora fornecida aos que ficaram no Brasil. Em 1654, muitos buscaram refúgio nos sertões, alguns deles foram perseguidos, mortos ou escravizados. Outros foram reincorporados em aldeamentos geridos por portugueses, mas isso é tema de outro debate¹⁸.

¹⁷ Ver Paraupaba (30 out. 1654). Os debates concernentes à carta escrita por Antônio Paraupaba e sua tradução foram tema de um artigo produzido por Miranda et al. (2024).

¹⁸ Um assunto emerge a partir do debate sobre a assembleia dos Potiguara: a dependência que os neerlandeses tinham de aliados indígenas em seus espaços coloniais e a consequente coexistência e interferências em governos nativos. Não seria apenas no Brasil que os neerlandeses interagiram e interferiram na vida de populações indígenas. Um caso emblemático é verificado nas relações entre os neerlandeses e os Siraya, um dos vários povos indígenas da ilha de Formosa. Na década de 1620, a Companhia das Índias Orientais se estabeleceu em Formosa com o objetivo de erigir uma base que facilitasse o acesso ao comércio de seda, porcelana e chá. Era um espaço de disputa entre indígenas, chineses, japoneses, espanhóis e portugueses, encravado no caminho de importantes rotas comerciais (Gaastra, 2003, pp. 53, 57; Hauptman & Knapp, 1977, pp. 175-181). As relações dos neerlandeses com os Siraya foram inicialmente centradas no comércio de peles de veado. A intensificação da caça, a disputa com colonos chineses, além de guerras internas trouxeram muitos problemas para os Siraya. Até a década de 1650, os neerlandeses estenderam seus domínios sobre uma ampla quantidade de aldeias Siraya, administrando-as indiretamente com capitães indígenas cooptados e apontados pela Companhia. Adiante, passaram a contar com a participação de predicantes calvinistas em aldeias Siraya. Esforços para a catequese resultaram na alfabetização de crianças Siraya e até mesmo no envio de indígenas para os Países Baixos com o intuito de educá-los e transformá-los em mediadores entre os povos indígenas da ilha (Chiu, 2007, pp. 205-206, 214-235; Hauptman & Knapp, 1977, pp. 177-179). Antes da chegada dos neerlandeses, parte dos Siraya se organizava em aldeias independentes governadas por anciões e guerreiros que não tinham poder centralizador sobre aquelas comunidades. Os Siraya se reuniam em assembleias para deliberar sobre políticas comuns ao seu povo e podiam forjar alianças entre si para derrotar inimigos comuns, incluindo os provenientes de outras aldeias Siraya (Andrade, 2008, pp. 36-39; Meulen, 2023). Com a ampliação da influência neerlandesa na ilha, aldeias Siraya foram incorporadas na jurisdição da Companhia e passaram a ter suas assembleias organizadas em fortificações neerlandesas. Eram encontros supervisionados e arbitrados por representantes da Companhia (Andrade, 2008, p. 38; Meulen, 2023; Hauptman & Knapp, 1977, pp. 177-178). Nas décadas de 1650 e 1660, os Siraya e outras populações indígenas da ilha estiveram divididos entre o auxílio militar a chineses e neerlandeses, bem como envolvidos em confrontos internos pré-existentes à colonização. A experiência neerlandesa em Formosa foi findada com o avanço do Império chinês na insula. A luta pelo controle de Formosa levou, após vários confrontos, à rendição das guarnições da Companhia em 1662 (Andrade, 2011, pp. 284-302; Hauptman & Knapp, 1977, p. 178). Trata-se de um caso entre vários outros que merecem um detalhado estudo comparativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os Potiguara tenham sido parcialmente bem-sucedidos em seus pleitos junto ao governo neerlandês, o período posterior à assembleia de Tapesserica seria problemático para os indígenas aliados à Companhia. Apenas dois meses depois da entrega da representação, eclodiu a rebelião dos colonos luso-brasileiros. A revolta traria a desorganização e a destruição de aldeamentos e impediria a planejada fusão de aldeias. Temendo as repercussões da guerra, muitos indígenas fugiram para o interior da colônia. Outros foram concentrados em espaços delimitados e remanejados no correr do conflito¹⁹.

A despeito da guerra e do esvaziamento das aldeias, Paraupaba permaneceu como regedor do Rio Grande até 1649, quando ele assumiu a posição de regedor dos indígenas do Brasil. Isso ocorreu por conta da vacância dos outros regedores. Pieter Poty foi capturado na segunda Batalha dos Guararapes, em fevereiro de 1649. Morreria como prisioneiro posteriormente. Já Carapeba perdera o posto ao ser banido temporariamente em decorrência de um assassinato que cometeu (Hulsman, 2005, pp. 54-55; Meuwese, 2012, pp. 172-180; Souto Maior, 1913, pp. 173-174). São desfechos que mostram os muitos percalços nas relações entre os Potiguara e os neerlandeses, com lideranças indígenas representando e negociando por seus grupos, embora mantendo aspirações pessoais, ao mesmo tempo que tentavam manter mobilizados os povos das aldeias e aldeamentos para uma guerra que afetava diretamente seus destinos.

Episódio praticamente obscuro na história das Guerras do Açúcar, a Assembleia de Tapesserica é fonte essencial para o entendimento das relações entre indígenas e europeus. Mesmo que as deliberações tomadas na assembleia precisassem da chancela do governo neerlandês no Brasil, é possível perceber que o texto entregue carregava as decisões políticas e desígnios

dos Potiguara e de suas lideranças, bem como anseios por autogoverno e protestos contra a escravização de indígenas. Sobre as lideranças, cabe dizer que elas ascenderam no decurso da guerra e foram delegadas por seus pares por sua capacidade de articulação e prestígio, o que guarda similaridade com estruturas sociopolíticas de tempos anteriores. Outro elemento que serve para o estudo da história desses povos advindo desse documento é o próprio escrito. Registro raro, constitui prova do aprendizado de indígenas nos aldeamentos coloniais e da sua capacidade de negociação – em termos nem sempre equilibrados – em momentos de guerra e destruição.

A análise da representação permite que os historiadores avancem sobre diversos temas da história dos povos indígenas do Brasil, em específico os Potiguara e outros grupos que interagiram entre si e com portugueses e neerlandeses nas zonas onde incidiram as Guerras do Açúcar. Trata-se de um período rico em fontes, no qual foram produzidos os primeiros textos de autoria indígena conhecidos. Ademais, vislumbra-se, a partir de tal fonte, dados que permitem avançar a compreensão do funcionamento dos aldeamentos coloniais, as jornadas de trabalho e os conflitos decorrentes da exploração dos indígenas enquanto mão de obra. Detalhes como localização, lideranças, mediadores, estrutura governativa, capacidade de mobilização e deslocamentos são apenas alguns dos tópicos possíveis de desdobramento. Por fim, a representação dos Potiguara serve de fonte para o estudo da escravidão indígena, tema cujo debate ainda é insipiente para esse espaço e período da história.

A TRADUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DOS BRASILIANOS

Como referido, o registro da assembleia de Tapesserica é um documento conhecido dos pesquisadores, embora

¹⁹ Temendo fugas, a Companhia agrupou e isolou indígenas dos aldeamentos de Goiana na ilha de Itamaracá e posteriormente os desterrou para o Rio Grande. Os indígenas de aldeamentos da Paraíba e do Rio Grande foram concentrados e levados para próximo de fortificações da Companhia nessas capitânias (Hamel et al., 2004 [1646], pp. 219-220; Baro, 1979 [1647], p. 95).

pouco explorado. As informações contidas foram pinçadas, mas nunca analisadas em sua integralidade. A tradução do documento, feita por Souto Maior, e publicada algumas vezes ao longo dos anos, tem problemas e por isso justifica-se uma nova tradução. Gonsalves de Mello já tinha percebido e apontado a necessidade de ajustes na tradução feita por Souto Maior, em “Tempo dos Flamengos” (J. Mello, 2001, p. 220). Das discrepâncias encontradas em relação ao manuscrito, deve-se apontar a transcrição inexata de várias letras de nomes de indígenas e de aldeias, a ausência pontual de nomes e sobrenomes dos participantes da assembleia e algumas liberdades na tradução sem a devida explanação, ou mesmo equívocos de interpretação. Souto Maior deixou ainda de traduzir parte de uma ata do governo neerlandês no Brasil, datada de 12 de abril de 1645, muito conectada aos eventos de Tapesserica. Deve-se reforçar que o manuscrito é uma transcrição feita pelo secretário do Alto e Secreto Conselho da representação entregue pelos brasileiros ao governo no dia 11, cujo texto original não foi encontrado até o momento.

O texto transita entre uma descrição na terceira pessoa do plural, empregando, por exemplo, ‘os brasileiros’ (*de brasilianen*) – nas resoluções que o governo neerlandês tomou em resposta aos pedidos dos

indígenas e na descrição da entrega da representação –, e a transcrição das demandas dos indígenas, na qual se faz uso de pronomes da primeira pessoa do plural do caso reto e oblíquo, ‘nós’ e ‘nos’ (*wij* e *ons*), e o pronome possessivo na primeira pessoa do plural, ‘nossa’ (*onse*).

Optou-se por uma tradução com menos intervenções ou pelo menos indicando as modificações com colchetes e desenvolvendo as abreviaturas, embora sem indicar a parte omitida das últimas. Também foi feita pontuação, usualmente ausente em textos do período. O objetivo dessas mudanças foi melhorar a fluidez do texto. Trata-se de uma tradução semidiplomática que eliminou dificuldades paleográficas, desenvolvendo-se abreviaturas, inserindo palavras, letras, pontuação e acentuação parcial do manuscrito, conduzindo, dessa forma, para uma melhor interpretação do documento em estudo. Em alguns casos, optou-se por inserir notas de rodapé que adicionem informações de relevância que não constam no artigo introdutório ou que explicam a tradução feita e a distinção com a versão de Souto Maior. Os nomes citados foram mantidos conforme o original. No caso dos nomes repetidos ao longo do manuscrito, manteve-se a variação de grafias. Também foi mantida, dentro do possível, a estrutura e a organização do manuscrito, que divide o texto em duas colunas.



Tradução integral anotada da transcrição da Representação dos Brasilanos de 1645 que consta na Ata Diária do Alto e Secreto Conselho do Brasil²⁰

[Ata Diária do Alto e Secreto Conselho do Brasil]

Terça-feira, 11 de abril de 1645

Presentes [na reunião] os Senhores [Hendrik] Hamel²¹ e [Adriaen van] Bullestrate²².

Representação²³ dos brasilanos²⁴.

Apresentaram-se na reunião do Conselho um grande número de brasilanos de todas as aldeias desta conquista e [nos] entregaram essa representação escrita, pedindo que [nós] pudéssemos deliberar e tomar resolução favorável [a seus pleitos], razão [pela qual] foi [decidido] hoje sobre o mesmo, conforme apostilado na margem.

Nome das pessoas que se reuniram em assembleia na aldeia Tapisserica:

[fólios 34 e 35]

1. Domingos Fernandes [Carapeba], capitão na Aldeia Tapesserica;
Joannis Goacaranio Cunha, adjunto.
2. Mattheus Monteiro, capitão na Aldeia Tapezerica;
Jorge Taguacutibi, adjunto.

3. Vincento Rodrigus, capitão na Aldeia Tabucurama;
Manoel Goarajuba, adjunto.
4. Antonio Paraupaba, capitão na Aldeia Miagoaij;
Antonio Itacuruba, adjunto²⁵.
5. Francisco Vieira, capitão na Aldeia São Miguel;

²⁰ Tradução da Ata Diária do Alto e Secreto Conselho do Brasil (11 abr. 1645a).

²¹ Hendrik Hamel foi comerciante e depois membro do Alto Conselho do Brasil entre os anos de 1640 e 1644. Foi apontado para atuar no Brasil em abril de 1640 pela Câmara de Amsterdã, da qual era membro. Chegou ao Brasil em agosto de 1640. Com o retorno de Johan Maurits van Nassau-Siegen para os Países Baixos, em meados de 1644, ele passou a compor a junta que governaria o Brasil até 1654. Sua atuação no Alto Governo, contudo, deu-se até agosto de 1646. Deixou o Brasil em 1647 (J. Mello, 2004, pp. 51, 198, 495).

²² Membro do Alto e Secreto Conselho do Brasil e do Alto Governo entre os anos de 1640 e 1646. De origem modesta, foi comissionado pela Câmara da Zelândia para atuar no Brasil em abril de 1640, chegando ao Recife em dezembro daquele ano. Deixa o Alto Governo em agosto de 1646, residindo no Brasil até maio de 1647 (J. Mello, 2004, p. 493).

²³ No original, *remonstrantie*. De acordo com Lodewijk Hulsman, *remonstrantie* é uma palavra de origem francesa – *remonstrance*. Seria indicativo de uma 'cultura parlamentar'. Em textos neerlandeses da época, uma *remonstrantie* era "... uma exposição crítica e ... requerimento solicitando uma resolução favorável". Por isso, ele traduz como 'representação'. Adotou-se a mesma tradução de Hulsman (2006, p. 49), não apenas pela mesma nomenclatura, mas sobretudo pelo caráter consultivo e de requisição do manuscrito entregue à Companhia das Índias Ocidentais.

²⁴ No original, *Remonstrantie van de brasilanen*. *Brasilanen* era o termo empregado pelos neerlandeses aos indígenas da costa do Brasil de língua Tupi (Hulsman, 2006, p. 51). Especificamente, tomamos como Potiguara esses *brasilanen*, por serem o povo que mais interagiu com os neerlandeses durante as chamadas Guerras do Açúcar. Ademais, historicamente é conhecida a intrincada relação que os Potiguara da costa da Capitania da Paraíba estabeleceram com os neerlandeses pelo menos desde 1625. Vale referir que os Potiguara não estavam circunscritos apenas nos territórios da supracitada capitania. Para Silva (2023, pp. 15, 44-52), os *brasilanen* eram os indígenas Tupi aldeados, inclusive os Potiguara. O termo, todavia, pode ser observado em fontes como uma referência genérica aos indígenas do Brasil, sem especificação do povo.

²⁵ Sobrenome Itacuruba e a posição foram omitidos na tradução de Souto Maior.

Martim Vaz, adjunto, e o antigo
Capitão Francisco Barbosa.

6. Thome Camelo, capitão na Aldeia Nassau;
Domingos da Costa, adjunto.

7. Andre de Sousa, capitão na Aldeia Carace;
Andre Dias, adjunto.

8. Henrique Fernandes, capitão na Aldeia Vrutaguaij;
Bastião Lopes, adjunto.

9. Jorge Camelo, capitão na Aldeia Mauritia;
Baltasar Guearibi, adjunto.

10. Diogo Botelho, capitão na Aldeia Marituba²⁶;
Henricque Petapiras, adjunto.

11. Michiel Nicolao, capitão na Aldeia Mauritia;
Fernando Apicaba, adjunto.

12. Pedro Potim, capitão na Aldeia Miñajereba;
Gaspar Cararu, adjunto.

13. Bastião de Andrado, capitão da Aldeia Mupebu;
Rodrígus Jaguapucu, adjunto.

14. Diogo Pais Buto, capitão na Aldeia Araunum;
Manoel Itarema, adjunto.

15. Jeronimo Coelho, capitão na Aldeia Araunum;
Jeronimo Caragoatogoara, adjunto.

16. Francisco Peipij, capitão na Aldeia Jaragoa;
Antonio Tuearobij, adjunto.

17. Antonio Pacheco, capitão na Aldeia Jaragoa;
Antonio Agapehoba, adjunto.

18. Symão Garapepotinga, capitão na Aldeia Pontado.

19. Jorge Caldeiro, capitão na Aldeia Tapua.

[fólio 36]

20. Joao de Alburquerque, tenente na Aldeia Igoaragau.

Esses acima são os capitães das aldeias no Brasil.
Feito em 30 de março do ano de 1645.

Seguem seus tenentes e alferes:

1. Paulo Bernardo, tenente na Aldeia Tapezerica;
Diogo Taxama, alferes.

2. Alvaro Correa, tenente na Aldeia Tapezerica;
Gaspar Francisco, alferes.

3. Domingos Rodrigus, tenente na Aldeia Taperica;
Andre Gonsalves, alferes; Lourenço da Silva, alferes.

4. Domingos Fereira, tenente na Aldeia Tabucurama;
Antonio da Costa, alferes.

5. Joseph de Britto, tenente;
Vicento da Silva, alferes²⁷.

6. Gaspar Soler, tenente na Aldeia Sint Michiel;
Martinho Rodrigus, alferes.

7. Joannes Micacoara, tenente na Aldeia Nassau;
Fernando Mamaluco, alferes.

8. João Tigi, tenente na Aldeia Carace;
Jorge Facam, alferes.

9. Belchior Pereira, tenente na Aldeia Mauritia;
Fernando Panama, alferes.

10. João Tagoatajuba²⁸, tenente na Aldeia Mauritia;
Pantalião Parapuama, alferes.

11. Marcal Setimapirange, tenente na Aldeia Nutaguuij;
Andre Dias, alferes.

12. Baltasar Lopes, tenente na Aldeia Miagereba;
Cosmo da Silva, alferes;
Pedro Caracanha, alferes.

13. Alexander Jacybobij, tenente na Aldeia Monbebu;
Domingos Guiratioba, alferes.

²⁶ Registro possivelmente referente à Aldeia Mauritia.

²⁷ Sem indicação de aldeia no manuscrito.

²⁸ Souto Maior registra como João Tagoata Faguatajuba.

14. Francisco Monteiro, tenente na Aldeia Araunum;
Francisco Migaogoara, alferes.
15. Antonio Cunhatam, tenente na Aldeia Jagoa;
Josep Jaragoa, alferes.

Feito em 30 de março de 1645.

Seguem os nomes dos conselheiros e adjuntos:

Andre da Rocha, conselheiro na Aldeia Tapezzeria;

[fólio 37]

1. Joannes Goacaramacanha, adjunto [na Aldeia Tapezzeria];
Luis Mojijacij, idem;
Joannes Tibiuma, idem;
Vincente Abatique, idem;
Santiago Gagoacupotina, idem;
Diogo Garagetuba, idem;
Vincenzo Paranaobij, idem.
2. Jorge Itagoacutiba, na Aldeia Tapezzeria, adjunto;
Miguel Maragapa, idem;
Paulo Coacaparema, idem;
Francisco Vrusa, idem;
Damiao Jagues, idem;
Manoel Ibauma, idem;
Francisco Guraparaigma, idem.
3. Manoel Goarajuba, adjunto na Aldeia Tapicurama;
João Gregoria, idem;
Pedro Teixeira, idem;
Martin Tapiyruça, idem;
Francisco Acaraguira, idem;
João Murucuyaoba, idem;
Symão Paragoajara, idem;
Mattheus Taberaboa, idem;
Gaspar Sariba, idem;
Domingos Yegoacaba, idem.
4. Antonio Ytacuruba, adjunto na Aldeia Miogoas;
Pedro Parana, idem;

Francisco Agoape, idem;
Symao Tajatiba, idem;
Francisco Meira, idem.

5. Martinho Vaz, adjunto na Aldeia São Miguel;
Marial do Barco, idem;
Paulo Tinga, idem.

6. Domingos da Costa, adjunto na Aldeia Nassau;
Cosmo Supuca Pacuya, idem;
Marcal Manica, idem.

7. Andre Dias, adjunto na Aldeia Carace;
João Dias, idem;
Xfolão Goragocugaija, idem;
Vincenzo de Araujo, idem;
Francisco Comandaroba, idem;
Paulo Bejuapara, idem;
Jorge Sacambij, idem;
João Icuparana, idem;
Francisco Sacoatara, idem;
Alvaro Juranuna, idem;
Baltasar Gueraiba, idem.

8. Bastião Lopes, adjunto na Aldeia Mauritia;
Tilipe Teixera, idem;
Henricque Pitapiranga, idem;
Fernando Apicaba, idem;
Miguel Nucunaoba, idem.

[fólio 38]



9. Bastião Lopes, adjunto na Aldeia Vrutaguij;
Symaõ Amanarepe, idem.

10. Gaspar Cararu, adjunto na Aldeia Miageriba;
Domingos Piritagoarij, idem;
Simão Gurapepotinga, idem;
Paulo Misape, idem;
João Babtista, idem;
Pedro Vaterino, idem;
Marial Hunbanhaobij, idem;
Thome Abatiguira, idem;
Francisco Canhanima, idem;
Luis Acajuaiuba, idem;
João de Albuquerque, idem.

Segue a representação apresentada pelos brasileiros aos
Nobres Senhores Alto Conselheiros e apostilado que se
segue à margem:

11. Rodrigus Jaguapacu, adjunto na Aldeia Monpebu;
Symão Piraroba, idem;
Domingos Goarure, idem.

12. Manoel Ibarema, adjunto na Aldeia Aranum;
Mercus Peris, idem.

13. Jeronimo Caragoatagora, adjunto na Aldeia Araum;
Felipe Myquijtjira, idem.

14. Antonio Agoapehoba, adjunto na Aldeia Jaragoa;
Francisco Ijegoacaba, idem.

Feito em 30 de março de 1645.

[fólio 39]

Primeiramente nós²⁹ apresentamos as cartas que nos foram dadas pelos Nobres Senhores XIX na Holanda, datadas de 24 de novembro de 1644, em Amsterdã, referente a liberdade que nos foi concedida, assim como a outros moradores do Brasil.

²⁹ Na tradução feita por Souto Maior, ele omitiu o sujeito da frase, tornando-o oculto, talvez com o intuito de simplificar a tradução. Parece algo sutil, mas incluir o sujeito não apenas serve ao propósito de fazer uma tradução mais ajustada ao escrito, como serve ainda para reforçar a interpretação de que a representação apresentada ao governo neerlandês é uma escrita coletiva e indígena.

[Apostilado da decisão do Alto e Secreto Conselho]

Todos os brasilianos sob nossa jurisdição devem receber liberdade irrestrita. E alguém que tenha algum [brasiliano] sob sua posse, deve libertá-lo imediatamente. E se alguém não cumprir isso, eles deverão ter seu nome submetido ao [Alto e Secreto] Conselho, que se encarregará de providenciar [a libertação].

[Apostilado da decisão do Alto e Secreto Conselho]

O [Alto e Secreto] Conselho aprova essa fusão das aldeias.

[Apostilado da decisão do Alto e Secreto Conselho]

O mesmo a respeito da fusão das aldeias Pontado e Goaragoaij

[Apostilado da decisão do Alto e Secreto Conselho]

O mesmo também para essa proposta.

[Representação dos brasilianos]

1. Vossas Nobrezas concedam a liberdade acima referida e a coloque em execução para que alguns de nossa nação, que ainda são mantidos escravos, possam ser libertados.

[Representação dos brasilianos]

2. Os capitães e adjuntos das aldeias no Rio Grande aprovaram que o Capitão Antonio Pacheco e Francisco Peijpij, capitão na Aldeia Jaragoa, se reúnam com todos os seus subordinados na Aldeia Mompebu e [que] lá sigam o capitão Sebastião de Andrado e [que] cada um governe o seu povo³⁰.

[Representação dos brasilianos]

3. Na Paraíba, as aldeias Pontado e Goaragoaij devem se juntar e cada [capitão] governar seu povo.

[Representação dos brasilianos]

4. Martinho Vaz, Francisco Barbosa e outros adjuntos da Aldeia São Miguel concordaram em se unir na Aldeia Nassau

[fólio 40]

e ficar [lá] com os outros por seis meses, para, nesse interim, poderem beneficiar suas roças.

³⁰ Souto Maior traduz como “obedecendo ambos ali ao capitão Sebastião d’Andrade”, quando no original é utilizada a palavra *vervolgen*, isto é, “seguir”. Não há subordinação explícita desses capitães a Sebastião de Andrade. O próprio texto é claro ao apontar que cada um governará seu povo.

[Apostilado da decisão do Alto e Secreto Conselho]

Nós não deixaremos de implementar a proposta de fusão das aldeias, fornecendo-lhes, tanto quanto possível, pregadores ou mestres-escolas faltantes, confiando que estes últimos se comportarão com o devido respeito em seus cargos.

[Apostilado da decisão do Alto e Secreto Conselho]

[Nós] consentimos que as três Câmaras solicitadas sejam erguidas nas aldeias Tapiserica, Mauritá e Araum, e que as respectivas aldeias nomeadas nesta relação lhes fiquem subordinadas.

[Representação dos brasileiros]

5. Nós³¹ pedimos humildemente que Vossas Nobrezas nos forneça os predicantes e mestres-escolas necessários, conforme nos foi prometido pelo Nobre Conselho dos XIX em sua carta. No que nos diz respeito, não deixaremos de cumprir nosso devido dever em tudo, sem qualquer falha.

[Representação dos brasileiros]

6. Para melhor comodidade de nossa nação e povo, nós pedimos humildemente a Vossas Nobrezas que possam ser fundadas três câmaras, a saber:

Que nesta capitania possa ser mantida [como] câmara a aldeia Tapezerica, sob as quais estarão sujeitas as aldeias Itapeserica, Tapucurama, Carace, Miagoaij, Vrutagua, Sam Miguel e Nassau.

A segunda câmara será mantida na Capitania da Paraíba, na Aldeia Mauritá, e as seguintes aldeias [lhes] deverão estar sujeitas, Mauritá, Mianjeriba, Pontado, Goaragoaou e Tapua.

[fólio 41]

[margem direita do manuscrito; representação dos brasileiros]

A terceira câmara, na Capitania do Rio Grande, será mantida na Aldeia Araum, em Goiana [sic]³². Sob essa Câmara estarão subordinadas as aldeias Pirari, Jaragoa e Bopeba.

³¹ Souto Maior omitiu, em sua tradução, o sujeito da frase.

³² No original, foi escrito *Trauam*, uma forma corrompida de *Araunu*, uma das denominações da Aldeia Orange. Souto Maior percebeu e corrigiu diretamente na tradução. Ele também percebeu o equívoco de quem transcreveu a representação de localizar essa aldeia em Goiana. Manteve-se com intuito de preservar a escrita original.

[Apostilado da decisão do Alto e Secreto Conselho]

Da mesma forma, [nós] aprovamos a eleição feita das três pessoas propostas como regentes de suas nações nas três respectivas capitanias

Eleitos [na Aldeia Tapeserica]

Andre da Rocha,
Paulo Bernardo,
Laurenco da Silva e
Baltasar Morin.

[Representação dos brasileiros]

7. Em relação as câmaras da nossa nação, é muito necessário e vantajoso que para cada capitania seja apontado um principal de nossa nação para governá-las, a saber:

1. Na Capitania de Goiana e no seu distrito, Domingos Fernandes Carapoha.
2. Na Capitania da Paraíba, Pedro Potim.
3. Na Capitania do Rio Grande, Antonio Paraupaba.

Nós³³ escolhemos essas pessoas dentre as mais honestas e sabias de todas as aldeias, e pedimos, por favor, que Vossas Nobrezas confirmem os mesmos.

Os seguintes nomes de pessoas foram nomeados como escabinos na assembleia³⁴:

[fólio 42]

Para a primeira câmara, em Goiana:

Aldeia Tapeserica

Andre da Rocha,
Palo Bernardo,
Joannes Juiaira,
Andre Cahapara,
Santiago Jagoamcu,
Lourenco da Silva,
Jeronimo Lui,
Andre Gonsalvo,
Damião Jaco,
Damião Rodrigus,
Baltasar Morin.

³³ Souto Maior omitiu, em sua tradução, o sujeito da frase.

³⁴ A tradução da frase difere amplamente daquela feita por Souto Maior (1913, p. 167), que diz: “Seguem-se os nomes dos eleitos pelo Supremo Conselho para Escabinos, da lista apresentada”. No manuscrito, não é feita qualquer menção ao Alto e Secreto Conselho. Os escabinos/vereadores foram eleitos pelos presentes na assembleia e só então foram ratificados pelo governo. Souto Maior tomou “a assembleia” (*de vergaderinge*) como “o conselho”. Para comparação, segue a transcrição do trecho: “Volgende namen der personen bij de vergaderinge uijt de gedane nominatie tot schepenen geeligeert”.

[Eleitos na Aldeia Tapucurama]

Domingos Fereira,
João Gregorio.

[Aldeia] Tapucurama

Domingos Fereira,
João Gregorio,
Manuel Guarajuba,
Martinho Tapurucu,
Francisco Acaraquirá,
Pedro Texeira.

[Eleitos na Aldeia Carace]

Francisco Sacatata,
Alvaro Jacob.

[Aldeia] Carace

Alvaro Fragosa,
Francisco Sacatata,
Alvaro Jacob,
Vicento d'Aranje,
Francisco Comandaroba,
Manoel Guaijumij.

[Eleitos na Aldeia São Miguel]

Marcos do Barco,
Domingos da Costa.

[Aldeia] São Miguel

Marcos do Barco,
Paulo Timga,
Damião da Costa,
Pedro Parama,
Francisco Agoape,
Domingos da Costa.

[fólio 43]

[Eleitos na Aldeia Vrutaguij]

Antonio Abotioba,
Antonio Morirebira.

Aldeia Vrutaguij

Bastião Lopes,
Sijmão Amanariapa,
Marçal Setimpiranga,
Andre Dias,
Antonio Abotioba,
Antonio Moxirebira.

[Eleitos na Aldeia Miagoaij]

Jorge da Silva,
Antonio Barbosa.

[Aldeia] Miagoaij

Antonio Soaris,
Jorge da Silva,
Manoel Metarapua,
Antonio Barbosa,
Sijmão Tajatiba
Francisco Ararobij.

Para a segunda câmara, na Paraíba:

[Eleitos na Aldeia Mauritia]

Henrique Pirapinange,
Fernandos Gonsalvos.

[Aldeia] Mauritia

Henrique Pitapirange,
Miguel Mucunaboa,
Pantalião Pirapuama,
Fernandos Gonsalvos,
Vincento Rodrigus,
Antonio Repeta.

[Eleitos na Aldeia Mauricia]

Baltasar Queraiba,
Andre Dias.

[Aldeia] Mauricia [sic]

Baltasar Gueraiba,
Pantalião Pindova,
Andre Dias,
Bento Tomanomori,
Lourenco Mosso,
Gaspar Suasuba.

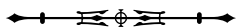
[fólio 44]

[Eleitos na Aldeia Miagereba]

Baltasar Lopes,
Cosmo da Silva.

Aldeia Miagereba

Baltasar Lopes,
Pedro Yeday,
João Tavares,
Pedro Valerino,
Domingos Piritugaij,
Cosma da Silva.



[Eleitos na Aldeia Goaragoau]

Antonio Samiragoane,
Miguel Mandioca.

[Aldeia] Goaragoau

Antonio Gurabacigia,
Antonio Guiraparabij,
Antonio Samigraoare,
Miguel Yacuma,
João Mibortinga,
Miguel Mandioca.

[Eleitos na Aldeia Pontado]

Francisco Comahima,
Francisco Potim.

[Aldeia] Pontado

Francisco Canhanima,
Antonio Jacaregicarú,
Matheus Papacura,
Francisco Tapecoaba,
Mathias Comandoroba,
Francisco Potim.

[Eleitos na Aldeia Tapua]

Fernando Gonsalvos,
Gabriel Taraguaij.

[Aldeia] Tapua

Fernando Gonsalvos,
Pedro Soaris,
Vincenzo Pindobuca,
Cristofao Isipotiba,
Gabriel Taraguaij.

[fólio 45]

Para a terceira câmara, no Rio Grande:

[Eleitos na Aldeia Araunum]

Gaspar Acacui,
Francisco Urupema,
Francisco Vaz,
Diogo Vhaetinga

Aldeia Araunum

Gaspar Ajacui,
Francisco Mulato,
Francisco Urupema,
Antonio Oguedaba,
João Apijn,
João Guiratigoanga,
Miguel Jaguaracanga,



João Semboupira,
Paulo Ijbirajoba,
Antonio Guijceynba,
Francisco Vaez,
Diogo Nhaetinga.

[Eleitos na Aldeia Monpebu]

[Aldeia] Monpebu

João Inabu,
Domingo Urutijba.

João Inabu,
Pedro Maixa,
Antonio Guiratinga,
Domingos Urutijba,
João Vinagre,
Pedro Itahae.

[Eleitos na Aldeia Itaijpe]

[Aldeia] Itaijpe

Baltazar Coibatinga,
Mathias Sabijju.

Francisco Aguacai,
Antonio Maracapu,
Antonio Amarogucia³⁵,
Pedro Ferobebo,
Baltasar Coijbatinga,
Matthias Sabijna.

[fólio 46]

[Eleitos na Aldeia Ihapua]

Aldeia Ihapua

Symon Pacamo,
Baltasar Tapicura.

Symao Pacamo,
Baltasar Tapicura,
Manuel Sagrapuba,
Andre Duruca,
Symon Tiuera,
Antonio d'Aldmeida.

[Apostilado da decisão do Alto e Secreto
Conselho]

[Representação dos brasilianos]

³⁵ Nome ausente na tradução de Pedro Souto Maior.

Faça-se.

[8.] Thome Camelo e os outros cabeças da Aldeia Nassau expuseram que ela estava sem capitão, uma vez que seu capitão Luijs Pereira a abandonou e que, portanto, Francisco Vieira, morador na Aldeia São Miguel, possa ser nomeado capitão na referida Aldeia Nassau, o que nos parece muito bom³⁶. [Nós] pedimos, portanto, que o mesmo possa ser aceito para esse fim.

[Apostilado da decisão do Alto e Secreto Conselho]

[Representação dos brasileiros]

Faça-se.

Uma vez que os habitantes das aldeias, sem a permissão de seus capitães, andem de uma aldeia para outra e se assentem em outros lugares, abandonando suas famílias e roças, o que causa grande ruína para as roças, diga-se, aldeias, nós³⁷ aprovamos, portanto, que todas as pessoas que abandonarem [as aldeias] sem licença sejam postas no tronco e, para este fim, enviadas presas para suas aldeias para que sejam punidas a critério dos Juízes das Câmaras.

[fólio 47]

[Representação dos brasileiros]

Para que possam ser confirmadas [e] para expor a Vossas Nobrezas [as deliberações] dessa nossa reunião e conselho, nós pedimos ao Senhor Comandante Johannes Lijstrij³⁸.

Assim feito e resolvido em nossa assembleia, das pessoas subscritas na presença do Senhor Comandante Listrij em 3 de abril de 1645, foi assinado:

Domingos Fernandes,
Vincento Rodrigus,
Antonio Parapugaba,
Pedro Potim,
Diogo Botelho,

Francisco Viera,
Jorge Caldeiro,
João d'Albuquerque,
Francisco Peijpij,
Thome Camelo.

³⁶ Entre outras pequenas discrepâncias com o original, Souto Maior omitiu a primeira pessoa do plural do caso oblíquo, *ons* (nos).

³⁷ Souto Maior omitiu, em sua tradução, o sujeito da frase.

³⁸ Souto Maior omitiu, em sua tradução, o sujeito da frase.

Mattheus Monteiro,
Jorge Camelo,
Simao Guirapepotinga,
Bastião d'Andrada,
Diogo Vaz,

Antonio Pacheco,
Henrique Fernandes,
Jeronimo Coelho,
Andre da Sousa,
Miguel Nicolão.

Abaixo,

O escrivão Clement da Sijlva.

[fólio 48]



Tradução de trecho da Ata Diária do Alto e Secreto Conselho do Brasil de 12 de abril de 1645³⁹

[Ata Diária do Alto e Secreto Conselho do Brasil]

Quarta-feira, 12 de abril de 1645.

Presentes [na reunião] os Senhores [Hendrik] Hamel e [Adriaen van] Bullestrate.

A carta de privilégio entregue aos brasileiros

Os três regedores, capitães das aldeias e dos brasileiros, que foram escolhidos como escabinos na assembleia passada, depois de juntos terem feito o juramento de fidelidade a esse governo, receberam em mãos a carta aberta do Conselho dos XIX relativa ao privilégio de liberdade e outros benefícios [que lhes foram dados]. E eles aprovaram que Domingos Fernandes Carapeba, regedor do distrito de Itamaracá e Goiana, fosse tomado por seu portador e assim que [eles] se despediram de nós, nós providenciamos à tropa toda com três dias de víveres, os três regedores com algum linho e demos a cada um dos vinte capitães como expensas de viagem 2 peças de oito. [Eles] partiram satisfeitos do Recife e voltaram novamente para suas aldeias.

[fólio 49]

³⁹ Disponível em Ata Diária do Alto e Secreto Conselho do Brasil. (1645, abr. 12).

AGRADECIMENTOS

O autor agradece aos pareceristas anônimos pela leitura atenta e pelas sugestões que permitiram aperfeiçoar os debates trazidos no texto. Agradeço também a B. N. Teensma e a J. Thielen por sanarem dúvidas que surgiram no processo de tradução do manuscrito. Por fim, agradeço aos pesquisadores P. Kewes, J. van der Meulen e P. Seward pelo convite para participar do workshop 'Parliamentary Culture in Colonial Contexts, c. 1500 – c. 1700', ocorrido no Jesus College, Oxford University, em setembro de 2023. Parte das discussões feitas no evento foram fundamentais para a produção desse artigo.

REFERÊNCIAS

- Agnolin, A. (2022). *Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (séculos XVI-XVII)*. FFLCH/USP.
- Almeida, M. R. C. (2013). *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Editora FGV.
- Almeida, M. R. C., & Seijas, T. (2020). Amerindians in the Iberian World. In F. Bouza, P. Cardim, & A. Feros (Eds.), *The Iberian World 1450-1820* (pp. 357-374). Routledge.
- Andrade, T. (2008). *How Taiwan became Chinese: Dutch, Spanish, and Han Colonization in the Seventeenth century*. Columbia University Press.
- Andrade, T. (2011). *Lost colony: The untold story of China's first great victory over the West*. Princeton University Press.
- Anônimo. (2010). *História da conquista da Paraíba* (Edições do Senado Federal, Vol. 73). Senado Federal.
- Ata Diária do Alto e Secreto Conselho do Brasil. (1645a, abr. 11). [NL-HaNA_1.05.01.01, inventário 70, fôlios 34 a 48, imagens 1208-1222]. Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais. Arquivo Nacional, Haia, Países Baixos.
- Ata Diária do Alto e Secreto Conselho do Brasil. (1645b, abr. 11). [NL-HANA_1.05.01.01, inventário 70, fôlios 40 a 42, imagens 1214-1216]. Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais. Arquivo Nacional, Haia, Países Baixos.
- Ata Diária do Alto e Secreto Conselho do Brasil. (1645c, abr. 11). [NL-HANA_1.05.01.01, inventário 70, fôlios 40 a 47, imagens 1214-1221]. Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais. Arquivo Nacional, Haia, Países Baixos.
- Ata Diária do Alto e Secreto Conselho no Brasil. (1645d, abr. 11). [NL-HANA_1.05.01.01, inventário 70, fôlio 48, imagem 1222]. Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais. Arquivo Nacional, Haia, Países Baixos.
- Ata Diária do Alto e Secreto Conselho no Brasil. (1645e, abr. 11). [NL-HANA_1.05.01.01, inventário 70, fôlios 40 a 42, imagens 1214-1216, 1ª, 6ª e 7ª representações]. Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais. Arquivo Nacional, Haia, Países Baixos.
- Ata Diária do Alto e Secreto Conselho no Brasil. (1645f, abr. 11). [NL-HANA_1.05.01.01, inventário 70, fôlios 41 a 42, imagens 1215-1216, 5ª e 7ª representações]. Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais. Arquivo Nacional, Haia, Países Baixos.
- Ata Diária do Alto e Secreto Conselho do Brasil. (1645, abr. 12). [NL-HANA_1.05.01.01, inventário 70, fôlio 49, imagem 1223]. Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais. Arquivo Nacional, Haia, Países Baixos.
- Ata Diária do Alto e Secreto Conselho do Brasil. (1645, jul. 3). [NL-HANA_1.05.01.01, inventário 70, fôlios 26 a 27, imagens 1364-1365]. Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais. Arquivo Nacional, Haia, Países Baixos.
- Barcelos, A. H. F., & Neumann, E. (2022). *A razão gráfica missioneira: escrita e cartografia indígena nas Reduções da América colonial*. Martins Livreiro.
- Baro, R. (1979 [1647]). *Relação da viagem ao país dos Tapuias*. Itatiaia/Edusp.
- Bel, M. van den, & Françoze, M. (2023). *The Tapuia of Northeastern Brazil in Dutch sources (1628-1648)*. Brill.
- Boogaart, E. van den (1979). Infernal allies: The Dutch West India Company and the Tarairiu 1631-1654. In E. van den Boogaart, H. R. Hoetink, & P. J. P. Whitehead (Eds.), *Johan Maurits van Nassau-Siegen 1604-1679. A humanist prince in Europe and Brazil* (pp. 519-538). The Johan Maurits van Nassau Stichting.
- Boxer, C. R. (1965). *The Dutch Seaborne Empire 1600-1800*. Hutchinson.
- Boxer, C. R. (2004). *Os holandeses no Brasil*. Companhia Editora de Pernambuco.
- Brandão, A. F. (2010). *Diálogos das grandezas do Brasil* (Vol. 134). Senado Federal.
- Brito, S. B. R. (2020). *A conquista do Rio Ruim: a Paraíba na Monarquia Hispânica (1570-1630)* [Tese de doutorado, Universidade de Salamanca].
- Camarão, A. F. (1645, ago. 19). *Carta de Antônio Filipe Camarão para um receptor desconhecido* [NL-HaNA_OWIC_1.05.01.01, inventário 62, documento 57, imagem 0001]. Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais. Arquivo Nacional, Haia, Países Baixos.

- Camarão, A. F. (1645a, out. 4). *Carta de Antônio Felipe Camarão para Pieter Poty* [NL-HaNA_1.05.01.01, inventário 62, documento 53, imagens 0001-0003]. Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais. Arquivo Nacional, Haia, Países Baixos.
- Camarão, A. F. (1645b, out. 4). *Carta de Antônio Filipe Camarão para Antônio Paraupaba* [NL-HaNA_OWIC_1.05.01.01, inventário 62, documento 55, imagens 0001-0004]. Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais. Arquivo Nacional, Haia, Países Baixos.
- Camarão, D. P. (1645a, out. 21). *Carta de Diogo Pinheiro Camarão para Pieter Poty* [NL-HaNA_1.05.01.01, inventário 62, documento 52, imagens 0001-0003]. Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais. Arquivo Nacional, Haia, Países Baixos.
- Camarão, D. P. (1645b, out. 21). *Carta de Diogo Pinheiro Camarão para Baltazar Araberana* [HaNA_OWIC_1.05.01.01, inventário 62, documento 54, imagens 0001-0004]. Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais. Arquivo Nacional, Haia, Países Baixos.
- Cardoso, A. C. (2012). *Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)* [Tese de doutorado, Universidade de Salamanca].
- Cerno, L., & Obermeier, F. (2013). Cartas de indígenas potiguaras de las Guerras Holandesas en el Brasil (1645-1646). *Corpus*, 3(1), 1-5.
- Chiu, H. H. (2007). *The colonial 'civilizing process' in Dutch Formosa 1624-1662* [Tese de doutorado, Universiteit Leiden].
- Clastres, P. (2013). *A sociedade contra o Estado: pesquisas de Antropologia política*. Cosac Naify.
- Concept van Regieringe soo in politie als justitie onder de autoriteit van Ho. Mo. Heren de Staten General van wegen de Geocroijeerde Westindische Compagnie aen te stellen in de Bahia de Todos los Sanctos ende andere plaetsen (met Godts hulpen noch te veroveren in Brasil)*. (1624, out. 14). [NL-HANA_1.01.02, inventário 5751A, imagens 0247-0255]. Arquivo dos Estados Gerais. Arquivo Nacional, Haia, Países Baixos.
- Costa, D. (1646, out. 17). *Carta de Diogo da Costa para Pieter Poty* [NL-HaNA_1.05.01.01, inventário 62, documento 56, imagens 0001-0002]. Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais. Arquivo Nacional, Haia, Países Baixos.
- Ebert, C. (2008). *Between Empires: Brazilian Sugar in the Early Atlantic Economy 1550-1630*. Brill.
- Elias, J. L. (2002). Um documento quase inédito: participação dos povos indígenas na Burocracia Colonial. *Clio Arqueológica*, (15), 243-251. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/cioarqueologica/article/view/247001>
- Elias, J. L. (2005). *Militarização indígena na Capitania de Pernambuco no século XVII: Caso Camarão* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco]. Repositório Digital da UFPE. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7533>
- Farias, E. K. G. (2014). *Mulheres indígenas imersas nas lutas: Vivências e ações femininas nas guerras e conflitos ao Norte da América Portuguesa (1576-1770)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal Rural de Pernambuco]. PGH URPE. https://www.pgh.ufrpe.br/dissertacoes?field_an_value=&page=11
- Fausto, C. (1992). Fragmentos de história e cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In M. Carneiro da Cunha (Ed.), *História dos Índios no Brasil* (pp. 381-396). Companhia das Letras.
- Fausto, C. (2010). *Os índios antes do Brasil* (4. ed.). Zahar.
- Fernandes, F. (1963). *Organização social dos Tupinambá* (2. ed.). Difusão Europeia do Livro.
- Fernandes, F. (2006). *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. Editora Globo.
- Fernandes, J. A. (2003). *De cunhã a mameluca: a mulher tupinambá e o nascimento do Brasil*. Editora da UFPB.
- Fernandes, J. A. (2004). *Selvagens bededeiras: álcool, embriaguez e contatos culturais no Brasil Colonial* [Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense]. Repositório Institucional UFF. <http://app.uff.br/riuff/handle/1/25015>
- Ferreira, D. B. G. M. (2022). *Os governadores dos Índios do Estado do Brasil: Ascensão, consolidação e decadência (1630-1755)* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/54045>
- Fujimoto, J. (2016). *A guerra indígena como guerra colonial: as representações e o lugar da belicosidade indígena e da antropofagia no Brasil colonial (séculos XVI e XVII)* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Repositório USP. <https://repositorio.usp.br/item/002833978>
- Gaastra, F. S. (2003). *The Dutch East India Company: Expansion and Decline*. Walburg Pers.
- Gerritsz, H. (1628). *Roteiro das Índias Ocidentais* [Referência MSS 1312882]. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
- Gonçalves, R. C. (2004). *Guerras e açúcares: política e economia na capitania da Parahyba (1585-1630)* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].
- Guzmán, D. A., & Hulsman, L. (2016). *Holandeses na Amazônia (1620-1650): documentos inéditos*. Imprensa Oficial do Estado.

- Hamel, H., Bullestrate, A. van, & Bas, P. J. (2004 [1946]). Relatório apresentado por escrito aos Nobres e Poderosos Senhores Deputados do Conselho dos XIX, e entregue pelos senhores H. Hamel, Adriaen van Bullestrate e P. Jansen Bas, sobre a situação e a organização dos referidos países, tal como se encontravam ao tempo de seu governo e de sua partida dali. In J. A. G. Mello (Ed.), *Fontes para a História do Brasil holandês: a administração da Conquista*. CEPE.
- Hauptman, L. M., & Knapp, R. G. (1977). Dutch-aboriginal interaction in New Netherland and Formosa: An historical geography of empire. *Proceedings of the American Philosophical Society*, 121(2), 166-182. <https://www.jstor.org/stable/986525>
- Hemming, J. (2007). *Ouro vermelho: a conquista dos índios brasileiros*. Edusp.
- Hulsman, L. (2005). Brazilian Indians in the Dutch Republic: The Remonstrances of Antonio Paraupaba to the States General in 1654 and 1656. *Itinerario*, 29(1), 51-78. <https://doi.org/10.1017/S0165115300021690>
- Hulsman, L. (2006). Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656. *Revista de História*, (154), 37-69. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i154p37-69>
- Ibáñez Bonillo, P. (2016). *La conquista portuguesa del estuario Amazónico: Identidad, Guerra, Frontera (1612-1654)* [Tese de doutorado, Universidad Pablo de Olavide de Sevilla].
- Israel, J. I. (2002). *Dutch Primacy in World Trade, 1585-1740*. Clarendon.
- Knivet, A. (1906). The admirable adventures and strange fortunes of Master Antonie Knivet, which went with Master Thomas Candish in his second voyage to the south sea. 1591. In S. Purchas (Ed.), *Hakluytus Posthumus or purchas his pilgrimes* (Vol. 16, Chap. 7, pp. 177-289). James McLehose and Sons.
- Krommen, R. (1997). *Mathias Beck e a Cia. das Índias Ocidentais (O domínio holandês no Ceará colonial)*. UFC.
- Laet, J. (1912). *História ou annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes: desde o seu começo até o fim do anno de 1636* (Annaes da Bibliotheca Nacional, Vol. 30). Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional. https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/402630/per402630_1908_00030.pdf
- Lista das pessoas que se encontravam na Nova Walcheren. (1668, jul. 5). [NL-MdbZA_2, inventário 2035.1, número 50, fólio 1]. Arquivo da Zelândia, Middelburgo, Países Baixos.
- Luciani, F. T. (2012). *Municípios e Escabinos: poder local e guerra de restauração no Brasil holandês (1630-1654)*. Alameda.
- Melatti, J. C. (2014). *Índios do Brasil*. Edusp. <https://doi.org/10.34177/978-85-314-1013-0>
- Mello, E. C. (Org.). (2010). *O Brasil holandês (1630-1654)*. Penguin & Companhia das Letras.
- Mello, J. A. G. (2001). *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. Topbooks.
- Mello, J. A. G. (2004). (Ed.). *Fontes para a História do Brasil holandês: a administração da Conquista*. CEPE.
- Meulen, J. van der (2023, set.). Performing political hierarchies at the diets of Guelders, Dutch Formosa, and New Netherland (17th century). In *Parliamentary Culture in Colonial Contexts, c. 1500-c. 1700*, Universidade de Oxford, Oxford.
- Meuwese, M. (2003). 'For the peace and well-being of the country': intercultural mediators and Dutch-Indian relations in New Netherland and Dutch Brazil, 1600-1664 [Tese de doutorado, University of Notre Dame]. <https://doi.org/10.7274/6m311n81g6m>
- Meuwese, M. (2011). The opportunities and limits of ethnic soldiering: the Tupis and the Dutch-Portuguese struggle for the Southern Atlantic, 1630-1657. In W. E. Lee (Ed.), *Empires and Indigenes: intercultural alliance, imperial expansion, and warfare in the early modern World* (pp. 193-220). New York University Press.
- Meuwese, M. (2012). *Brothers in Arms, Partners in Trade: Dutch-Indigenous Alliances in the Atlantic World, 1595-1674*. Brill.
- Miranda, B. R. F. (2014). *Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. EDUFPE.
- Miranda, B. R. F. (2020). The Dutch in Brazil, 1624-1654. In G. Palacios, S. W. Garfield, H. Mattos, & R. Raminelli (Eds.), *The Oxford Encyclopedia of Brazilian History and Culture* (pp. 1-21). Oxford University Press.
- Miranda, B., Xucuru-Kariri, R., & Costa, S. L. (2024). Um escrito inédito do indígena Antônio Paraupaba e o ocaso das relações potiguara-neerlandesas (1654-1656). *Revista de História*, (183), A05724. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2024.225613>
- Miranda, B. (2025, fev.). Dados de replicação para o artigo A representação dos Potiguara na Assembleia de Tapesserica (1645). Estudo e tradução de um escrito indígena das Guerras do Açúcar. [SciELO Data, V2]. <https://doi.org/10.48331/scielodata.XY33NV>
- Monteiro, J. M. (1994). *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. Companhia das Letras.
- Monteiro, J. M. (1995). O desafio da história indígena no Brasil. In A. L. Silva, & L. D. B. Grupioni (Orgs.), *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus* (pp. 221-228). MEC/MARI/UNESCO.

- Monteiro, J. M. (2008). The crises and transformations of invaded societies: Costal Brazil in the sixteenth century. In F. Salomon, & S. B. Schwartz (Eds.), *The Cambridge History of the native peoples of the Americas* (Vol. 4, Chap. 13, pp. 973-1023). Cambridge University Press.
- Montserrat, R., Barros, C., & Barbosa, B. F. (2020). Um escrito tupi do capitão Soares Parayba (1645). *Corpus*, 10(2), 1-16.
- Moonen, F. (2008). *Os índios Potiguara da Paraíba* (2. ed.). [s/n]. https://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/lucianomaia/moonen_indios_potiguara_pb_2008.pdf
- Moreno, D. C. (2011). *Jornada do Maranhão por ordem de sua Majestade feita o ano de 1614*. Senado Federal.
- Navarro, E. A. (2022). Transcrição e tradução integral anotada das cartas dos índios Camarões, escritas em 1645 em tupi antigo. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 17(3), e20210034. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0034>
- Navarro, L. S. (2019). *O direito no império holandês: perspectivas atlânticas sobre o funcionamento da justiça nas colônias holandesas nas Américas (1621-1664)* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná]. Acervo Digital da UFPR. <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/65813?show=full>
- Neme, M. (1971). *Fórmulas políticas no Brasil holandês*. Difusão Europeia do Livro.
- Neumann, E. (2015). *Letra de índios: cultura escrita, comunicação e memória indígena nas Reduções do Paraguai*. Nhanduti Editora.
- Paraupaba, A. (1654, out. 30). *Carta de Antônio Paraupaba a Johan de Witt* [3.01.17, número 2885, imagens 0001-0003, NL-HaNA 3.01.17, número 2885, imagens 0001-0003]. Inventário dos arquivos de Johan de Witt, Grande Pensionário da Holanda (1653-1672). Arquivo Nacional, Haia, Países Baixos.
- Pereira da Costa, F. A. (1952). *Anais Pernambucanos, 1635-1665*. Arquivo Público Estadual.
- Perrone-Moisés, B., & Sztutman, R. (2010). Notícias de uma certa confederação Tamoio. *Mana*, 16(2), 401-433. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132010000200007>
- Perrone-Moisés, B. (2011). Bons chefes, maus chefes, chefões: elementos de filosofia política ameríndia. *Revista de Antropologia*, 54(2), 857-883. <https://www.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2011.39649>
- Pompa, M. C. (2003). *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. USC.
- Poty, P. (ca. 1631). *Carta de Pieter Poty* [NL-HANA 1.05.01.01, inventário 49, documento 118, imagem 0001]. Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais. Arquivo Nacional, Haia, Países Baixos.
- Poty, P. (1645, out. 31). *Carta de Pieter Poty para Antônio Felipe Camarão e Diego da Costa* [NL-HaNA 1.05.01.01, inventário 61, documento 59, imagens 0001-0004]. Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais. Arquivo Nacional, Haia, Países Baixos.
- Prous, A. (1991). *Arqueologia brasileira*. Editora UnB.
- Raminelli, R. J. (2011). Nobreza indígena: os chefes potiguares, 1633-1695. In J. P. Oliveira (Org.), *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória* (pp. 47-67). Contra Capa.
- Raminelli, R. J. (2015). *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. FGV.
- Regimento do governo das praças conquistadas ou que forem conquistadas nas Índias Ocidentais. (1886). *Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano*, (30), 289-310.
- Salvador, V., Frei (2010). *História do Brasil* (Edições do Senado Federal, Vol. 131). Senado Federal.
- Santos Pérez, J. M. (2016). Filipe III e a ameaça neerlandesa no Brasil: medos globais, estratégia real e respostas locais. In K. V. Silva (Org.), *Histórias conectadas. Ensaio sobre história global, comparada e colonial na Idade Moderna (Brasil, Ásia e América Hispânica)* (pp. 146-168). Autografia.
- Schalkwijk, F. L. (2004). *Igreja e Estado no Brasil holandês (1630 a 1654)*. Editora Cultura Cristã.
- Silva, L. L. (2023). *Brasiliaens Dorp: aldeamento colonial e agência indígena nas Capitânicas do Norte durante o Brasil Holandês (1633-1645)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal Rural de Pernambuco].
- Sousa, G. S. (2000). *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Massangana. <https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/tratado-descritivo-do-brasil-em-1587.pdf>
- Souto Maior, P. (1910). Uma assembleia de índios em Pernambuco. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, 15(79), 61-77.
- Souto Maior, P. (1913). *Fastos Pernambucanos*. Imprensa Nacional.
- Teensma, B. N. (2009). *Suiker, verfhout & tabak: Het Braziliaanse Handboek van Johannes de Laet*. Walburg Pers.
- Teensma, B. N., Miranda, B. R. F., & Xavier, L. W. F. (Orgs.). (2016). *Peter Hansen Hajstrup: Viagem ao Brasil (1644-1654)*. CePe Editora.
- Vainfas, R. (2009). O plano para o bom governo dos índios: um jesuíta a serviço da evangelização calvinista no Brasil holandês. *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica*, 27(2), 145-162. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/24149>

- van den Tol, J. (2020). Non-Dutch Petitions in the Seventeenth-Century Dutch Atlantic. *Early Modern Low Countries*, 4(2), 158-180. <http://dx.doi.org/10.18352/emlc.144>
- Zandt, C. J. van. (2008). *Brothers among Nations: The Pursuit of Intercultural Alliances in Early America 1580-1660*. Oxford University Press.
- Vieira, G. K. A. (2011). Entre perdas, feitos e barganhas: a elite indígena na capitania de Pernambuco, 1669-1732. In J. P. Oliveira (Org.), *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória* (pp. 69-90). Contra Capa.

DADOS DA PESQUISA

Os dados foram depositados no repositório SciELO Data e podem ser acessados em Miranda (2025).

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AVALIAÇÃO POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.

partie kus ter wil was ontrent de 2400 kist
gebbede Dacudo, die si inde voorgaande vloot
nide engebbede konde afgeledderijnen. Alsoo
die for en hoger prys als in de inget is, si
inget oest, wil versceender op der moe
drij a 48 scekenen. (Vader door vader medt)
Die langer hier geoude vredeende groote
seade sonder eyden, dat si vider is dat die
der ten voor ande vrede afgeleiden word
te den oversace gemaect was de 5 scep
alhier tot eaden gedoft inder sonder colu
minus, gebouwen daer in made plaats
te wof voor 2600 kus den, wader van voor de Co
plaatsa moer Beijerich voor 400 kist, voender
Disimero Vas pernambuco tot betalinge
Vas diim wif selboudes adus om 5000
voor de Disimero Vas Hamarica 100 kist
soo dat voor particuliere made plaats sal
Beijerich voor ontrent 1500 kuster. te die
vredesce in bedene der genoud, om te die
genoud en yder bist sal come accommoder

RESENHA

Um registro para a história: o indigenismo na barbárie A historical account of indigenism amid barbarity

Por Marcos Pereira Rufino 

Universidade Federal de São Paulo
Guarulhos, Brasil
(mrufino@unifesp.br)



Ricardo, F. P., Klein, T.,
& Santos, T. M. (Eds.).
(2023). *Povos indígenas no
Brasil 2017/2022*. Instituto
Socioambiental.

A história do indigenismo no Brasil teve um importante momento de inflexão nas décadas de 70 e 80 do século XX, quando assistimos, em plena ditadura militar, à emergência de uma rede de apoio à causa indígena, formada por instituições da sociedade civil que reuniam antropólogos, indigenistas, missionários, advogados, jornalistas e outros agentes preocupados com o cenário de violência, expropriação territorial e infração aos direitos que atingiam os povos originários do país. Em um momento de intensa centralização da política indigenista e de fomento a

grandes projetos de infraestrutura que afetavam centenas de territórios indígenas, os 'amigos dos índios', alcunha que descrevia o campo político dos atores engajados na defesa dos direitos dessas coletividades, ocuparam um lugar crítico no processo histórico que desaguou na Constituição Federal de 1988 (Carneiro da Cunha, 2018) e na construção de um movimento indígena autônomo, que ganhou tração nas décadas seguintes (Rufino, 2022).

Dentre as ações oriundas desse campo de apoio à 'causa indígena', a mais importante delas talvez tenha sido as iniciativas voltadas a dar visibilidade a esses povos e às ameaças diversas que os afligiam nas diferentes regiões, em um contexto histórico em que a sociodiversidade nativa era desconhecida por quase todos no país. A série "Povos indígenas no Brasil", publicada ininterruptamente desde 1980, é certamente o mais conhecido esforço dessa rede de militantes e pesquisadores, preocupados em "colocar os indígenas no mapa"¹, em confronto direto com a narrativa de desaparecimento gradual de nossa alteridade autóctone e com a perspectiva assimilacionista do Estado à época. Produzida inicialmente pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), organização que se abrigava sob o guarda-chuva da Igreja Católica, em um momento de perseguição a sindicatos, movimentos sociais e organismos de esquerda, a série continuou a ser editada periodicamente pelo Instituto Socioambiental (ISA), que herdou o programa 'povos indígenas' do CEDI, após o fim da ditadura. Os muitos autores que contribuem no livro expressam a ampla rede de colaboradores locais (composta por indigenistas, indígenas e pesquisadores

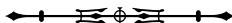
¹ Esta frase de Beto Ricardo, criador da publicação, expressa um dos maiores desafios dos 'amigos dos índios' à época e aponta para aquela que constituiria uma das características centrais da obra, que é apresentar as informações cartográficas atualizadas de cada um dos territórios indígenas no país (Ricardo & Arnt, 2024).

Rufino, M. (2025). Um registro para a história: o indigenismo na barbárie. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 20(1), e20230075. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2023-0075

Recebido em 14/04/2024

Aprovado em 09/12/2024

Responsabilidade editorial: Lucia Hussak Van Velthem



presentes em todas as regiões do país) que o ISA constituiu ao longo de todos esses anos.

Não há, provavelmente, algum pesquisador do indigenismo que não conheça o Pibão, apelido dado aos volumes da série, que cresceram em tamanho ao longo dos anos. Esta última edição, que percorre o período de 2017-2022, faz, em suas quase 900 páginas, a atualização de uma grande variedade de dados e informações preciosas para quem investiga o quadro mais amplo da situação indígena no Brasil (seja em termos gerais, seja as questões específicas de um determinado território) ou para aquele cuja pesquisa se concentra sobre um grupo, organização ou evento. Não à toa, os volumes da série aparecem na bibliografia de inúmeros artigos e livros quando estes tratam da quantidade de povos indígenas existentes, do número de línguas, das terras demarcadas; quando apontam as dimensões, os limites, histórico e a localização cartográfica de uma dada terra indígena; ou quando relatam o vai e vem das manobras legislativas e das políticas públicas direcionadas à diferença cultural.

Nesta última edição, como nas anteriores, o volume é dividido em duas grandes partes: a primeira é voltada aos grandes temas relacionados ao indigenismo no período; a segunda dirige-se às questões específicas das várias 'regiões etnográficas' do país. Na primeira parte, são dezenas de curtos artigos que cobrem discussões gerais, como a demografia, o cenário linguístico, a situação dos povos isolados, mas também temas tradicionais do indigenismo, como a legislação, o movimento indígena organizado, a política indigenista, as ações de desenvolvimento regional e as questões pertinentes às terras indígenas. Em meio a tantos textos, destaco, arbitrariamente, a entrevista com Marta Azevedo, demógrafa e ex-presidente da Fundação

Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), sobre os desafios do crescimento demográfico indígena revelado no Censo de 2022, as análises de Antenor Vaz e Tiago Moreira dos Santos sobre os grupos isolados, fortemente atacados neste período, o relato feito por Joênia Wapichana, atual presidente da FUNAI, de seu mandato como deputada federal, e os artigos que tratam das manobras legislativas e ações administrativas do governo em relação aos indígenas. O tradicional artigo de Fany Ricardo (editora deste e vários outros volumes anteriores), que a cada edição atualiza a movimentação no entorno da demarcação de terras, desta vez trata da ação estruturada dos governos Temer e Bolsonaro em impedir o reconhecimento de novos territórios. Diversas lideranças e pensadores indígenas participam dos oito artigos, dedicados a tratar do protagonismo dos povos originários, elaborando temas que vão da participação das mulheres nas organizações ao papel da literatura indígena contemporânea.

A segunda parte é dividida em 19 capítulos, cada um deles dedicados a uma região² do país. Esses capítulos regionais reúnem artigos produzidos por pesquisadores ou agentes da cena local, com destaque especial para a participação crescente de autores indígenas, que analisam os temas, os problemas e a conjuntura recente da região. Cada um deles traz também a seção "Aconteceu", que já fora o núcleo da série em seus primeiros números. Nessa seção, nos deparamos com o levantamento sistemático das notícias publicadas pela imprensa acerca de cada um dos povos e territórios presentes na região, resultado da coleta diária que a equipe do ISA realiza em centenas de veículos de informação de todas as unidades da federação. Episódios de violência contra indígenas, conflitos territoriais, intrusão de madeireiros e garimpeiros, mas também iniciativas

² Estas regiões ora coincidem com a divisão cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ora lembram as 'áreas etnográficas' de Curt Nimuendajú. Elas foram sendo constituídas ao longo das várias edições da série e fazem um agrupamento das populações em áreas que partilham de situações comuns que, por razões de espaço, não poderíamos explorar aqui. São elas: noroeste amazônico, Roraima Serra/Lavrado, Roraima Mata, Amapá/norte do Pará, Solimões, Javari, Juruá/Jutai/Purus, Tapajós/Madeira, sudeste do Pará, região Nordeste, Acre, Rondônia, oeste do Mato Grosso, Parque Indígena do Xingu, Goiás/Tocantins/Maranhão, leste do Mato Grosso, região Leste, Mato Grosso do Sul e região Sul.

de desenvolvimento regional e projetos geridos por organizações indígenas, ocupam boa parte desse noticiário, que raramente circula para além das fronteiras locais, e cuja coleta e sistematização em uma única publicação já constitui, em si mesma, um trabalho valioso para uma ampla variedade de interesses de pesquisa. Serve também ao movimento indígena e às organizações parceiras como um instrumento de memória da ação dos agentes, dos conflitos e dos impactos trazidos por obras ou políticas formuladas pelo Estado.

A 13ª edição de “Povos indígenas no Brasil” tem uma importância histórica pelo período temporal abrangido pelo volume, que percorre os governos Temer e Bolsonaro, marcados por ações alinhadas aos interesses anti-indígenas. O governo Bolsonaro, sobretudo, representou uma era de trevas para a nossa alteridade sicionativa (Rufino, 2023), produzindo uma política indigenista claramente anti-indígena, conduzida por missionários neopentecostais salvacionistas, obcecados com a assimilação da diferença cultural de centenas de povos à unidade pariforme cristã (Capiberibe, 2021). Em muitos de seus artigos, e mormente na cobertura das análises regionais, o Pibão revela os efeitos nefastos desses seis longos anos de desmantelamento da FUNAI, de inação absoluta nos procedimentos administrativos de demarcação territorial e de desarticulação dos instrumentos de proteção da biodiversidade que atingem, entre outras realidades, as terras indígenas. O título do artigo de Márcio Santilli, “A inversão do papel do Estado frente aos direitos indígenas”, expressa bem o que ocorreu nesse período.

Seria impossível, nos limites de uma resenha, apresentar todas as iniciativas e estratégias que fizeram do período Bolsonaro um dos momentos mais ameaçadores para os direitos indígenas nas últimas décadas. Mas, a partir dos artigos do volume, podemos elencar algumas das ações que deixarão para a história os anos cobertos por esta edição. Já em seu primeiro dia de governo, o presidente Bolsonaro assinou a Medida Provisória nº 870/2019, que reestrutura diversos órgãos do

executivo federal, produzindo fortes impactos na política indigenista oficial. A FUNAI seria retirada do Ministério da Justiça e entregue ao novo Ministério de Estado da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, conduzido por uma pastora evangélica que atuava na conversão religiosa de indígenas. Parte importante da sistemática de demarcação territorial, por sua vez, seria transferida para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Como nos mostra o Pibão, essa primeira linha de ataque ao arcabouço institucional de proteção de direitos tentava colocar em prática um repertório de medidas já aventadas anteriormente pelos interesses anti-indígenas no Congresso Nacional, e a urgência do governo em executá-lo já na abertura de sua gestão nos revelava a sanha combativa desses interesses ao longo dos meses seguintes. Essas mudanças foram barradas no Congresso Nacional, que aprovou a MP apenas em partes, deixando os assuntos indígenas intocados. O governo ainda iria insistir nessa frente, reeditando tais medidas em novas leis, mas desta vez foi o Supremo Tribunal Federal (STF) quem interveio, negando ao governo a possibilidade de recolocar ao Congresso matérias já deliberadas.

Em mais de um texto deste volume – entre os quais o de Márcio Santilli, supracitado –, aprendemos sobre a asfixia financeira da FUNAI. Bolsonaro, em seus quatro anos de mandato, foi absolutamente consistente no esvaziamento do órgão indigenista, impedindo a contratação de pessoal, a formação de grupos de trabalhos e diversas outras tarefas operacionais, essenciais para a demarcação territorial. O desprezo pela FUNAI, já documentado por outras edições do “Povos Indígenas no Brasil” (PIB) em governos anteriores, alcançou aqui o seu ápice. Baixa execução orçamentária e contingenciamento recorde de mais de 90% de seu orçamento fizeram do órgão indigenista um aparelho fantasma. Esse desmonte da FUNAI esteve alinhado ao propósito público de Bolsonaro de não demarcar nenhuma terra indígena em sua gestão. Esta promessa de campanha foi plenamente cumprida, apesar da mobilização contrária das organizações indígenas e das ações do

Ministério Público Federal (MPF), ambas descritas neste volume. O esvaziamento do órgão indigenista foi acompanhado também por um esvaziamento da categoria de indígena: ignorando os desafios trazidos pelo crescimento destas populações, objeto da reflexão de Marta Azevedo em sua entrevista, o governo assume como indígenas apenas aqueles que residem em terras indígenas demarcadas, deixando desguarnecido um expressivo contingente de grupos desterrados, com direitos territoriais pendentes, ou situados nas periferias urbanas.

O anti-indigenismo do executivo federal sob Bolsonaro se mostrou também em fatos inusitados, nunca observados no indigenismo oficial do período pós-militar. Na cobertura das notícias, feitas ao fim dos 'capítulos regionais', mas também na análise jurídica do indigenismo de Bolsonaro da primeira parte do volume, nos deparamos com uma atitude inédita da FUNAI: as suas declarações de 'desinteresse' em ações legais de garantia de permanência dos indígenas em seus territórios não homologados, mas objetos de ação liminar na justiça. Grupos indígenas inteiros são ameaçados de despejo em ações de reintegração de posse, pois a FUNAI se recusou a cumprir sua missão institucional, em situação flagrante de prevaricação. Vemos, então, que não se tratou apenas de dismantelar o aparelho indigenista por meio de asfixia orçamentária, o que impediu o trabalho daqueles servidores públicos comprometidos com as demandas indígenas, mas outrossim de forçar o órgão a renunciar a seus compromissos estatutários.

Devemos citar, ainda, o Projeto de Lei 191/2020, um dos destaques da discussão feita neste "Povos indígenas no Brasil". Se aprovada, esta iniciativa do governo abriria as terras indígenas para um amplo leque de atividades econômicas, todas elas de grande impacto socioambiental. O garimpo, atividade das mais predatórias para os povos indígenas e cuja discussão se faz presente em praticamente todo o livro, seria uma dessas atividades. Mas também a lavra de petróleo e gás, a construção de usinas hidrelétricas, a pesquisa e o cultivo de variedades transgênicas, a exploração do turismo e a construção das mais diversas obras de

infraestrutura. Esse Projeto de Lei nos conduz ainda a outra ação do governo, que foi a campanha pela saída do país da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que determina a consulta prévia, livre e informada dos povos originários em todas as ações que afetem as suas terras e vidas. Com o fim da Convenção 169, os indígenas enfim deixariam, na visão de Bolsonaro, de obstruir o desenvolvimento econômico do país.

O livro, em contrapartida, documenta habilmente os vários obstáculos enfrentados pelas forças anti-indígenas que, nesses anos, ganharam novo ímpeto e foram abrigadas em posições estratégicas do governo. A força e a importância dos direitos indígenas fixados na Constituição de 1988 ancoraram conquistas importantes e muniram o MPF, as organizações indígenas, o poder judiciário e mesmo o Congresso Nacional de dispositivos imprescindíveis para barrar os esforços do governo em reverter as demarcações e em aniquilar o sistema regulatório que dá forma às áreas protegidas, como as terras indígenas e as unidades de conservação da natureza. A julgar pelas análises e pelo farto material noticioso dos capítulos regionais, o governo Bolsonaro submeteu os direitos indígenas e as instituições responsáveis em garantir a sua observância a um grande teste de estresse, mas podemos afirmar que, em grande medida, esses direitos e instituições resistiram. Ao lado de histórias dramáticas, como a grave crise social entre os Yanomami produzida novamente pela intrusão massiva do garimpo, a irresponsabilidade do governo na gestão da pandemia de Covid-19 ou o assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, no Vale do Javari, esta edição narra também as ações de resistência e contraposição ao esforço anti-indígena do governo, com atenção especial ao fortalecimento consistente do protagonismo indígena.

A propósito desse empoderamento indígena na proposição de pautas e na discussão de assuntos que lhe são atinentes, é visível o crescente ativismo intelectual de agentes indígenas, presentes nas direções das organizações, mas também em espaços que, até

pouco atrás, não eram vistos de forma costumeira, como as universidades e outras instituições da sociedade civil. É notável a presença de indígenas não mais como informantes ou testemunhas, mas como autores dos textos que contam suas histórias. Esta edição de “Povos indígenas no Brasil” ilustra esse novo momento, ao dar espaço para que lideranças, pesquisadores e pensadores indígenas analisem, descrevam e narrem o que outrora era feito por outros. O seu lançamento se dá no início de um novo governo, que promete ser radicalmente distinto das duas gestões anteriores e, como em uma alegoria, a estrutura do livro antecipa o que começamos a ver nesta nova política indigenista: líderes indígenas ocupando os espaços decisórios da FUNAI e também do novo Ministério dos Povos Indígenas. Neste volume, podemos ouvir muitas dessas vozes fazendo o balanço de um dos períodos mais marcantes da história do indigenismo no país, que combinou trevas e luzes de maneira dramática. Trata-se de um material relevante para a pesquisa e investigação desses seis anos, marcados pelo choque entre o mais fabuloso ataque aos direitos indígenas dos últimos anos e a resistência consistente de uma ampla rede de atores, apoiada no texto constitucional e em instituições republicanas responsáveis pelo cumprimento da lei.

REFERÊNCIAS

- Capiberibe, A. (2021). Reaching souls, liberating lands: cross-cultural evangelical missions and Bolsonaro's government. *Brazilian Political Science Review*, 15(2), e0003. <https://doi.org/10.1590/1981-3821202100020002>
- Carneiro da Cunha, M. (2018). Índios na Constituição. *Novos Estudos CEBRAP*, 37(3), 429-443. <https://www.scielo.br/j/nec/a/d9Kq7jjTt8GqR8DqBSgQbTK/?lang=pt>
- Medida Provisória nº 870. (2019, jan. 1). Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/mpv/mpv870.htm
- Projeto de Lei 191/2020. (2020, fev. 6). Regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236765&fichaAmigavel=nao>
- Ricardo, B., & Arnt, R. (2024). *Uma enciclopédia nos trópicos - memórias de um socioambientalista*. Zahar.
- Rufino, M. P. (2022). Protagonismo, direitos e política indigenista no Brasil contemporâneo. In A. R. A. Machado & V. Macedo (Orgs.), *Povos indígenas entre olhares* (pp. 45-76). Edições Sesc São Paulo, Editora Unifesp.
- Rufino, M. P. (2023). Raiva, medo e o pequeno número: o indigenismo bolsonarista a partir de Arjun Appadurai. *Revista de Antropologia*, 66, e189414. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.189414>

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMANAS

POLÍTICA EDITORIAL

Foco e escopo

O *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* tem como missão publicar trabalhos originais em arqueologia, história, antropologia, linguística indígena e disciplinas correlatas, bem como promover a diversidade no que se refere à equidade de gêneros e grupos étnicos e à representatividade geográfica.

Políticas de seção

A revista aceita colaborações em português, espanhol, inglês e francês para as seguintes seções:

Artigos Científicos – textos analíticos originais, resultantes de pesquisas com contribuição efetiva para o avanço do conhecimento. De 15 até 30 laudas.

Artigos de Revisão – textos analíticos ou ensaísticos originais, com revisão bibliográfica ou teórica de determinado assunto ou tema. De 15 até 30 laudas.

Notas de Pesquisa – relato preliminar mais curto que um artigo, sobre observações de campo, dificuldades e progressos de pesquisa em andamento, enfatizando hipóteses, comentando fontes, resultados parciais, métodos e técnicas utilizados. Até 15 laudas.

Memória – seção que se destina à divulgação de acervos ou seus componentes que tenham relevância para a pesquisa científica; de documentos transcritos parcial ou integralmente, acompanhados de texto introdutório; e de ensaios biográficos, incluindo obituário ou memórias pessoais. Até 20 laudas.

Debate – ensaios críticos sobre temas da atualidade. Até 15 laudas.

Resenhas Bibliográficas – texto descritivo e/ou crítico de obras publicadas na forma impressa ou eletrônica. Até cinco laudas.

Teses e Dissertações – descrição sucinta, sem bibliografia, de dissertações de mestrado, teses de doutorado e livedocência. Uma lauda.

O *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* publica resumos de teses e dissertações, mas não publica capítulos de teses ou de dissertações. Entendida a necessidade e o interesse acadêmico na divulgação de resultados oriundos da formação em nível de pós-graduação, recomenda-se, para esses casos, a produção de artigo científico com texto distinto do original, dando ênfase ao que se destaca na pesquisa da tese ou dissertação e com uso de citação direta, onde adequado. Essa orientação contempla monografias em geral, bem como trabalhos de conclusão de curso de graduação.

A revista não aceita resumos expandidos, textos na forma de relatório e nem trabalhos previamente publicados em qualquer meio de acesso público, com exceção para Preprints, que são manuscritos não avaliados por um periódico científico ou já avaliados, mas em processo de publicação, disponibilizados em servidores de preprints confiáveis. A editoria recomenda aos autores que disponibilizem os manuscritos à base SciELO Preprints (<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo>).

Ciência aberta

O periódico atua em conformidade com a Ciência Aberta e com os Critérios SciELO.

Cobrança de Taxas

O periódico é de acesso aberto, o que significa que todo o conteúdo está disponível gratuitamente, sem custo para o usuário ou instituição. Também não são cobradas taxas para submissão de manuscritos ou para a publicação.

Processo de avaliação pelos pares

A revista possui um Conselho Científico. Os trabalhos submetidos são primeiramente avaliados pelo Editor Científico ou por um dos Editores Associados. O Editor reserva-se o direito de sugerir alterações nos trabalhos recebidos ou devolvê-los, caso não estejam de acordo com os critérios exigidos para publicação.

Uma vez aceitos, os artigos seguem para avaliação dos pares (*peer-review*). Os artigos são analisados por dois especialistas, no mínimo, que não integram a Comissão Editorial e emitem pareceres independentes. Caso haja discordância entre os pareceres, o trabalho é submetido a outro(s) especialista(s). Caso mudanças ou correções sejam recomendadas, o trabalho é devolvido ao(s) autor(es), que terão um prazo de 30 dias para elaborar nova versão. Em atenção aos princípios de equidade étnica, de gênero e de representatividade geográfica, a revista tem o compromisso de potencializar a diversidade de opiniões especialistas, resguardados, obviamente, os princípios de expertise e formação exigidos. Após receber os pareceres anônimos, o Editor decide quanto à aceitação do artigo para publicação. Se aceito, o(s) autor(es) é(são) convidado(s) a revisar o artigo com base nos pareceres e nas observações do Editor. O(s) autor(es) deve(m) explicar como a revisão foi realizada, dar justificativa em caso de não acatar sugestão dos pareceres, devendo obrigatoriamente usar a ferramenta “Controle de alterações” do *Word* para realizar as alterações no texto. O artigo revisado deve ser enviado através da plataforma *online*, por meio do *link* de revisão disponível em “PAINEL AUTOR” na plataforma *ScholarOne*, clicando em “CRIAR UMA REVISÃO”.

Após a aprovação, os trabalhos são publicados por ordem de chegada. O Editor Científico também pode determinar o momento mais oportuno.

Um autor só poderá submeter nova contribuição passado período de 12 meses a contar da data da submissão anterior.

Ao final do documento, um fluxograma demonstra as etapas do processamento editorial na revista.

Contribuição dos Autores

No momento da submissão, é necessário informar sobre a contribuição de cada um dos autores, seguintes as categorias segundo o CRediT: 1) Administração de projeto; 2) Análise formal; 3) Aquisição de financiamento; 4) Conceituação; 5) Curadoria de dados; 6) Escrita - rascunho original; 7) Escrita - revisão e edição; 8) Investigação; 9) Metodologia; 10) Recursos; 11) Software; 12) Supervisão; 13) Validação; 14) Visualização. Essas informações são publicadas na última página do artigo.

Política de *preprint*

Como forma de acelerar a comunicação científica, o periódico recomenda o depósito de suas submissões na SciELO Preprints (<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo>) não sendo admitida, porém, a submissão simultânea para outro periódico. As submissões compartilham com os periódicos o ineditismo na publicação e o processo de avaliação não utilizará o procedimento duplo anonimizado, visto que, com a publicação na categoria Preprints, a autoria passa a ser conhecida. As contribuições passarão pelo processo de avaliação e, caso aceitas, os autores devem atualizar os registros no servidor de Preprints e informar a referência completa da publicação feita. Em caso de depósito de Preprint, os autores devem informar o link em um arquivo à parte, denominado “Preprint”, a ser submetido junto com o documento principal no momento do encaminhamento da contribuição, na Etapa 2: Carregamento de arquivos.

Política de dados

Após a aprovação dos artigos, recomenda-se que os autores depositem os dados associados à pesquisa na interface da revista no repositório SciELOData (<https://data.scielo.org/dataverse/brbgoeldi>). A recomendação aplica-se apenas para casos que não apresentem questões éticas ou legais. Para informações sobre o depósito dos dados no repositório SciELOData, acesse https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Guia_deposito_pt.pdf.

Dados de pesquisa são registros científicos gerados ao longo do processo de investigação e essenciais para a validação dos resultados obtidos, a exemplo de projetos de pesquisa, relatórios submetidos a agências de fomento, descrições de acervos utilizados, tabelas, quadros e informações estatísticas não incluídas no artigo, bem como gravações ou transcrições de entrevistas orais. Todos os dados de pesquisa citados no manuscrito e já disponibilizados publicamente devem ser devidamente referenciados e listados na seção de referências (para informações sobre como citar esses documentos, acesse https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/guia-de-citacao-de-dados_pt.pdf).

Aos autores é obrigatória a assinatura do Formulário sobre conformidade com a Ciência Aberta a ser enviada junto com a versão prévia à publicação do artigo. Em caso de depósito em outros repositórios, o autor deverá informar o link nesta etapa à revista, por meio da declaração. Recomenda-se acessar a lista de repositórios para depósito de dados de pesquisa fornecida pela coleção SciELO, disponível em https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Lista-de-Repositorios-Recomendados_pt.pdf

Política de acessibilidade

É compromisso da revista a incorporação de recursos visuais e auditivos inerentes à inclusão e à acessibilidade. A autoria de cada submissão aceita para publicação deve enviar gravação em vídeo com a leitura de resumos dos artigos que será associado ao artigo publicado com acesso via link para usuários que necessitem ou desejem utilizar esse tipo de mídia.

Recomendações éticas

O periódico segue as diretrizes do *Committee on Publication Ethics* (COPE), bem como o uso do “Guia de boas práticas para o fortalecimento da ética na publicação científica”. (2018), e segue as recomendações do Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas (*International Committee of Medical Journal Editors* - ICMJE) para garantir a integridade dos resultados publicados pela revista.

O plágio é visto como um crime editorial, sendo uma conduta inaceitável para o periódico. Como forma de evitar esta falta de ética, o *BMPEG. Ciências Humanas* utiliza o *software* antiplágio *iThenticate*, do *Crossref*.

Declaração de direitos autorais

Todo o conteúdo do periódico, está licenciado sob uma *Licença* Creative Commons do tipo atribuição CC-BY. Nessa modalidade, as autoras mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação. Após a primeira publicação na revista, autoras poderão assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho como publicada nesta revista em repositório institucional ou publicar como capítulo de livro, com o devido reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. O Boletim segue as recomendações do Movimento de Acesso Aberto (Open Access), disponibilizando todo o seu conteúdo de modo online e gratuito.

Pesquisas com seres humanos

Pesquisas que envolvam seres humanos devem atender à Resolução CNS nº 466/2012 <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Em submissões resultantes de pesquisas com grupos humanos, é atribuição do(s) autor(es) enviarem, no ato da submissão do manuscrito, o termo de consentimento livre e esclarecido, documento pertinente ao cadastramento do estudo no Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos. Recomenda-se ainda que os autores mencionem no manuscrito a aprovação a aprovação da pesquisa por Comitê de Ética reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, do Conselho Nacional de Saúde (CONEP-CNS).

Indexadores

Anthropological Index Online;

Anthropological Literature;

Directory of Open Access Journals (DOAJ);

Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociales y Humanidades (CLASE);

Latindex;

Redalyc;

Scientific Electronic Library Online (SciELO);

SCOPUS ELSEVIER.

Apresentação de artigos

O *Boletim* recebe contribuições somente em formato digital. Os arquivos digitais dos artigos devem ser submetidos *online* na plataforma *ScholarOne* via o site da revista <http://http://editora.museu-goeldi.br/humanas> ou diretamente via o *link* <https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>, fornecendo obrigatoriamente as informações solicitadas pela plataforma. Antes de enviar seu trabalho, o autor precisa verificar se foram cumpridas as normas da revista. Disso depende o início do processo editorial.

O Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas não aceita submissões simultâneas de autor ou coautor. Um prazo de 12 meses deve ser observado para submissão de uma nova contribuição.

Cadastramento

O(s) autor(es) deve(m) realizar o cadastro (*Login/Senha*), criando uma conta pessoal na plataforma *online*, na seção "CRIAR UMA CONTA", e preencher corretamente o perfil. O cadastramento/criação de uma conta precisa ser feito somente uma vez. Após isso, a conta deve ser usada para todas as submissões de trabalhos, revisões e pareceres.

Ao submeter o artigo, é necessário que todos os autores realizem cadastro na base de identificação acadêmica internacional *Connecting Research and Researchers* (ORCID). O cadastro é necessário para autores e coautores. A publicação científica atribui o *Digital Object Identifier* (DOI) nos trabalhos publicados, bem como adota a publicação contínua de artigos aprovados pela revista.

Encaminhamento

Para submeter um novo trabalho, o autor precisa fazer o *login* na plataforma *online* e clicar em "AUTOR". Após realizar este passo, o autor deve buscar a janela "PAINEL AUTOR" e iniciar o processo de submissão através do *link* "INICIAR NOVA SUBMISSÃO", no qual deverá realizar os sete passos:

• Etapa 1: Tipo, título e resumo

- Escolher o tipo de trabalho (artigo, resenha etc.).
- Preencher o título do trabalho.
- Fornecer o resumo.

• Etapa 2: Carregamento de arquivos

- Fazer o *upload* do(s) arquivo(s).
- (Pelo menos um dos arquivos deve representar o documento principal).

- **Etapa 3: Atributos**

- Acrescentar palavras-chave (3 até 6).

- **Etapa 4: Autores e instituições**

- Especificar se o submissor é o próprio autor ou se é um terceiro.
- Especificar autor de correspondência.
- Fornecer a contribuição do CRediT.

- **Etapa 5: Avaliadores**

- Especificar revisores da sua preferência e/ou aqueles que gostaria de evitar. É discrição da revista acatar ou não os avaliadores recomendados.

- **Etapa 6: Detalhes e comentários**

- Especificar quem financiou a pesquisa.
- Declarar que o trabalho foi submetido exclusivamente para o *Boletim* e ainda não foi publicado.
- Declarar que o trabalho está conforme as normas éticas da disciplina.
- Afirmar que os arquivos submetidos estão completamente anônimos, para possibilitar avaliação por pares, caso a opção do autor seja pelo não depósito do artigo em repositório confiável de Preprints
- Declarar se há conflito de interesse. No caso de haver, especificar.

- **Etapa 7: Avaliar e submeter**

- Verificar se todas as informações e arquivos estão completas, visualizar a prova em PDF e concluir a submissão, clicando em “SUBMETER”.

Os trabalhos, depois de formatados, são encaminhados por *e-mail*, em PDF, para aprovação final dos autores, que devem responder com a maior brevidade possível. Nessa etapa, não são aceitas modificações no conteúdo do trabalho ou que impliquem alteração na paginação. Caso o autor não responda ao prazo, a versão formatada é considerada aprovada.

Diretrizes para autores

Todas as submissões devem ser enviadas por meio da plataforma de submissão *online ScholarOne*.

Os originais devem ser enviados:

1. Em Word, com fonte Times New Roman, tamanho 12, entrelinha 1,5, em laudas sequencialmente numeradas. Os trabalhos de linguística indígena devem utilizar fonte compatível com o padrão Unicode, como Arial, Calibri, Cambria, DéjàVu, Tahoma e outras que incluam todos os símbolos fonéticos do Alfabeto Fonético Internacional - AFI (International Phonetic Alphabet – IPA). Times New Roman é preferível, mas inclui IPA em Unicode somente a partir das últimas edições de Windows. **Nunca** improvisar símbolos do IPA usando letras comuns com tachamento (imitando *ɪ*, *ʉ* etc.).
2. Da primeira página, devem constar:
 - a. título (no idioma do texto e em inglês);

- b. resumo;
 - c. *abstract*;
 - d. palavras-chave e *keywords*.
3. Os originais não podem incluir o(s) nome(s) do(s) autor(es) e nem agradecimentos.
 4. Deve-se destacar termos ou expressões por meio de aspas simples.
 5. Apenas termos científicos latinizados e palavras em língua estrangeira devem constar em itálico.
 6. Os artigos deverão seguir as recomendações da *APA 7th Edition - Citation Guide* (acesso gratuito em <https://apastyle.apa.org/blog/coronavirus-response>) para uso e apresentação de citações e de referências.
 7. Tabelas devem ser digitadas em *Word*, sequencialmente numeradas, com legendas claras.
 8. Todas as figuras (ilustrações, gráficos, imagens, diagramas etc.) devem ser submetidas na plataforma online em arquivos à parte, com as respectivas legendas, numeradas sequencialmente. Devem ter resolução mínima de 300 DPI e tamanho mínimo de 1.500 pixels, em formato JPEG ou TIFF, obedecendo, se possível, as proporções do formato de página do *Boletim*, nos limites de 16,5 cm de largura e 20 cm de altura (para uso em duas colunas) ou 8 cm de largura e 20 cm de altura (para uso em uma coluna). As informações de texto presentes nas figuras, caso possuam, devem estar em fonte Arial, com tamanho entre 7 e 10 pts.
 9. Figuras feitas em programas vetoriais podem ser enviadas, preferencialmente, em formato aberto, na extensão .cdr (X5 ou inferior), .eps ou .ai (CS5 ou inferior).
 10. O texto do artigo deve, obrigatoriamente, fazer referência a todas as tabelas, gráficos e ilustrações.
 11. Seções e subseções no texto não podem ser numeradas.
 12. Somente numeração de páginas e notas de rodapé devem ser automáticas. Textos contendo numeração automatizada de seções, parágrafos, figuras, exemplos, ou outros processos automatizados, como referenciação e compilação de lista de referências, não serão aceitos.
 13. Observar cuidadosamente as regras de nomenclatura científica, assim como abreviaturas e convenções adotadas em disciplinas especializadas.
 14. Notas de rodapé devem ser numeradas em algarismos arábicos e utilizadas apenas quando imprescindíveis, nunca como referências.
 15. Citações e referências a autores no decorrer do texto devem subordinar-se à seguinte forma: sobrenome do autor (não em caixa alta), ano, página(s). Exemplos: (Goeldi, 1897, p.10); Goeldi (1897, p.10).
 16. Todas as obras citadas ao longo do texto devem estar corretamente referenciadas ao final do artigo, e todas as referências no final do artigo devem ser citadas no texto.

Estrutura básica dos trabalhos

1. **Título** – No idioma do texto e em inglês (quando este não for o idioma do texto). Deve ser escrito em caixa baixa, em negrito, centralizado na página.
2. **Resumo e Abstract** – Texto em um único parágrafo, verbo na voz ativa e terceira pessoa do singular, ressaltando os objetivos, método, resultados e conclusões do trabalho, com no mínimo 100 palavras e, no máximo, 200, no idioma do texto (Resumo) e em inglês (Abstract). A versão para o inglês deverá ser feita ou corrigida por um falante nativo (preferivelmente um colega da área), o que é de responsabilidade do(s) autor(es).

3. **Palavras-chave e Keywords** – Três a seis palavras que identifiquemos tem as do trabalho, para fins de indexação em bases de dados.
4. **Texto** – Deve ser composto de seções NÃO numeradas e, sempre que possível, com introdução, marco teórico, desenvolvimento, conclusão e referências. Evitar parágrafos e frases muito longos. Optar pela voz passiva, evitando o uso da primeira pessoa do singular e do plural ao longo do texto. Siglas devem inicialmente ser escritas por extenso. Exemplo: "A Universidade Federal do Pará (UFPA) prepara novo vestibular". Citações com menos de 40 palavras devem estar dentro do parágrafo e entre aspas duplas (""); citações com 40 ou mais palavras devem ser destacadas do texto, com recuo de 1,3 cm da margem esquerda, com fonte menor e, conforme o exemplo a seguir:

Com efeito, a habitação em cidades é essencialmente anti natural, associa-se a manifestações do espírito e da vontade, na medida em que se opõem à natureza. Para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram. Max Weber mostra admiravelmente como a fundação de cidades representou para o Oriente Próximo e particularmente para o mundo helenístico e para a Roma imperial, o meio específico de criação de órgãos locais de poder, acrescentando que o mesmo fenômeno se encontra na China, onde ainda durante o século passado, a subjugação das tribos Miao-tse pode ser identificada à urbanização das suas terras (Buarque de Holanda, 1978, p.61).

5. **Agradecimentos** – Devem ser sucintos: créditos de financiamento; vinculação a programas de pós-graduação e/ou projetos de pesquisa; agradecimentos pessoais e institucionais. Nomes de pessoas e instituições devem ser escritos por extenso, explicando o motivo do agradecimento. Note que a primeira versão submetida é para avaliação anônima e deve estar sem agradecimentos.
6. **Referências** – Devem ser listadas ao final do trabalho, em ordem alfabética, de acordo com o sobrenome do primeiro autor. No caso de mais de uma referência de um mesmo autor, usar ordem cronológica, do trabalho mais antigo ao mais recente. Todas as referências devem seguir as recomendações da *APA 7th Edition - Citation Guide*.

Normas e padrões bibliográficos

A utilização correta das normas referentes à elaboração de referências e o uso adequado das novas regras de ortografia da Língua Portuguesa nos artigos e demais documentos encaminhados à revista são de responsabilidade dos autores. A seguinte lista mostra vários exemplos de referências nas suas categorias diferentes:

Livro

Veríssimo, J. (1906). *A educação nacional* (2 ed.). Livraria Francisco Alves.

Citação no texto: Veríssimo (1906) ou (Veríssimo, 1906)

Vidal, W. N., & Vidal, M. R. R. (1986). *Botânica-organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos* (3ed.). UFV.

Citação no texto: Vidal e Vidal (1986) ou (Vidal & Vidal, 1986)

Wieczorek, A., Rosendahl, W., & Schlothauer, A. (Orgs.). (2012). *Der Kult um Kopf und Schädel*. Verlag Regionalkultur.

Citação no texto: Wieczorek et al. (2012) ou (Wieczorek et al., 2012)

Capítulo de livro

Grünewald, R. A. (2004). Etnogênese e 'regime de índio' na Serra do Umã. In J. P. Oliveira (Org.), *A viagem da volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena* (pp. 139-174). Contra Capa Livraria.

Citação no texto: Grünewald (2017) ou (Grünewald, 2017)

Carneiro da Cunha, M. (1992). Política indigenista no século XIX. In M. Carneiro da Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil* (pp. 133-154). Companhia das Letras.

Citação no texto: Carneiro da Cunha (1992) ou (Carneiro da Cunha, 1992)

Série/Coleção

Goeldi, E. (1900). *Escavações arqueológicas em 1895: executadas pelo Museu Paraense no litoral da Guiana Brasileira entre Oiapoque e Amazonas* (Memórias do Museu Goeldi, n.1). Museu Paraense de História Natural e Ethonografia.

Citação no texto: Goeldi (1900) ou (Goeldi, 1900)

Artigo de periódico

Gurgel, C. (1997). Reforma do Estado e segurança pública. *Política e Administração*, 3(2), 15-21.

Citação no texto: Gurgel (1997) ou (Gurgel, 1997)

Jantz, R. L., & Owsley, D. W. (2001). Variation among early North America crania. *American Journal of Physical Anthropology*, 114(2), 146-155. [https://doi.org/10.1002/1096-8644\(200102\)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E](https://doi.org/10.1002/1096-8644(200102)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E)

Citação no texto: Jantz e Owsley (2001) ou (Jantz & Owsley, 2001)

Posth, C., Nakatsuka, N., Lazaridis, I., Skoglund, P., Mallick, S., Lamnidis, T. C., . . . Reich, D. (2018). Reconstructing the deep population history of Central and South America. *Cell*, 175(5), 1-13. <https://doi.org/10.1016/j.cell.2018.10.027>

Citação no texto: Posth et al. (2018) ou (Posth et al., 2018)

Velthem, L. H. V.(2012). O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 7(1), 51-66. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222012000100005>

Citação no texto: Velthem (2012) ou (Velthem, 2012)

Tersis, N., & Carter-Thomas, S. (2005). Investigating syntax and pragmatics: word order and transitivity in Tunumiisut. *International Journal of American Linguistics* 71(4), 473-500.

Citação no texto: Tersis e Carter-Thomas (2005) ou (Tersis & Carter-Thomas, 2005)

Artigo e/ou matéria de jornal

Naves, P.(1999, junho 28). Lagos andinos dão banho de beleza. *Folha de S. Paulo*, Turismo, Caderno 8, p. 13.

Citação no texto: Naves (1999) ou (Naves, 1999)

Artigo e/ou matéria de jornal em meio eletrônico

Justiça suspende obra de captação de água para a Grande São Paulo. (2017, maio 5). *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1881436-justica-suspende-duas-obras-de-captacao-de-agua-para-grande-sp.shtml>

Citação no texto: "Justiça suspende" (2017) ou ("Justiça suspende" 2017)

Silva, I. G. (1998, setembro 19). Pena de morte para o nascituro. *O Estado de S. Paulo*. <http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo225.shtml>

Citação no texto: Silva (1998) ou (Silva, 1998)

Trabalho apresentado em evento

Brayner, A. R. A., & Medeiros, C. (1994, dezembro). Incorporação do tempo em SGBD orientado ao objetos. In *Anais do Simpósio Brasileiro de Banco de Dados*, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Citação no texto: Brayner e Medeiros (1994) ou (Brayner & Medeiros, 1994)

Trabalho apresentado em evento em meio eletrônico

Silva, R. N., & Oliveira, O. (janeiro, 1996). Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In *Anais Eletrônicos do Congresso de Iniciação Científica da UFPE*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. <https://www.ufpe.br/propeq/anais/educ/ce04.htm>

Citação no texto: Silva e Oliveira (1996) ou (Silva & Oliveira, 1996)

Mensagens de Internet: lista de discussão eletrônica e outras comunidades online

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. (2018, julho 16). Boletim de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi discute patrimônio indígena [Facebook]. <https://www.facebook.com/boletimgoeldiCH/>

Citação no texto: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas (2018) ou (Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2018)

Blog SciELO em Perspectiva Humanas. (2018, junho 13). Cultura ancestral para entender a Amazônia de ontem e de hoje [Blog]. <http://humanas.blog.scielo.org/blog/2018/06/13/cultura-ancestral-para-entender-a-amazonia-de-ontem-e-de-hoje/>

Citação no texto: Blog SciELO em Perspectiva Humanas (2018) ou (Blog SciELO em Perspectiva Humanas, 2018)

Documento jurídico

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (18 ed.). (1998). São Paulo: Saraiva.

Citação no texto: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1998) ou (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988,1998)

Decreto n. 3.298. (1999, dezembro 20). Regulamenta a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Citação no texto: Decreto n. 3.298 (1999)

Documento jurídico em meio eletrônico

Resolução n.17, de junho de 1991. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/ressen/1991/resolucao-17-14-junho-1991-480998-publicacaooriginal-1-pl.html>

Citação no texto: Resolução n. 17, de junho de 1991

Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1997/medidaprovisoria-1569-9-11-dezembro-1997-377059-publicacaooriginal-1-pe.html>

Citação no texto: Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997

Trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e monografias)

Benchimol, A. (2015). *Resgate e ressignificação da pesquisa no Museu Paraense Emílio Goeldi: presença e permanência de cientistas estrangeiros (1894-1914) na produção científica de autores atuais (1991-2010)* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

Citação no texto: Benchimol (2015) ou (Benchimol, 2015)

Moore, D. (1984). *Syntax of the language of the Gavião Indians of Rondônia, Brazil* [Tese de doutorado, University of New York].

Citação no texto: Moore (1984) ou (Moore,1984)

Documento de arquivo

Campos, E. (1964, janeiro 11). *Carta à Bienal de São Paulo*. Arquivo Histórico Wanda Svevo. Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo.

Citação no texto: Campos (1964) ou (Campos,1964)

Salles, V. (1974, março 28). *Carta a Lúcio Flávio Pinto*. Material histórico-cultural - Vicente Salles. Correspondência expedida - Comunicação. Coleção Vicente Salles. Biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará, Belém.

Citação no texto: Salles (1974) ou (Salles, 1974)

Meios audiovisuais

Herzog, W. (Produtor & Diretor). (1970). *Os anões também começaram pequenos* [Filme]. Werner Herzog Filmproduktion.

Citação no texto: Herzog (1970) ou (Herzog,1970)

Divulgação

Os artigos são divulgados integralmente no formato PDF no sítio da revista, no *Digital Publishing Platform* (ISSUU), no DOAJ e no SciELO, além de redes sociais como o Facebook.

Endereço para correspondência:

Museu Paraense Emílio Goeldi

Editor do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas

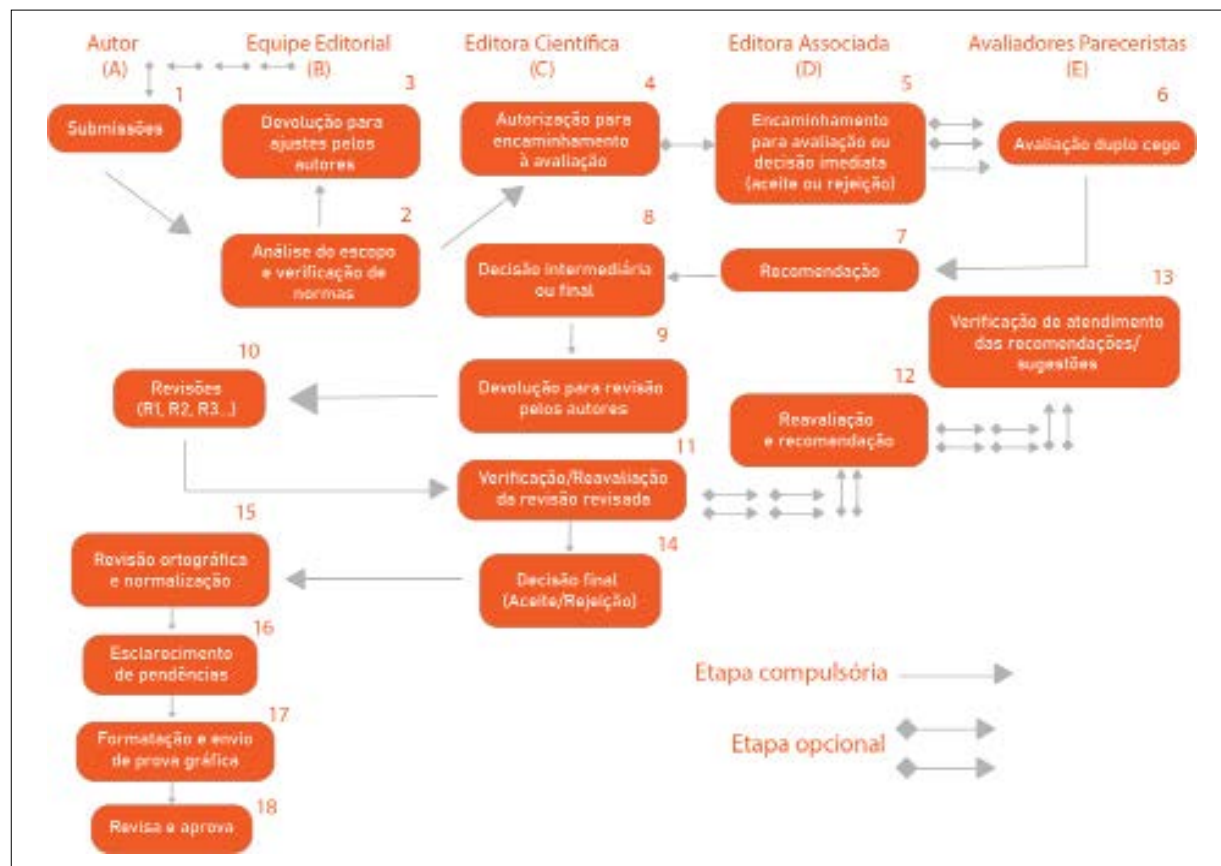
Av. Perimetral, 1901 - Terra Firme
 CEP 66077-830
 Belém - PA - Brasil
 Telefone: 55-91-3075-6186
 E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

Patrocínio da revista

Museu Paraense Emílio Goeldi

Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações.

Fluxograma do processamento editorial no *BMPEG. Ciências Humanas*



Fonte: Beltrão e Silva (2020, p. 13)¹.

¹ BELTRÃO, Jimena Felipe; SILVA, Taíse da Cruz. **Guia de processamento editorial em periódico científico: a experiência do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humana no uso da plataforma ScholarOne.** Belém, 2020. 25p. Disponível em: <http://editora.museu-goeldi.br/humanas/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMANAS

EDITORIAL POLICY

Focus and scope

The *Bulletin of the Museu Paraense Emílio Goeldi Human Sciences* has the mission to publish original work in archeology, history, anthropology, indigenous linguistics, and correlated subjects, as well as promote diversity regarding equity of genders, ethical groups, and geographical representativity.

Section Policies

The journal accepts contributions in Portuguese, Spanish, English and French for the following categories:

Research Articles – original scientific articles reporting on research, that effectively contribute to the advancement of knowledge. Between 15 and 30 pages.

Review Articles – analytical texts or essays that contain a bibliographical or theoretical review of a certain subject or topic. Between 15 and 30 pages.

Short Communications – short preliminary reports on field observations, challenges faced and progress made in ongoing research emphasizing hypotheses, mentioning sources, partial results, materials and methods. Maximum length: 15 pages.

Memory – this category includes texts about collections or items in collections considered relevant for scientific research; fully or partly transcribed documents with an introductory text; biographical essays, including obituaries or individual memories. Maximum length: 20 pages.

Debate – critical essays on current issues. Maximum length: 15 pages.

Book Reviews – descriptive and/or critical reviews of printed or electronic publications. Maximum length: five pages.

Theses and Dissertations – a brief description (without bibliography) of master's theses and doctoral or other postgraduate dissertations. One page.

The *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* (Human Sciences) publishes abstracts of theses and dissertations, but does not publish chapters of these works. We recognize that need and academic interest in disseminating results stemming from graduate-level work exist, and in these cases recommend drafting a scientific article containing unique text which differs from the original, emphasizing notable points in the research and utilizing direct citations where appropriate. This guidance contemplates monographs in general, as well as undergraduate program completion work.

The journal does not accept extended abstracts, texts in the form of reports, nor work previously published in any public access, with the exception of Preprints, which are manuscripts not evaluated by a scientific journal or already evaluated, but in the process of publication, made available in reliable preprint servers. The editors recommend that authors make manuscripts available on the SciELO Preprints database (<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo>).

Open Science

The journal operates in accordance with Open Science and the SciELO Criteria.

Peer evaluation process

The journal has a Scientific Council. Manuscripts are first examined by the Editor or by one of the Associate Editors. The Editor has the right to recommend alterations to the submitted manuscripts or to return them when they fail to comply with the journal's editorial policy.

Upon acceptance, manuscripts are submitted to peer-review and are reviewed by at least two specialists who are not members of the Editorial Board. In the event of discrepancy between the reviews, the manuscript is submitted to other referee(s). In case changes or corrections are recommended, the manuscript is returned to the author(s), who have thirty days to submit a new version. In keeping with the principles of equity of ethnicity, gender, and geographical representation, the journal is committed to potentializing the diversity of expert opinions, obviously safeguarding the required principles of expertise and education.

After receiving the anonymous peer reviews, the Editor decides whether the article is accepted for publication. If accepted, the author is requested to revise the article on the basis of the reviews and the Editor's observations. The author must also explain how the revision was done and provide justification in case the advice of the reviewer(s) was not followed. It is obligatory to use the "Track Changes" function in Word, when applying changes. The revised article should be submitted via the online platform, via the revision link at "AUTHOR RESOURCES", by clicking on "CREATE REVISION".

An author may only submit a new contribution after twelve months, counting from the previous submission date.

Preprint policy

As a way of accelerating scientific communication, the journal advises deposit of its submissions in SciELO Preprints <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo>, however, simultaneous submission to another journal is not permitted. Submissions share the originality of the publication with the journal and the evaluation process will not use the double anonymized procedure, since, with publication in the Preprints category, the authorship becomes known. Contributions will go through the evaluation process and, if accepted, authors must update their records on the Preprints server and provide the full reference of the publication made.

Data policy

In compliance with the principles of Open Science, the journal uses the SciELOData server <https://data.scielo.org/dataverse/brbgoeldi> to make research data available and requires commitment through a declaration on the availability of data from the author of each submission.

Accessibility policy

The magazine is committed to incorporating visual and audio resources inherent to inclusion and accessibility. The author of each submission accepted for publication must send a video recording of the reading of article abstract that will be associated with the published article with access via link for users who need or wish to use this type of media.

Ethical recommendations

The journal follows the guidelines of the *Committee on Publication Ethics* (COPE), uses the "Guia de boas práticas para o fortalecimento da ética na publicação científica" (2018), and follows the recommendations of the *International Committee of Medical Journal Editors* (ICMJE) to guarantee the integrity of the results published by the journal.

Plagiarism is seen as an editorial crime, being unacceptable conduct to the journal. As a way to prevent this harmful practice, the *BMPEG Human Sciences* uses the anti-plagiarism software *iThenticate*, from *Crossref*.

Copyright statement

The entire content of the journal is licensed under a Creative Commons CC-BY attribution license. In this modality, authors maintain copyright and grant the magazine the right of first publication. After the first publication in the journal, authors may assume additional contracts separately, for non-exclusive distribution of the version of the work as published in this journal in an institutional repository or publish as a book chapter, with due recognition of authorship and initial publication in this journal. The journal follows the recommendations of the Open Access Movement, making all its content available online and free of charge.

Human research

The entire content of the journal is licensed under a *Creative Commons License* of the BY attribution type. The journal follows the recommendations of the *Open Access Movement*, making its entire content available *online* and free of charge.

Publication of a manuscript entails transfer of copyright to the journal. A declaration of Assignment of Copyrights of the published work, signed by all authors, must be submitted together with the revised manuscript sent by Secretariat.

Indexers

Anthropological Index Online;

Anthropological Literature;

Directory of Open Access Journals (DOAJ);

Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociais y Humanidades (CLASE);

International Bibliography of the Social Sciences (IBSS);

Latindex;

Redalyc;

Scientific Electronic Library Online (SciELO);

SCOPUS ELSEVIER.

Article proposals

The Boletim only accepts original contributions in digital format. Digital manuscripts should be submitted via the online platform, which is accessible through the website of the Boletim <<http://editora.museu-goeldi.br/humanas>> or directly via ScholarOne the link <<https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>>, providing additional information requested during the various steps of the submission process. Before submitting your work, please make sure you have followed all the instructions detailed in this document; this is crucial in order to begin the editorial process.

The Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas does not accept simultaneous author or co-author submissions. A period of 12 months must be observed for the submission of a new contribution.

Registration

Authors must register in order to create a password-protected personal account on the online platform in the section "CREATE NA ACCOUNT" or "NEW USER" and correctly fill in the profile. Registration and the creation of an account need be done only once. Thereafter, the account should be used for current and future submissions to the Boletim. At submission, all authors must inform ORCID IDs. Registering with ORCID at <http://orcid.org/> is a requirement to all including co-authors. The scientific

publication attributes the Digital Object Identifier (DOI) to the published works, as well as adopts the system of continuous publication of articles accepted.

Submission

In order to submit a new contribution, authors must log into their account on the online platform and click on "AUTHOR CENTER". After completing this step, proceed to the "AUTHOR RESOURCES" window and start the submission process via the link "CLICK HERE TO SUBMIT A NEW MANUSCRIPT", following seven steps:

- **Step 1: Type, Title, & Abstract**

- Choose type of manuscript (article, review, etc.).
- Title of manuscript.
- Provide the abstract.

- **Step 2: File Upload**

- Upload the files.
- (At least one of the files should represent the Main Document)

- **Step 3: Attributes**

- Add key words (3 to 6).

- **Step 4: Authors & Institutions**

- Declare whether the manuscript is submitted by the author, or by another person.

- **Step 5: Reviewers**

- Optionally name potential reviewers that are preferred, or non-preferred. It is the journal's discretion to accept the names suggested.
- Specify Corresponding Author.
- Provide CRediT Contribution.

- **Step 6: Details & Comments**

- Specify who funded the research that resulted in the submission.
- Declare that the work was submitted exclusively to the Boletim and has not been published elsewhere.
- Declare that the work is in accordance with ethical norms.
- Confirm that the submitted files are entirely anonymous, so as to enable anonymous peer review, if the author chooses not to deposit the article in a reliable Preprints repository.
- Declare whether there is any conflict of interest. If there is, please specify.

- **Step 7: Review & Submit**

- Verify that all information and files are complete, view the PDF proof, and finalize the submission by clicking on "SUBMIT".

After having been formatted by the editorial staff, the articles will be sent in PDF format to the authors via the *ScholarOne* e-mail system for final approval, and must be returned as soon as possible. Requested changes in the text have to be marked and commented as clearly as possible in the PDF document. At this stage, changes concerning content or changes resulting in an increase or decrease in the number of pages will not be accepted.

Author guidelines

Preparing the manuscript for submission

All manuscripts have to be submitted via the online platform *ScholarOne*. Original manuscripts must be prepared observing the following requirements:

1. 'Word for Windows format, Times New Roman font, size 12, line spacing 1.5, and pages must be numbered. Articles on linguistics must use a font that is compatible with the Unicode standard, such as Arial, Calibri, Cambria, Déjà Vu, Tahoma and others that include the IPA extended set of phonetic symbols. Times New Roman is preferred, but it includes the full IPA in Unicode only in more recent editions of Windows. One should **never** improvise IPA characters such as *ɪ*, *ʉ*, etc. by applying strike-through of common characters.
2. "The cover page must contain the following information:
 - a. 'Title (in the original language and in English);
 - b. 'Abstract;
 - c. 'Resumo (a Portuguese abstract in case the original is English);
 - d. Keywords and their equivalent *palavras-chave* in Portuguese.
3. The manuscript must include neither the name(s) of the author(s) nor acknowledgements.
4. To highlight terms or phrases, please use single quotation marks.
5. Only foreign language words and phrases and Latinized scientific terms should be in italic type.
6. The articles should follow the recommendations of the APA 7th Edition - Citation Guide for the presentation and use of bibliographical information: citation in documents and references.
7. Tables should be in Word format, numbered in sequence, with clear captions.
8. All figures (illustrations, graphs, images, diagrams, etc.) must be submitted to the online platform in separate files with their respective legends in the designated field. Minimum resolution is 300 dpi, minimum size 1,500 pixels; JPEG or TIFF files only. If possible, please use the Boletim's page formatting proportions (16.5 cm wide x 20 cm high, for two columns, or 8 cm wide x 20 cm high, for one column). Text contained in figures must be legible and in Arial 7–10 point font.
9. Images created in vectoral programs should be provided in open format, with either a .cdr (X5 or inferior), .eps or .ai (CS5 or inferior) extension.
10. All tables, graphs and images must obligatorily be mentioned in the body of the text.
11. Sections and subsections in the text must not be numbered.
12. Only page numbering and the numbering of footnotes should be automatic. Texts containing automatically numbered sections, paragraphs, figures, examples or any other automatized processes cannot be accepted.
13. Texts must fully comply with scientific naming rules, abbreviations and other conventions current in the specific fields of discipline.
14. Footnotes should be used only when strictly necessary, never for reference to published work, and should be indicated in Arabic numbers.
15. Reference to works cited throughout the text should conform to the following convention: author's last name (not in upper case), year, page(s). Examples: (Goeldi, 1897, p. 10); Goeldi (1897, p. 10).
16. All references used throughout the text must be listed at the end of the article, and all works listed should be mentioned in the text.

Basic text structure

1. **Title** – The title must appear both in the original language of the text and in English (or Portuguese, in case English is the original language). The title must be in lower case in bold type, centralized on the page.
2. **Abstract** – This section should be a single paragraph and highlight the goals, methods and results of the research, with a minimum length of 100 words and a maximum length of 200 words. The abstract should be presented both in the original language of the text and in English (or Portuguese, in case the original language is English). The translated abstract must either be composed or corrected by a native speaker, which is the responsibility of the authors.
3. **Keywords** – Three to six words that identify the topics addressed in the article, for the purpose of indexation in databases.
4. **Body of the text** – The text should be subdivided into sections that are NOT numbered. Articles should preferably contain the following components/sections: introduction, theoretical background, main text, conclusion, references. Lengthy paragraphs and/or sentences should be avoided. Acronyms should be preceded by the word or phrase to which it refers to when appearing for the first time. Example: “The Universidade Federal do Pará (UFPA) is preparing a new admission exam”. Quotations of less than 40 words should be included in the body of the text between double quotation marks (“”). Quotations of 40 or more words are separated from the text and indented in block, with no quotation marks, the font size being smaller than the font used in the text.

The road down into the Guaporé Valley was in quite good condition, for it had not yet begun to rain heavily, and we made good time to the ranch known as Estrela do Guaporé. There, I talked briefly with the administrator, a man named Alvaro, and then with Kim, who was recuperating from malaria. Kim was very pale and weak, and our talk was brief and constrained. I found out later that he had actually gone to Brasília and told the FUNAI that Sílbene was urging the Indians to kill cattle. In fact, Sílbene had told the Indians to defend their gardens, which were on demarcated land, from invading cattle (Price, 1989, p. 119).

5. **Acknowledgements** – Should be brief and can mention: support and funding; connections to graduate programs and/or research projects; acknowledgement to individuals and institutions. The names of individuals and institutions should be written in full, together with a motivation for the acknowledgement. Note that the first submitted version of the article should be without acknowledgements, because of the anonymous peer-review process.
6. **References** – Should be listed at the end of the text in alphabetical order according to the last name of the first author. In the event of two or more references to a same author, please use chronological order. References should comply with APA 7th Edition - Citation Guide.

Bibliographic rules and standards

It is the author's responsibility to comply with reference formatting norms and the most current usage rules for the Portuguese language in articles and other documents submitted to the journal. The following list contains various examples of the different types of references:

Book

Veríssimo, J. (1906). *A educação nacional* (2nd ed.). Livraria Francisco Alves.

Quote in the text: Veríssimo (1906) or (Veríssimo, 1906)

Vidal, W.N., & Vidal, M. R. R. (1986). *Botânica - organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos* (3th ed.). UFV.

Quote in the text: Vidal and Vidal (1986) or (Vidal & Vidal, 1986)

Wieczorek, A., Rosendahl, W., & Schlothauer, A. (Orgs.). (2012). *Der Kult um Kopf und Schädel*. Verlag Regionalkultur.

Quote in the text: Wieczorek et al. (2012) or (Wieczorek et al., 2012)

Book chapter

Zaccara, M. (2017). Mulheres artistas em Pernambuco: uma introdução. In M. Zaccara (Org.), *De sinhá prendada a artista visual: os caminhos da mulher artista em Pernambuco* (pp. 16-48). Madalena Zaccara.

Quote in the text: Zaccara (2017) or (Zaccara, 2017)

Carneiro da Cunha, M. (1992). Política indigenista no século XIX. In M. Carneiro da Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil* (pp. 133-154). Companhia das Letras.

Quote in the text: Carneiro da Cunha (1992) or (Carneiro da Cunha, 1992)

Series/Collection

Goeldi, E. (1900). *Escavações arqueológicas em 1895: executadas pelo Museu Paraense no litoral da Guiana Brasileira entre Oiapoque e Amazonas* (Memórias do Museu Goeldi, n. 1). Museu Paraense de História Natural e Ethnografia.

Quote in the text: Goeldi (1900) or (Goeldi, 1900)

Scientific journal article

Gurgel, C. (1997). Reforma do Estado e segurança pública. *Política e Administração*, 3(2), 15-21.

Quote in the text: Gurgel (1997) or (Gurgel, 1997)

Jantz, R. L., & Owsley, D. W. (2001). Variation among early North America crania. *American Journal of Physical Anthropology* 114(2), 146-155. [https://doi.org/10.1002/1096-8644\(200102\)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E](https://doi.org/10.1002/1096-8644(200102)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E)

Quote in the text: Jantz and Owsley (2001) or (Jantz & Owsley, 2001)

Posth, C., Nakatsuka, N., Lazaridis, I., Skoglund, P., Mallick, S., Lamnidis, T. C., . . . Reich, D. (2018). Reconstructing the deep population history of Central and South America. *Cell*, 175(5), 1-13. <https://doi.org/10.1016/j.cell.2018.10.027>

Quote in the text: Posth et al. (2018) or (Posth et al., 2018)

Velthem, L. H. V. (2012). O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 7(1), 51-66. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222012000100005>

Quote in the text: Velthem (2012) or (Velthem, 2012)

Tersis, N., & Carter-Thomas, S. (2005). Investigating syntax and pragmatics: Word order and transitivity in Tunumiisut. *International Journal of American Linguistics*, 71(4), 473-500.

Quote in the text: Tersis and Carter-Thomas (2005) or (Tersis & Carter-Thomas, 2005)

Newspaper article

Naves, P. (1999, June 28). Lagos andinos dão banho de beleza. *Folha de S. Paulo*, Turismo, Caderno 8, p. 13.

Quote in the text: Naves (1999) or (Naves, 1999)

Article and/or newspaper article in electronic media

Justiça suspende obra de captação de água para a Grande São Paulo. (2017, May 5). *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1881436-justica-suspende-duas-obras-de-captacao-de-agua-para-grande-sp.shtml>

Quote in the text: "Justiça suspende" (2017) or ("Justiça suspende" 2017)

Silva, I. G. (1998, September 19). Pena de morte para o nascituro. *O Estado de S. Paulo*. <http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo225.shtml>

Quote in the text: Silva (1998) or (Silva, 1998)

Work presented in event

Brayner, A. R. A., & Medeiros, C. (1994, December). Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In *Anais do Simpósio Brasileiro de Banco de Dados*, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Quote in the text: Brayner and Medeiros (1994) or (Brayner & Medeiros, 1994)

Work presented in event in electronic media

Silva, R. N., & Oliveira, O. (January, 1996). Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In *Anais Eletrônicos do Congresso de Iniciação Científica da UFPe*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. <https://www.ufpe.br/propeq/anais/educ/ce04.htm>

Quote in the text: Silva and Oliveira (1996) or (Silva & Oliveira, 1996)

Internet messages: electronic mailing list and other online communities

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. (2018, July 16). Boletim de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi discute patrimônio indígena [Facebook]. <https://www.facebook.com/boletimgoeldiCH/>

Quote in the text: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas (2018) or (Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2018)

Blog SciELO em Perspectiva Humanas. (2018, June 13). Cultura ancestral para entender a Amazônia de ontem e de hoje [Blog]. <http://humanas.blog.scielo.org/blog/2018/06/13/cultura-ancestral-para-entender-a-amazonia-de-ontemedede-hoje/>

Quote in the text: Blog SciELO em Perspectiva Humanas (2018) or (Blog SciELO em Perspectiva Humanas, 2018)

Legal document

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (18th ed.). (1998). Saraiva.

Quote in the text: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1998) or (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1998)

Decreto n. 3.298. (1999, December 20). Regulamenta a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Quote in the text: Decreto n. 3.298 (1999)

Legal document in electronic media

Resolução n. 17, de junho de 1991. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/ressen/1991/resolucao-17-14-junho-1991-480998-publicacaooriginal-1-pl.html>

Quote in the text: Resolução n. 17, de junho de 1991

Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1997/medidaprovisoria-1569-9-11-dezembro-1997-377059-publicacaooriginal-1-pe.html>

Quote in the text: Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997

Academic works (theses, dissertations and monographs)

Benchimol, A. (2015). *Resgate e ressignificação da pesquisa no Museu Paraense Emílio Goeldi: presença e permanência de cientistas estrangeiros (1894-1914) na produção científica de autores atuais (1991-2010)* [Doctoral dissertation, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

Quote in the text: Benchimol (2015) or (Benchimol, 2015)

Moore, D. (1984). *Syntax of the language of the Gavião Indians of Rondônia, Brazil* [Doctoral dissertation, University of New York].

Quote in the text: Moore (1984) or (Moore, 1984)

Archive document

Campos, E. (1964, January 11). *Carta à Bienal de São Paulo*. Arquivo Histórico Wanda Svevo. Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo.

Quote in the text: Campos (1964) or (Campos, 1964)

Salles, V. (1974, March 28). *Carta a Lúcio Flávio Pinto*. Material histórico-cultural - Vicente Salles. Correspondência expedida - Comunicação. Coleção Vicente Salles. Biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará, Belém.

Quote in the text: Salles (1974) or (Salles, 1974)

Audiovisual media

Herzog, W. (Produtor & Diretor). (1970). *Os anões também começaram pequenos* [Film]. Werner Herzog Filmproduktion.

Quote in the text: Herzog (1970) or (Herzog, 1970)

Publication

The articles are published in full in PDF format on the journal website, the *Digital Publishing Platform* (ISSUU), the DOAJ, SciELO, and on social networks such as Facebook.

Postal address

Museu Paraense Emílio Goeldi

Editor do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas

Av. Perimetral, 1901 - Terra Firme

CEP 66077-830

Belém - PA - Brazil

Phone: 55-91-3075-6186

E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

Sponsorship

Museu Paraense Emílio Goeldi

Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações.

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMANAS

POLÍTICA EDITORIAL

Enfoque y alcance

El *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* tiene como misión publicar trabajos originales de arqueología, historia, antropología, lingüística indígena y disciplinas relacionadas, así como promover la diversidad respecto a la equidad de género y grupos étnicos y a la representatividad geográfica.

Políticas de sección

El *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* admite contribuciones para las siguientes secciones:

Artículos Científicos: deben ser textos analíticos originales, con una extensión máxima de 30 páginas, resultantes de estudios e investigaciones que representen contribuciones significativas para el avance del conocimiento.

Artículos de Revisión: textos analíticos o ensayos originales, con una extensión máxima de 30 páginas, que contengan revisión bibliográfica o teórica de un determinado tema.

Notas de Investigación: texto más corto que un artículo, con extensión máxima de 15 páginas, que trate sobre observaciones de campo, avances de investigaciones en curso o en fase inicial, enfatizando hipótesis, comentando fuentes, técnicas y métodos utilizados y resultados parciales.

Memoria: sección destinada a la difusión de acervos que sean relevantes para la investigación científica; de documentos transcritos parcial o integralmente, acompañados de un texto introductorio; y de ensayos biográficos, que incluye notas de fallecimiento o memorias personales. Deben tener una extensión máxima de 15 páginas.

Debate: ensayos críticos sobre temas de la actualidad. Hasta 15 páginas.

Reseñas Bibliográficas: texto descriptivo o crítico de obras publicadas en forma impresa o electrónica. Extensión máxima de cinco páginas.

Tesis de Maestría y Doctorado: descripción sucinta, de máximo una página, de tesis de maestría, doctorado y habilitación docente, sin bibliografía. El *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* publica resúmenes de tesis, pero no publica capítulos de tesis de maestría ni doctorado. Entendida la necesidad o interés académico en la difusión de resultados oriundos de la formación en nivel de posgrado, en estos casos se recomienda la producción de un artículo científico con un texto diferente al original, con énfasis en lo que se destaca en la investigación de la tesis y con uso de citas directas cuando fuera pertinente. Estas instrucciones contemplan monografías en general, así como también trabajos de final de carrera de grado.

La revista no acepta resúmenes extendidos, textos en forma de informe, ni trabajos previamente publicados en ningún medio de acceso público, a excepción de los Preprints, que son manuscritos no evaluados por una revista científica o ya evaluados, pero en proceso de publicación, disponibles en servidores de preimpresión confiables. Los editores recomiendan que los autores hagan que los manuscritos estén disponibles en la base de datos SciELO Preprints (<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo>).

Ciencia abierta

La revista opera de acuerdo con la Ciencia Abierta y los Criterios SciELO.

Proceso de evaluación de pares

La revista posee un Consejo Científico. Los trabajos presentados primero son analizados por el Editor o por uno de los Editores Asociados. El Editor se reserva el derecho de sugerir modificaciones a los trabajos recibidos o devolverlos caso no estén de acuerdo con los criterios exigidos para su publicación.

Una vez aprobados, los artículos pasan por una evaluación de pares (peer-review). Los artículos son analizados por dos especialistas como mínimo, que no integran la Comisión Editorial y emiten opiniones de forma independiente. En el caso de haber discrepancia entre las opiniones, el trabajo será enviado a otro(s) especialista(s). En el caso de que se recomiende hacer cambios o correcciones, el trabajo se devolverá al(los) autor(es), que tendrá(n) un plazo de 30 días para elaborar una nueva versión. En conformidad con los principios de equidad étnica, de género y de representatividad geográfica, la revista tiene el compromiso de potencializar la diversidad de opiniones especializadas, cumpliendo, naturalmente, los principios de especialización y formación exigidos.

Después de ser aprobados, los trabajos se publican por orden de llegada. El Editor Científico también puede determinar el momento más oportuno.

Un autor podrá presentar una nueva contribución solamente luego de transcurrido el período de 12 meses a partir de la fecha de envío anterior.

Política de preimpresión

Como forma de acelerar la comunicación científica, la revista recomienda el depósito de sus envíos en SciELO Preprints (<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo>), sin embargo, no se permite el envío simultáneo a otra revista. Los envíos comparten la originalidad de la publicación con las revistas y el proceso de evaluación no utilizará el procedimiento de doble anonimización, ya que, con la publicación en la categoría Preprints, se conoce la autoría. Las contribuciones pasarán por el proceso de evaluación y, de ser aceptadas, los autores deberán actualizar sus registros en el servidor de Preprints y proporcionar la referencia completa de la publicación realizada.

Política de datos

En cumplimiento de los principios de la Ciencia Abierta, la revista utiliza el servidor SciELOData <https://data.scielo.org/dataverse/brbgoeldi> para poner a disposición los datos de la investigación y requiere un compromiso mediante una declaración sobre la disponibilidad de los datos por parte del autor de cada envío.

Política de accesibilidad

La revista apuesta por incorporar recursos visuales y auditivos inherentes a la inclusión y la accesibilidad. El autor de cada envío aceptado para publicación deberá enviar una grabación en video de la lectura de los resúmenes de los artículos que quedará asociada al artículo publicado con acceso vía enlace para los usuarios que necesiten o deseen utilizar este tipo de medios.

Recomendaciones éticas

La revista sigue las directrices del *Committee on Publication Ethics* (COPE), así como el uso de la "Guía de buenas prácticas para el fortalecimiento de la ética en la publicación científica" (2018), y sigue las recomendaciones del Comité Internacional de Editores de Revistas Médicas (*International Committee of Medical Journal Editors*- ICMJE) para garantizar la integridad de los resultados publicados por la revista. El plagio es visto como un delito editorial y es una conducta inadmisible para esta revista especializada. Como forma de evitar esta mala práctica, el *BMPEG. Ciências Humanas* utiliza el software antiplagio *iThenticate*, de *Crossref*.

Declaración de derechos de autor

Todo el contenido de la revista está licenciado bajo una *Licencia Creative Commons* CC-BY. En esta modalidad, los autores mantienen los derechos de autor y otorgan a la revista el derecho de primera publicación. Luego de la primera publicación en la revista, los autores podrán asumir contratos adicionales por separado, para distribución no exclusiva de la versión del trabajo tal como se publica en esta revista en un repositorio institucional o publicación como capítulo de libro, con el debido reconocimiento de autoría y publicación inicial en esta revista. La revista sigue las recomendaciones del Movimiento de Acceso Abierto, haciendo que todo el contenido de la revista esté disponible en línea y de forma gratuita.

Investigaciones con seres humanos

En casos de estudios que involucren seres humanos en Brasil, es importante que estos cumplan la Resolución CNS n°. 466/2012 (<https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>). Los autores deben mencionar en el artículo la aprobación del proyecto por parte del Comité de Ética reconocido por la Comisión Nacional de Ética en Investigación, del Consejo Nacional de Salud (CONEP-CNS). Es función del la autoria la presentación de la exigencia del consentimiento informado, documento pertinente al registro del estudio en el Comité de Ética en Investigación con seres humanos.

Indexadores

EAnthropological Index Online;
Anthropological Literature;
Directory of Open Access Journals (DOAJ);
Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociais y Humanidades (CLASE);
International Bibliography of the Social Sciences (IBSS);
Latindex;
Redalyc;
Scientific Electronic Library Online (SciELO);
SCOPUS ELSEVIER.

Presentación de artículos

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas no acepta envíos simultáneos de autor o coautor. Se debe observar un plazo de 12 meses para la presentación de una nueva contribución.

Todos los trabajos deben ser enviados a través de la plataforma de envío ScholarOne via o sitio web de la revista <http://http://editora.museu-goeldi.br/humanas> o directamente via o link <https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>. Los originales deben ser enviados de acuerdo con los siguientes parámetros:

1. En Word, con tipografía Times New Roman, tamaño 12, interlineado 1,5, en hojas enumeradas secuencialmente. En los trabajos de lingüística indígena, debe utilizarse tipografía compatible con el estándar Unicode, como Arial, Calibri, Cambria, Déjà Vu, Tahoma y otras que incluyan todos los símbolos fonéticos del IPA. Times New Roman es la tipografía preferible, pero incluye el IPA solo a partir de las últimas ediciones de Windows. Nunca se deben improvisar símbolos del IPA usando letras comunes tachadas (imitando *ï*, *u*, etc.).
2. En la primera página, debe constar:
 - a. título (en el idioma del texto y en inglés),

- b. resumen,
 - c. *abstract*;
 - d. palabras clave y *keywords*.
3. Los originales no pueden incluir nombre(s) del(los) autor(es) ni agradecimientos.
 4. Para destacar términos o expresiones deben utilizarse comillas simples.
 5. Solamente términos científicos latinizados y palabras en idioma extranjero deben estar en cursiva.
 6. Los artículos deben seguir las recomendaciones de la APA 6th Edition - Citation Guide para uso y presentación de los elementos bibliográficos: citas en documentos y referencias bibliográficas.
 7. Las tablas deben formularse en Word, con numeración consecutiva y leyendas claras.
 8. Todas las figuras (ilustraciones, gráficos, imágenes, diagramas, etc.) deben ser presentadas en páginas separadas y enumeradas, con sus respectivas leyendas, y subidas a la plataforma digital en archivos aparte. Deben tener una resolución mínima de 300 dpi y tamaño mínimo de 1.500 píxeles, en formato JPEG o TIFF. Cuando sea posible, deben obedecer las proporciones del formato de página del Boletim, dentro de los límites de 16,5 cm de ancho y 20 cm de alto (para uso en dos columnas), u 8 cm de ancho y 20 cm de alto (para uso en una columna). En caso de haber información de texto presente en las figuras, esta debe estar en tipografía Arial, tamaño entre 7 y 10 pts.
 9. Las figuras elaboradas en programas vectoriales pueden ser enviadas en formato abierto, preferentemente, con extensión .cdr (X5 o inferior), .eps o .ai (CS5 o inferior).
 10. El texto del archivo debe hacer referencia, obligatoriamente, a todas las tablas, gráficos e ilustraciones.
 11. Las secciones y subsecciones del texto no pueden ser enumeradas.
 12. Solo la numeración de páginas y notas al pie debe ser automática. No se aceptarán textos que contengan numeración automática de secciones, párrafos, figuras, ejemplos u otros procesos automatizados, como referenciación y compilación de lista de referencias.
 13. Observar cuidadosamente las reglas de nomenclatura científica, así como las abreviaturas y convenciones adoptadas en disciplinas especializadas.
 14. Las notas al pie deben tener numeración arábiga y utilizarse solo cuando sean imprescindibles, nunca como referencias.
 15. Las citas y referencias a autores en el transcurso del texto deben respetar la siguiente forma: apellido del autor (solo con mayúscula inicial), año: página(s). Ejemplos: (Goeldi, 1897, 10); Goeldi (1897, 10).
 16. Todas las obras citadas a lo largo del texto deben estar correctamente referenciadas al final del artículo, y todas las referencias al final del artículo deben estar citadas en el texto.

Después de dar formato a los trabajos, estos deben enviarse a través del sistema de correo electrónico de *ScholarOne*, en PDF para la revisión final de los autores, quienes deben devolverlos a la mayor brevedad posible. Los pedidos de modificaciones o ajustes en el texto deben ser realizados mediante comentarios en el PDF. En esta etapa no se aceptarán modificaciones del contenido del trabajo o que impliquen alteraciones en la numeración de páginas. Si el autor no responde al plazo, la versión formateada será considerada aprobada. Los artículos son divulgados en su totalidad en formato PDF en el sitio web, en Issuu, en DOAJ y en SciELO.

Registro

Autor(es) deben registrarse (*login/senha*), creando una conta personal en la plataforma *online* <https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo> en "CREAR UNA CUENTA". Es necesario que cada autor haga registro en el banco de identificación académica internacional *Connecting*

Research and Researchers (ORCID). La revista científica atribuye el *Digital Object Identifier* (DOI) para los artículos publicados, bem como adopta el sistema de publicação contínua de artigos aprobados.

Directrices para autores

Para enviar un trabajo nuevo, el autor tiene que iniciar sesión en la plataforma y hacer clic en "AUTOR". Luego de este paso, el autor debe buscar la ventana "PAINEL DE AUTOR" e iniciar el proceso de envío a través del enlace "INICIAR NUEVO ENVÍO", en el que deberá seguir los siete pasos:

- **Paso 1: Tipo, título y abstract**

- Elegir el tipo de trabajo (artículo, reseña, etc.).
- Completar el título del trabajo.
- Proporcionar el resumen.

- **Paso 2: Carga de archivo**

- Cargar el(los) archivo(s).
- (Por lo menos uno de los archivos debe representar el documento principal).

- **Paso 3: Atributos**

- Agregar palabras clave (3 a 6).

- **Paso 4: Autores y instituciones**

- Especificar si la persona que está realizando el envío es el propio autor o un tercero.
- Especificar autor de correspondencia.
- Proporcionar contribución de CRediT.

- **Paso 5: Revisores**

- Especificar revisores de preferencia o aquellos que se quieran evitar.

- **Paso 6: Detalles y comentarios**

- Especificar quién financió la investigación.
- Declarar que el trabajo fue enviado exclusivamente al Boletim y aún no ha sido publicado.
- Declarar que el trabajo está de acuerdo con las normas éticas de la disciplina.
- Afirmar que los archivos enviados son completamente anónimos para posibilitar la revisión por pares, si el autor opta por no depositar el artículo en un repositorio confiable de Preprints.
- Declarar si hay conflicto de interés. Caso afirmativo, especificar.

- **Paso 7: Revisar y enviar**

- Verificar que toda la información y archivos estén completos, consultar la versión en PDF y concluir el envío haciendo clic en "ENVIAR".

Estructura básica de los trabajos

1. **Título:** debe estar en el idioma original y en inglés, escrito en minúscula (solo con mayúscula inicial y cuando corresponda), negrita, centrado, y debe aparecer de la misma manera en la portada y en la segunda página.

2. **Resumen y Abstract:** debe ser escrito en el idioma del texto (resumen) y en inglés (abstract), en un solo párrafo, resaltando los objetivos, métodos, resultados y conclusiones del trabajo. Debe tener una extensión de mínimo 100 y máximo 200 palabras. La versión en inglés es responsabilidad del(los) autor(es).
3. **Palabras clave y keywords:** de tres a seis palabras que identifiquen los temas del trabajo, para fines de indexación en bases de datos (es conveniente consultar los descriptores específicos de la respectiva área de conocimiento).
4. **Texto:** debe contener las siguientes partes: introducción, marco teórico, desarrollo, conclusión y referencias bibliográficas. Se debe evitar párrafos y frases demasiado extensas. Las siglas deben ser primeramente explicadas, p. ej.: Universidad Federal de Pará (UFPA). Las citas de hasta tres líneas deben estar dentro del párrafo y entre comillas inglesas (" "). Las citas con más de 40 palabras deben estar en párrafo separado, que debe ser destacado dentro del texto general, usando sangría mayor, en bloque, con fuente menor y sin comillas. De acuerdo al ejemplo que sigue:

Com efeito, a habitação em cidades é essencialmente antinatural, associa-se a manifestações do espírito e da vontade, na medida em que se opõem à natureza. Para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram. Max Weber mostra admiravelmente como a fundação de cidades representou para o Oriente Próximo e particularmente para o mundo helenístico e para a Roma imperial, o meio específico de criação de órgãos locais de poder, acrescentando que o mesmo fenómeno se encontra na China, onde ainda durante o século passado, a subjugação das tribos Miaotse pode ser identificada à urbanização das suas terras (Buarque de Holanda, 1978, p. 61).

5. **Agradecimientos:** deben ser breves y pueden indicar créditos de financiación, vínculos del artículo con programas de posgrado o proyectos de investigación, así como agradecimientos personales e institucionales. Se deben escribir los nombres completos de personas e instituciones y explicar el motivo del agradecimiento.
6. **Referencias:** deben ir al final del trabajo, en orden alfabético, de acuerdo con el apellido del primer autor. Cuando haya más de una referencia de un mismo autor, deben ser ordenadas cronológicamente, del trabajo más reciente al más antiguo, de acuerdo con las recomendaciones de la APA 7th Edition - Citation Guide, y observando los siguientes modelos:

Libro

Veríssimo, J. (1906). *A educação nacional* (2 ed.). Livraria Francisco Alves.

Cita en el texto: Veríssimo (1906) o (Veríssimo, 1906)

Vidal, W.N., & Vidal, M. R. R. (1986). *Botânica - organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos* (3 ed.). UFV.

Cita en el texto: Vidal y Vidal (1986) o (Vidal & Vidal, 1986)

Wieczorek, A., Rosendahl, W., & Schlothauer, A. (Orgs.). (2012). *Der Kult um Kopf und Schädel*. Verlag Regionalkultur.

Cita en el texto: Wieczorek et al. (2012) o (Wieczorek et al., 2012)

Capítulo de libro

Grünwald, R. A. (2004). Etnogênese e 'regime de índio' na Serra do Umã. In J. P. Oliveira (Org.), *A viagem da volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena* (pp. 139-174). Contra Capa Livraria.

Cita en el texto: Grünwald (2017) ou (Grünwald, 2017)

Carneiro da Cunha, M. (1992). Política indigenista no século XIX. In M. Carneiro da Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil* (pp. 133-154). Companhia das Letras.

Cita en el texto: Carneiro da Cunha (1992) o (Carneiro da Cunha, 1992)

Serie/Colección

Goeldi, E. (1900). *Escavações arqueológicas em 1895: executadas pelo Museu Paraense no litoral da Guiana Brasileira entre Oiapoque e Amazonas* (Memórias do Museu Goeldi, n. 1). Museu Paraense de História Natural e Ethnografia.

Cita en el texto: Goeldi (1900) o (Goeldi, 1900)

Artículo de revista especializada

Gurgel, C. (1997). Reforma do Estado e segurança pública. *Política e Administração*, 3(2), 15-21.

Cita en el texto: Gurgel (1997) o (Gurgel, 1997)

Jantz, R. L., & Owsley, D. W. (2001). Variation among early North America crania. *American Journal of Physical Anthropology*, 114(2), 146-155. [https://doi.org/10.1002/1096-8644\(200102\)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E](https://doi.org/10.1002/1096-8644(200102)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E)

Cita en el texto: Jantz y Owsley (2001) o (Jantz & Owsley, 2001)

Posth, C., Nakatsuka, N., Lazaridis, I., Skoglund, P., Mallick, S., Lamnidis, T. C., . . . Reich, D. (2018). Reconstructing the deep population history of Central and South America. *Cell*, 175(5), 1-13. <https://doi.org/10.1016/j.cell.2018.10.027>

Cita en el texto: Posth et al. (2018) o (Posth et al., 2018)

Velthem, L. H. V. (2012). O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 7(1), 51-66. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222012000100005>

Cita en el texto: Velthem (2012) o (Velthem, 2012)

Tersis, N., & Carter-Thomas, S. (2005). Investigating syntax and pragmatics: word order and transitivity in Tunumiisut. *International Journal of American Linguistics*, 71(4), 473-500.

Cita en el texto: Tersis y Carter-Thomas (2005) o (Tersis & Carter-Thomas, 2005)

Artículo de periódico

Naves, P. (1999, junio 28). Lagos andinos dão banho de beleza. *Folha de S. Paulo*, Turismo, Caderno 8, p. 13.

Cita en el texto: Naves (1999) o (Naves, 1999)

Artículo de periódico en medio electrónico

Justiça suspende obra de captação de água para a Grande São Paulo. (2017, mayo 5). *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1881436-justica-suspende-duas-obras-de-captacao-de-agua-para-grande-sp.shtml>

Cita en el texto: "Justiça suspende" (2017) or ("Justiça suspende" 2017)

Silva, I. G. (1998, septiembre 19). Pena de morte para o nascituro. *O Estado de S. Paulo*. <http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo225.shtml>

Cita en texto: Silva (1998) o (Silva, 1998)

Trabajo presentado en evento

Brayner, A. R. A., & Medeiros, C. (1994, diciembre). Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In *Anais do Simpósio Brasileiro de Banco de Dados*, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Cita en el texto: Brayner y Medeiros (1994) o (Brayner & Medeiros, 1994)

Trabajo presentado en evento en medio electrónico

Silva, R. N., & Oliveira, O. (enero, 1996). Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In *Anais Eletrônicos do Congresso de Iniciação Científica da UFPe*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. <https://www.ufpe.br/propesq/anais/educ/ce04.htm>

Cita en el texto: Silva y Oliveira (1996) o (Silva & Oliveira, 1996)

Mensajes de internet: lista de discusión electrónica u otras comunidades en línea

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. (2018, julio 16). Boletim de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi discute patrimônio indígena [Facebook]. <https://www.facebook.com/boletimgoeldiCH/>

Cita en el texto: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas (2018) o (Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2018)

Blog SciElo em Perspectiva Humanas. (2018, junio 13). Cultura ancestral para entender a Amazônia de ontem e de hoje [Blog]. <http://humanas.blog.scielo.org/blog/2018/06/13/cultura-ancestral-para-entender-a-amazonia-de-ontem-e-de-hoje/>

Cita en el texto: Blog SciElo em Perspectiva Humanas (2018) o (Blog SciElo em Perspectiva Humanas, 2018)

Documento jurídico

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (18 ed.). (1998). Saraiva.

Cita en el texto: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1998) o (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1998)

Decreto n. 3.298. (1999, diciembre 20). Regulamenta a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Cita en el texto: Decreto n. 3.298 (1999)

Documento jurídico en medio electrónico

Resolução n. 17, de julho de 1991. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/ressen/1991/resolucao-17-14-junho-1991-480998-publicacaooriginal-1-pl.html>

Cita en el texto: Resolução n. 17, de julho de 1991

Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1997/medidaprovisoria-1569-9-11-dezembro1997-377059-publicacaooriginal-1-pe.html>

Cita en el texto: Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997

Trabajos académicos (tesis de maestría y doctorado y monografías)

Benchimol, A. (2015). *Resgate e ressignificação da pesquisa no Museu Paraense Emílio Goeldi: presença e permanência de cientistas estrangeiros (1894-1914) na produção científica de autores atuais (1991-2010)* [Tesis de doctorado, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro].

Cita en el texto: Benchimol (2015) o (Benchimol, 2015)

Moore, D. (1984). *Syntax of the language of the Gavião Indians of Rondônia, Brazil* [Tesis de doctorado, University of New York, Nova York].

Cita en el texto: Moore (1984) o (Moore, 1984)

Documento de archivo

Campos, E. (1964, enero 11). *Carta à Bienal de São Paulo*. Arquivo Histórico Wanda Svevo. Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo.

Cita en el texto: Campos (1964) o (Campos, 1964)

Salles, V. (1974, marzo 28). *Carta a Lúcio Flávio Pinto*. Material histórico-cultural - Vicente Salles. Correspondência expedida - Comunicação. Coleção Vicente Salles. Biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará, Belém.

Cita en el texto: Salles (1974) o (Salles, 1974)

Medios audiovisuales

Herzog, W. (Produtor & Diretor). (1970). *Os anões também começaram pequenos* [Película]. Werner Herzog Filmproduktion.

Cita en el texto: Herzog (1970) o (Herzog, 1970)

Difusión

Los artículos son difundidos en su totalidad en formato PDF en el sitio web de la revista, en *Digital Publishing Platform* (ISSUU), en DOAJ y en SciELO, así como también en redes sociales como Facebook.

Dirección

Museu Paraense Emílio Goeldi

Editor do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas

Av. Perimetral, 1901 - Terra Firme - CEP 66077-830

Belém - PA - Brasil

Teléfono: 55-91-3075-6186

E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

Financiación

Museu Paraense Emílio Goeldi

Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações.

